

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II

Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico: o caso do Alto Minho

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II

Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico: o caso do Alto Minho

Jorge Alexandre Rodrigues Martins
Orientadora: Prof.^a Doutora Mónica Alcindor
Vila Nova de Cerveira, março de 2015

“Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja.”

S. Mateus XVI,18

Preâmbulo

Esta pesquisa académica tem como fundamento prático a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na Escola Superior Gallaecia. A sua realização mediou entre fevereiro de 2014 e março de 2015, tendo, para tal, a orientação da Prof.^a Doutora Mónica Alcindor.

A pesquisa enquadra-se no âmbito da arquitetura religiosa, concretamente na produção arquitetónica pós Concílio Vaticano II (1965). Este Concílio, renovador da liturgia católica, concebeu o documento “*Sacrosanctum Concilium*”, responsável pelas variações conceituais sobre o espaço sacro atual, objeto de estudo deste trabalho.

Neste contexto, foram estudadas três igrejas nacionais, dentro desse intervalo temporal, com a finalidade de aferir a sua adequabilidade litúrgica, fruto da relação entre função e forma e da aceitação e compreensão do edifício por parte da comunidade eclesial.

Agradecimentos

À minha família, pelo incentivo e constante apoio, com quem partilho este trabalho.

À minha esposa, Lílíana Silva, pela incomensurável colaboração.

Aos meus amigos, os de sempre e os que surgiram pelo caminho, pela compreensão e incessante motivação demonstrada.

À minha orientadora, Prof.^a Doutora Mónica Alcindor, pela competência, disponibilidade e excelência com que dirigiu esta investigação.

À Escola Superior Galecia - instituição, professores e funcionários, sempre disponíveis e interessados.

Aos colegas de curso, pelo espírito e camaradagem com que nos apoiamos.

À minha entidade empregadora, Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, pela compreensão e incentivo no percurso académico.

Um especial agradecimento aos teólogos: Nuno Hígino, Jorge Barbosa e César Brás, que desde o primeiro minuto estiveram disponíveis em colaborar.

Aos arquitectos: Alves Costa, Luís Faro Viana e Luís Teles, pela gentileza na colaboração e preciosas informações prestadas.

Aos párocos: Rui Rodrigues, Valdemar, Artur Coutinho e José Vilar, pelo empenho, dedicação, interesse e incentivo com que me auxiliaram, desde o início.

E por fim, e não menos importante, às três comunidades eclesíásticas entrevistadas, pela amabilidade, apoio, empenho e colaborações prestadas, desde o anonimato.

Obrigado a todos.

Resumo

Em 1962, o Papa Pio IX convocou o vigésimo primeiro concílio da Igreja Católica, denominado como Concílio Vaticano II. No essencial, este concílio visava uma modernização da Igreja através da reintrodução de aspetos litúrgicos, que se tinham perdido ao longo dos tempos. O eixo principal desta reforma é a centralidade da eucaristia e a participação ativa do povo e, como forma de operacionalizar estas alterações litúrgicas, são produzidos vários documentos, concretamente na abordagem arquitetónica, é publicada a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, sendo este o documento que rege, coordena e orienta a nova conceção de espaço sacro. Neste sentido, esta pesquisa abordou dois pontos (objetivos): identificar os princípios espaciais implícitos na Constituição *Sacrosanctum Concilium* e quais os reflexos práticos que as mesmas produziram na conceção do novo espaço religioso; observar a adequabilidade da arquitetura religiosa atual, produzida no Alto Minho, tendo em conta o ritual e simbolismo litúrgico.

A metodologia utilizada foi do tipo de investigação do método de estudos de caso (multicaso), baseado na natureza comparativa de três igrejas posteriores ao referido concílio, onde o tratamento da informação recolhida é de origem qualitativa.

Os estudos de caso foram selecionados tendo em consideração os seguintes critérios de seleção: territorial; temporal; cultural e autoria. Desta forma, os espaços religiosos selecionados que contêm as características pré-definidas foram: Capela de Moledo – Caminha; a Igreja da Sagrada Família – Viana do Castelo; a Igreja Nova da Correlhã – Ponte de Lima.

A triangulação entre a análise documental, as entrevistas e a observação recolhidas para cada caso permitiu a abordagem interpretativa de toda a informação colhida, correlacionando os resultados da análise comparativa com a fundamentação teórica. Assim, esta pesquisa indica a tendência de que a arquitetura religiosa atual não cumpre na íntegra as normas constantes nos documentos eclesiais, ainda assim, a nova conceção do espaço religioso salvaguarda as normas primordiais que fomentam a participação ativa, sendo esta a grande aspiração da revigorada liturgia. Desta forma, a centralidade do presbitério, o despojamento ornamental no interior e a comodidade física e sensorial dos fiéis evidenciam-se como os pilares sobre os quais fica expressa a funcionalidade do templo atual.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II (1965), *Sacrosanctum Concilium*, Arquitetura Religiosa, Igreja, Adequabilidade Litúrgica.

Abstract

In 1962, Pope Pius IX summoned the twenty-first council of the Catholic Church, known as Vatican Council II. Essentially this council expected a Church modernization through the reintroduction of liturgical features which had been lost over the years. The main axis of the reform is the centrality of the Eucharist and the active participation of all people, and, in order to make the liturgical changes operational several documents were produced, particularly in the architectural approach, Constitution on the Sacred Liturgy *Sacrosanctum Concilium* was published, and this regulates, coordinates and guides the new sacred space design.

Therefore, the research had two main topics (goals): to identify implicit spatial principles on the *Sacrosanctum Concilium* and which are the real reflexes produced in the conception of the new religious space; to observe the adequacy of the present sacred architecture, created in Alto Minho, taking into account the ritual and the liturgical symbolism.

The methodology used was the case study research method (multiple-case) based on three later council churches comparative nature, and the process of the gathered information has a qualitative source.

The case studies were selected considering the following assortment criteria: territorial; time; cultural and authorship. In this way, the selected religious spaces containing the pre-defined characteristics were: the Chapel of Moledo - Caminha; the Church of the Holy Family - Viana do Castelo; the New Church of Correlhã - Ponte de Lima.

The triangulation between the documentary analysis, interviews and gathered observation for each case permitted the interpretative approach of all the collected information by correlating the comparative analysis results with the theoretical basis.

Therefore, this research confirms the tendency that the contemporary sacred architecture doesn't comply entirely with the established rules in the ecclesiastical documents, even so the new religious space design saves the most primary standards that encourage the active participation, which is the great motivation of the reinvigorated liturgy. So, the centrality of the presbytery, the inside ornamental detachment and the faithful physical and sensorial comfort are the pillars of the functionality of the current temple.

Keywords: Vatican Council II (1965), *Sacrosanctum Concilium*, Religious Architecture, Church, Liturgical Suitability.

Índice de conteúdos

Preâmbulo	
Agradecimentos	
Resumo	
Abstract	
Capítulo I - Introdução	
1.1 - Justificação da problemática e do objeto de estudo....	09
1.2 - Objetivos da dissertação.....	12
1.3 - Métodos de investigação.....	13
1.4 - Estruturação da dissertação.....	17
1.5 - Evolução do espaço religioso pós-conciliar.....	18
Capítulo II - Fundamentação teórica	
2.1 - Origem da Igreja Católica	
2.1.1 - Abordagem teórica, o cristianismo	46
2.1.2 - A igreja e a Humanidade.....	51
2.1.3 - Templo, significado e evolução.....	52
2.1.4 - Liturgia e o espaço celebrativo.....	62
2.2 – Simbolismo na arquitetura religiosa	
2.2.1 - Questão do símbolo.....	68
2.2.2 - A arte sacra e o simbolismo.....	70
2.2.3 - Arquitetura como comunicação.....	72
2.2.4 - Espaço sagrado, a forma.....	76
2.3 - Fundamentos do Concílio Vaticano II	
2.3.1 - Antecedentes.....	80
2.3.2 - As diretrizes – o modelo teórico.....	83
2.3.3 - A modernidade teológica.....	88
2.3.4 - Alteração espaciais, o essencial	91
Capítulo III – Estudos de caso	
3.1 – Análise individual	
3.1.1 - Capela de Moledo – Caminha	127
3.1.2 - Igreja da Sagrada Família – Viana do Castelo.....	147
3.1.3 - Igreja da Correlhã – Ponte de Lima.....	165
3.2 – Análise comparativa	189
Considerações finais	
Conclusões específicas.....	224
Conclusões gerais	228
Bibliografia geral.....	233
Índice de imagens.....	237
Anexos	241

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II:
Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico - o caso do Alto Minho

Capítulo I - Introdução

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II:
Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico - o caso do Alto Minho



Fig. 1: Capela Notre-Dame-du-Haut de Ronchamp, França
Fonte: Fotografia de autor (2014)

1.1 - Justificação da problemática e do objeto de estudo

A Arquitetura religiosa cristã só deu início a uma tipologia própria após o Édito de Milão no ano 313, quando o Imperador Constantino concedeu liberdade de culto ao povo e proclamou a religião Católica como a religião oficial do Império Romano, após os “primeiros séculos de perseguições à comunidade cristã” (Papa João Paulo II, 1999, p.4). Desde então, houve alguns pontos de viragem na criação do espaço religioso, provocados essencialmente pelos diversos concílios realizados ao longo da História, salienta-se, o Concílio de Trento (1545) e, mais recentemente o Concílio Vaticano II (1965), como os mais relevantes nesta matéria. O Concílio Vaticano II foi o último realizado e os vários documentos produzidos vigoram na atualidade.

No essencial, este Concílio visava uma modernização da igreja através da reintrodução de aspetos litúrgicos, que se tinham perdido ao longo dos tempos, como por exemplo reaver: a centralidade da eucaristia, a participação do povo, entre outros. Estas alterações tiveram as correspondentes consequências espaciais, num contexto em que a liturgia como ato público e formal instituído pela Igreja, tem a finalidade da celebração do mistério de *Cristo*, sendo esta composta por um conjunto de ritos cerimoniais.

O templo religioso atual, de igual forma que o produzido ao longo da História, tem de dar resposta ao homem que tem que servir, nomeadamente na sua vivência na fé e na sua expressão simbólica da comunhão com Deus e com a comunidade (Concílio Vaticano II, 1965), apoiando-se, segundo Frade, “(...) na beleza da sua arquitetura como forma de evangelização” (2008, p. 1), como sempre foi predicado da arquitetura religiosa.

Hoje em dia, é um grande desafio para o arquiteto, dar resposta a esta problemática, nomeadamente no referente às alterações conciliares pós-conciliares, tendo em conta que as questões relacionadas com a religião, desde os seus primórdios, sempre foram contestáveis.

Neste sentido, é pertinente fazer esta investigação, com base em três estudos de caso, para aclarar o estado da arquitetura religiosa atual, quer do ponto de vista do autor, do celebrante, comunidade eclesial, analisando a sua adequabilidade espacial aos princípios litúrgicos pós-conciliares.

Segundo a agência Ecclesia (agência noticiosa da igreja católica), a arquitetura religiosa depara-se, atualmente, com um problema que não tem que ver com o seu valor arquitetónico (que a própria expressividade desmente), nem com o desinteresse comunitário acerca do seu teor, mas com “a inadequação da forma

arquitetónica ao seu conteúdo religioso específico” (2013). Acrescenta, ainda, que a falta de comunicação entre os agentes envolvidos nessa produção arquitetónica poderá estar na origem de tal inadequação. Fulcanelli, neste contexto, refere que “por vezes o artista sobrepõe a sua própria glória à da obra” (1998, p. 88), aludindo a um vazio teológico, presente em alguma da produção atual.

O conhecimento recíproco que relacione a teologia e a liturgia com a arquitetura e as artes é essencial, sendo este o ponto de partida para a produção dos conceitos estruturantes para desenvolver e criar bases de diálogo, cujo resultado final seja a produção arquitetónica religiosa de qualidade, que responda às necessidades do culto, ou seja, o espaço organizado em torno do altar onde se reúnem os fiéis para celebrar a eucaristia, denominando-se de *Assembleia dos fiéis* (Concílio Vaticano II, 1965).

A identidade de um edifício de culto cristão é um dos temas mais controversos que a arquitetura tem que enfrentar neste arranque do novo milénio (Congresso Internacional de Arquitetura Religiosa Contemporânea - CIARC, 2009). Neste sentido, esta investigação visa colmatar uma lacuna no conhecimento, fazendo uma reflexão sobre esta problemática, tanto ao nível concetual, institucional e até mesmo social, tentando clarificar, como refere o CIARC, se a arquitetura religiosa se converteu num lugar de “experimentação formal de tipo abstracto, desligado da realidade” (2009) ou se, por outro lado, o seu conteúdo teológico e simbólico, se mantém presente, fazendo esta verificação com base nos estudos de caso.

Breve revisão da literatura:

O estatuto do edifício religioso reflete, em certo sentido, a sociedade que o caracteriza, podendo, por este motivo, ser um instrumento válido de análise sociológica e antropológica e não meramente arquitetónico. Neste sentido, Alberto Estima afirma que se deveria ambicionar:

uma arquitetura contextualizada com as especificidades da presente época de modo a conjugar o binómio Fé e Arte e não, quanto muito, fundamentada em conceitos ecléticos, meramente estéticos, desprovidos de conteúdo reflexivo (...). A arquitetura religiosa faz sentido se contemplar o ser humano nas suas diversas dimensões, isto é, como um todo e não somente o lado funcional e estético da arquitetura, porque isso é redutor. (2006, p. 155).

Segundo vários autores, hoje em dia a produção arquitetónica religiosa banalizou-se, neste sentido Estima refere que, a filosofia de um projeto de uma igreja ou de uma qualquer sala de espetáculos é a mesma, não apresentando desta forma a “genuinidade e a fidelidade de outrora” (2006, p. 157). Nesta mesma linha de pensamento, Burckhardt (2009) alude a que não é por emprestar temas religiosos ao

estilo arquitetónico que lhe outorgará um carácter sagrado. Estima fundamenta a sua opinião com a questão economicista do arquiteto, onde:

para a maioria, é o objetivo primeiro e para alguns, o único (...), onde projetar se tornou um ato de produção em série, imposto pelo ritmo dos meios informáticos, onde os prazos de entrega e os custos controlados se tornaram prioridades em detrimento da componente poética, espontânea e apaixonada, com que deveriam ser executados os projetos. (2006, p. 159 e 160)

João Luís Carrilho da Graça, arquiteto, responsável por várias produções de espaços religiosos, tem como linha condutora de todas as suas obras que as mesmas devem “encenar o mínimo e de maneira mais intensa” (2010, p. 193), sendo esta arquitetura concebida, em torno de ideias e isso faz toda a diferença em relação à demais produção arquitetónica, acrescentando ainda que “a monumentalidade, para mim, não tem atração alguma” (2010, p. 202), privilegiando antes a sensação de cumplicidade e não de hostilidade sobre quem a utiliza, conclui. O padre Patrão, citado pelo autor anterior, tem uma visão oposta a toda a produção religiosa atual expressando que, “as igrejas podem ser em qualquer sítio, as igrejas podem ser num prédio qualquer perfeitamente banal, o que é preciso é que o espaço lá dentro seja interessante, não tem piada nenhuma estar a fazer edifícios e a gastar dinheiro com igrejas” (2010, p. 194). Este pensamento vai ao encontro das teorias defendidas pelo crítico Bruno Zevi onde “(...) a arquitetura mais bela produzida é a que leva em consideração o espaço interior. O facto de o espaço, o vazio ser o protagonista da arquitetura vem de ser sobretudo, o ambiente, a cena onde vivemos a nossa vida” (1966, p. 18), focando, desta forma, toda a sua atenção no espaço interior e no simbolismo que ele transmite.

Por outro lado, Siza Vieira falando sobre a igreja do Marco de Canaveses, opina que as construções pós-conciliares perderam muito com o “giro” do altar, acrescenta ainda, que muitas das igrejas antigas “(...) perderam consistência (...) perderam a lógica, a coerência e a razão de ser” (2006, p. 217), sendo este um problema atual, das igrejas construídas antes do concílio supra mencionado. Neste contexto, o ex-cardeal-patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, opina que esta alteração é decisiva para compreender o fundamento teológico do Concílio, que em suma é o reaver da “dimensão comunitária da igreja” (2012, p. 5), que fora perdida e, novamente, recuperada.

Como se pode constatar, não existe um consenso sobre o modo de concretizar os princípios a que deve obedecer a arquitetura, para ser liturgicamente eficaz. Embora este seja dominado pelo ritual litúrgico, não obriga a uma solução exclusiva. A questão é que muitas vezes esta solução é incompreendida pelos fiéis, cabendo ao arquiteto a responsabilidade de definir como a nova edificação responderá aos anseios religiosos, da comunidade eclesial.

1.2 - Objetivos da dissertação

No processo de estudo, no âmbito da pesquisa sobre arquitetura religiosa apresentado nesta dissertação, torna-se essencial focalizar as ferramentas de investigação, de forma a responder satisfatoriamente aos seguintes objetivos:

Identificar os princípios espaciais implícitos na Constituição “Sacrosanctum Concilium”, sobre a Liturgia (Concílio Vaticano II, 1965).

Este objetivo é fundamental para identificar quais as principais alterações, de cariz arquitetónico, propostas no documento supra referido e quais os reflexos práticos que as mesmas produziram na conceção do novo espaço religioso, assim como, as consequências na relação deste com malha urbana e com as diretrizes programáticas, que o objeto arquitetónico deveria contemplar para, de uma forma fundamentada e metodicamente válida, responder ao objetivo que se segue.

Verificar a adequabilidade da arquitetura religiosa atual, ao ritual e simbolismo litúrgico, derivados da reforma conciliar, com base em três estudos de caso.

Após analisar, interpretar e relacionar as três obras selecionadas (Capela de Moledo em Caminha, Igreja da Sagrada Família em Viana do Castelo e Igreja Nova da Correlhã em Ponte de Lima), com os documentos eclesiais produzidos pelo referido concílio, será aferida a adequabilidade dos espaços religiosos, tendo em conta as normas litúrgicas vigentes, relacionando-as com os princípios espaciais que se deveriam observar na sua conceção, assim como a sua conformidade ao celebrante e à comunidade eclesial, quer da perceção da sua funcionalidade litúrgica, quer do simbolismo dos seus elementos compositivos.

Este objetivo é essencial, tendo em conta que o novo espaço celebrativo deve manifestar a sua expressiva funcionalidade, desde a perspetiva litúrgica, que diz respeito ao celebrante, do ponto de vista da participação ativa, relacionada com a comunidade eclesial e do desejo de congregar – reunir (conceito) que o espaço deve contemplar. Porém, a funcionalidade expressa no objeto arquitetónico, não pode descurar a componente simbólica, própria da natureza do espaço concebido – o templo.

Importa relembrar que a liturgia renovada centra a eucaristia na comunidade reunida – caráter sacerdotal, por e para a qual o edifício religioso deverá estar concebido e dirigido, daí a importância de, passados cinquenta anos da promulgação do *Sacrosanctum Concilium*, se verificar a adequabilidade do espaço religioso à comunidade eclesial, sendo este o desafio a que há-de servir o templo atual.

Portanto, o enfoque desta dissertação recairá nos elementos configuradores do recinto celebrativo, partindo da revigorada conceção do culto, nas suas repercussões litúrgicas e espaciais, assim como, na compreensão e aceitação por parte dos fiéis, onde toda esta conjuntura se terá de vincular conceitualmente.

1.3 – Métodos de investigação

1.3.1 - Definição dos estudos de caso

A metodologia utilizada é do tipo de investigação do método de estudos de caso (multicaso), baseado na natureza comparativa (Yin, 2003) de três igrejas posteriores ao Concílio Vaticano II (1965), mais concretamente construídas nos últimos trinta anos, tendo sido edificada uma em cada década.

O método de estudo de caso pressupõe a análise de situações semelhantes, como os casos que de seguida se apresentam, mas em diferentes contextos.

Esta metodologia foi adotada para fazer a comparação analítica entre os edifícios selecionados e a sua adequabilidade às normas religiosas emanadas do referido concílio, mais concretamente quanto à conceção dos novos espaços religiosos.

As igrejas de referência são casos particulares, de construções posteriores ao ano de 1965, seguidamente analisadas segundo diferentes ferramentas (Yin, 2003).

Os três estudos de caso foram selecionados tendo em consideração os seguintes critérios de seleção:

- 1) Territorial – pela facilidade de permanência intensiva no local, por ser um fator determinante num estudo de caso;
- 2) Temporal – nas últimas três décadas;
- 3) Cultural – obras inseridas em contextos culturais/sociais semelhantes;
- 4) Autoria – seleção de obras cuja possibilidade de contacto com os arquitetos fosse real.

Os estudos de caso selecionados que contêm as características pré-definidas foram:

Estudo de Caso 1 (EC1): Capela de Moledo – Caminha;

Estudo de Caso 2 (EC2): Igreja da Sagrada Família – Viana do Castelo;

Estudo de Caso 3 (EC3): Igreja Nova da Correlhã – Ponte de Lima.

No âmbito desta pesquisa foram visitadas e estudadas vários espaços religiosos, quer no panorama nacional quer internacional, similares às analisadas, cujo propósito é fazer uma contextualização arquitetónica da investigação, que permita uma melhor interpretação e dessecamento dos estudos de caso selecionados para o efeito, que se apresentam no capítulo III (pág. 127).

1.3.2 - Ferramentas de investigação

1) Análise Documental (Albarelo L., Digneffe F., Hiernaux J., Maroy C., Ruquoy D. & Saint-Georges P., 1997)

A documentação, quer a escrita (documentos oficiais e não oficiais) quer a não escrita (imagens, objetos, sons, entre outros) é a base de qualquer investigação, com este procedimento pretende-se clarificar os conceitos e estabelecer o estado da questão, alargando o quadro teórico que permita objetivar o ponto de vista de quem pesquisa esta temática, evidenciando quer as semelhanças, quer as diferenças obtidas nessa análise.

A recolha da informação baseia-se nos seguintes documentos:

a) Informação de carácter geral:

-Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*”; (anexo 1)

-Instrução Geral do Missal Romano; (anexo 2)

-Instrução “*Inter Oecumenici*” (anexo 3).

Daqui em diante, serão designados por “doc. 1”, “doc. 2” e “doc. 3”, respetivamente.

Nota: estes três documentos foram referidos pelo teólogo Jorge Alves Barbosa-informante chave (diretor do gabinete de arte sacra da diocese de Viana do Castelo) - “como os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar” (comunicação pessoal, 12 de setembro, 2014) e serviram de base para a obtenção do quadro de indicadores (ver ponto 2.3.4).

b) Informação de carácter específico de cada estudo de caso:

-Peças desenhadas (digital e analógica) e peças escritas do processo de licenciamento nas respetivas Câmaras Municipais (documentos oficiais), (anexo 4.1, 5.1 e 6.1);

-Imprensa local, revistas, publicações periódicas e livros (documentos não oficiais).

(Quivy, 1992)

2) Entrevista (Bruyne, Herman, & Schoutheete, 1991)

A entrevista é uma das técnicas de recolha de dados, caracteriza-se por ser estruturada, livre, centralizada num tema particular, informal e contínua.

As entrevistas, diretivas, realizadas *in loco*, dirigem-se, numa primeira fase aos informantes chave, nomeadamente: Nuno Higinio, teólogo e escritor - mentor da premiada igreja do Marco de Canaveses, sendo à data o pároco dessa cidade; César Augusto Silva Braz, teólogo e professor na cidade do Porto e Jorge Alves Barbosa, também teólogo e diretor do gabinete de arte sacra da diocese de Viana do Castelo (anexos 7.1, 7.2 e 7.3).

Numa segunda fase, as entrevistas destinaram-se aos elementos preponderantes a cada estudo de caso, nomeadamente,

Estudo de caso 1 (entrevistados)

Arquiteto da obra: Alexandre Alves Costas (anexo 4.2)

Pároco da igreja: Rui Miguel Gonçalves Rodrigues (anexo 4.3.2)

Pároco 'mentor' da obra: Valdemar (anexo 4.3.3)

Membros da comunidade eclesial: cinco entrevistas a sujeitos da freguesia (católicos, praticantes, de diferentes faixas etárias), (anexo 4.4)

Estudo de caso 2 (entrevistados)

Arquiteto da obra: Luís Faro Viana (anexo 5.2)

Pároco da igreja: Artur Coutinho (anexo 5.3)

Membros da comunidade eclesial: cinco entrevistas a sujeitos da freguesia (católicos, praticantes, de diferentes faixas etárias) (anexo 5.4)

Estudo de caso 3 (entrevistados)

Arquiteto da obra: Luís António Lourenço Teles (anexo 6.2)

Pároco da igreja: José Correia Vilar (anexo 6.3)

Membros da comunidade eclesial: cinco entrevistas a sujeitos da freguesia (católicos, praticantes, de diferentes faixas etárias) (anexo 6.4)

Sendo estes elementos relevantes para o desenvolvimento da investigação, os respetivos guiões baseiam-se num conjunto de perguntas objetivas, que se encontram em anexo,

Arquiteto da obra: Guião E2 (anexo 4.2.1);

Pároco da igreja: Guião E3 (anexo 4.3.2);

Membros da comunidade eclesial: Guião E4 (anexo 4.4.1).

Nota: as entrevistas efetuadas aos sujeitos, anteriormente descritas, passarão a ser designadas por 'comunicação pessoal', estando, desta forma, as citações alinhadas com as recomendações da formatação APA.

3) Fotografia (Bodgam & Biklen, 1994)

Utilizada como técnica complementar, tendo em conta que é um instrumento que se enquadra no método de análise selecionado – qualitativo - permitindo compreender aspetos de difícil abordagem, como sendo os detalhes construtivos, cor, entre outros, semelhantes nos três casos e passíveis de comparação (Bogdan, 1994). Apresenta-se em anexo o conjunto de fotografias:

Fotografias do estudo de caso 1 no anexo 4.6;

Fotografias do estudo de caso 2 no anexo 5.6;

Fotografias do estudo de caso 3 no anexo 6.6.

4) Observação (Gil, 1995):

A observação será participante (natural), onde se pretende uma compreensão direta da realidade sem intermediação, com a finalidade da construção de uma ficha de observação.

Nota de campo e pesquisas de campo, obtidas através de textos, esquiços, diagramas que servem de apoio à observação participante (Bogdan, 1994), sendo um relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no desenvolvimento da pesquisa, cujo objetivo é a recolha de informação referente a cada estudo de caso, colaborando na construção das referidas ficha de observação:

Ficha de observação do EC1 em anexo 4.5;

Ficha de observação do EC2 em anexo 5.5;

Ficha de observação do EC3 em anexo 6.5.

5) Tratamento de dados (Bogdan, 1994):

Análise qualitativa no tratamento da informação recolhida, organizando-a de forma lógica adequada e triangulando a informação recolhida nos três estudos de caso, utilizando sempre as técnicas/instrumentos de investigação referidos, anteriormente, de forma a responder aos objetivos iniciais traçados para o estudo.

Essa informação é recolhida tendo em conta a divisão dos indicadores em cinco categoria, a saber:

Espaço Litúrgico (geral) – Participação ativa;

Espaço Litúrgico (geral) – Comodidade;

Espaço Litúrgico (presbitério) – Centralidade;

Espaço Litúrgico (simbólico) – Reunião;

Espaço Litúrgico (simbólico) – ‘Chamamento’.

Estas cinco categorias servem, de uma forma metódica, para recolher o maior número de informação possível sobre cada caso, que no ponto 2.3.4, se descreve a sua obtenção – quadro de indicadores.

1.4 - Estruturação da dissertação

Para se responder de forma precisa aos objetivos inicialmente propostos, assim como à metodologia prevista no âmbito deste estudo, a presente dissertação tem a seguinte estrutura:

Capítulo I

Este capítulo faz a apresentação da dissertação. Essa apresentação baseia-se, no primeiro ponto, na justificação da problemática e do objeto de estudo; no ponto seguinte, enumeram-se os objetivos que se propõe alcançar e fundamenta-se a seleção dos mesmos; de seguida, expõe-se a metodologia a aplicar para a realização desses mesmo objetivo e, por último, faz-se uma abordagem ao estado atual da produção arquitetónica do tema desta dissertação - arquitetura religiosa - quer no panorama nacional quer internacional.

Capítulo II

Neste capítulo aprofundam-se os três temas sobre os quais gravita toda a informação referente ao objeto desta dissertação. O primeiro tema refere-se à origem da Igreja Católica, os seus conceitos básicos, relações e evolução, assim como se aborda a liturgia e suas características. O seguinte tema é sobre o rito e simbolismo na arquitetura sacra, a sua origem, importância, significado, aplicação, entre outras. O terceiro tema é sobre o Concílio Vaticano II, os seus antecedentes, o seu modelo teológico e as alterações espaciais que este introduziu na produção arquitetónica.

Capítulo III

O terceiro capítulo refere-se exclusivamente aos estudos de caso selecionados. Este capítulo foi subdividido em dois, o primeiro – a análise individual – expõe a descrição de cada caso no referente à sua contextualização, antecedentes, características, programa, entre outros, e, posterior análise de cada um, à luz dos indicadores previamente determinados; o segundo - análise comparativa – é a comparação, nos três casos, da informação obtida por cada indicador, ilustrando de uma forma muito gráfica essas mesmas situações comparáveis.

Capítulo IV

Este capítulo é uma abordagem interpretativa da toda a informação recolhida, correlacionando os resultados da análise comparativa com a fundamentação teórica, de forma a responder os objetivos definidos inicialmente e cujo resultado final se traduz nas conclusões.

1.5 – Evolução do espaço religioso pós-conciliar

Estado da arte

Não havendo, previamente, referências quanto à produção bibliográfica no âmbito desta pesquisa – adequabilidade do espaço litúrgico, optou-se por analisar vários espaços religiosos dentro deste intervalo temporal – pós-conciliares - com o desígnio da aquisição de um marco de referência teórico, válido e capaz de fundamentar a presente pesquisa.

A igreja, como espaço religioso, recebeu ao longo dos tempos várias concepções formais e várias configurações de relação urbana, dependendo de inúmeros fatores, de entre os quais: o programa organizativo, o critério criativo do autor, o orçamento disponível, conjuntura socioeconómica, entre outros. Neste sentido, a história da arquitetura religiosa nos últimos anos tem sido “marcada de forma constante pelo conflito, mais ou menos latente, entre renovação e repetição, modernidade e tradição” (Carmo, 2010, p.2).

As primeiras igrejas da cristandade (séc. IV) assumiram uma concepção religiosa monumental, fruto a ostentação característica do império Romano. Com o passar dos anos e em plena época medieval o espaço religioso assume simultaneamente características religiosas e defensiva, que se vão intensificando à medida os séculos avançam e, que depois se vão diluindo como o fim do medievo.

Ultrapassados esses períodos conturbados, os edifícios religiosos tornaram-se mais sociais e menos militarizados, onde o conhecimento foi o seu grande avanço – criação das universidades (Hani, 1998).

Até ao início do séc. XX a Igreja caminha, paulatinamente, numa conjuntura social e comunitária estável, com a firmeza litúrgica conferida pelo Concílio de Trento (séc. XIV). No arranque do séc. XX, surgem vários movimentos religiosos que defendem uma revisão dos paradigmas doutrinários da Igreja Católica. Nomeadamente, esses movimentos têm mais destaque na França, Alemanha, Suíça, entre outros, neste sentido assiste-se ao aparecimento dos primeiros edifícios que comportam uma certa rutura com a composição religiosa até aí vigente, criando um “espaço significativo” (Silva, 1999, p. 74), como sucede por exemplo na Igreja de Ronchamp (Fig. 4), Tourette (Fig. 5) do arquiteto Le Corbusier, onde o paradigma concetual passa a ser a relação como entrono, deixando-se influenciar pela envolvente em que se localiza e, sendo ao mesmo tempo uma influência para a mesma.

Em território nacional surge a igreja da N^a S^a de Fátima em Lisboa, do arq. Pardal Monteiro (Fig. 3), como a primeira que incorpora alterações, cujo objetivo era dotar o espaço de uma nova vivência comunitária e litúrgica, bem como de uma maior

dignidade e qualidade plástica (Hani, 1998), onde, no essencial, se predicava por um espaço celebrativo unitário – aproximação fiel e clero.

Na década de 70 e 80, já com as recomendações do Concílio Vaticano II em vigor, assiste-se ao proliferar de soluções experimentais que refletisse o novo espaço sacro, com a premissa de aproximar a assembleia e o presbitério "porque a Igreja é, antes de mais, assembleia convocada, povo de Deus reunido para celebrar" (Policarpo, 2012, p.3).

Mas, é com a construção da Igreja do Marco de Canaveses em 1996 (Arq. Siza Vieira) que, segundo afirma Gonçalo Byrne, se "restabelece a arquitetura como atividade eminentemente artística, poética e interrogativa, tão íntima como um caderno, tão universal como as relações que constrói. Este subjetivismo compositivo, contraposto à complexidade do real construído, nunca se tinha colocado com esta clareza em arquitetura" (1995, p.8), havendo nesta obra uma reincorporação e reinterpretção dos elementos compositivos tradicionais (torres, portal, nave, entre outros).

É desta forma que surgem diversas soluções, variando em tamanho e complexidade programática, e neste sentido, sendo a arquitetura uma atividade eminentemente operativa, cuja relação com a envolvente se faz por uma leitura interpretativa das suas produções espaciais – permanências figurativas - mais do que pelas descrições teóricas das mesmas, torna-se essencial, nesta fase, o conhecimento verdadeiro destas, no seu contexto real, com a intensão de dar forma à representação do templo como, segundo refere Policarpo é o "lugar privilegiado da busca da beleza" (2012, p.1).

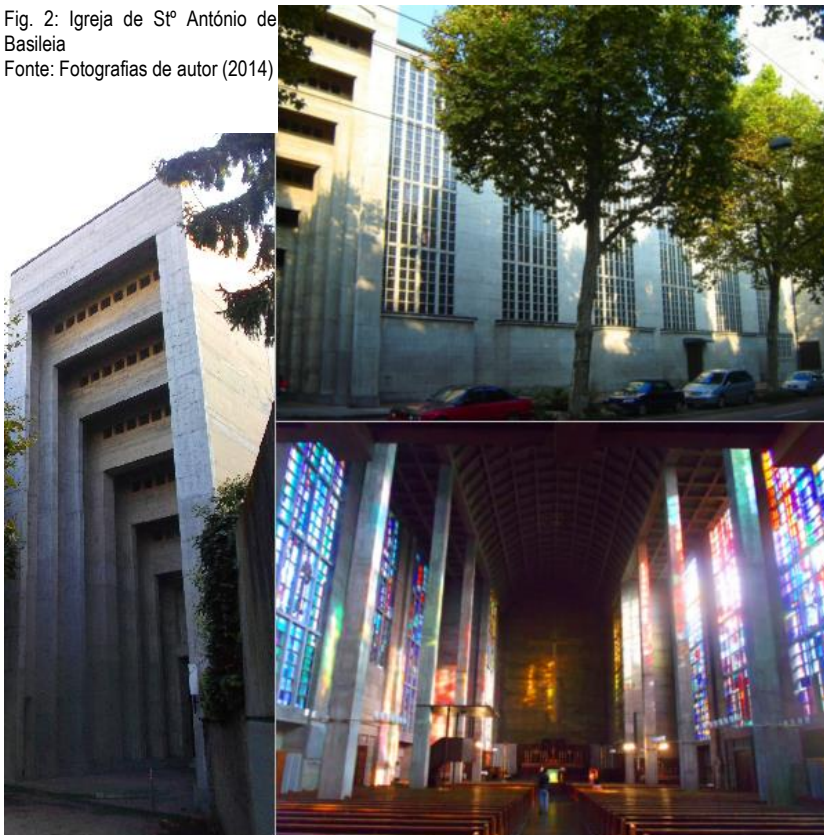
Neste sentido, propõe-se uma análise crítica e interpretativa das obras que se consideraram paradigmáticas à discussão da produção religiosa atual, do ponto de vista funcional e simbólico, como legítimos objetos de arte sacra. Segundo o Papa João Paulo II refere "não raro se construíram templos, que são simultaneamente lugares de oração e autênticas obras de arte" sendo, na sua ótica, "o tema religioso, dos mais tratados pelos artistas de cada época". (1999, p.6)

Seguidamente enunciam-se, por ordem cronológica de construção, as igrejas visitadas e comentadas (funcionalmente, estrategicamente, esteticamente, entre outras) no âmbito desta pesquisa, quer no panorama nacional quer internacional. Propõe-se, assim, a avaliação e contextualização arquitetónica da investigação, permitindo uma melhor interpretação e dessecamento dos estudos de caso apresentados no capítulo III, esclarecendo a origem, significado e razões das formas atuais.

Igreja de Stº António de Basileia, Suíça (1927) Arq. Karl Moser

Esta igreja, apesar de anterior ao Concílio Vaticano II (C.V. II) é considerada a primeira igreja modernista da Suíça, sendo este país um dos grandes impulsionadores dos movimentos eclesiais que incitaram o referido concílio. A sua geometria parte do 'modelo caixão' em betão armado (note-se que era o início deste material na construção), austero e rude nos materiais, dominada por superfícies maciças, que mais se assemelha a uma nave industrial. O espaço interior tem como protagonista a crueza dos pilares quadrados de 18 metros de altura, e pela grande abóboda reticulada que cobre a nave central. Os paramentos exteriores são compostos por grandes vitrais, de cor azulada, onde a cadência entre pilares e vitrais enfatiza a sensação de massa. A entrada é saliente e há um degradê da volumetria compositiva da mesma. É um edifício rígido e plasticamente austero, tipicamente germânico.

Fig. 2: Igreja de Stº António de Basileia
Fonte: Fotografias de autor (2014)



Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa (1938)
Arq. Pardal Monteiro

No início do séc. XX, surge em Portugal a primeira igreja do movimento moderno da arquitetura, esta igreja, também anterior ao C.V. II, tem uma especial importância por ter sido a primeira, conceitualmente, a opor-se à visão revivalista da época do estado novo, marcando um fase monumental na arquitetura religiosa em Portugal, sendo também a primeira a usar o betão armado na sua construção.

A leitura é clara na relação dos volumes da torre (lateral) com a nave e com o baptistério, sendo este numa capela autónoma.

A composição interior tem claras referências góticas, onde os amplos pilares fazem a separação entre a nave central e as laterais.

Na época o Arq. Cottinelli Telmo dizia que “é um edifício bem equilibrado, de linhas puras e bem agarrado ao chão,” (1938) iniciando, desta forma, a era do betão na arquitetura religiosa.

Fig. 3: Igreja de Nossa Senhora de Fátima
Fonte: Fotografias de autor (2015)



Capela Notre-Dame-du-Haut de Ronchamp, França (1955)
Arq. Le Corbusier

Numa época em que o betão está em pleno auge, ergue-se na colina de Boulémont uma igreja, substituída de uma anterior arrasada pela guerra, que era um centro de grande peregrinação, onde a fusão entre modernidade e tradição é um valor presente nas construções pré-conciliares, introduzindo já, alguma complexidade programática. De planta assimétrica, o espaço interior é composto pela nave principal e por três altares secundários, onde a luz difusa invade todo o espaço.

A cobertura tem como inspiração a carapaça de um caranguejo, e 'levita' sobre toda a estrutura, numa técnica construtiva revolucionária na época. O revestimento é em betão branco e granulado, onde a parede sul é, ao mesmo tempo, mais espessa e mais afilada que as demais, sendo intensamente perfurada por janelas coloridas.

A parede nascente contém a imagem da virgem, resgatada das ruínas, que pode ser vista desde o interior e desde o exterior. O contraste é intenso entre os elementos compositivos, numa enorme experiência sensorial.

Fig. 4: Capela Notre-Dame-du-Haut de Ronchamp
Fonte: Fotografias de autor (2014)



Igreja do Convento de La Tourette, França (1960)
Arq. Le Corbusier

Inserida num mosteiro dominicano perto de Lyon, a igreja de Tourette foi construída numa paisagem aberta e verdejante, numa parcela com ligeira inclinação, ganhando, nesta época, grande importância a relação com a envolvente.

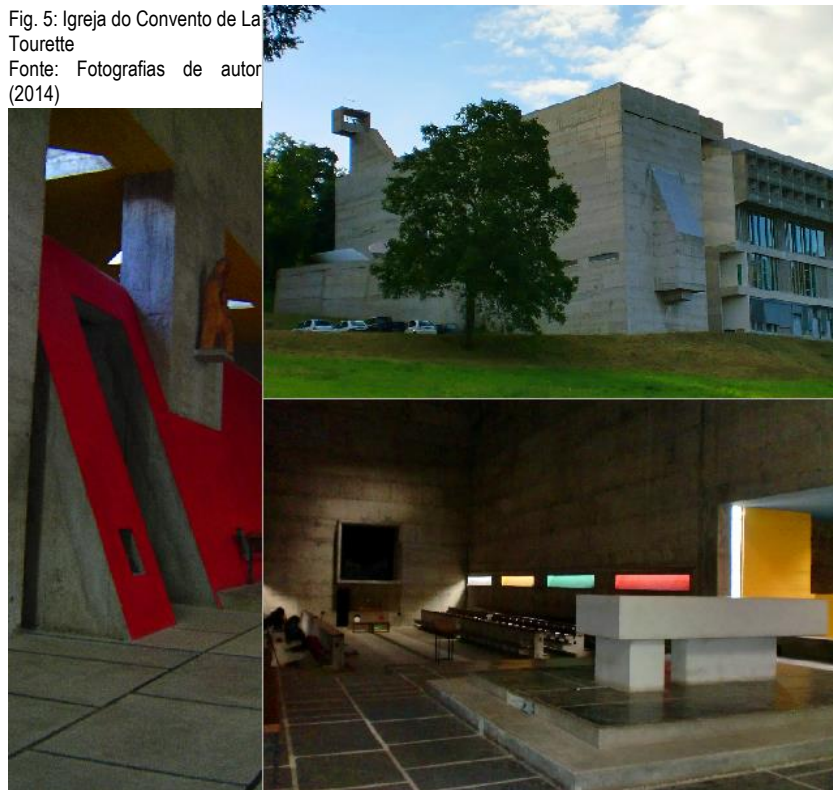
Em forma de paralelepípedo de expressão vertical, a igreja é austera pela forma como o rude betão aparente, molda o espaço celebrativo de nave única.

O interior é escurecido pela reduzida entrada de iluminação natural e pela cor negra do pavimento. Certas dependências, como os altares laterais, são iluminadas por uns 'canhões de luz' que banham as superfícies coloridas dos espaços.

A sacristia localiza-se por detrás do paramento pintado de vermelho e inclinado, sendo esse espaço iluminado por sete 'metralhadoras de luz' oblíquas, colocadas de forma aleatória.

Espaço de simplicidade funcional e correção espacial, remete para o estilo de vida dos monges aos quais tem de servir, colaborando com a luz, com a cor e com a crueza do material, para criar uma atmosfera de recolhimento e prece.

Fig. 5: Igreja do Convento de La Tourette
Fonte: Fotografias de autor (2014)



Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Lisboa (1970)
Arq. Teotónio Pereira e Nuno Portas

Com a conclusão em 1965 do C.V. II, começam a ser construídas as primeiras igrejas com as alterações litúrgicas proclamadas nos documentos oficiais.

Esta igreja localiza-se num pequeno lote situado numa zona central da cidade, entre duas ruas, cujo desnível entre ambas é considerável.

A articulação do edifício sacro com a malha urbana é cada vez mais fundamental na leitura desta proposta, permitindo, neste caso, um diálogo íntimo entre as partes.

O rigor formal, a simplicidade e a depuração ornamental, caracterizam este espaço religioso, que em 1975 recebe o premio Valmor e em 2010 foi classificada como monumento nacional.

A sucessão de terraços e lanços de escadas dinamiza os alçados, sendo estes paramento facetados e desencontrados.

A utilização de materiais 'menos nobres' (blocos de cimento aparente) no interior e a simplicidade da composição é a interpretação pessoal dos autores sobre a renovação religiosa que se proclamava na época.

Fig. 6: Igreja do Sagrado Coração de Jesus
Fonte: Fotografias de autor (2015)



Igreja Memorial Kaiser Wilhelm, Berlim (1970)
Arq. Egon Eiermann

Para além da nova conceção arquitetónica vigente, inicia-se uma fase de grande importância sobre as questões patrimoniais e de memória coletiva. Esta igreja foi construída para substituir a neorromânica existente no local, e que durante a II Guerra Mundial foi destruída, ficando esta, desde então, como um símbolo permanente da devastação que tal conflito provocou – memorial.

A forma hexagonal que a define é composta por peças pré-fabricadas de betão perfurado, cada uma com 25 pequenos vitrais azuis que personalizam a atmosfera interior, assemelhando-se ao rendilhado do favo de mel.

A capacidade interior é de 1000 pessoas, e o espaço é geometricamente simples e os paramentos perfeitamente verticalizados. O altar tem destaque especial no conjunto pela estátua de cristo que a preside, executado pelo artista Karl Hemmeter sendo o material tombac (tipo especial de bronze).

Localizada junto ao edifício memorial, assume-se pela discrição como se relaciona com o conjunto, sem que para tal esta perca a sua identidade.

Fig. 7: Igreja Memória
Kaiser Wilhelm
Fonte: Fotografias de autor
(2014)



Igreja da Boavista, Porto (1979)
Arq. Agostinho Ricca

Localizada num contexto urbano densificado, só recentemente foi completada nas suas várias valências funcionais.

É uma referência na arquitetura religiosa no Porto, pela sua austeridade e pelo despojamento do betão aparente, aplicado nos paramentos e nos tetos e pelo modo como aproveita a luz natural para iluminar o presbitério e o baptistério.

É um espaço detalhado, artisticamente enobrecido, de onde se destacam as obras de Júlio Resende, como por exemplo o Cristo, a Via Sacra e vitrais coloridos, onde predomina a cor azul.

Denota-se uma grande unidade concetual em todo o conjunto, onde as relações entre o interior e o exterior são simples e funcionais.

O tapete que desce do altar é o elemento de exceção no conjunto, dando um colorido especial ao interior, escuro, rígido e depurado.

Fig. 8: Igreja da Boavista
Fonte: Fotografias de autor
(2014)



Capela de S. Bento em Sumvitg, Suíça (1989)
Arq. Peter Zumthor

O edifício religioso é cada vez mais um edifício semelhante ao existente na malha urbana envolvente, fazendo uma correta utilização, quer do material quer das técnicas construtivas locais, num diálogo íntimo com a paisagem.

Esta capela é diminuta (40 pessoas) e a sua forma, em planta, assemelha-se à de uma folha de árvore. O espaço reservado para a assembleia é composto por sete bancos de madeira, com comprimentos desiguais, ajustando-se à dimensão da nave, e como curiosidade também a espessura da madeira do assento é variável conforme a longitude do mesmo, denotando o excepcional detalhe na conceção.

A iluminação é unicamente zenital e o material construtivo vai beber às mais profundas raízes locais, estando a madeira omnipresente em todo o edifício.

De nave única, a cobertura é suportada pelos pilares desencontrados da parede, sugerindo um baldaquino que cobre todo o espaço celebrativo, gera uma atmosfera que transmite serenidade.

Fig. 9: Capela de S. Bento em Sumvitg
Fonte: Fotografias de autor (2014)



Igreja de Cedofeita, Porto (1994)
Arq.º Eugénio Alves de Sousa

No início do séc. XX, em plena produção monumental do espaço religioso, o arquiteto Marques da Silva foi convidado a projetar a nova igreja de Cedofeita, que nunca seria edificada, apesar da destruição do convento ali existente, dos quais alguns elementos adornam atualmente os jardins da igreja.

Neste período, a qualidade arquitectónica é preponderante, e não apenas a sua funcionalidade, sendo o material (betão) explorado intesamente.

A igreja atual é da autoria do arq.º Eugénio Alves de Sousa, que inicia o projeto em 1963, mas que devido às alterações provocadas pelo Concílio Vaticano II em 1965, só passados trinta anos foi concluída.

A torre estilizada, suportando um carrilhão notável de sinos e, separada do corpo principal, é a nota dominante de todo o conjunto.

A forma é simples, onde a cobertura 'flutua' sobre o espaço celebrativo.

O interior deste espaço não foi acedido (o único que não foi observado das igrejas apresentadas), por questões de 'impossibilidade administrativas'.

Fig. 10: Igreja de Cedofeita
Fonte: Fotografias de autor
(2014) e
<http://www.google.pt/imagens>



Igreja de Stª Maria, Marco de Canaveses (1996)
Arq. Álvaro Siza Vieira

Tendo passado cerca de 25 anos do fim do C.V.II, este edifício para além de funcional, pretende ser uma referência da construção eclesiástica pós-conciliar. Localizado numa zona com diferenças de cotas significativas e adjacentes a uma estrada com muito tráfico, erguer-se majestosa esta igreja, a igreja do 'Siza'. Articulando-se em dois níveis: o superior corresponde ao espaço celebrativo e o inferior é a capela mortuária, assenta num embasamento de granito que se relaciona com o arruamento existente através da sucessão de patamares. A entrada em "u" enfatiza a verticalidade das torres, onde a norte corresponde ao baptistério e a sul ao campanário, criam um adro de frente para estas e sobre o qual se abre a enorme porta. No interior o paramento norte, curvo e inclinado sobre a assembleia, contrapõe-se com a verticalidade do paramento sul de onde se destaca o vão, polémico, para o exterior. A luz domina o cenário, onde a geometria cuidada das formas construi um espaço axial que convida à meditação.

Fig. 11: Igreja de Stª Maria
Fonte: Fotografias de autor
(2015)



Igreja do Ramalde, Porto (1998)
Arq. Vasco Morais Soares

Nos anos 90, em Portugal, constata-se a construção de muitas igrejas novas, inseridas em centros paroquiais, onde a geometria compositiva e a materialidade são características dominantes.

Esta igreja situa-se numa freguesia populosa da cidade do Porto, onde a falta de um espaço celebrativo de grande dimensão levou à sua construção em 1998, conjuntamente com o Centro Paroquial. De geometria semicilíndrica (meia lua), a autenticidade dos materiais é destacável e assumida pelo autor, assim como a funcionalidade e a comodidade, que segundo os fiéis, é muito importante neste espaço. No exterior existe um grande painel de azulejos do mestre Rogério Ribeiro, que embeleza e enobrece o recinto.

O interior é sóbrio e solene, deixando que a luz natural ilumine e invada o presbitério, tornando-o no centro visual e espiritual de todo o conjunto.

A materialidade e o cromatismo do edifício contrastam com o envolvente ajardinado do recinto, favorecendo a sua integração paisagística.

Fig. 12: Igreja do Ramalde
Fonte: Fotografias de autor
(2014)



Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Munique (2000)
Arq. Allmann, Sattler e Wappner

Numa zona periférica da cidade de Munique surge este edifício composto por dois volumes paralelepípedos, um dentro do outro, onde o exterior é de vidro e o interior é de madeira. Neste período a tendência é claramente, minimalista, onde materialidade do edifício é explorada e intensificada.

A sua geometria é elementar, despojada, onde a luz detém papel fundamental na proposta, neste sentido, a 'pele' de vidro é a responsável pela explosão lumínica que se vislumbra no interior.

Destacam-se, no conjunto, as gigantescas portas pivotantes exteriores, que perfazem o paramento e que se abrem por completo, permitindo vislumbrar desde fora o espaço celebrativo. Cada porta tem a dimensão de 10x15m.

Uma grande pedra forma o altar, sendo o espaço da assembleia composto por bancos retilíneos, numa distribuição axial, onde a ornamentação é inexistente à exceção de uma grande cruz, gravada no revestimento que preside o presbitério.

Fig. 13: Igreja do Sagrado Coração de Jesus
Fonte: Fotografias de autor (2015)



Capela da Reconciliação, Berlim (2000)

Arq. Reitermann e Sassenroth

A Alemanha, vanguardista na construção de espaços sacros, construiu esta capela localizada no exato local da antiga capela com o mesmo nome, que foi demolida pelo governo da ex-RDA por se encontrar no alinhamento onde o Muro de Berlim passaria, o chamado 'corredor da morte'.

O edifício é composto pelo recinto celebrativo de forma ovalada, de construção em taipa, onde o altar é presidido pelo altar original. A 'galeria exterior' coberta delimitada por um ripado de madeira, também ela ovalada, define a volumetria do edifício.

Portanto, dois corpos ovalados, um dentro do outro, com eixos geométricos desfasados entre si, que compõe este edifício.

Este edifício surge como resposta à manutenção da memória coletiva das populações, entretanto separadas pelo Muro durante décadas.

De referir que o corpo interior da igreja foi a primeira obra pública feita na Alemanha em terra autoportante, onde o minimalismo formal é pedra angular desta proposta.

Fig. 14: Capela da Reconciliação
Fonte: Fotografias de autor (2014)



Igreja de Santa Maria Madalena, Freiburg em Breisgau, Alemanha (2004)
Arq. Kister Scheithauer Gross

Ainda na Alemanha, surge esta igreja numa urbanização residencial nos arredores de Freiburg, cuja concepção é pioneira, por em albergar, no seu interior, dois espaços de culto, para duas confissões diferentes, uma católica e outra protestante – início na ecumenicidade do espaço celebrativo.

Outra característica que torna este edifício peculiar é a possibilidade de unir os dois espaços, através da abertura de grandes portadas em betão e, conjuntamente com o corredor central que as separa, gerar um espaço, neste caso ecuménico, de grande capacidade de assistência, potenciando o diálogo interconfessional.

O edifício é multifuncional e nos seus quatro pisos alberga diversas valências sociais. A geometria é composta por uma sucessão de paramentos facetados e inclinados para o exterior, tendo em certos pontos quatro metros de espessura e executados em betão armado aparente.

O interior é austero e depurado na ornamentação, onde a cobertura, em lamelado de madeira, faz a união de todos os espaços de culto.

Fig. 15: Igreja de Santa Maria Madalena
Fonte: Fotografias de autor (2014)



Igreja da Santíssima Trindade, em Fátima (2007)

Arq. Alexandros Tombazis

Localizada no epicentro religioso de Portugal e num dos 'Altars Marianos' mais importantes do mundo católico, não é casual que a autoria desta igreja recaia num arquiteto ateu de origem Grega.

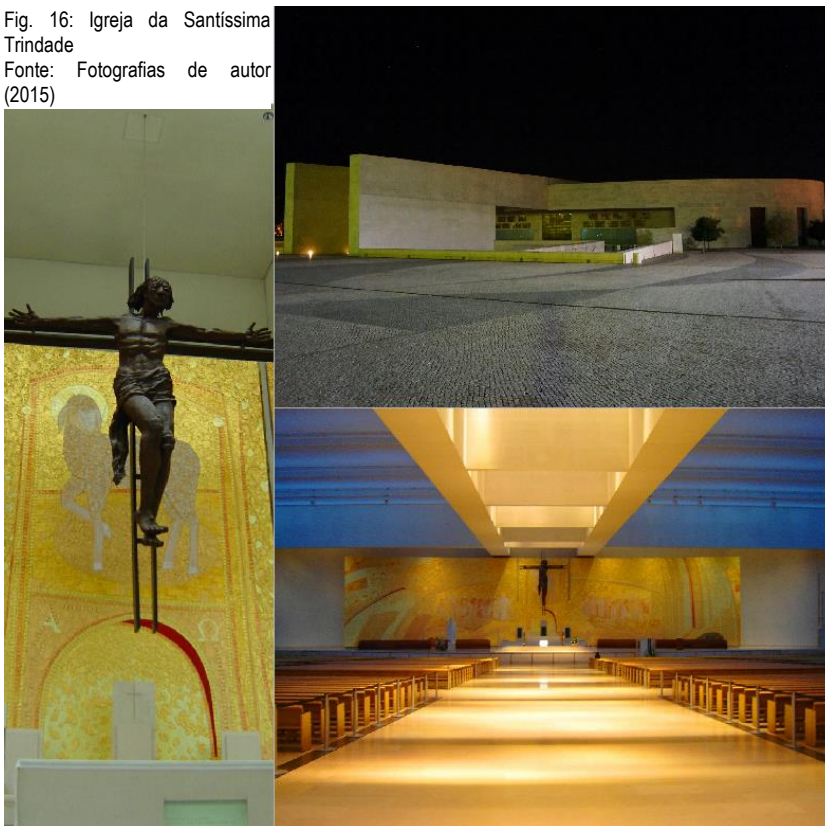
Nesta fase o programa funcional é, cada vez mais, complexo e extenso. Na atualidade, esta é a maior igreja de Portugal e a quarta maior do mundo, com capacidade para 10.000 fiéis sentados.

A forma é circular (125m de diâmetro) e o betão aparente, pintado e branco, define a volumetria colossal que a caracteriza.

No altar produz um forte impacto a representação de Cristo na cruz, sobrepondo-se e contrastando com um painel dourado, que através da iluminação natural cria um impressionante efeito de cor e brilho. Este surge no centro de uma planta livre onde o pavimento é inclinado na sua direção.

Polémica desde o início, os seus detratores e admiradores contabilizam-se em partes iguais. Inegável é a sua funcionalidade e monumentalidade.

Fig. 16: Igreja da Santíssima Trindade
Fonte: Fotografias de autor (2015)



Capela da Virgem Entre as Ruínas em Colónia, Alemanha (2007)
Arq. Peter Zumthor

Este espaço religioso faz parte integrante do edifício designado por Museu de Kolmba, que o alberga no piso 0. A atual capela emerge das antigas ruínas de uma igreja Gótica destruída na II Guerra Mundial e, nos restantes pisos, encontra-se distribuído o programa expositivo do museu, perpetuando a memória coletiva.

A igreja de reduzidas dimensões tem uma magia especial, não só pelos elementos arquitetónicos que contém, mas pelo diálogo que mantém com a história recente da cidade, procurando promover sensações.

As integrações do novo edifício com as pré-existências medievais são assinaláveis, assim como a relação com a malha urbana adjacente. A construção é em pedra e a trama perfurada que se vislumbra nos paramentos exteriores serve para delimitar uma zona interna de ruínas arqueológicas, de origem romana, que ganha maior significado visto desde o interior.

O projeto é minucioso, onde os vitrais, o órgão de tubos e o sacrário têm uma notoriedade especial no conjunto das partes, fomentando o diálogo entre o tradicional e o inovador.

Fig. 17: Capela da Virgem
Entre as Ruínas
Fonte: Fotografias de autor
(2014)



Capela de Santa Ana em Canedo, Stª Mª da Feira (2009)
Arquitetura e|348

Localizada no pequeno lugar de Sousanil na freguesia de Canedo, esta obra surge da vontade de um particular que, segundo os vizinhos referem, “criou fortuna no Brasil, mandou-a construir e ofereceu-a à população”, como forma de pagamento de uma promessa pessoal.

A sua forma minimalista, o branco e a luz são os elementos que definem este pequeno espaço celebrativo. A grande cruz inserida no paramento sul desenha uma imagem, que desde o interior ganha maior impacto visual e que os fiéis se encarregam de elogiar. Os pequenos vãos existentes nos paramentos periféricos, sendo mais numerosos na zona do presbitério, proporcionam reflexos e controlo lumínico a todo o espaço interior.

Salienta-se que toda a construção foi feita por operários locais, assim como os materiais empregues, daí o grande apreço popular por este edifício. Este espaço religioso foi finalista em 2011, dos prémios do Archdaily, conjuntamente com outras duas produções religiosas portuguesas.

Fig. 18: Capela de Santa Ana
Fonte: Fotografias de autor
(2015)



Igreja de Santa Mónica em Madrid, Espanha (2009)
Arq. Ignacio Vicens e José António Ramos

A morfologia e a materialidade caracterizam os novos espaços religiosos, no arranque do milénio, sem comprometer a funcionalidade.

Localizada no bairro periférico de Rivas em Madrid, esta igreja é um elemento arquitetónico que se destaca do tecido urbano e que define a natureza do edifício.

A sua forma é larga, estreita e curva para se adaptar ao traçado rodoviário pré-existente.

O paramento norte é singular e assemelha-se a uma mão que aponta para o céu, onde cada vão compete pela entrada de luz 'divina'. O autor define esta imagem como "o momento congelado no instante imediato a uma explosão".

O programa funcional é vasto (cartório, casa paroquial, entre outros), e a pele (aço cortén) dá unidade a todo o conjunto.

O interior tem uma distribuição longitudinal, onde a parede do presbitério com as aberturas de forma e intensidades lumínicas variáveis, é visualmente cativante.

Fig. 19: Igreja de Santa Mónica
Fonte: Fotografias de autor (2014)



Igreja da Boa Nova, Estoril (2010)
Arq. Filipa Roseta e Francisco Monteiro

Localizada no antigo aglomerado de barracas chamado “fim do mundo”, nasceu em 2010 esta igreja e, em 2013, ganha o prémio ‘Habitar Mediterrâneo’ que foi atribuído pela União dos Arquitetos do Mediterrâneo.

A proposta inclui a igreja, um centro comunitário, uma escola, um lar e um auditório para dar resposta ao grande crescimento demográfico dessa zona, fazendo parte de um programa extenso.

A curva é a referência construtiva de toda a proposta, onde no exterior se destaca a torre sineira que pontua e caracteriza a natureza do edifício. O espaço celebrativo interior foi concebido em forma de ‘anfiteatro’ de planta semicircular, onde os bancos, também eles curvos, da assembleia, acompanham a curvatura interior do edifício.

“Considerada uma das 500 melhores obras de arquitetura do mundo dos últimos cinco anos no *World Atlas of Architecture*” (Jornal Público de 11/06/2013), foi também finalista dos prémios do Archdaily Daily, em 2011.

Fig. 20: Igreja da Boa Nova
Fonte: Fotografias de autor
(2015)



Capela Árvore da Vida, Braga (2011)
Arq. Cerejeira Fontes

A capela situada no interior do Seminário Conciliar de Braga surge da necessidade da criação de um espaço de culto para os estudantes seminaristas, tendo sido estes os responsáveis pela recolha de inúmera informação sobre o tema, que vieram a ceder ao autor da obra. A sua fundamentação teológica é profunda.

O conceito é a 'floresta' e, fazendo jus a esta intenção, a capela foi toda construída em madeira entalhada e sem qualquer fixação metálica (pregos).

A simplicidade formal e o jogo de luz e sombras produzidas são intensos, onde o eixo oblíquo que gera o espaço interior permite uma maior manipulação da área disponível.

Neste labiríntico 'bosque', a minúcia construtiva e o simbolismo teológico dos elementos constituintes roçam o virtuosismo, pelo que a capela é digna de ser estudada. Foi o terceiro espaço religioso finalista em 2011 dos prémios do Archdaily.

Fig. 21: Capela Árvore da Vida
Fonte: Fotografias de autor (2015)



Igreja de São Francisco Xavier, Lisboa (2011)
Arq. Troufa Real

Numa exploração formal e plástica pouco usual e controversa, nasce esta igreja e centro paroquial, da vontade de dar forma a uma nova paróquia na freguesia do Restelo, em Lisboa, tendo sido requerida pela comunidade.

Segundo o autor, o projeto apresentado tem como conceito a vida do apóstolo do oriente, S. Francisco Xavier, desde a Índia ao Japão, e na aventura portuguesa dos Descobrimentos.

Inclui uma torre de cem metros de altura (ainda não executada) e paredes pintadas em várias cores. O edifício tem, num dos lados, a forma de um barco assente numa cornucópia que imitam ondas, encontrando-se neste momento inacabado.

O interior simula o casco de uma embarcação e tem capacidade para quinhentas pessoas sentadas. O batistério situa-se a nascente e a casa mortuária a poente. Todo o espaço interior, pintado de branco, acompanha a curvatura exterior. A forma e as cores 'vivas' exteriores remetem para um mundo fantasioso, de aspeto invulgar.

Fig. 22: Igreja de São Francisco Xavier
Fonte: Fotografias de autor (2015)



Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, Lisboa (2014)
Arq. José Dias Coelho

Na atualidade, a tônica da construção de novas igrejas é inserida em complexos religiosos e sociais de maior escala e igualmente solicitadas pelos fiéis, assim sendo esta igreja nasce na zona de Lisboa reabilitada para a Expo 98, dessa vontade.

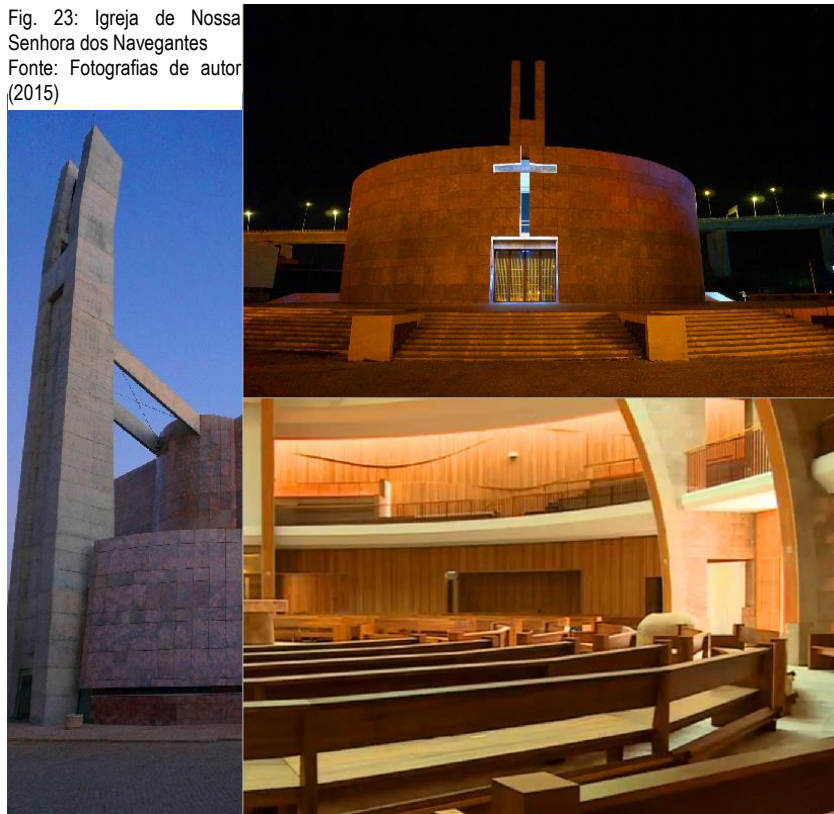
A sua forma curva revestida inteiramente a mármore contrasta com a proximidade urbana composta por prédios habitacionais de grande escala.

A forma interior acompanha a exterior, encerrando um espaço curvo com capacidade de 630 pessoas, numa proposta sóbria e peculiar, onde a luz tem grande protagonismo.

A igreja terá ainda dois espaços para *babysitting*, com isolamento acústico, reservados para as crianças mais pequenas.

A totalidade da proposta encontra-se inacabada, estando somente a igreja terminada por completo.

Fig. 23: Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes
Fonte: Fotografias de autor (2015)



'The House of One', Berlim (2016)

Arq. Gabinete Kuehn Malvezzi

Por fim, o espaço que, quiça, congregue o culto no novo milénio. Este espaço, ainda em fase de diálogo inter-religioso, vai permitir, pela primeira vez na história, concentrar no mesmo recinto três religiões diferentes: católica, muçulmana e judaica. Berlim será a cidade que acolherá tal edifício que será simultaneamente uma igreja, uma mesquita e uma sinagoga, gerando um espaço ecuménico sem precedentes.

Na proposta destaca-se a enorme torre com 32m de altura que flutua sobre uma cúpula central, onde a Luz será a única protagonista, colaborando para este feito a construção em alvenaria típica da região germânica – o tijolo.

A obra já tem local, a praça de Petriplatz, já tem orçamento, 43 milhões de euros, onde qualquer pessoa pode comprar, simbolicamente, um tijolo por 10 euros, e inclusive já tem data para o início das obras, 2016.

As expetativas sobre este edifício são elevadas, tendo em conta as convulsões religiosas que se vivem na atualidade.

Mais informação em [http:// house-of-one.org/en](http://house-of-one.org/en)

Fig. 24: 'The House of One'
Fonte: Fotografias de autor
(2014)



Estado da questão – síntese

A arquitetura religiosa sempre foi alvo de estudo e oportunidade de construir algo novo, uma oportunidade de fazer nova arquitetura. O carácter místico que as igrejas possuíam destacou-as da restante arquitetura, criando em vários arquitetos e técnicos de diversas áreas o desejo de as analisar e compreender "o eco daquele mistério da criação". (Papa João Paulo II, 1999, p.1)

Embora no séc. XX a arquitetura civil tenha ganho destaque particular na malha urbana, os espaços religiosos continuaram a ser um ponto de reflexão e evolução artística, sofrendo mudanças devido às alterações feitas no ritual litúrgico.

Portanto, o templo atual resulta da evolução teológica, da conceção, dos materiais, do programa, da religiosidade dos fiéis, entre outros.

Como descrito anteriormente, no início do séc. XX o edifício religioso caracterizava-se por ser um edifício monumental de cunho revivalista e implantado isoladamente, onde os materiais menos 'nobres' eram introduzidos e explorados – o betão. A conceção evolui no sentido de a sua articulação com a envolvente urbana ser mais harmoniosa e o diálogo com o utilizador mais íntimo. Mais tarde constata-se a reinterpretação e reintegração de materiais e técnicas locais, como forma de enobrecer o espaço, aproximando, cada vez mais, o celebrante e os fiéis através de diferentes organizações internas.

Surge a valorização das pré-existências resultantes da II Guerra Mundial, assim como as questões patrimoniais e de memória coletiva, alinhando-se a produção do espaço sacro com as cartas patrimoniais.

A igreja do Marco de Canaveses abre uma nova fase na produção arquitetónica do espaço religioso, reinterpretando elementos compositivos da construção tradicional (torres, portal, adros, entre outros) e inserindo-a num programa multifuncional – centros paroquiais – cada vez mais complexo.

Atualmente, não existindo um estilo própria na construção de igrejas (Policarpo, 2012), a tendência geral é a de construções de igrejas inseridas em complexos que comportam várias valências. O minimalismo cúbico, do betão pintado de branco, domina a forma, onde a funcionalidade e a luz têm um tratamento cuidado. Estas novas igrejas, ecuménicas ou não, na sua maioria são espaços demandados pelas comunidades, aos quais a Igreja dá resposta. Por isso "a História da Arte não é apenas uma história de obras, mas também de homens. As obras de arte falam dos seus autores, dão a conhecer o seu íntimo e revelam o contributo original que eles oferecem á história da cultura". (Papa João Paulo II, 1999, p.2)



Fig. 25: Capela Sistina - Vaticano
Fonte: Fotografia de autor (2010)

Capítulo II - Fundamentação Teórica

2.1 - Origem da Igreja Católica

2.1.1 – Abordagem teórica, o cristianismo.

Antes de iniciar a exposição desta pesquisa, convém definir algumas expressões e conceitos básicos sobre o cristianismo, já que será objeto de desenvolvimento mais adiante e, é sobre o qual gravita toda a produção arquitetônica alvo desta dissertação.

O cristianismo surgiu aquando as pregações de Jesus de Nazaré no oriente próximo, com a consequente difusão pelos apóstolos dos seus ensinamentos e manuscritos, os Evangelhos, originando, um conjunto de textos, que mais tarde, vieram a denominar-se Bíblia Sagrada.

Trata-se de uma vertente do cristianismo que ainda hoje congrega a maior comunidade de cristãos. As origens do catolicismo estão ligadas aos primeiros passos dados na História do cristianismo.

O catolicismo rege-se através de uma sólida estrutura hierárquica que se sustenta em três instituições: as paróquias, dioceses e as arquidioceses. Três instituições submetem-se à direção e aos ensinamentos provenientes do Vaticano - órgão central da Igreja Católica, dirigido pelo pontífice máximo, o Papa. Abaixo deste, encontram-se os cardeais, arcebispos, bispos, padres e toda a comunidade cristã espalhada pelo mundo.

As principais crenças do catolicismo estão embasadas na crença de um único Deus, verdadeiro, que integra a Santíssima Trindade, que vincula a figura divina a Jesus e ao Espírito Santo. Além disso, o catolicismo defende a existência da vida após a morte e a existência dos céus, do inferno e do purgatório como diferentes estágios da existência póstuma.

A liturgia católica reafirma a sua crença através dos sete sacramentos que simbolizam a comunhão espiritual do fiel junto a Deus. Entre esses sacramentos estão: o baptismo, o crisma, a eucaristia, a confissão, a ordenação, o matrimónio e a extrema-unção. A missa é o principal culto dos seguidores do catolicismo e, neste evento, celebra-se a morte e a ressurreição de Cristo, e o milagre da consagração (transubstanciação) no qual o pão e o vinho se transformam no corpo e no sangue de Cristo (Schubert, 1987).

Segundo consta nos ensinamentos católicos, a origem da igreja católica está relacionada com o nascimento de Jesus Cristo, líder judeu que promoveu uma nova prática religiosa universalista destinada à salvação de toda a Humanidade. Após a morte de Cristo, a principal missão dos seus seguidores era pregar os ensinamentos por ele deixados com o objetivo de ampliar o conhecimento das suas promessas.

Nessa época, os primeiros cristãos tiveram que enfrentar a oposição ferrenha das autoridades romanas que controlavam toda Palestina.

Entretanto, a crise do Império Romano e a expansão dos praticantes da nova religião acabaram por forçar o império a ceder à nova situação religiosa existente.

O Édito de Milão de 313 d.C. proclamou a liberdade do culto cristão no Império permitindo que os cristãos saíssem da “clandestinidade” a que até, então, se encontravam. A partir daí, iniciou-se a rápida ascensão do catolicismo.

O catolicismo tornou-se então a religião oficial do Império Romano e expandiu-se, logo em seguida, por vastas regiões da Europa, África e pelo mundo oriental.

A liberdade do culto iniciou, assim, o triunfo do Cristianismo. No entanto, houve um período anterior a este acontecimento, no qual os cristãos sofreram violentas perseguições, das quais pode-se destacar as ações do imperador Nero.

Foi neste contexto de perseguição e “clandestinidade” a que os seguidores do catolicismo deram início a manifestações da Arte Sagrada, associada ao catolicismo e nasceu assim a Arte Sacra, que para o Papa João Paulo II, resultou da

necessidade que os crentes tinham de elaborar sinais para exprimirem, com base nas Escrituras, os mistérios da fé e simultaneamente de arranjar um código simbólico – arte, para se reconhecerem e identificarem especialmente nos tempos difíceis das perseguições. (1999, p. 5)

Logo desde o início do cristianismo a Igreja precisou da arte, e a arte precisou da Igreja, como forma de difundirem uma mensagem religiosa.

A Arte Sacra desenvolveu-se, especialmente, dentro do Império Romano, no período desde o início das práticas cristãs. No que toca ao campo artístico, havia uma relativa tolerância para com todas as religiões que se mostravam presentes dentro do vasto Império. Entretanto, existia um culto oficial voltado ao imperador, o qual deveria ser seguido por todos. (Bilheiro, 2008)

Os cristãos viam no culto imperial uma apostasia, uma prática errónea e, portanto, negavam-se a segui-la. O Império Romano colocou-se na posição, de perseguidor dos cristãos, obrigando-os a praticarem o culto cristão clandestinamente. É fundamental salientar que não foi apenas a desobediência civil, ou seja, a negação do culto imperial padrão, que fez com que o Império se voltasse contra os cristãos. Na verdade, os cristãos eram acusados de uma série de fatores, que incluíam a pressão da opinião pública que, em geral, tinha completa ignorância a respeito das práticas usuais dos cristãos e os atacava veementemente por vários crimes e delitos.

As autoridades fizeram-lhes perseguições a tal ponto que as suas reuniões para o culto tinham de ser realizadas em residências particulares, ou em catacumbas, no subsolo de modo a evitarem conseqüentes represálias.

A Arte Sagrada ou Cristã foi praticada por homens do povo, pobres, e sem domínio técnico. Uma arte entendida e vista, como “uma arte pobre, pela própria situação de vida dos cristãos” (Gauer et al, 1996, p. 32 citado por Bilheiro, 2008, p.3).

O que a princípio foi uma arte tosca e praticada sem técnicas, por homens simples, acabou por se transformar num estilo elaborado e próprio à época da ascensão do Cristianismo e, conseqüentemente, executada por técnicos e artistas importantes e de renome.

A arte cristã deixou de ser, após o triunfo da religião, a arte do povo – o que a tornava peculiar em relação às demais (Bilheiro, 2008) e neste contexto o Papa João Paulo II, na carta enviada aos artistas dizia que “para transmitir a mensagem que Cristo lhe confiou, a Igreja tem necessidade da arte”. (1999, p.7)

As principais representações da arte sacra foram a pintura e a escultura nas catacumbas e nos respectivos sepulcros. A pintura e a escultura tiveram maior destaque, sobretudo na ornamentação e adorno dos sepulcros e túmulos cristãos. Como se sabe, “a primeira manifestação da arte cristã está ligada à decoração dos cemitérios subterrâneos” (Monterado, 1968, p. 65, citado por Bilheiro, 2008, p.4).

A pintura representava-se através de frescos nos murais de símbolos e figuras religiosas, enquanto a escultura se trabalhava sob os túmulos e nos sarcófagos, embora raras as vezes, se recorria desta.

No segundo século, quando as catacumbas se transformaram em cemitérios comuns, surgiu o simbolismo. Desde essa data, a arte cristã passou a ser composta, principalmente, por simbolismo.

Nesta fase, é importante distinguir dois conceitos, o de arte sacra e o de arte religiosa. Segundo o arquiteto e investigador, Esteban Cobian, a diferença entre ambas manifestações, reside no facto de a primeira – a arte sacra – estar ao serviço do culto, é aquela manifestação de arte que foi consagrada, mediante um rito específico e, para tal, não cumpre mais nenhuma função senão a da liturgia da Igreja. Por seu lado, a arte religiosa, é algo mais genérico, sendo a manifestação artística que tem como tema um conteúdo espiritual religioso (2011).

Catolicismo

Para uma melhor compreensão da investigação, devem-se, nesta fase, definir sucintamente alguns conceitos.

O conceito “sagrado” ou “sacro” está ligado ao conceito de separação. Entende-se como algo espiritual, que não pode ser tocado, daí o ato de preservar pessoas e bens, ou seja, de “consagrar”. O sagrado possui o poder sobre as populações crentes da comunidade eclesial em geral.

Neste sentido, a religião poderia definir-se como a administração do sagrado, especificamente através de rituais litúrgicos – liturgia, num espaço (templo) previamente santificado (CIARC, 2009).

A liturgia é, por seu lado, um ato público e formal instituído pela Igreja, com a finalidade da celebração do mistério de Cristo. A sua estrutura consiste num conjunto de ritos cerimoniais pré-estabelecidos, que se desenvolvem num espaço organizado em torno do altar, onde se reúnem os fiéis. Estes, juntamente com o sacerdote celebram a eucaristia, ou também chamada, *Assembleia dos Fiéis* (Concílio Vaticano II, 1965).

A existência do sacerdote é transversal a todas as religiões e caracteriza-se pelo homem que foi separado dos seus semelhantes, depois de ordenado sacerdote, e tem como missão a paixão e o louvor a Deus, assim como, a administração dos sacramentos sagrados, sendo o verdadeiro interlocutor entre o homem e Deus.

A eucaristia ou missa é o ato mais nobre realizado na igreja, e corresponde à exaltação da *última ceia de Cristo*, renovando assim o mistério pascal.

Para além do sacramento da eucaristia, a Igreja também tem como missão a administração de mais seis sacramentos, como já referidos: o baptismo, casamento, as confissões, o Crisma, a extrema-unção dos enfermos e por último a ordenação. Todas as missões decorrem dentro do espaço construído da igreja, sendo este o local onde se reúne um grupo de fiéis para a celebração eucarística.

A eucaristia celebra-se normalmente num espaço fechado e, segundo Schumbert, existem vários tipos de espaços religiosos, tais como, a Catedral, a Matriz, a Igreja, Capela, o Santuário e a Basílica (1979).

Para o entendimento da composição do interior de uma igreja é necessário identificar os seus principais espaços: o presbitério (1), sendo este composto pelo altar que é a mesa Eucarística (4), ambão como a mesa da palavra (5), cadeira do sacerdote (6), a cruz, alfaias litúrgicas (castiçais, garras, livros, entre outros.) e o círio pascal - a vela e as imagens de episódios bíblicos; o transepto (2) como o espaço que separa o presbitério da nave; e a nave (3), onde se encontram os fiéis. Os restantes são: o batistério, local destinado ao sacramento do batismo; capela do Santíssimo, onde se encontra o sacrário ou tabernáculo; sacristia; sitio onde decorrem as confissões e local do coro, sendo estes os espaços essenciais.

Fig. 26: Representação esquemática da planta basilical
Fonte: <http://www.google.pt/imgens>

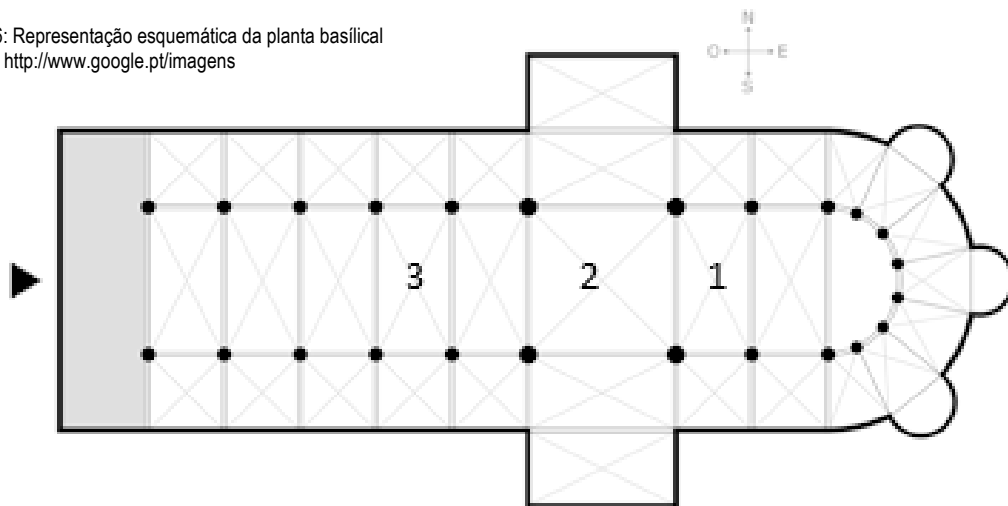
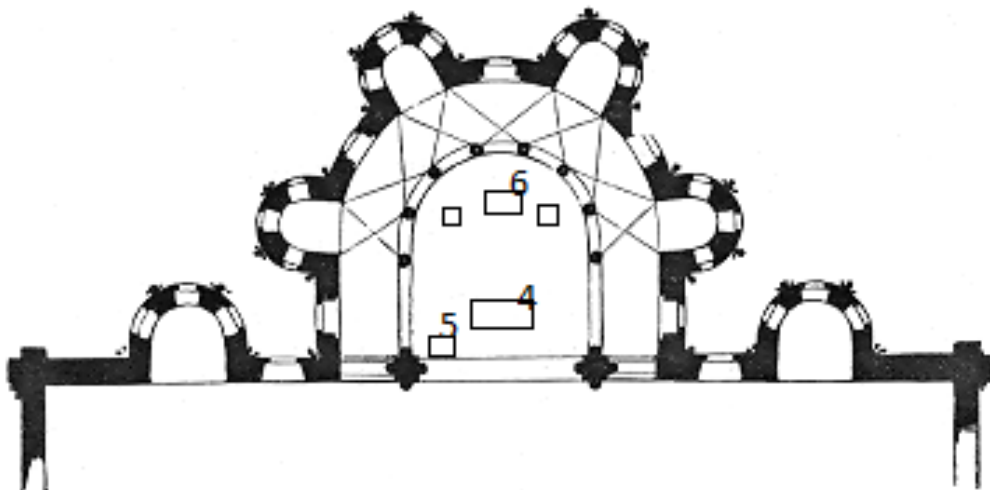


Fig. 27: Representação esquemática do presbitério
Fonte: <http://www.google.pt/imgens>



2.1.2 - A igreja e a Humanidade

A palavra igreja, como hoje é conhecida, deriva da palavra do latim “ecclesia” que por sua vez teve origem no topónimo grego “ekklesia”, cujo significado vem de “reunião” ou “assembleia” (CIARC, 2009), neste sentido, o arquiteto alemão Rudolf Schwarz refere que “a Igreja (...) não é meramente um envoltório construído, mas um todo; edifício e pessoas, corpo e alma, seres humanos e Cristo, um completo universo espiritual – um universo, de fato, que deve sempre ser trazido novamente à realidade” (1938, p.6).

Desde o início das construções de novos templos que houve alguns pontos de viragem na criação do espaço religioso, provocados essencialmente pelos diversos Concílios realizados ao longo da história. De salientar, o Concílio de Trento (1542-1563), que visava melhorar a doutrina católica, mas acima de tudo pretendia condenar o Luteranismo. Mais recentemente, sucedeu o Concílio Vaticano II (1965) que, segundo o padre Libânio, foi o primeiro concílio que não foi convocado para condenar nada nem ninguém, não foi também para repetir verdades já sabidas, foi um concílio para modernizar a Igreja, para discutir o ecumenismo e a pastoral (2009), sendo este como o mais relevante nesta matéria.

O concílio Vaticano II foi o último realizado e cujos vários documentos produzidos vigoram na atualidade.

O templo religioso atual, de igual forma que o construído ao longo da história, deve dar resposta ao homem, tendo que o servir, na vivência da sua fé e na sua expressão simbólica da comunhão com Deus e com a comunidade (Concílio Vaticano II, 1965), apoiando-se, segundo o Frade, “na beleza da sua arquitetura como forma de evangelização” (2008, p. 1), como sempre foi predicado da arquitetura religiosa.

Atualmente, os arquitetos deparam-se com um grande desafio, no que visa responder a todas estas problemáticas em relação aos espaço religioso, principalmente no referente às alterações concetuais pós-conciliares, tendo em conta que as questões relacionadas com a religião desde os seus primórdios sempre foram controversas, “o que não pode haver é uma ruptura total entre o objecto (arte) e o público-alvo para o qual foi concebido” refere Barbosa e, ainda que “a relação da arte com a liturgia foi sempre difícil devido à liberdade artística”, aludindo desta forma, que a arte tem que estar ao serviço da Igreja como um ponto de união e aproximação do povo ao seio desta, e não provocar precisamente o contrário (Barbosa, comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

2.1.3 - Templo, significado e evolução

O templo surge como a necessidade de um espaço sagrado para a celebração eucarística, adoração e comunhão com Deus.

Os primeiros cristãos não tinham um lugar específico para o culto, sendo as residências privadas e até mesmo as catacumbas, o local das celebrações (reuniões) no início do Cristianismo (Frade, 2007).

Para uma melhor compreensão do espaço arquitectónico religioso cristão, é necessária uma primeira abordagem da experiência primordial do sagrado, relacionada com o espaço físico. Do conhecimento adquirido por essas tentativas/experiências do sagrado representado arquitectonicamente, sabe-se que estas construções evoluíram ordenadamente e destinaram-se a dar maior ênfase à presença do sagrado.

São variadas as formas destas construções tanto quanto são variadas as culturas humanas e as suas experiências com o transcendente. É conveniente o recuo no tempo, direccionando para as culturas antigas como as do greco-romano e o judaísmo, como exemplos que melhor ilustram a relação do homem com o espaço arquitectónico e com o sagrado.

É conveniente o recuo no tempo, direccionando para as culturas antigas do greco-romano e do judaísmo, como exemplos que melhor ilustrem a relação do homem com o espaço arquitectónico e com o sagrado.

As culturas mencionadas são fundamentais abordar, devido ao facto de terem sido culturas que precederam o cristianismo, e que de certa forma, deixaram um legado histórico e arquitectónico, que contribuiu para a concepção dos espaços religiosos destinados ao culto cristão. É importante entender a dinâmica e evolução do espaço litúrgico cristão dos primeiros séculos, até à atualidade, para que se consiga compreender qual a formatação do espaço litúrgico das igrejas atuais.

Com o surgimento da Humanidade, iniciaram-se as primeiras construções, e com estas, os primeiros templos. Embora de referir que nas sociedades mais arcaicas, o espaço onde se manifestava o transcendente, ou seja, o lugar sagrado, estava associado, não ao templo em si mas à construção dita. O espaço sagrado primordial poderia ser, conforme a percepção de cada povo, uma montanha, uma gruta, uma árvore, ou até mesmo uma sepultura (Frade, 2005).

O templo, enquanto construção arquitectónica, terá sido construído posteriormente, visto que o lugar onde fora erigido tinha já a prerrogativa de lugar onde se manifestava o transcendente. Geralmente, para os antigos, o templo tinha como principal função, lugar de oração “onde o deus se manifestou de modo particular através de um facto maravilhoso” (Frade, 2005, p.21).

Conforme o termo em latim “templum”, templo, significa “recinto, zona cercada, separada (e, portanto, sagrada), e não uma construção, morada do deus” (Frade, 2005, p.20).

Sob o ponto de vista destas culturas, o templo é

o lugar por excelência e é a partir dele que os espaços adquirem sentido e realidade. Um templo guarda um carácter monumental, ou seja, busca ser a expressão tangível da permanência. O templo é um lugar sagrado, pois possibilita aos indivíduos tomarem consciência da coletividade da qual participam e da história que os une” (Abumanssur, 2000, p.177).

O templo simbolizava o centro, sendo o centro, o lugar sagrado por excelência, e o ponto de interseção dos cosmos Céu, Terra e Inferno (Eliade, 1996). O significado de templo e centro, oriundo das crenças em microcosmos, “*templo-microcosmo*” (Frade, 2005, p.19), exerceu uma forte influência na antiguidade clássica, que se manteve, e mantém presente até à atualidade.



Fig. 28: Lugar sagrado - Stonehenge
Fonte: Fotografia de autor (2013)

O templo Greco- Romano

Na Grécia Antiga, os primeiros lugares que serviram de culto ao sagrado, como é o caso dos bosques, das grutas e das catacumbas, sofreram intervenções arquitetónicas, com o início de construções religiosas que assinalaram melhor a presença de Deus. De início eram construções que obedeciam ao sistema cósmico, e em pedra tosca ou, na maioria, em madeira, que acolhiam o espírito de Deus.

De acordo com a cultura greco-romana, a arquitetura destes templos ou lugares de culto sagrado, dispunham-se assentes em plataformas em forma retangular, elevadas do solo e em pontos altos – as acrópoles, encerradas por conjuntos de colunas e pilares, em pedra talhada, com diferentes representações de deuses e elementos da natureza. A cobertura era sustentada pelo entablamento. No interior da estrutura existia um recinto fechado - o chamado *naos*, onde repousava o simulacro do Deus, o lugar da divindade - onde se acedia por uma única porta - e o *pronaos*, ou vestibulo, que tinha a função de filtro simbólico entre o interno sagrado e o externo profano (Frade, 2005).

A arquitetura destas construções era somente destinada ao divino e apenas os sacerdotes tinham acesso ao seu interior. Todas as cerimónias, rituais religiosos ou mesmo as orações e atividades culturais realizavam-se no exterior destes templos, em que o povo podia participar.

Como exposto acima no referente aos conjuntos de colunas e pilares, existiu desde sempre, nos templos gregos, um cuidado pela estética destas. As colunas não eram lisas, mas sim estriadas de modo a criar efeitos evidentes da luz e da sombra. Nos frontões esculpiam cenas de guerra, adoração aos deuses, culto religioso e, no que concerne às medidas dos edifícios, todas foram calibradas e inspiradas na escala humana.

Seguidores do modelo de templo grego estiveram os romanos. Os romanos veneravam os deuses em representação, o que os levou a construir um modelo de templo, bem como a consequente evolução deste, que hospedasse o seu Deus.



Fig. 29: Templo Grego - Pharténon
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Templo Judaico – Templo de Jerusalém e de Salomão

De certo modo o templo judeu, como se sabe, é um modelo sobre o qual se estabeleceu o fio condutor no que respeita ao culto cristão. A presença do Deus invisível no cerno da comunidade esteve sempre presente ao longo da História do povo de Israel.

Os Judeus tinham como símbolo máximo dessa *Presença* o Templo de Jerusalém. Jesus (como a própria bíblia denomina, Jesus de Jerusalém – o Emanuel) mantém uma intrínseca relação com o templo e, durante o seu ministério, chegou a preferir a vantagem deste por um novo templo espiritual (Elliade, 1996).

No decorrer da História do povo de Israel, segundo os dados bíblicos, é possível verificarem-se referências a lugares de culto, onde a proximidade e a ligação a Israel, com o seu Deus, se traduziu mais forte.

Existiriam, além do Templo de Jerusalém, e anteriormente a este, lugares onde a “comunicação com Deus se faz mais próxima” (Frade, 2005, p. 24).

Lugares, estes, que ao contrário da cultura greco-romana, não eram exclusivos da morada de Deus de Israel.

Os inícios da construção do Templo de Jerusalém datam entre os anos 20-19 a.C. Os trabalhos tiveram a duração de cerca de ano e meio, enquanto as estruturas dos átrios e pórticos levaram, mais ou menos, oito anos para ficarem concluídas. Aquando da catástrofe de 70 d.C., o templo foi literalmente todo destruído por obra das legiões romanas de Tito e o que existia das estruturas ficou completamente destruído.

Em termos arquitetónicos, do que se tem informação, o templo constava de um átrio, constituído por pórticos e galerias cobertas, que percorriam o lado exterior do edifício. O pórtico do lado sul era chamado de Pórtico Real, enquanto o pórtico situado no lado oeste era conhecido como Pórtico de Salomão (Frade, 2005). No centro do átrio situava-se a balaustrada. Seguindo esta ordem, passada a balaustrada, existia o segundo átrio, o qual era acedido através de nove portas, entre as quais a conhecida - Porta Bela. Atravessando a Porta Bela, chegava-se ao Pátio das Mulheres, que tinha esse nome dado ao facto de às mulheres não ser permitido passar deste. Esta área mais interna separava os judeus dos pagãos e era uma espécie de lugar de encontro.

A nível de planta, esta era igual à planta do Templo de Salomão. No átrio dos Sacerdotes, erguia-se o grande altar dos holocaustos, lugar onde eram imoladas as vítimas rituais e situava-se de frente à entrada do templo propriamente dito. No mesmo espaço estava o mar de bronze (um grande depósito de água para abluções).

O altar era construído por pedra bruta com os cantos decorados com protuberâncias em forma de corno. Doze degraus conduziam ao Santo, com o altar dos perfumes ao centro, feito em madeira de acácia, revestido de lâminas de ouro, onde se oferecia duas vezes ao dia uma mistura especial de incenso. Isolado por uma espessa cortina, estava o Santo dos Santos (*Debir*), um local cúbico de nove metros de lado, despojado e sem janelas, onde só o sumo-sacerdote uma vez por ano, vestido com uma simples veste de linho branco, no dia da Expição, podia entrar (Frade, 2005, p.27-30).

Embora o modelo do Templo de Jerusalém tenha servido de inspiração aos templos dedicados ao culto cristão, a sinagoga foi a mais procurada para a representação do culto. No entanto, sem ignorar *à priori* a relação estabelecida de Jesus com o Templo de Jerusalém, “esta exerce uma função pedagógica que conduz à plenitude da Presença Divina na pessoa do próprio Jesus” (Frade, 2005, p.31).

Nessa Presença, encontra-se o núcleo da espiritualidade que foi o fio condutor da inspiração para o espaço arquitetónico das primeiras igrejas cristãs (Eliade, 1996).

Sinagoga

As sinagogas são espaços de culto simples, onde existe o lugar de reunião, e os rolos da lei (*Torá*) guardados no armário ou Arca (*Aron-hakodes*), que por sua vez era protegida por um véu; diante dela ardiam as sete lâmpadas da menorá, o candelabro de sete braços, depois, o estrado (*bemá*) para a leitura da Escritura com um eventual púlpito (*tevá*) e, finalmente, a chamada Cátedra de Moisés, uma cadeira cerimonial situada no meio da Sinagoga, símbolo de que na assembleia do povo de Deus havia alguém no seu seio que era considerado fiel depositário da tradição vivente da Palavra de Deus.

Devido à conotação de espaço reservado principalmente à comunidade em torno da Palavra, os cristãos inspiraram-se no espaço de culto da sinagoga como modelo para as primeiras construções destinadas ao culto cristão (Frade, 2005).



Fig. 30: Sinagoga de Tomar
Fonte: Fotografia de autor (2014)

O culto oficial

Após o Édito de Milão, a Igreja começou a construir igrejas – séc. IV, para o culto público da religião cristã, aproveitando edifícios existentes ou construindo novos de tipo planta basilical, dando assim início à arquitetura religiosa católica (CIARC, 2009). A Arte Sacra surgiu, então, como um meio privilegiado para a manifestação da fé ao serviço da religião, dando assim início a uma nova era – o Cristianismo.

Um exemplo de construção Paleocristã existente nos primeiros séculos (antes do édito de Milão) identificável e datável, que chegou até à atualidade, é a de *Dura Europos* (Fig. 31), localizada na Síria, antiga Mesopotâmia (Schloeder, 2011). Este tipo de arquitetura difundiu-se por todo o império romano adaptando-se às crenças pagãs locais.

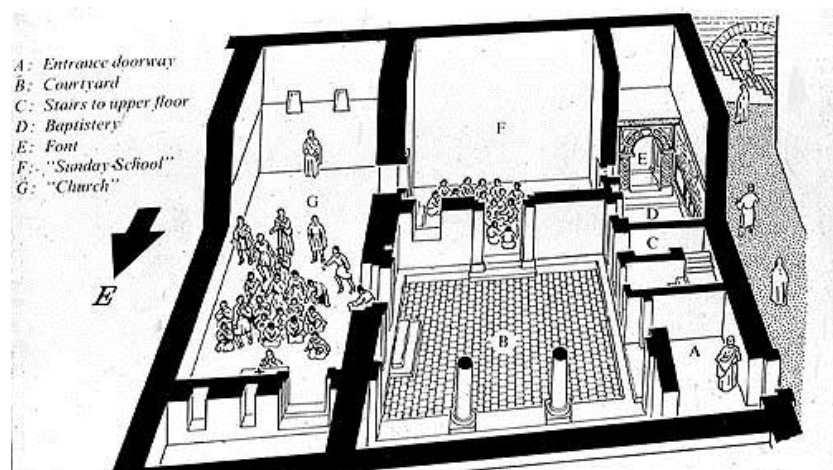


Fig. 31: Domus Dura Europos

Fonte: <http://www.google.pt/imagens>

Após o édito de Milão, há um grande crescimento do número de fiéis e, como a religião já era oficial, haveria que adotar, arquitetonicamente, uma tipologia que fosse ao encontro da demanda e anseios dos fiéis e das aspirações dos governantes, criando assim as suas próprias formas.

O edifício adotado para tal foi a basílica romana. Este edifício tinha inúmeras vantagens, mas a principal é que não tinha conotação religiosa anterior.

As características construtivas, definidas pelo mestre-de-obras cristão, eram a de construir uma basílica que possuísse: simetria axial, planta retangular longa (normalmente com três naves onde a central era mais larga e mais alta), transepto e a abside (altar). Esta tipologia era ligeiramente diferente da basílica romana que

possuía duas absides (dedicadas à Deusa Minerva) e cuja porta era lateral, passando a ser na fachada oposta à abside (altar).

O local do batismo ou batistério passa a ser no exterior das igrejas, mas relativamente próximo, isto devido a uma questão teológica que referia que só poderia entrar na igreja quem tivesse sido previamente batizado, como referiu o São João Baptista *“Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer da água e do Espírito não pode entrar no reino de Deus”* [João 3:1–5]

Normalmente estes edifícios batismais eram de planta circular ou octogonal – planta centrada, havendo dois belos exemplos importantes em Itália, um em Florença e o outro em Pisa (Fig. 32).

Ambos os edifícios, a tipologia basilical e a de planta centrada, tiveram muita utilização no século IV e V, apesar da primeira responder, de forma mais satisfatória, às exigências espaciais requeridas pela liturgia, e a segunda ter entrado um pouco em desuso.

Como exemplo da tentativa de unir estas duas tipologias, existe a magnífica Igreja de Santa Sofia (532-537) em Istambul na Turquia, na antiga Constantinopla, possuindo uma nave central com um espaço longitudinal centralizado, culminado com várias arcadas e pilares – estilo bizantino.

A partir do século XI, em plena época medieval, com a introdução do transepto perpendicular ao corpo principal da Igreja (Fig. 26), separando assim a nave principal da abside, surgiram as primeiras Igrejas em “cruz”.

A Igreja em cruz latina caracterizava-se pelo maior comprimento e altura da nave principal em relação às demais, enquanto na de cruz grega o comprimento das naves era igual. Em suma, nesta fase, o exterior refletia a disposição interior.

No início do século XIII, o Catolicismo sofreu uma grande divisão, passando a igreja do ocidente a designar-se por Católica e a do oriente por Ortodoxa. Mais tarde, com a revolta de Lutero, fragmentar-se-ia ainda mais a igreja (esta questão será mais aprofundada no ponto 2.3). Em termos construtivos separaram-se completamente os conceitos, ficando a Igreja Católica com toda a sua riqueza e ostentação e as igrejas reformadas com a simplicidade, despojando-se de qualquer magnificência.



Fig. 32: Baptitério de Pisa (Itália)
Fonte: Fotografia de autor (2011)

São Carlos Borromeu, arcebispo de Milão, após o Concílio de Trento (1542-1563) onde nada se discutiu sobre a construção de espaços religiosos, ele recomendou: “contra os planos circulares ou em cruz grega, é preconizada o plano em cruz latina, que alonga a nau para os fiéis separando-a do coro reservado ao clero. (...). Na Igreja, o altar-mor deve ficar bem isolado e elevado, de tal sorte que todos os olhares se dirijam para o sacrifício da missa. (...) o púlpito do pregador será ao contrário aproximado o mais possível da assistência. Por outro lado, para que essa possa acompanhar da melhor maneira possível os ofícios, a igreja deverá ser tão clara quanto possível” (Scottá, 2010, p. 27).

Esta tipologia religiosa (basilical, planta centrada, salão, entre outros.) perdurou deste a sua origem no século IV até ao XIX, tendo sido a matriz concetual dos mais diversos estilos arquitetónicos ao longo da história (românico, gótico, renascimento, neo's, entre outros), mas nunca alterada na sua génese planimétrica (nave-transepto-abside).

Com o Papa Pio X (1835-1914), que exerceu o seu papado entre 1903 e 1914, iniciou-se uma renovação na Igreja Católica, que conjuntamente com o Movimento Litúrgico que se vivia na época, derivou numa série de iniciativas que marcaram de forma decisiva o futuro da igreja.

As indicações eram no sentido de aproximar – quer física, quer espiritualmente, os fiéis da liturgia, remodelando simultaneamente, essa mesma liturgia, dando-lhe um carácter de modernidade, associando-lhe, por exemplo, a classe artística.

Nesta época, o papel da arquitetura religiosa no contexto urbano e na sua articulação com a cidade começa a ser alterado, deixando de ser uma referência arquitetónica, não precisando a igreja de assumir, desde então, esse ónus das construções imponentes.

O episódio do século XX que marca decisivamente a arquitetura religiosa contemporânea é, sem dúvida, a convocação do Concílio Vaticano II, pelo Papa João XXIII em 1962, onde a igreja se propõe caminhar em direção ao acolhimento, definitivo, da verdadeira modernidade arquitetónica (este assunto - Concílio Vaticano II - é desenvolvido no ponto 2.3).

No final deste concílio em 1965, já sobre o Papado de Paulo VI, são redigidos os documentos oficiais, de entre os quais o *Sacrosanctum Concilium*, que é o documento que vai reger toda a atividade eclesial em todas as suas dimensões, nomeadamente no referente à nova produção d'arte sacra, onde se inclui a arquitetura (Schumbert, 1979), sendo este o tema que nos almeja investigar.

O templo e a cidade

Se há algo que caracteriza a arquitetura religiosa atual é o facto de esta se construir maioritariamente na cidade, devido, entre outros, ao crescimento demográfico e ao desenvolvimento de núcleos populacionais.

O templo faz parte da cidade desde que esta existe, e muitas destas estão repletas de lugares de culto de várias épocas e estilos artísticos.

Na sociedade ocidental, historicamente cristã, destaca-se, na sua forma de vida, pelo seu carácter eminentemente urbano e, deste o início da sua constituição da cidade, o templo que foi um dos seus polos fundamentais de organização, sobre o qual ela se desenvolveu, consolidando-se como um fenómeno repetido ao largo da história. (CIARC, 2007)

A cidade está composta por vários espaços e cada um destes com diferentes funções. Neste sentido, Lozano considera o “bairro como a unidade ótima de participação na cidade” e como o local de “uso doméstico que pode ser percorrido a pé” (2011, p. 237), ficando desta forma, segundo ele, definido o conceito de paróquia e a relação desta com o crente.

A paróquia surge na cidade como a compartimentação desta em várias zonas eclesiais, definindo critérios arquitetónicos próprios e não tendo um estilo pré estabelecido na procura da sua identidade (Policarpo, 2012). Assim sendo, a paróquia urbana deve privilegiar a melhor inserção possível no contexto, sendo a sua arquitetura a melhor forma de o fazer, concretamente a sua “multifuncionalidade, como pólo dinamizador da vida comunitária” (Carmo, 2010, p.4)

A arquitetura religiosa tem a incumbência de ser na cidade ou no bairro o reflexo da comunidade que nela habita e que esta sinta que o templo é o espaço idóneo ao encontro com Deus e como os demais, num estreito diálogo com o entorno. O seu papel, para além de congregar, é o de simbolizar na cidade a existência de uma comunidade de cristãos. (Lozano, 2011)

2.1.4 - Liturgia e o espaço celebrativo

Como se viu anteriormente a Liturgia é um ato público, instituído pela Igreja para a celebração conjunta dos fiéis – a assembleia reunida.

O centro da liturgia é Cristo, a Sua vida, a Sua morte, a Sua ressurreição e por fim a Sua ascensão. A liturgia reproduz todas estas vivências na eucaristia (Schubert, 1987).

As celebrações litúrgicas realizam-se na igreja, onde este espaço celebrativo reproduz o espaço celestial na terra, onde a cobertura é a abóboda celeste, as paredes os quatro pontos cardeais, sendo este o local onde o povo se reúne, e em comunidade se preparam para as celebrações. Para os cristãos, é o lugar da comunhão com Deus – o centro.

Segundo Baróbio, a teologia refere que o templo em si não é o lugar da presença de Deus, mas precisamente a assembleia reunida em que Deus se faz presente (1990). Portanto o espaço celebrativo não é identificado pela presença da divindade, mas antes pelos atos litúrgicos que aí se realizam, que lhe conferem sacralidade.

A liturgia é portanto, o meio pelo qual a Igreja pretende uma aproximação do povo aos atos celebrados. O Concílio Vaticano II insiste nessa necessidade, e no ponto número três do *Sacrosanctum Concilium* é referido que para fomentar a participação ativamente dos fiéis, “promovam-se as aclamações, as respostas, a salmodia, as antífonas, os cânticos, bem como as ações, gestos e atitudes corporais. Não deve deixar de observar-se, a seu tempo, um silêncio sagrado” (1965).

Neste sentido, a reunião e a participação são os primeiros elementos litúrgicos.

Sem desenvolver demasiado este assunto, toda a ação litúrgica tem o seu tempo, ou seja, é realizada numa determinada época do ano, ou do mês, ou da semana ou até mesmo do dia, tendo uma organização própria, por exemplo: o Natal, a Páscoa, e festividades a vários santos, havendo um calendário litúrgico que rege toda a atividade celebrativa católica.

Das várias modalidades celebrativas que compõem a liturgia cristã, destaca-se: Missa ou Eucaristia; Liturgia das horas; Sacramentos (Schubert, 1987).

O movimento litúrgico, que culminou com a realização do Concílio Vaticano II em 1965, estimulou no seio da Igreja uma enorme vontade de mudanças litúrgicas. No contexto arquitetónico tão importante quanto construir com critério e veracidade, com base na materialidade e tecnologia contemporânea, foi a conceção de construir o novo templo de forma a responder à função litúrgica como causa última da sua existência. A premissa essencial passou a ser a edificação de novas igrejas com carácter unitário, explorando formas diversas ao espaço existente até então, “com o objetivo de trazer o povo cristão à participação ativa no ministério na celebração da liturgia” (Bragança, 2013, p.3).

A definição física do espaço celebrativo é importante após esta reforma, tendo este que ser de acordo com a eficaz funcionalidade do mesmo nas respetivas celebrações eucarísticas, havendo nesta alteração um retorno à simplicidade litúrgica dos primeiros tempos de cristandade e, simultaneamente, um resgate de elementos litúrgicos entretanto secundarizados, por exemplo o altar e também a consequente redução de outros elementos, por exemplo do retábulo. Assim sendo, o artigo 123 do *Sacrosanctum Concilium*”, refere que

a Igreja. nunca considerou um estilo como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas, segundo a índole e condição dos povos e as exigências dos vários ritos, criando deste modo no decorrer dos séculos um tesouro artístico que deve ser conservado cuidadosamente. Seja também cultivada livremente 'na Igreja a arte do nosso tempo, a arte de todos os povos e regiões, desde que sirva com a devida reverência e a devida honra às exigências dos edifícios e ritos sagrados. Assim poderá ela unir a sua voz ao admirável cântico de glória que grandes homens elevaram à fé católica em séculos passados.
(1965)

Portanto, fundamental na nova arquitetura religiosa pós-conciliar foi o significado eminentemente central que o altar deveria assumir na composição interna do templo, destacando-o como pedra angular na doutrina católica, fomentando a participação de toda a comunidade na eucaristia, assim como a devoção individual e comunitária. Neste sentido, quem celebra é a comunidade congregada e não mais o clero de forma individual, passando, desta forma, a ser a assembleia o sujeito da celebração eucarística (Baróbio, 1990), constituindo-se a partir do altar.

Missa ou Eucaristia

No artigo 102º do *Sacrosanctum Concilium*, é referido que “em cada semana, no dia a que chamou Domingo, celebra a da Ressureição do Senhor” (1965), como forma de relembrar a última ceia de Jesus Cristo com os seus apóstolos.

Segundo Higino, este é o principal sacramento – a missa, e por esse motivo todo o espaço celebrativo tem que ser pensado, acima de tudo, para a celebração da eucaristia, sendo este também o sacramento que mais tempo ocupa o espaço celebrativo (2014), onde o altar é a sua principal referência, celebrando-se nele o rito fundamental – a consagração.

A sua composição é a liturgia da palavra (ambão) e a liturgia eucarística (altar), sendo aberta e encerrada com ritos e presidida por um elemento do clero. É, portanto, o que dá forma interna ao espaço celebrativo e determina a sua configuração onde “todo o espaço litúrgico é concebido em ordem a esta comunidade reunida”. (Policarpo, 2012, p.5)



Fig. 33: Mesa eucarística (altar de Ronchamp)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Segundo o Monsenhor Schubert (1987), os principais elementos litúrgicos do espaço celebrativo atual são:

Altar – é a peça mais importante do presbitério e do espaço celebrativo em geral; é, simbolicamente, a mesa da Última Ceia, na qual se realiza a consagração.

Ambão – conhecido também pela Mesa da Palavra, é uma pequena estante geralmente de madeira e à direita do altar, de onde o celebrante e a comunidade fazem as leituras.

Assembleia – grupo de fiéis que se reúnem num espaço para as celebrações religiosas.

Batistério – local onde se encontra a Pia Batismal com a Água Benta, e no qual se realiza o rito do Batismo, normalmente só existe um batistério em cada paróquia.

Cadeira - a liturgia permite e exige a presença do presbítero presidente na cadeira, esta não deve deixar de revestir a dignidade do seu simbolismo – a cátedra.

Coro – grupo de elementos da assembleia que no conjunto acompanha a celebração com cânticos.

Presbitério – do grego: *presbyteroi*=sacerdotes é o local destinado somente ao clero, bispo e presbíteros, localizava-se, originalmente, nas antigas basílicas no fundo da abside, atualmente é o recinto destacado dentro do grande ambiente da nave, comunicando-se com ela.

Retábulo – painel que encerra a cabeceira no presbitério, e cujas representações bíblicas geralmente estão reproduzidas em madeira e/ou pedras nobres.

Sacrário – é um elemento que caracteriza profundamente a religião católica, e identifica-se por ser um pequeno armário que guarda as reservas eucarísticas – a Hóstia Consagrada.

Via-sacra – é a representação das catorze estações de penitência da paixão de Cristo, que geralmente estão distribuídas pelos paramentos internos do espaço.



Fig. 34: O astronauta – Catedral de Salamanca
Fonte: Fotografia de autor (2014)

2.2 – Simbolismo na arquitetura religiosa

2.2.1 - Questão do símbolo

Antes de avançar, é necessário situar a arquitetura religiosa num contexto mais amplo, o da comunicação, descrevendo alguns conceitos essenciais. A arquitetura como linguagem, fundamentalmente, representativa, guarda uma conexão simbólica com a conceção do espaço religioso, onde se relaciona o sujeito (crente) e o objeto (igreja), assim torna-se necessário esta abordagem ao simbolismo que flui no espaço religioso.

Uma palavra ou imagem é simbólica quando implica algo além do seu significado manifesto e imediato. O símbolo, palavra ou imagem, tem um “espectro inconsciente e mais amplo, que nunca se define ou se explica num todo” (Jung, 1977, p. 21).

Os símbolos são intrínsecos à condição do ser humano, e há uma linguagem dos símbolos que se desenvolveu ao longo da história. Durante as conferências sobre arquitetura religiosa realizadas em Barcelona, José M^a Subirachs, escultor, diferenciava quais as formas essenciais de comunicação, distinguindo para tal: a imagem, como forma sensitiva, o sinal, como forma instintiva, o signo, que é a forma inteligível e o símbolo, que seria a forma espiritual (1965). Neste sentido, aqueles símbolos que perduram, aqueles que emocionam e afetam o quotidiano do ser humano, são os mais primitivos.

Em relação aos elementos da simbologia cristã, estes são simples e facilmente identificáveis pelos fiéis, por exemplo o pão, o vinho, a água benta entre outros, são fruto da natureza, que a Igreja utiliza para comunicar com a comunidade. Neste sentido, em relação ao simbolismo presente na produção de arquitetura religiosa, “com efeito, esses símbolos teológicos apenas são compreensíveis, na maioria dos casos” (Hani, 1998, p.20), denotando uma falta de interpretação na comunicação entre o emissor e o recetor, sendo algo que necessita ser elucidado, neste contexto, Hani acrescenta que “tudo isto só mediocrementemente fala à alma porque, na maioria dos casos, nós contentamos em proceder por afirmações puras e simples (...) que a alma do ouvinte não compreende nem saboreia em profundidade” (Hani, 1998, p.17), referindo-se à simbologia presente nos novos edifícios religiosos que representam mais de dois mil anos de história e não se pode inventar uma nova simbologia, para algo que é antigo, que é transcendente (Hani, 1998). O essencial é criar um edifício religioso que ajude os fiéis a entender o seu verdadeiro lugar na comunidade cristã, fomentado a sua participação ativa, onde o símbolo tem que estar ao serviço da arte e do culto.

No entanto, se o espaço religioso atual responder exatamente à sua função litúrgica, estará, desta forma, em perfeita concordância como o seu verdadeiro simbolismo litúrgico, apesar de, na opinião do arquiteto Alves Costa, o valor intrínseco das partes

que o compõem, carece de uma pequena e conveniente explicação do conceito do mesmo, porque na sua opinião “os fiéis não leem este simbolismo” com que se tinta o edifício religioso atual (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014).

Sabe-se que a arquitetura sacra tem uma finalidade religiosa concreta - o culto, e não basta, pois, que este edifício tenha essa intenção implícita, essa vontade tem de ser expressada liturgicamente, assim sendo

o desenho e a construção de edifícios sagrados é a forma de arte em maior escala e também, por certo, a mais ambiciosa, porquanto o homem procura recriar o reino dos deuses na terra, num espaço a três dimensões, onde os crentes tanto podem entrar física como espiritualmente (Humphrey, 2002, p.10)

O símbolo representa o estilo arquitetónico de cada época, por exemplo a centralidade do ministério apostólico exprime-se na basílica romana e no românico, a dimensão escatológica da Igreja expressa-se no gótico e a adoração eucarística marca o estilo barroco, entre outros. (Policarpo, 2012, p.4), desta forma, o símbolo adquire uma dimensão física, mas também se pode manifestar de forma inteligível, por exemplo na orientação que antigamente os templos obedeciam, que segundo Fulcanelli refere na sua obra, *Os Mistérios das Catedrais*, “trata-se de uma orientação invariável, de tal maneira que fiéis e profanos, entrando no templo pelo ocidente, caminhem em direção ao santuário, na direção do oriente, a Palestina, berço do Cristianismo, porque é do oriente que Ele regressará no último dia, segundo o evangelho de São Mateus” (Fulcanelli, 1998, p. 58). Há símbolos cuja utilização foi generalizada no medievo e, na atualidade, tem a sua reinterpretação, como sendo ‘o labirinto’ que tem relação, pelo menos literária, com o labirinto de Creta, sendo certa e comprovada por inscrições e figurações. Assim, Fulcanelli acredita que este símbolo representa “a viagem rumo ao centro do labirinto é assim uma viagem interior, em busca do Eu” (1998, p.87)

Em suma, o simbolismo das igrejas não é uma algo totalmente ignorada pelos fiéis, desta forma, Hani afirma que “observações, por vezes pertinentes, feitas durante um sermão (...) deixam vestígios na memória dos crentes” (1998, p.17), sendo este um tema complexo, que na presente pesquisa é abordado de forma superficial.



Fig. 35: Labirinto – Catedral de Colónia, Séc. XII
Labirinto - Igreja de Santa Mª Madalena, Séc. XXI
Fonte: Fotografias de autor (2014)

2.2.2 - A arte sacra e o simbolismo

A arte sagrada, que através dos primórdios do Cristianismo chegou até aos dias de hoje, está oculta por trás de símbolos e baseou-se em simbolismos - criações abstratas ou ilusivas, representações feitas a partir dos fiéis da religião, que se tornaram deveras importantes para a linguagem arquitetónica das igrejas e templos. Os lugares criados para as representações simbólicas definiram e criaram espaços, “distingue o espaço sagrado, que é puro e poderoso, de um espaço exterior, que é ordinário e impuro” (Humphrey, 2002, p. 130), a fim de promoverem a ligação da Humanidade com Deus. Estes lugares são vivenciados por diferentes culturas que marcaram as diversas religiões e que chegaram à atualidade com grandes projeções a nível mundial, como o caso dos santuários de Fátima e Meca.

Como abordado anteriormente, as perseguições feitas aos cristãos fizeram nascer um dos elementos ou ‘arma’ com maior destaque e importância na propagação da fé cristã, o símbolo. O desconhecido deu origem ao simbolismo cristão, que porventura sucedeu em diferentes níveis de utilização por parte da religião, e que ainda são utilizados na atualidade. É nessa base, de recurso de símbolos, que a arquitetura religiosa teve a sua evolução, e se fez representar através de magníficas construções.

O simbolismo foi fundamental na História da Igreja. A comunicação através dos símbolos, que Ferrara julga como “texto não-verbal, que pode ser entendido como linguagem sem código, mas não sem sentido” (2000, p. 72), integrou-se com a linguagem religiosa e a união entre estas permitiu, juntamente com outros fatores, a construção da base de uma das instituições com maior autoridade na história da Humanidade.

Tendo a Bíblia, como fonte histórica, os altares no seu mais antigo, ritos de adoração, assim como a necessidade de sacrifício pelos atos de pecado, o povo desde sempre necessitou de guardar na sua memória, uma ligação com o Divino, através de práticas rituais ou da simbologia, de modo a que no futuro fossem garantidos, a mesma ideologia e os mesmos valores (Humphrey, 2002).

O simbolismo latente na arquitetura religiosa manifestou-se de diversas formas. Por exemplo, o simbolismo das peças mandadas construir com matérias que representavam o poder, como o ouro na construção da arca da Lei, do altar de incenso e do candelabro, tinham cada uma o seu propósito, inclusive as pedras preciosas, aplicadas no traje usado pelo Sumo-sacerdote, eram representativas, neste sentido “a fala e a escrita não são os únicos meios de comunicação” (Ferrara, 2000, p. 72).

A organização interna de uma igreja, a arquitetura dos seus interiores, o mobiliário, a arte e todo o conjunto que compõe o local da celebração deve também ser entendido e vivenciado como realidade simbólica, por exemplo a localização do templo cristão e a sua consagração “tem um forte culto por relíquias e constroem-se muitas vezes santuários onde aconteceu algo de estranho na vida de uma figura importante” (Humphrey, 2002, p.30)

Conforme Baróbio (1990), para o cristão o templo em si não é o lugar da presença de Deus, mas é precisamente o lugar da assembleia em que Deus se faz presente. O templo não deve estar somente ao serviço das necessidades materiais da assembleia e da celebração, mas desempenhar outro serviço que é exprimir o seu mistério, o seu significado cristão-eclesial.

O edifício deve ser funcional e ao mesmo tempo simbólico, para ser funcional deve favorecer as ações litúrgicas desenvolvidas na celebração, favorecer o ato de “reunir-se” e facilitar a participação ativa dos fiéis. Para ser simbólico deve contribuir para manifestar a ação simbólica e transparecer as realidades místicas que abriga.

No projeto de uma igreja, ao trabalhar com a funcionalidade e o simbolismo, gera-se um espaço que contribui para a experiência dos fiéis com o mistério de Cristo, que é o centro da liturgia católica. Assim, as igrejas cristãs originaram-se das sinagogas, que consistiam em espaços para estudo e oração, e funcionavam como centros de encontro para a comunidade. As sinagogas surgiram na época do Tabernáculo, descrito no Antigo Testamento, e são as raízes históricas das igrejas cristãs (Bíblia, 1969).

Para o religioso, o espaço não é contínuo ou homogêneo, há ruturas e há espaços mais significativos que outros: “ (...) há um espaço sagrado, e por consequência forte e significativo, e há outros espaços não-sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma: amorfos”. (Eliade, 1970, p.35).

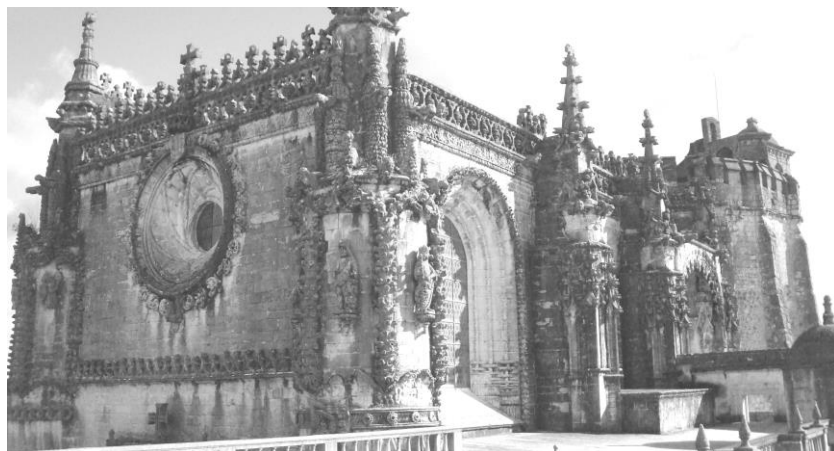


Fig. 36: Convento de Cristo em Tomar
Fonte: Fotografia de autor (2013)

2.2.3 - Arquitetura como comunicação

Se o arquiteto é aquele que intervém no espaço, organizando-o, então Ferrara diz que “trabalha com linguagem, já que organizar pressupõe estabelecer um sistema de ordem por meio de determinados elementos” (2000, p. 31). A arquitetura como fenómeno de comunicação comporta consigo linguagem e, nesse sentido, pode ser considerada como um suporte de mensagens codificadas.

A organização comunicacional interna do espaço celebrativo, sua arquitetura, seu mobiliário, sua arte, enfim, tudo o que compõe o seu conjunto compositivo deve também ser entendida e experienciada como realidade simbólica. Kandinsky observa a este propósito, que “a obra de arte deve refletir somente a alma do artista” (1991, p.41).

Assim, a igreja e a arte necessitam-se mutuamente, esta ideia ficou patente da carta que o Papa João Paulo II enviou aos artistas em 1999, referindo que “para transmitir a mensagem que Cristo lhe confiou, a Igreja tem necessidade de arte”, e concretamente ao que à arquitetura diz respeito, menciona especificamente que “a Igreja precisa de arquitetos, porque tem necessidades de espaço onde congregar o povo cristão e celebrar os mistérios da salvação” e, num gesto de enorme reconhecimento pela nobre atividade realizada, termina dizendo “dirijo-me a vós, artistas do mundo inteiro, para vos confirmar a minha estima” (1999).

A arte tem, portanto, a distinta função de recolher e interpretar a teologia católica e revesti-la de formas, sons, cores, de forma a manter tangível o sentido da sua transcendência. Por exemplo, os vitrais são um belo retrato do exposto, que na opinião de Humphrey, estes são um excelente “auxiliar de ensino visual, exprimindo ideias teológicas complexas por intermédio de alegorias” (2002, p. 50) pois, antigamente, todas as pessoas, mesmo as que não sabiam ler, podiam compreender a mensagem neles contida.

De qualquer forma, a arte e a Igreja tiveram uma aproximação de posturas, que resultou na abertura das portas dos templos aos artistas mais prestigiados da atualidade, como aconteceu com o artista plástico Miquel Barceló na intervenção da Catedral de Palma de Maiorca em Espanha.

Sobre esta posição da Igreja, o padre Vilar opina que

“o espaço é [deve ser] o reflexo do que vai dentro de nós e no interior da comunidade. O espaço é o nosso espelho. E o que não tem sentido fica sem lugar”, e isto vale também para os espaços religiosos em conformidade com o pensar e o viver (religioso ou não) de cada época. (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014)

Poder-se-ia considerar que sem estas exigências, as possibilidades de uma autêntica renovação que se almejava, ficariam reduzidas a fugazes intenções estilísticas, assim, o que mais preocupava as entidades eclesiais era a autenticidade da arte sacra daí que “a Igreja aprova e aceita no culto divino todas as formas autênticas de Arte” (SC, 1965), depreendendo-se que a arte verdadeira é aquela que reflete a época na que se produziu, sendo, para tal, o seu uso possível no culto.

Portanto, está aberto o caminho a ser percorrido pela arte no território eclesial, e, neste contexto, o arquiteto Ferrara dizia numa conferência dirigida a jovens arquitetos “tenham a sensibilidade de fazer com que seus edifícios tenham alguma coisa que dizer” (Ferrara, 2000, p. 51).

Assim, arquitetonicamente falando, a arte mais autêntica foi, precisamente, aquela fiel à tradição que sintetizou na sua forma a essência da sua expressão enquanto espaço de culto. A forma é o novo paradigma concetual, fugindo da opacidade produzida pelas figurações estereotipadas do passado, ela é sagrada não pela intencionalidade do autor, mas pelo conteúdo objetivo dos espaços sensíveis e belos, facilmente identificáveis pelos fiéis (Ferrara, 2000).

Retomando a comunicação que se deve observar no espaço celebrativo, a distância entre o altar e a assembleia é fundamental neste diálogo, ou seja, o que se constata é um problema de escala. Num espaço celebrativo reduzido toda a comunidade se vê, se comunica e dialoga, mas existem espaços celebrativos grandiosos, por exemplo, a basílica de São Pedro no Vaticano, que apesar, de a uma distância de cem metros do altar, o grandioso baldaquino que o coroa, gera uma zona sacra que nos enfoca o olhar nesse sentido. Portanto, não existe relação direta entre a sensação de envolvimento celebrativo e a amplitude que o próprio espaço detém, tendo a arquitetura o papel mediador destas duas dimensões, gerando um espaço sagrado, por consequência forte e significativo (Eliade, 1970).



Fig.37: Baldaquino (Vaticano)
Fonte: Fotografia de autor (2010)

Neste contexto, a tecnologia tem historicamente servido como um catalisador de novas ideias na arquitetura e de unificadora do espaço celebrativo. As novas formas de produção em arquitetura associadas à tecnologia digital, hoje, trabalham como grandes aliadas na inovação de projetos, na fabricação e na construção. Historicamente, desenhos bidimensionais foram o meio de comunicação em projetos de arquitetura, engenharia e design industrial por muito tempo. Mesmo assim, já não são considerados como soluções que possam garantir uma compreensão espacial, tanto na fase conceitual quanto na de representação. A representação tridimensional e o modelo físico proporcionam um maior êxito nessa comunicação, estabelecendo proporcionalidades, perspectivas e funcionalidades inerentes ao projeto, que talvez não pudessem ser evidenciadas numa representação bidimensional. (CIARC, 2009)

A arquitetura é o tipo de atividade em que a comunicação tem a sua importância para o sucesso do projeto, portanto, quanto maior e melhor for a comunicação entre as partes que envolvem o projeto, melhor será a qualidade do produto final.

A comunicação na arquitetura atual é caracterizada por ambientes com poucos elementos decorativos e superfícies pouco irregulares. A igreja do Sagrado Coração de Jesus (Fig. 38), do arq. Allmann, Sattler e Wappner, realizada no ano 2000 em Munique na Alemanha, representa um modelo da arquitetura religiosa atual. Foi projetada em geometria cúbica, com a igreja inserida numa caixa de vidro e composta com painéis móveis e modulares revestidos em madeira que proporcionam qualidade acústica ao ambiente e ao controle de entrada de luz natural. A igreja possui poucos elementos decorativos no seu interior, e as paredes laterais são compostas pelos painéis móveis e modulares, que funcionam como absorventes acústicos e elementos de controlo da entrada de iluminação natural e radiação solar.

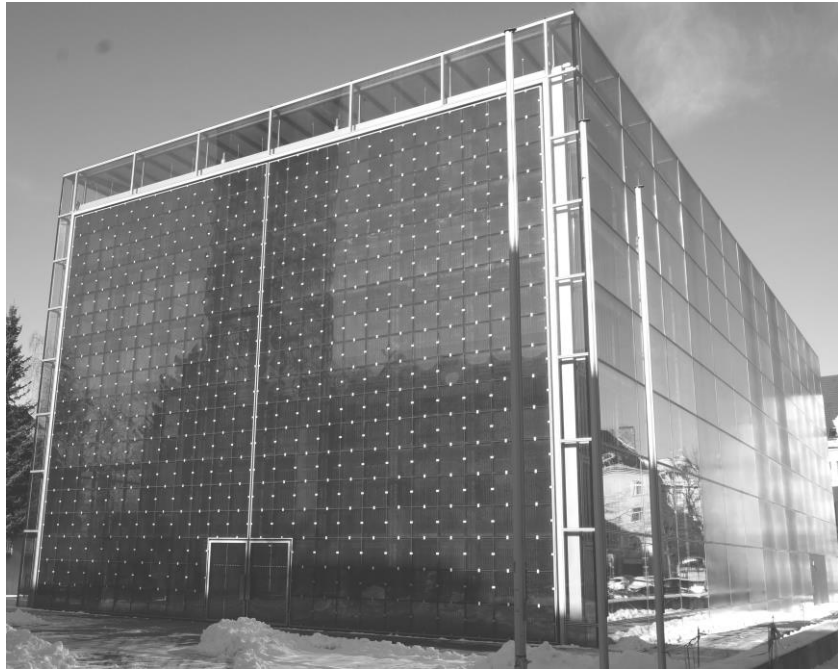


Fig. 38: Igreja do Sagrado Coração de Jesus - Munique
Fonte: Fotografias de autor (2015)

2.2.4 - Espaço sagrado, a forma.

A forma atual do espaço celebrativo reside no facto de nele se encontrarem os fiéis, e na composição deste para que fomente a sua participação, assim sendo, é fundamental a qualidade do templo, não para si mesmo, mas para a qualidade do ato celebrativo. Mas na conceção deste espaço tudo tem que ser simbólico? Tudo tem que representar algo? Por exemplo, sendo o ambão a mesa das leituras donde se ouve a Palavra de Deus, como se poderia dar valor a este elemento fundamental? Este problema existe e Humphrey refere que não é por lhe adicionar adornos miméticos que a função, enquanto local da Palavra teria mais valor (2002), assim, a qualidade simbólica é demasiado difícil como para difundi-lo desta forma.

É claro que a Igreja ao longo dos séculos produziu espaços capazes de transmitir uma grande potência espiritual, algo excecional como o caso do gótico. Este estilo foi e é capaz de deixar extraordinariamente assombrados, não só quem se declara cristão como qualquer cidadão. A sua magnificência, constituindo-se como um ponto de orientação central e de significado, que a cidade necessita, situa-se, “geralmente de tal modo que domina a comunidade, tema que se repete desde a catedral” (Humphrey, 2002, p.31). Humphrey conclui dizendo que “os nossos antepassados tinham certezas, e nós só opiniões”. Essa potência visual, proporcionada em todos os seus detalhes, foi já herdada dos templos clássicos, como na excelência das construções Gregas ou na monumentalidade expressiva dos edifícios romanos, na atualidade o paradigma compositivo é, segundo Hani, que o “templo terreno evoque a Jerusalém celeste” (1998, p.17), que teria que ser condensado no novo espaço sacro.



Fig. 39: Gótico – Catedral de Colónia
Fonte: Fotografias de autor (2014)

Efetivamente, depois do Concílio Vaticano II, abandonou-se uma certa tradição de construir igrejas, rumo ao novo paradigma conceitual que gravitava em torno da congregação dos fiéis e da sua participação.

Contudo, a Liturgia é simultaneamente a meta para a qual se encaminha a ação da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força. Na verdade, o trabalho apostólico ordena-se a conseguir que todos os que se tornaram filhos de Deus pela fé e pelo Batismo se reúnam em assembleia para louvar a Deus no meio da Igreja, participem no Sacrifício e comam a Ceia do Senhor. (SC, 10º)

Desta forma, o novo espaço sacro tornou-se, acima de tudo, funcionalista convertendo-se segundo Ferrara numa verdadeira 'máquina de rezar' herdeira da 'máquina de habitar' de Le Corbusier, mas esses princípios funcionalistas transportaram consigo uma certa perda da transcendência do que havia sido durante séculos esse espaço místico (2000).

Este fluir de formas na produção do espaço sacro é algo a que própria história do cristianismo aponta, aparecendo e desaparecendo, em função dos distintos momentos litúrgicos que, conseqüentemente, originam diferentes concepções espaciais.

A identidade dos novos edifícios religiosos é algo ainda um pouco estranho à comunidade. Esta tem de ser alimentada e construída segundo uma profunda fundamentação teológica, no sentido de intuir e incrementar a sua beleza. Assim sendo, Humphrey opina que "um edifício sagrado relaciona-se com os adoradores humanos através dos ritos da consagração e purificação, e torna-se um ponto de encontro adequado entre a Humanidade e a Divindade" (2002, p. 60).

A igreja deve ser sempre reconhecível como um ícone da cristandade, esta concepção chega até nós através do direito canónico, e através Constituição Apostólica *Sacrosantum Concilium*, onde a "Liturgia, ao mesmo tempo edifica os que estão na Igreja em templo santo no Senhor, em morada de Deus (...)" (SC, 2º).

A complexidade desta questão reflete-se na nova organização litúrgica da igreja e fundamentalmente na organização do seu espaço interno, tendo em conta que no final, essa complexidade compositiva tem que estar claramente concebida em torno a uma unidade geral, assim, é essencial conjugar complexidade com unidade para que tudo resulte expressivo "muitas vezes considerados, não somente como reproduções do cosmos (Humphrey, 2002, p.36).

Em suma, a nova concepção espacial herdou quase dois mil anos de história de construções religiosas, desde as basílicas romanas que o Concílio Vaticano II veio pôr em causa com as alterações litúrgicas. "Frases em baixo-relevo e pensamentos em ogivas – não falam menos" (Fulcanelli, 1998, p. 43)



Fig. 40: Vaticano
Fonte: Fotografia de autor (2010)

2.3 - Fundamentos do Concílio Vaticano II

2.3.1 – Antecedentes

O Concílio Vaticano II celebrado em 1965 (concílio é uma reunião das autoridades eclesiásticas com o objetivo de debater assuntos relacionados com a Igreja), como o seu próprio nome indica precedeu ao Concílio Vaticano I realizado em 1870, que devido à invasão do estado pontifício, viu os seus trabalhos interrompidos. Segundo afirma o padre João Batista Libânio, o Concílio Vaticano I, que foi convocado pelo Papa Pio IX, pretendia reafirmar o poder pontifício do Santo Padre, que passaria a ter o primado universal, pretendia também condenar os erros da época – o racionalismo – referindo que a razão humana não é a última instância da verdade e, por último, condenar quem se opunha à fé (2012).

Na apresentação dos trabalhos do Concílio Vaticano II, iniciado em 11 de outubro de 1962 pelo Papa João XXIII e terminado em 8 de dezembro de 1965 pelo Papa Paulo VI, pressupunha-se a continuação do Concílio Vaticano I, facto que não ocorreu.

O Concílio Vaticano II ocupou-se de uma temática mais ampla e abrangente e, segundo o padre João Batista Libânio, este foi o primeiro concílio na história da Igreja que foi convocado e que não era para condenar nada nem ninguém, nem para repetir verdades sabidas. Segundo o mesmo autor, grande parte da cúria romana, pretendia ver aprovados, no referido concílio, textos previamente escritos, não tendo sido esta situação a que se verificou, porque o Papa afirmou que todos os documentos que não fomentassem a pastoral e o diálogo, fossem ecuménicos e com visão de 'aggiornamento' (atuais) seriam motivo de reprovação. Neste sentido, dos 72 documentos apresentados, a comissão reprovou 71, dando assim início à "mais vasta reforma alguma vez empreendida pela igreja" (Bragança, 2013, p.1).

O Concílio Vaticano II foi, desde o início, visto pelo clero como uma grande oportunidade para reformar a Igreja, assim sendo, a adesão da comunidade sacerdotal foi enorme, por exemplo a participação de bispos neste evento foi de 2540 (no Vaticano I foi de 750 e no Concílio Trento de 258), assim como a unanimidade nas votações que também foi esclarecedora quanto a essa vontade de 'aggiornamento', por exemplo na votação da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, apenas se registaram quatro votos contra.

Durante os trabalhos do Concílio Vaticano II, que teve quatro sessões, o Papa Pio IX faleceu após a primeira, as restantes três foram presididas pelo novo Papa, Paulo VI, que foi investido em 21 de junho de 1963 e logo proferiu as três tarefas essenciais no novo percurso da Igreja: "tomar consciência de si própria, renovar-se, entrar em diálogo com o mundo." (Libânio, 2012).

O Concílio Vaticano II representou uma referência de incontornável importância na história do catolicismo, renovando inúmeros aspetos litúrgicos, onde as "consequências arquitetónicas mais imediatas foram a colocação do altar, o relevo

dado à mesa da palavra, a convergência da assembleia para o altar, a união, numa mesma assembleia celebrativa” (Policarpo, 2012, p.5), o que não supôs uma rutura mas sim conduziu a uma evolução da tradição eclesíástica.

O Concílio de Trento (1545-1563)

A liturgia vigência à data da realização do Concílio Vaticano II era a “missa antiga ou missa de Pio X, onde o povo ia rezar o terço. Dizia-se que ia assistir à missa porque não tinham qualquer tipo de participação” Barbosa, J. (comunicação pessoal, 12 de setembro, 2014); o referido concílio visava reformar esta condição, cuja origem remontava à idade média, concretamente ao Concílio de Trento.

O Concílio de Trento nasce 1545 sob o papado de Paulo III, como reação aos reformadores devido ao grande cisma desencadeado pelo monge agostiniano Martinho Lutero, e excomungava tudo o que se opusesse à sua doutrina.

Em termos arquitetónicos, do lado protestante, a conceção do espaço litúrgico é determinado pelo sacerdócio e pelas posições de culto, enquanto do lado católico as alterações são apenas de estilo, permanecendo firme nas suas convicções doutrinárias. Neste sentido, o ex-cardeal patriarca de Lisboa, D. José Policarpo, relaciona o estilo arquitetónico de cada época, como as consequentes finalidades doutrinárias, referindo que a

centralidade do ministério apostólico e a importância dada ao ministério do Bispo, exprimem-se na Basílica romana e no românico; a dimensão escatológica da Igreja, que se concebe como um povo peregrino a caminho da Pátria Celeste, exprime-se no gótico em que as Igrejas são “orientadas” e a assembleia litúrgica se concebe como um povo a caminho do “orient”, isto é, da última vinda de Cristo, levando à sua frente o Bispo ou o presbítero seu representante; a adoração eucarística marca o estilo barroco, entre outros. (2012, p.4)

As características litúrgicas destacáveis que o Concílio de Trento introduz na compreensão da celebração são: o latim como a língua oficial; altar no fundo da nave junto ao retábulo; eucaristias simultâneas no mesmo espaço e consequente multiplicação dos altares no interior; devoção individual; centralidade do sacrário e da congregação reunida.

O Concílio de Trento reforçou e reformulou as estratégias de comunicação. Tais estratégias conduziram à preponderância do ambão pela utilização mais frequente do púlpito. O ambão é uma pequena tribuna colocada próximo do altar destinada às leituras dos livros sagrados e à pregação, por seu lado, o púlpito situa-se no meio da assembleia, e num sítio elevado, aproxima a palavra dita, a oralidade, o discurso ou o sermão, dos crentes.

É o início de uma época onde a Igreja reavê o poder entretanto perdido e a construção tem claros ecos clássicos, num claro sinal de uma magnificência requerida, onde “a Igreja deixa de ter o caráter místico, espiritualizado, para se transformar numa realidade grandiosa”. (Machado, 2001, p.23)

A Igreja, através do Concílio de Trento, procura reformar a liturgia, mas não recolhe, nessas alterações, as mudanças proclamadas pelos reformadores protestantes, por exemplo não permitindo o uso litúrgico da língua vernacular ou favorecendo uma participação mais ativa dos fiéis. Estas reformas visavam, essencialmente, frear o avanço do protestantismo e restaurar o poder do catolicismo. Neste contexto, Francisco afirma que

na época da Contra-Reforma, a Igreja Católica quis afirmar-se contra as Igrejas Protestantes; então, suas igrejas se caracterizavam pelo pomposo estilo barroco e o centro é, não mais o altar, mas o tabernáculo, insistindo na presença real de Jesus Cristo na hóstia sagrada. (2004)

Concílio Vaticano II herda uma liturgia de moldes medievais, que, entre outro aspeto, retira a celebração comunitária, onde o clero era o único interveniente e os fiéis apenas à distância assistiam à mesma. Como nota de curiosidade, foi esta liturgia que os navegadores portugueses difundiram na diáspora das conquistas do novo mundo.

Após o Concílio de Trento, a cristandade ficou irremediavelmente dividida onde a unidade proclamada nunca foi alcançada. De um lado, os seguidores de Lutero - os protestantes – esta confissão espalhou-se rapidamente pela Europa central e do norte e diversificou-se: Calvinismo, Zúinglo, anabatistas, entre outras; e do outro lado, os católicos com uma mentalidade mais rígida, onde a Santa Inquisição foi a ferramenta para disseminar o medo no seio da comunidade.

O Concílio de Trento representou, muito mais uma reafirmação da doutrina católica e de todos os seus valores, do que um efetivo avanço em direção à modernidade, onde o estilo barroco preconizou todo esse ideal da “busca do belo, fruto duma imaginação que voa mais acima do dia-a-dia (...) sendo uma espécie de apelo ao Mistério”. (Papa João Paulo II, 1999, p.6)



Fig. 41: Concílio de Trento
Fonte: <http://www.google.pt/imagens>

2.3.2 - As diretrizes – o modelo teórico

A Missão de evangelizar nasce do mandato do Senhor: «Ide, pois, fazei com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo» (Mt 28,19-20). Assim, com o Concílio, a Missão passa a ser compreendida não como algo isolado, separado do conjunto de outras missões, mas como fruto da própria Igreja. Neste sentido, o artigo 65 do *Sacrosanctum Concilium* refere que

seja lícito admitir nas terras de Missão, ao lado dos elementos próprios da tradição cristã, os elementos de iniciação usados por cada um desses povos, na medida em que puderem integrar-se no rito cristão. (1965)

O Concílio Vaticano II fez, doutrinariamente, a superação do dualismo que existia entre Missão e Igrejas. Segundo José Villar, houve uma superação do dualismo das Igrejas constituídas e dos territórios de Missão, entendidos como regiões excêntricas, postas sob a competência exclusiva do Papa, permanecendo os bispos e as Igrejas particulares isentadas de qualquer responsabilidade em relação às mesmas (2007, p. 34).

Em suma, a visão missionária deixou de ser vista unicamente como um problema conjuntural de carência de recursos, mas encarada como algo que faz parte do espírito da própria Igreja, que segundo o Papa Paulo VI “a Igreja existe para evangelizar, para ensinar, para ser o canal do dom da graça” (2014)

Neste sentido, durante séculos, a visão missionária era bastante eurocêntrica, isto é, a missão partia da Europa para os outros continentes, por conseguinte o mundo cristão encontrou-se praticamente reduzido à Europa.

Com o Concílio, a missão da Igreja vai para além dos aspetos físicos ou materiais. Como diz o padre Niaidenoff que “a noção geográfica da missão, fundada na distinção dos países evangelizadores e dos países evangelizados, apaga-se de dia para dia e marca simplesmente uma etapa da impregnação espiritual” (1957, p. 170).

Com o Vaticano II dá-se de certo modo uma rutura de pensamento. Dá-se uma evolução no pensamento começado ou que já existia com o acordo missionário. Tal como previsto por João XXIII, o Concílio Vaticano II constituiu um meio de renovação espiritual, que promovesse a restauração e o rejuvenescimento do espírito cristão da Igreja.

Era, por conseguinte, importante fazer um trabalho necessário ao despojamento do Cristianismo do seu revestimento ocidental através de uma efetiva adaptação às realidades locais.

O mundo ocidental, nos últimos anos, perdeu o conceito de sacralidade, e essa condição teve os consequentes reflexos na produção de arquitetura religiosa. Como refere Cobian “a progressiva compreensão da matéria e por conseguinte a sua manipulação, desvalorizaram os mitos que tentavam explicar o inexplicável, fechando-se o homem ao mistério e com isso perdeu a sacralidade presença na nossa sociedade” (2011, p.9). Desta forma, atualmente no ocidente, a religião vive um certo declínio, e este facto é de grande importância para compreender o carácter dos edifícios onde se professa o culto.

O templo como edifício de culto consagrado a Deus, como habitação da divindade no seio do povo, é um fenómeno tipicamente urbano, desta forma, para o cristianismo o edifício de culto e a comunidade eclesial fundem-se no mesmo conceito – Igreja. Convém distinguir Igreja (com maiúscula) como sendo a comunidade de fiéis/instituição, e igreja (com minúscula) como o edifício onde essa mesma comunidade se reúne para a celebração.

As igrejas são, portanto, necessárias para a reunião dos fiéis em oração e, particularmente, para a administração dos sacramentos. Deus está presente nesses espaços de uma forma singular, daí que uma das suas funções seja a sua expressividade, criando atmosferas místicas que nos transladem a outras realidades “quase sentindo aquele mistério da criação”. (Papa João Paulo II, 1999, p.1)

A reforma litúrgica, produzida pelo Concílio Vaticano II, teve consequências de grande alcance na definição do interior das igrejas, sendo as principais: a implementação de um único altar; a separação do sacrário e altar; introdução do ambão e da cadeira do celebrante; e um novo rito batismal. Na prática, o ideal de promover uma maior participação dos fiéis, recolhia nestas alterações uma inestimável colaboração, onde o resultado final se traduziu na conceção de uma eucaristia (renovada) voltada para o povo e na definição de um novo espaço sacro. Poder-se-ia dizer que, a orientação do sacerdote durante a eucaristia converteu-se no núcleo central da construção de igrejas durante os últimos quarenta anos (Cobian, 2011), onde a questão do diálogo, entre a arquitetura sacra e a arquitetura contemporânea, se foi aprofundando.

A construção de igrejas após o Concílio Vaticano II pressupunha adequá-las à realidade e vida contemporânea através de uma arquitetura atual, perceptível para a consciência do homem, neste sentido “se não construirmos igrejas em consonância com o espírito da época estaremos a admitir que a religião já não possui a mesma vitalidade que os nossos edifícios civis” (Schloeder, 2011, p.9), assim sendo, a alteração na conceção interior do templo, proclamada pelo concílio, teria a correspondente alteração exterior, onde a *forma seguiria a função*.

Nesta época, as soluções criadas eram variadas (Fig. 42). Surgiram igrejas circulares e octogonais com altar ao centro; outras em forma de quadrado com as assembleias distribuídas em vários pisos; há de inspiração elíptica e trapezoidal, entre outras. Todas as formas eram válidas à exceção da tradicional basílica cruciforme, que estaria proscrita.

Independentemente da conceção arquitetónica do edifício religioso, o mais importante nesta fase era a criação de espaços que respondessem satisfatoriamente do ponto de vista litúrgico. O primeiro e mais valioso requisito do espaço sacro pós-conciliar é que fosse extremamente funcional (CIARC, 2009). Esta não é uma visão inovadora da conceção do templo, tendo em conta que a história da construção cristã demonstra que este sempre foi uma expressão dos requisitos litúrgicos do programa construtivo – a sua função.

A Igreja estava portanto em condições de descartar quase dois milénios de produções de formas sacras, e substituí-las por um novo paradigma compositivo, representando, segundo a Diocese de Bragança “a mais basta reforma alguma vez empreendida pela Igreja Católica”. (2013, p.1)

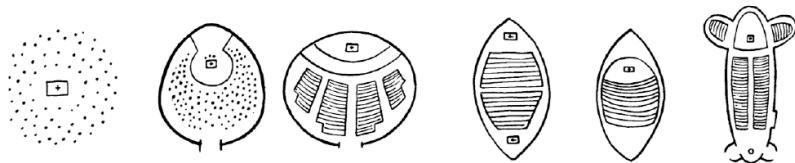


Fig. 42: Várias distribuições interiores
Fonte: <http://www.google.pt/imagens>

A nova *domus ecclesiae*

A *domus ecclesiae* significa literalmente a casa da Igreja, nas suas origens era um edifício familiar, humilde e acolhedor, onde os primeiros cristãos se reuniam para o seu encontro com Deus.

Este foi, portanto, o modelo que inspirou o início da história milenar da arquitetura cristã, e deu forma ao seu espaço. Ao longo dos séculos, este espaço viu como a liturgia era alterada em função de desvios litúrgicos que reduziram os fiéis a “observadores distantes, indiferentes e apáticos, diante de tudo o que a classe sacerdotal realizava no altar em seu nome (...) levando à perda da íntima liturgia” (Schloeder, 2011, p.14).

Da diminuta *domus ecclesiae* passou-se para a adoração do formalismo da basílica imperial romana, que tanto servia para atos religiosos como para grandes eventos e espetáculos típicos da época.

As alterações surgidas, entre o início do culto oficial do catolicismo (313 d.c.) e o início do séc. XX, foram essencialmente de ordem estilística, visto a matriz concetual de templo - basílica cruciforme – se manter constante, e correspondendo cada estilo a condições doutrinárias diferentes. Neste sentido, Schloeder cita o padre Reinhold que dizia “entendamos que todos esses estilos foram filhos do seu próprio tempo. Nenhuma das suas formas são nossas (...) por isso, os nossos arquitetos devem encontrar uma expressão tão boa na sua linguagem formal, como fizeram os nossos pais e avós” (2011, p.15).

A nova *domus ecclesiae*, originada pelas alterações litúrgicas do Concílio Vaticano II, tem como objetivo a criação de um edifício de culto que seja prático e funcional, mais do que criar um edifício que se assemelhe a uma igreja, comunicando, desta forma, uma identidade objetiva quanto ao conceito de templo.

O homem comum busca no templo a comunhão com o sagrado e a beleza que o entorno onde vive lhe pode negar. O templo atual tem a responsabilidade de falar a linguagem adaptada ao homem contemporâneo, nas suas várias dimensões - espiritual, social, cultural, entre outras.



Fig. 43: *domus ecclesiae* - Basílica de Constantino, Roma
Fonte: Fotografia de autor (2010)

2.3.3 - A modernidade teológica

O templo atual, de igual forma que o construído ao longo da História, tem de dar uma resposta concreta ao homem ao que tem de servir. Atualmente, o templo fica determinado a partir de umas conceções e categorias teológicas específicas que o fundamentam. Desta forma é necessário fazer uma análise dos diferentes aspetos que constituem a identidade da arquitetura religiosa atual a partir dos princípios teológicos que a suportam.

A reflexão sobre a questão da fé alcançou, neste período, grande relevância, surgindo, assim, uma separação entre religião natural e religião revelada. Enquanto a religião natural tinha por base a independência da razão humana – o racionalismo, a religião revelada partia da fé numa manifestação histórica, contrapondo-se à razão universal. Desta forma, aumentou a barreira entre fé e razão, esta relação já tinha sido abordada na reforma, atendendo aos termos fé e ciência. Na modernidade, a fé é apresentada como uma experiência intuitiva de Deus, com a ausência de todo o tipo de assentimento intelectual (Duque, 2004).

Desta forma, a fé, a história, a liberdade e a revelação são diluídas na razão, numa tentativa de conciliação, de modo a chegar a um sistema unitário de todas as dimensões da realidade. Surge, então, uma reação a esta proposta, que visava a dissolução da fé no sistema absoluto da razão – o concílio.

O Concílio Vaticano II abordou a questão da fé essencialmente nos contextos pastorais e eclesiológicos, que marcaram todo o concílio. Para o contexto da fé são de grande importância as constituições dogmáticas *Dei Verbum* e *Lumen Gentium* e a constituição pastoral *Gaudium et Spes* (Duque, 2004).

O templo católico e, concretamente, o templo atual existe por e para uma comunidade de cristãos exprimirem a sua fé. Isso implica a consideração dessa arquitetura como um lugar teológico, expressando-se num duplo sentido, por um lado o templo cristão existe porque a Igreja (eclesiologia) se reúne para celebrar os mistérios de Cristo (Cristologia), sendo estas, as duas realidades que fundamentam a arquitetura cristã, daí, como refere Lozano “a necessária fundamentação teológica das realizações artísticas, e em concreto as arquitetónicas”. (2001)

Para além da modernidade teológica e da evolução arquitetónica, outros fatores influíram na conceção atual da arquitetura religiosa. Desta forma, segundo Lozano, podem-se destacar

a auto-conceção antropológica pessoal, o sentido comunitário da assembleia e o seu grau de relação, a capacidade de referencial e iconográfica da igreja face á sua paroquia, a sua localização no entorno, a mera materialidade do templo, a conjuntura socioeconómica, a própria compreensão da arquitetura, la tensão funcionalidade-simbolismo do espaço, a forma arquitetónica de expressão em determinadas formas e volumes, entre outras. (2011, p. 24)

A conjugação de todos estes elementos, universais em todas as épocas, dá como resultado uma determinada tipologia arquitetónica religiosa, que resulta de uma influência recíproca entre modernidade teológica e evolução arquitetónica.

O templo atual distribui-se através de espaços próprios, concretamente através da hierarquização dos mesmos e cujo objetivo fundamental é a participação de toda a comunidade. Neste sentido, o Cardeal Policarpo afirma que “o principal elemento da eclesiologia do Vaticano II a influenciar a arquitetura religiosa é a dimensão comunitária da Igreja” (2012, p.5) e este espaço é visto como comunidade de todos os fiéis, um povo sacerdotal, concluindo o autor que “a principal expressão desta comunidade eclesial é a celebração eucarística. Todo o espaço litúrgico é concebido em ordem a esta comunidade reunida” (2012, p.5).

Portanto, o Concílio Vaticano II insiste na necessidade de que os novos templos sejam funcionais, sem esquecer a importância do simbolismo, onde a beleza se manifesta pela simplicidade na compreensão do espaço. Nobreza, decoro, simplicidade, veracidade, autenticidade, entre outros, complementam-se com a arquitetura para produzir espaços religiosos sugestivos onde a linguagem utilizada se baseie nas formas essenciais para cumprir as funções que lhe estão atribuídas, “estimulando a intuição de quem os vê” (Papa João Paulo II, 1999, p.5).



Fig. 44: Nova espacialidade -Igreja de Santa Mª Madalena
Fonte: Fotografia de autor (2014)

2.3.4 - Alteração espaciais, o essencial

A *Costituzione Sulla Sacra Liturgia*, ou mais comumente conhecida como *Sacrosanctum Concilium*, foi uma das quatro Constituições conciliares a que o Concílio Vaticano II deu origem, conjuntamente com outros nove Decretos e três Declarações.

São estes os documentos finais que recompilaram, sintetizam e fazem público os quarenta e quatro meses de preparação e os trinta e nove meses que, segundo a Diocese de Bragança, demorou o concílio em realizar-se (2013), tendo sido iniciado a 11 de outubro de 1962 pelo Papa João XXIII (Fig. 45) e concluído em 8 de dezembro de 1965 já sob o papado de Paulo VI.



Fig. 45: Papa João XXIII
Fonte: <http://www.google.pt/imagens>

Segundo a mesma Diocese, pela primeira vez na história, a Igreja sentiu-se com força para realizar uma profunda reforma de toda a liturgia católica. Os tempos tinham mudado e a liturgia que vigorava tinha cerca de quatro séculos de antiguidade e ficara arcaica, como refere o Papa João XXIII no seu discurso de abertura dos trabalhos conciliares, “a igreja não pode ficar uma cidadela fechada ao mundo, nem um museu do passado” (1962), tendo de renovar a sua relação com o mundo, sendo o seu grande desafio o “aggiornamento”, concluiu.

Centrando a atenção na Constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium*, sendo este o texto que contém as alterações litúrgicas que importa abordar, visto ser o que recolhe as implicações que, direta ou indiretamente, têm repercussão ao nível da arquitetura, sendo este o objeto de estudo desta pesquisa, nomeadamente no capítulo respeitante à Arte Sacra.

A Constituição Conciliar, documento que rege toda a liturgia da Igreja à escala mundial, faz referência, no seu ponto nº 25, intitulado *a revisão dos livros*, que estes se “façam o mais depressa possível a revisão dos livros litúrgicos, utilizando o trabalho de pessoas competentes e consultando Bispos de diversos países do mundo” (1965). Deste modo, cada comunidade eclesial teria que rever os seus

próprios livros litúrgicos, e adaptá-los em consonância com as diretrizes emanadas do referido documento, como forma de operacionalizar a sua aplicabilidade.

Na sequência desta revisão, são editados os livros: “Instrução Geral do Missal Romano” e “Instrução *Inter Oecumenici*” como sendo os principais textos que regem a liturgia católica pós-conciliar, e que de certa forma vão detalhar e operacionalizar todas as recomendações constantes no documento ‘mãe’ *Sacrosanctum Concilium*, relativamente à produção de Arte Sacra, onde se inclui a arquitetura.

Como curiosidade, pode-se referir que este documento foi o primeiro a ser aprovado pelo concílio, com 2147 votos a favor e 4 contra, dando assim sinal a toda a comunidade quer da prioridade da reforma em causa quer da unanimidade de Igreja em relação à mesma.

Acerca deste assunto Bento XVI, no seu discurso ao clero em Roma, dizia “foi um ato de Providência que no início do Concílio esteja a liturgia”, aludindo de igual forma à importância deste assunto – a renovação litúrgica.

Como apontamento fundamental, convém referir que, segundo a Encíclica *Mediator Dei* “a Sagrada liturgia, com efeito, consta de elementos humanos e de elementos divinos”, sendo, tão-somente os primeiros, aqueles que esta reforma visa ver alterados (nº45), sendo os demais “imutáveis”.

Estando, portanto, a Constituição conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” em vigor e os demais textos revistos e aprovados, com a legitimidade que o Direito Canónico lhes confere, haveria que operacionalizar a sua entrada em vigor e que começasse a produzir efeitos práticos. Segundo a Diocese de Bragança “a mudança de mentalidades é difícil” e esta não se muda nem por “saltos” nem por “decretos”, denotando, em alguns setores da Igreja, algum ceticismo sobre a aplicabilidade da mesma. Neste sentido, Guardini referia que “trata-se agora de saber se as possibilidades assim tão maravilhosamente abertas à liturgia atingirão uma plena realização” (1965).

Em termos práticos, a Constituição referida é composta por sete capítulos:

1º: Princípios gerais em Ordem à Reforma e Incremento da Liturgia (5-46)

A. Natureza da Liturgia e sua importância (5-13)

B. Educação Liturgia e participação (14-20)

C. Reforma da Sagrada Liturgia (21-40)

D. Promoção da Sagrada Liturgia na Diocese e na Paróquia (41-46).

2º: O Sagrado Mistério da Eucaristia (47-57)

3º: Os outros Sacramentos e os Sacramentais (58-82)

- 4º: O Ofício Divino (83-101)
- 5º: O Ano Litúrgico (102-111)
- 6º: A Música Sacra (112-121)
- 7º: A Arte Sacra e as Alfaias Litúrgicas (122-130)

No prólogo deste documento vêm expostos os motivos desta reforma, e que de forma superficial, mas não menos objetiva, se referem: a pastoral (fomentar a vida entre os fiéis); ecumenismo (diálogo com outras confissões); apostólico e missionário (diálogo e chamamento constante dos fiéis à Igreja), sendo estes os princípios impulsionadores da nova liturgia e o motor de tais mudanças.

Com efeito, todas estas motivações teológicas e doutrinárias traduzem-se em alterações físicas do espaço religioso, que terão implicações ao nível da conceção do mesmo. Concretamente no capítulo 7º, sobre a Arte Sacra, donde se inclui a arquitetura, é abordado e são descritas essas mesmas alterações - normas.

O documento recompila uma série de requisitos espaciais, para dar resposta à nova liturgia pós-conciliar que estava em curso, e que se apoiaria na arquitetura como “pilar” para dar forma a esses princípios agora promulgados.

Apesar do capítulo 7º ser aquele que mais objetivamente foca a espacialidade do edifício religioso, assunto este abordado mais adiante, após uma leitura mais atenta e cuidada, a questão espacial/arquitetónica do edifício religioso está subjacente noutros capítulos do referido “*Sacrosanctum Concilium*”.

Antes de referir os artigos e normas em causa nestes documentos, convém realçar que os mesmos não são de interpretação direta e objetiva, ou seja, há pontos nos quais os textos carecem de interpretação e estão revestidos de alguma subjetividade na descodificação. Exemplificando, no texto é referido que nesta nova liturgia se propõe uma, “participação ativa dos fiéis” (*Sacrosanctum Concilium*, 1965).

Após uma refletida leitura dos documentos e uma frutuosa discussão com os entendidos nesta matéria – os teólogos, deduz-se que a arquitetura tem um papel fundamental no cumprimento deste designo conciliar, tendo em conta que é ela própria que modela, propõe e define o espaço religioso, fomentando, ou não, a dita ‘participação ativa dos fiéis’. Mesmo sendo um desígnio concetual, generalista e orientador da Igreja, a arquitetura tem o poder de favorecer esta questão teológica pós-conciliar.

Depois deste breve enquadramento da temática para melhor se perceber o seu conteúdo, é momento de responder à questão: Quais os princípios espaciais implícitos na *Costituzione Sulla Sacra Liturgia*?

A preparação metodológica para dar resposta a esta pergunta foi, por um lado, ler bibliografia referente à mesma, nomeadamente a Constituição conciliar "*Sacrosanctum Concilium*" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "*Inter Oecumenici*" (doc. 3) e, por outro, confrontar quem mais sabe sobre esta matéria, os teólogos, com as interrogações, dúvidas e demais interrogantes que surgiram aquando da leitura dos mesmos documentos.



Fig. 46: Missal Romano (Igreja Nª Sª das Preces – Moledo)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Os teólogos (informantes chave) que gentilmente aceitaram o convite para colaborar nesta pesquisa foram: Nuno Higino, teólogo e escritor; César Augusto Silva Braz, teólogo e professor e Jorge Alves Barbosa, também teólogo e diretor do gabinete de arte sacra, que através de entrevistas deram a sua opinião e partilharam o seu conhecimento nesta matéria.

As entrevistas completas encontram-se respetivamente nos anexos 7.1.2, 7.2.1 e 7.3.2.

Segundo o teólogo Jorge Alves Barbosa, os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar são:

- Constituição conciliar *Sacrosanctum Concilium*;
- Instrução Geral do Missal Romano;
- Instrução *Inter Oecumenici*. Daqui em diante, serão designados por "doc. 1", "doc. 2" e "doc. 3" respetivamente. (comunicação pessoal, 12 de setembro, 2014)

Abordando objetivamente a matéria em causa, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliar serviria para “contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”. Neste sentido, a arquitetura sendo algo visual e, como escrevia Frade, a Igreja apoia-se “na beleza da sua arquitetura como forma de evangelização” (2008, p. 1), presume-se que um edifício religioso segundo o *Sacrosanctum Concilium* “promova uma autenticidade sacra” (1965) e possa ser uma forma de “chamar”, atrair e despertar o interesse dos fiéis para a Igreja.

Do “chamar” e do “mostrar”

O teólogo Jorge Barbosa quando questionado sobre esta matéria (entrevista completa no anexo 7.3.1) opina que “o chamamento ao seio da Igreja não é propriamente uma missão da liturgia e muito menos da arquitetura”, acrescentando que, indiretamente, pode contribuir para esse objetivo “na medida em que trata da beleza e funcionalidade do espaço litúrgico” (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014).

Termina referindo que essa expressão da Igreja decorre de algum “exagero de otimismo e de uma certa ingenuidade” que o próprio tempo desmentiria.

Acerca deste assunto, Nuno Higinio (entrevista completa no anexo 7.1.1) pensa que “a arquitetura é fundamental para cumprir esta intenção conciliar”, acreditando mesmo que pode “favorecer ou impedir que assim seja” e conclui dizendo que é necessário que os “espaços de reunião cristã sejam ‘abertos’, ecuménicos e despidos dum certo triunfalismo” (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014) para que o povo se aproxime da Igreja.

Por outro lado, César Braz (entrevista completa no anexo 7.2.1), também teólogo, faz distinta interpretação destes artigos, nomeadamente que no “referido documento, não há alusão ao espaço físico” mas acrescenta que quem “convoca quer que se reúnam, e neste sentido nada melhor do que a arquitetura para interpretar este sentir e desejo” (comunicação pessoal, 28 de setembro, 2014), concluindo que “são as igrejas-edifício com amplas entradas” que favorecem esse mesmo “chamamento”.

Apesar de haver inúmeras interpretações para estas duas “vontades” da Igreja, segundo os autores citados, a arquitetura pode ter um papel preponderante no cumprimento das mesmas, no “chamar” e no “mostrar” e que uma arquitetura sacra adequada, seja lá o que isso for, pode levar muito fiéis ao seio da Igreja, mas o contrário também poderá suceder. “O que não pode haver é uma rutura total entre o objeto (arte) e o público-alvo para o qual foi concebido”, diz Jorge Barbosa.

Outro tema que importa abordar e que vem referido nos documentos citados é a questão do “silêncio sagrado”. Para além da leitura meramente teológica, esta questão pode ter simultaneamente uma interpretação arquitetónica, que se passa a expor.

Da acústica e da localização

Hoje em dia, a sociedade é cada vez mais urbana e, conseqüentemente, os novos edifícios religiosos localizam-se no centro das grandes cidades. Nesse sentido, os teólogos quando interrogados acerca desta temática - *Se por este facto o “silêncio sagrado” que se deve observar nas celebrações (art.º 30, doc. 1) poderá estar em causa?* - referem:

Jorge Barbosa crê que tal “silêncio” não é apenas uma questão acústica, ou seja, “ a ausência de ruídos. É mais do que isso, é uma tranquilidade interior que permita o encontro connosco mesmos”, mas termina dizendo que “sem o silêncio exterior, não sendo impossível, é mais difícil conseguir o verdadeiro e eficaz silêncio interior” (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014), indispensáveis para uma celebração frutuosa.



Fig. 47: Representação do Silêncio Sagrado
Fonte: <http://www.google.pt/imagens>

Pode-se então pressupor, pelas palavras do autor, que um edifício religioso tem que responder satisfatoriamente a este preceito – a acústica, sob pena de a participação na celebração ficar comprometida.

O mesmo autor dá como exemplo a Igreja da Sagrada Família em Viana, como “um erro” a sua construção, devido à falta de espaço e também à sua localização, uma vez que está adjacente a uma das principais vias rodoviárias da Cidade, especificamente a via que comunica todo o distrito com o Hospital Central do Alto Minho, sendo esta um foco constante de ruído.

O mesmo autor refere também que hoje em dia é fundamental que se cumpra este requisito – o silêncio, se assim não for, a ausência deste pode ser considerada como geradora de inadequabilidade do edifício em causa, sugerindo mesmo que as “novas construções religiosas deveriam estar afastadas dos grandes centros urbanos.”

Nuno Higino, quando interpelado sobre este assunto (ver anexo 7.1.1) não comparte e interpretação anterior, esgrimindo que um espaço religioso pode

ser ruidoso no meio do deserto e silencioso no meio da cidade. Está nas mãos dos projetistas 'inventar' os meios técnicos e de organização do espaço que facilitem e promovam o convite ao silêncio. Quantas igrejas se situam em lugares movimentados das cidades e, entrando neles, tem-se a sensação de intimidade, aconchego e silêncio! E quantas igrejas construídas em lugares tranquilos transmitem uma sensação de desordem e mal-estar! (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

Posicionado nesta mesma linha de pensamento, César Braz (ver anexo 7.2.1) cita uma frase Bíblica como forma de reforçar a sua posição, expressando que "a proximidade às populações era um mandato, *'ide por todo o mundo'*, é para estar no meio das pessoas, aí é que está o Cristo da fé" e conclui dizendo que "o edifício igreja tinha precisamente o objetivo de congregar e unir a comunidade que crescia. Foi durante muitos séculos o centro administrativo das comunidades".

Como apontamento final, refere a "importância que estas tiveram no registo das populações, nomeadamente aquando do baptismo, muito antes de haver registos civis" (comunicação pessoal, 28 de setembro, 2014), pelo facto de se encontrar no meio delas, das cidades.

Apesar da posição dos teólogos não ser unânime, depreende-se que a Igreja é tão mais útil quanto mais perto estiver das populações, mas salvaguardando sempre um equilíbrio entre as novas localizações e os níveis de conforto, neste caso acústico, e que este seja compatível com as celebrações que aí se desenvolvem, favorecendo a introspeção necessária às mesmas.



Fig. 48: Cruz (Santuário de Fátima)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A música sacra

Em relação à música sacra no art.º 112 do doc. 1, é referida a enorme importância desta em toda a liturgia solene, sendo ela “tanto mais santa quanto mais intimamente unida estiver à ação litúrgica”.

Neste contexto Jorge Barbosa refere que na, “relação da arquitetura com a música litúrgica, muito pouco se tem feito, normalmente os arquitetos são pouco sensíveis às questões acústicas e muito ignorantes na maior parte dos casos ao nível das condições para se fazer boa música”, e termina por concluir que “sabe-se que a única forma de encontrar as melhores condições de som é já a partir do espaço físico concretizado e não de um projeto”. Contudo há sempre aspetos que convém definir em projeto e que segundo o autor são “fundamentais para uma boa acústica: superfícies, materiais, texturas, colocação das fontes sonoras desde a presidência ao ambão, ao coro e colocação do órgão”, finaliza dizendo que “sobre este assunto, eu poderia escrever um livro porque é a minha área de ação” sendo Jorge Barbosa, professor de música no seminário (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014).

Acerca desta matéria Nuno Higinio, simplesmente, refere que “todo o arquiteto que projeta espaço sacros deve, pois, rodear-se de algum técnico especialista nessa área”, tendo em conta a importância litúrgica deste elemento- a música.

Cesar Braz tem uma visão mais teológica desta matéria dizendo que “o cântico é por excelência de todos e a possibilidade de essa proximidade e comunhão com Deus”, aludindo a uma incontornável ferramenta espiritual, e acrescenta que “estou convencido que não está, de facto, acautelado este precioso instrumento que é a voz. Os novos edifícios não passam sem amplificadores, cabos e mais cabos, perdeu-se o estudo da riqueza acústica dos anfiteatros gregos para milhares de pessoas e sem amplificadores”, conclui.

As posições de quem é conhecedor profundo do espaço religioso evidenciam que a música sacra ainda não detém a importância litúrgica que lhe é devida, no entanto, no nº118 do *Sacrosanctum Concilium* refere que “promova-se muito o canto popular religioso, para que os fiéis possam cantar tanto nos exercícios piedosos e sagrados como nas próprias ações litúrgicas (...)” (1965). Então, por falha na planificação ou por uma inadequação do próprio espaço, esta realidade verifica-se nas igrejas, segundo os teólogos.



Fig. 49: Órgão de Tubos (Igreja da Boavista - Porto)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A reunião (conceito)

A arte sacra, donde se inclui a arquitetura, deveria ser “orientada para o louvor e glória de Deus” (art.º 122, doc. 1). Neste aspeto Jorge Barbosa é claro e diz que se assim “não o for não é sacra” e prossegue dizendo que

(...) por isso mesmo a arquitetura sacra deve ser de molde a permitir que aquelas pessoas que se reúnem para o louvor de Deus se sintam em condições de o fazer normalmente. Isto implica o conceito de reunião, de comunidade, de relação com o que está ao lado e com os que estão mais distantes, no sentido de fomentar a unidade entre todos; daí a necessidade de uma boa articulação de espaços, o favorecimento de uma estreita relação entre os diversos elementos de uma celebração – presidente, ministros, coro, assembleia – de modo a estabelecer um equilíbrio de espaço entre, por palavras grosseiras, um armazém e um conjunto de cubículos. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

O conceito de “armazém” vs. “cubículos” é esclarecedor quanto à definição da noção de espaço sagrado por parte do autor – o conjunto e a parte.

Nuno Higinio defende que

os espaços sacros devem ser funcionais e belos. E se assim for, naturalmente que orientarão para uma maior glória de Deus. Só há glória de Deus se houver elevação do homem. A glória de Deus só tem sentido nessa elevação. Ora, a arquitetura pode contribuir para essa elevação. (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

Cesar Braz também concorda que a arquitetura atual contribui para esse mesmo “louvor” apontando que “quando o projeto está nas mãos de pessoas esclarecidas, quer da teologia como da liturgia, ela, a obra, tem de transparecer o louvor”.

Existe, portanto, dois conceitos para o mesmo espaço, por um lado um mais mundano e terreno, onde o espaço deva ser amplo, funcional e que fomente a reunião entre os fiéis, e, por outro lado, um conceito mais teológico e doutrinal, que cumpra a função de louvor e enaltecimento, cabendo ao arquiteto a conjugação sábia destes dois vetores conceituais, onde a “qualidade da luz interior é decisiva”, diz Nuno Higinio (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014).



Fig. 50: Luz interior (La Tourette - França)
Fonte: Fotografia de autor (2013)

O estilo arquitetónico

“A Igreja nunca considerou um estilo (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas” (art.º 123, doc. 1).

Jorge Barbosa sobre este assunto refere que “há bons exemplos” onde o estilo contemporâneo é adequado da arquitetura religiosa mas acrescenta que é importante “não confundir arquitetura religiosa com modelos ‘kitsch’ ou imitações do passado o que aconteceu em tempos não muito recuados com a construção de igrejas ‘novas’”, sendo esses projetos um erro.

O mesmo autor refere que a arte contemporânea é “bem-vinda nas suas diversas expressões de criatividade” e considera mesmo que “a Igreja sempre se deu bem com a arte contemporânea” (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014).

Ainda segundo Jorge Barbosa, o problema “surge quanto uma certa contemporaneidade se confunde com a negação da arte, da beleza, de Deus, na procura de uma originalidade a todo o custo e de uma rutura pura e simples com o passado” e termina dizendo que isso “acontece com todas as formas de arte atual que têm a ver com a religião: música, pintura, escultura, entre outras.”

Nuno Higinio também concorda com esta posição, e afirma que o estilo arquitectónico atual é adequado à arquitetura religiosa, considerando, no entanto, que “um dos maiores problemas da arquitetura sacra do último século é precisamente querer impor um determinado estilo, uma determinada simbologia (as igrejas em forma de barco, de tenda, de anfiteatro, entre outros), esquecendo-se que a arquitetura e a arte da modernidade e pós-modernidade se reconhecem exatamente pela fragmentação dos estilos”, e termina dizendo que a “instituição-Igreja deverá compreender esta pluralidade e adaptar-se a ela” (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014).

Para o teólogo César Braz “há estilos e não um estilo” na produção de arquitetura religiosa atual, referindo que “a igreja instituição sempre respeitou as especificidades de cada comunidade cristã, a sua cultura e história, usos e costumes”, e que quando se vê edifícios religiosos em “forma de barco ou em formas esculpidas na pedra ou em grutas, tem sempre algo de cultural e comunitário”. Para Cesar o “primeiro objetivo é ser um templo que congrega” (comunicação pessoal, 28 de setembro, 2014).

Este é, porém, um tema onde os autores se encontram em sintonia, ambos sustentam que o estilo contemporâneo é adequado à arquitetura religiosa.

Mas Jorge Barbosa termina por dizer que “por vezes são os artistas que tentam impor conceitos e perspetivas pessoais como sendo sacras, quando a sacralidade

tem muito a ver, entre outras coisas, com a aceitação que delas faz a comunidade, seja ela qual for”. Acima de tudo a arquitetura tem que ser funcional e a sua expressão artística deve ser a de uma determinada teologia. Equilíbrio entre inovação e funcionalidade é o segredo.

Neste sentido e com o intuito de haver uma maior proteção da arte sacra, em todas as dioceses foi criada uma Comissão de Arte sacra para “aprovar projetos de novas construções ou decidir questões de certa importância” (art.º 291, doc. 2).

Este assunto é mais burocrático e administrativo, mas convém realçar o benefício da criação destas Comissões em cada Diocese como forma de proteger, salvaguardar, promover o património religioso da mesma, considerando que até esta publicação, em 1965, esse tipo de disposição era inexistente.

No artigo supra referido vem mencionado que

todos os interessados na correta construção, reparação e adaptação dos edifícios sagrados, devem consultar a Comissão diocesana da sagrada Liturgia e de Arte sacra. O Bispo diocesano, porém, recorrerá ao conselho e ajuda da referida Comissão, sempre que tenha de estabelecer normas sobre esta matéria, (1965)

tendo sido dado um passo importante na proteção do património religioso.

Sobre este assunto, os teólogos referidos são cautos. Jorge Barbosa simplesmente expressa que “nunca me coube intervir relativamente à construção de novas igrejas ou capelas, mas apenas intervenções em edifícios já construídos”, mas no geral “não temos tido problemas de maior”. Nuno Higinio, do pouco que conhece do funcionamento de ditas comissões, chama a atenção para que as mesmas “são constituídas por 4 ou 5 padres e um arquiteto, quando devia ser exatamente ao contrário... Os padres não sabem (nem têm obrigação de saber) analisar um projeto de arquitetura” (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014).

Termina dizendo que “as dioceses e paróquias deviam confiar nas competências técnicas dos arquitetos”, e apesar da funcionalidade e eficácia destas Comissões não ser a desejada, a sua importância é por demais evidente nesta matéria, daí a sua inclusão nesta pesquisa.



Fig. 51: Proteção do Mosteiro de Stª Clara-a-Velha (Coimbra)
Fonte: Fotografia de autor (2013)

A participação ativa dos fiéis

A “participação ativa dos fiéis” nas cerimónias é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1), e nomeadamente no art.º 30 do mesmo documento refere-se que “para fomentar a participação ativa, promovam-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antífonas, os cânticos, bem como as ações, gestos e atitudes corporais”.

A arquitetura como instrumento que dá forma, que modela, manipula e organiza o espaço, tem um papel fundamental na operacionalização desta premissa teológica. Para Jorge Barbosa

esse é um dos elementos da reforma que se afiguram mais inovadores e exigentes para a arquitetura na medida em que há que favorecer a relação entre as pessoas e as diferentes funções; isso é que é *participação ativa*, ou seja, cada um fazer bem o que lhe compete, na função que lhe está conferida. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Acrescentando que se não houver comunicação, se não houver relação entre as pessoas, não pode haver participação ativa. Descreve ainda que, se

o povo não ouve ou não vê o presidente; se o coro não se faz ouvir, se os ministros não cabem no espaço, se o ambão não permite que o leitor seja visto e ouvido, se as pessoas têm que se atropelar para ir à comunhão, se o altar não permite a colocação dos instrumentos necessários, ou não permite que se possa caminhar à sua volta para uma simples incensação, se não foi deixado espaço para a colocação ou a construção de um órgão... entre outros...

conclui dizendo que se assim não for “então a arquitetura não favorece a participação ativa” (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014).

Nuno Higinio pensa que só haverá uma forma de conquistar esta ‘participação’, que é em primeiro lugar “sendo rigorosos na elaboração do programa” e, em segundo, “esse mesmo rigor do arquiteto na execução desse mesmo programa”.

Quanto à geometria do espaço litúrgico, segundo Higinio

criou-se um pouco a ideia de que a participação dos fiéis é mais fácil quando se encontram em círculo à volta do altar (em anfiteatro). Tenho dúvidas de que seja assim. A Igreja (instituição) é muito mais um *lugar de passagem do que um lugar de paragem*... (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

A arquitetura é o instrumento que fará a primeira conquista espacial para fomentar essa mesma ‘participação’, através do dimensionamento dos corredores, visibilidade, audição, entre outros, indo assim ao encontro não só aos desígnios conciliares como

às necessidades da comunidade eclesial, através de, como referiam os autores, um “rigor no programa” litúrgico e um conhecimento do mesmo.

O lugar dos fiéis deverá ser disposto “de modo a permitir-lhes participar devidamente nas celebrações sagradas com a vista e com o espírito” (art.º 311, doc. 2). Jorge Barbosa diz pragmaticamente que “uma coisa é certa: se a parte física, seja ela de que ordem for, não funcionar, o espírito também não funciona”, também referente a este assunto, Higinio refere que o espaço deve ser um

lugar digno, cómodo, com boa visibilidade para o presbitério, o espaço onde decorre a ação sagrada. A analogia com um teatro é mais que justificada aqui: a liturgia é uma representação (com atores, vestes, elementos cénicos, papéis...). O lugar reservado aos fiéis deve facilitar esta interação. (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

“Todos os sentidos entram na participação litúrgica”, diz Barbosa, acrescentando que “o simples facto de os sentidos funcionarem e agirem adequadamente não implica que o espírito esteja ali presente”. Termina dizendo que “ao arquiteto compete criar as condições para que o espírito e o Espírito possam atuar” no espaço religioso, isso é o desejável (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014).

A arquitetura quando manipula o espaço religioso, com todas as características que vêm sendo descritas, conduz a sensações psicossomáticas por parte dos utilizadores, com repercussões ao nível emocional e espiritual.

Sobre este assunto, o Arquiteto Faro Viana dizia que “a arquitetura pode ter a capacidade de redimir o mundo ou com algum jeito, conseguir que ela produza esse efeito...” (comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014), aludindo à influência da arquitetura sobre o comportamento humano.



Fig. 52: Parede do presbitério (Igreja do Sagrado Coração de Jesus - Munique)
Fonte: Fotografia de autor (2015)

O valor artístico autêntico

Outro assunto que vem mencionado nos documentos supra citados é o “valor artístico autêntico” das obras de arte sacra (art.º 289 do doc. 2). Este é um tema delicado porque lida com a própria identidade do projetista e com a forma e preparação como ele abordou o conceito da obra.

Jorge Barbosa quando interrogado sobre esta matéria responde que

há uma procura de coerência e seriedade na maior parte dos casos. Por vezes há conflitos quando se confundem as competências de cada um ou se ultrapassam as mesmas: o arquiteto não pode discutir a liturgia nem o liturgista pode discutir os meios de expressão da arte; ambos têm que dialogar de modo que a arte contribua para a valorização da liturgia e a liturgia aproveite os meios que a arte lhe oferece. comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

E termina dizendo que “no momento em que uma nega a outra, não está a cumprir a sua função”.

Higino pensa que “um espaço litúrgico é autêntico quando é bem feito: funcional, ordenado, limpo, com boa luz, com boa acústica, com uma certa comodidade.

Esses atributos são meio caminho andado para a autenticidade...”

Jorge Barbosa sintetiza esta questão expressando que “como em tudo há que respeitar as regras do jogo: se não se respeitam as características que definem um espaço litúrgico não há arte que lhe valha; fez-se algo eventualmente artístico, mas não serve para a liturgia” e remata dizendo “vai havendo por aí disso...”.

O conhecimento recíproco que relacione a Teologia e a Liturgia com a Arquitetura e as Artes é essencial na conceção destes espaços, onde deve primar o conjunto.



Fig. 53: Altar (Igreja da Santíssima Trindade - Fátima)
Fonte: Fotografia de autor (2008)

A ornamentação

Este é um conceito nuclear da liturgia pós Concílio Vaticano II, e vem referenciada nos documentos pós-conciliares da seguinte forma, “na ornamentação da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas.” (art.º 292, doc. 2)”.

A ornamentação que existia nos espaços religiosos antes do Concílio, referido anteriormente, era em parte justificável porque a língua litúrgica em uso era o Latim, questão esta que também foi altera neste Concílio, por conseguinte os fiéis iam à igreja “ouvir” a missa porque não entendiam o que o celebrante dizia, de forma que a ornamentação teria então um papel de auxílio dos fiéis a assistir à cerimónia, voltando-se, neste caso, os fiéis para os altares laterais em devoções privadas, rezando o terço, orando, entre outros, tendo em conta que a sua participação nesta liturgia era, praticamente inexistente.

Com a adoção da língua vernacular na liturgia, a partir do referido Concílio, a atenção da assembleia teria que ser concentrada no altar, e nesse sentido, tudo aquilo que pudesse perturbar essa mesma atenção seria retirado. Daí a ornamentação existente nos novos espaços ter que ser cuidada, “de tal modo que não distraiam os fiéis da celebração” como vem referido no Missal Romano.

Quando questionado sobre esta matéria, o teólogo Jorge Barbosa dizia que “a simplicidade e a contenção ao nível da decoração são fundamentais, mas não se deve cair no exagero de se apresentar espaços tão despidos que fiquem privados de beleza. Nem os exageros do barroco nem a pobreza quase iconoclasta de certos edifícios mais modernos”. O mesmo autor prossegue com duas considerações essenciais, por uma lado que “o conceito de *ostentação* não tem forçosamente a ver com a ornamentação” e, por outro lado, que “o importante é que as ‘coisas’ não sejam tão abundantes que tropecem e se anulem ou tão escassas que falte qualquer sentido do simbólico e do belo” (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)



Fig. 54: Ornamentação (S. Benedict - Suíça)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Quanto à questão da 'verdade das coisas' refere que "tem a ver com a coerência dos elementos simbólicos e com a funcionalidade; as coisas têm que se afirmar com clareza pelo que manifestam e significam sem precisarem de grandes explicações – problema e limite de muita arte contemporânea – e por isso um banco é um banco", cumprindo a sua função de 'sentar', e ponto.

"Completamente de acordo", esta é a posição de Higinio acerca da descrição inicial, acrescentando que "durante muito tempo as igrejas encheram-se de decoração e elementos que podem distrair os fiéis do essencial". Segundo a melhor doutrina do Concílio, os espaços sacros devem ser despojados, "pois no despojamento é que está a liberdade", conclui. (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014).

A ornamentação exagerada, que outrora era considerada a "biblia dos pobres", foi renegada para um segundo plano por questões teológicas, anteriormente descritas. A ornamentação atual deve primar por uma nobre simplicidade e estar em sintonia com a unidade do conjunto, nunca descurando a coragem inovadora, onde a beleza da liturgia seja enriquecida pela beleza das belas artes.

Quanto às imagens sagradas presentes no espaço de culto é referido "o cuidado de não aumentar exageradamente o seu número e que a sua disposição se faça na ordem devida, de tal modo que não distraiam os fiéis da celebração", o mesmo se passa com os altares laterais, "que sejam poucos" e de preferência "colocados em capelas separadas" (art.º 93 do doc. 3).

Os documentos conciliares mencionam, por diversas vezes, esta relação entre a ornamentação e imagens, com a capacidade que estes têm de distrair os fiéis, situação que é de evitar. Neste sentido Jorge Barbosa, opina que isso

pretende estabelecer um equilíbrio entre, por um lado, uma exagerada profusão de imagens – proveniente de um exagerado devocionismo desenvolvido a partir do séc. XVI e levado a extremos no séc. XIX-XX, e que ainda hoje se verifica em muitas das nossas comunidades – e ainda favorecer a convergência para o altar e importância do tabernáculo (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

e, por outro lado, uma atitude, segundo ele "iconoclasta que levou muitos a retirarem toda e qualquer imagem das nossas igrejas", acrescentado que "o que não se pode aceitar é que esteja uma celebração a decorrer e alguém a rezar ao santinho da sua devoção sem ligar ao que se passa à sua volta".

No que se refere aos altares laterais, opina que “hoje nem devem existir”, e acrescenta que altar “é um só.” Esses revivalismos vêm do tempo em que se “realizavam celebrações simultâneas na mesma Igreja, e a estranheza que isso me causou”, refere Barbosa. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Para Higinio o “espaço litúrgico não deve distrair as pessoas do essencial.” E o essencial numa igreja é

o presbitério (com todos os elementos que lhe dizem respeito – Altar, ambão e cadeira), uma imagem de Cristo, outra de Nossa Senhora e outro do santo ou santa a quem é dedicada a igreja. Mais do que isto, é discutível. (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

Um último apontamento é sobre os vitrais, que sendo um elemento de composição artística diversa, poderá ser o elo de ligação entre a arte contemporânea e a teologia, no referente às imagens sagradas (Fig. 55).

Esta é uma questão de elementar, e que teologicamente se justifica por completo, ou seja, o Altar deve ser o único protagonista no espaço celebrativo, no entanto, o interior do espaço deve manter o atrativo tradicional sem descurar a evolução, quer artística quer concetual.



Fig. 55: Vitral (Capela do Museu Kolumba - Colónia)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A comodidade

O espaço religioso deve “contribuir para a conveniente comodidade dos fiéis, como se faz habitualmente nos lugares onde o povo se reúne” (art.º 293, doc. 2). Qualquer espaço de utilização coletiva, deverá, em princípio, cumprir com os requisitos mínimos de comodidade, quer de ordem física quer sensorial.

Jorge Barbosa é claro nesta matéria dizendo que “a comodidade é fundamental até porque, como escrevia alguém, a melhor maneira de sentir o tempo que não passa é ir ao teatro ou à missa”. Ironizando com a situação, acrescenta que “mesmo que a celebração se dê bem com o sacrifício na sua identificação com a Paixão de Cristo, tal não significa que tenhamos que estar incómodos numa celebração, e isto para todos: presidente, coro, ministros, assembleia”, mas deixa o alerta que “não deve ser tão cómodo que a pessoa adormeça logo que se senta”. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Nuno Higinio esclarece que um espaço religioso deve ser um reflexo das condições de conforto que existem na atualidade no mundo civil, que segundo ele foram conseguidas através do “desenvolvimento extraordinário das sociedades europeias no pós-guerra”. Ora, ainda segundo Higinio, “os espaços sacros não devem fugir a esse aumento de conforto. As igrejas não têm que ser húmidas, frias, escuras e a cheirar a cera” (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014), mas sim espaços modernos e confortáveis, que convidem à permanência.

Este ponto é consensual e evidente a sua conveniência, além do mais há regulamentos e legislação que estabelecem níveis mínimos de conforto, quer térmico, quer acústico, entre outros., para as novas construções.

Seria inconcebível, atualmente, que sendo a celebração na língua vernacular, que todos os presentes não ouvissem e compreendessem corretamente o celebrante. Daí que a acústica deva recorrer a meios eletrónicos para dotar o espaço destas condições mínimas de audição, a menos que a acústica natural seja favorável.

Também a questão térmica terá de ser garantida ao ponto de dotar o edifício de uma temperatura de conforto compatível com a atividade humana.

A visibilidade é igualmente um ponto fundamental, tendo em conta que a não visão quer do celebrante quer do altar poderá ser comprometedora para a frutuosa participação em toda a atividade litúrgica.

Os bancos (Fig. 56) são um elemento importante, não só pela função de conforto físico que permitem, mas por um acompanhamento pleno no desenrolar da liturgia, isto porque o banco de um espaço religioso, segundo o teólogo Jorge Barbosa, tem que permitir três posições, a saber: sentado, de pé e ajoelhado, o genuflexório (o estado de madeira que permita ajoelhar) não se verifica em todas os casos, e provoca desconforto entre a comunidade o facto de lhes ser vedada esta posição, cuja importância é por demais evidente no contexto de uma participação plena na celebração.

Por último, um aspeto importante a garantir nos novos edifícios é a questão da acessibilidade (eliminação das barreiras arquitetónicas).

O DL 163/06 é claro e refere que “a promoção da acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição Portuguesa” (2006, p.5) e acrescenta que “as pessoas com mobilidade condicionada esperam, de todos nós, que utilizemos todos os mecanismos e instrumentos ao serviço da construção de uma sociedade sem barreiras arquitetónicas” (2006).

Ora, pretendendo-se um edifício religioso completamente inserido no tecido urbano, este tem que cumprir com as mais elementares normas de comodidade, das quais a sociedade contemporânea já não abdica, convertendo numa verdadeira ‘ilha de paz’, quer física quer psicológica.



Fig. 56: Bancos de Igreja de Ronchamp (França)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A Assembleia congregada

Um espaço sagrado deverá ter tais características que na sua disposição geral reproduza “de algum modo a imagem da assembleia congregada” exprimindo uma “estrutura hierárquica” (art.º 294, doc. 2). O conceito de ‘assembleia congregada’, “comunidade reunida”, ‘junção dos fiéis’, e um sem-fim de sinónimos, são conceitos basilares sobre os quais recai o essencial desta nova liturgia.

O espaço arquitetónico deve promover esta ‘vontade’ quer comunitária e quer teológica – a de reunir.

Jorge Barbosa refere que a questão da estrutura hierárquica resume-se a

distribuir o espaço de modo que se notem claramente as funções de cada um: presidente (presbitério ou capela-mor) nave (assembleia) e outros ministros e agentes da celebração. Daí que a arquitetura deva favorecer o conceito de assembleia e não de grupos separados, mesmo que não tenham que estar todos numa única nave. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Ou seja, o conceito de assembleia vê-se na possibilidade de todos se sentirem membros de um único grupo ainda que não num único corpo da igreja ou numa única nave, conclui.

O mesmo autor dá como exemplo, “a existência tradicional de diversas naves numa igreja, muitas vezes quase fisicamente separadas não contribuía para a unidade, pelo contrário, contribuía, e esse era o objectivo, para a relação direta com diferentes altares separados e celebrações separadas também”.

Para Higino, há dois modelos de organização do espaço litúrgico católico que favorecem a noção de Assembleia congregada, a saber:

o plano circular e o plano basilical. Os dois cumprem a missão de congregar e diferenciar. No Ocidente, o plano basilical foi o mais utilizado. Transmite a ideia de uma igreja peregrina que caminha para a sua pátria definitiva. Está mais de acordo com a concepção judeo-cristã do tempo (linear, do princípio para o fim, o alfa e o ómega). (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)



Fig. 57: O Alfa e o Ómega (Sagrada Família - Barcelona)
Fonte: Fotografia de autor (2011)

O Altar (altimetria)

“O presbitério é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial” (art.º 295, doc. 2).

Para Jorge Barbosa esta definição é

uma sugestão básica e que tem sido a tradicionalmente seguida. De facto, há elementos da linguagem litúrgica que apontam para isso, nomeadamente a expressão ‘subir ao altar’ que define o início da celebração e a linguagem de alguns salmos e cânticos: ‘Subirei ao altar de Deus...’ (era assim que começava a missa noutros tempos).
(comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Conclui dizendo que “não seria coerente se o altar estivesse ao mesmo nível do espaço da assembleia ou mais abaixo”, do ponto de vista da definição de espaços até poderia estar abaixo ou ao mesmo nível, desde que claramente identificado, mas perdia em termos de simbolismo e coerência de linguagem.

Por outro lado, para além do simbolismo que uma certa elevação pode pressupor também a questão da visibilidade quer do presidente quer da “cadeira”, como o autor faz questão de referir –“ visibilidade da cadeira” é importante.

Termina dizendo que, uma situação espacial onde o presbitério e a nave principal se encontrassem à mesma cota, seria uma “exagerada identificação dos ministros com a assembleia, pode parecer simpática e próxima da caridade cristã e até de uma certa democraticidade”, mas refere, de forma rotunda, que “não funciona do ponto de vista da liturgia.” (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Higino considera “suficiente” a descrição inicial para o presbitério e realça que “o espaço litúrgico representa o corpo: a cabeça e o resto do corpo” onde a cabeça é o lugar reservado à presidência litúrgica: o presbitério, onde sobressai o altar” sendo o resto do corpo a comunidade de fiéis reunida. Por isso, defende que “deve ser mais elevado para que a Assembleia não perca o contacto com a ação litúrgica.”

Termina, com uma citação de um teórico, dizendo: *‘Uma igreja é um espaço interior centrado no altar’*, como sendo o conceito basilar que deve nortear o programa litúrgico atual. (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

O Altar (convergência visual)

O altar, como cenário de toda a ação litúrgica, “há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções de toda a assembleia dos fiéis” (art.º 299, doc. 2). A espacialidade, mais concretamente a distribuição de todos os elementos construtivos, pode contribuir para esta focalização na forma mais elementar como estes se manipulam e organizam.

Segundo Jorge Barbosa, uma das características espaciais que deveria ter o altar é “ser suficientemente grande para ser bem visto em todo o espaço, ou seja, quase deverá ser proporcional à extensão do espaço litúrgico”, e conclui dizendo que “deve ser visível, como altar que é”, ou seja, identificável de imediato.

Essa convergência, para Barbosa, não se garante exclusivamente por “estar numa posição central” geometricamente falando, ironizando com o assunto acrescenta que “rigorosamente até poderia ficar numa esquina”, sem que isso fosse determinante na obtenção de tal focalização.

O fundamental é a ‘elevação’, que segundo ele é essencial para “realizar o gesto de ‘subir’”, rito fundamental no catolicismo. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Para Higinio há duas formas de definir a centralidade do altar, “numa conceção espacial circular (Fig. 58), será mais óbvio: o altar é colocado no centro do círculo, ou numa organização basilical, longitudinal, o altar aparece no eixo, é o elemento axial que define e orienta o espaço”.

Este autor dá como exemplo o caso da igreja do Siza, no Marco, como “um bom exemplo de como este modelo (longitudinal) de organização resulta bem.”



Fig. 58: Conceção circular (Igreja da Boa Nova - Estoril)
Conceção basilical (Igreja de Basileia - Suíça)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A cadeira do celebrante

A nobreza da cadeira é fundamental pelo significado que envolve (cátedra), devendo “porém, evitar-se todo o aspecto de trono” (art.º 310, doc. 2), na sua conceção.

Neste sentido, Jorge Barbosa pensa que “ela não serve só para o presidente se sentar, mas simboliza a dimensão profética, anunciadora, formadora da Igreja. Ela é “cátedra” no verdadeiro sentido da palavra, mesmo do mundo académico.”

Reforçando este argumento, o mesmo autor refere que

para o Papa até se usa a expressão falar “ex cathedra” (por isso é que o Papa e os Bispos falam sentados, ao passo que os presbíteros e diáconos falam de pé) com o significado de ensinamento solene e dogmático. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Por exemplo, no dia 22 de fevereiro é a celebração litúrgica da “Cadeira de São Pedro”, celebração que aponta para esta “missão da Igreja; noutros tempos, a cadeira nem era ocupada pelo sacerdote que presidia à Eucaristia, mas apenas pelo Bispo quando ia em Visita Pastoral, pelo que simbolizava a presença permanente e o poder do Bispo como verdadeiro Pastor de que os presbíteros são delegados nas respectivas paróquias”, termina dizendo Barbosa.

Atualmente a liturgia “permite e exige a presença do presbítero presidente na cadeira, esta não deve deixar de revestir a dignidade que o seu simbolismo implica”, mas acrescenta que não deve “apresentar com as dimensões e a colocação de um Trono” e conclui “até por uma questão de mobilidade e segurança.”

Esta norma para Higino é “clara” até porque, segundo ele “o tempo dos triunfalismos acabou, e ainda bem”, referindo-se ao exagero de outrora.

E termina relatando um episódio, da tomada de posse do Papa Francisco, onde este referiu que “*A igreja é serva e não senhora. Colocá-la num trono é assassinar este seu espírito de serviço.*” (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

O simbolismo e significado da Cadeira é bem evidente, o seu aspeto visual está bem relatado assim como a garantia da sua visibilidade por toda a assembleia, indicando quem preside à assembleia e quem dirige a oração. Estas são as características, incontornáveis, sobre as quais a conceção deste elemento teológico deverá ser planeado.

Lugar do coro e órgão

O art.º 312 do doc. 2 refere que ao “coro deve destinar-se um lugar que manifeste claramente a sua natureza, como parte da assembleia dos fiéis”, assim sendo, esta nova liturgia pós-conciliar, define um novo conceito para o coro, este passa a ser ‘parte da assembleia’, que até aí era considerado como um elemento independente (os antigos coros altos). Como tal a sua função já não é mais a de coro que participa e acompanha de forma autónoma em local próprio, mas sim, toda assembleia que acompanha a cerimónia, conjuntamente.

Para Jorge Barbosa essa integração ainda “não se consegue, mas tem que se tentar” até descortinar a solução mais adequada.

Sendo este autor um especialista (professor) em matéria de musicalidade sacra refere os seguintes aspetos a ter em conta na sua planificação:

1 - A colocação do coro deve não só permitir que a assembleia se sinta bem ao ouvir, mas também estimulada e motivada para cantar bem as suas partes; deve ser de modo a que se faça ouvir sem incomodar quem o escuta e também quem o vê, nomeadamente com movimentações, gestos, palavras ou conversas durante a celebração. Por isso é que, no passado, até ao Concílio Vaticano II, se proibia a visibilidade do Coro e mais ainda se nele houvesse elementos femininos...

2 - A colocação do coro deve permitir que os membros do mesmo participem igualmente da celebração e portanto ter a articulação com o resto dos espaços de que se falou a respeito dos outros ministros e da assembleia; isto implica não só a participação nas respostas como nos gestos, nomeadamente sentar-se e ajoelhar, quanto possível, e sobretudo o participar da comunhão sacramental no momento adequado.

3 - A questão do “lugar que manifeste a sua natureza como parte da assembleia” tem a ver expressa e unicamente com o facto de se evitar ser colocado no tradicional coro alto da igreja. O problema é arranjar o lugar cá em baixo que lhe permita respeitar as condições mínimas, já não digo ideais, para o desempenho da sua função, nomeadamente quanto ao que escrevi na alínea 1). (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

O coro é essencial no desenrolar da toda a cerimónia litúrgica e quanto à sua localização, segundo o autor citado, grande entendido na matéria, ainda não se encontrou o lugar mais adequado para tal. Higinio refere que “deve ser evitada toda a disposição do espaço que lhe está reservado que dê a ideia de atuação”.

A questão fundamental está em equilibrar, por um lado, a união do mesmo à assembleia e, por outro, reservar-lhe um espaço para permitir a qualidade sonora do mesmo, sem dotá-lo de um protagonismo exagerado.

Em relação ao órgão, Barbosa opina que este deve ficar o “mais possível perto do grupo coral: por uma questão sonora ou acústica, por uma questão de funcionalidade

na relação com os cantores e com o respectivo Diretor, até porque muitas vezes o organista é o Diretor. Isto não implica forçosamente que a fonte sonora esteja ali, ou seja, quando falamos aqui de órgão queremos dizer a consola de teclados”.

Segundo o mesmo autor, “o som deve, na medida do possível, ‘encher’ todo o espaço e não se limitar a ser emitido de um único ponto sonoro. Isto terá a ver com o lugar da construção do mesmo se for órgão de tubos, ou com a colocação de colunas no caso de termos um instrumento eletrónico.”

Higino refere “um lugar estratégico, que permita o contacto visual do organista com o diretor de coro.” Quanto à sua localização, Higino sugere que “normalmente é colocado lateralmente ou atrás da assembleia e não me parece mal. Nunca em frente à assembleia, como se de um concerto ou uma atuação se tratasse”. (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

Depreende-se destes argumentos, que este é um assunto que ainda não obteve uma resposta cabal por parte dos projetista e responsáveis eclesiais.



Fig. 59: Lugar do coro e órgão (Igreja de Basileia - Suíça)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Local do tabernáculo (sacrário)

Segundo a nova liturgia, o tabernáculo deve ser localizado fora do altar. As recomendações são: “ a) ou no presbitério, fora do altar da celebração, b) nalguma capela adequada à adoração” (art.º 315 do doc. 2). O tabernáculo é um pequeno cofre que guarda as reservas eucarísticas e que para Jorge Barbosa é a “ presença real de Cristo na Eucaristia” sendo este um dos “elementos fundamentais da fé católica, e daí o relevo dado ao tabernáculo (ou sacrário) no contexto da Contra-Reforma em oposição ao Protestantismo”. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

A localização deste “não deve impedir hoje a centralidade do altar durante a celebração litúrgica”. Segundo o mesmo autor, pretende-se com isso duas coisas, relativamente às alíneas em causa. Na alínea

- a) que o tabernáculo não tenha tal relevo que impeça as pessoas – presidente, ministros, assembleia – de se aperceberem da presença de Cristo no altar da celebração eucarística;
- b) que o tabernáculo esteja colocado num espaço que permita a oração individual ou comunitária (mas não a celebração da Eucaristia), com o devido recato ou recolhimento (Fig. 60). (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Jorge Barbosa termina com um reparo dizendo que “nem toda a gente ainda aprendeu isso ao que se vê em muitas igrejas, nomeadamente no caso em que o tabernáculo se encontra na mesma nave em que se coloca o altar da celebração”, consubstanciando, essa atitude, um erro teológico.

Higino refere, que “esta questão é difícil de decidir, pois há argumentos igualmente válidos para as várias hipóteses colocadas.”

Mas adianta que “pessoalmente acho que deve ter uma relação visível com o altar, pois a reserva eucarística que é guardada no sacrário (ou tabernáculo) tem a sua origem na consagração, no altar. Deve ser evitada a colocação por detrás do altar, como acontece na maior parte dos espaços litúrgicos” ficando coberto pelo celebrante.

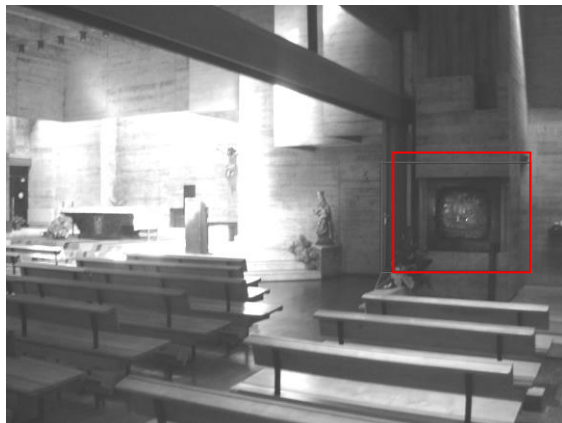


Fig. 60: Sacrário fora do altar (Igreja da Boavista - Porto)
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Local do batistério

O batistério deverá “ser um lugar apto para celebrações comunitárias”, segundo o art.º 99 do doc. 3. Esta é uma descrição simples, que permite uma variedade enorme de interpretações programáticas. Segundo Barbosa esta “é outra questão complexa”, mas refere que as capelas destinadas aos batismos são mais adequadas,

“onde as pessoas possam participar e assistir nos moldes de uma assembleia: cânticos, leituras, respostas, ritos, posturas, e nomeadamente a própria imersão ou infusão da água no batizando que é também um ato público.” (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Termina dizendo que “a não existir uma capela batismal, nomeadamente nas igrejas mais tradicionais, a pia batismal deva ser colocada não ao fundo, mas perto do presbitério ou no mesmo, contanto que não colida com a colocação do altar e do ambão”, conclui dizendo que “há por aí algumas soluções interessantes”.

Para Higinio, “a pia batismal pode ser colocada à entrada da igreja ou junto ao altar. Há boas razões para defender e justificar as duas opções.” Argumentando, “eu prefiro a primeira opção” e justifica pelo facto de “o ritual prevê e recomenda que as pessoas se desloquem, durante a celebração, da entrada para junto do altar, deste para a capela baptismal, desta novamente para o altar. Estes movimentos conferem à celebração uma dinâmica que não deve ser perdida”. (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

Este é um assunto onde as posturas são diferentes, mas ambas respondem ao mesmo documento, isso prova a riqueza concetual deste, que permite uma interpretação pessoal, sem, no entanto, cometer nenhum atropelo teológico.

Há uma nova conceção que requer a atenção do projetista para integrar este elemento no conjunto do espaço litúrgico.



Fig. 61: Batistério da Florença
Fonte: Fotografia de autor (2013)

Construção das categorias e indicadores de análise

Após a leitura de toda a bibliografia, nomeadamente a Constituição conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” (doc. 1), Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2), Instrução “*Inter Oecumenici*” (doc. 3), e posterior extração dos artigos referentes aos princípios espaciais implícitos nos mesmos, de seguida confrontaram-se os Teólogos Nuno Higinio, Jorge Barbosa e César Braz (informantes chave), para se pronunciarem acerca da ‘descodificação’ e conteúdo teológico de cada dos temas, como se acaba de descrever nos pontos anteriores.

O objetivo destes pareceres é extrair indicadores que permitam a abordagem aos estudos de caso de uma forma metodologicamente válida. Por conseguinte, de seguida, listam-se aqueles indicadores que serão utilizados aquando da pesquisa dos mesmos estudos de caso.

Quanto à construções das categorias, estas foram obtidas através da leitura de vários teóricos da área da arquitetura religiosa como: o ex-cardeal-patriarca de Lisboa, D. José Policarpo o arquiteto João Luís Carrilho da Graça e o escritor Gabriel Frade autor do livro “*Arquitetura sagrada: beleza conduz a Cristo*” (2010), entre outros entendidos com desempenho demonstrado.

Para tal, enunciam-se as seguintes citações:

Policarpo (2012: p.5) refere que “A principal expressão da comunidade eclesial é a celebração eucarística. Todo o espaço litúrgico é concebido em ordem a esta comunidade reunida, na pluralidade dos seus carismas e ministérios”.

Frade (2008, p.2), falando acerca dos espaços religiosos atuais, refere que estes são, “(...) espaços litúrgicos voltados quase que exclusivamente para o presbitério, esquecendo da existência da assembleia e não deixando visível o princípio postulado pelo Vaticano II que vê a Igreja, essencialmente, como Povo de Deus.”

João Luís Carrilho da Graça (2010, p.202) afirma que “(...) a arquitetura deve propor a sensação de cumplicidade ou benevolência em relação a quem a utiliza, e não de hostilidade. Daí a monumentalidade, para mim, não ter atração alguma.”

Quadro de indicadores

Categorias/Indicadores		Técnica/ instrumento	Fonte/sujeito	Crítérios de Seleção
Espaço Litúrgico (geral)	Participação activa	Análise documental	Peças desenhadas e escritas (plantas, alçados , cortes, etc)	Projeto de licenciamento municipal que permite extrair informação referente a cada igreja
		Entrevistas	5 sujeitos da freguesia (católicos, praticantes, de diferentes faixas etárias); pároco da freguesia; autor do projeto	Porque são pessoas relevantes para o desenvolvimento da investigação
		Fotografia	Detalhes (corredores, escadas, obsaculos visuais, coro, ornamentação, etc)	Elementos arquitetónicos comuns nos casos
		Observação (notas de campo)	Igrejas referentes aos casos de estudo	Permite obter dados relevantes de forma rápida
	Comodidade	Análise documental	Peças desenhadas e escritas (plantas, alçados , cortes, etc)	Projeto de licenciamento municipal que permite extrair informação referente a cada igreja
		Entrevistas	5 sujeitos da freguesia (católicos, praticantes, de diferentes faixas etárias); pároco da freguesia; autor do projeto	Porque são pessoas relevantes para o desenvolvimento da investigação
		Fotografia	Detalhes (bancos, sistema de som, vãos, localização, iluminação etc)	Elementos arquitetónicos comuns nos casos
		Observação (notas de campo)	Igrejas referentes aos casos de estudo	Permite obter dados relevantes de forma rápida
Espaço litúrgico (presbitério)	Centralidade	Análise documental	Peças desenhadas e escritas (plantas, alçados , cortes, etc)	Projeto de licenciamento municipal que permite extrair informação referente a cada igreja
		Entrevistas	5 sujeitos da freguesia (católicos, praticantes, de diferentes faixas etárias); pároco da freguesia; autor do projeto	Porque são pessoas relevantes para o desenvolvimento da investigação
		Fotografia	Detalhes (altimetria, altar, cadeira, ambão, sacário, iluminação, etc)	Elementos arquitetónicos comuns nos casos
		Observação (notas de campo)	Igrejas referentes aos casos de estudo	Permite obter dados relevantes de forma rápida
Espaço litúrgico (simbólico)	Reunião	Entrevistas	5 sujeitos da freguesia (católicos, praticantes, de diferentes faixas etárias); pároco da freguesia; autor do projeto	Porque são pessoas relevantes para o desenvolvimento da investigação
	Chamamento	Entrevistas	5 sujeitos da freguesia (católicos, praticantes, de diferentes faixas etárias); pároco da freguesia; autor do projeto	Porque são pessoas relevantes para o desenvolvimento da investigação

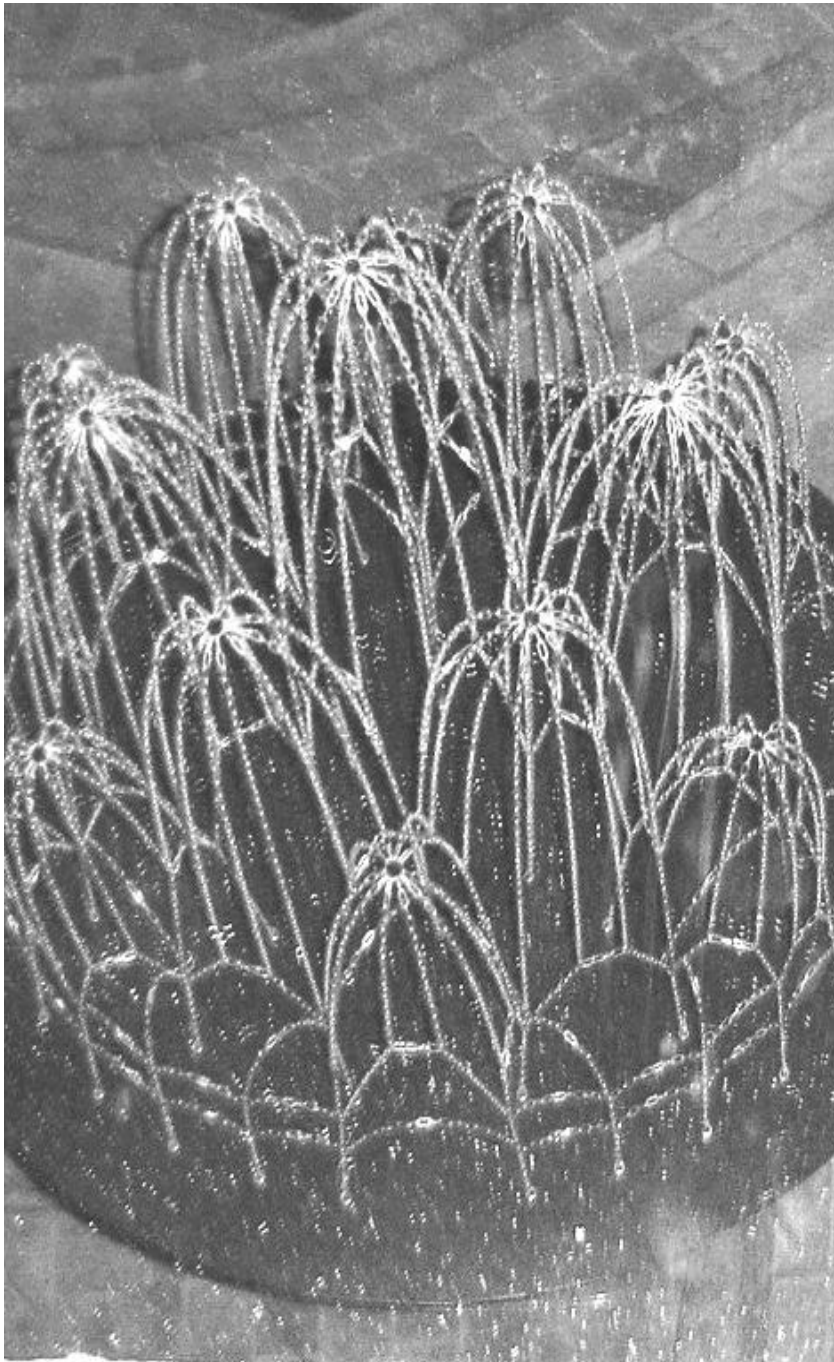


Fig. 62: Conceção – Sagrada Família, Barcelona
Fonte: Fotografia de autor (2013)

Capítulo III – Estudos de Caso

3.1 – Análise Individual

A forma como estes edifícios (igrejas) se relacionam com a sociedade e influenciam a sua espiritualidade foi o ponto de partida para esta pesquisa académica, procurando através destes três estudos de caso, analisar como cada um deles se caracteriza como espaço religioso, quer do ponto de vista da comunidade eclesial, do celebrante e do autor da obra e se se adequa às normas eclesiais vigentes. Para tal, foram selecionadas as seguintes obras, referidas anteriormente:

Estudo de Caso 1

3.1.1 - Capela de Moledo – Caminha (Fig. 63)



Estudo de Caso 2

3.1.2 – Igreja da Sagrada Família – Viana do Castelo (Fig. 64)



Estudo de Caso 3

3.1.3 – Igreja Nova da Correlhã – Ponte de Lima (Fig. 65)



Estudo de Caso 1

3.1.1 - Capela de Moledo – Caminha



Fig. 66: Localização EC1

Fonte: <http://www.google.pt/imagens>

Fig. 67: Igreja Nª Sª das Preces – Moledo

Fonte: Fotografia de autor (2014)

Apresentação

A Capela de Moledo, conhecida por Capela de Nossa Sr.ª das Preces, localiza-se no Concelho de Caminha (41° 50' 45" N, 8° 51' 55" O), é designada por capela porque na paróquia de Moledo já existe a igreja paroquial.

A sua implantação é junto à antiga EN13, a uma cota inferior, que liga a aldeia de Moledo a Vila Praia de Âncora, adjacente ao Caminho da Costa do *Caminho de Santiago*.

O programa encomendado pela fabriqueira foi um espaço religioso que permitisse dar apoio à 'zona da praia', isto porque a igreja existente dista desse local, que cresceu muito nos últimos anos devido à zona balnear. Segundo o pároco

a comunidade de moledo é diferente das outras, distinguindo-se claramente a zona da praia da zona antiga, ambas zonas não comunicam muito. Estando divididas pela EN13 em termos físicos e em termos religiosos essa divisão também se verifica. (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)

Neste aspeto, o edifício visa colmatar a falta de um espaço de culto nesta zona, sendo este reclamado pela população há muito tempo.

Os autores do projeto foram o arq. Alves Costa e arq. Sérgio Fernandez, no ano de 1991, tendo a obra sido inaugurado em 1994. À data da inauguração o pároco, e

grande mentor da obra, era Padre Valdemar, sendo na atualidade o padre Rui Rodrigues, que se encontra à frente da paróquia de Moledo desde o ano 2011. Segundo o padre Valdemar (entrevista completa no anexo 4.3.3), a construção deste espaço deveu-se essencialmente a um

aumento dos veraneantes e a sua procura pelo espaço religioso, houve a necessidade de aumentar a capacidade existente, que até aí era um pequena capela (stª Teresinha), indo assim de encontro às recomendações do ser Bispo de Viana do Castelo (Don Armindo Lopes Coelho) que aquando da minha nomeação me disse 'atende às pessoas da praia'. Presume que sendo ele do Porto assim como grande parte dos veraneantes de Moledo, alguma reclamação teria recebido acerca da necessidade pastoral na zona da praia. (comunicação pessoal, 21 de outubro, 2014)

Análise descritivo

A implantação do edifício foi num terreno cuja forma é alongada no sentido Norte/Sul e a proposta teve que acautelar a manutenção de um lavadouro público existente no local, conforme descrito na Memória Descritiva constante no processo de licenciamento Municipal (anexo 4.1.1).

Segundo o autor refere no processo de licenciamento, a implantação "impõe a orientação do eixo longitudinal da capela segundo a maior dimensão do terreno abrindo-a para Sul usufruindo, assim, de uma maior área para o adro". (Alves, 1991)

O adro tem uma função essencial, pelo facto de albergar os fiéis, quando o espaço no interior é insuficiente, fazendo a articulação com a rua envolvente.

A falta de espaço no interior verifica-se com frequência durante a época balnear, aumentando substancialmente o número de fiéis que assistem às celebrações. Este espaço permite-lhes acompanhar as celebrações desde o exterior.

"Há dez anos juntavam-se cerca de 600 pessoas em todo o recinto" refere o padre Valdemar, acrescentado que "os jovens no verão assistiam à missa em massa na celebração das vinte horas de domingo, uns no adro e outros mesmo dentro dos carros. Todo aquele espaço era ocupado, e o comportamento dos mesmos era irrepreensível." (comunicação pessoal, 21 de outubro, 2014)

O povo, no final da eucaristia, permanece no adro a confraternizar, tendo uma função social relevante, convertendo-se assim num local de referência comunitária não só de passagem mas também de encontro.

A existência deste espaço é importante pelo facto de este edifício ter a valência de nele se poder celebrar missa campal, sendo este recinto designado pelo autor como "espaço de extensão exterior" (Fig. 68).

Esta capela tem a característica de não possuir uma única entrada principal (portal), mas sim duas e uma entrada lateral de serviço. A entrada lateral é pontuada pela torre sineira, de inspiração na obra do Siza Vieira na Universidade de Aveiro – o depósito de água, que segundo o autor “assinala e referênci” o carácter religioso do edifício. (Alves, 1991)

Em relação à dupla entrada frontal, o autor justifica como “uma espécie de naves laterais”, que permitem uma fruição do espaço de forma desimpedida. (Alves, 1991)

A conceção do edifício é feita através de uma “caixa paralelepípedica modulada” onde a estrutura porticada em betão é aparente, realçando o autor a natureza dos materiais aplicados na mesma.

“A composição geométrica do edifício é o quadrado e também a proporção ‘raiz de dois’, que era considerada sagrada na idade média, por exemplo o altar é definido pelo rebatimento da diagonal de um dos quadrados” refere o autor, acrescenta que “as alturas foram igualmente muito bem estudada.” (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014).

O resultado final é um espaço litúrgico (Fig. 68) composto por:

“Espaço Sagrado (1) + Espaço Público (2) + Espaço de extensão exterior (3).”

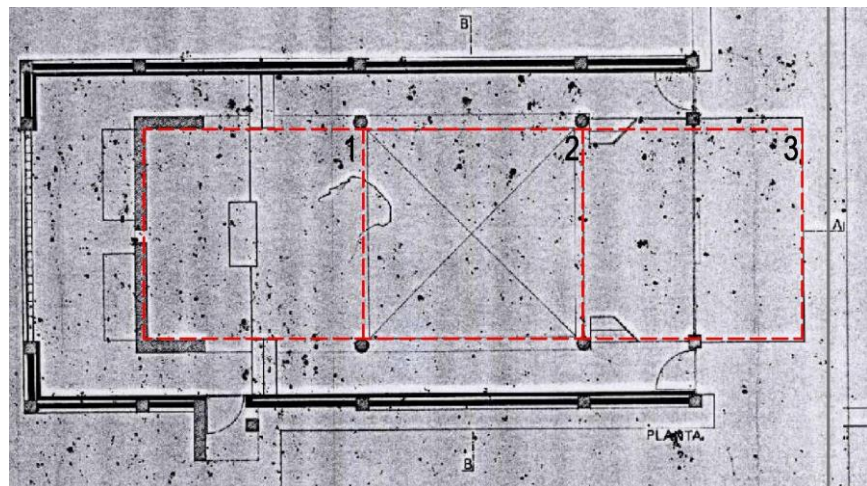


Fig.68: Espaço litúrgico EC1
Fonte: Montagem de autor (2014)

Ainda no exterior, realçam-se três elementos: a cruz (ou cruzeiro) que marca de forma mais preponderante a natureza do edifício, a torre sineira e a galeria exterior, esta última tem como conceito as galerias que existem, segundo os autores nas igrejas românicas portuguesas da idade média. Este espaço destina-se ao relacionamento da comunidade, antes e depois das celebrações, indo o edifício para além do exercício litúrgico.

A cruz exterior, a torre sineira e a galeria exterior são “marcações simbólicas para justificar o programa religioso”, terminam por dizer os autores.

O facto deste espaço religioso se encontrar no “caminho de Santiago” (Fig. 69) e junto a um bebedouro público, dá ainda maior preponderância à existência da galeria exterior (Fig. 70) descrita, anteriormente, como sendo um espaço de apoio aos peregrinos, onde estes possam refrescar e descansar recolhidos da intempérie.



Fig. 69: Símbolo do Caminho de Santiago
Fonte: Fotografia de autor (2014)



Fig. 70: Cruz exterior, a torre sineira e a galeria exterior EC1
Fonte: Fotografia de autor (2014)

No interior há quatro pilares que se destacam no espaço, quer pela sua geometria quer pelo seu cromatismo. O paramento é contínuo e sem aberturas, à exceção do quadrante Sul que é todo envidraçado, que segundo os autores foi a

forma que adoptamos para abrir o edifício ao exterior foi o grande envidraçado na fachada Sul, que mostra-se a 'transparência' da Igreja, sendo para nós uma questão importante. Entendemos que como princípio, o exercício litúrgico está aberto a todos, daí também a concepção de um altar nessa mesma fachada que possibilitasse missa campal. Costa, A. (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014)

Os quatro pilares referidos, o lanternim e o candeeiro (Fig. 71), representam o protagonismo que assembleia deve ter, como sendo o 'centro' da eucaristia, indo desta forma ao encontro do postulado pelo Concílio Vaticano II.

O lanternim eleva-se no espaço da assembleia permitindo uma iluminação zenital, difusa e aprazível pelos quatro quadrantes. A cobertura do mesmo é um telhado de quatro águas, sendo a secção dos referidos pilares, que a suportam, circular. Este elemento – o lanternim, enfatiza a importância deste espaço na nova liturgia pós-conciliar, e define precisamente o tema deste edifício, que segundo os autores é a 'assembleia', a Igreja são os crentes, os fiéis, referem os autores, e concluem dizendo que "como não existe ornamentação o aspecto da iluminação natural é muito importante" na concepção do edifício. (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014)

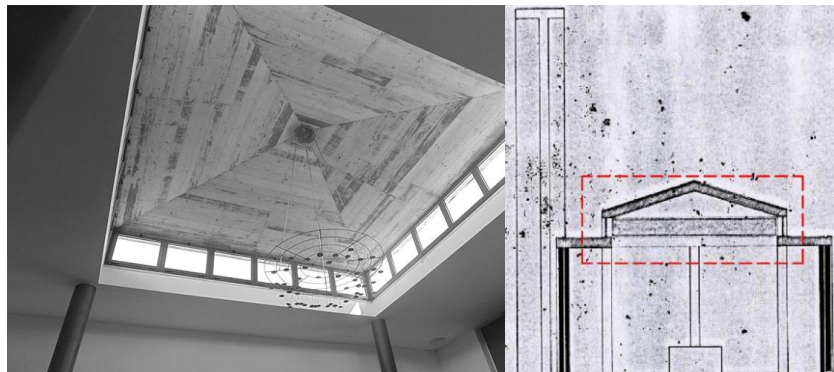


Fig.71: Lanternim EC1
Fonte: Fotografia e Montagem de autor (2014)

O desenho em planta é marcado pela ênfase do eixo longitudinal, da entrada ao altar, segundo o autor representa um “percurso de redenção” tão presente na arquitetura religiosa ocidental.

A existência do quadrado iluminado pelo lanternim, numa lógica de composição central, introduz uma leitura “complexa e ambivalente”, referem os autores, no sentido de valorizar a assembleia, segundo as recomendações pós-conciliares.

A pia batismal, que neste espaço corresponde à pia de água benta, isto porque a pia batismal, teologicamente, só pode existir na igreja paroquial, tem uma relação direta com o altar, localizando-se junto dele num plano inferior

É um elemento de composição simples, cujo suporte é em madeira e o recipiente é em mármore branco. Tem ainda a valência de ser móvel, permitindo a sua deslocação para um local de melhor adequação à cerimónia. Sendo um elemento perfeitamente compatível com as celebrações comunitárias, proclamadas nos textos que regem a liturgia católica.



Fig.72: Pia Batismal EC1
Fonte: Fotografia de autor (2014)

O presbitério (Fig. 73) encontra-se sobrelevado em relação à assembleia, ganhando assim prevalência sobre os outros elementos.

O acesso é lateral e define um percurso que rodeia o altar, criando no quadrante Norte a sacristia. Esta é iluminada por um grande pano de tijolo do vidro, que não permite a visibilidade desde o exterior, mas 'coa' a luz e que evidencia a fenda que se desenha na parede do altar.

A cadeira do celebrante localiza-se no centro do espaço, ladeado por dois bancos, para eventuais acólitos, estando o ambão, à direita e a cruz, à esquerda respetivamente. A sua conceção é minimalista (ver fotografias anexo 4.5), sem decoração ou excessos, como se viu ao longo da história.

A iluminação artificial, através de luz néon no altar, ajuda a ler o desenho, como que 'abraçando' a assembleia tendo, assim, uma leitura de continuidade. De realçar a tonalidade azul claro com matizes da parede do altar, aludindo ao azul da *abóboda celeste* (Fig. 73). (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014)

A aparência dos materiais é assumida em todo o momento por parte dos autores, não recorrendo a mimetismos compositivos. A mesa em ferro, a cadeira e o ambão em madeira, são exemplo disso. O sacrário (barroco) é uma obra do séc. XVI, e foi uma oferta pessoal do arq. Alves Costa, trazido de uma capela familiar.

O coro funciona como "contraponto" ao altar, acrescentado os autores que "o espaço é muito contínuo, tem é diferentes marcações, para quem está dentro e quisemos transportar esse mesma leitura para quem está fora".



Fig.73: Presbitério EC1
Fonte: Fotografia e Montagem de autor (2014)

Esta capela possui apenas uma imagem, a de Nossa Sr.^a das Preces, que se encontra a presidir o presbitério. A sua altimetria, cerca de um metro e meio do pavimento, é suficiente para que possa ser vista com total comodidade por toda a assembleia. Em relação à restante iconografia, regista-se a não existência de qualquer alusão à via-sacra, tão característica e enraizada na cultura minhota.

Na entrada, lado oposto ao presbitério, eleva-se outro quadrado que permite um espaço interior também sobrelevado, que atualmente é utilizado pelo coro (Fig. 74), mas as portadas de vidro podem-se abrir para o exterior, permitindo a colocação do altar para poder celebrar a missa campal, em momentos de especial festividade. Este elemento habilita o espaço com luz natural, grande parte do dia.

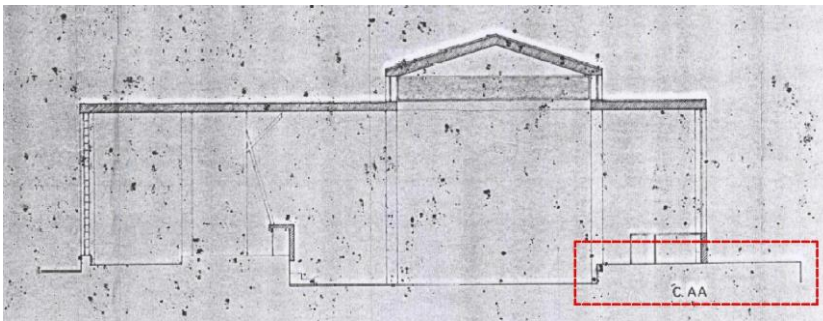


Fig.74: Local do coro EC1
Fonte: Montagem de autor (2014)

A cobertura é plana à exceção do lanternim que se eleva, sendo este composto por um telhado de quatro águas.

O pavimento interior é em granito, apenas na zona dos bancos para os fiéis é em madeira, estando estes últimos orientados de frente para o altar, e transversais ao corpo da igreja, sendo esta uma inspiração nas igrejas anteriores ao Concílio Vaticano II, mas cuja funcionalidade é manifesta.

Este edifício define espaço urbano e funciona como um local de reunião da comunidade, estando segundo o padre Valdemar “a sua arquitetura um pouco diluída como edifício católico”, na envolvente arquitetónica imediata (comunicação pessoal, 21 de outubro, 2014).

Este, não se afirma pela sua dimensão ou proporção da sua fachada, mas sim pelo seu racionalismo, simplicidade e pela sua escala humana, sem, no entanto, comprometer a sua nobreza como espaço religioso.

O edifício identifica-se como um espaço religioso desde o exterior, não pela sua morfologia mas por elementos que se localizam em posições estratégicas, como o cruzeiro ou a torre sineira.

Desde o interior, a leitura é mais objetiva, denotando-se que se trata de um espaço religioso, devido a sucessão de elementos característicos da composição de um espaço litúrgico. Sendo assim o programa presente neste espaço torna-o inconfundível a outro equipamento qualquer.

A austeridade concetual é defendida pelos autores porque, segundo eles

já não faz sentido fazer uma Igreja que seja ‘visual’ pela espetacularidade formal. O interesse é a forma e como se interpreta o programa. A Igreja não tem que se afirma pela riqueza, mas sim pelos aspetos formais. As pessoas nestes espaços não se podem sentir diminuídas, indo assim de encontro aos ensinamentos de S. Bernardo e às regras de Cister sobre a construções de edifícios religiosos. Costa, A. (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014)

Não é alheia a esta intenção a vontade da igreja em construir este edifício somente com esmolas dos fiéis, apesar desta situação, os autores não quiseram retirar espetacularidade no tratamento do espaço interior, que segundo eles “o enriquece-se no plano formal em oposição ao tratamento depurado do exterior, como o qualifique no plano simbólico”, e concluem dizendo que “é um edifício minimalista, com uma arquitetura muito ‘chã’, mas todo o simbolismo religioso está lá”, (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014) cuja liberdade criativa condiciona alguns movimentos.



Fig.75: Exterior EC1
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Análise dos indicadores – EC1

Espaço Litúrgico (geral) *Participação ativa*

Como referido anteriormente, a “participação ativa dos fiéis” nas cerimónias (aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antífonas, os cânticos, bem como as ações, gestos e atitudes corporais) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Neste sentido, todos os novos edifícios religiosos terão de responder satisfatoriamente a este designio teológico da Igreja.

A capela de Nossa Sr.ª da Preces (ver anexo 4.1 – projeto de licenciamento), na sua componente espacial, dispõe no interior de três corredores no sentido longitudinal do edifício, sendo dois laterais e um central, ambos com 1.2m de largura, que permite uma boa fluidez dos movimentos dos fiéis no decorrer dos atos litúrgicos, tendo em conta que a lotação é cerca de 60 pessoas.

Os fiéis quando interpelados sobre esta questão (entrevistas completas no anexo 4.4) referem que “no início os bancos estavam juntos e não havia corredor central, isso congregava mais gente mas não era funcional, agora é funcional”, outro refere que “sim é funcional. É o ideal de igreja para este tempo.” (comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014)

Em termos gerais, o parecer da comunidade eclesial de Moledo, entrevistada que frequenta este espaço, é favorável. Consideram o espaço funcional, no que respeita à participação.

Porém, há um elemento arquitetónico que poderá ser obstaculizador dessa mesma participação, que é o número de degraus (quatro) que se tem que vencer para aceder ao ambão das leituras, e o maior problema é que não tem qualquer tipo de guarda (corrimão). Neste sentido um fiel, quando inquirido refere que

as escadas existentes de acesso ao altar, impedem que qualquer pessoa vá ler, tem barreiras que limitam a participação na proclamação da palavra. Quanto à comunhão, a distribuição é feita em baixo, não havendo qualquer problema à participação. (comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014)

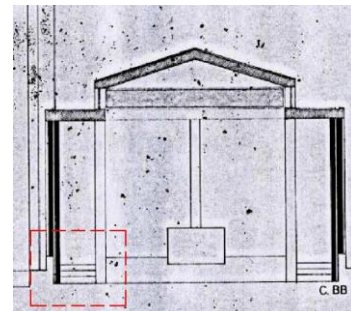


Fig.76: Degraus de acesso ao altar (EC1)
Fonte: Fotografia e Montagem de autor (2014)

Neste sentido, e tendo em conta que a comunidade eclesíástica de Moledo é maioritariamente idosa, este tipo de barreiras arquitetónicas poderão ser um impedimento de uma verdadeira participação ativa de todos. Como refere o teólogo Jorge Barbosa (anexo 7.3.1), “aquelas pessoas que se reúnem para o louvor de Deus se sintam em condições de o fazer normalmente” e acrescenta “daí a necessidade de uma boa articulação de espaços” Barbosa, J. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014), leia-se mobilidade.

Neste caso, em termos físicos, será o único apontamento a referir, e como diz o teólogo anteriormente citado “se a parte física, seja ela de que ordem for, não funcionar, o espírito também não funciona” e termina dizendo que “todos os sentidos entram na participação litúrgica” aquando da celebração eucarística.

Na opinião do pároco atual, Rui Rodrigues, “a participação dos fiéis é feita com total normalidade” não registando qualquer dificuldade. (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)

Mas para haver uma verdadeira participação ativa, para além de estarem asseguradas as condições físicas mínimas, como visto no ponto anterior, é necessário garantir uma tranquilidade espiritual, que segundo teólogo Huno Higinio “durante muito tempo as igrejas encheram-se de decoração e elementos que podem distrair os fiéis do essencial.” (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

Neste aspeto ornamental (Fig. 77), a Capela em análise cumpre as diretrizes da Igreja tendendo “mais para a simplicidade do que para a ostentação” (art.º 292, doc. 2), as recomendações são no sentido de “que não distraiam os fiéis da celebração.” A comunidade quando questionada sobre esta matéria responde dizendo que: “a ornamentação é simples, não tendo qualquer comentário a fazer” outro diz “gosto mais desta igreja pela sua simplicidade, sem altares laterais, sem imagens e sem dourados” e um outro caso refere “como moderna gosto dela assim, mas como ornamentação gosto mais das antigas” (ver entrevistas completas no anexo 4.4).

Como se pode comprovar a comunidade comparte a conceção ornamental do autor, este por seu lado referiu que “como não existe ornamentação o aspeto da iluminação é importante”. Considerando-a o pároco atual como sendo “equilibrada”. (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)



Fig.77: Ornamentação interior EC1
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Espaço Litúrgico (geral)
Comodidade

É necessário uma boa comodidade para que a participação da comunidade seja plena. Neste caso, pode-se constatar que os bancos sendo de madeira, corridos e segundo os fiéis “relativamente confortáveis”, não permitem a posição de genuflexório, como se viu anteriormente é importante para determinados atos litúrgicos, inclusive a comunidade manifesta-se neste sentido dizendo “apenas os bancos podiam ser mais cómodos para ajoelhar.” (comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014)

Em termos acústicos é referido pelo pároco que

a acústica neste espaço é difícil, por vezes até mesmo grave. A antiga EN13 que se encontra adjacente ao edifício conjuntamente com a linha de comboio que também dista pouco metro do edifício, por vezes compromete a celebração. Por exemplo, uma vez no momento da consagração na elevação, passou o comboio apitar e fui muito constrangedor. Mesmo sem considerar o ruído exterior, a acústica neste espaço é péssima. (Rodrigues, R., comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)

A comunidade, quando questionada sobre este assunto, refere que “a acústica não é das melhores e mesmo os melhores sistemas de som provocam feedback, que impede o aumento do volume” (comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014), nas restantes respostas, a generalidade das pessoas respondeu que se vê e ouve bem o celebrante, não relatando qualquer inconveniente.

Termicamente falando, salienta-se o facto de, como refere o pároco, “a celebração neste espaço ser semanal (sábado às 17h30), e em época balnear (de muito calor) ser aos sábado e domingos às 20h00, adaptando-se assim às necessidades da comunidade”, permitindo desta forma celebrações em horas de menor amplitude térmica, tendo em conta que a zona de Moledo é calorosa no verão.

O paramento envidraçado a sul não favorece a térmica geral do edifício, dizendo o celebrante que tem

atualmente existe uma cortina translúcida pelo exterior, por questões visuais por parte do organista e também porque permitia uma elevada temperatura no interior. Esta característica tem vantagens e desvantagens, por um lado permite muita iluminação do espaço mas por vezes também distraí o celebrante como as incidências no exterior. Rodrigues, R. (comunicação pessoal, 18 de outubro 2014)

Depreende-se destes testemunhos que o edifício responde de forma satisfatória às questões de conforto, deixando um alerta o pároco: “o conforto é indispensável nestes espaços” e neste caso concreto a sua localização não é apropriada.

Espaço Litúrgico (presbitério)

Centralidade

Segundo a Instrução Geral do Missal Romano no seu artigo nº 295, é referido que “o presbitério (Fig. 78) é o lugar onde sobressai o altar (...) e deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial”.

Para o teólogo Nuno Higinio há um binómio concetual que define a composição da Igreja, Cabeça e Corpo. Onde a Cabeça é representada pelo presbitério (celebrante) e o Corpo é representado pela nave (comunidade de fiéis) respetivamente.

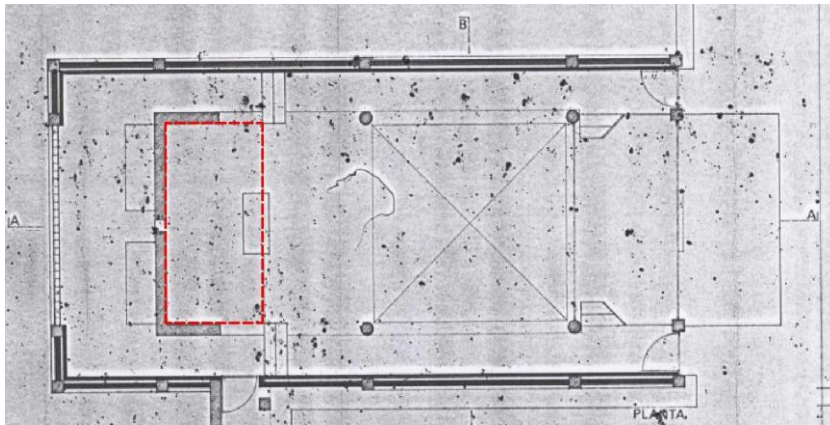


Fig.78: Centralidade do presbitério EC1
Fonte: Montagem de autor (2014)

A centralidade, e não tem que ver com a centralidade geométrica, mas com a centralidade resultante da convergência visual, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções de toda a assembleia dos fiéis, neste caso, resulta de uma organização basilical, longitudinal, o altar aparece no eixo, é o elemento axial que define e orienta o espaço, como refere o autor “há uma ênfase no eixo longitudinal” (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014), como se o próprio eixo não tivesse fim.

Para o padre Valdemar essa centralidade está definida no rasgo vertical existente na parede do presbitério sendo “uma linha de luz que todos nós perseguimos.”

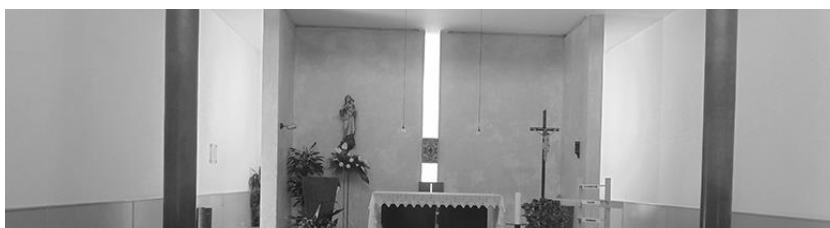


Fig.79: Interior EC1
Fonte: Fotografia de autor (2014)

O teólogo Jorge Barbosa refere que "a necessária visibilidade do celebrante e respetiva cadeira também ficam favorecidos com uma pequena elevação do presbitério" (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014), como se comprova neste caso.

O padre Rui, sendo o celebrante atual do espaço, quando questionado refere que

O altar está bem, sinto que a visão da assembleia é boa em direção o mesmo, apesar da mesa eucarística ser um pouco baixa, perturbando alguns ritos. O espaço envolvente ao mesmo é suficiente, mas sinto que está elevado demais em relação á cota da assembleia (quatro degraus), afastando-me da mesma. (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)

Ainda em relação à composição do altar, o padre aponta para "uma diferença substancial na conceção entre a mesa da palavra e a mesa da eucaristia (Fig. 80), estando no mesmo campo visual mas está descompensado", o autor quando confrontado com esta situação refere que a mesa da eucaristia foi design seu, enquanto a mesa da palavra foi uma oferta do seu amigo e arq. Siza Vieira.

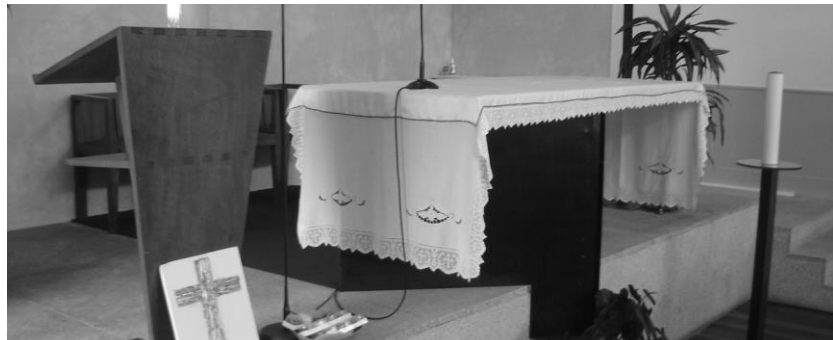


Fig.80: Mesa da palavra (ambão) e a mesa da eucaristia (altar) EC1
Fonte: Fotografia de autor (2014)

O sacrário ou tabernáculo encontra-se localizado no centro do presbitério, esta é uma desconformidade com as normas eclesíásticas, tanto mais que o celebrante fica de costas para o mesmo, ocultando-o.

Jorge Barbosa refere que "a colocação do tabernáculo não deve impedir hoje a centralidade do altar durante a celebração litúrgica" (comunicação pessoal, 12 de setembro, 2014) e acrescenta que "as tipologias pré-conciliares não tinham o altar como referência, era o sacrário o centro" mas essa conceção foi alterada, sendo atualmente o altar o elemento fulcral de uma igreja. Este deveria ser "colocado num espaço que permita a oração individual", refere o mesmo autor.

Devido à reduzida dimensão deste espaço religioso, a localização do sacrário resulta possível. Tanto mais que as celebrações são apenas semanais, encontrando-se o resto do tempo fechado, impedindo assim as devoções individuais recomendadas.

Espaço Litúrgico (simbólico)

Reunião

Tendo em conta que a “comunidade de Moledo é diferente das outras, distinguindo-se claramente a zona da praia da zona antiga, ambas zonas não comunicam muito (...) este espaço religioso justifica-se pela grande presença no verão de turistas e residentes sazonais” (Rodrigues, R., comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014), daí que o autor, desde a conceção inicial desta proposta, tenha tido como objetivo a criação de um “espaço destinado ao relacionamento da comunidade, antes e depois das celebrações, indo o edifício para além do exercício litúrgico” (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014), onde o conceito de reunião era extensível a todo o programa funcional – assembleia, adro e galeria externa.

Em relação ao conceito de reunião no espaço celebrativo, a comunidade quando interrogada refere que: “o facto de esta capela ser pequena mostra essa reunião”, outro elemento responde que “apesar de os bancos, anteriormente juntos, desse uma imagem mais congregada, continuo a achar que a assembleia está reunida” (comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014), sendo as demais repostas no sentido de concordância em relação a esta premissa conciliar. (ver entrevistas completas no anexo 4.4.1)

A reduzida dimensão que o espaço religioso tem, coadjuvado com as circulações periféricas configurando a geometria da assembleia como um quadrado (Fig. 81), certamente, influencia nesta percepção, que o anterior pároco Valdemar, resume numa citação de um fiel: “obrigado por fazer uma igreja que nos permite vir à missa e também nos reúne aqui” (comunicação pessoal, 21 de outubro, 2014), onde o primordial é que cada pessoa esteja em contacto com a outra, e todas com o altar.

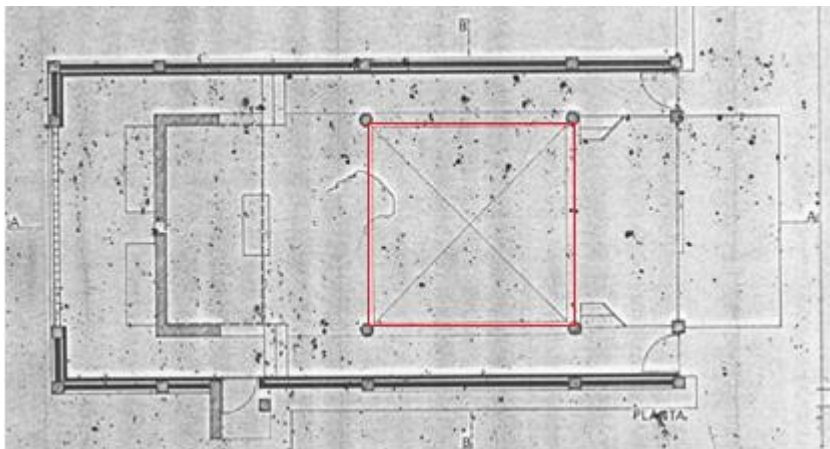


Fig.81: Assembleia do EC1
Fonte: Montagem de autor (2014)

Espaço Litúrgico (simbólico)
“Chamamento”

Este edifício, apesar de ter umas dimensões reduzidas, a sua composição está repleta de elementos que permitem a sua identificação e afirmação no contexto como espaço religioso. Para tal o autor refere que “a cruz exterior, a torre sineira e a galeria exterior são marcações simbólicas para justificar o programa religioso” e termina dizendo que

a forma que adotamos para abrir o edifício ao exterior foi o grande envidraçado na fachada Sul, que mostra-se a ‘transparência’ da Igreja, sendo para nós uma questão importante. Entendemos que como princípio, o exercício litúrgico está aberto a todos, daí também a concepção de um altar nessa mesma fachada que possibilitasse missa campal. (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014)

É um edifício austero, sóbrio onde a “ igreja não tem que se afirmar pela riqueza, mas sim pelos aspetos formais” (Costa, A., comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014). A população inquirida responde a este conceito dizendo “tem uma arquitetura moderna que convida a entrar, inicialmente por curiosidade”, outro refere que “a arquitetura chama e quem gosta do pároco fica” e também que “a juventude de agora aprecia mais, por ser simples” (comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014).

De forma geral, a comunidade reconhece uma certa atratividade pelo edifício, seja por que motivo for, e independentemente da causa, como refere o teólogo Jorge Barbosa “a arquitetura, na medida em que trata da beleza e funcionalidade do espaço litúrgico, pode contribuir para a beleza e qualidade da liturgia e para o bem-estar dos que celebram e, por isso, indiretamente pode contribuir para esse objetivo – o chamamento” (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014). Em sintonia com este pensamento, o anterior pároco acrescenta que “a arquitetura tem o papel de ‘aproximar’ os fiéis da Igreja (...) este edifício é uma presença, um chamariz e uma porta aberta para a comunidade” (Valdemar, P., comunicação pessoal, 21 de outubro, 2014), neste sentido, a simultaneidade de intenções está patente em ambas as partes, contribuindo, de igual modo, para a definição do espaço em causa. Por um lado tem-se um conjunto de intenções concetuais por parte da Igreja, que são acauteladas e materializadas no projeto pelos autores, e que, no final, são reconhecidas pelos crentes/utilizadores do espaço, denotando uma sintonia compositiva sensata.

Analisando as repostas dos vários intervenientes, poder-se-ia dizer que a mensagem desta premissa conciliar teve uma interpretação correta de todos eles.

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II:
Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico - o caso do Alto Minho

Quadro resumo do EC1
(transcrição das informações relevantes)

Categorias/Indicadores		Artigos do "Sacrosanctum Concilium"	Interpretação do autor (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014)	Interpretação do celebrante (comunicação pessoal, 21 de outubro, 2014)	Interpretação da comunidade eclesial (comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014)
Espaço Litúrgico (geral)	Participação activa	"fomentar a participação activa, promovam-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antifonas, os cânticos, bem como as acções, gestos e atitudes corporais"; "participem na acção sagrada, consciente, activa"	"o protagonismo que assembleia deve de ter como sendo o "centro" da eucaristia, indo desta forma ao encontro do postulado pelo Concílio Vaticano II."	"a participação dos fiéis é feita com total normalidade"	"no início os bancos estavam juntos e não havia corredor central, isso congregava mais gente mas não era funcional, agora é funcional"; "sim é funcional. É o ideal de igreja para este tempo."
	Comodidade	"conveniente comodidade dos fiéis, como se faz habitualmente nos lugares onde o povo se reúne"; "silêncio sagrado"	"as pessoas neste espaço não se podem sentir diminuídas"; "concepção de um altar nessa mesma fachada que possibilitasse missa campal"	"atualmente existe uma cortina translúcida pelo exterior, por questões visuais"; "distrai o celebrante como as incidências no exterior"; "acústica neste espaço é difícil"	"relativamente confortáveis"; "apenas os bancos podiam ser mais cómodos para ajoelhar"; "a acústica não é das melhores e mesmo os melhores sistemas de som provocam feedback, que impede o aumento do volume"
Espaço litúrgico (presbitério)	Centralidade	"centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções"; "não aumentar exageradamente o seu número e que a sua disposição se faça na ordem devida, de tal modo que não distraiam os fiéis da celebração"; "certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial"	"há uma enfatização no eixo longitudinal"; "a luz néon no altar ajuda a ler o desenho"	"O altar está bem, sinto que a visão da assembleia é boa em direção o mesmo"; "O espaço envolvente ao mesmo é suficiente"	"não há qualquer problema"; "ouve-se e vê-se bem o padre de qualquer lado"
Espaço litúrgico (simbólico)	Reunião	"reproduzir de algum modo a imagem da assembleia congregada"	"espaço destinado ao retocamento da comunidade, antes e depois das celebrações, indo o edifício para além do exercício litúrgico"	"No final da eucaristia o povo ficava no adro a confraternizar"	"o facto de esta capela ser pequena mostra essa reunião"; "apesar de os bancos, anteriormente juntos, desse uma imagem mais congregada, continuo a achar que a assembleia está reunida"
	"Chamamento"	"contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja"; "mostrar a Igreja aos que estão fora"	"a cruz exterior marca de forma mais preponderante a natureza do edifício."; "abrir o edifício ao exterior foi o grande envidraçado"; "mostrase a 'transparência' da Igreja"	"a arquitetura tem o papel de 'aproximar' os fiéis da Igreja (...); este edifício é uma presença, um chamariz e uma porta aberta para a comunidade"	"tem uma arquitetura moderna que convida a entrar, inicialmente por curiosidade"; "a arquitetura chama e quem gosta do pároco fica"; "a juventude de agora aprecia mais, por ser simples"
Parecer final sobre a obra (EC1)			"já não faz sentido fazer uma igreja que seja visual pela espectacularidade formal. O interesse é a forma como se interpreta o programa"	"considero que este edifício está perfeitamente adequado a todos os sacramentos que nele se realizam."	"de modo geral gosto da mesma"; "deveria ser um pouco maior"; "é uma igreja simples e bonita"; "é uma igreja e como tal tem o meu repeto, mas que gosto, não"; "é moderna e simples para agradar a meia duzia de pessoas"



Fig.82: Exterior EC2
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Estudo de Caso 2

3.1.2 – Igreja da Sagrada Família – Viana do Castelo



Fig. 83: Localização EC2
Fonte: <http://www.google.pt/imgens>



Fig. 84: Igreja da Sagrada Família – Viana do Castelo
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Apresentação

A Igreja da Sagrada Família localiza-se na Freguesia de St^a M^a Maior, concelho de Viana do Castelo (41° 42' 19" N, 8° 49' 30" O), e pertence à Fabrica da Igreja de Nossa Senhora de Fátima. A sua implantação é junto à variante norte da cidade, que comunica a A28 com o hospital distrital.

Como referia o pároco da igreja, padre Artur Coutinho (ver entrevista completa no anexo 5.3), “a sua localização no meio da comunidade é importante, aproximando-se dos fiéis”, tendo em conta que a freguesia tinha expandido para Norte, e a nova zona em causa não tinha nenhum espaço de culto, e acrescenta que esta “surge por uma questão de necessidade de mais espaço e mais conforto” (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014), visto a igreja existente (N. S^a de Fátima) ter ficado, pequena, distante e sem comodidades para os tempos atuais.

Segundo o pároco, aquando da sua nomeação em 1978, já se falava numa nova igreja e, desde então, “andamos para a frente” com o projeto, dando assim cumprimento a um desejo comunitário há muito requerido. Neste sentido refere que

as igrejas antigas são frias (e não é por uma questão térmica). Os homens de hoje não podem ser parasitas, toda a vida, de um estilo (tipologia) do passado, tem que haver evolução, e as pessoas têm de se adaptar aos tempos de hoje. Coutinho, A. (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)

Daí que, na sua opinião, este novo edifício, tendo em conta a sua arquitetura, foi perfeitamente aceite pela comunidade e entidades oficiais, que o viram como um elemento dinamizador de toda uma localidade, transmitindo uma imagem de modernidade e sendo uma marca da cidade (Fig. 84).

Análise descritivo

O autor do projeto foi o arq. Luís Faro Viana em 2004 (ver entrevista completa no anexo 5.2) tendo a obra prolongado por cerca de oito anos, foi inaugurada em 8 de setembro de 2012. Neste momento, o edifício encontra-se inacabado, faltam salas, serviços administrativos, entre outras, mas o espaço de celebração está concluído, sendo o seu funcionamento diário e normal.

Antecede a esta proposta um projeto licenciado pela Câmara Municipal em 2000 (PO-217/00) que previa a fusão de igreja com o centro paroquial e social. Posteriormente houve uma reavaliação das pretensões, tendo os dois espaços sido concebidos por separado, e a igreja em causa entregue ao arquiteto supra referido. Esta divisão deve-se, essencialmente, a questões logísticas e jurídicas de financiamento da obra, que neste âmbito da pesquisa não importa aprofundar.

A nova proposta contemplava a ocupação do lote nº28 (processo de loteamento 974/98), na zona da cidade densamente urbanizada da Abelheira, junto à base do Monte de St^a Luzia. Neste sentido, o autor considerava este lote, e todos os elementos que o caracterizam como "terreno fértil à imaginação", tendo este espaço, administrativamente (PDM) ficado reservado para equipamentos.

O programa previa a instalação de uma igreja com capacidade de 800 pessoas, salas de catequese e atividades socioeducativas, bar e sede dos escuteiros.

Não é alheio a este programa o facto da freguesia em causa ser muito dinâmica e interventiva em ações sociais, considerando o autor esta zona como "um ambiente ideologicamente aberto" (2004) requerendo um 'perfeccionismo e apuro' das formas na conceção do edifício em causa. O conceito da mesma foi: *a Árvore da Vida*.

(Teologicamente, a *Árvore da Vida* era uma das duas árvores que Deus colocou no centro do jardim de Éden.)



Fig. 85: Enquadramento urbano EC2
Fonte: <http://www.imprensaregional.com.pt>

Na conceção inicial da proposta da nova igreja, o autor referia que a arquitetura “tem que ter sentimento” Viana, L. (comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014), e tem que ser fruto das incidências e de uma leitura da envolvente. Neste sentido, o que mais prevalecia no entorno eram os círculos, na opinião do autor, daí a ‘curva’ ser a tónica dominante de toda a morfologia do espaço, de salientar que a curvatura das paredes exteriores é fruto de circunferências de igual raio.

O autor refere-se à proposta apresentada como querendo criar

um elemento que fosse destinto do resto, e para enfatizar esse objectivo, a própria Câmara Municipal alterou a materialidade da envolvente para melhor enquadrar esta proposta. Pronunciando-se o presidente da Câmara na época, o Defensor de Moura, com a frase ‘gosto, gosto!’ em relação à proposta da nova igreja, agilizando desta forma o licenciamento da mesma. Viana, L. (comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014)

E termina por dizer que quando chegou a esta forma, tudo isto foi feito com muita seriedade e com muito critério.

Em relação ao desenvolvimento do programa, ele distribui-se em duas espacialidades diferentes, por um lado o corpo principal da igreja ‘visível’ e as salas de catequese e outras de apoio ‘ocultas’, adaptando-se, desta forma, o edifício à topografia existente, vencendo o desnível do terreno no sentido N/S.

Enumera-se sucintamente, que o programa era composto por 15 salas de catequese com paredes amovíveis para melhor gestão do espaço, respetivas instalações sanitárias e demais espaço de apoio, num total de dois pisos semienterrados que perfaziam 1547m² de área construída.

O essencial do programa, que é o espaço de culto – a igreja - é composto por dois espaços, sendo o principal no piso 0, no piso 1 existe um “tribuna” que se articula com o anterior através de uma escada (Fig. 86). Este espaço superior é importante em dias de grande festividade ou até mesmo quando há algum evento musical no edifício, sendo este tipo de espetáculos frequente neste recinto.



Fig. 86: Piso 1 (tribuna) EC2
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A lotação total da igreja é de 804 pessoas, 626 no piso 0 e 178 no piso 1, de mencionar que o espaço está habilitado para pessoas com mobilidade condicionada, e, como tal, no interior há 5 lugares para estas situações.

O piso 0 é o espaço primordial por excelência, e assim as relações quer interiores quer exteriores são relevantes e serão devidamente analisadas.

O acesso exterior ao arruamento é franco e no espaço sobrance no lote é criado um estacionamento para 80 lugares, colmatando o fecho do quarteirão.

A entrada no edifício é 'pausada' por um pequeno nártex porticado, característico nas primeiras igrejas cristãs, onde o portal principal, centrado no edifício, abre-se para norte, sendo ladeado por duas portas de uso diário. De referir um pequeno desnível entre o estacionamento e a entrada principal.

No interior há dois elementos que ganham destaque de imediato, por um lado a estrutura construtiva aparente (colunas), de secção circular, orientam o olhar para o altar e, por outro lado, esse mesmo altar encontra-se à mesma cota (altimétrica) da entrada (Fig. 87).

No primeiro caso, os pilares foram desde o início assumidos pelo autor, que considerou a estrutura como muito importante, inicialmente já contemplada no projeto, evitando-se assim surpresas na execução da obra; o segundo aspeto referido é simbólico, e nesse sentido o autor refere que

colocar a cota da entrada ao mesmo nível que a cota do altar, foi uma opção simbólica, assim como a cruz na histerotomia da caixilharia exterior é propositada e foi, talvez, o único simbolismo religioso presente no edifício.
Viana, L. (comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014)

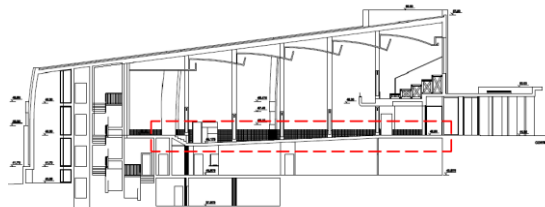
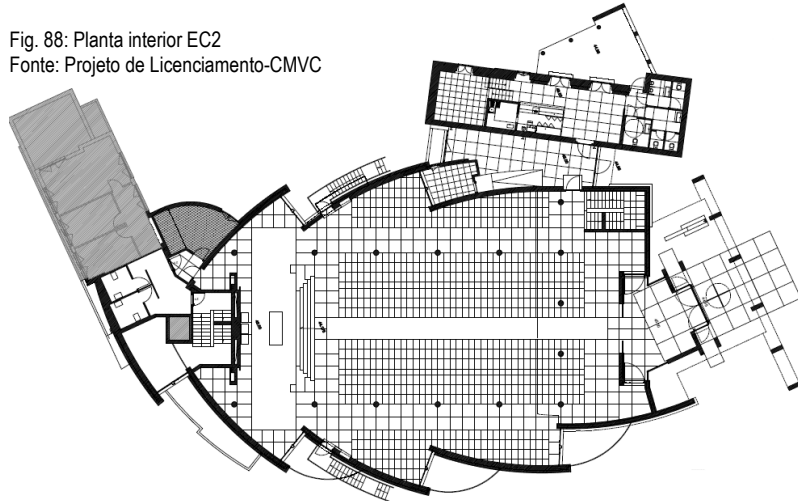


Fig. 87: Elementos simbólicos EC2
Fonte: Fotografia e montagem de autor (2014)

Ainda no piso 0, a sua área de construção total é de cerca 1130m², sendo a maior igreja do Alto Minho. Para além dos equipamentos de apoio, o espaço litúrgico é composto pelo altar no quadrante Sul, pela nave principal e por duas naves laterais (Fig. 88). Estas, por seu lado, são delimitadas por fileiras de pilares, que perfazem o número de catorze, o mesmo número das estações da *via-sacra*, que é o elemento que eles contêm - as estações da *via-sacra*.

Os grandes vitrais laterais orientados, preferencialmente, ao quadrante norte, permitem uma iluminação constante e difusa do espaço, tendo sido muito cuidada e ponderada, refere o autor.

Fig. 88: Planta interior EC2
Fonte: Projeto de Licenciamento-CMVC



A assembleia é inclinada no sentido do altar, vencendo um desnível de um metro desde a entrada. Os bancos são corridos, somente interrompidos pelo corredor central que relaciona diretamente a entrada com o altar.

O interior assume uma construção nua, num espaço rígido devido aos elementos maciços e às paredes opacas e lisas. A planta é longitudinal, marcada por um eixo central, com suportes intermédios (pilares) exibindo relações abstratas entre planta e fachada.

O recinto interior é único, definido por uma alternância entre paramento-pilar-vitral, onde o altar, graças a esta composição, obtém uma importância extra no conjunto. O paramento aproxima o exterior e interior, através do efeito lumínico produzido pela entrada de luz nos panos verticais dos grandes vitrais.

Todos os elementos construtivos foram manipulados para enfatizar o máximo protagonismo do altar na sequência entrada-presbitério, seguindo as recomendações teológicas da Igreja.

Quanto ao exterior, o revestimento é em cobre com o embasamento em granito bojardado. A materialidade do cobre é algo que personaliza e identifica a nobreza do edifício, é algo marcante e, como tal, referência assumida por todos os intervenientes, com um “significado especial” diz o autor. Sobre esta matéria o pároco refere que

o cobre do revestimento foi muito caro (daria para pintar duas vezes a igreja), mas o arquiteto justificou a opção com a tonalidade que adquiria no futuro (esverdeada) e com o impacto que teria junto ao Monte de Stª Luzia.
Coutinho, A. (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)



Fig. 89: Revestimento exterior EC2
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A volumetria do edifício é definida por panos de paredes curvas que encerram o espaço litúrgico, simétricos e o desfasamento dos mesmos é preenchido pelos vitrais que se desenvolvem desde o pavimento até à cobertura. Por seu lado, a cobertura é plana, de uma só água e com inclinação descendente no sentido entrada-altar (Fig. 90), acompanhando a topografia existente e que segundo o autor permite “uma leitura variável que se acentua no pórtico da entrada” (comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014)

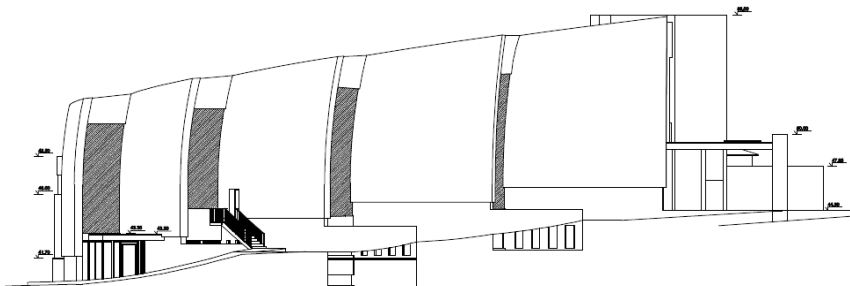


Fig. 90: Alçado nascente EC2
Fonte: Projeto de Licenciamento - CMVC



Fig. 91: Interior EC2
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Análise dos indicadores – EC2

Espaço Litúrgico (geral)

Participação ativa

A participação ativa poderá ser enfocada de vários prismas, é importante referir, neste caso, a mais-valia da definição de um programa concreto que vá ao encontro das necessidades da comunidade. Neste contexto, o edifício em causa é portador de uma valência que fomenta grandemente essa mesma participação que é o facto de possuir um serviço de *'babysitting'*, como referia o padre Coutinho “as crianças mais novas, que ainda não assistem às celebrações, poderão ficar ali a brincar, em segurança, para comodidade dos pais” (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014), que desta forma poderão acompanhar a celebração de forma proveitosa.

O edifício adapta-se, assim, à contemporaneidade e às exigências do tempo atual, dando um sinal inequívoco de adequabilidade à comunidade eclesial, fomentando o dever pastoral da Igreja.

A participação ativa é tão mais eficaz, quanto mais a comunidade interagir e se envolver nos atos litúrgicos. O edifício terá de proporcionar condições de mobilidade, acessibilidade e outras, aos fiéis, mas *per si* não é suficiente para o sucesso desta vontade pós-conciliar.

Neste aspeto, a igreja em causa, sendo a maior da Diocese de Viana, não apresenta uma monumentalidade (interior) que intimide e iniba as fiéis, devido entre outros fatores à fragmentação do espaço pelos pilares enfatizando o modelo axial que a caracteriza. O altar surge, então, elevado, num ambiente puro, simples e sem distrações.

A assembleia inclinada é uma opção válida, onde o corredor central, largo e generoso (Fig. 92), faz a comunicação desta com os degraus que elevam ao presbitério. Como nota, referir a ausência que qualquer apoio e/ou guarda de auxílio na transição desses mesmos degraus, facto sempre delicado.

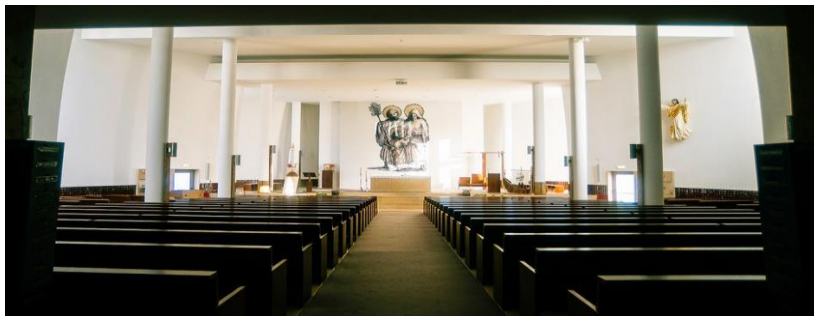


Fig. 92: Corredor central EC2
Fonte: Fotografia de autor (2014)

O espaço da assembleia, que se localiza no piso 1 (tribuna), tem dificuldade numa comunicação mais direta com as ações litúrgicas, mas a utilização do mesmo é pontual. Por exemplo, aquando da comunhão, neste espaço é o próprio pároco que se desloca ao local em causa.

O pároco refere que a igreja “no sábado às 16h00 e no domingo às 11h00 enche por completo e funciona bem. Com muita ou pouca gente, o edifício é completamente funcional” Coutinho, A. (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014), e lembra-se que a capacidade é de 800 pessoas sentadas podendo em ocasiões especiais receber 1200, contando-as de pé.

Esta participação, para ser efetiva, terá de ser assumida e vivenciada pela comunidade, neste sentido, esta quando interrogada sobre o assunto (ver entrevistas completas no anexo 5.4) refere que “sim, esta igreja fomenta a participação. As antigas não deixam as pessoas tão à-vontade”, outro testemunho diz que “parece-me bastante funcional e prático, para além disso também é seguro” (comunicação pessoal, 25 de outubro, 2014). Estes são alguns exemplos das opiniões daqueles que de facto sentem e manipulam o espaço litúrgico citado, onde no cômputo geral o parecer da comunidade é satisfatório quanto à adequabilidade do espaço a uma participação ativa.



Fig. 93: Distribuição geral EC2
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A Igreja da Sagrada Família de Viana é o fiel reflexo de um espaço aglutinador das premissas do Concílio Vaticano II quanto à participação. É um espaço luminoso, desafogado, simples, onde a elevação do presbitério tem uma duplicidade funcional e simbólica, democratizando a proposta.

O espaço único envolve o altar em ampla curva interior, que o pároco designou de ‘útero’, aproximando o presbitério da assembleia em gesto de simplicidade organizativa e de inspiradora força simbólica.

Espaço Litúrgico (geral) *Comodidade*

Em 1 de setembro de 2012, o *Jornal de Notícias*, em artigo referente à inauguração da igreja escrevia: “de linhas contemporâneas, gigante, com chão radiante para que os fiéis possam orar de pés quentes”, não sendo indiferente ao repórter o facto de este edifício estar dotado de um aquecimento, que acompanha as necessidades atuais das populações.

Neste sentido, a comodidade quer térmica, quer acústica estão garantidas neste novo espaço, referindo o pároco que até ao momento não foi comunicado qualquer desconformidade neste aspeto, relembra-se que o edifício é recente.

Os bancos corridos de madeira tratada são os adequados a estes espaços, permitindo o genuflexório. O conforto visual é garantido e melhorado pelo facto de a assembleia ser inclinada, apesar de nas naves laterais e “tribuna” superior a visibilidade do presbitério ficar parcialmente comprometida pela existência dos pilares (Fig. 94).

O sistema de som é moderno e eficaz em todo o espaço.



Fig. 94: Pilares estruturais EC2
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Sobre este aspeto a comunidade pronuncia-se da seguinte forma “com o novo sistema de som é possível ouvi-lo bem, e como o espaço é amplo vê-se também bem o padre. É muito confortável e cómodo”, outro fiel refere somente que “os genuflexórios não são muito funcionais” (comunicação pessoal, 25 de outubro, 2014) de resto não referem dificuldades, sendo a opinião generalizada da comunidade contactada, de normalidade e conformidade das condições de conforto do espaço para os atos litúrgicos.

Esta igreja aposta no aproveitamento da energia solar, através de painéis fotovoltaicos, que permitirão reduzir os consumos elétricos e, devido à grande luminosidade interior, as celebrações serão feitas apenas com a luz natural.

O pároco referia que “temos de pensar nos fiéis e nas condições que oferecemos” (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014), justificando, assim, toda a tecnologia aplicada ao edifício, fazendo parte da igreja transmitir esta modernidade.

A comodidade do coro em participar nas celebrações é total, isto porque está localizado junto ao presbitério numa nave lateral (Fig. 95), onde a sua presença é discreta, limitando-se unicamente ao acompanhamento musical, neste sentido o autor da obra referia que “em relação à acústica, sempre pressenti que funcionaria bem pela experiência que tinha em assistir a concertos em espaços com a mesma forma.” (comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014)

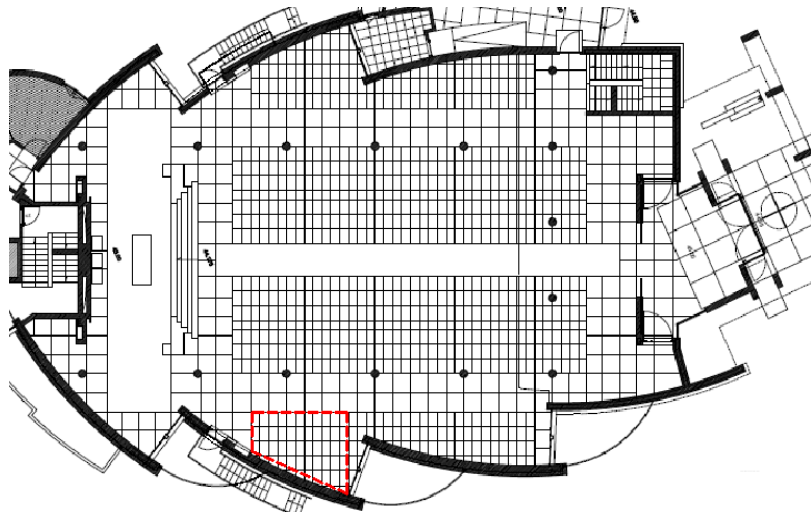


Fig. 95: Local do coro EC2
Fonte: Montagem de autor (2014)

Espaço Litúrgico (presbitério)

Centralidade

Os alinhamentos definidos pelos pilares, simples e harmónicos, onde o volume decresce de altura à medida que se aproxima do altar, numa organização evoluída da planta basilical, geram uma perspetiva pura e direta, para onde converge toda a iluminação natural.

A planta montada num eixo longitudinal enfatiza o caminho desde a entrada sombria, até ao presbitério inundado de brilho e magnificência lumínica (Fig. 96), presidido por uma bela representação artística da sagrada família, que personaliza o espaço, cuja autoria são artistas locais.

A subtileza extrema dos elementos construtivos, sem cor ou outra decoração que não a proporcionada pelos materiais, gera uma curiosa volumetria, onde o teto fragmentado é o limite do olhar, produzindo um lugar calmo e solene.



Fig. 96: Espaço interior EC2
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Note-se que a iluminação nunca incide diretamente no espaço, mas é potenciadora de uma atmosfera simbólica, obtida através da conjugação desta com a materialidade e o cromatismo dos elementos existentes (bancos, pavimento, entre outros), definindo claramente a linha do horizonte que separa a zona da 'luz', no campo ascendente, da zona da 'sombra', campo descendente, num gesto carregado de transcendência simbólica, onde o olhar procura o altar.

O espaço interior é carregado de sensações e incidências, pela organização e conjugação das partes, num claro apelo à simplicidade, onde a luz é a grande dominadora de todo o ambiente cénico e litúrgico.

Colabora nesta centralidade a localização do batistério no presbitério, havendo um equilíbrio litúrgico dos sacramentos, demonstrando desta forma as mudanças do rumo teológico da Igreja e a justa interpretação do projetista.

A boa visibilidade dada ao altar resulta, também, da proporção ocupada por este na composição interior do espaço, correspondendo ao preenchimento da totalidade da largura do edifício (Fig. 97), sendo por sua vez este dominado pela própria largura em relação ao comprimento, conduzindo, deste modo, toda a assembleia ao coração da liturgia - o altar.

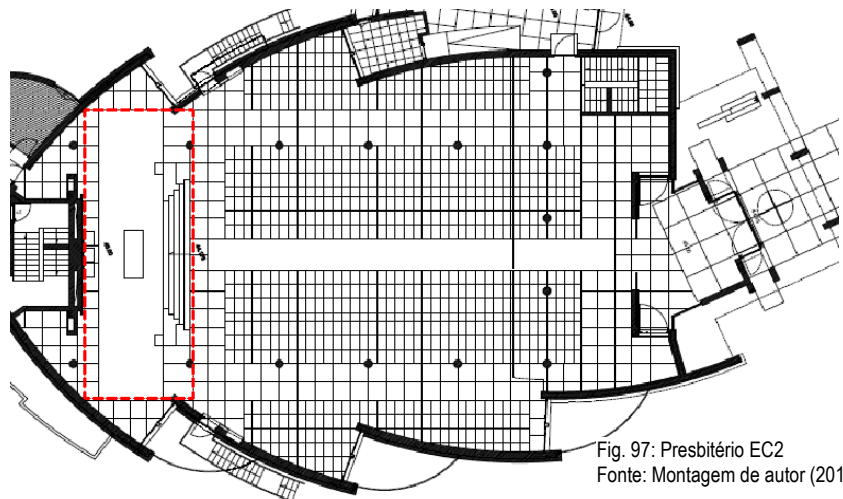


Fig. 97: Presbitério EC2
Fonte: Montagem de autor (2014)

Os elementos da assembleia quando interrogados sobre este assunto – a centralidade do presbitério manifestaram-se da seguinte forma; “parece-me adequado, é um convite à interioridade”, outro refere que “sim, agrada-me. É amplo e tem muita luz natural”, sendo a “simplicidade” (comunicação pessoal, 25 de outubro, 2014) a referência concetual do presbitério para os fiéis. Por seu lado, o pároco considera o altar “nobre e espacialmente converge a visão para lá” (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014), e termina por dizer que quando assim é “a arquitetura ‘apela’ e é acolhedora, e isso é o mais importante”, num edifício que tem como missão a congregação de toda a comunidade em torno do altar, neste caso repleto de luz.

A luz e a ausência dela, tem um papel fundamental na definição desta centralidade, onde o autor a manipula, no sentido da sua incidência sobre os corpos realçando as formas dos elementos deixados propositadamente no campo visual, potenciando a percepção do espaço central por excelência – o altar.

Espaço Litúrgico (simbólico)

Reunião

A arquitetura deve favorecer o conceito de assembleia e não de grupos separados, como era frequente acontecer nas igrejas pré-conciliares, havendo nesses casos a separação por género, estrato social, raça, entre outras.

Nesta igreja comprova-se a fracionamento do espaço litúrgico em três naves, a central de maior dimensão e duas laterais. Nas igrejas antigas, a existência de naves laterais era justificada pela relação direta com os altares laterais, atualmente esses altares desapareceram e estes elementos (colunas) impedem a comunicação e visibilidade de toda a assembleia. O teólogo Jorge Barbosa referia na entrevista que um dos maiores problemas para a adaptação das igrejas antigas à nova liturgia é precisamente a existência de colunas no espaço litúrgico.

Note-se neste contexto, a “tribuna” existente no piso 1 (Fig. 98) também se encontrar em franca desconexão com a “unidade” pretendida.

A comunidade eclesial quando questionada sobre esta matéria referia que “a própria distribuição dos bancos contribui a essa reunião” ou que “o conceito de circularidade une o povo” (comunicação pessoal, 25 de outubro, 2014). Apesar de a espacialidade não fomentar que todos se sintam membros de um único corpo, a percepção da comunidade é diferente, sendo que todos se sentem reunidos nas celebrações, e isso é o principal.

Mais importante do que os elementos construídos possam indicar numa primeira análise, é a opinião dos fiéis que utilizam o espaço que importa e as sensações que o espaço lhes transmite, onde, por vezes, a relação entre espaço e percepção vai mais além do inteligível.

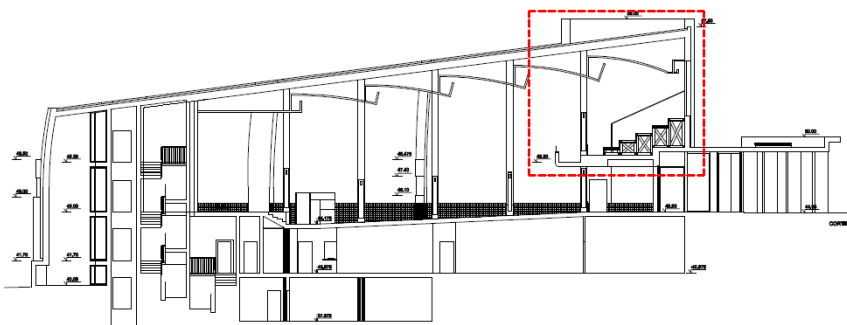


Fig. 98: Piso 1 (tribuna) EC2
Fonte: Montagem de autor (2014)

Espaço Litúrgico (simbólico)
“Chamamento”

O projetista da obra referia na memória descrita constante no processo de licenciamento (anexo 5.1) que a mesma era “ uma janela privilegiada para o exterior que se conjuga com a envolvente próxima, para em conjunto traçar o perfil da rua, configurando a malha urbana e criar uma marca na cidade”, neste sentido o edifício em causa não se limita a albergar um qualquer programa litúrgico nem somente a dar resposta e requisito de ordem funcional, mas pretende “passar” uma mensagem, que neste caso seria de contemporaneidade, de prosperidade e vanguardismo da cidade. Para tal, o autor recorre a uma volumetria curvilínea onde a configuração das massas é espetacular, de grande dimensão, a materialidade (cobre) destaca a nobreza do edifício, sendo este um recurso plástico de rara beleza.

Mas quando confrontado com esta situação, o arquiteto acrescenta que

nunca foi minha intenção fazer uma igreja para ‘atrair’ pessoas para a religião, nem nunca me foi pedido por parte da instituição. Mas também não foi abordado como um projeto civil comum, é evidente que o facto de eu ser católico me influenciou, mas não me prendi demais. Viana, L. (comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014)

Apesar do autor se distanciar de questões concetuais de cariz teológico, note-se que o edifício em causa afirma-se no contexto arquitetónico e não, especificamente, no campo da arquitetura religiosa.

O pároco vê esta obra como “uma verdadeira obra de arte, que pode ser apreciada de três ângulos diferentes. Vista de cima parece uma árvore, de dentro um útero e de fora uma nave, nesse sentido, acrescenta, que “esta arquitetura tem uma influência preponderante, despertando a atenção de quem a vê” Coutinho, A. (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014). A própria comunidade refere-se à igreja como “vistosa por fora mas sóbria por dentro” e ainda que transmite “seriedade, simplicidade e paz, é nela que me sinto bem”, e outros há que dizem “a grandeza da sua simplicidade torna-a acolhedora”.

O pároco refere que a comunidade se identifica com o templo, e isso constata-se nas entrevistas, dizendo que “na missa inaugural ouvi coisas das crianças acerca desta igreja extraordinárias, às tantas alguns adultos nunca pensariam aquilo que elas pensavam, identificando-se completamente com o edifício. Nessa altura toda a comunidade gostou do edifício” (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014), referindo que as classes mais jovens gostam mais da igreja nova que da igreja velha. É visivelmente um edifício religioso sumptuoso, que conjuga a arquitetura de volumes curvos, puros e abstratos, com os requisitos litúrgicos e teológicos, demonstrando, desta forma, conhecimento das necessidades eclesiais atuais.

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II:
Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico - o caso do Alto Minho

Quadro resumo do EC2
(transcrição das informações relevantes)

Categorias/Indicadores		Artigos do "Sacrosanctum Concilium"	Interpretação do autor (comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014)	Interpretação do celebrante (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)	Interpretação da comunidade eclesial (comunicação pessoal, 25 de outubro, 2014)
Espaço Litúrgico (geral)	Participação activa	"fomentar a participação activa, promovam-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antífonas, os cânticos, bem como as acções, gestos e atitudes corporais"; "participem na acção sagrada, consciente, activa"	"um serviço de 'babysitting'"	"as crianças mais novas, que ainda não assistem às celebrações, poderão ficar ali a brincar, em segurança, para comodidade dos pais"	"sim, esta igreja fomenta a participação. As antigas não deixam as pessoas tão à vontade"; "parece-me bastante funcional e prático, para além disso também é seguro"
	Comodidade	"conveniente comodidade dos fiéis, como se faz habitualmente nos lugares onde o povo se reúne"; "silêncio sagrado"	"em relação à acústica, sempre senti que funcionaria bem pela experiência que tinha em assistir a concertos em espaço com a mesma forma."	"temos de pensar nos fiéis e nas condições que oferecemos"	"É muito confortável e cómodo", "sim, agrada-me. É amplo e tem muita luz natural"
Espaço litúrgico (presbitério)	Centralidade	"centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirigem as atenções"; "não aumentar exageradamente o seu número e que a sua disposição se faça na ordem devida, de tal modo que não distraiam os fiéis da celebração"; "certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial"	"A iluminação natural foi muito cuidada, dando um luminosidade brutal ao altar"	"nobre e espacialmente converge a visão para lá"	"parece-me adequado, é um convite à interioridade"; "espaço é amplo vê-se também bem o padre"
Espaço litúrgico (simbólico)	Reunião	"reproduzir de algum modo a imagem da assembleia congregada"	"panos de parede curvos de uma forma gestual e simétrica"	"útero vista desde dentro"	"a própria distribuição dos bancos contribui a essa reunião"; "o conceito de circularidade une o povo"
	"Chamamento"	"contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja"; "mostrar a Igreja aos que estão fora"	"uma janela privilegiada para o exterior que se conjuga com a envolvente próxima, para em conjunto traçar o perfil da rua, configurando a malha urbana e criar uma marca na cidade"	"esta arquitetura tem uma influência preponderante, despertando a atenção de quem a vê"; "as classes mais jovens entram mais na nova que na velha"	"vistosa por fora mas sóbria por dentro"; "a grandeza da sua simplicidade torna-a acolhedora"
Parecer final sobre a obra (EC2)			"nunca foi minha intenção fazer uma igreja para 'atrair' pessoa para a religião, nem nunca me foi pedido por parte da instituição. Mas também não foi abordado como um projecto civil comum, é evidente que o facto de eu ser católico me influenciou, mas não me prendi demais."	"Esta nova liturgia trabalha melhor aqui de que na igreja antiga"; "o edifício é completamente funcional"; "respondendo satisfatoriamente às questões litúrgicas"	"acolhedora, bonita, simples, permite uma reunião entre os fiéis"; "pessoalmente gosto muito do exterior e interior"; "é a minha igreja é nela que me sinto bem"; "sinto-me cá muito bem"

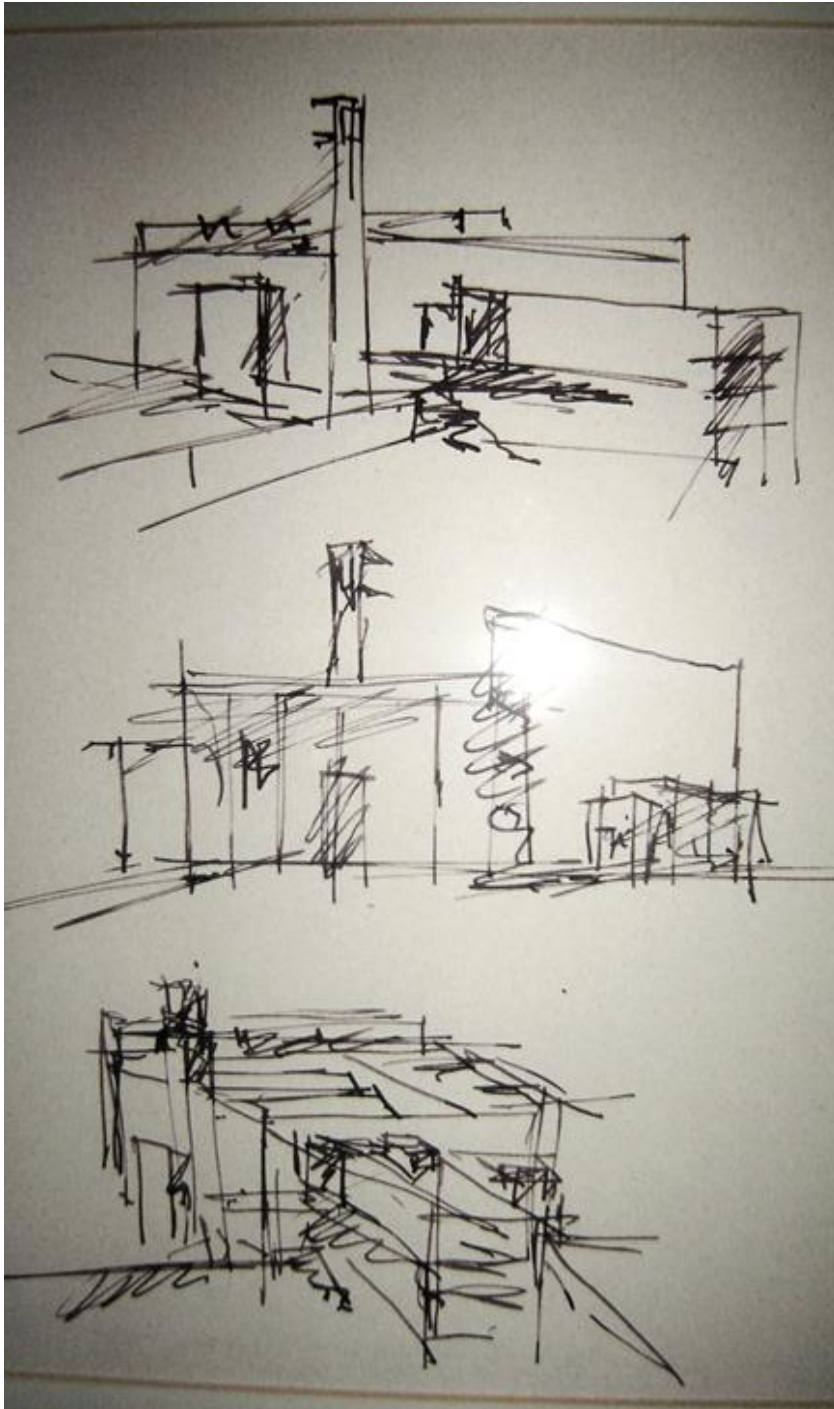


Fig.99: Esquisso do arquiteto EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Estudo de Caso 3

3.1.3 – Igreja Nova da Correlhã – Ponte de Lima

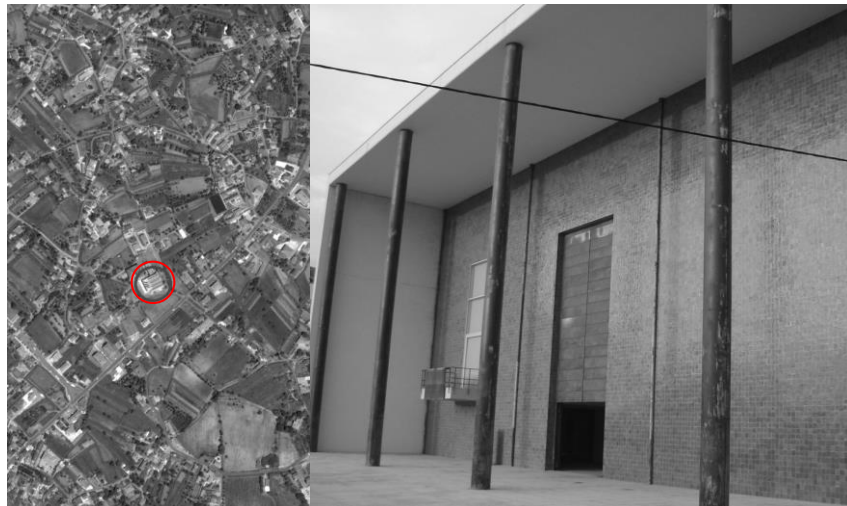


Fig. 100: Localização EC3

Fonte: <http://www.google.pt/imgens>

Fig. 101: Igreja Nova da Correlhã – Ponte de Lima

Fonte: Fotografia de autor (2014)

Apresentação

Como o próprio nome indica, a Igreja Nova da Correlhã localiza-se na freguesia da Correlhã no concelho de Ponte de Lima (1° 44' 47" N, 8° 36' 28" O), cuja propriedade pertence à Fábrica da Igreja de S. Tomé.

O novo complexo, para além da nova igreja, integra também o Centro Social e Paroquial, que já existia e foi remodelado e ampliado com esta intervenção. Implantando-se numa zona que o PDM local classifica como *Área de povoamento disperso* (secção III do regulamento), as determinações quanto à construção de equipamento são omissas, pelo que o edifício foi licenciado sem reparos (ver memória descritiva e justificativa no anexo 6.1.1).

O autor do projeto foi o arq. Luís António Lourenço Teles em 1999 e a inauguração da obra ocorreu em 2006, com a presença do Bispo de Viana D. José Pedreira.

O autor refere na memória descritiva e justificativa que “o programa procurava sedimentar a centralidade do lugar e ampliar a suas valências funcionais” (1999) através do melhoramento dos equipamentos existentes, tais como; o centro de dia, lar, ATL, jardim-de-infância e construção da nova igreja paroquial, num ambiente tipicamente rural.

Análise descritivo

O Centro Pastoral no qual se integra a nova igreja objeto de estudo, é fruto de um longo processo, que de forma resumida se passa e expor.

Em 1986 é adquirido um terreno para a construção do Centro Social (a funcionar desde 1990), onde futuramente seria implantada uma igreja nova, mas por falta de verbas esta construção foi sucessivamente adiada.

A primeira proposta para o novo espaço de culto foi um edifício rectangular, de seguida apresentou-se outra com forma pentagonal que foi igualmente abandonada pelos responsáveis.

Após a aquisição de um lote maior de terreno contiguo ao existente, com cerca de 5200m², pensou-se num projeto mais ambicioso para o local, foi então que surgiu o arquiteto Luís Teles, que em 1996 apresenta os primeiros estudos arquitectónicos para o novo edifício.

Antecedentes

Apos dois estudos prévios, a versão final é aceite pelas partes e entregue no município para licenciamento, decorria o ano de 1999, sendo a licença de construção emitida em março de 2002.

A obra é entregue à empresa Festas e Festas, sendo a primeira pedra benzida em fevereiro de 2003. De salientar que no decorrer da obra foi descoberta uma mina subterrânea, que encareceu um pouco o valor da mesma (custo total cerca de dois milhões de euros), mas que atualmente é a responsável pelo abastecimento de água a todo o complexo.



Fig. 102: Vista geral do Centro Pastoral - EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

O programa previamente estabelecido pelo requerente contemplava as seguintes valências funcionais: espaço de celebração para 750 lugares sentados (incluindo tribuna); espaço complementar para celebração diária com 75 lugares; batistério; sacristia; cartório; residência paroquial; cripta com capela mortuária e salas de catequese. Ficando desde o início previsto uma área de expansão para Lar e Centro de Dia.

Segundo o autor, este novo edifício teria uma relação urbana com a envolvente através da “constituição de uma frente de rua onde hoje existe apenas um caminho municipal sem leitura urbana e reforça a imagem de aglomerado a partir da EN”, que se encontra do lado nascente do mesmo. O edifício procurava também construir uma frente de “praça urbana” (Fig. 103) que se evidenciaria pelo pórtico da igreja que funcionaria como espaço urbano coberto, fomentando desta forma as relações sociais da comunidade.

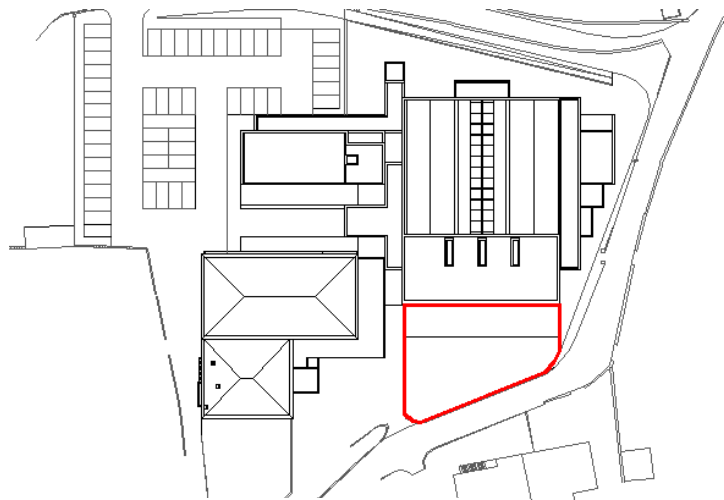


Fig. 103: Praça urbana EC3
Fonte: Montagem de autor (2014)

Na relação com a paisagem, o edifício localiza-se numa área de cota mais baixa, sendo a envolvente dominada por zonas montanhas, verdejantes, típicas do Alto Minho, de onde se pode avistar a igreja velha. Segundo o autor, a relação da nova igreja com a antiga igreja não assume uma “condição de proeminência”, mas antes é um elemento de “convergência de leitura aberta” a partir das cotas mais altas, sendo relacionável com a paisagem como “um todo, do que em parte”, caracterizando-se por ser um elemento de volumes brancos, com uma torre sineira aberta, onde a verticalidade da ‘caixa’ contrasta com a heterogeneidade do ambiente rural.

Como referido anteriormente, o contexto próximo é rural, constituído por habitações unifamiliares com os respetivos logradouros contendo vinha, árvores de fruto de pequeno porte, horta, entre outros, sem elementos relevantes que segundo o autor não produzem aspetos que "hierarquicamente se evidenciem" em relação à envolvente montanhosa existente.

Neste sentido, a organização reflete uma cuidada interpretação da paisagem, referida na memória descritiva e justificativa que:

a obra adota uma composição de elementos de grande escala e por uma definição geométrica com a ausência de elementos de pormenor de escala intermédia. (Teles, 1999)

A presença na silhueta do local é imensa (Fig. 104), como a produzida pelas antigas catedrais medievais, realçando desta forma a essência da 'catedral' como lugar de reunião, como espaço da comunidade e recinto espiritual, ponto angular da vida social, tal como na idade média.



Fig. 104: Vista panorâmica EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A implantação surge junto ao edifício já existente, fazendo a ligação com este através de escadas e uma estrutura mecânica (elevador). A orientação adotada foi nascente/poente, que segundo o pároco é "liturgicamente recomendável e antigamente sempre obrigatório" Vilar, J. (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014).

A parede voltada a sul (Fig. 104), branca, lisa, enfatiza uma certa austeridade pelos elementos construtivos, tendo várias funções que se entendem sobretudo de dentro, das quais se destacaria, principalmente, a proteção ao ruído da estrada nacional assim como, dos ventos e chuvas dominantes do quadrante sul. Esta é também uma ligação dissimulada do exterior e passagem para o interior da igreja, fazendo igualmente a comunicação do batistério e da capela da semana com a nave central.

Como elemento preponderante em toda a composição, destaca-se o pórtico da entrada de grande escala (Fig. 105), de linhas fortes e grandeza nos elementos compositivos, constituídos por “três componentes de seção *áurea*.” (anexo 6.1.1)

A beleza plástica dada pela clareza dos elementos de formas puras é fruto da relação entre a leveza e estilização dos quatro pilares exteriores de catorze metros de altura, revestidos a cobre, que sustentam um pequeno prolongamento da cobertura que no limite lateral dobra até encontrar o chão, num gesto carregado de simbolismo (fazendo alusão aos quatro evangelhos que sustentam a doutrina cristã), contrastando com a cerâmica de cor ‘mel’ que preenche todo o paramento principal, e esta, por sua vez, contrasta com a opacidade das paredes laterais, que segundo o pároco “nos eleva para o sagrado” Vilar, J. (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014).

Todo o apelo à simplicidade existente na composição do edifício é redimido nesta fachada principal que retém toda a força representativa necessária, cujo autor a define como “sem minimalismos com os edifícios envolventes, onde se optou pela pormenorização dos aspetos de diferenciação de escala”. Este paramento é interrompido somente pelo portal, enorme, e pelo vão/púlpito, numa conceção evoluída das antigas igrejas e respetivo espaço envolvente.

O portal, bi-compartimentado com dez metros de altura (Fig. 105), remete-nos novamente para a arquitetura monumental do medievo, numa clara alusão à verticalidade do edifício religioso e para o simbolismo de certos elementos religiosos de escala não humana, designado pelo pároco como “frontaria imponente”.

A nobreza do material (cobre) enfatiza a importância do portal no conjunto compositivo, tendo nitidamente uma duplicidade funcional e simbólica, sendo segundo o pároco “o acesso físico e espiritual ao templo”. A sua imagem é majestosa.



Fig. 105: Pórtico da entrada – EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Todo o programa funcional foi desenvolvido numa ordem tripartida, como por exemplo o espaço interior, a cobertura, que segundo o pároco nos recorda “a trindade das pessoas divinas – *Pai, Filho e Espírito Santo.*”

Neste contexto, a cobertura é composta por três elementos de duas águas. O lanternim lateral, de parede livre, é pontuado pelos volumes do batistério e da capela da semana e pela torre sineira de apenas duas faces construídas. Apenas o bloco da residência/cartório/sacristia e os elementos da capela lateral e o campanário, estabelecem, segundo o autor, “a referência de ordem intermédia da composição com os elementos do local” (comunicação pessoal, 06 de novembro, 2014), fazendo desta forma uma transição volumétrica cuidada e detalhada do edifício com o contexto urbano imediato.

Ainda no exterior, na “praça urbana” que se abre à frente da fachada principal, nota-se uma presença consistente do granito que, nesta região, é um dos elementos mais importantes e caracterizadores da paisagem – *o granito de Ponte-de-Lima*, havendo desta forma a fusão de elementos vernaculares com uma conceção contemporânea, criando um exterior belo e sóbrio, pela combinação elegante dos materiais.

Denota-se, atualmente, que os arranjos exteriores deste complexo nunca foram finalizados (Fig. 106), sendo custosa a circulação automóvel e pedonal na sua envolvente, nomeadamente na articulação desta com a EN e na segurança dos peões na sua proximidade.

É de realçar que este é o espaço religioso de maior capacidade do concelho de Ponte de Lima, distando do centro da vila cerca de três quilómetros, sendo utilizado para cerimónias que implicam grande afluência de público, como são os Crismas, festas de escuteiros ou inclusive galas musicais no seu interior. Nesta apartado, a condição exterior de estacionamento, largura das vias, passeios, condicionam e dificultam a mobilidade das pessoas, sendo inclusive perigoso em certos tramos.

Regista-se que, um equipamento desta natureza, que alberga tanta afluência de público, tem que possuir uma capacidade infraestrutural compatível com o mesmo, sob pena de comprometer todos os fluxos e dinâmicas previamente existentes no local, levando ao colapso das mesmas.

Este é um assunto (arranjos exteriores/acessibilidades) que não é, objetivamente, o tema de pesquisa deste trabalho, mas que de certa forma pode influenciar determinados parâmetros de adequabilidade do espaço religioso em causa.

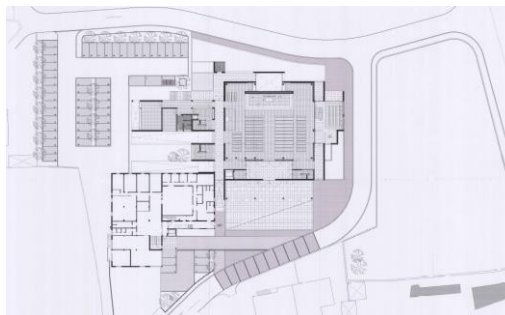


Fig. 106: Proj. de arranjos exteriores – EC3
Fonte: Projeto de licenciamento - CMPL

A torre sineira (Fig. 107), com vinte e oito metros de altura suportando um carrilhão de nove sinos, é o elemento que identifica ao longe o caráter religioso do edifício. Separada do volume principal, num claro revivalismo da mais pura tradição na construção de igrejas, a torre tem linhas audaciosas onde no paralelepípedo quadrado que a forma, somente duas faces estão construídas, sendo estas abertas para a antiga igreja românica da aldeia (Fig. 113) e para o Santuário da Boa Morte, que segundo o pároco “significa a ligação aos mesmos, na continuidade do culto”, originando desta forma uma peça que pontua a natureza do edifício.

A contraposição desta torre, alta, estilizada, sem massa, vazada e de materialidade aparente, com o volume principal, mais baixo, maciço e retangular que conforma o espaço de culto, marca a sua presença como entidade formal.

Todos estes detalhes concetuais denotam uma abordagem criteriosa ao programa de um espaço religioso, onde a manipulação dos elementos compositivos nos remete para uma relação íntima entre o tradicional, do conceito e a contemporaneidade das formas, onde o jogo das alturas das diferentes caixas se relacionam entre si, com o campanário e com a envolvente edificada, enobrecendo a harmonia do espaço, que se quer uno.

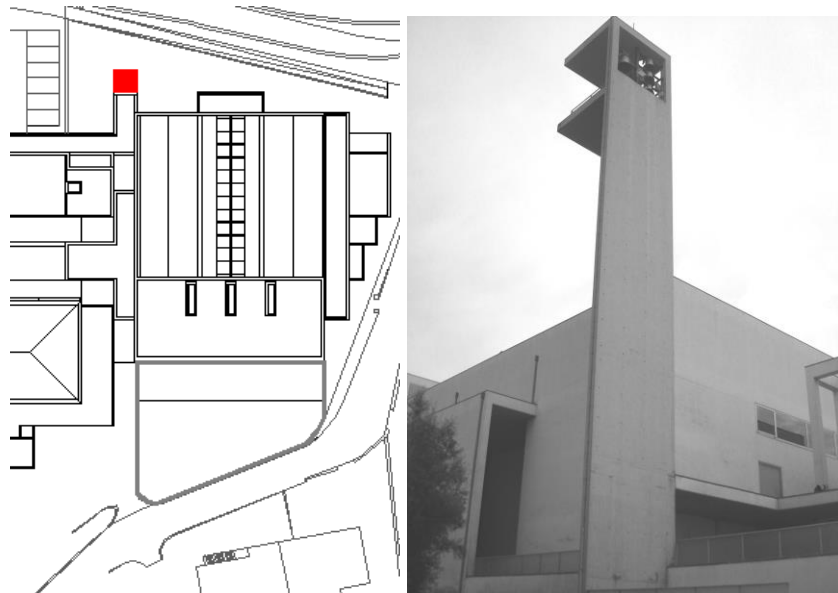


Fig. 107: Torre sineira EC3
Fonte: Fotografia e Montagem de autor (2014)

No interior da igreja (Fig. 108), podem-se identificar três espaços compositivos fundamentais e funcionalmente distintos. O nártex (1), o espaço de culto principal com 600 lugares sentados (2) e o espaço de culto secundário com 80 lugares (3).

O nártex é o primeiro espaço de entrada no templo, que faz a transição entre exterior e o interior, ou seja, entre o mundo profano e mundo sagrado, pausando e quebrando sons e sentimentos mundanos. Este espaço remete-nos para as primeiras igrejas e basílicas paleocristãs, onde este espaço se destinava a deambularem os não autorizados à presença do espaço celebrativo, como sendo as mulheres, os pecadores, os loucos, entre outros.

Este espaço, imediatamente seguido à porta principal, é um espaço transversal ao edifício, contendo três comunicações horizontais com a assembleia, sendo duas delas laterais para o usos diários, e uma central, monumental, para o uso em festividades. A dimensão deste espaço desmesurada é um apelo ao recolhimento e à solenidade que a entrada num recinto sagrado requer.

Ao nível do espaço da nave principal, a geometria surge do quadrado, segundo o autor (ver memória descritiva, ver anexo 6.1.1) esta

seria aquela forma que melhor se ajustava ao espaço disponível e por se entender que a mesma se ajustava igualmente ao espírito conciliar uma vez que tratando-se de um espaço configurado em duas dimensões iguais, conferir-lhe-ia à assembleia uma grande unidade e uma ausência de hierarquização (Teles, 1999)

Estes pressupostos conceituais denotam, por parte do autor, um conhecimento amplo dos documentos que regem toda a liturgia católica, nomeadamente o *Sacrosanctum Concilium*.

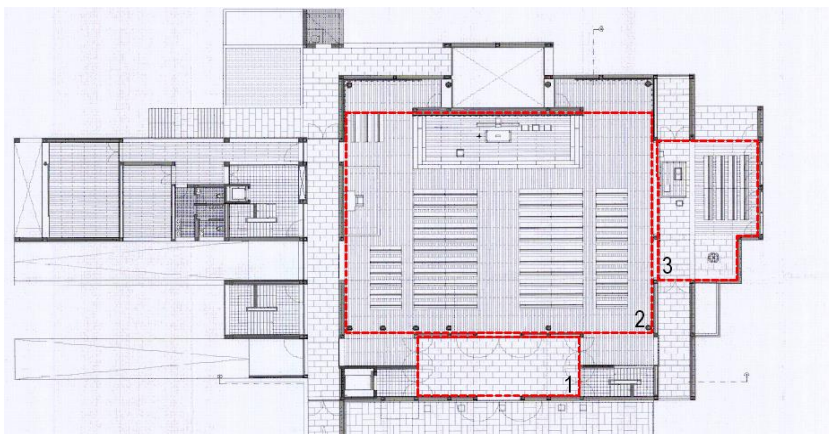


Fig. 108: Composição interior EC3
Fonte: Fotografia e Montagem de autor (2014)

A planta é, portanto, quadrada, sem suportes intermédios, gerando uma volumetria interior retangular, onde a 'caixa' tem uma enorme contundência, o altar localiza-se oposto à entrada principal, enfatizando o modelo axial.

O teto é liso e opaco e os paramentos periféricos são rasgados lateralmente, a três quartos da altura, por vãos que permite uma iluminação natural, indireta e suave do espaço.

O protagonismo da luz natural verifica-se na iluminação do presbitério, por duas enormes janelas laterais, perpendiculares à assembleia, onde a incidência lumínica nunca é direta em nenhum dos elementos. Este gesto intensifica a presença do altar na composição, onde o resultado alcançado é notório pela luz entrando por diferentes alturas dos panos verticais.



Fig. 109: Iluminação interior EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

O revestimento dos paramentos interiores é duplo, sendo o primeiro terço da altura e a totalidade da parede do presbitério compostos por um ripado de madeira, desfasado planimetricamente por questões acústicas, e a restante parede é lisa, rebocada e pintada de branco.

Na cobertura, os elementos estruturais são visíveis, e o teto, em número de três, é rebaixado na exata largura do presbitério, criando segundo o autor “uma analogia de ‘mesa’ ou ‘ponte’ entre a porta e o retábulo do altar” (memória descritiva, ver anexo 6.1.1), passando nesse rebaixe as condutas das infraestruturas de AVAC e outras.

O espaço principal é simples e claro, onde as divisões secundárias que se articulam com o primeiro através de paredes móveis, como é o caso da capela da semana e do batistério, através de duas portas ascendentes em guilhotina, aumenta a capacidade da assembleia, havendo desta forma uma gestão racional do espaço disponível, configurando um conjunto que emana solenidade e calma.

O coro alto surge à esquerda da entrada, suspenso e com capacidade para 60 pessoas. De referir que nunca foi utilizado como tal, neste momento encontra-se encerrado e inutilizado. O coro atual localiza-se do lado esquerdo do presbitério junto a um flamante órgão de tubos, de 23 registos do construtor Walcker.

Exemplar único na região, este órgão veio de Hamburgo na Alemanha, tendo uma sonoridade adequada que é potenciada pela acústica do próprio edifício.

O paramento sul alberga uma preciosa Via-Sacra (Fig. 110), com quinze estações pintadas à mão com revestimento de ouro. Os seus autores foram os americanos George Pinecross e filho, que tardaram oito meses a terminar a obra. De salientar que esta obra de arte é semelhante à existente na catedral de Nova Iorque, realizada pelos mesmo autores.

O presbitério surge elevado em relação à assembleia, onde a largura domina em relação ao comprimento, ao fundo de um corredor generosamente largo que comunica a entrada, de grande porta escura e sombria, até altar que se quer cheio de luz, marcando um claro caminho desde o profano até ao sagrado.

Este é presidido por uma enorme cruz metálica com cinco metros e meio de altura, suspensa na parede do retábulo e ausente de iconografia, num gesto de minimalismo mas carregada de força simbólica. Tem uma proporção “mais divina que humana”, para a qual converge o olhar ao altar, conduzindo desta forma a assembleia ao coração da liturgia.

Segundo o autor “procurou-se uma linguagem de grande essencialidade representativa, com alguma referências histórico-culturais à arquitetura italiana dos anos 30 (Terragni, Lingeri, entre outros)”, na conceção deste espaço.



Fig. 110: Presbitério e via-sacra - EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

O espaço de culto secundário ou capela da semana (Fig. 111) é uma opção programática muito funcional e defendida por vários teólogos, de entre os quais Nuno Higinio. A mais-valia desta opção prende-se com o facto do número de assistentes às celebrações não ser constante durante a semana, sendo a sua afluência significativamente menor nos dias úteis, e para quem celebra é constrangedor um espaço amplo com uma ocupação reduzida. Outro fator a considerar, é a própria acústica do edifício ficar prejudicada pela pouca ocupação de um espaço tão grande, provocando “ecos e vibrações estranhas”, refere o mesmo teólogo. Daí que a criação da ‘capela da semana’ é vantajosa quando estão em causa recintos religiosos de grandes dimensões, fazendo, neste caso, a articulação com o batistério, que está também isolado (capela batismal) da nave principal, numa interpretação correta das normas litúrgicas pós-conciliares, nomeadamente o art.º 99 da Instrução “*Inter Oecumenic*” (ver anexo 3).

Note-se que, não sendo uma prática corrente atualmente, a separação do batistério da nave principal, há uma coerência concetual forte e assumida em reaver elementos da forma tradicional da construção de espaços religiosos, revesti-los e reinterpretá-los à luz das novas diretrizes.

O programa, na sua totalidade, abrange diversos espaços, e a articulação de todos eles é fluida e funcional. Sucintamente poder-se-á referir a existência de, no piso imediatamente inferior à igreja, a existência de um salão polivalente para reuniões maiores, almoço, convívios, entre outros (Fig. 111), cujo poço de luz existente a nascente (o mesmo que ilumina o presbitério) ilumina e ventila essas dependências. Num piso intermédio situa-se um auditório para 80 pessoas, assim como a capela mortuária, salas de catequese, entre outros.

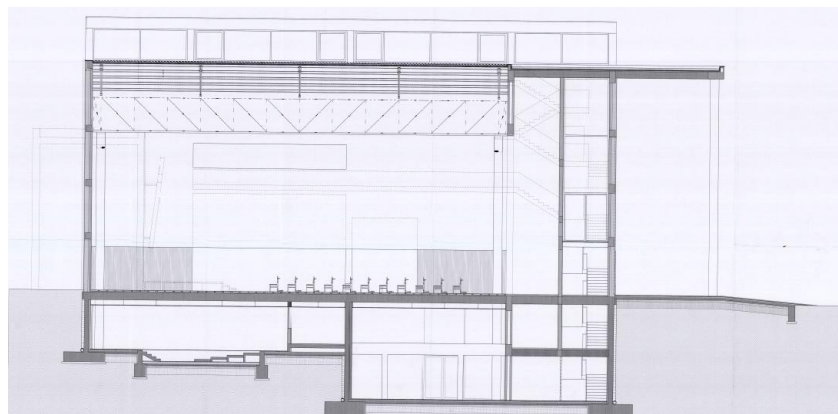


Fig. 111: Espaços no subsolo EC3
Fonte: Projeto de licenciamento - CMPL

Como se denota nesta descrição, a igreja objeto de estudo está inserida num complexo – Centro Pastoral, ao qual o arquiteto Luís Teles responde de forma quer funcional quer simbólica, aos anseios da comunidade. Neste sentido refere que este edifício é a “materialização do espaço”, segundo ele

o quadrado estabelece o contato entre a Perfeição Transcendente e a Perfeição criada, gerando o Espaço, a Terra, e o Aqui. É o lugar da Materialização Transcendente... Quadrado e cruz definem o Ponto Central.
(Teles, 1999)

Na sua conceção procurou uma “ausência de retórica”, fazendo com que o edifício *per se* se afirmasse como um espaço religioso, sem se socorrer, segundo ele “de representações engenhosas que por analogias nos encaminhasse para essa motivação” com uma certa ideia de ‘leveza cultural’.

Segundo o pároco

a simplicidade (e austeridade) pautou a construção da Igreja, sem lhe tirar dignidade (basta ver a aplicação dos materiais nobres – cobre, madeiras maciças, granito, azulejo artesanal [fachada e baptistério] nem nobreza; e também porque a liturgia é sobretudo acolhimento do Deus que vem. Vilar, J. (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014)

Neste sentido, a volumetria é simples, incorporando certa austeridade formal, numa composição dominada pelo jogo de caixas brancas e opacas, relacionadas cuidada e criteriosamente com a envolvente e com o campanário, isolado, que tipifica a proposta.

Constata-se uma certa monumentalidade do edifício e a contundência como ele se afirma no meio rural. O espaço interior é simples e amplo, pela forma como se conjugam as partes, gerando uma composição evoluída da conceção pós-conciliar.

“È uma caixa branca despida de decoração!” (Teles, 2006)



Fig.112: Exterior EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Análise dos indicadores – EC3

Espaço Litúrgico (geral) *Participação ativa*

A Correlhã com 8,04km² de área e 2936 habitantes (censos 2011) é uma das mais antigas e ricas freguesias do concelho, localizando-se a menos de três quilómetros do centro de Ponte de Lima.

A sua igreja matriz, um templo românico datado do séc. XIII (Fig. 113), que devido à sua reduzida dimensão, aliado ao fervor religioso que a comunidade local professa, comprovou a necessidade de um espaço maior que dessa resposta à demanda social.

Neste sentido, constata-se que a grande afluência que se verifica na nova igreja, assim como a intensa e empenhada participação que se verifica, é fruto de uma vontade e fervor social, a que a Igreja, simplesmente deu condições físicas adequadas à exteriorização dessa devoção e vontade.

O facto das celebrações de sábado e domingo serem depois das aulas de catequese, faz com que o espaço litúrgico esteja constantemente repleto de fiéis de todas as faixas etárias, num ambiente carregado de emotividade e devoção coletiva. Nota-se, nesta paróquia, que os atos religiosos e a conseqüente participação nos mesmos pelos fiéis são mais do que mérito trâmite religioso e fazem parte de uma rotina social, “ir à igreja e fazer parte da igreja é algo normal e cultivado nesta pequena comunidade” refere um fiel.



Fig. 113: Igreja Matriz da Correlhã
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Neste sentido, a intensa participação, quer pela assembleia, quer pelo coro (favorecido pelo órgão de tubos com belas peças musicais), quer pelo celebrante e diáconos, entre outros, é potenciado por um recinto espaçoso, solene, amplo, com circulações simples e fluidas, sem obstáculos. O celebrante refere sobre esta temática que a participação é fomentada pelo

espaço, praticamente quadrado – 30mx30m incluindo o nártex -, que permite a visibilidade e acompanhamento/participação de todas as celebrações, com a consequente ausência de colunas e barreiras arquitectónicas, o que permite a disposição da assembleia à volta do altar. (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014)

A comunidade, quando inquirida sobre este assunto (ver anexo 6.4), manifesta-se dizendo que “a igreja é muito funcional, pela simplicidade e excelência arquitetónica”, outros referem que “favorece perfeitamente a participação” e também que “são mais funcionais porque sentimo-nos todos ao mesmo nível” (comunicação pessoal, 08 de novembro, 2014), manifestando, na generalidade, uma total aprovação quanto à sintonia da comunidade com o espaço religioso exposto.

Este aspeto de análise é fomentado desde de a base e/ou do início do conceção de espaço, ou seja, houve dois aspetos determinantes para esta participação ser intensa, e tem que ver com o programa previamente estabelecido. Por um lado, a questão do complexo albergar aulas de catequese permite, desde curta idade, cultivar nos mais jovens a tradição da vida litúrgica, que se reflete no desenrolar das celebrações e, por outro, a criação do espaço de culto semanal que é uma resposta eficaz às retrações sentidas pelos fiéis durante a semana no espaço amplo da nave principal.

O autor da obra refere sobre este tema que “ há uma especialização do lugar, onde o quadrado tem esse aspeto de ser um lugar igual” aludindo a uma democratização do espaço religioso, onde todos os elementos se equivalem.

Como nota final sobre este tema, realça-se a perfeita participação do coro em toda a celebração, mas constata-se o exagerado protagonismo visual que este tem no conjunto da composição litúrgica. Como referia o Teólogo Jorge Barbosa, anteriormente, “a colocação do coro deve ser de modo a que se faça ouvir sem incomodar quem o escuta e também quem o vê, nomeadamente com movimentações, gestos, palavras ou conversas durante a celebração” (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014), situação esta que não se verifica nesta igreja, pelo facto do coro se encontrar de frente para a assembleia no mesmo campo visual do presbitério.

Neste espaço, fundem-se dois fenómenos enaltecadores dessa participação, a própria comunidade que está envolvida, empenhada e motivada em enobrecer a sacralidade da eucaristia e o próprio edifício que pela composição, distribuição e dimensões colabora nesse anseio comunitário.

Espaço Litúrgico (geral)

Comodidade

Como referido anteriormente sobre este assunto, “mesmo que a celebração se dê bem com o sacrifício na sua identificação com a Paixão de Cristo, tal não significa que tenhamos que estar incómodos numa celebração, e isto para todos: presidente, coro, ministros, assembleia, entre outros”, Barbosa, J. (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014), ora, neste edifício constata-se uns níveis de conforto compatíveis com o exercício da celebração eucarística.

Apesar do espaço interior ter uma volumetria notável, quer térmica quer acusticamente, não se denota qualquer desconforto em ambos os itens. No entanto, regista-se alguma dificuldade visual, provocada pela atmosfera escura (Fig. 114), resultado da iluminação natural oriunda dos vãos laterais ao altar e da iluminação artificial, colocada no teto a uma altura de cerca de dez metros do campo visual. Estes elementos conjugados com o revestimento escuro de parte do paramento periférico colaboram numa visibilidade reduzida e dificultam, por exemplo, a leitura de texto litúrgicos e no cântico da letra das musicais, itens essenciais à liturgia.

A acústica do edifício foi muito cuidada, e nesse aspeto refere o pároco que “o estudo acústico foi realizado pela empresa Sopsec, apresentando três estudos, dos quais se optou pelo que pareceu mais harmonioso arquitetonicamente”, sendo para o efeito o ripado de madeira assimétrico, que surte um excelente efeito, quer na propagação do som, que na sumptuosidade do silêncio, também necessário.



Fig. 114: Ambiente interior EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

A comunidade eclesial local, quando questionada sobre este assunto, refere que “sim, o espaço é comodo, confortável e completamente livre, não existem colunas ou paredes que possam perturbar os fiéis, ficando o celebrante visível de qualquer ponto da igreja”, outro refere que “ o espaço não podia ser melhor. Ouve-se e vê-se bem o padre, sendo clara e óbvia esta questão” (comunicação pessoal, 08 de novembro, 2014). As respostas dos restantes inquiridos são no sentido de que o espaço responde aos seus anseios e expectativas, colaborando desta forma no engrandecimento do ato litúrgico.

Este espaço, pelas suas características de acústica, lotação, localização, entre outras, é utilizado com frequência para diversas atividades de cariz não religioso. Essa polivalência funcional é interessante e apreciada pelas gentes locais, tanto mais porque o edifício se situa num meio rural.

A necessária comodidade que se evidencia no edifício, não é, de todo, compatível com a comodidade que, um edifício com estas características e dimensão deveria observar no que diz respeito aos arranjos exteriores.

Tal desconexão gera um espaço descontínuo, quer pelo valor artístico da peça quer pelo apelo a um espaço único, interior/exterior, que não se verifica.

Em todo este esquema constata-se um desequilíbrio entre a ‘parte’ e o ‘todo’, onde se “procurou que o edifício continuasse a cultura da igreja sem entrar em conflito com a modernidade” (Teles, 1999) ver memória descritiva, ver anexo 6.1.1, mas que o inacabado das obras compromete.



Fig. 115: Concerto de música – EC3
Fonte: <http://www.google.pt/imgens>

Espaço Litúrgico (presbitério)

Centralidade

Numa nave única, ampla, livre de obstáculos ou outras interferências visuais e geometricamente simples, onde prevalece o sentido retangular, o altar surge elevado e colocado centralmente no eixo menor, transversal, invertido em relação ao esquema tradicional, de forma a trazê-lo para mais próximo da assembleia.

Elevado por escadaria do plano da nave e intensificado como centro da organização pela sugestão da grande cruz que o preside, destacando-se de tal forma na proposta que ultrapassa o papel de mero elemento iconográfico (Fig. 116), o altar hierarquiza e protagoniza o espaço pelo teto plano, subtil elevação e pelo banco de desenho simples, em madeira, com disposição longitudinal, para acomodação dos fiéis.

Accede-se ao espaço pela portada bem marcada, seguida ao nártex, em eixo com o altar. Este localiza-se oposto à entrada, num templo quadrado, puro de cruz ao centro, acessível em todo o perímetro, onde a assembleia se organiza em torno do mesmo, gerando um espaço verticalizado de composição cúbica.

O altar é o símbolo máximo da organização funcional, onde o expressivo paramento do retábulo em madeira, com a imponente cruz metálica que sustenta, enfatiza o foco visual na sua direção, sem elementos que possam distrair o desenrolar solene da eucaristia. Os demais elementos participantes na liturgia relacionam-se com ele em ordem decrescente de significado.

Neste sentido, o pároco refere que “os três degraus simples que separam os três lados de contacto com a restante assembleia pretendem significar isso mesmo -‘lugar onde sobressai o altar’ (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014); além disso toda a estrutura da igreja é “trinitária”, inclusive a “tripartição” do telhado da nave, únicos telhados em telha de barro, bem como os espaços intercalares entre os pilares exteriores, o teto, a estrutura de todo o fundo do presbitério e do seu oposto (também pela questão de entrada de luz).



Fig. 116: Presbitério EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

O altar, na atualidade, é o cerne a nota dominante do conjunto e foco de toda a percepção interior, neste apartado concetual o autor refere que “este aspeto está concebido pela elevação de cota e pelo mobiliário desenhado”. É o lugar da palavra. A cruz "Daliana (de Dali) dá a escala deste lugar e sublinha o conceito de um Cristo ressuscitado“ (Teles, 1999) ver memória descritiva, no anexo 6.1.1, enfatizando a condição cristocêntrica da proposta.

O autor refere outros elementos que podem condicionar essa centralidade, como sendo a luz e a acústica, acrescentando que

é fundamentalmente a luz e que numa "planta livre" atribui, de uma forma simples, a diferenciação do espaço. Há contudo o desenho do tecto, que em termos acústicos dá um valor especial à de transmissão da "palavra" (Teles, comunicação pessoal, 06 de novembro, 2014)

O pároco garante que “o altar é o centro de convergência para o qual, espontaneamente se dirigem as atenções de toda a assembleia pela ausência de mais altares ou demasiadas ornamentações que o ofusquem”. (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014) A atmosfera escura, onde a luz invade o espaço pelos grandes vãos laterais ao retábulo do altar, enfatiza o papel da mesa eucarística no culto, mistificando e centralizando a atenção dos fiéis.

O altar, orientado para leste, ganha ênfase pela posição central no eixo, pelo plano elevado e pela grandeza da cruz ao fundo, embora obtenha importância extra na composição, graças à culminação do plano axial que o enfoca, dispondo-se a assembleia de frente ao altar, em duas faixas separadas para definir um corredor central – eixo processional reto, desde a entrada até ao presbitério, criando um espaço que clama ao recolhimento.

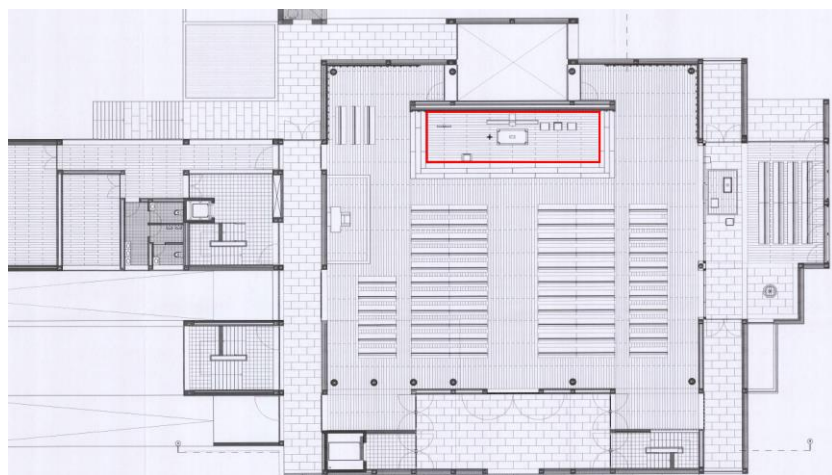


Fig. 117: Localização do presbitério EC3
Fonte: Processo de licenciamento (2002)

Espaço Litúrgico (simbólico)

Reunião

A articulação triangular 'trinitária'- altar/ambão, assembleia, coro/órgão, destacam a hierarquia funcional e simbólica da organização interna do templo, onde os restantes elementos participam, intimamente, como parte integrantes de um todo.

Para o pároco, na conceção desse 'todo', para que a igreja reproduza a imagem de assembleia congregada é necessário

passar de uma orientação nascente/poente (Cristo, sol nascente, com todo o povo cristão no seguimento em demanda da Jerusalém celeste), para um espaço à volta do altar onde, como se responde na primeira saudação – “Ele está o meio de nós” (à saudação – “O Senhor esteja convosco”); note-se que a tradução portuguesa foi a única com esta variante em vez de “E contigo também”. Evitámos, porém, uma colocação exagerada a toda a volta do altar, ou mesmo nas suas costas, o que obrigaria o Presidente a rodar. (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014)

Os fiéis, quando questionados sobre esta perceção, respondem dizendo que “de todo!” acrescentado que “os bancos estão dispostos de modo que todos os fiéis se podem sentir reunidos e concentrados num único ponto – altar e celebrante, sem qualquer esforço físico”, outros referem que “ sim, esta igreja dá uma sensação de reunião, de família cristã, não havendo divisões, estamos reunidos” (comunicação pessoal, 08 de novembro, 2014). Todas as respostas recolhidas foram positivas quanto ao conceito de reunião implícito na composição espacial do templo, enquanto legítimo palco de retiro espiritual.

A ausência de ornamentação, a não ser a enorme cruz e a prodigiosa via-sacra, colabora no sentido de enfatizar o recolhimento íntimo e comunitário.

Este complexo caracteriza-se por ser um lugar de reunião por excelência, não só no aspeto objetivo da celebração eucarística, mas também no papel sociológico fundamental que desempenha, através do relacionamento promovido nas numerosas salas que o programa contempla e no próprio desenho urbano, que na criação do átrio, dá cumprimento a esse desígnio concetual, remetendo para o medieval conceito de 'catedral' como centro espiritual e simbólico de uma comunidade.

Espaço Litúrgico (simbólico)
“Chamamento”

Este edifício tem uma carga simbólica intensa e relembra a condição espiritual para a qual o edifício foi concebido. Esta conceção vai desde a definição do ‘quadrado’ em planta como ‘pedra angular’ de toda a composição geométrica, passando pela cor ‘mel’ das cerâmicas da fachada principal que, segundo o autor, tem a ver com a passagem do apocalipse *“toma, come-o; encher-te-á as entranhas de amargura, mas na tua boca será doce como mel – Apocalipse”*, e a própria conceção ‘trinitária’ presente na relação dos elementos, entre outras.

Neste contexto, é destacável o elemento da porta, como símbolo máximo desse conceito que se mostra importante na composição *“como um testemunho de credibilidade e meio de atração e chamamento à Igreja”* (Barbosa, 2014). O autor, na memória descritiva e justificativa, refere que *“a porta significa a abertura da igreja para todos e fundamenta-se numa passagem do evangelho “Eu sou a porta. Se alguém entrar por Mim salvar-se-á. S. João”, e, na entrevista (anexo 6.2.1), completa este pensamento referindo que “a torre campanário continua a todos chamar e a grande porta e o pórtico coberto aberto a todos os que queiram partilhar o espaço” (comunicação pessoal, 06 de novembro, 2014). A igreja acolhe, de um modo geral*

as pessoas com maiores problemas. Acolhe os fracos, os excluídos, os que a sorte por qualquer motivo, não foi tão generosa ou compreensiva. São estes que mais procuram a Igreja. Esta é uma Igreja que desde que teve início o projeto, pretendia ser uma Igreja para todos, associada ao Centro Paroquial e à Residência do Pároco, pretende criar uma nova centralidade urbana. Um serviço para todos, sobretudo os que mais precisam. (Teles, 2006)

Com todos estes elementos, imprime-se alguma ‘iconicidade ao objeto arquitetónico’, onde, segundo o autor *“durante o projeto e durante a obra se procurou que o edifício continuasse a cultura da igreja sem entrar em conflito com a modernidade, num discurso que procura uma grande contenção e atitude” (memória descritiva, ver anexo 6.1.1), criando um edifício contemporâneo no desenho e no funcionamento, que segundo uns entrevistados da comunidade, esse chamamento manifesta-se “pela curiosidade de conhecer uma estrutura moderna” ou pela “amplitude e abertura ao acolhimento” (comunicação pessoal, 08 de novembro, 2014), cumprindo desta forma os desígnios concetuais pós-conciliares.*

O pároco refere que *“a não inclusão de demasiados símbolos (=imagens, etc.) religiosos, o paralelismo da arquitetura religiosa com os edifícios ‘civis’ contemporâneos, mostrando que a Igreja caminha com os tempos e não é uma realidade anquilosada nem sequer na(s) sua(s) expressão(ões) artística(s)”, afirmando-se no contexto como elemento sagrado, legado e dedicado à ‘casa de Deus’, criando novos símbolos, potencialmente, válidos para a arte contemporânea.*

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II:
Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico - o caso do Alto Minho

Quadro resumo do EC3
(transcrição das informações relevantes)

Categorias/Indicadores		Artigos do "Sacrosanctum Concilium"	Interpretação do autor (comunicação pessoal, 06 de novembro, 2014)	Interpretação do celebrante (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014)	Interpretação da comunidade eclesial (comunicação pessoal, 08 de novembro, 2014)
Espaço Litúrgico (geral)	Participação activa	"fomentar a participação activa, promovam-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antifonas, os cânticos, bem como as acções, gestos e atitudes corporais"; "participem na acção sagrada, consciente, activa"	"há uma especialização do lugar, onde o quadrado tem esse aspecto de ser um lugar igual"	"ausência de colunas e barreiras arquitectónicas, o que permite a disposição da assembleia à volta do altar", "espaços envolventes da nave celebrativa, que leva a permanecer e não apenas a vir praticar um acto religioso..."	"a igreja é muito funcional, pela simplicidade e excelência arquitectónica", "favorece perfeitamente a participação", "são mais funcionais por que sentimo-nos todos ao mesmo nível"
	Comodidade	"conveniente comodidade dos fiéis, como se faz habitualmente nos lugares onde o povo se reúne"; "silêncio sagrado"	"Há contudo o desenho do tecto, que em termos acústicos dá um valor especial à de transmissão da "palavra"	"espaço, praticamente quadrado – 30mx30m incluindo o nártex -, que permite a visibilidade e acompanhamento/participação de todas as celebrações"	"sim. O espaço é comodo, confortável e completamente livre, não existem colunas ou paredes que possam perturbar os fiéis, ficando o celebrante visível de qualquer ponto da igreja", "o espaço não podia ser melhor."
Espaço litúrgico (presbitério)	Centralidade	"centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções"; "não aumentar exageradamente o seu número e que a sua disposição se faça na ordem devida, de tal modo que não distraiam os fiéis da celebração"; "certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial"	"este aspecto está concebido pela elevação de cota e pelo mobiliário desenhado. É o lugar da palavra. A cruz "Daliana (de Dali) dá a escala deste lugar e sublinha o conceito de um Cristo ressuscitado"; "sem outros elementos de decoração para além do controle da intensidade de luz"	"os três degraus simples que separam nos três lados de contacto com a restante assembleia pretendem significar isso mesmo - lugar onde sobressai o altar", "estrutura da igreja é trinitária", "ausência de mais altares ou demasiadas ornamentações que o ofusquem"	"Ouve-se e vê-se bem o padre, sendo clara e óbvia esta questão", "o espaço é completamente livre, não havendo colunas"
Espaço litúrgico (simbólico)	Reunião	"reproduzir de algum modo a imagem da assembleia congregada"	"Esta Igreja tem uma planta quadrada. O quadrado tem esse aspecto de ser um lugar igual"; "É uma "caixa branca" despida de decoração!"	"passar de uma orientação nascente/poente, para um espaço à volta do altar"	"os bancos estão dispostos de modo que todos os fiéis se podem sentir reunidos e concentrados num único ponto – altar e celebrante, sem qualquer esforço físico", "sim, esta igreja dá uma sensação de reunião, de família cristã, não havendo divisões, estamos reunidos"
	"Chamamento"	"contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja"; "mostrar a Igreja aos que estão fora".	"a porta significa a abertura da igreja para todos", "a torre campanário continua a todos chamar; a grande porta e o pórtico coberto aberto a todos os que queiram partilhar o espaço"	"a não inclusão de demasiados símbolos religiosos, o paralelismo da arquitetura religiosa com os edifícios "civis" contemporâneos, mostrando que a Igreja caminha com os tempos"	"pela curiosidade de conhecer uma estrutura moderna"; "amplitude e abertura ao acolhimento", "é uma excelente igreja que tem atraído cada vez mais fiéis"
Parecer final sobre a obra (EC3)			"edifício continuasse a cultura da igreja sem entrar em conflito com a modernidade", "identificável por todos como Igreja"	"criação de uma comunidade mais familiar devido aos espaços"	"é orgulho dos habitantes", "gosto, embora não esteja nos limites", "no geral agrada", "é uma obra excepcional"

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II:
Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico - o caso do Alto Minho



Fig. 118: Envoltório arquitetónico do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Fotografia de autor (2014)

3.2- Análise comparativa

Esquema da triangulação de dados

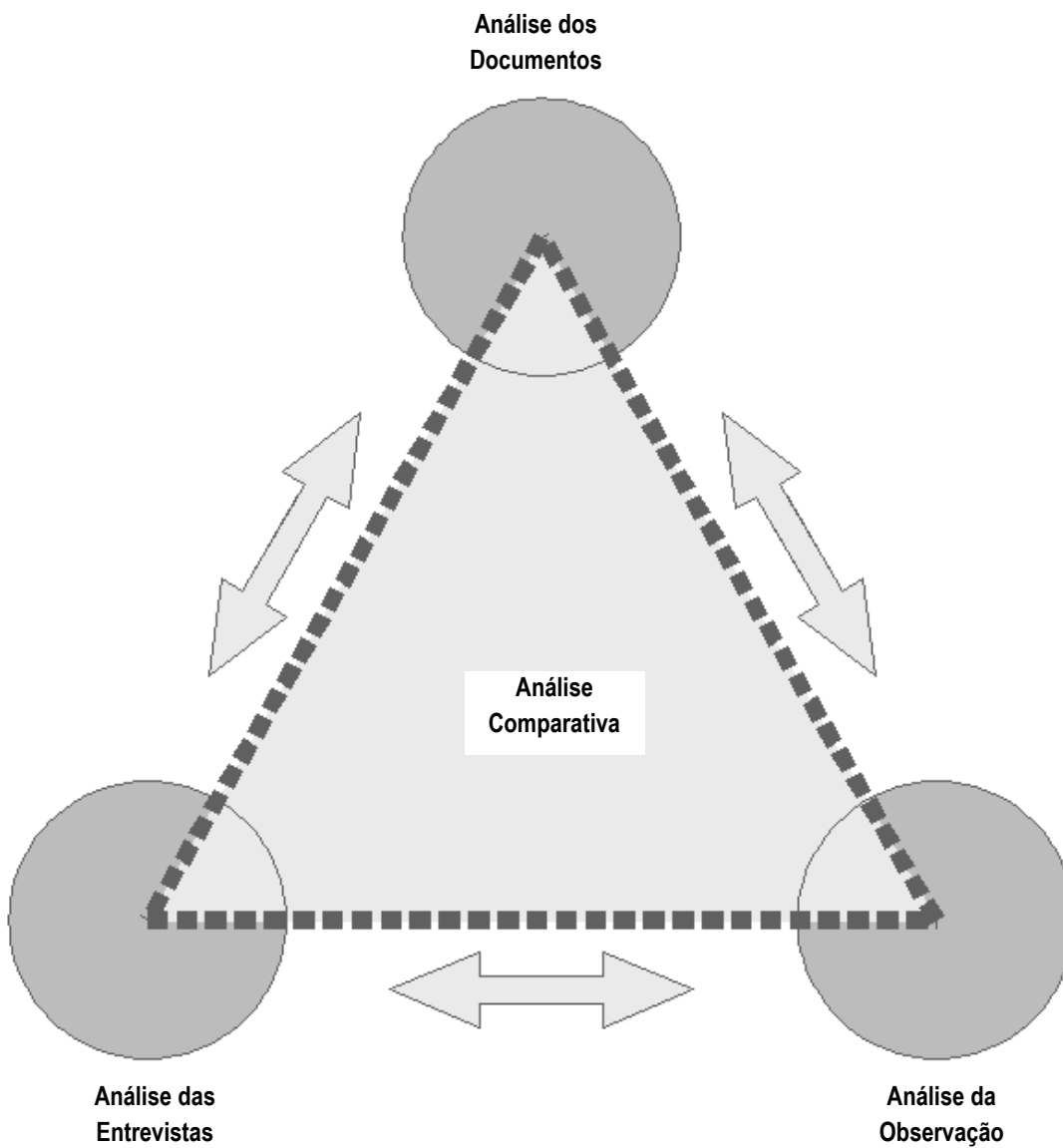


Fig. 119: Triangulação de dados
Fonte: Figura de autor (2014)

Análise comparativa

A análise de cada estudo de caso, anteriormente descrito, utilizou quatro ferramentas de investigação: a análise documental, a entrevista, a observação (notas de campo) e a fotografia.

Para fazer a análise tendo em conta as especificidades de cada espaço religioso, optou-se pela comparação de subcategorias que permitissem uma leitura transversal e detalhada de cada situação, através da comparação de elementos comuns nos três casos.

Assim, comparam-se as mesmas subcategorias de análise, entre os casos anteriormente apresentados, relacionando-as como os documentos eclesiais.

Categorias (indicadores) e subcategorias:

3.2.1 - Espaço Litúrgico (geral) – Participação ativa

3.2.1.1 - Altar e Ambão

3.2.1.2 - Assembleia

3.2.1.3 - Batistério

3.2.1.4 - Coro

3.2.1.5 - Ornamentação

3.2.2 - Espaço Litúrgico (geral) – Comodidade

3.2.2.1 - Mobilidade

3.2.2.2 – Comunicação

3.2.3 - Espaço Litúrgico (presbitério) – Centralidade

3.2.3.1 - O Presbitério

3.2.3.2 - Altimetria (presbitério)

3.2.3.3 - Sacrário

3.2.4 - Espaço Litúrgico (simbólico) – Reunião

3.2.4.1 - Conceção

3.2.5 - Espaço Litúrgico (simbólico) – “chamamento”

3.2.5.1 - Entrada (Portal)

3.2.5.2 - Programa

3.2.5.3 - Iconografia

3.2.1 - Espaço Litúrgico (geral) – Participação ativa

3.2.1.1 - Altar e Ambão

A “participação ativa dos fiéis” nas celebrações é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar e referida enumeras vezes nos documentos oficiais, nomeadamente no art.º 124 do doc. 1, mencionando que “na construção de edifícios sagrados, tenha-se grande preocupação de que sejam aptos para lá se realizarem as ações litúrgicas e permitam a participação ativa dos fiéis” (*Sacrosanctum Concilium, 1965*).

Esta premissa conciliar é um dos elementos da reforma que se afigura mais inovador e exigentes para a arquitetura na medida em que tem que favorecer a relação entre as pessoas e as diferentes funções, nomeadamente, aquando das deslocações dos fiéis, de e para o presbitério, onde o altar e ambão ganham ênfase pela colocação central a eixo.

As três obras em estudo comprova essa mesma intenção, quer por parte dos autores, quer pelo celebrante, quer pela comunidade eclesíástica inquirida (ver resultados-quadro resumo).

Apesar de no estudo de caso 1 (EC1) haver referência às escadas do presbitério, como sendo contraproducentes em relação à participação, a mesma inadequação sucede no estudo de caso 2 (EC2) em relação à tribuna, não permitindo que aquelas pessoas que se reúnem se sintam em condições de a fazer, normalmente, devido à descontinuidade funcional desta em relação ao presbitério. No EC3 não se comprova qualquer dificuldade no respeitante a esta temática.

Não é alheio a esta participação ativa, o sentido retangular e simétrico do espaço celebrativo (Fig. 120), conjugado com o presbitério elevado e central na composição das três igrejas em estudo, como sendo a conceção espacial mais adequada e facilitadora que, na ótica dos autores, melhor responde a esta premissa de aproximar clero e fiéis na participação eucarística.

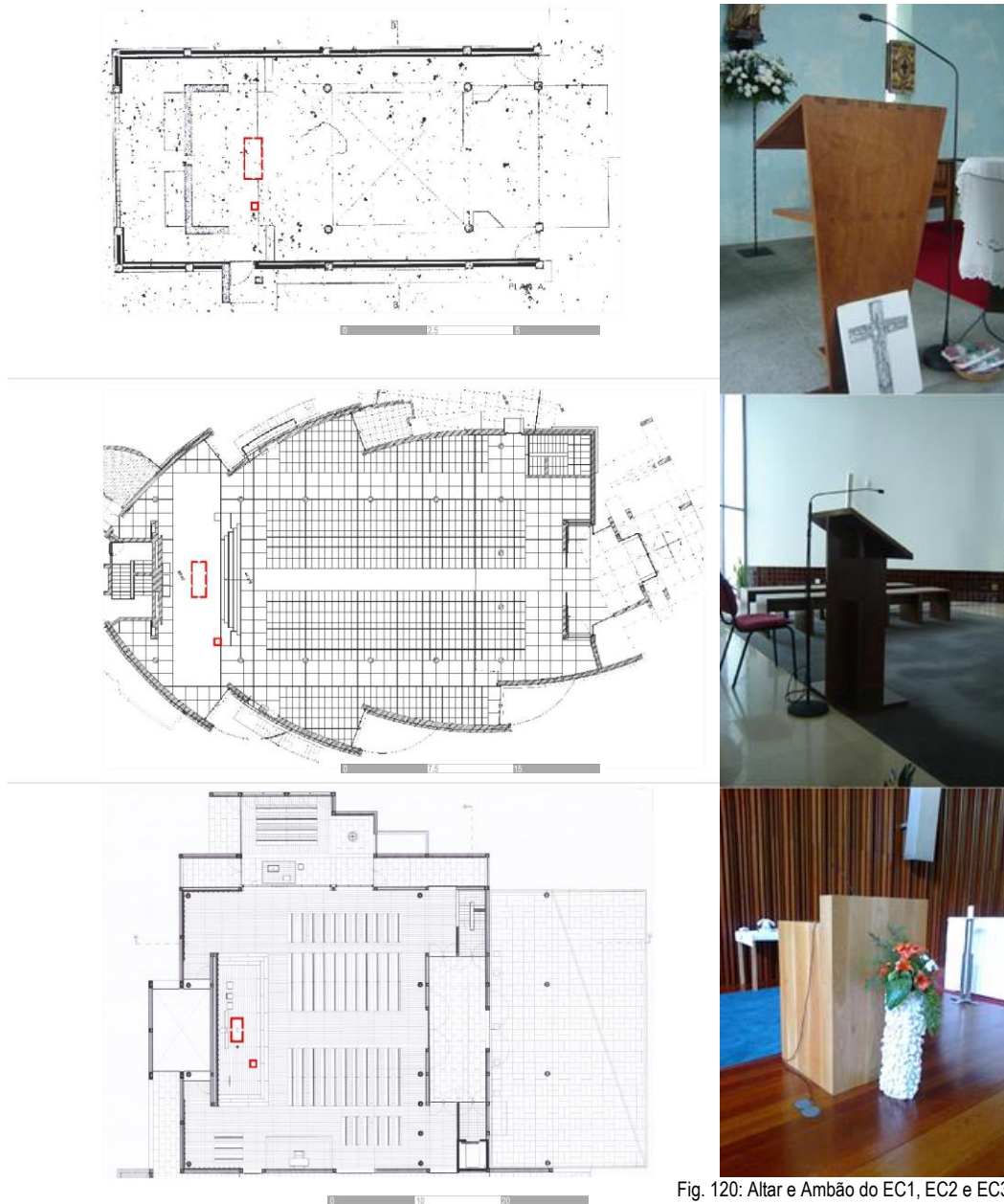


Fig. 120: Altar e Ambão do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Sentido retangular e simétrico do espaço celebrativo, onde o altar e ambão ganham ênfase pela colocação central a eixo.

3.2.1.2 - Assembleia

O lugar dos fiéis – assembleia - representa o corpo eclesial e este deverá ser disposto de modo a permitir participar devidamente nas celebrações sagradas com a “vista e com o espírito” (art.º 311, doc. 2). No primeiro ponto referido anteriormente, a vista, comprova-se que esta não está assegurada em ambos os casos. Apesar de no EC1 e o EC2 a geometria compositiva da nave central ser definida por pilares exteriores, só no segundo, esse facto interfere na visão para o presbitério, podendo, desta forma, ser considerada uma inadequação do edifício. No EC3 não existe nenhuma dificuldade na comunicação visual da assembleia em direção ao presbitério.

No segundo ponto, na participação com o espírito, todos os sentidos entram na participação litúrgica e, neste sentido, se a questão física não for a idónea, a componente espiritual também o refletirá. Assim, através da informação obtida por entrevistas, em relação aos três estudos de casos, somente no EC1 foram referidas incomodidades acústicas provocadas, neste caso pelo ruído da proximidade da linha férrea. Esta incomodidade foi referida quer por parte do celebrante quer por parte da comunidade, sendo estas comprometedoras da natureza celebrativa, nomeadamente, nas orações, cantos, louvores, entre outras.

O facto do edifício do EC1 ser de construção e tecnologia menos evoluída, comparativamente com o EC2 e EC3, poderá ser o motivo para tal inadequação, que não se comprova nos restantes dois casos.

Comparativamente, a distribuição planimétrica da assembleia é, aproximadamente, um quadrado nos três casos, tratando-se de um espaço configurado em duas dimensões semelhantes, conferindo à assembleia uma grande unidade e uma ausência de hierarquização, unificando-a e democratizando-a, como se comprova nas plantas anexas (Fig. 121). Funcionalmente, cada espaço, pouco a pouco, constrói a sua própria identidade como espaço de culto ao serviço da participação comunitária.

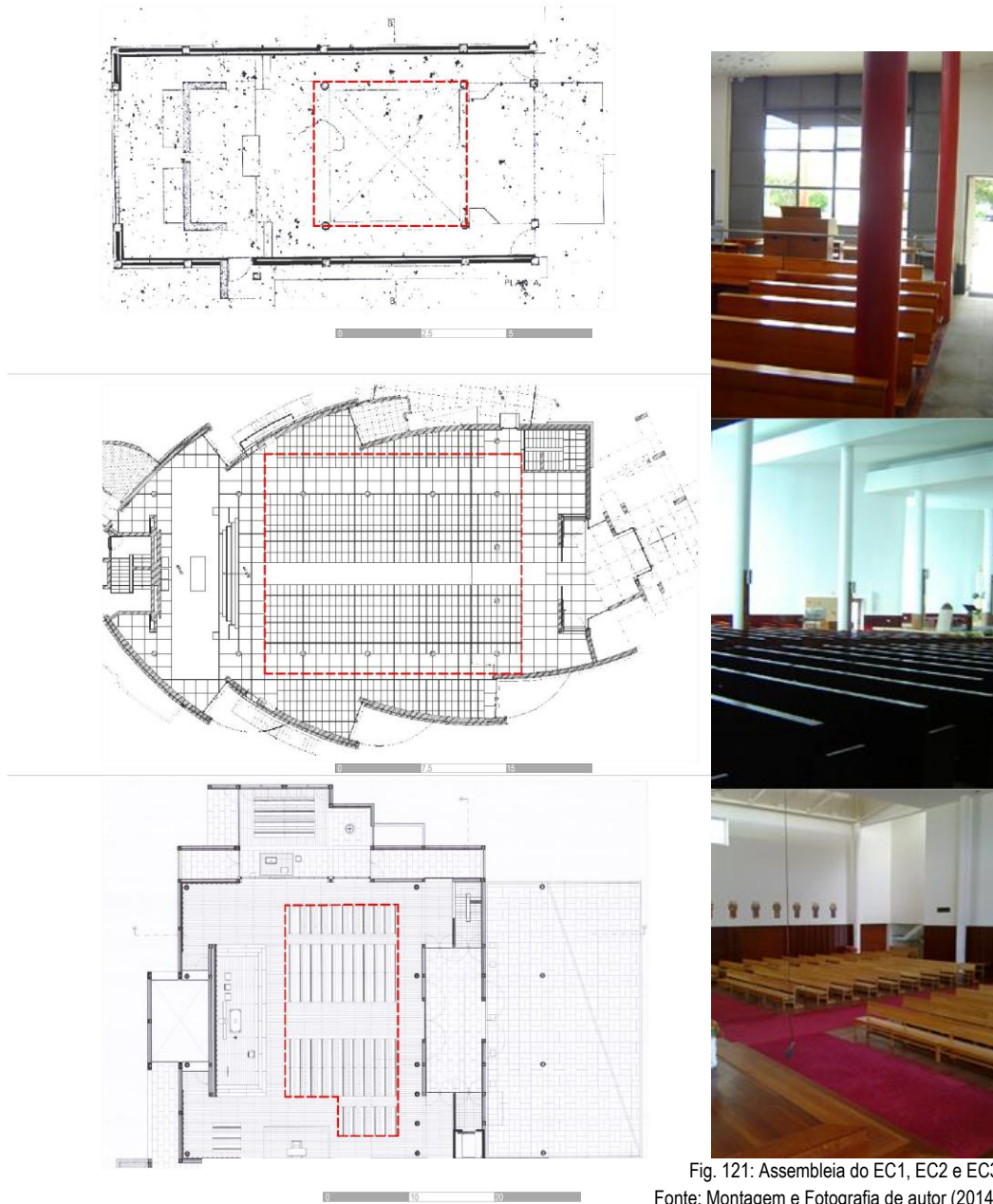


Fig. 121: Assembleia do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

A distribuição planimétrica da assembleia é, aproximadamente, um quadrado nos três casos, conferindo à assembleia uma grande unidade e uma ausência de hierarquização.

3.2.1.3 - Batistério

O art.º 99 do doc. 3 refere que o batistério deverá “ser um lugar apto para celebrações comunitárias”, assim, e não estando em causa a premissa nuclear desta norma – as celebrações comunitárias - os três autores tiveram, igualmente, três interpretações diferentes para a mesmo item, apontando, desta forma que “a liturgia católica é uma ‘linha’ que deveremos seguir, mas que deixa espaço para o debate“ (Valdemar, comunicação pessoal, 21 de outubro, 2014), pelo que todas cumprem com as normas litúrgicas renovadas.

Assim sendo, no EC1 o batistério encontra-se junto ao presbitério, estabelecendo estreita relação com a assembleia, estando à mesma cota desta em franca comunicação; no EC2 este encontra-se no próprio presbitério, numa solução pouco usual, mas que teologicamente pode ter a leitura de equilíbrio sacramental, partilhando o mesmo espaço vital da igreja; por último, no EC3, foi criada uma capela batismal, como sendo a melhor solução que serviria os interesses da comunidade. Relativamente aos três casos gerou-se um ambiente que favorece a participação.

Todas estas soluções apresentam vantagens e desvantagens do ponto de vista litúrgico, por exemplo: permitir ou não uma procissão; permitir ou não mobilidade da pia; permitir ou não uma cerimónia privada; ser um conceção conservador ou inovadora; entre outros. Cabe a quem projeta defender, teologicamente, a opção seleccionada, e de que forma esta melhor se adequa à comunidade que serve, sendo este o requisito último de cada proposta – servir.

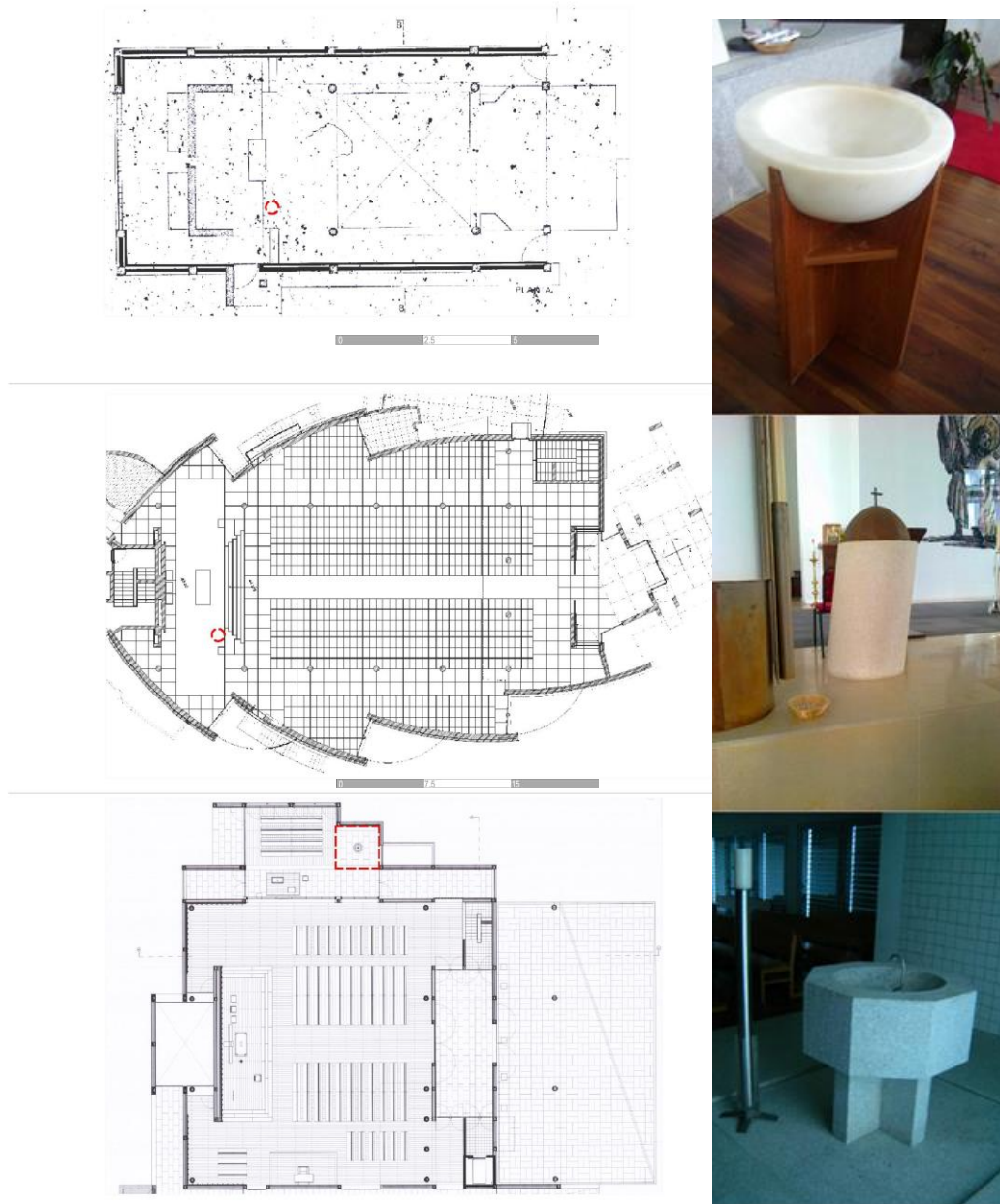


Fig. 122: Batistério do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Três interpretações diferentes para o mesmo item: no EC1 o batistério encontra-se junto ao presbitério, no EC2 este encontra-se no próprio presbitério e no EC3 foi criada uma capela batismal.

3.2.1.4 - Coro

O art.º 312 do doc. 2 (ver anexo 2) refere claramente que ao “coro deve destinar-se um lugar que manifeste claramente a sua natureza, como parte da assembleia dos fiéis”. Neste sentido, à semelhança do ponto anterior, também os autores tiveram leituras e interpretações distintas na localização do mesmo, verificando-se nos três casos, o coro atrás, na lateral e à frente da assembleia (Fig. 123), respetivamente.

Atualmente, a música é um elemento integrante da ação litúrgica, mas a união entre o respetivo coro e assembleia ainda não é feita como total adequabilidade nos três estudos de caso. Se no EC1 e no EC2 a solução está bem inserida na composição litúrgica e a sua interação com a assembleia é equilibrada completando a organização litúrgica, no EC3 o exagerado protagonismo visual que o coro detém é contra produtora no desenrolar da celebração, tendo em conta que a sua colocação deve ser de modo a que se faça ouvir sem incomodar quem o escuta e também quem o vê, nomeadamente com movimentações, gestos, palavras ou conversas durante a celebração. Esta situação é inevitável que ocorra neste último caso, pelo facto deste se encontrar no campo visual do presbitério, rivalizando, até, com a centralidade do altar. Este coro apresenta-se na celebração com uma organização e montagem que dá a ideia de atuação, sucesso este que, teologicamente deve ser evitado.

De referir a colocação do órgão junto do coro, mas na lateral do espaço celebrativo, esta opção está correta e, nos três casos, confirmada.



Fig. 123: Coro e Órgão do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Três localizações diferentes para o coro, tendo em comum a articulação do órgão com o espaço celebrativo.

3.2.1.5 - Ornamentação

Em relação às imagens sagradas, “o cuidado de não aumentar exageradamente o seu número e que a sua disposição se faça na ordem devida, de tal modo que não distraiam os fiéis da celebração” (art.º 318 do doc. 2) e em relação aos altares laterais, “que sejam poucos” e de preferência “colocados em capelas separadas” (art.º 93 do doc. 3), a figura presente na página seguinte é elucidativa desse despojamento ornamental, constatando-se que a norma eclesial referente às imagens e altares laterais, e a sua presença é, praticamente, inexistente nos espaços celebrativos em causa. Nos três casos, verifica-se nos paramentos interiores uma efusiva visualidade branca e lisa, no sentido de enfatizar o íntimo recolhimento.

Note-se, no entanto, a presença no EC3, de pequena iconografia, representativa da via-sacra, que preenche o paramento periférico de forma discreta e comedida, não sendo identificável pela comunidade como foco perturbador da atenção requerida pela celebração. Neste caso não pode ser considerada como mero enfeite ornamental, mas como elementos religiosos que ajudam a compreender o mistério celebrativo que aí acontece.

A própria comunidade inquirida atesta este despojamento ornamental que as igrejas em causa oferecem (ver entrevistas nos anexo 4.4.1, 5.4.1 e 6.4.1), prevalecendo uma clara sobriedade decorativa, estando, neste aspeto, concetualmente alinhadas com a diretriz conciliar.

Nesta singeleza que nos remete para o essencial do espaço, os autores tocam as mais profundas recomendações pós-conciliares, pondo em claro manifesto a sua justa interpretação, que os mesmos fazem, dos documentos que regem a atividade religiosa católica. A beleza plástica da ornamentação é indispensável na mensagem eclesiástica da Igreja, e sua utilização é compatível com a nova liturgia.

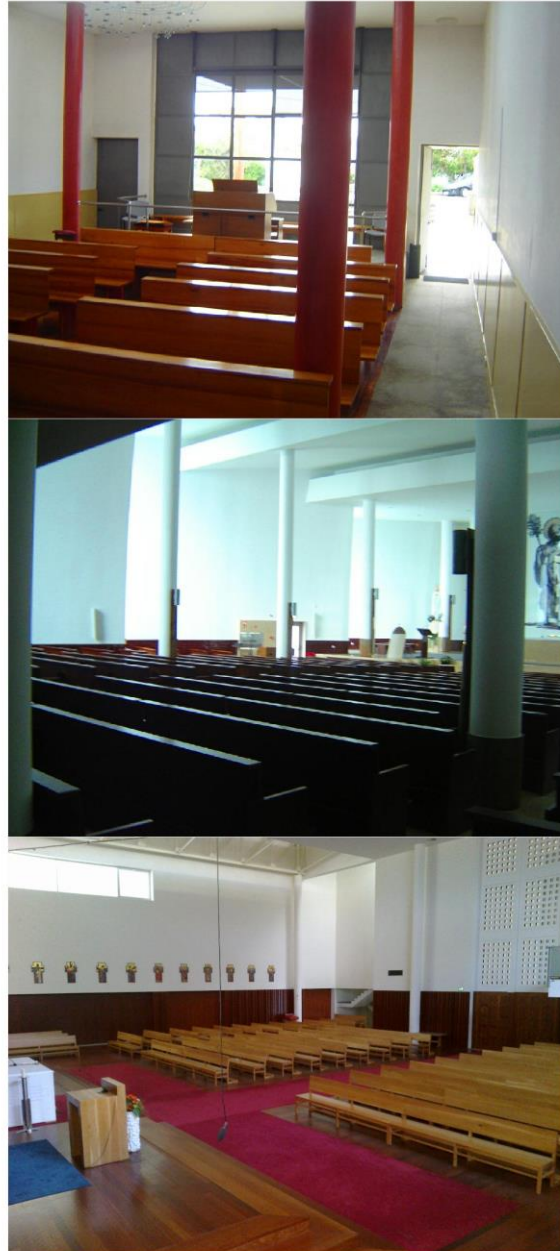


Fig. 124: Ornaentação do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Prevalece uma clara sobriedade decorativa, numa efusiva visualidade branca e lisa.

3.2.2 - Espaço Litúrgico (geral) – Comodidade

3.2.2.1 - Mobilidade

O espaço religioso deve “contribuir para a conveniente comodidade dos fiéis, como se faz habitualmente nos lugares onde o povo se reúne (art.º 293, doc. 2), sendo este um aspeto aferido e verificável nos casos apresentados.

Os edifícios estudados estão adequados às exigências comunitárias, através do dimensionamento de espaços de circulação generosamente propostos (Fig. 125), assim não se registaram pareceres desfavoráveis, por parte dos intervenientes.

Referir, somente, no EC2 a ‘tribuna’ como um local cujo acesso é menos facilitado, nomeadamente, para as populações mais idosas, pelo facto de ter de se vencer dos lanços de escadas, para se aceder ao local, e as comunicações mecânicas (elevador) para o mesmo são inexistentes.

Verifica-se, nos três casos, a presença de circulações periféricas, em toda a nave central, e uma comunicação no eixo do espaço, que nos EC2 e EC3 une a entrada principal com o presbitério – corredor processional - e no EC1 permite uma maior fluidez do espaço, situada entre os bancos dos fiéis.

Os bancos, corridos, singelos e de madeira estão dispostos, nestas áreas, em fileira dupla e longitudinalmente no espaço, dispostos frontalmente ao altar e paralelos ao eixo processional. O corredor central é contínuo e sem cruzamentos perpendiculares, resultando, assim, num espaço destinado para os bancos, dividido em duas fileiras, no EC1 e em quatro fileiras extensas, no EC2 e EC3, respetivamente.

Tanto o celebrante, no que diz respeito à área disponível para circulação no presbitério, como a comunidade de fiéis em relação à área disponível na nave, respondem positivamente às questões de mobilidade e circulação, em todo o espaço celebrativo, sendo a inclinação do pavimento indiferente nesta apreciação, conformando um legítimo local de reunião, de alento tradicional.

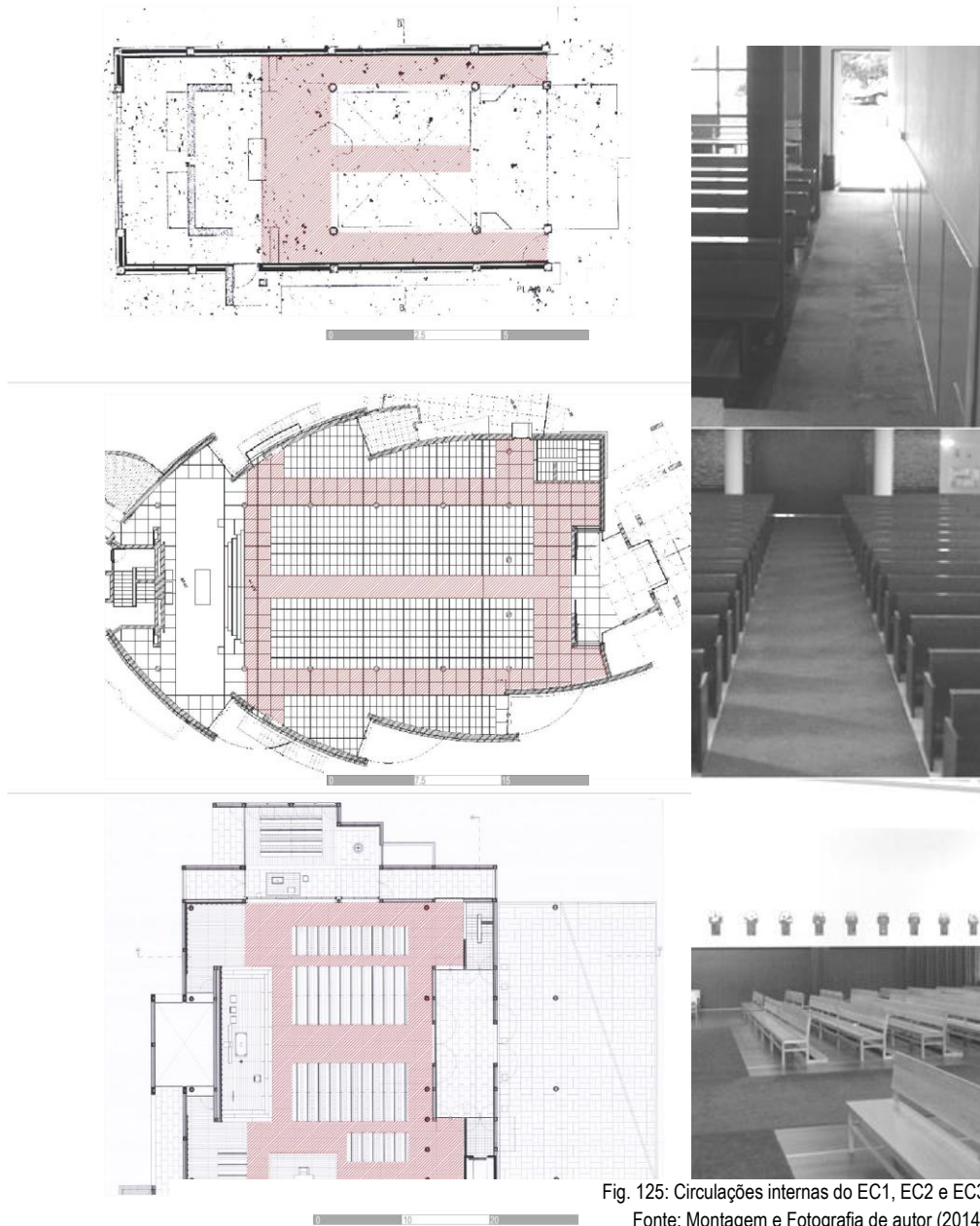


Fig. 125: Circulações internas do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Circulações periféricas, em todas as naves central, com uma comunicação no eixo do espaço.
Dimensionamento amplo das circulações propostas.

3.2.2.2 - Comunicação

É notório o aumento dos níveis de comodidade, conforme a construção dos edifícios em estudo são mais recentes, favorecendo a comunicação física, psicológica, acústica, auditiva e outras, indispensáveis à verdadeira 'aproximação' que se deseja com esta nova liturgia. As comunidades inquiridas e respetivos celebrantes, reconhecem que tais níveis de conforto e/ou comodidade são compatíveis com as celebrações que aí se desenvolvem.

Em relação à questão física, a comunicação é feita de forma natural e eficaz, contribuindo nesta circunstância, a conceção arquitetónica de aproximar o altar da assembleia, sem exageros. Realça-se o desenho simples dos bancos, onde a madeira é o único elemento na sua composição, verificando-se no EC1 a ausência do genuflexório no seu desenho, sendo este um aspeto desconforme teologicamente. Quanto à cadeira do presidente "deve, porém, evitar-se todo o aspecto de trono" na sua localização e características, constata-se essa situação nos casos estudados, como se pode comprovar pela sua simplicidade formal e compositiva (Fig. 117), sem tirar, desta forma, protagonismo ao celebrante.

A ausência de grades ou outro elemento físico que 'separe' o presbitério na nave permite a comunicação psicológica, que se verifica nos três casos em estudo, onde os degraus de acesso ao presbitério resolvem o isolamento necessário do mesmo.

Em relação à comunicação quer acústica quer visual, apesar de não serem demasiado significativas as suas deficiências no desenrolar da celebração, há registos de inadequações destes parâmetros em certas igrejas. Neste sentido, o EC1 apresenta uma boa visibilidade, e uma deficiente acústica; no EC2 regista-se, exatamente o inverso, tendo uma boa acústica e uma reduzida visibilidade em determinadas zonas do espaço; somente no EC3 não se regista nenhuma inadequação nestes dois parâmetros de análise, quer no campo visual quer no acústico.

A pesquisa demonstra que uma deficiente comunicação é motivo de descontentamento por parte da comunidade, traduzindo-se numa inadequação do espaço em causa. Neste contexto, só o EC3 cumpre o requerido.

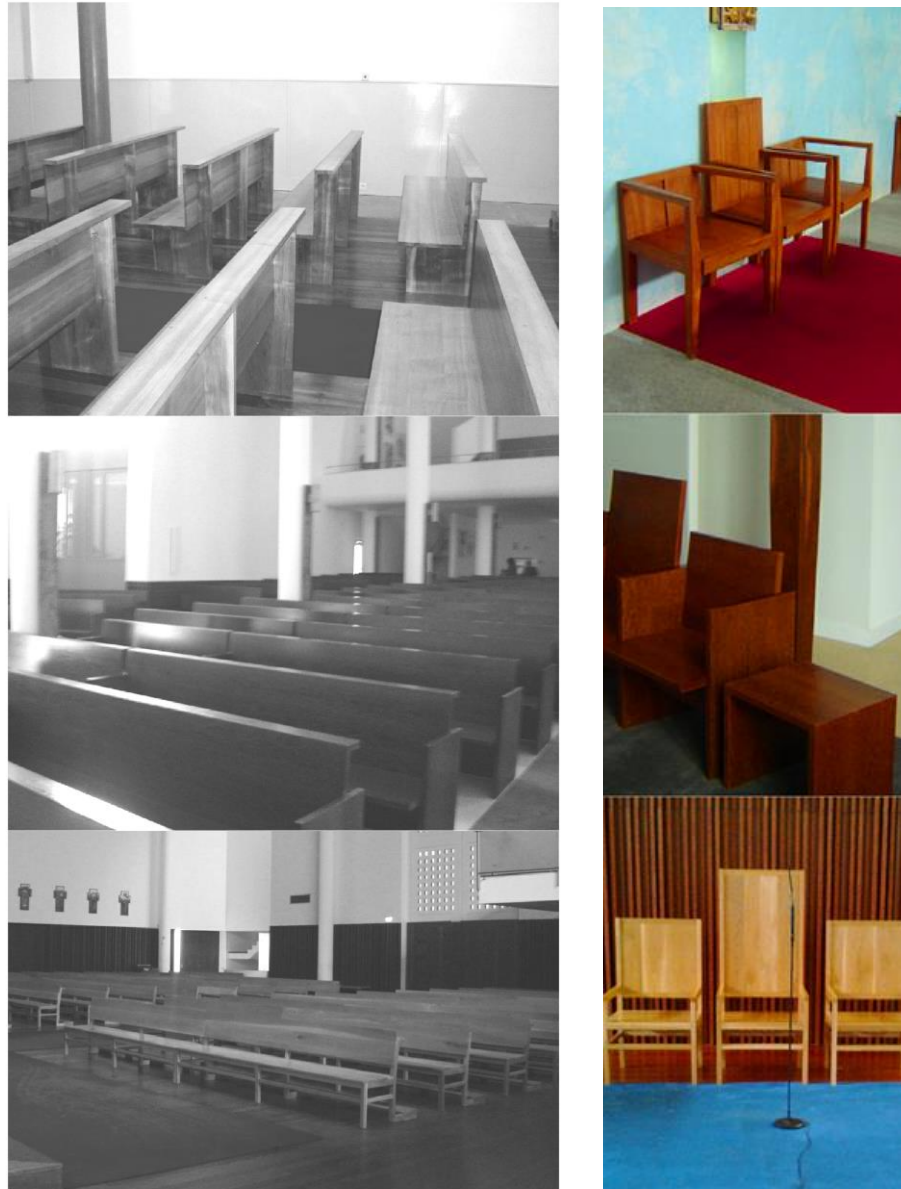


Fig. 126: Bancos do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

A comunicação é feita de forma eficaz e funcional, contribuindo nesta circunstância, a conceção arquitetónica de aproximar o altar da assembleia, sem exageros. Realça-se o desenho simples dos bancos, onde a madeira é o único elemento na sua composição.

3.2.3 - Espaço Litúrgico (presbitério) – Centralidade

3.2.3.1 - O Presbitério

O altar, “pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções de toda a assembleia dos fiéis” (art.º 299, doc. 2), neste sentido, a centralidade, e não tem que ver com a centralidade geométrica, mas com a perspectiva resultante da convergência visual, que enfoca o altar, surge, nestes casos em estudo, de uma organização basilical, longitudinal. O altar aparece no eixo, sendo o elemento axial que define e orienta o espaço, com ou sem obstáculos no espaço celebrativo, havendo uma ênfase do eixo longitudinal que potencia esse efeito de realidade comunicativa, como sendo o centro de ação de graças – a Eucaristia.

Elevado por escadaria, o seu desnível varia entre três no EC3 e cinco degraus no EC2, do plano da nave, intensificando-se como centro da organização. Essa centralidade, no EC1 é acentuada por luz artificial de néon e as tonalidades azul celeste das paredes do altar, no EC2 é pela presença lumínica, natural e intensa com que realça o conjunto, numa ordem decrescente de altura em relação ao mesmo e no EC3 por uma iconografia de grandes dimensões, simples e austera.

Como se comprova, essa centralidade é abordada de diferentes perspectivas pelos autores, mas cujos pontos comuns se prendem com o facto de se pretender potenciar a convergência visual na direção deste, recorrendo a diversas soluções.

Neste estudo, o altar localiza-se oposto à entrada, em templos de geometria básica, acessível em vários pontos do perímetro, onde a assembleia se organiza em torno do mesmo.

Os demais elementos participantes na liturgia relacionam-se com ele em ordem decrescente de significado, hierarquizando, desta forma, a importância e a prevalência dos elementos compositivos no espaço litúrgico.

Estas formas centradas presentes no retângulo basilical, comum nos três casos, enfatizam a estrutura no interior, ordenando-o visualmente, potenciando o olhar dos fiéis em direção ao mesmo e, simultaneamente, aproximando-o da congregação. Tal articulação e distribuição dos elementos têm o justo reconhecimento das três comunidades eclesiais inquiridas.

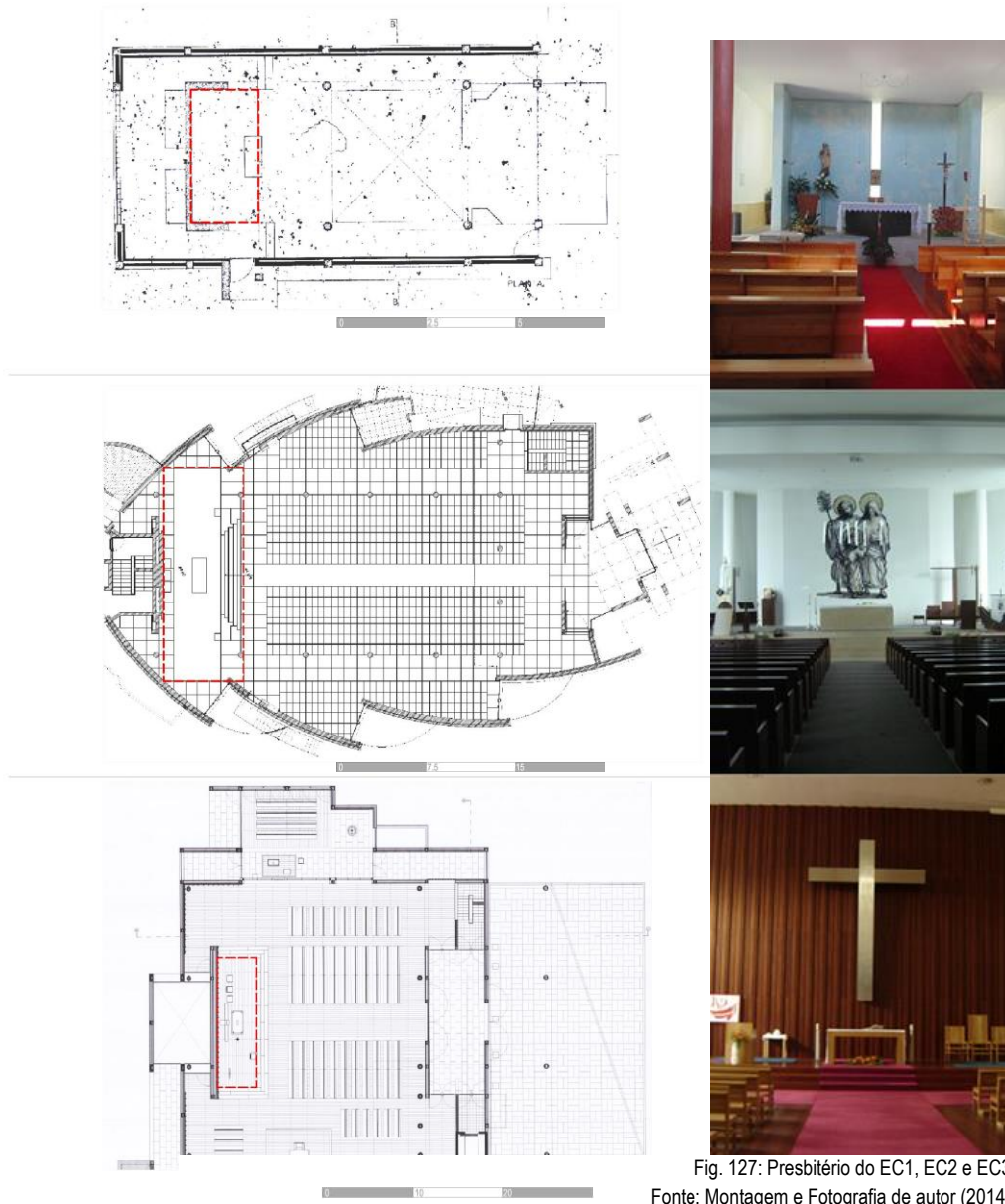


Fig. 127: Presbitério do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Elevado por escadaria, o altar aparece no eixo, sendo o elemento axial que define e orienta o espaço, sendo a sua centralidade garantida de diferentes formas nos três casos.

3.2.3.2 - Altimetria (presbitério)

“O presbitério é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial” (art.º 295, doc. 2). Como se verifica nas plantas em anexo, é precisamente essa situação a existente nos três casos apresentados nesta pesquisa (Fig. 128), manifestando a correta interpretação dos documentos.

No EC1 há o registo do celebrante que refere um excessivo desnível entre a cota do presbitério a assembleia, que segundo ele o distancia muito da mesma, sendo uma situação desaconselhada. Neste caso, a escadaria é lateral, potenciando que a mesa eucarística, colocada a eixo do espaço, destaca todo o desnível produzido, ganhando realce no conjunto.

No EC2, a cota do presbitério é igual à da entrada no templo, mas devido à inclinação da assembleia na direção do altar, surgem, no limite desta, cinco degraus, centrais no espaço de acesso, já no EC3 a elevação do presbitério é garantida pela existência de três degraus em todo o perímetro do mesmo, facilitando a comunicação deste através de diversos pontos com a assembleia.

Comprova-se o cumprimento de ‘elevar’ o presbitério nos três casos em estudo, mas a abordagem foi diferente para a execução desta normativa, realçando desta forma, a importância da ação que aí se realiza – presença divina - e a sua íntima relação com a comunidade presente.

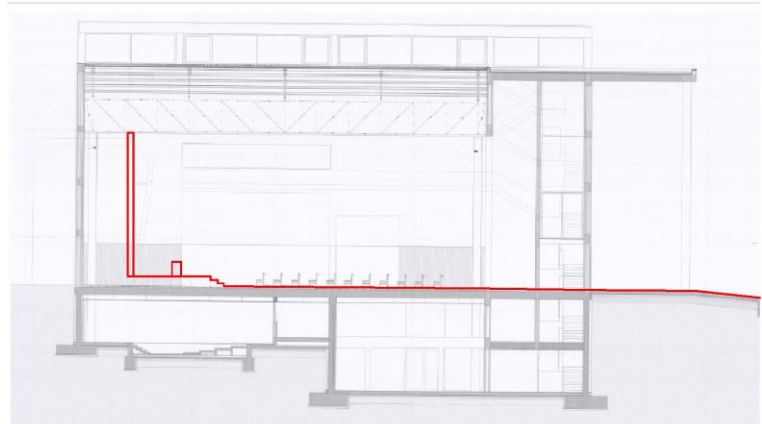
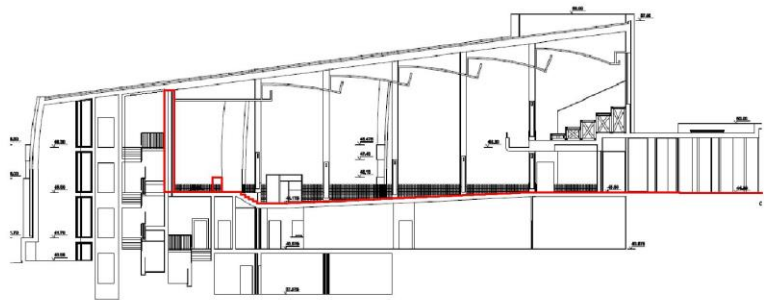
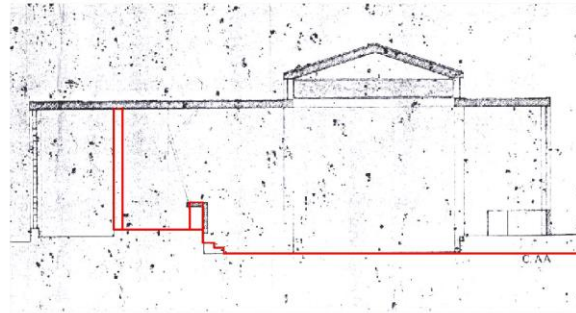


Fig. 128: Presbitério (altimetria) do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Comprova-se o cumprimento de 'elevar' o presbitério nos três casos em estudo, mas a abordagem foi diferente para a execução desta normativa.

3.2.3.3 - Sacrário

O tabernáculo ou sacrário “pode colocar-se: a) ou no presbitério, fora do altar da celebração, b) nalguma capela adequada à adoração” (art.º 315 do doc. 2), nos três casos em estudo constatam-se diferentes concepções para esta norma.

No EC1 este elemento compete com o altar na centralidade, que a liturgia renovada não lhe outorga, encontrando-se na abertura de luz existente ao centro da parede no presbitério, sendo este o ponto vital de toda a celebração. No EC2 localiza-se no presbitério mas na lateral do mesmo, em claro cumprimento normativo, já no EC3 está fora do presbitério, no espaço destinado à assembleia (Fig. 129) em sincera relação com os fiéis e organicamente ligado ao altar.

Como se comprova, a alínea a) é garantida e acatada nestes casos, mas o mesmo não se verifica quanto ao cumprimento da alínea b) - oração individual - que somente no EC3 o autor esboça uma suave intenção em fomentar essa vontade conciliar – a adoração - no recato e recolhimento. Nos demais casos, essa premissa é descurada na concepção do espaço celebrativo, no entanto, no EC1, a posição central, que o mesmo ocupa no presbitério é contraindicada, visto que aquando da elevação do celebrante, este fica encoberto, sendo este facto reportado pelos fiéis como inadequado.

Este elemento, que caracteriza profundamente o catolicismo, merece uma atenção especial na sua localização. Comprova-se nesta análise que a situação no EC1 não é de todo favorável com as normas pós-conciliares e, nos restantes casos, verifica-se o cumprimento das mesmas, apesar das diferentes concepções previstas nas normas supra citadas, assim sendo, as outras situações enquadram-se no espírito da reforma religiosa abordada nesta pesquisa.

Realça-se, neste estudo, a estética e a sumptuosidade da peça artística que compõe o sacrário, relevante ao seu necessário destaque, sendo esta a comprovação de um aumento das possibilidades artísticas que esta reforma prevê.

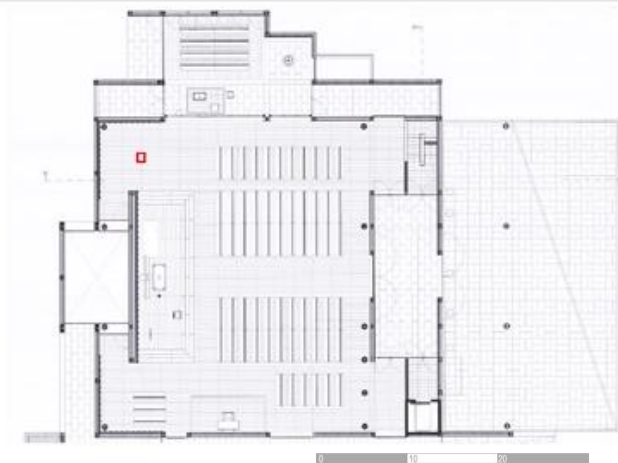
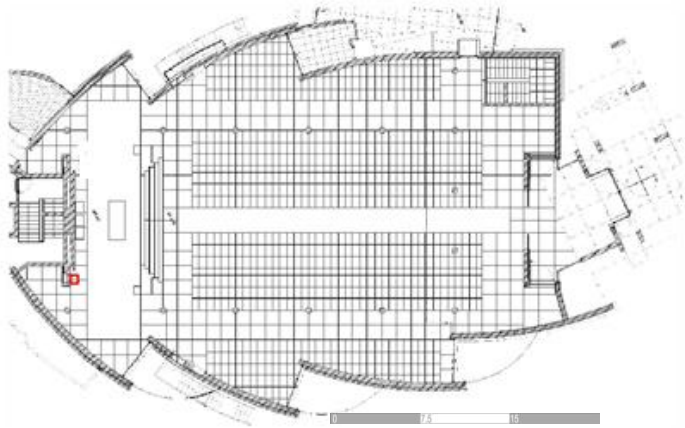
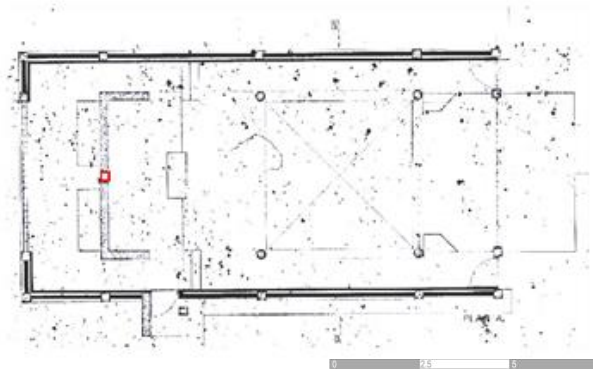


Fig. 129: Sacrário do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Diferentes localizações mas, a mesma estética e sumptuosidade da peça artística que compõe o sacrário, relevante ao seu necessário destaque.

3.2.4 - Espaço Litúrgico (simbólico) – Reunião

3.2.4.1 - Conceção

Um edifício sagrado, na sua disposição geral, deve reproduzir “de algum modo a imagem da assembleia congregada” exprimindo uma “estrutura hierárquica” (art.º 294, doc. 2). Através da análise documental, entrevistas e demais ferramentas de pesquisa que constituem este estudo, é notório que esta intenção – reunir - está contemplada nas obras em causa, e também se confirma quer pelos celebrantes quer pelos fiéis inquiridos para o efeito (ver entrevistas em anexo), evidenciando uma unidade concetual tanto de cariz espiritual como espacial.

Somente no EC2 poderá ser considerada uma certa fragmentação do espaço celebrativo, que compromete essa unidade desejada, pelo facto deste se encontrar, fisicamente separado, quer ao nível assembleia, pelo alinhamento de pilares estruturais exteriores que compartimentam o espaço, quer pela tribuna no piso 1, que compromete que toda a assembleia seja, verdadeiramente una. No EC1 e EC3, constata-se, no geral, que a arquitetura favorece o conceito de assembleia congregada e não de grupos separados (Fig. 130), promovendo essa vontade comunitária e colaborando para esse desígnio, indo desta forma ao encontro das exigências teológicas pós-conciliares.

No EC2 e EC3, a conceção de reunião ultrapassa as questões meramente litúrgicas do espaço de culto, acrescentando os edifícios em causa dependências que dão resposta às diferentes necessidades de reunião que a comunidade requer, nomeadamente, salas para assembleia comunitárias e reuniões paroquiais, valorizando, assim, esta premissa teológica.

Nos três casos em estudo é utilizado como modelo organizativo do espaço litúrgico a planta basilical, sendo, segundo diversos teólogos, a que está mais de acordo com a conceção judeo-cristã do templo, comprovando-se, nestes casos, a sua funcionalidade, enquanto potencializadora dessa unificação requerida, que através do cuidadoso controlo da luz e da seleção dos materiais, garante uma gradação hierárquica dos espaços e uma correta distribuição dos elementos compositivos, manifestando a sua adequabilidade enquanto espaço celebrativo comunitário.

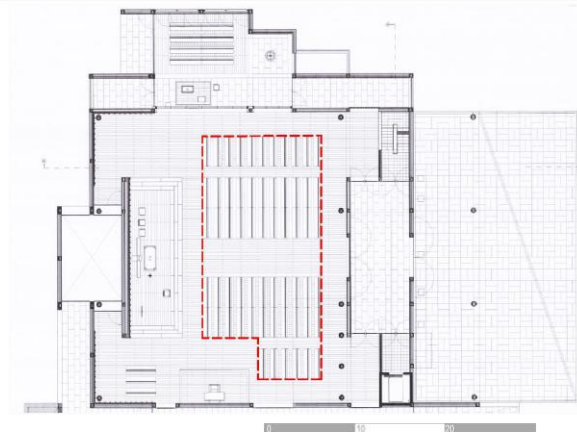
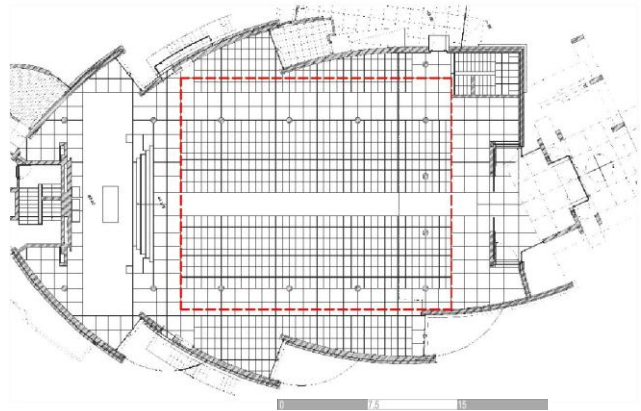
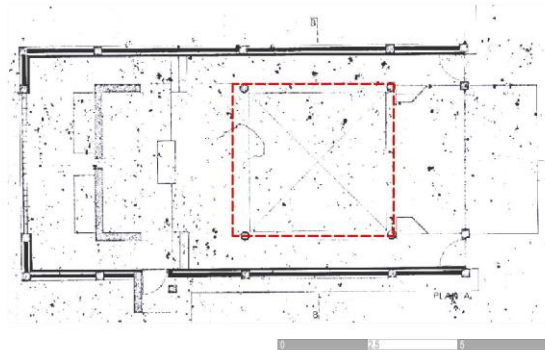


Fig. 130: Conceção da assembleia do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Modelo organizativo do espaço litúrgico - a planta basilical - potencializadora dessa unificação.

3.2.5 - Espaço Litúrgico (simbólico) – “chamamento”

3.2.5.1 - Entrada (Portal)

No 1º e 2º art.º do doc. 1 (ver anexo 1) é referido que esta nova liturgia pós-conciliar serviria para “contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”, neste sentido, todos os estudos de caso apresentados contêm marcações simbólicas que caracterizam a natureza do edifício no tecido urbano, nomeadamente, na entrada, que sendo feita de forma diferenciada em ambos os casos, apresenta pontos comuns.

O acesso ao templo, cuja função é acolher, preparar, informar, faz-se de uma forma gradual, tanto por portadas bem marcadas, quer laterias (EC1) ou pela tradicional porta central. Esta última, no EC2, encontra-se recolhida por num pequeno pórtico presente no átrio e alinhada com a fachada no exterior no EC3 (Fig. 131), ambas entradas estão em eixo com o altar. Salienta-se, a inusitada dimensão que se observa no portal do EC3, como uma reinterpretação dos elementos religiosos utilizados nas construções monumentais do medievo, marcando a solenidade do edifício, enquanto nos restantes casos prevalece uma escala humana da mesma.

Todo o acesso ao templo faz-se, igualmente, nas três obras analisadas, na imediata sequência do adro, sendo este elemento proposto em todos os programas funcionais, concebidos de forma diferente mas que possuem uma conceção semelhante na sua criação, reavendo e reintegrando, desta forma, elementos tradicionais na tipologia religiosa atual.

A porta, como elemento físico que separa o mundo profano do mundo sagrado, teve a justa interpretação, face à conceção proposta e à comunidade em causa. Precedida por nártex, ou não, a sua articulação e relação com os demais elementos é correta, e em ambos os casos a sua conexão com a envolvente é harmoniosa.

Note-se, no entanto, a ausência de portas de emergência no EC1, que na data de licenciamento não eram obrigatórias, mas que são de todo imprescindíveis em recintos públicos que congreguem muita população, contudo verifica-se a sua existência no EC2 e EC3.

De forma geral, a comunidade reconhece uma certa atratividade pelos edifícios, seja por que motivo for, e independentemente da causa, a arquitetura, na medida em que trata da beleza e funcionalidade do espaço litúrgico, pode contribuir para a beleza e qualidade da liturgia e para o bem-estar dos que celebram e, por isso, indiretamente pode contribuir para esse objetivo – o chamamento, sendo este um anúncio permanente de religiosidade.

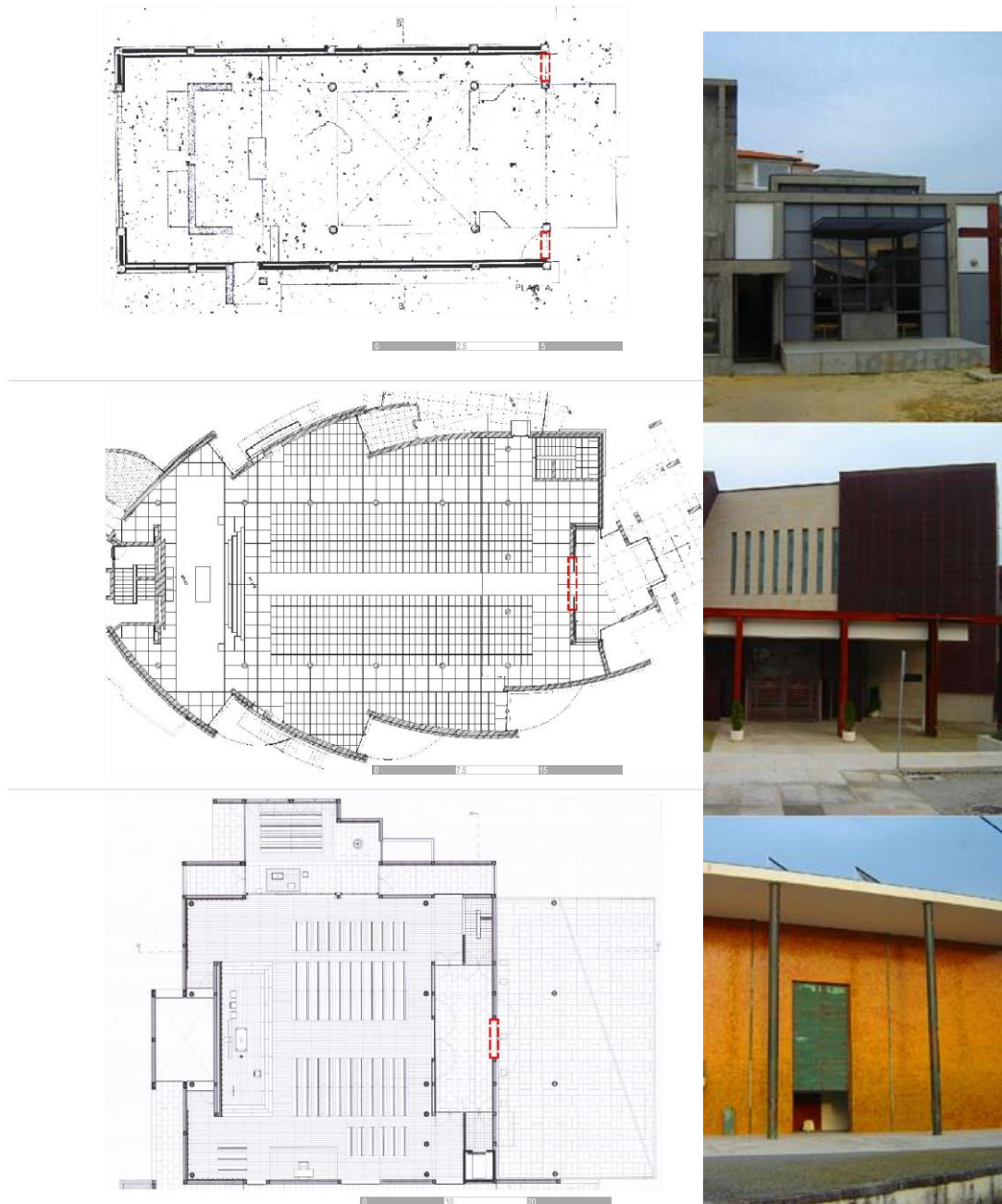


Fig. 131: Entrada do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Portadas bem marcadas, quer laterais ou, pela tradicional, porta central, tendo como elemento comum, o acesso ao templo na imediata sequência do adro.

3.2.5.2 - Programa

Nesta análise verifica-se que a finalidade programática do edifício religioso atual ultrapassa a exclusividade das celebrações litúrgicas, estando, atualmente a igreja inserida num edifício que alberga várias valências sociais de apoio à comunidade eclesial local. Esta conceção é tão mais notória, quanto mais recente é o ano da construção do edifício em causa.

À exceção do EC1, onde o edifício foi concebido, exclusivamente, para as celebrações eclesiais ordinárias, o EC2 e o EC3 comportam programas multifuncionais extensos, albergando por exemplo um lar, salas de catequese, auditórios, salas de convívio, entre outros. sendo esta conjugação de valências, o primeiro 'chamamento' para que a comunidade se aproxime e se enraíze do espaço religioso em causa.

Nas três obras, pode-se igualmente comprovar a existência de marcações simbólicas com expressões arquitetónicas, nomeadamente a introdução de galerias exteriores ao edifício, adossadas ao mesmo (Fig. 132), num claro gesto de reinterpretação e reintegração de elementos compositivos das tradicionais formas de construção de templos e que manifestam uma notória intenção de 'chamar' a comunidade a partilhar o espaço, mesmo fora do âmbito celebrativo.

Esta multifuncionalidade destaca a importância que as novas construções religiosas detêm nas relações sociais e a complexidade programática que, cada vez mais, se adequa às necessidades da comunidade.

As comunidades inquiridas, onde esta situação se verifica (EC2 e EC3), apontam o propósito destes serviços serem o motivo pela primeira aproximação da comunidade de fiéis ao espaço religioso.



Fig. 132: Programa do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Multifuncionalidade do programa e a existência de marcações simbólicas com expressões arquitetônicas, nomeadamente a introdução de galerias exteriores.

3.2.5.3 - Iconografia

“Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado” (art.º 292, doc. 2), neste sentido os edifícios em estudo, comportam uma intensa simbologia, quer explícita (iconográfica), quer concetual (programática), que seguidamente se descreve.

Esta questão da simbologia e iconografia que atualmente os edifícios religiosos detêm, ou não, foi uma das primeiras interrogações que surgiram no início desta pesquisa. A própria conceção do espaço religioso foi profundamente alterada pelas diretrizes emanadas do Concílio Vaticano II, concretamente no respeitante ao “valor artístico autêntico” das obras de arte sacra (art.º 289 do doc. 2) como um pilar fundamental desta nova liturgia, onde cada elemento litúrgico expressa a comunicação com o sagrado, através da sua carga simbólica.

Tudo na igreja é funcional e simbólico, nesse sentido, os autores referem a introdução de marcações simbólicas nas igrejas projetadas para justificar a conceção das mesmas, por exemplo no EC1 é referido pelo autor que: “o tema deste edifício é a ‘assembleia’” ou que “é um edifício muito austero e económico, uma arquitetura muita ‘chá’ (...) a Igreja não tem que se afirmar pela riqueza”, ou salienta a “forma de abrir o edifício” ou mesmo que “a composição geométrica do edifício é o quadrado e também a proporção ‘raiz de dois’, que era considerada sagrada”, presente na obra (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014). Estas citações são alguns dos exemplos mencionados pelo autor, que o celebrante e a comunidade eclesial também reconhecem com as seguintes expressões: “o edifício é uma presença, um chamariz” ou que “o rasgo na parede do sacrário lembra o infinito” e também que “a luz que vem de cima e não de lado” (comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014), e o mesmo protótipo compositivo se verifica em relação ao EC2 e EC3.

Sendo a iconografia um elemento simbólico e de inestimável valor, foi, sem dúvida, um ponto da investigação no qual havia um especial interesse em conhecer os resultados desta pesquisa. Assim sendo, estes indicam que os três edifícios estudados refletem uma carga simbólica de cariz religioso e concetual, inusitada e até surpreendente, denotando, por parte dos autores, um conhecimento apurado desta temática e uma adequada e perceptível interpretação e representação arquitetónica, enquanto significado e ilustração dos elementos religiosos.

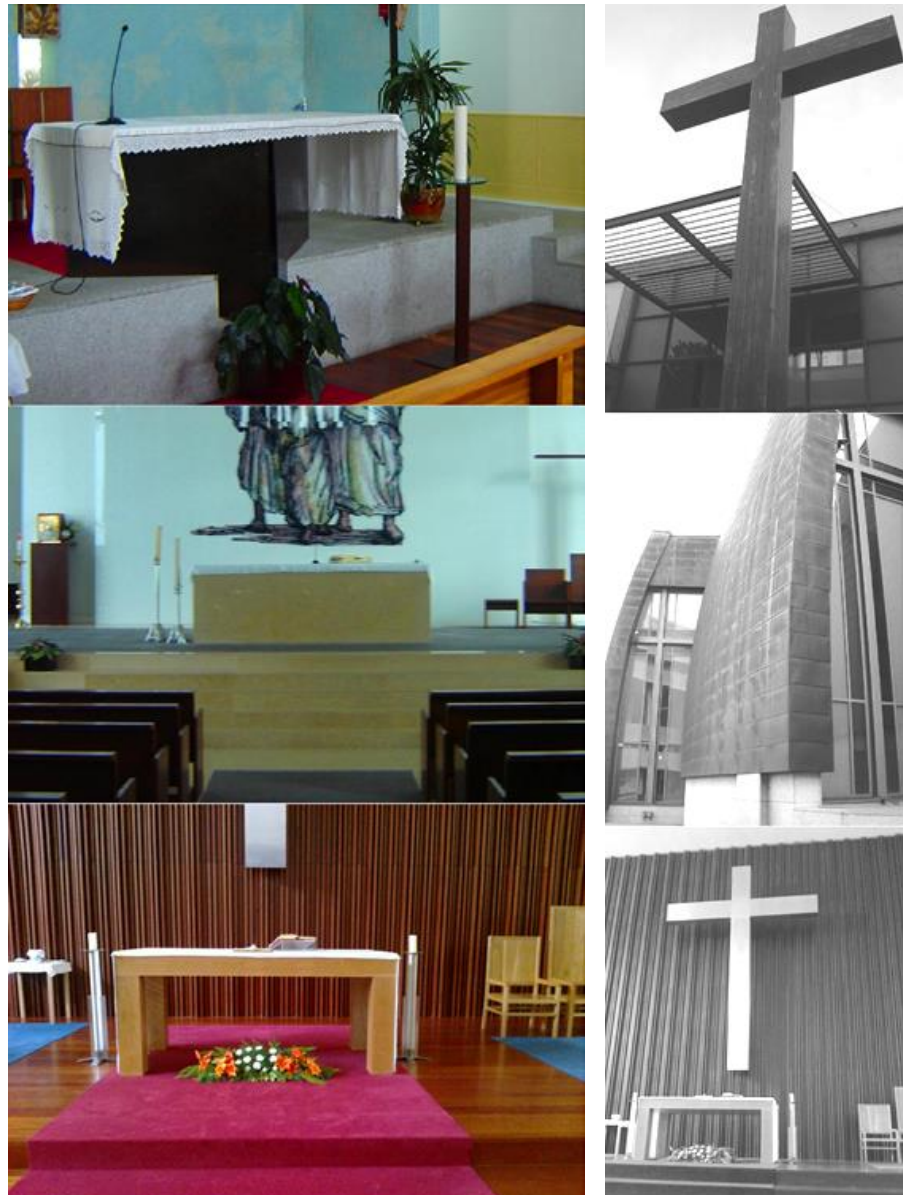


Fig. 133: Iconografia do EC1, EC2 e EC3
Fonte: Montagem e Fotografia de autor (2014)

Tudo na igreja é funcional e simbólico, nesse sentido, os autores referem a introdução de marcações simbólicas nas igrejas projetadas para justificar a conceção das mesmas.

Análise comparativa – síntese

Espaço Litúrgico (geral) – Participação ativa

Este é o conceito que define a espacialidade do edifício religioso, sendo esta a grande aspiração do templo atual. A participação ativa é referida inúmeras vezes nos documentos conciliares e, sobre o qual gravita a liturgia renovada. Esta pesquisa indica que esta premissa foi contemplada na conceção dos espaços celebrativos estudados, estando, desta forma, estes alinhados com as normativas pós-conciliares.

Espaço Litúrgico (geral) – Comodidade

A comodidade física, sensorial e outras, é um meio de aproximar o povo da liturgia. Verifica-se neste estudo que os edifícios alvo de análise, não respondem plenamente aos anseios da comunidade nesta matéria mas, apesar dessas deficiências e/ou omissões registadas, o seu impacto na celebração não é revestido de tal importância e abrangência que a condicione.

Espaço Litúrgico (presbitério) – Centralidade

Este estudo indica que a centralidade do presbitério é garantida pelo modelo axial, proporcionado pela tipologia basilical da composição interna dos três espaços. Elevado por escadaria do plano da nave, o presbitério surge no eixo desta, onde a luz detém uma importância extra no seu protagonismo visual, destacando-o do conjunto.

Espaço Litúrgico (simbólico) – Reunião

O caráter comunitário, desejável na liturgia, está diretamente relacionado com a sensação de reunião que o espaço lhe outorga, indicando o estudo, que este conceito extravasa o próprio invólucro celebrativo – ‘*eclesiae*’ significava reunião. Esta abordagem foi, essencialmente, obtida através das comunicações pessoais feitas à comunidade, neste sentido, verifica-se o reconhecimento, pelos fiéis, desta intenção – de reunião - em relação ao objeto arquitetónico gerado.

Espaço Litúrgico (simbólico) – “chamamento”

Esta percepção intangível é manifestada pela configuração simbólica que caracteriza os edifícios objeto deste estudo. Há uma continuidade na evolução do espaço sacro através da reinterpretação e reintegração de elementos característicos das composições religiosas tradicionais. Desta forma, as proporções, dimensões, texturas, cromatismos, percursos, entre outros, são elementos passíveis de interpretação por parte do sujeito recetor, verificando-se a sua fundamentação, que sedimenta o espaço sacro como um verdadeiramente lugar teológico.

“Uma coisa sei: eu era cego e agora vejo.”
S. João IX,25

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II:
Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico - o caso do Alto Minho

Considerações Finais

No âmbito desta pesquisa, a questão de partida que deu início à investigação foi: *A arquitetura religiosa atual adequa-se às normas eclesásticas vigentes e responde satisfatoriamente às necessidades da comunidade de fiéis?* Neste sentido, o intervalo temporal que define as obras apresentadas como 'estudos de caso' é aquele que medeia entre a realização do Concílio Vaticano II (1965) e a atualidade. Assim, as alterações litúrgicas com repercussões arquitetónicas, que o referido concílio introduziu através da Constituição Apostólica *Sacrosantum Concilium*, visavam uma depuração litúrgica de todas aquelas aderências que lhe tinham sido incorporadas ao longo dos séculos, para recuperar a autenticidade inicial do culto – a assembleia congregada – e a conseqüente produção de espaços religiosos adequados, sendo este o objeto desta dissertação.

A arquitetura religiosa tem, portanto, como principal objetivo a expressiva funcionalidade que as suas formas devem manifestar em relação aos renovados atos litúrgicos que nela se praticam, fazendo legível o espaço por todos os sentidos, ou seja, conduzindo os movimentos na sua dimensão física e como nos movemos na dimensão espiritual. Assim sendo, este estudo indica um imprescindível e necessário conhecimento da liturgia, por parte de quem assume a responsabilidade de conceber um espaço desta natureza, para que o seu trabalho sirva, efetivamente, de veículo para o culto e para a definição de espaço sagrado entre os fiéis.

Assim, a construção sacra, para além da criatividade que se lhe possa associar, transportará consigo um grande peso teológico e simbólico – claro está, desde a crença cristã - daí a dificuldade e fundamentação, que resulta da sua conceção, ser extremadamente complexa.

Conclusões específicas

Antes de mais, convém referir que a análise e interpretação das normas constantes no referido documento são revestidas de certa ambigüidade, isto porque as mesmas estão redigidas de forma dúbia. Assim sendo, dos vários pontos de análise extraídos para a aferição da adequabilidade do edifício - indicadores – aclara-se que uns abordam questões de natureza física e outros de natureza simbólica.

A primeira fase desta pesquisa teve como objetivo identificar os princípios espaciais implícitos na Constituição "Sacrosantum Concilium", sobre a Liturgia (Concílio Vaticano II, 1965), sendo este o documento pós-conciliar que abordou, especificamente, a questão da arte sacra na qual a produção arquitetónica se insere. Desta forma, após a leitura do referido documento, da sua análise e interpretação e, posterior acareação com os teólogos – informantes chave - dos pontos extraídos, de significativa importância, no sentido de estes aclararem todos as questões dúbias surgidas na leitura, poder-se-á referir que as soluções arquitetónicas atuais parecem

indicar duas finalidades compositivas complementares. Por um lado, estas soluções olham para o exterior - *mostrar* - convertendo-se numa referência identitária da composição das nossas cidades e, por outro lado, olham para o interior - *chamar* - já que dotam o espaço interno de condições prioritárias no desenrolar das ações litúrgicas. Dito isto, verificou-se haver uma intensa fusão entre estes dois propósitos - *mostrar e chamar* - já que todos os programas expandem a sua área sacra mais além do seu envoltório arquitetónico, nomeadamente, para o adro que lhe está adossado - espaço de transição que integra a nova conceção compositiva, fomentando, desta forma, as relações sociais, dialogando e interagindo com a comunidade indo, assim, a arquitetura religiosa atual além do seu exercício meramente litúrgico.

As variações introduzidas no culto tiveram as inevitáveis alterações espaciais do templo, mas há circunstâncias celebrativas que são transversais à história deste, assim, as condições de *comodidade física e sensorial* permanecem fundamentais na frutuosa comunicação no ato celebrativo, neste sentido a expressão artística do edifício não pode ser incompatível com tais requisitos. Assim, este estudo indica que o excessivo ruído no interior do espaço celebrativo, tal como a insuficiente visibilidade em direção ao presbitério (obstáculos no campo visual da nave), que compromete a unidade espacial requerida, são fatores que se apontam como de inadequação do edifício.

Constatou-se, também, que o espaço sacro requer *silêncio* e interiorização, deste modo, a renovada arquitetura religiosa pós-conciliar tem a responsabilidade e obrigatoriedade de responder de forma exímia a esta necessidade física e sensorial, nomeadamente através da dotação do espaço de condições técnicas que o insonorizem adequadamente, porque se apurou que sem o silêncio - exterior, não sendo impossível, é mais difícil conseguir o verdadeiro e eficaz silêncio - interior.

Em relação ao silêncio que se deve registar no espaço celebrativo, o estudo indica que este é tão importante como a boa acústica do mesmo espaço, assim sendo as normativas referem a íntima relação que se deve observar entre a música e a ação litúrgica. A transformação deste discurso em atos é revestida de muita subjetividade, por conseguinte, constatou-se que a conceção da normativa - a localização do coro - tem diferentes reproduções no espaço celebrativo, no sentido de cada proposta recolher o seu próprio significado litúrgico, mas, nesta relação interna dos elementos litúrgicos, regista-se inconformidade na conexão destes com as indicações eclesiais recolhidas para este item.

A renovação litúrgica exposta nesta pesquisa pretendia reaver o conceito da congregação de fiéis como o elemento litúrgico central da eucaristia. Assim, este estudo indica a unanimidade na definição da estrutura espacial interna, no sentido de dar cumprimento a essa intenção, assim, a planta basilical de modelo axial, longitudinal, retangular e simples, que exalta o caminho processional, foi eleita como a tipologia mais acorde com a premissa de *reunir* a comunidade e de a aproximar do presbitério. Esta opção teve claras preocupações litúrgicas e simbólicas, alcançando-se, notoriamente, um espaço celebrativo mais democrático e uno, semelhante ao existente nos primeiros templos do cristianismo.

Averiguou-se, também, que esta percepção – a de reunir - ganha ênfase nos novos espaços pelo despojamento ornamental que se depreende na leitura interior do ambiente celebrativo, manifestando uma sensação de unidade, potenciada pela compreensão do todo envoltório interno.

Porém, a composição axial insinua que a forma enfoca deliberadamente o altar, dando-lhe protagonismo e trazendo-o para mais próximo da congregação de fiéis, indicando, desta forma, o novo rumo litúrgico, onde a organização das partes trabalha em favor da liturgia, da nova liturgia.

Quanto ao valor artístico autêntico, referido no documento, é notório neste estudo que a nova conceção religiosa dos templos utiliza uma linguagem adaptada à sociedade atual e a toda a sua conjuntura - espiritual, cultural, económica, entre outras - havendo a intenção de construir um espaço que fosse o reflexo da sociedade contemporânea.

Pode-se referir que há multiplicidade de aspetos que distinguem os novos espaços religiosos, constatando-se, assim, que há várias formas de produzir tipologias religiosas válidas e competentes que seguem os preceitos referidos nos documentos supra citados.

A essência geométrica dos novos espaços é alicerçada em formas básicas e abstratas, sem adições miméticas de cariz religioso que encaminhem para essa interpretação. Então, o referencial arquitetónico é a pedra angular na sua caracterização como igreja, privilegiando, desta forma, “a nobre beleza à mera sumptuosidade” (SC, 124°).

Após identificar e escarpelar os princípios espaciais a que o referido documento faz alusão, passou-se para a segunda fase, e última, a que este estudo faz referência. Esta fase consistia em verificar a adequabilidade da arquitetura religiosa atual, ao ritual e simbolismo litúrgico, derivados da reforma conciliar, com base nos três estudos de caso, anteriormente apresentados.

Os dados manifestam que o mero facto do cumprimento integral das normas eclesiais atuais, para a produção de arquitetura religiosa, não premeia o edifício com a distinção de adequabilidade, sem antes, aferir da sua autocompreensão por parte da comunidade, para a qual deverá este espaço estar dirigido, e da necessária união e articulação orgânica e funcional de todos os elementos compositivos, na formação de um 'todo'. Percebeu-se, igualmente, que a comunicabilidade que se almeja entre templo e fiéis tem que ser bidirecional, desta forma, a arquitetura religiosa pretende 'significar' sempre algo e a comunidade está sempre disposta para o 'interpretar', sendo necessário ajustar a linguagem de modo a que não haja perda de informação.

Para melhor analisar a adequabilidade dos novos espaços, dividiu-se esta abordagem em dois pontos, a adequabilidade em relação às normas tangíveis (mensuráveis) e em relação a aspetos intangíveis (simbólicos), presentes na conceção do espaço.

Assim sendo, no que diz respeito às normas tangíveis, identificou-se várias inadequações desta índole no espaço celebrativo, por exemplo: a falta do genuflexório, a má acústica, a ocultação do sacrário por parte do celebrante e a sua centralidade, o excessivo número de degraus para o presbitério e a inexistente proteção dos mesmos, a presença no campo visual de obstáculos estruturais, a tribuna cuja participação é reduzida, o excessivo protagonismo do coro, entre outras. Estas inadequações indicam que, para além de não favorecerem os atos litúrgicos, poderão comprometer a participação ativa dos fiéis, sendo estes os pilares sobre os quais gravita a nova conceção litúrgica pós-conciliar.

Cabe, igualmente, ressaltar que muitas das normas, apontadas no documento supra citado, foram devidamente acauteladas nas propostas, como sendo: a elevação e centralidade do altar, a simplicidade compositiva da cadeira do celebrante, o despojamento ornamental no interior, a localização do órgão, a localização do sacrário e batistério, entre outras, permitindo, deste forma, que o edifício se alinhe com as normativas eclesiais pós-conciliar.

Em relação aos aspetos intangíveis (simbólicos): a sensação de reunião, a percepção do simbolismo, o conceito de 'chamamento', entre outros, depreendeu-se a sua identificação por parte dos sujeitos que fruem o espaço, num justo reconhecimento à sensibilidade do autor em tingir a obra com determinados elementos compositivos que a enobrecem e a distinguem pela sua dimensão simbólica.

Na introdução fala-se da adequabilidade da arquitetura religiosa atual, neste sentido, e pelos factos expostos, sendo controversos, verifica-se, por um lado que os edifícios em estudo não cumprem na íntegra todas as recomendações para a produção dos

novos espaços sacros e, por outro, esses mesmos incumprimentos não se refletem na apreciação que a comunidade eclesial e respetivo celebrante relatam acerca deles, considerando-as adequados aos atos litúrgicos. Assim, depreende-se, desta mescla de condicionantes, duas situações: a liturgia é flexível e adaptável ao espaço celebrativo existente, como a própria história o demonstra e, eventualmente, qualquer situação menos acorde com a mesma, não é suscetível de comprometer a sua ação; e que os incumprimentos normativos, de cariz arquitetónico registado, não revestem tal importância e significado que condicionem o edifício para a obsolescência funcional. Desta forma, o novo espaço integra a comunidade na sua conceção e reclama a atenção para o equilíbrio sensato entre a sua funcionalidade e a sacralidade estilística, que lhe é própria e obtida através dos sentimentos que provoca.

Em suma, o estudo aponta que a arquitetura religiosa pós conciliar não cumpre, na íntegra, as indicações eclesiais quanto à edificação dos novos espaços religiosos. Ainda assim, crê-se que a sua adequabilidade é manifesta, tendo em conta que os protagonistas do espaço celebrativo e do conceito da nova eucaristia - a congregação dos fiéis - assim o referem, atendendo a que o espaço atual serve e exalta a celebração comunitária, emula a expressão do sagrado e fá-los partícipes no ato supremo da liturgia.

Admite-se que quando um espaço, religioso ou não, responde de forma satisfatória às necessidades da comunidade, por e para o qual foi concebido, a sua adequabilidade é notória.

Ressalte-se que os resultados desta pesquisa não são passíveis de extrapolação, representando, simplesmente, o contexto no qual se insere a recolha desta informação – Alto Minho - mas, crê-se que esta realidade pode existir em muita da arquitetura religiosa atual ou, quiçá, em toda ela.

Conclusões gerais

As diferentes realizações arquitetónicas estudadas nesta pesquisa evidenciaram que tanto a sua conceção, como a definição do seu espaço celebrativo estão concebidas em torno de um programa, de uma comunidade e de um conceito, içando uma nova expressividade arquitetónica. Mas a sua conceção é fundamentalmente sobre um conhecimento teológico profundo, por parte dos autores que as alicerçam e as definem na sua identidade como Templo.

Apurou-se que estes espaços de culto não recorreram a adições de elementos religiosos estereotipados, caracterizadores das construções eclesiais, mas sim, os reinterpretaram e reintegraram, conjuntamente com adição de elementos e materiais de natureza tradicional de origem local que, unidos criaram uma

composição exterior que sugere a sua função litúrgica interna. Subsiste, portanto, coexistência concetual entre o inovador e o tradicional e como refere o arq. Peter Zumthor fez-se, desta forma a “ancoragem sensorial da obra no seu lugar”.

Verificou-se, também, que apesar de distintos programas funcionais, materialidade e técnicas utilizadas, centralidade urbana, expressão plástica, entre outros, há pontos comuns que relacionam e vinculam a nova produção sacra na sua conceção e a caracterizam como templo. Assim sendo: a luz – ou a sua ausência, a composição espacial e a definição litúrgica depreendem-se como características análogas da arquitetura religiosa atual, assumindo-se, desta forma, como os pilares sobre os quais fica patente a sua função sacramental de oração e contemplação, indo ao encontro do paradigma unitário, proclamado pela Igreja e nos quais os novos espaços religiosos estão imbuídos.

Esta pesquisa permitiu, ainda, perceber o incontornável valor que a arquitetura religiosa atual detém no contexto social e urbano, afirmando-se como um espaço multifuncional de culto que gravita em torno do centro da comunidade, erigindo, assim, uma nova centralidade cívica. Esta nova conceção reflete-se pela multifuncionalidade que o complexo religioso alberga e, à qual a arquitetura dá forma, nomeadamente, na versatilidade funcional da igreja, que não limita o espaço celebrativo ao mero exercício litúrgico, acolhendo, por exemplo, atuações musicais no seu interior. Neste sentido, os novos espaços religiosos são um elemento mais do tecido urbano, com o qual dialoga e, simultaneamente constrói, tornando assim, significativa a sua configuração tipológica, não só pelo equilíbrio entre a arquitetura e programa. Em suma, o sentido comunitário que se depreendeu desta análise e, sobre o qual todas as propostas se desenvolveram, converte-as num suporte de elementar valor comunitário.

Um dos aspetos que cabe melhorar é a difusão e comunicação da nova conceção arquitetónica, resultante da alteração litúrgica, diante da comunidade eclesial, pois, durante a pesquisa detetou-se falta de compreensão do novo espaço sacro por parte dos fiéis. Esta falta de comunicação entre as partes - Igreja e comunidade - reconhecida também pelos autores das obras, deriva numa série de incompreensões arbitrárias, que afastam o templo dos fiéis, para os quais foi concebido. Ora, quando tal foi feito – o esclarecimento da nova conceção arquitetónica – a reação da comunidade foi no sentido de apreciar e valorizar os aspetos estéticos, simbólicos, concetuais do edifício sacro.

Voltando à forma arquitetónica dos novos espaços de culto, pode-se referir que esta - a forma – é definida pelo símbolo, que permanece e é essencial na estruturação dos

mesmos. Estes símbolos, de cariz geométrico ou religioso, condicionam a sua espacialidade, ou seja, a nova arquitetura sacra é alavancada em geometrias pré-concebidas, para estruturar e desenvolver toda a proposta, onde a presença do símbolo se confunde no templo, simultaneamente, como a parte e como o todo do objeto arquitetónico e, ainda, como meio e como fim do conceito, convertendo o espaço num verdadeiro e metafórico lugar teológico, com evidente simbiose entre funcionalidade e simbolismo.

Convém realçar a questão do símbolo, independentemente da sua origem ou significado, como sendo o elemento formal e crucial na estruturação de uma forma arquitetónica sagrada e pensada e, ainda, como o manipulador dessa forma, onde a arquitetura é a responsável pelo movimento do crente no espaço, traduzindo, assim, a liturgia em ação.

Este estudo indica ainda que não há, seguramente, um único caminho ou estratégia para acomodar a dimensão física e simbólica do ser humano no espaço celebrativo através de soluções previamente estabelecidas. Existe o caminho, o único caminho, o da efetiva fundamentação, do espaço ideado, desde a perspetiva teológica.

Arquitetonicamente, a nova conceção do espaço religioso, salvaguarda as normas primordiais que favorecem a participação ativa, desta forma, a centralidade do presbitério, o despojamento ornamental no interior e a comodidade física e sensorial dos fiéis, identificam-se como os pilares sobre os quais gravita a expressividade funcional do templo atual.

E, por último, uma pesquisa sobre a adequabilidade da arquitetura religiosa atual pode explorar muito mais, neste sentido seria pertinente um estudo de natureza quantitativa, que consolidaria os resultados apresentados nesta dissertação. Em princípio temas como a introdução de novas tecnologias no espaço celebrativo, tais como projeções multimédia, internet, realidade virtual, domótica, teriam, também, interesse em ser abordadas, assim como uma futura alteração ao seu uso, são exemplos de estudos pertinentes efetuar.

Outra questão de certa atualidade, e cujo mediatismo impõe uma reflexão, é a construção de espaços inter-religiosos, sua comunicação, pertinência e conjuntura, tendo em conta o paradigma social de uma população cada vez mais laica. Em suma, é o trilhar de um caminho que só se iniciou o seu percurso...

Dito isto, esta dissertação não pretende alcançar nenhum patamar de certeza absoluta e tem, como último desígnio, a aquisição de um quadro teórico de conhecimento, válido e suscetível de fundamentar a futura atividade profissional.

Vila Nova de Cerveira, inverno de 2015.

“(...) porque a constelação de igrejas e capelas que há vinte e um séculos se constroem pelo mundo não se alicerça tão só nos profundos baldrames de pedra, mas, principalmente, na solidez imaterial de uma ideia inteiriça, complexa e difícil de ser compreendida, se antes de tudo, não for sentida.”

Habermas, Sociólogo

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II:
Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico - o caso do Alto Minho

Bibliografia geral

- Abumanssur (2000). *Ciências sociais e religião*. Porto alegre: Sued.
- Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Alves, A. (1991) *Memória descritiva e justificativa da Capela de Moledo*. Caminha.
- Barobio, D. (1990). *A celebração na Igreja*. São Paulo: Loyola.
- Benavente, A. (1993). *Cadernos de Inovação Escolar*. Lisboa: Editora.
- Bíblia (1969). *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Lisboa.
- Bilheiro, I. (2008). *A Arte Semântica dos primórdios do Cristianismo*. Paraná.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Bragança, D. (2013). *Ler a Sacrosanctum Concilium: A Sagrada Liturgia*. Bragança.
- Carmo, O. (2010) *Arquitetura religiosa: tradição e modernidade*. Recuperado de: <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/dossier/arquitetura-religiosa-tradicao-e-modernidade>
- Concílio Vaticano II (1965). *A sagrada Liturgia*. Recuperado de: http://www.vatican.net/archive/hist_concils/ii_vatican_council/documents/vatii_const_1_9631204_sacrosanctum-concilium-po.html
- Congresso Internacional de Arquitectura Religiosa Contemporânea - [CIARC] (2009), Atas 2-I: Convocatória. Ourense.
- Cobian, E. (2011). *Contemporary religious architecture: The state of the art*. Ourense: CIARC.
- Duque, J. (2004). *Homo Credens Para uma teologia da fé* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Católica.
- Eliade, M. (1970). *O sagrado e o Profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Estima, A. (2006). *A nova vanguarda da Arquitectura Religiosa*. Porto.
- Ferrara, A. (2000). *Arquitetura como signos do espaço*. São Paulo: Ática.
- Forg, F. (2012). Ao conhecimento do homem e do meio construído. *Arquitetura e o Sagrado*. Recuperado de: <http://arqsagrado.blogspot.pt/2012/02/em-tempos-modernos-igrejas-catolicas.html>
- Frade, G. (2008). *Arquitetura Sagrada: beleza conduz a Cristo*. São Paulo.
- Frade, G. (2007). *Arquitetura Sagrada no Brasil*. São Paulo: Loyola.
- Fulcanelli (1998). *O mistério das catedrais* (3ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Gil, A. (1995). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

- Graça, J. (1995). *Carrilho da Graça*. Lisboa: Blau.
- Gomes, J. (2006). *Liturgia e arquitetura: nova arquitetura para um novo projeto litúrgico*. Porto: Escola de Artes.
- Hani, J. (1998). *O simbolismo do templo cristão*. Lisboa: Edições70.
- Humphrey, C. (2002). *Arquitetura sagrada: modelos do cosmos*. Singapura: Taschen.
- Jung, C. (1977). *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Fronteira.
- Kandinsky, W. (1991). *Do Espiritual na Arte (2ª ed.)*. Lisboa: Dom Quixote.
- Libânio, J. (2012). *Conferencia Concílio Vaticano II: tarefas pendentes para a Igreja no Brasil*. Belo Horizonte. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=U3wcbkQ7R3w>
- Lombardi, R. (1971). *Terramoto na Igreja*. Porto: Atlas.
- Lozano, R. (2011). *De la teología a la identidad en la arquitectura religiosa contemporánea*. Ourense: CIARC.
- Machado, A. (2001). *O local de celebração: arquitetura e liturgia*. São Paulo: Paulinas.
- Niaidenoff (1957). *A Evangelização do mundo na hora do Concílio Ecuménico*. Lisboa: Editorial Missões.
- Olabuénaga, J. (1996). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Bilbao: Universidad de Duesto.
- Ortigão, R. (n.d.). *O Culto da Arte em Portugal (2ª ed.)*. Lisboa: Bertrand.
- Papa João Paulo II (1999). *Carta do Papa João Paulo II aos artistas*. Vaticano.
- Papa Paulo VI (2014). *Ser canal do dom da graça*. Recuperado de: <http://spedeus.blogspot.pt/2014/10/ser-canal-do-dom-da-graca.html>
- Policarpo, J. (2012). *Liturgia, Arte e Arquitetura: Conferência 50 anos do Concílio Vaticano II*. Lisboa.
- Quivy, R. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Santos, M. (1996) *A natureza do espaço: Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Schloeder, S. (2011). *A arquitetura do Corpo Místico*. Ourense.
- Schwarz, R. (1938). *Vom Bau der Kirche*. Salzburg: Pustet.
- Schubert, G. (1987). *Arte para a Fé: nos caminhos traçados pelo Vaticano II*. São Paulo: Loyola.
- Scottá, L. (2010). *Arquitetura religiosa de Oscar Niemeyer em Brasília*. Brasília: UBFAU.

Silva, J. (n.d.). *Quatro elementos fundamentais de um espaço litúrgico*. Recuperado de: <http://www.cnbb.org.br/liturgia>

Siza, A. (2006). *Entrevista sobre a Igreja do Marco de Canaveses*. Porto.

Teles, L. (1999). *Memória descritiva e justificativa da Igreja Nova da Correlhã*. Ponte de Lima.

Teles, L. (2006). *Aditamento: Memória descritiva e justificativa da Igreja Nova da Correlhã*. Ponte de Lima.

Viana, L. (2004). *Memória descritiva e justificativa da Igreja da Sagrada Família*. Viana do Castelo.

Villar, J. (2007). *A encíclica «Fidei Donum» Vista à luz do Concílio Vaticano II*. Vaticano.

Yin, R. (2003). *Case Study Research: Design and Methods* (3ª ed.). California: Sage Publications.

Zevi, B. (1966). *Saber ver a arquitetura*. Lisboa: Arcádia.

Zumthor, P. (2006). *Atmosferas: Entornos arquitectónicos: As coisas que me rodeiam*. Barcelona: Gustavo Gili.

Zumthor, P. (2009). *Pensar a arquitetura*. Barcelona: Gustavo Gili.

Índice de imagens

Identificação	Descrição	Créditos	Página
Fig. 1	Capela Notre-Dame-du-Haut de Ronchamp, França	Autor	6
Fig. 2	Igreja de S ^o António de Basileia, Suíça (1927)	Autor	20
Fig. 3	Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa (1938)	Autor	21
Fig. 4	Capela Notre-Dame-du-Haut de Ronchamp, França (1955)	Autor	22
Fig. 5	Igreja do Convento de La Tourette, França (1960)	Autor	23
Fig. 6	Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Lisboa (1970)	Autor	24
Fig. 7	Igreja Memorial Kaiser Wilhelm, Berlim (1970)	Autor	25
Fig. 8	Igreja da Boavista, Porto (1979)	Autor	26
Fig. 9	Capela de S. Bento em Sumvitg, Suíça (1989)	Autor	27
Fig. 10	Igreja de Cedofeita, Porto (1994)	Autor	28
Fig. 11	Igreja de S ^o Maria, Marco de Canaveses (1996)	Autor	29
Fig. 12	Igreja do Ramalde, Porto (1998)	Autor	30
Fig. 13	Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Munique (2000)	Autor	31
Fig. 14	Capela da Reconciliação, Berlim (2000)	Autor	32
Fig. 15	Igreja de Santa Maria Madalena, Freiburg, Alemanha (2004)	Autor	33
Fig. 16	Igreja da Santíssima Trindade, em Fátima (2007)	Autor	34
Fig. 17	Capela da Virgem em Colónia, Alemanha (2007)	Autor	35
Fig. 18	Capela de Santa Ana em Canedo, S ^o M ^o da Feira (2009)	Autor	36
Fig. 19	Igreja de Santa Mónica em Madrid, Espanha (2009)	Autor	37
Fig. 20	Igreja da Boa Nova, Estoril (2010)	Autor	38
Fig. 21	Capela Árvore da Vida, Braga (2011)	Autor	39
Fig. 22	Igreja de São Francisco Xavier, Lisboa (2011)	Autor	40
Fig. 23	Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, Lisboa (2014)	Autor	41
Fig. 24	'The House of One', Berlim (2016)	Autor	42
Fig. 25	Capela Sistina - Vaticano	Autor	44
Fig. 26	Representação esquemática da planta basilical	http://www.google.pt/imagens	50
Fig. 27	Representação esquemática do presbitério	http://www.google.pt/imagens	50
Fig. 28	Lugar sagrado - Stonehenge	Autor	53
Fig. 29	Templo Grego - Pharténon	Autor	54
Fig. 30	Sinagoga de Tomar	Autor	56
Fig. 31	Domus Dura Europos	http://www.google.pt/imagens	57
Fig. 32	Baptistério de Pisa (Itália)	Autor	59
Fig. 33	Mesa eucarística (altar de Ronchamp)	Autor	64
Fig. 34	O astronauta – Catedral de Salamanca	Autor	66
Fig. 35	Labirinto	Autor	69
Fig. 36	Convento de Cristo em Tomar	Autor	71
Fig. 37	Baldaqino (Vaticano)	Autor	73
Fig. 38	Igreja do sagrado Coração de Jesus - Munique	Autor	75
Fig. 39	Gótico – Catedral de Colónia	Autor	76
Fig. 40	Vaticano	Autor	78
Fig. 41	Concílio de Trento	http://www.google.pt/imagens	82
Fig. 42	Várias distribuições interiores	http://www.google.pt/imagens	85
Fig. 43	Basilica de Constantino - Roma	Autor	87

Identificação	Descrição	Créditos	Página
Fig. 44	Nova espacialidade - Igreja de Santa M ^a Madalena	Autor	90
Fig. 45	Papa João XXIII	http://www.google.pt/imagens	91
Fig. 46	Missal Romano (Igreja N ^a S ^a das Preces – Moledo	Autor	94
Fig. 47	Representação do Silêncio Sagrado	http://www.google.pt/imagens	96
Fig. 48	Cruz (Santuário de Fátima)	Autor	97
Fig. 49	Órgão de Tubos (Igreja da Boavista - Porto)	Autor	99
Fig. 50	Luz interior (La Tourette - França)	Autor	100
Fig. 51	Proteção do Mosteiro de S ^a Clara-a-Velha (Coimbra)	Autor	102
Fig. 52	Parede do presbitério (Igreja do Coração de Jesus - Munique)	Autor	105
Fig. 53	Altar (Igreja da Santíssima Trindade - Fátima)	Autor	106
Fig. 54	Ornamentação (Capela S. Benedict - Suíça)	Autor	107
Fig. 55	Vitral (Capela do Museu Kolumba - Colónia)	Autor	109
Fig. 56	Bancos de Igreja de Ronchamp (França)	Autor	111
Fig. 57	O Alfa e o Ómega (Sagrada Família - Barcelona)	Autor	113
Fig. 58	Conceção circular e conceção basilical □	Autor	115
Fig. 59	Lugar do coro e órgão (Igreja de Basileia - Suíça)	Autor	118
Fig. 60	Sacrário fora do altar (Igreja da Boavista - Porto)	Autor	119
Fig. 61	Batistério da Florença	Autor	121
Fig. 62	Conceção – Sagrada Família, Barcelona	Autor	124
Fig. 63	Capela de Moledo – Caminha	Autor	126
Fig. 64	Igreja da Sagrada Família – Viana do Castelo	Autor	126
Fig. 65	Igreja Nova da Correlhã – Ponte de Lima	Autor	126
Fig. 66	Localização EC1	http://www.google.pt/imagens	127
Fig. 67	Igreja N ^a S ^a das Preces – Moledo	Autor	127
Fig. 68	Espaço litúrgico EC1	Autor	129
Fig. 69	Símbolo do Caminho de Santiago	Autor	130
Fig. 70	Cruz exterior, a torre sineira e a galeria exterior EC1	Autor	130
Fig. 71	Lanternim EC1	Autor	131
Fig. 72	Pia Batismal EC1	Autor	132
Fig. 73	Presbitério EC1	Autor	133
Fig. 74	Local do coro EC1	Autor	134
Fig. 75	Exterior EC1	Autor	136
Fig. 76	Degraus de acesso ao altar (EC1)	Autor	137
Fig. 77	Ornamentação interior EC1	Autor	138
Fig. 78	Centralidade do presbitério EC1	Autor	140
Fig. 79	Interior EC1	Autor	140
Fig. 80	Mesa da palavra (ambão) e a mesa da eucaristia (altar) EC1	Autor	141
Fig. 81	Assembleia do EC1	Autor	142
Fig. 82	Exterior EC2	Autor	146
Fig. 83	Localização EC2	http://www.google.pt/imagens	147
Fig. 84	Igreja da Sagrada Família – Viana do Castelo	Autor	147
Fig. 85	Enquadramento urbano EC2	http://www.google.pt/imagens	148
Fig. 86	Piso 1 (tribuna) EC2	Autor	149

Identificação	Descrição	Créditos	Página
Fig. 87	Elementos simbólicos EC2	Autor	150
Fig. 88	Planta interior EC2	Projeto de Licenciamento-CMVC	151
Fig. 89	Revestimento exterior EC2	Autor	152
Fig. 90	Alçado nascente EC2	Projeto de Licenciamento-CMVC	152
Fig. 91	Interior EC2	Autor	153
Fig. 92	Corredor central EC2	Autor	154
Fig. 93	Distribuição geral EC2	Autor	155
Fig. 94	Pilares estruturais EC2	Autor	156
Fig. 95	Local do coro EC2	Autor	157
Fig. 96	Espaço interior EC2	Autor	158
Fig. 97	Presbitério EC2	Autor	159
Fig. 98	Piso 1 (tribuna) EC2	Autor	160
Fig. 99	Esquisso do arquiteto EC3	Autor	164
Fig. 100	Localização EC3	http://www.google.pt/imagens	165
Fig. 101	Igreja Nova da Correlhã – Ponte de Lima	Autor	165
Fig. 102	Vista geral do Centro Pastoral - EC3	Autor	166
Fig. 103	Praça urbana EC3	Autor	167
Fig. 104	Vista panorâmica EC3	Autor	168
Fig. 105	Pórtico da entrada – EC3	Autor	169
Fig. 106	Proj. de arranjos exteriores – EC3	Projeto de Licenciamento-CMPL	170
Fig. 107	Torre sineira EC3	Autor	171
Fig. 108	Composição interior EC3	Autor	172
Fig. 109	Iluminação interior EC3	Autor	173
Fig. 110	Presbitério e via-sacra - EC3	Autor	174
Fig. 111	Espaços no subsolo EC3	Projeto de Licenciamento-CMPL	175
Fig. 112	Exterior EC3	Autor	177
Fig. 113	Igreja Matriz da Correlhã	Autor	178
Fig. 114	Ambiente interior EC3	Autor	180
Fig. 115	Concerto de música – EC3	http://www.google.pt/imagens	181
Fig. 116	Presbitério EC3	Autor	182
Fig. 117	Localização do presbitério EC3	Autor	183
Fig. 118	Envoltório arquitetónico do EC1, EC2 e EC3	Autor	188
Fig. 119	Triangulação de dados	Autor	190
Fig. 120	Altar e Ambão do EC1, EC2 e EC3	Autor	193
Fig. 121	Assembleia do EC1, EC2 e EC3	Autor	195
Fig. 122	Batistério do EC1, EC2 e EC3	Autor	197
Fig. 123	Coro e Órgão do EC1, EC2 e EC3	Autor	199
Fig. 124	Ornamentação do EC1, EC2 e EC3	Autor	201
Fig. 125	Circulações internas do EC1, EC2 e EC3	Autor	203
Fig. 126	Bancos do EC1, EC2 e EC3	Autor	205
Fig. 127	Presbitério do EC1, EC2 e EC3	Autor	207
Fig. 128	Presbitério (altimetria) do EC1, EC2 e EC3	Autor	209
Fig. 129	Sacrário do EC1, EC2 e EC3	Autor	211
Fig. 130	Conceção da assembleia do EC1, EC2 e EC3	Autor	213
Fig. 131	Entrada do EC1, EC2 e EC3	Autor	215
Fig. 132	Programa do EC1, EC2 e EC3	Autor	217
Fig. 133	Iconografia do EC1, EC2 e EC3	Autor	219

Anexos

Índice de Anexos

Anexo 1 - Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*”

Anexo 2 - Instrução Geral do Missal Romano

Anexo 3 - Instrução “*Inter Oecumenici*”

Anexo 4 - (Estudo de Caso 1)

- 4.1 - Projeto de licenciamento (Câmara Municipal)
 - 4.1.1 - Peças escritas
 - 4.1.2 - Peças desenhadas
- 4.2 – Entrevista ao Arquiteto (comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014)
 - 4.2.1 – Guião da entrevista (E2)
 - 4.2.2 – Resumo da entrevista
- 4.3 – Entrevista aos Párocos (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014 e comunicação pessoal, 21 de outubro, 2014)
 - 4.3.1 – Guião da entrevista (E3)
 - 4.3.2 – Resumo da entrevista 1 (Padre Rui Rodrigues)
 - 4.3.3 – Resumo da entrevista 2 (Padre Valdemar)
- 4.4 – Entrevista à comunidade eclesiais (comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014)
 - 4.4.1 – Guião e respostas à entrevista (E4)
- 4.5 – Ficha de observação e notas de campo
- 4.6 – Fotografias da obra

Anexo 5 - (Estudo de Caso 2)

- 5.1 - Projeto de licenciamento (Câmara Municipal)
 - 5.1.1 - Peças escritas
 - 5.1.2 - Peças desenhadas
- 5.2 – Entrevista ao Arquiteto (comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014)
 - 5.2.1 – Guião da entrevista (E2)
 - 5.2.2 – Resumo da entrevista
- 5.3 – Entrevista ao Pároco (comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)
 - 5.3.1 – Guião da entrevista (E3)
 - 5.3.2 – Resumo da entrevista
- 5.4 – Entrevista à comunidade eclesiais (comunicação pessoal, 25 de outubro, 2014)
 - 5.4.1 – Guião e respostas à entrevista (E4)
- 5.5 – Ficha de observação e notas de campo
- 5.6 – Fotografias da obra

Anexo 6 - (Estudo de Caso 3)

- 6.1 - Projeto de licenciamento (Câmara Municipal)
 - 6.1.1 - Peças escritas
 - 6.1.2 - Peças desenhadas
- 6.2 – Entrevista ao Arquiteto (comunicação pessoal, 06 de novembro, 2014)
 - 6.2.1 – Guião e respostas à entrevista (E2)
- 6.3 – Entrevista ao Pároco (comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014)
 - 6.3.1 – Guião e respostas à entrevista (E3)
- 6.4 – Entrevista à comunidade eclesial (comunicação pessoal, 08 de novembro, 2014)
 - 6.4.1 – Guião e respostas da entrevista (E4)
- 6.5 – Ficha de observação e notas de campo
- 6.6 – Fotografias da obra

Anexo 7 – Entrevista aos Teólogos (informantes chave)

- 7.1 – Teólogo Nuno Higinio
 - 7.1.1 – Guião e respostas à entrevista (E1) (comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)
 - 7.1.2 – Resumo da entrevista (comunicação pessoal, 12 de setembro, 2014)
- 7.2 – Teólogo César Braz
 - 7.2.1 – Guião e respostas à entrevista (E1) (comunicação pessoal, 28 de setembro, 2014)
- 7.3 – Teólogo Jorge Barbosa
 - 7.3.1 – Guião e respostas à entrevista (E1) (comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)
 - 7.3.2 – Resumo da entrevista (comunicação pessoal, 12 de setembro, 2014)

Arquitetura Religiosa pós Concílio Vaticano II:
Adequação do espaço celebrativo ao rito litúrgico - o caso do Alto Minho

Anexo 1 - Constituição Conciliar "*Sacrosanctum Concilium*"

CONSTITUIÇÃO CONCILIAR
SACROSANCTUM CONCILIUM
SOBRE A SAGRADA LITURGIA

PROÊMIO

Fim do Concílio e sua relação com a reforma litúrgica

1. O sagrado Concílio propõe-se fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja. Julga, por isso, dever também interessar-se de modo particular pela reforma e incremento da Liturgia.

2. A Liturgia, pela qual, especialmente no sacrifício eucarístico, «se opera o fruto da nossa Redenção» (1), contribui em sumo grau para que os fiéis expressem na vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja, que é simultaneamente humana e divina, visível e dotada de elementos invisíveis, empenhada na acção e dada à contemplação, presente no mundo e, todavia, peregrina, mas de forma que o que nela é humano se deve ordenar e subordinar ao divino, o visível ao invisível, a acção à contemplação, e o presente à cidade futura que buscamos (2). A Liturgia, ao mesmo tempo que edifica os que estão na Igreja em templo santo no Senhor, em morada de Deus no Espírito (3), até à medida da idade da plenitude de Cristo (4), robustece de modo admirável as suas energias para pregar Cristo e mostra a Igreja aos que estão fora, como sinal erguido entre as nações (5), para reunir à sua sombra os filhos de Deus dispersos (6), até que haja um só rebanho e um só pastor (7).

Aplicação aos diversos ritos

3. Entende, portanto, o sagrado Concílio dever recordar os princípios e determinar as normas práticas que se seguem, acerca do incremento e da reforma da Liturgia.

Entre estes princípios e normas, alguns podem e devem aplicar-se não só ao rito romano mas a todos os outros ritos, muito embora as normas práticas que se seguem devam entender-se referidas só ao rito romano, a não ser que se trate de coisas que, por sua própria natureza, digam respeito também aos outros ritos.

4. O sagrado Concílio, guarda fiel da tradição, declara que a santa mãe Igreja considera iguais em direito e honra todos os ritos legitimamente reconhecidos, quer que se mantenham e sejam por todos os meios promovidos, e deseja que, onde for necessário, sejam prudente e integralmente revistos no espírito da sã tradição e lhes seja dado novo vigor, de acordo com as circunstâncias e as necessidades do nosso tempo.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS EM ORDEM
À REFORMA E INCREMENTO DA LITURGIA

I -NATUREZA DA SAGRADA LITURGIA E SUA IMPORTÂNCIA NA VIDA DA IGREJA

Jesus Cristo salvador do mundo

5. Deus, que «quer que todos os homens se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade» (I Tim. 2,4), «tendo falado outrora muitas vezes e de muitos modos aos nossos pais pelos profetas» (Hebr. 1,1), quando chegou a plenitude dos tempos, enviou o Seu Filho, Verbo feito carne, ungido pelo Espírito Santo, a evangelizar os pobres, curar os contritos de coração (8), como ,médico da carne e do espírito(9), mediador entre Deus e os homens (10). A sua humanidade foi, na unidade da pessoa do Verbo, o

instrumento da nossa salvação. Por isso, em Cristo «se realizou plenamente a nossa reconciliação e se nos deu a plenitude do culto divino» (11).

Esta obra da redenção dos homens e da glorificação perfeita de Deus, prefigurada pelas suas grandes obras no povo da Antiga Aliança, realizou-a Cristo Senhor, principalmente pelo mistério pascal da sua bem-aventurada Paixão, Ressurreição dos mortos e gloriosa Ascensão, em que «morrendo destruiu a nossa morte e ressurgindo restaurou a nossa vida» (12). Foi do lado de Cristo adormecido na cruz que nasceu o sacramento admirável de toda a Igreja (13).

pelo sacrifício e pelos sacramentos

6. Assim como Cristo foi enviado pelo Pai, assim também Ele enviou os Apóstolos, cheios do Espírito Santo, não só para que, pregando o Evangelho a toda a criatura (14), anunciassem que o Filho de Deus, pela sua morte e ressurreição, nos libertara do poder de Satanás (15) e da morte e nos introduzira no Reino do Pai, mas também para que realizassem a obra de salvação que anunciavam, mediante o sacrifício e os sacramentos, à volta dos quais gira toda a vida litúrgica. Pelo Baptismo são os homens enxertados no mistério pascal de Cristo: mortos com Ele, sepultados com Ele, com Ele ressuscitados (16); recebem o espírito de adopção filial que «nos faz clamar: Abba, Pai» (Rom. 8,15), transformando-se assim nos verdadeiros adoradores que o Pai procura (17). E sempre que comem a Ceia do Senhor, anunciam igualmente a sua morte até Ele vir (18). Por isso foram baptizados no próprio dia de Pentecostes, em que a Igreja se manifestou ao mundo, os que receberam a palavra de Pedro. E «mantinham-se fiéis à doutrina dos Apóstolos, à participação na fracção do pão e nas orações... louvando a Deus e sendo bem vistos pelo povo» (Act. 2, 41-47). Desde então, nunca mais a Igreja deixou de se reunir em assembleia para celebrar o mistério pascal: lendo «o que se referia a Ele em todas as Escrituras» (Lc. 24,27), celebrando a Eucaristia, na qual «se torna presente o triunfo e a vitória da sua morte» (19), e dando graças «a Deus pelo Seu dom inefável (2 Cor. 9,15) em Cristo Jesus, «para louvar da sua glória» (Ef. 1,12), pela virtude do Espírito Santo.

presença de Cristo na Liturgia

7. Para realizar tão grande obra, Cristo está sempre presente na sua igreja, especialmente nas acções litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, quer na pessoa do ministro - «O que se oferece agora pelo ministério sacerdotal é o mesmo que se ofereceu na Cruz» (20) - quer e sobretudo sob as espécies eucarísticas. Está presente com o seu dinamismo nos Sacramentos, de modo que, quando alguém baptiza, é o próprio Cristo que baptiza (21). Está presente na sua palavra, pois é Ele que fala ao ser lida na Igreja a Sagrada Escritura. Está presente, enfim, quando a Igreja reza e canta, Ele que prometeu: «Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, Eu estou no meio deles» (Mt. 18,20).

Em tão grande obra, que permite que Deus seja perfeitamente glorificado e que os homens se santifiquem, Cristo associa sempre a si a Igreja, sua esposa muito amada, a qual invoca o seu Senhor e por meio dele rende culto ao Eterno Pai.

Com razão se considera a Liturgia como o exercício da função sacerdotal de Cristo. Nela, os sinais sensíveis significam e, cada um à sua maneira, realizam a santificação dos homens; nela, o Corpo Místico de Jesus Cristo - cabeça e membros - presta a Deus o culto público integral.

Portanto, qualquer celebração litúrgica é, por ser obra de Cristo sacerdote e do seu Corpo que é a Igreja, acção sagrada par excelência, cuja eficácia, com o mesmo título e no mesmo grau, não é igualada por nenhuma outra acção da Igreja.

A Liturgia terrena, antecipação da Liturgia celeste

8. Pela Liturgia da terra participamos, saboreando-a já, na Liturgia celeste celebrada na cidade santa de Jerusalém, para a qual, como peregrinos nos dirigimos e onde Cristo está sentado à direita de Deus, ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo (22); por meio dela cantamos ao Senhor um hino de glória com toda a milícia do exército celestial, esperamos ter parte e comunhão com os Santos cuja memória veneramos, e aguardamos o Salvador, Nosso Senhor Jesus Cristo, até Ele aparecer como nossa vida e nós aparecermos com Ele na glória (23).

Lugar da Liturgia na vida da Igreja

9. A sagrada Liturgia não esgota toda a acção da Igreja, porque os homens, antes de poderem participar na Liturgia, precisam de ouvir o apelo à fé e à conversão: «Como hão-de invocar aquele em quem não creram? Ou como hão-de crer sem o terem ouvido? Como poderão ouvir se não houver quem pregue? E como se há-de pregar se não houver quem seja enviado?» (Rom. 10, 14-15).

É por este motivo que a Igreja anuncia a mensagem de salvação aos que ainda não têm fé, para que todos os homens venham a conhecer o único Deus verdadeiro e o Seu enviado, Jesus Cristo, e se convertam dos seus caminhos pela penitência (24). Aos que crêem, tem o dever de pregar constantemente a fé e a penitência, de dispô-los aos Sacramentos, de ensiná-los a guardar tudo o que Cristo mandou (25), de estimulá-los a tudo o que seja obra de caridade, de piedade e apostolado, onde os cristãos possam mostrar que são a luz do mundo, embora não sejam deste mundo, e que glorificam o Pai diante dos homens.

10. Contudo, a Liturgia é simultâneamente a meta para a qual se encaminha a acção da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força. Na verdade, o trabalho apostólico ordena-se a conseguir que todos os que se tornaram filhos de Deus pela fé e pelo Baptismo se reúnam em assembleia para louvar a Deus no meio da Igreja, participem no Sacrifício e comam a Ceia do Senhor.

A Liturgia, por sua vez, impele os fiéis, saciados pelos «mistérios pascais», a viverem «unidos no amor» (26); pede «que sejam fiéis na vida a quanto receberam pela fé» (27); e pela renovação da aliança do Senhor com os homens na Eucaristia, e aquece os fiéis na caridade urgente de Cristo. Da Liturgia, pois, em especial da Eucaristia, corre sobre nós, como de sua fonte, a graça, e por meio dela conseguem os homens com total eficácia a santificação em Cristo e a glorificação de Deus, a que se ordenam, como a seu fim, todas as outras obras da Igreja.

A participação dos fiéis

11. Para assegurar esta eficácia plena, é necessário, porém, que os fiéis celebrem a Liturgia com rectidão de espírito, unam a sua mente às palavras que pronunciam, cooperem com a graça de Deus, não aconteça de a receberem em vão (28). Por conseguinte, devem os pastores de almas vigiar por que não só se observem, na acção litúrgica, as leis que regulam a celebração válida e lícita, mas também que os fiéis participem nela consciente, activa e frutuosamente.

Vida espiritual extra-litúrgica

12. A participação na sagrada Liturgia não esgota, todavia, a vida espiritual. O cristão, chamado a rezar em comum, deve entrar também no seu quarto para rezar a sós (29) ao Pai, segundo ensina o Apóstolo, deve rezar sem cessar (30). E o mesmo Apóstolo nos ensina a trazer sempre no nosso corpo os sofrimentos da morte de Jesus, para que a sua vida se revele na nossa carne mortal (31). É essa a razão por que no Sacrifício da Missa pedimos ao Senhor que, tendo aceite a oblação da vítima espiritual, faça de nós uma «oferta eterna» (32) a si consagrada.

13. São muito de recomendar os exercícios piedosos do povo cristão, desde que estejam em conformidade com as leis e as normas da Igreja, e especialmente quando se fazem por mandato da Sé Apostólica.

Gozam também de especial dignidade as práticas religiosas das Igrejas particulares, celebradas por mandato dos Bispos e segundo os costumes ou os livros legitimamente aprovados.

Importa, porém, ordenar essas práticas tendo em conta os tempos litúrgicos, de modo que se harmonizem com a sagrada Liturgia, de certo modo derivem dela, e a ela, que por sua natureza é muito superior, conduzam o povo.

II- EDUCAÇÃO LITÚRGICA E PARTICIPAÇÃO ACTIVA

Normas gerais

14. É desejo ardente na mãe Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e activa participação nas celebrações litúrgicas que a própria natureza da Liturgia exige e que é, por força do Baptismo, um direito e um dever do povo cristão, «raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido» (1 Ped. 2,9; cfr. 2, 4-5).

Na reforma e incremento da sagrada Liturgia, deve dar-se a maior atenção a esta plena e activa participação de todo o povo porque ela é a primeira e necessária fonte onde os fiéis hão-de beber o espírito genuinamente cristão. Esta é a razão que deve levar os pastores de almas a procurarem-na com o máximo empenho, através da devida educação.

Mas, porque não há qualquer esperança de que tal aconteça, se antes os pastores de almas se não imbuírem plenamente. do espírito e da virtude da Liturgia e não se fizerem mestres nela, é absolutamente necessário que se providencie em primeiro lugar à formação litúrgica do clero. Por tal razões este sagrado Concílio determinou quanto segue:

Formação dos professores de Liturgia

15. Os professores que se destinam a ensinar a sagrada Liturgia nos seminários, nas casas de estudos dos religiosos e nas faculdades de teologia, devem receber a formação conveniente em ordem ao seu múnus em institutos para isso especialmente destinados.

O ensino da Liturgia nos Seminários

16. A sagrada Liturgia deve ser tida, nos seminários e casas de estudo dos religiosos, como uma das disciplinas necessárias e mais importantes, nas faculdades de teologia como disciplina principal, e ensinar-se nos seus aspectos quer teológico e histórico, quer espiritual, pastoral e jurídico.

Mais: procurem os professores das outras disciplinas, sobretudo de teologia dogmática, Sagrada Escritura, teologia espiritual e pastoral, fazer ressaltar, a partir das exigências intrínsecas de cada disciplina, o mistério de Cristo e a história da salvação, para que se veja claramente a sua conexão com a Liturgia e a unidade da formação sacerdotal.

A formação litúrgica dos seminaristas, sacerdotes e fiéis

17. Nos seminários e casas religiosas, adquiram os clérigos uma formação litúrgica da vida espiritual, mediante uma conveniente iniciação que lhes permita penetrar no sentido dos ritos sagrados e participar perfeitamente neles, mediante a celebração dos sagrados mistérios, como também mediante outros exercícios de piedade penetrados do espírito da sagrada Liturgia. Aprendam também a observar as leis litúrgicas, de modo que nos seminários e institutos religiosos a vida seja totalmente impregnada de espírito litúrgico.

18. Ajudem-se os sacerdotes, quer seculares quer religiosos, que já trabalham na vinha do Senhor, por todos os meios oportunos, a penetrarem cada vez melhor o sentido do que fazem nas funções sagradas, a viverem a vida litúrgica, e a partilharem-na com os fiéis que lhes estão confiados.

19. Procurem os pastores de almas fomentar com persistência e zelo a educação litúrgica e a participação activa dos fiéis, tanto interna como externa, segundo a sua idade, condição, género de vida e grau de cultura religiosa, na convicção de que estão cumprindo um dos mais importantes múnus do dispensador fiel dos mistérios de Deus. Neste ponto guiem o rebanho não só com palavras mas também com o exemplo.

O uso dos meios de comunicação

20. Façam-se com discrição e dignidade, e sob a direcção de pessoa competente, para tal designada pelos Bispos, as transmissões radiofónicas ou televisivas das acções sagradas, especialmente da Missa.

Razão e sentido da reforma

21. A santa mãe Igreja, para permitir ao povo cristão um acesso mais seguro à abundância de graça que a Liturgia contém, deseja fazer uma acurada reforma geral da mesma Liturgia. Na verdade, a Liturgia compõe-se duma parte imutável, porque de instituição divina, e de partes susceptíveis de modificação, as quais podem e devem variar no decorrer do tempo, se porventura se tiverem introduzido nelas elementos que não correspondam tão bem à natureza íntima da Liturgia ou se tenham tornado menos apropriados.

Nesta reforma, proceda-se quanto aos textos e ritos, de tal modo que eles expressem com mais clareza as coisas santas que significam, e, quanto possível, o povo cristão possa mais facilmente apreender-lhes o sentido e participar neles por meio de uma celebração plena, activa e comunitária.

Para tal fim, o sagrado Concílio estabeleceu estas normas gerais:

A. Normas gerais

A autoridade competente

22. § 1. Regular a sagrada Liturgia compete unicamente à autoridade da Igreja, a qual reside na Sé Apostólica e, segundo as normas do direito, no Bispo.

§ 2. Em virtude do poder concedido pelo direito, pertence também às competentes assembleias episcopais territoriais de vários géneros legitimamente constituídas regular, dentro dos limites estabelecidos, a Liturgia.

§ 3. Por isso, ninguém mais, mesmo que seja sacerdote, ouse, por sua iniciativa, acrescentar, suprimir ou mudar seja o que for em matéria litúrgica.

Trabalho prudente

23. Para conservar a sã tradição e abrir ao mesmo tempo o caminho a um progresso legítimo, faça-se uma acurada investigação teológica, histórica e pastoral acerca de cada uma das partes da Liturgia que devem ser revistas. Tenham-se ainda em consideração às leis gerais da estrutura e do espírito da Liturgia, a experiência adquirida nas recentes reformas litúrgicas e nos indultos aqui e além concedidos. Finalmente, não se introduzam inovações, a não ser que uma utilidade autêntica e certa da Igreja o exija, e com a preocupação de que as novas formas como que surjam a partir das já existentes.

Evitem-se também, na medida do possível, diferenças notáveis de ritos entre regiões confinantes.

O lugar da Sagrada Escritura

24. É enorme a importância da Sagrada Escritura na celebração da Liturgia. Porque é a ela que se vão buscar as leituras que se explicam na homilia e os salmos para cantar; com o seu espírito e da sua inspiração nasceram as preces, as orações e os hinos litúrgicos; dela tiram a sua capacidade de significação as acções e os sinais. Para promover a reforma, o progresso e adaptação da sagrada Liturgia, é necessário, por conseguinte, desenvolver aquele amor suave e vivo da Sagrada Escritura de que dá testemunho a venerável tradição dos ritos tanto orientais como ocidentais.

A revisão dos livros

25. Faça-se o mais depressa possível a revisão dos livros litúrgicos, utilizando o trabalho de pessoas competentes e consultando Bispos de diversos países do mundo.

B. Normas que derivam da natureza hierárquica e comunitária da Liturgia

A liturgia, acção da Igreja comunitária

26. As acções litúrgicas não são acções privadas, mas celebrações da Igreja, que é «sacramento de unidade», isto é, Povo santo reunido e ordenado sob a direcção dos Bispos (33).

Por isso, tais acções pertencem a todo o Corpo da Igreja, manifestam-no, atingindo, porém, cada um dos membros de modo diverso, segundo a variedade de estados, funções e participação actual.

27. Sempre que os ritos comportam, segundo a natureza particular de cada um, uma celebração comunitária, caracterizada pela presença e activa participação dos fiéis, inculque-se que esta deve preferir-se, na medida do possível, à celebração individual e como que privada.

Isto é válido sobretudo para a celebração da Missa e para a administração dos sacramentos, ressalvando-se sempre a natureza pública e social de toda a Missa.

28. Nas celebrações litúrgicas, limite-se cada um, ministro ou simples fiel, exercendo o seu ofício, a fazer tudo e só o que é de sua competência, segundo a natureza do rito e as leis litúrgicas.

Os ministros inferiores

29. Os que servem ao altar, os leitores, comentadores e elementos do grupo coral desempenham também um autêntico ministério litúrgico. Exerçam, pois, o seu múnus com piedade autêntica e do modo que convêm a tão grande ministério e que o Povo de Deus tem o direito de exigir.

É, pois, necessário imbuí-los de espírito litúrgico, cada um a seu modo, e formá-los para executarem perfeita e ordenadamente a parte que lhes compete.

A participação do povo

30. Para fomentar a participação activa, promovam-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antífonas, os cânticos, bem como as acções, gestos e atitudes corporais. Não deve deixar de observar-se, a seu tempo, um silêncio sagrado.

31. Na revisão dos livros litúrgicos, procure-se que as rubricas tenham em conta a parte que compete aos fiéis.

A não-acepção das pessoas

32. Na Liturgia, à excepção da distinção que deriva da função litúrgica e da sagrada Ordem e das honras devidas às autoridades civis segundo as leis litúrgicas, não deve fazer-se qualquer acepção de pessoas ou classes sociais, quer nas cerimónias, quer nas solenidades externas.

C. Normas que derivam da natureza didáctica e pastoral da Liturgia

O valor didático da Liturgia

33. Embora a sagrada Liturgia seja principalmente culto da majestade divina, é também abundante fonte de instrução para o povo fiel (34). Efectivamente, na Liturgia Deus fala ao Seu povo, e Cristo continua a anunciar o Evangelho. Por seu lado, o povo responde a Deus com o canto e a oração.

Mais: as orações dirigidas a Deus pelo sacerdote que preside, em representação de Cristo, à assembleia, são ditas em nome de todo o Povo santo e de todos os que estão presentes. Os próprios sinais visíveis que a sagrada Liturgia utiliza para simbolizar as realidades invisíveis foram escolhidos por Cristo ou pela Igreja.

Por isso, não é só quando se faz a leitura «do que foi escrito para nossa instrução» (Rom. 15,4), mas também quando a Igreja reza, canta ou age, que a fé dos presentes é alimentada e os espíritos se elevam a Deus, para se lhe submeterem de modo racional e receberem com mais abundância a sua graça.

Por isso, na reforma da Liturgia, observem-se as seguintes normas gerais:

Aplicação aos diversos ritos

34. Brilhem os ritos pela sua nobre simplicidade, sejam claros na brevidade e evitem repetições inúteis; devem adaptar-se à capacidade de compreensão dos fiéis, e não precisar, em geral, de muitas explicações.

A conexão entre a palavra e o rito

35. Para se poder ver claramente que na Liturgia o rito e a palavra estão intimamente unidos:

1) Seja mais abundante, variada e bem adaptada a leitura da Sagrada Escritura nas celebrações litúrgicas.

2) Indiquem as rubricas o momento mais apto para a pregação, que é parte da acção litúrgica, quando o rito a comporta. O ministério da palavra deve ser exercido com muita fidelidade e no modo devido. A pregação deve ir beber à Sagrada Escritura e à Liturgia, e ser como que o anúncio das maravilhas de Deus na história da salvação, ou seja, no mistério de Cristo, o qual está sempre presente e operante em nós, sobretudo nas celebrações litúrgicas.

3) Procure-se também inculcar por todos os modos uma catequese mais directamente litúrgica, e prevejam-se nos próprios ritos, quando necessário, breves admoções, feitas só nos momentos mais oportunos, pelo sacerdote ou outro ministro competente, com as palavras prescritas ou semelhantes.

4) Promova-se a celebração da Palavra de Deus nas vigílias das festas mais solenes, em alguns dias feriais do Advento e da Quaresma e nos domingos e dias de festa, especialmente onde não houver sacerdote; neste caso, será um diácono, ou outra pessoa delegada pelo Bispo, a dirigir a celebração.

A língua litúrgica: traduções

36. § 1. Deve conservar-se o uso do latim nos ritos latinos, salvo o direito particular.

§ 2. Dado, porém, que não raramente o uso da língua vulgar pode revestir-se de grande utilidade para o povo, quer na administração dos sacramentos, quer em outras partes da Liturgia, poderá conceder-se à língua vernácula lugar mais amplo, especialmente nas leituras e admoções, em algumas orações e cantos, segundo as normas estabelecidas para cada caso nos capítulos seguintes.

§ 3. Observando estas normas, pertence à competente autoridade eclesiástica territorial, a que se refere o artigo 22 § 2, consultados, se for o caso, os Bispos das regiões limítrofes da mesma língua, decidir acerca do uso e extensão da língua vernácula. Tais decisões deverão ser aprovadas ou confirmadas pela Sé Apostólica.

§ 4. A tradução do texto latino em língua vulgar para uso na Liturgia, deve ser aprovada pela autoridade eclesiástica territorial competente, acima mencionada.

D. Normas para a adaptação da Liturgia à índole e tradições dos povos

A adaptação da Igreja

37. Não é desejo da Igreja impor, nem mesmo na Liturgia, a não ser quando está em causa a fé e o bem de toda a comunidade, uma forma única e rígida, mas respeitar e procurar desenvolver as qualidades e dotes de espírito das várias raças e povos. A Igreja considera com benevolência tudo o que nos seus costumes não está indissolúvelmente ligado a superstições e erros, e, quando é possível, mantém-no inalterável, por vezes chega a aceitá-lo na Liturgia, se se harmoniza com o verdadeiro e autêntico espírito litúrgico.

Aplicação à Liturgia

38. Mantendo-se substancialmente a unidade do rito romano, dê-se possibilidade às legítimas diversidades e adaptações aos vários grupos étnicos, regiões e povos, sobretudo nas Missões, de se afirmarem, até na revisão dos livros litúrgicos; tenha-se isto oportunamente diante dos olhos ao estruturar os ritos e ao preparar as rubricas.

A autoridade competente

39. Será da atribuição da competente autoridade eclesiástica territorial, de que fala o art. 22 § 2, determinar as várias adaptações a fazer, especialmente no que se refere à administração dos sacramentos, aos sacramentais, às procissões, à língua litúrgica, à música sacra e às artes, dentro dos limites estabelecidos nas edições típicas dos livros litúrgicos e sempre segundo as normas fundamentais desta Constituição.

Casos especiais

40. Mas como em alguns lugares e circunstâncias é urgente fazer uma adaptação mais profunda da Liturgia, que é, por isso, mais difícil:

1) Deve a competente autoridade eclesiástica territorial, a que se refere o art. 22 § 2, considerar com muita prudência e atenção o que, neste aspecto, das tradições e génio de cada povo, poderá oportunamente ser aceite na Liturgia. Proponham-se à Sé Apostólica as adaptações julgadas úteis ou necessárias, para serem introduzidas com o seu consentimento.

2) Para se fazer a adaptação com a devida cautela, a Sé Apostólica poderá dar, se for necessário, à mesma autoridade eclesiástica territorial a faculdade de permitir e dirigir as experiências prévias que forem precisas, em alguns grupos que sejam aptos para isso e por um tempo determinado.

3) Como as leis litúrgicas criam em geral dificuldades especiais quanto à adaptação, sobretudo nas Missões, haja, para a sua elaboração, pessoas competentes na matéria de que se trata.

IV - PROMOÇÃO DA VIDA LITÚRGICA NA DIOCESE E NA PARÓQUIA

O Bispo, centro de unidade de vida na diocese

41. O Bispo deve ser considerado como o sumo-sacerdote do seu rebanho, de quem deriva e depende, de algum modo, a vida de seus fiéis em Cristo.

Por isso, todos devem dar a maior importância à vida litúrgica da diocese que gravita em redor do Bispo, sobretudo na igreja catedral, convencidos de que a principal manifestação da Igreja se faz numa participação perfeita e activa de todo o Povo santo de Deus na mesma celebração litúrgica, especialmente na mesma Eucaristia, numa única oração, ao redor do único altar a que preside o Bispo rodeado pelo presbitério e pelos ministros (35).

O pároco seu representante

42. Impossibilitado como está o Bispo de presidir pessoalmente sempre e em toda a diocese a todo o seu rebanho, vê-se na necessidade de reunir os fiéis em grupos vários, entre os quais têm lugar proeminente as paróquias, constituídas localmente sob a presidência dum pastor que faz as vezes do Bispo. As paróquias representam, de algum modo, a Igreja visível estabelecida em todo o mundo.

Por consequência, deve cultivar-se no espírito e no modo de agir dos fiéis e dos sacerdotes a vida litúrgica da paróquia e a sua relação com o Bispo, e trabalhar para que floresça o sentido da comunidade paroquial, especialmente na celebração comunitária da missa dominical.

V - INCREMENTO DA ACÇÃO PASTORAL LITÚRGICA

Sinal providencial

43. O interesse pelo incremento e renovação da Liturgia é justamente considerado como um sinal dos desígnios providenciais de Deus sobre o nosso tempo, como uma passagem do Espírito Santo pela sua Igreja, e imprime uma nota distintiva à própria vida da Igreja, a todo o modo religioso de sentir e de agir do nosso tempo.

Em ordem a desenvolver cada vez mais na Igreja esta acção pastoral litúrgica, o sagrado Concílio determina:

Comissões de Liturgia, música e arte sacra

44. Convém que a autoridade eclesiástica territorial competente, a que se refere o art. 22 § 2, crie uma Comissão litúrgica, que deve servir-se da ajuda de especialistas em liturgia, música, arte sacra e pastoral. A Comissão deverá contar, se possível, com o auxílio dum Instituto de Liturgia Pastoral, de cujos membros não se excluirão leigos particularmente competentes, se for necessário. Será atribuição da dita Comissão dirigir, guiada pela autoridade eclesiástica territorial, a pastoral litúrgica no território da sua competência, promover os estudos e as experiências necessárias sempre que se trate de adaptações a propor à Santa Sé.

45. Crie-se igualmente em cada diocese a Comissão litúrgica, em ordem a promover, sob a direcção do Bispo, a pastoral litúrgica. Poderá suceder que seja oportuno que várias dioceses formem uma só Comissão para promover em conjunto o apostolado litúrgico.

46. Criem-se em cada diocese, se possível, além da Comissão litúrgica, Comissões de música sacra e de arte sacra.

É necessário que estas três Comissões trabalhem em conjunto, e não raro poderá ser oportuno que formem uma só Comissão.

CAPÍTULO II

O SAGRADO MISTÉRIO DA EUCARISTIA

Instituição e natureza

47. O nosso Salvador instituiu na última Ceia, na noite em que foi entregue, o Sacrifício eucarístico do seu Corpo e do seu Sangue para perpetuar pelo decorrer dos séculos, até Ele voltar, o Sacrifício da cruz, confiando à Igreja, sua esposa amada, o memorial da sua morte e ressurreição: sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade (36), banquete pascal em que se recebe Cristo, a alma se enche de graça e nos é concedido o penhor da glória futura (37).

A participação dos fiéis

48. É por isso que a Igreja procura, solícita e cuidadosa, que os cristãos não entrem neste mistério de fé como estranhos ou espectadores mudos, mas participem na acção sagrada, consciente, activa e piedosamente, por meio dum boa compreensão dos ritos e orações; sejam instruídos pela palavra de Deus; alimentem-se à mesa do Corpo do Senhor; dêem graças a Deus; aprendam a oferecer-se a si mesmos, ao oferecer juntamente com o sacerdote, que não só pelas mãos dele, a hóstia imaculada; que, dia após dia, por Cristo mediador (38), progridam na unidade com Deus e entre si, para que finalmente Deus seja tudo em todos.

Revisão dos textos com mais leituras bíblicas

49. Para que o Sacrifício da missa alcance plena eficácia pastoral, mesmo quanto ao seu rito, o sagrado Concílio, tendo em atenção as missas que se celebram com assistência do povo, sobretudo aos domingos e nas festas de preceito, determina o seguinte:

50. O Ordinário da missa deve ser revisto, de modo que se manifeste mais claramente a estrutura de cada uma das suas partes bem como a sua mútua conexão, para facilitar uma participação piedosa e activa dos fiéis. Que os ritos se simplifiquem, bem respeitados na sua estrutura essencial; sejam omitidos todos os que, com o andar do tempo, se duplicaram ou menos útilmente se acrescentaram; restaurem-se, porém, se parecer oportuno ou necessário e segundo a antiga tradição dos Santos Padres, alguns que desapareceram com o tempo.

51. Prepare-se para os fiéis, com maior abundância, a mesa da Palavra de Deus: abram-se mais largamente os tesouros da Bíblia, de modo que, dentro de um período de tempo estabelecido, sejam lidas ao povo as partes mais importantes da Sagrada Escritura.

Homilia e oração dos fiéis

52. A homilia, que é a exposição dos mistérios da fé e das normas da vida cristã no decurso do ano litúrgico e a partir do texto sagrado, é muito para recomendar, como parte da própria Liturgia; não deve omitir-se, sem motivo grave, nas missas dos domingos e festas de preceito, concorridas pelo povo.

53. Deve restaurar-se, especialmente nos domingos e festas de preceito, a «oração comum» ou «oração dos fiéis», recitada após o Evangelho e a homilia, para que, com a participação do povo, se façam preces pela santa Igreja, pelos que nos governam, por aqueles a quem a necessidade oprime, por todos os homens e pela salvação de todo o mundo (39).

Língua

54. A língua vernácula pode dar-se, nas missas celebradas com o povo, um lugar conveniente, sobretudo nas leituras e na «oração comum» e, segundo as diversas circunstâncias dos lugares, nas partes que pertencem ao povo, conforme o estabelecido no art. 36 desta Constituição.

Tomem-se providências para que os fiéis possam rezar ou cantar, mesmo em latim, as partes do Ordinário da missa que lhes competem.

Se algures parecer oportuno um uso mais amplo do vernáculo na missa, observe-se o que fica determinado no art. 40 desta Constituição.

Comunhão dos fiéis

55. Recomenda-se vivamente um modo mais perfeito de participação na missa, que consiste em que os fiéis, depois da comunhão do sacerdote, recebam do mesmo Sacrifício, o Corpo do Senhor.

A comunhão sob as duas espécies, firmes os princípios dogmáticos estabelecidos pelo Concílio de Trento (40), pode ser permitida, quer aos clérigos e religiosos, quer aos leigos, nos casos a determinar pela Santa Sé e ao arbítrio do Bispo, como seria o caso dos recém-ordenados na missa da ordenação, dos professores na missa da sua profissão religiosa, dos neófitos na missa pós-baptismal.

Unidade da liturgia da palavra e da liturgia eucarística

56. Estão tão intimamente ligadas entre si as duas partes de que se compõe, de algum modo, a missa - a liturgia da Palavra e a liturgia eucarística - que formam um só acto de culto. Por isso, o sagrado Concílio exorta com veemência os pastores de almas a instruírem bem os fiéis, na catequese, sobre o dever de ouvir a missa inteira, especialmente nos domingos e festas de preceito.

Concelebração e seu rito

57. § 1. A concelebração, que manifesta bem a unidade do sacerdócio, tem sido prática constante até ao dia de hoje, quer no Oriente quer no Ocidente. Por tal motivo, aprovou o Concílio estender a faculdade de concelebrar aos seguintes casos:

1º. a) na quinta-feira da Ceia do Senhor, tanto na missa crismal como na missa vespertina;

b) nas missas dos Concílios, Conferências episcopais e Sínodos;

c) na missa da bênção dum Abade.

2º. Além disso, com licença do Ordinário, a quem compete julgar da oportunidade da concelebração:

a) na missa conventual e na missa principal das igrejas, sempre que a utilidade dos fiéis não exige a celebração individual de todos os sacerdotes presentes;

b) nas missas celebradas por ocasião de qualquer espécie de reuniões de sacerdotes, tanto seculares como religiosos.

§ 2. 1.º É da atribuição do Bispo regular a disciplina da concelebração na diocese.

2º. Ressalva-se, contudo, que se mantém sempre a faculdade de qualquer sacerdote celebrar individualmente, mas não simultaneamente na mesma igreja, nem na quinta-feira da Ceia do Senhor.

58. Deve compor-se o novo rito da concelebração a inserir no Pontifical e no Missal romano.

CAPÍTULO III

OS OUTROS SACRAMENTOS E OS SACRAMENTAIS

Natureza dos sacramentos

59. Os sacramentos estão ordenados à santificação dos homens, à edificação do Corpo de Cristo e, enfim, a prestar culto a Deus; como sinais, têm também a função de instruir. Não só supõem a fé, mas também a alimentam, fortificam e exprimem por meio de palavras e coisas, razão pela qual se chamam sacramentos da fé. Conferem a graça, a cuja frutuosa recepção a celebração dos mesmos óptimamente dispõe os fiéis, bem como a honrar a Deus do modo devido e a praticar a caridade.

Por este motivo, interessa muito que os fiéis compreendam facilmente os sinais sacramentais e recebam com a maior frequência possível os sacramentos que foram instituídos para alimentar a vida cristã.

Natureza dos sacramentais

60. A santa mãe Igreja instituiu também os sacramentais. Estes são, à imitação dos sacramentos, sinais sagrados que significam realidades, sobretudo de ordem espiritual, e se obtêm pela oração da Igreja. Por meio deles dispõem-se os homens para a recepção do principal efeito dos sacramentos e santificam-se as várias circunstâncias da vida.

61. Portanto, a liturgia dos sacramentos e sacramentais faz com que a graça divina, que deriva do Mistério pascal da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo, onde vão buscar a sua eficácia todos os sacramentos e sacramentais, santifique todos os passos da vida dos fiéis que os recebem com a devida disposição. A ela se deve também que não deixe de poder ser orientado para a santificação dos homens e para o louvor de Deus o bom uso das coisas materiais.

Necessidade de revisão

62. Tendo-se introduzido, com o decorrer do tempo, no ritual dos sacramentos e sacramentais, elementos que tornam hoje menos claros a sua natureza e fim, e devendo por isso fazer-se algumas adaptações às necessidades do nosso tempo, o sagrado Concílio decretou o seguinte em ordem à sua revisão.

A língua

63. Pode ser frequentemente muito útil para o povo o uso do vernáculo na administração dos sacramentos e sacramentais. Dê-se-lhe, por isso, maior importância segundo estas normas:

a) Na administração dos sacramentos e sacramentais pode usar-se o vernáculo, segundo o estatuído no art. 36;

b) A competente autoridade eclesiástica territorial, a que se refere o art. 22 § 2.º desta Constituição, prepare o mais depressa possível, com base na nova edição do Ritual romano, os Rituais particulares, adaptados às necessidades de cada uma das regiões, mesmo quanto à língua. Procure-se que sejam postos em vigor nas respectivas regiões depois de aprovados pela Sé Apostólica. Na composição destes Rituais ou especiais «Coleções de ritos» não devem omitir-se as instruções que o Ritual romano coloca no início de cada rito, quer sejam de carácter pastoral, quer digam respeito às rubricas, quer tenham especial importância comunitária.

Restauração do catecumenado

64. Restaure-se o catecumenado dos adultos, com vários graus, a praticar segundo o critério do Ordinário do lugar, de modo que se possa dar a conveniente instrução a que se destina o catecumenado e santificar este tempo por meio de ritos sagrados que se hão-de celebrar em ocasiões sucessivas.

65. Seja lícito admitir nas terras de Missão, ao lado dos elementos próprios da tradição cristã, os elementos de iniciação usados por cada um desses povos, na medida em que puderem integrar-se no rito cristão, segundo os arts 37-40 desta Constituição.

Rito do Baptismo de adultos

66. Revejam-se tanto o rito simples do Baptismo de adultos, como o mais solene, tendo em conta a restauração do catecumenado, e insira-se no Missal romano a missa própria «para a administração do Baptismo».

Rito do Baptismo de crianças

67. Reveja-se o rito do Baptismo de crianças e adapte-se à sua real condição. Dê-se maior realce, no rito, à parte e aos deveres dos pais e padrinhos.

Adaptações do rito do Baptismo

68. Prevejam-se adaptações no rito do Baptismo, a usar, segundo o critério do Ordinário do lugar; para quando houver grande número de neófitos. Componha-se também um «Rito mais breve» que os catequistas, sobretudo em terras de Missão, e em perigo de morte qualquer fiel, possam utilizar na ausência de um sacerdote ou diácono.

Rito para suprir as cerimónias omitidas no Baptismo

69. Em vez do «Rito para suprir as cerimónias omitidas sobre uma criança já baptizada», componha-se um novo em que se exprima de modo mais claro e conveniente que uma criança, baptizada com o rito breve, já foi recebida na Igreja.

Prepare-se também um novo rito que exprima que são acolhidos na comunhão da Igreja os válidamente batizados que se converteram à Religião católica.

Bênção da água baptismal

Fora do tempo pascal, pode benzer-se a água baptismal no próprio rito do baptismo e com uma fórmula especial mais breve.

Rito da Confirmação

71. Para fazer ressaltar a íntima união do sacramento da Confirmação com toda a iniciação cristã, reveja-se o rito deste sacramento; pela mesma razão, é muito conveniente, antes de o receber, fazer a renovação das promessas do Baptismo.

A Confirmação, se parecer oportuno, pode ser conferida durante a missa; prepare-se, entretanto, em ordem à celebração do rito fora da missa, uma fórmula que lhe possa servir de introdução.

Rito da Penitência

72. Revejam-se o rito e as fórmulas da Penitência de modo que expressem com mais clareza a natureza e o efeito do sacramento.

A Unção dos enfermos

73. A «Extrema-Unção», que também pode, e melhor, ser chamada «Unção dos enfermos», não é sacramento só dos que estão no fim da vida. É já certamente tempo oportuno para a receber quando o fiel começa, por doença ou por velhice, a estar em perigo de morte.

74. Além dos ritos distintos da Unção dos enfermos e do Viático, componha-se um «Rito contínuo» em que a Unção se administre ao doente depois da confissão e antes da recepção do Viático.

75. O número das unções deve regular-se segundo a oportunidade. Revejam-se as orações do rito da Unção dos enfermos, de modo que correspondam às diversas condições dos que recebem este sacramento.

Revisão dos ritos da Ordem

76. Faça-se a revisão do texto e das cerimónias do rito das Ordenações. As alocações do Bispo, no início da ordenação ou sagração, podem ser em vernáculo.

Na sagração episcopal, todos os Bispos presentes podem fazer a imposição das mãos.

Rito do Matrimónio

77. A fim de indicar mais claramente a graça do sacramento e inculcar os deveres dos cônjuges, reveja-se e enriqueça-se o rito do Matrimónio que vem no Ritual romano.

«É desejo veemente do sagrado Concílio que as regiões, onde na celebração do Matrimónio se usam outras louváveis tradições e cerimónias, as conservem» (41).

Concede-se à competente autoridade eclesiástica territorial, a que se refere o art. 22 § 2 desta Constituição, a faculdade de preparar um rito próprio de acordo com o uso dos vários lugares e povos, devendo, porém, o sacerdote que assiste pedir e receber o consentimento dos nubentes.

78. Celebre-se usualmente o Matrimónio dentro da missa, depois da leitura do Evangelho e da homilia e antes da «Oração dos fiéis». A oração pela esposa, devidamente corrigida a fim de inculcar que o dever de fidelidade é mútuo, pode dizer-se em vernáculo.

Se o Matrimónio não for celebrado dentro da missa, leiam-se no começo do rito a epístola e o evangelho da «Missa dos esposos» e nunca se deixe de dar a bênção nupcial.

Revisão dos Sacramentais

79. Faça-se uma revisão dos sacramentos, tendo presente o princípio fundamental de uma participação consciente, activa e fácil dos fiéis, bem como as necessidades do nosso tempo. Podem acrescentar-se nos Rituais, a rever segundo o disposto no art. 63, novos sacramentais conforme as necessidades o pedirem.

Limitem-se a um pequeno número, e só em favor dos Bispos ou Ordinários, as bênções reservadas.

Providencie-se de modo que alguns sacramentais, pelo menos em circunstâncias especiais e a juízo do Ordinário, possam ser administrados por leigos dotados das qualidades requeridas.

Rito da consagração das Virgens

80. Reveja-se o rito da consagração das Virgens, que vem no Pontifical romano.

Componha-se também um rito de profissão religiosa e de renovação de votos, a utilizar, salvo direito particular, por aqueles que fazem a profissão ou renovam os votos dentro da Missa, o qual contribua para maior unidade, sobriedade e dignidade. Será louvável fazer a profissão religiosa dentro da Missa.

Rito das exéquias

81. As exéquias devem exprimir melhor o sentido pascal da morte cristã. Adapte-se mais o rito às condições e tradições das várias regiões, mesmo na cor litúrgica.

82. Faça-se a revisão do rito de sepultura das crianças e dê-se-lhe missa própria.

CAPÍTULO IV

O OFÍCIO DIVINO

Sua natureza: oração da Igreja em nome de Cristo

83. Jesus Cristo, sumo sacerdote da nova e eterna Aliança, ao assumir a natureza humana, trouxe a este exílio da terra aquele hino que se canta por toda a eternidade na celeste mansão. Ele une a si toda a humanidade e associa-a a este cântico divino de louvor.

Continua esse múnus sacerdotal por intermédio da sua Igreja, que louva o Senhor sem cessar e intercede pela salvação de todo o mundo, não só com a celebração da Eucaristia, mas de vários outros modos, especialmente pela recitação do Ofício divino.

84. O Ofício divino, segundo a antiga tradição cristã, destina-se a consagrar, pelo louvor a Deus, o curso diurno e nocturno do tempo. E quando são os sacerdotes a cantar esse admirável cântico de louvor, ou outros para tal deputados pela Igreja, ou os fiéis quando rezam juntamente com o sacerdote segundo as formas aprovadas, então é verdadeiramente a voz da Esposa que fala com o Esposo ou, melhor, a oração que Cristo, unido ao seu Corpo, eleva ao Pai.

85. Todos os que rezam assim, cumprem, por um lado, a obrigação própria da Igreja, e, por outro, participam na imensa honra da Esposa de Cristo, porque estão em nome da Igreja diante do trono de Deus, a louvar o Senhor.

Valor pastoral

86. Os sacerdotes, dedicados ao sagrado ministério pastoral, recitarão com tanto mais fervor o Ofício divino, quanto mais conscientes estiverem de que devem seguir a exortação de S. Paulo: «Rezaí sem cessar» (1 Tess. 5,17). É que só o Senhor pode dar eficácia e fazer progredir a obra em que trabalham, Ele que disse: «Sem mim, nada podeis fazer» (Jo. 15, 5). Razão tiveram os Apóstolos para dizer, quando instituíram os diáconos: «Nós atenderemos com assiduidade à oração e ao ministério da palavra» (Act. 6, 4).

Normas para a reforma

87. Para permitir nas circunstâncias actuais, quer aos sacerdotes, quer a outros membros da Igreja, uma melhor e mais perfeita recitação do Ofício divino, pareceu bem ao sagrado Concílio, continuando a restauração felizmente iniciada pela Santa Sé, estabelecer o seguinte sobre o Ofício do rito romano.

88. Sendo o objectivo do Ofício a santificação do dia, deve rever-se a sua estrutura tradicional, de modo que, na medida do possível, se façam corresponder as «horas» ao seu respectivo tempo, tendo presentes também as condições da vida hodierna em que se encontram sobretudo os que se dedicam a obras do apostolado.

89. Por isso, na reforma do Ofício, observem-se as seguintes normas:

- a) As Laudes, oração da manhã, e as Vésperas, oração da noite, tidas como os dois polos do Ofício quotidiano pela tradição venerável da Igreja universal, devem considerar-se as principais Horas e como tais celebrar-se;
- b) As Completas devem adaptar-se, para condizer com o fim do dia;
- c) As Matinas, continuando embora, quando recitadas em coro, com a índole de louvor nocturno, devem adaptar-se para ser recitadas a qualquer hora do dia; tenham menos salmos e lições mais extensas;
- d) Suprima-se a Hora de Prima;
- e) Mantenham-se na recitação em coro as Horas menores de Tércia, Sexta e Noa. Fora da recitação coral, pode escolher-se uma das três, a que mais se coadune com a hora do dia.

90. Sendo ainda o Ofício divino, como oração pública da Igreja, fonte de piedade e alimento da oração pessoal, exortam-se no Senhor os sacerdotes, e todos os outros que participam no Ofício divino, a que, ao recitarem-no, o espírito corresponda às palavras; para melhor o conseguirem, procurem adquirir maior instrução litúrgica e bíblica, especialmente quanto aos salmos. Tenha-se como objectivo, ao fazer a reforma desse tesouro venerável e secular que é o Ofício romano, que mais larga e facilmente o possam usufruir todos aqueles a quem é confiado.

91. Para poder observar-se realmente o curso das Horas, proposta no artigo 89, distribuam-se os salmos, não já por uma semana, mas por mais longo espaço de tempo.

Conclua-se o mais depressa possível a obra, felizmente iniciada, da revisão do Saltério, procurando respeitar a língua latina cristã, o seu uso litúrgico mesmo no canto, e toda a tradição da Igreja latina.

92. Quanto às leituras, sigam-se estas normas:

- a) Ordenem-se as leituras da Sagrada Escritura de modo que se permita mais fácil e amplo acesso aos tesouros da palavra de Deus;
- b) Faça-se melhor selecção das leituras a extrair das obras dos Santos Padres, Doutores e Escritores eclesiásticos;
- c) As «Paixões» ou vidas dos Santos sejam restituídas à verdade histórica.

93. Restaurem-se os hinos, segundo convenha, na sua forma original, tirando ou mudando tudo o que tenha ressaibos mitológicos ou for menos conforme com a piedade cristã. Se convier, admitam-se também outros que se encontram nas colecções hinológicas.

Recitação coral ou privada

94. Importa, quer para santificar verdadeiramente o dia, quer para recitar as Horas com fruto espiritual, que ao rezá-las se observe o tempo que mais se aproxima do verdadeiro tempo de cada um das Horas canónicas.

95. As Comunidades com obrigação de coro têm o dever de celebrar, além da Missa conventual, diáriamente e em coro, o Ofício divino, ou seja;

a) O Ofício completo: as Ordens de Cónegos, de Monges e Monjas e de outros Regulares que por direito ou constituições estão obrigados ao coro;

b) As partes do Ofício que lhes são impostas pelo direito comum ou particular: os Cabidos das catedrais ou das colegiadas;

c) Todos os membros dessas Comunidades que já receberam Ordens maiores ou fizeram profissão solene, à excepção dos conversos, devem recitar sòzinhos as Horas canónicas que não recitam no coro.

96. Os clérigos não obrigados ao coro, se já receberam Ordens maiores, são obrigados a recitar diáriamente, ou em comum ou individualmente, todo o Ofício, segundo o prescrito no art. 89.

97. As novas rubricas estabelecerão as comutações, que parecerem oportunas, do Ofício divino por outro acto litúrgico. Podem os Ordinários, em casos particulares e por causa justa, dispensar os seus súbditos da obrigação de recitar o Ofício no todo ou em parte, ou comutá-lo.

98. Os membros dos Institutos de perfeição, que, por força das constituições, recitam algumas partes do Ofício divino, participam na oração pública da Igreja.

Tomam parte igualmente na oração pública da Igreja se recitam, segundo as constituições, algum «Ofício breve», desde que seja composto à imitação do Ofício divino e devidamente aprovado.

99. Sendo o Ofício divino a voz da Igreja, isto é, de todo o Corpo místico a louvar a Deus públicamente, aconselha-se aos clérigos não obrigados ao coro, e sobretudo aos sacerdotes que convivem ou se retinem, que rezem em comum ao menos alguma parte do Ofício divino.

Todos, pois, os que recitam o Ofício quer em coro quer em comum, esforcem-se por desempenhar do modo mais perfeito possível o múnus que lhes está confiado, tanto na disposição interior do espírito como na compostura exterior. Além disso, é bem que se cante o Ofício divino, tanto em coro como em comum, segundo a oportunidade.

100. Cuidem os pastores de almas que nos domingos e festas mais solenes se celebrem em comum na igreja as Horas principais, especialmente Vésperas. Recomenda-se também aos leigos que recitem o Ofício divino, quer juntamente com os sacerdotes, quer uns com os outros, ou mesmo particularmente.

Língua

101. § 1. Conforme à tradição secular do rito latino, a língua a usar no Ofício divino é o latim. O Ordinário poderá, contudo, conceder, em casos particulares, aos clérigos para quem o uso da língua latina for um impedimento grave para devidamente recitarem o Ofício, a faculdade de usarem uma tradução em vernáculo, composta segundo a norma do art. 36.

§ 2. O Superior competente pode conceder às Monjas, como também aos membros dos Institutos de perfeição, não clérigos ou mulheres, o uso do vernáculo no Ofício divino, mesmo na celebração coral, desde que a versão seja aprovada.

§ 3. Cumprem a sua obrigação de rezar o Ofício divino os clérigos que o recitem em vernáculo com a assembleia dos fiéis ou com aqueles a que se refere o § 2, desde que a tradução seja aprovada.

CAPÍTULO V

O ANO LITÚRGICO

Sua natureza: o ciclo do tempo

102. A santa mãe Igreja considera seu dever celebrar, em determinados dias do ano, a memória sagrada da obra de salvação do seu divino Esposo. Em cada semana, no dia a que chamou domingo, celebra a da Ressurreição do Senhor, como a celebra também uma vez no ano na Páscoa, a maior das solenidades, unida à memória da sua Paixão.

Distribui todo o mistério de Cristo pelo correr do ano, da Incarnação e Nascimento à Ascensão, ao Pentecostes, à expectativa da feliz esperança e da vinda do Senhor.

Com esta recordação dos mistérios da Redenção, a Igreja oferece aos fiéis as riquezas das obras e merecimentos do seu Senhor, a ponto de os tornar como que presentes a todo o tempo, para que os fiéis, em contacto com eles, se encham de graça.

as festas da Virgem e dos Santos

103. Na celebração deste ciclo anual dos mistérios de Cristo, a santa Igreja venera com especial amor, porque indissolúvelmente unida à obra de salvação do seu Filho, a Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, em quem vê e exalta o mais excelso fruto da Redenção, em quem contempla, qual imagem puríssima, o que ela, toda ela, com alegria deseja e espera ser..

104. A Igreja inseriu também no ciclo anual a memória dos Mártires e outros Santos, os quais, tendo pela graça multiforme de Deus atingido a perfeição e alcançado a salvação eterna, cantam hoje a Deus no céu o louvor perfeito e intercedem por nós. Ao celebrar o «dies natalis» (dia da morte) dos Santos, proclama o mistério pascal realizado na paixão e glorificação deles com Cristo, propõe aos fiéis os seus exemplos, que conduzem os homens ao Pai por Cristo, e implora pelos seus méritos as bênçãos de Deus.

exercícios de piedade

105. Em várias épocas do ano e seguindo o uso tradicional, a Igreja completa a formação dos fiéis servindo-se de piedosas práticas corporais e espirituais, da instrução, da oração e das obras de penitência e misericórdia.

Por isso, aprovou ao sagrado Concílio determinar o seguinte:

Domingo e festas do Senhor

106. Por tradição apostólica, que nasceu do próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal todos os oito dias, no dia que bem se denomina dia do Senhor ou domingo. Neste dia devem os fiéis reunir-se para participarem na Eucaristia e ouvirem a palavra de Deus, e assim recordarem a Paixão, Ressurreição e glória do Senhor Jesus e darem graças a Deus que os »regenerou para uma esperança viva pela Ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos» (1 Pedr. 1,3). O domingo é, pois, o principal dia de festa a propor e inculcar no espírito dos fiéis; seja também o dia da alegria e do repouso. Não deve ser sacrificado a outras celebrações que não sejam de máxima importância, porque o domingo é o fundamento e o centro de todo o

107. Reveja-se o ano litúrgico de tal modo que, conservando-se ou reintegrando-se os costumes tradicionais dos tempos litúrgicos, segundo o permitirem as circunstâncias de hoje, mantenha o seu carácter original para, com a celebração dos mistérios da Redenção cristã, sobretudo do mistério pascal, alimentar devidamente a piedade dos fiéis. Sé acaso forem necessárias adaptações aos vários lugares, façam-se segundo os art. 39 e 40.

108. Oriente-se o espírito dos fiéis em primeiro lugar para as festas do Senhor, as quais celebram durante o ano os mistérios da salvação e, para que o ciclo destes mistérios possa ser celebrado no modo devido e na sua totalidade, dê-se ao Próprio do Tempo o lugar que lhe convém, de preferência sobre as festas dos Santos.

A Quaresma

109. Ponham-se em maior realce, tanto na Liturgia como na catequese litúrgica, os dois aspectos característicos do tempo quaresmal, que pretende, sobretudo através da recordação ou preparação do Baptismo e pela Penitência, preparar os fiéis, que devem ouvir com mais frequência a Palavra de Deus e dar-se à oração com mais insistência, para a celebração do mistério pascal. Por isso:

a) utilizem-se com mais abundância os elementos baptismais próprios da liturgia quaresmal e retomem-se, se parecer oportuno, elementos da antiga tradição;

b) o mesmo se diga dos elementos penitenciais. Quanto à catequese, inculque-se nos espíritos, de par com as consequências sociais do pecado, a natureza própria da penitência, que é detestação do pecado por ser ofensa de Deus; nem se deve esquecer a parte da Igreja na prática penitenciais, nem deixar de recomendar a oração pelos pecadores.

110. A penitência quaresmal deve ser também externa e social, que não só interna e individual. Estimule-se a prática da penitência, adaptada ao nosso tempo, às possibilidades das diversas regiões e à condição de cada um dos fiéis. Recomendem-na as autoridades a que se refere o art. 22.

Mantenha-se religiosamente o jejum pascal, que se deve observar em toda a parte na Sexta-feira da Paixão e Morte do Senhor e, se oportuno, estender-se também ao Sábado santo, para que os fiéis possam chegar à alegria da Ressurreição do Senhor com elevação e largueza de espírito.

As festas dos santos

111. A Igreja, segundo a tradição, venera os Santos e as suas relíquias autênticas, bem como as suas imagens. É que as festas dos Santos proclamam as grandes obras de Cristo nos seus servos e oferecem aos fiéis os bons exemplos a imitar.

Para que as festas dos Santos não prevaleçam sobre as festas que recordam os mistérios da salvação, muitas delas ficarão a ser celebradas só por uma igreja particular ou nação ou família religiosa, estendendo-se apenas a toda a Igreja as que festejam Santos de inegável importância universal.

CAPÍTULO VI

A MÚSICA SACRA

Importância para a Liturgia

112. A tradição musical da Igreja é um tesouro de inestimável valor, que excede todas as outras expressões de arte, sobretudo porque o canto sagrado, intimamente unido com o texto, constitui parte necessária ou integrante da Liturgia solene.

Não cessam de a enaltecer, quer a Sagrada Escritura (42), quer os Santos Padres e os Romanos Pontífices, que ainda recentemente, a começar em S. Pio X, vincaram com mais insistência a função ministerial da música sacra no culto divino.

A música sacra será, por isso, tanto mais santa quanto mais intimamente unida estiver à acção litúrgica, quer como expressão delicada da oração, quer como factor de comunhão, quer como elemento de maior solenidade nas funções sagradas. A Igreja aprova e aceita no culto divino todas as formas autênticas de arte, desde que dotadas das qualidades requeridas.

O sagrado Concílio, fiel às normas e determinações da tradição e disciplina da Igreja, e não perdendo de vista o fim da música sacra, que é a glória de Deus e a santificação dos fiéis, estabelece o seguinte:

113. A acção litúrgica reveste-se de maior nobreza quando é celebrada de modo solene com canto, com a presença dos ministros sagrados e a participação activa do povo.

Observe-se, quanto à língua a usar, o art. 36; quanto à Missa, o art. 54; quanto aos sacramentos, o art. 63; e quanto ao Ofício divino, o art. 101.

Promoção da música sacra

114. Guarde-se e desenvolva-se com diligência o património da música sacra. Promovam-se com empenho, sobretudo nas igrejas catedrais, as «Scholae cantorum». Procurem os Bispos e demais pastores de almas que os fiéis participem activamente nas funções sagradas que se celebram com canto, na medida que lhes compete e segundo os art. 28 e 30.

115. Dê-se grande importância nos Seminários, Noviciados e casas de estudo de religiosos de ambos os sexos, bem como noutros institutos e escolas católicas, à formação e prática musical. Para o conseguir, procure-se preparar também e com muito cuidado os professores que terão a missão de ensinar a música sacra.

Recomenda-se a fundação, segundo as circunstâncias, de Institutos Superiores de música sacra.

Os compositores e os cantores, principalmente as crianças, devem receber também uma verdadeira educação litúrgica.

116. A Igreja reconhece como canto próprio da liturgia romana o canto gregoriano; terá este, por isso, na acção litúrgica, em igualdade de circunstâncias, o primeiro lugar.

Não se excluem todos os outros géneros de música sacra, mormente a polifonia, na celebração dos Ofícios divinos, desde que estejam em harmonia com o espírito da acção litúrgica, segundo o estatuído no art. 30.

117. Procure terminar-se a edição típica dos livros de canto gregoriano; prepare-se uma edição mais crítica dos livros já editados depois da reforma de S. Pio X.

Convirá preparar uma edição com melodias mais simples para uso das igrejas menores.

118. Promova-se muito o canto popular religioso, para que os fiéis possam cantar tanto nos exercícios piedosos e sagrados como nas próprias acções litúrgicas, segundo o que as rubricas determinam.

Adaptação às diferentes culturas

119. Em certas regiões, sobretudo nas Missões, há povos com tradição musical própria, a qual tem excepcional importância na sua vida religiosa e social. Estime-se como se deve e dê-se-lhe o lugar que lhe compete, tanto na educação do sentido religioso desses povos como na adaptação do culto à sua índole, segundo os art. 39 e 40. Por isso, procure-se cuidadosamente que, na sua formação musical, os

missionários fiquem aptos, na medida do possível, a promover a música tradicional desses povos nas escolas e nas acções sagradas.

Instrumentos músicos sagrados

120. Tenha-se em grande apreço na Igreja latina o órgão de tubos, instrumento musical tradicional e cujo som é capaz de dar às cerimónias do culto um esplendor extraordinário e elevar poderosamente o espírito para Deus.

Podem utilizar-se no culto divino outros instrumentos, segundo o parecer e com o consentimento da autoridade territorial competente, conforme o estabelecido nos art. 22 § 2, 37 e 40, contanto que esses instrumentos estejam adaptados ou sejam adaptáveis ao uso sacro, não desdigam da dignidade do templo e favoreçam realmente a edificação dos fiéis.

Normas para os compositores

121. Os compositores possuídos do espírito cristão compreendam que são chamados a cultivar a música sacra e a aumentar-lhe o património.

Que as suas composições se apresentem com as características da verdadeira música sacra, possam ser cantadas não só pelos grandes coros, mas se adaptem também aos pequenos e favoreçam uma activa participação de toda a assembleia dos fiéis.

Os textos destinados ao canto sacro devem estar de acordo com a doutrina católica e inspirar-se sobretudo na Sagrada Escritura e nas fontes litúrgicas.

CAPÍTULO VII

A ARTE SACRA E AS ALFAIAS LITÚRGICAS

A arte sacra e seus estilos

122. Entre as mais nobres actividades do espírito humano estão, de pleno direito, as belas artes, e muito especialmente a arte religiosa e o seu mais alto cimo, que é a arte sacra. Elas tendem, por natureza, a exprimir de algum modo, nas obras saídas das mãos do homem, a infinita beleza de Deus, e estarão mais orientadas para o louvor e glória de Deus se não tiverem outro fim senão o de conduzir piamente e o mais eficazmente possível, através das suas obras, o espírito do homem até Deus.

É esta a razão por que a santa mãe Igreja amou sempre as belas artes, formou artistas e nunca deixou de procurar o contributo delas, procurando que os objectos atinentes ao culto fossem dignos, decorosos e belos, verdadeiros sinais e símbolos do sobrenatural. A Igreja julgou-se sempre no direito de ser como que o seu árbitro, escolhendo entre as obras dos artistas as que estavam de acordo com a fé, a piedade e as orientações veneráveis da tradição e que melhor pudessem servir ao culto.

A Igreja preocupou-se com muita solicitude em que as alfaias sagradas contribuíssem para a dignidade e beleza do culto, aceitando no decorrer do tempo, na matéria, na forma e na ornamentação, as mudanças que o progresso técnico foi introduzindo.

Pareceu bem aos Padres determinar, a este propósito, o que segue:

123. A Igreja, nunca considerou um estilo como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas, segundo a índole e condição dos povos e as exigências dos vários ritos, criando deste modo no decorrer dos séculos um tesouro artístico que deve ser conservado cuidadosamente. Seja também cultivada livremente na Igreja a arte do nosso tempo, a arte de todos os povos e regiões, desde que sirva com a

devida reverência e a devida honra às exigências dos edifícios e ritos sagrados. Assim poderá ela unir a sua voz ao admirável cântico de glória que grandes homens elevaram à fé católica em séculos passados.

124. Ao promoverem uma autêntica arte sacra, prefiram os Ordinários à mera sumptuosidade uma beleza que seja nobre. Aplique-se isto mesmo às vestes e ornamentos sagrados.

Tenham os Bispos todo o cuidado em retirar da casa de Deus e de outros lugares sagrados aquelas obras de arte que não se coadunam com a fé e os costumes e com a piedade cristã, ofendem o genuíno sentido religioso, quer pela depravação da forma, que pela insuficiência, mediocridade ou falsidade da expressão artística.

Na construção de edifícios sagrados, tenha-se grande preocupação de que sejam aptos para lá se realizarem as acções litúrgicas e permitam a participação activa dos fiéis.

O culto das imagens

125. Mantenha-se o uso de expor imagens nas igrejas à veneração ds fiéis. Sejam, no entanto, em número comedido e na ordem devida, para não causar estranheza aos fiéis nem contemporizar com uma devoção menos ortodoxa.

Comissão diocesana da arte

126. Para emitir um juízo sobre as obras de arte, oiçam os Ordinários de lugar o parecer da Comissão de arte sacra e de outras pessoas particularmente competentes, se for o caso, assim como também das Comissões a que se referem os art. 44, 45, 46.

Os Ordinários vigiarão com todo o cuidado para que não se percam nem se alienem as alfaias sagradas e obras preciosas, que embelezam a casa de Deus.

Promoção da arte e formação dos artistas

127. Cuidem os Bispos de, por si ou por sacerdotes idóneos e que conheçam e amem a arte, imbuir os artistas do espírito da arte sacra e da sagrada Liturgia.

Recomenda-se também, para formar os artistas, a criação de Escolas ou Academias de arte sacra, onde parecer oportuno.

Recordem-se constantemente os artistas que desejam, levados pela sua inspiração, servir a glória de Deus na santa Igreja, de que a sua actividade é, de algum modo, uma sagrada imitação de Deus criador e de que as suas obras se destinam ao culto católico, à edificação, piedade e instrução religiosa dos fiéis.

128. Revejam-se o mais depressa possível, juntamente com os livros litúrgicos, conforme dispõe o art. 25, os cânones e determinações eclesiásticas atinentes ao conjunto das coisas externas que se referem ao culto, sobretudo quanto a uma construção funcional e digna dos edifícios sagrados, erecção e forma dos altares, nobreza, disposição e segurança dos sacrários, dignidade e funcionalidade do baptistério, conveniente disposição das imagens, decoração e ornamentos. Corrijam-se ou desapareçam as normas que parecem menos de acordo com a reforma da Liturgia; mantenham-se e introduzam-se as que forem julgadas aptas a promovê-la.

Neste particular e especialmente quanto à matéria e forma dos objectos e das vestes sagradas, o sagrado Concílio concede às Conferências episcopais das várias regiões a faculdade de fazer a adaptação às necessidades e costumes dos lugares, segundo o art. 22 desta Constituição.

129. Para poderem estimar e conservar os preciosos monumentos da Igreja e para estarem aptos a orientar como convém os artistas na realização das suas obras, devem os clérigos, durante o curso filosófico e teológico, estudar a história e evolução da arte sacra, bem como os seus princípios em que deve fundar-se.

Uso das insígnias pontificias

130. É conveniente que o uso das insígnias pontificais seja reservado às pessoas eclesíásticas que possuem a dignidade episcopal ou gozam de especial jurisdição.

Apêndice

DECLARAÇÃO DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II
SOBRE A REFORMA DO CALENDÁRIO

Apêndice: Declaração sobre a revisão do Calendário

O sagrado Concílio Ecumênico Vaticano II, tendo na devida conta o desejo expresso por muitos para dar à festa da Páscoa um domingo certo e adoptar um calendário fixo, depois de ter ponderado maduramente as consequências que poderão resultar da introdução do novo calendário, declara o seguinte:

1. O sagrado Concílio não tem nada a opor à fixação da festa da Páscoa num domingo certo do calendário gregoriano, se obtiver o assentimento daqueles a quem interessa, especialmente dos irmãos separados da comunhão com a Sé Apostólica.
2. Igualmente declara não se opor às iniciativas para introduzir um calendário perpétuo na sociedade civil.

Contudo, entre os vários sistemas em estudo para fixar um calendário perpétuo e introduzi-lo na sociedade civil, a Igreja só não se opõe àqueles que conservem a semana de sete dias e com o respectivo domingo. A Igreja deseja também manter intacta a sucessão hebdomadária, sem inserção de dias fora da semana, a não ser que surjam razões gravíssimas sobre as quais deverá pronunciar-se a Sé Apostólica.

Roma, 4 de Dezembro de 1963.

PAPA PAULO VI

Anexo 2 - Instrução Geral do Missal Romano

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÃO E ADORNO DAS IGREJAS
PARA A CELEBRAÇÃO DA EUCARISTIA

I. PRINCÍPIOS GERAIS

288. Para a celebração da Eucaristia, o povo de Deus reúne-se normalmente na igreja ou, quando esta falta ou é insuficiente, num lugar decente e que seja digno de tão grande mistério. Por isso, as igrejas e os outros lugares devem ser aptos para a conveniente realização da acção sagrada e para se conseguir a participação activa dos fiéis. Além disso, os edifícios sagrados e os objectos destinados ao culto divino devem ser dignos e belos como sinais e símbolos das realidades celestes.¹⁰⁸

289. É por isso que a Igreja recorre sempre à nobre ajuda das artes, e admite as formas de expressão artística próprias de cada povo ou região.¹⁰⁹ Mais ainda, não só se empenha em conservar as obras de arte e os tesouros que nos legaram os séculos passados¹¹⁰ e, na medida do possível, as adapta às novas necessidades, mas também se esforça por estimular a criação de novas formas, de acordo com a maneira de ser de cada época.¹¹¹

¹⁰⁸ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 122-124; Decr. sobre o ministério e a vida dos Presbíteros, *Presbyterorum ordinis*, 5; S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Setembro 1964, 90: *AAS* 56 (1964) 897; Instr. *Eucharisticum mysterium*, 25 de Maio 1967, 24: *AAS* 59 (1967) 554; *Código de Direito Canónico*, cân. 932 § 1.

¹⁰⁹ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 123.

¹¹⁰ Cf. S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Eucharisticum mysterium*, 25 de Maio 1967, 24: *AAS* 59 (1967) 554.

¹¹¹ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 123, 129; S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Setembro 1964, n. 13c: *AAS* 56 (1964) 880.

Por conseguinte, tanto na formação dos artistas como na escolha das obras de arte a admitir na igreja, deve procurar-se o valor artístico autêntico, que alimente a fé e a piedade e que, por outro lado, corresponda à verdade do seu significado e aos fins a que se destina.¹¹²

290. Todas as igrejas devem ser dedicadas ou ao menos benzidas. As igrejas catedrais e paroquiais, porém, sejam solenemente dedicadas.

291. Todos os interessados na correcta construção, reparação e adaptação dos edifícios sagrados, devem consultar a Comissão diocesana da sagrada Liturgia e de Arte sacra. O Bispo diocesano, porém, recorrerá ao conselho e ajuda da referida Comissão, sempre que tenha de estabelecer normas sobre esta matéria, aprovar projectos de novas construções ou decidir questões de certa importância.¹¹³

292. Na ornamentação da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado.

293. Uma conveniente disposição da igreja e seus anexos, capaz de satisfazer realmente às exigências do nosso tempo, requer que se atenda, não apenas àquilo que directamente se relaciona com a celebração das acções sagradas, mas também a tudo o que possa contribuir para a conveniente comodidade dos fiéis, como se faz habitualmente nos lugares onde o povo se reúne.

294. O povo de Deus, que se reúne para a Missa, tem uma estrutura orgânica e hierárquica, que se exprime nos diversos ministérios e diversas acções que se realizam em cada uma das partes da celebração. Portanto, o edifício sagrado, na sua disposição geral, deve reproduzir de algum modo a imagem da assembleia congregada, proporcionar a conveniente coordenação de todos os seus elementos e facilitar o perfeito desempenho da função de cada um.

¹¹² Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 123.

¹¹³ Cf. *Ibidem*, 126; S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Setembro 1964, 91: *AAS* 56 (1964) 898.

O lugar destinado aos fiéis e ao coro deve ser de modo a tornar mais fácil a sua participação activa.¹¹⁴

O lugar do sacerdote celebrante, do diácono e dos outros ministros é o presbitério. Ai se preparam os assentos dos concelebrantes; quando, porém, o seu número for grande, disponham-se os assentos noutra parte da igreja, mas perto do altar.

Embora tudo isto deva exprimir a estrutura hierárquica e a diversidade dos ministérios, deve também formar uma unidade íntima e orgânica que manifeste de modo mais claro a unidade de todo o povo santo. Por outro lado, a natureza e a beleza do lugar sagrado, bem como de todas as alfaias do culto, devem ser de tal modo que fomentem a piedade e expressem a santidade dos mistérios que se celebram.

II. DISPOSIÇÃO DO PRESBITÉRIO PARA A CELEBRAÇÃO LITÚRGICA

295. O presbitério é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial. Deve ser suficientemente espaçoso para que a celebração da Eucaristia se desenrole comodamente e possa ser vista.¹¹⁵

O altar e o seu adorno

296. O altar, em que se torna presente sob os sinais sacramentais o sacrifício da cruz, é também a mesa do Senhor, na qual o povo de Deus é chamado a participar quando é convocado para a Missa; o altar é também o centro da acção de graças celebrada na Eucaristia.

¹¹⁴ Cf. S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Setembro 1964, 97-98: *AAS* 56 (1964) 899.

¹¹⁵ Cf. *Ibidem*, 91: *AAS* 56 (1964) 898.

297. A celebração da Eucaristia em lugar sagrado faz-se sobre o altar; fora do lugar sagrado, também pode ser celebrada sobre uma mesa adequada, coberta sempre com uma toalha e o corporal, e com a cruz e os candelabros.

298. É conveniente que em cada igreja haja um altar fixo, que significa mais clara e permanentemente Cristo Jesus, Pedra viva (*1 Ped* 2, 4; cf. *Ef* 2, 20); nos outros lugares destinados às celebrações sagradas, o altar pode ser móvel.

Diz-se altar fixo aquele que é construído sobre o pavimento e de tal modo unido a ele que não se pode remover. Diz-se altar móvel aquele que se pode deslocar de um sítio para outro.

299. Onde for possível, o altar deve ser construído afastado da parede, de modo a permitir andar em volta dele e celebrar a Missa de frente para o povo. Pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções de toda a assembleia dos fiéis.¹¹⁶ Normalmente deve ser fixo e dedicado.

300. O altar fixo ou móvel é dedicado segundo o rito descrito no Pontifical Romano; o altar móvel, porém, pode ser simplesmente benzido.

301. Segundo um costume e um simbolismo tradicional da Igreja, a mesa do altar fixo deve ser de pedra natural. Contudo, segundo o critério da Conferência Episcopal, é permitida a utilização de outros materiais, contanto que sejam dignos, sólidos e artisticamente trabalhados. O suporte ou base em que assenta a mesa pode ser de material diferente, contanto que seja digno e sólido.

O altar móvel pode ser construído de qualquer material nobre e sólido, adequado ao uso litúrgico, segundo as tradições e costumes de cada região.

302. Mantenha-se oportunamente o uso de colocar sob o altar que vai ser dedicado relíquias de Santos, ainda que não sejam Mártires. Mas tenha-se o cuidado de verificar a autenticidade dessas relíquias.

¹¹⁶ Cf. *Ibidem*.

303. Na construção de novas igrejas deve erigir-se um só altar, que significa na assembleia dos fiéis que há um só Cristo e que a Eucaristia da Igreja é só uma.

Nas igrejas já construídas, quando nelas existir um altar antigo situado de tal modo que torne difícil a participação do povo, e que não se possa transferir sem detrimento dos valores artísticos, construa-se com arte outro altar fixo, devidamente dedicado, e realizem-se apenas nele as celebrações sagradas. Para não desviar a atenção dos fiéis do novo altar, não se adorne de modo especial o altar antigo.

304. Pela reverência devida à celebração do memorial do Senhor e ao banquete em que é distribuído o Corpo e o Sangue de Cristo, o altar sobre o qual se celebra deve ser coberto ao menos com uma toalha de cor branca, que, pela sua forma, tamanho e ornato, deve estar em harmonia com a estrutura do altar.

305. Haja moderação na ornamentação do altar.

No tempo do Advento ornamente-se o altar com flores com a moderação que convém à índole deste tempo, de modo a não antecipar a plena alegria do Natal do Senhor. No tempo da Quaresma não é permitido adornar o altar com flores. Exceptuam-se, porém, o domingo *Laetare* (IV da Quaresma), as solenidades e as festas.

A ornamentação com flores deve ser sempre sóbria e, em vez de as pôr sobre a mesa do altar, disponham-se junto dele.

306. Sobre a mesa do altar, apenas se podem colocar as coisas necessárias para a celebração da Missa, ou seja, o Evangelário desde o início da celebração até à proclamação do Evangelho; e desde a apresentação dos dons até à purificação dos vasos, o cálice com a patena, a píxide, se for precisa, e ainda o corporal, o sanguinho, a pala e o Missal.

Além disso, devem dispor-se discretamente os instrumentos porventura necessários para amplificar a voz do sacerdote.

307. Os castiçais prescritos para cada acção litúrgica, em sinal de veneração e de celebração festiva (cf. n. 117), dispõem-se em cima do próprio altar ou em volta dele, como for mais conveniente, de acordo com a estrutura quer do altar quer do presbitério, de modo a formar um todo harmónico e a não impedir os fiéis de verem facilmente o que no altar se realiza ou o que nele se coloca.

308. Sobre o altar ou junto dele coloca-se também uma cruz, com a imagem de Cristo crucificado, que a assembleia possa ver bem. Convém que, mesmo fora das acções litúrgicas, permaneça junto do altar uma tal cruz, para recordar aos fiéis a paixão salvadora do Senhor.

O ambão

309. A dignidade da palavra de Deus requer que haja na igreja um lugar adequado para a sua proclamação e para o qual, durante a liturgia da palavra, convirja espontaneamente a atenção dos fiéis.¹¹⁷

Em princípio, este lugar deve ser um ambão estável e não uma simples estante móvel. Tanto quanto a arquitectura da igreja o permita, o ambão dispõe-se de modo que os ministros ordenados e os leitores possam facilmente ser vistos e ouvidos pelos fiéis.

Do ambão são proferidas unicamente as leituras, o salmo responsorial e o precónio pascal. Podem também fazer-se do ambão a homilia e proporem-se as intenções da oração universal. A dignidade do ambão exige que só o ministro da palavra suba até ele.

Convém que um novo ambão, antes de ser destinado ao uso litúrgico, seja benzido segundo o rito que vem no Ritual Romano.¹¹⁸

A cadeira para o sacerdote celebrante e outros assentos

310. A cadeira do sacerdote celebrante deve significar a sua função de presidente da assembleia e guia da oração. Por isso, o lugar mais indicado é ao fundo do presbitério, de frente para o povo, a não ser que a arquitectura da igreja ou outras circunstâncias o não permitam: por exemplo, se devido a uma distância excessiva se tornar difícil a comunicação entre o sacerdote e a assembleia reunida, ou se o sacrário estiver situado ao centro, atrás do altar. Deve, porém, evitar-se todo o aspecto de trono.¹¹⁹

¹¹⁷ Cf. *Ibidem*, 96: AAS 56 (1964) 899.

¹¹⁸ Cf. *Bênção do novo ambão*, in Ritual Romano, *Celebração das Bênçãos*, nn. 900-918, Coimbra 1991, 345-349.

¹¹⁹ Cf. S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Setembro 1964, 92: AAS 56 (1964) 898.

É conveniente que a cadeira, antes de ser destinada ao uso litúrgico, seja benzida segundo o rito que vem no Ritual Romano.¹²⁰

No presbitério dispõem-se também assentos para os sacerdotes concelebrantes ou para os presbíteros que, vestidos com a veste coral, estão na celebração, mas não concelebram.

Coloque-se o assento do diácono junto da cadeira do celebrante. Para os outros ministros disponham-se os assentos de modo a distinguirem-se claramente dos do clero, e donde possam desempenhar facilmente as funções que lhes estão atribuídas.¹²¹

III. A DISPOSIÇÃO DA IGREJA

O lugar dos fiéis

311. O lugar destinado aos fiéis deve ser objecto de particular cuidado, dispondo-o de modo a permitir-lhes participar devidamente nas celebrações sagradas com a vista e com o espírito. Normalmente deve haver para eles bancos ou cadeiras. Reprova-se, porém, o costume de reservar lugares especiais para pessoas privadas.¹²² Estes bancos ou cadeiras, principalmente nas igrejas construídas de novo, estejam dispostos de tal modo, que os fiéis possam facilmente adoptar as atitudes do corpo requeridas para as diferentes partes da celebração e aproximar-se sem dificuldade da sagrada Comunhão.

Atenda-se a que os fiéis não somente possam ver quer o sacerdote quer o diácono e os leitores, mas também consigam ouvi-los comodamente, recorrendo aos meios da técnica moderna.

O lugar do coro e dos instrumentos musicais

312. Tanto quanto a estrutura da igreja o permita, ao coro deve destinar-se um lugar que manifeste claramente a sua natureza, como parte da assembleia dos fiéis, e a função peculiar que lhe está reservada; que facilite o desempenho dessa sua função, e que permita comodamente a todos os seus componentes uma participação sacramental plena na Missa.¹²³

313. O órgão e os outros instrumentos musicais legitimamente aprovados sejam colocados num lugar apropriado, de modo a poderem apoiar o canto, quer do coro quer do povo, e a serem bem ouvidos por todos, quando intervêm sozinhos. É conveniente que o órgão, antes de ser destinado ao uso litúrgico, seja benzido segundo o rito que vem no Ritual Romano.¹²⁴

No tempo do Advento usem-se o órgão e outros instrumentos musicais com a moderação que convém à índole deste tempo, de modo a não antecipar a plena alegria do Natal do Senhor.

No tempo da Quaresma só é permitido o toque do órgão e dos outros instrumentos musicais para sustentar o canto. Exceptuam-se, porém, o domingo *Laetare* (IV da Quaresma), as solenidades e as festas.

O lugar da reserva da santíssima Eucaristia

314. Conforme a arquitectura de cada igreja e de acordo com os legítimos costumes locais, guarde-se o Santíssimo Sacramento no sacrário, num lugar de honra da igreja, insigne, visível, devidamente ornamentado e adequado à oração.¹²⁵

¹²⁰ Cf. *Bênção da nova cátedra ou sede presidencial*, in Ritual Romano, *Celebração das Bênçãos*, nn. 880-899, Coimbra 1991, 339-344.

¹²¹ Cf. S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Setembro 1964, 92: AAS 56 (1964) 898.

¹²² Cf. II CONC. DO VATICANO, CONST. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 32.

¹²³ Cf. S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Musicae sacram*, 5 de Março 1967, 23: AAS 59 (1967) 307.

¹²⁴ Cf. *Bênção do órgão*, in RITUAL ROMANO, *Celebração das Bênçãos*, nn. 1052-1067, Coimbra 1991, 405-411.

¹²⁵ Cf. S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Eucharisticum mysterium*, 25 de Maio 1967, 54: AAS 59 (1967) 568; Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Setembro 1964, 95: AAS 56 (1964) 898.

Habitualmente, o tabernáculo deve ser único, inamovível, feito de material sólido e inviolável, não transparente, e fechado de tal modo que evite o mais possível todo o perigo de profanação.¹²⁶ Convém, além disso, que antes de se destinar ao uso litúrgico, seja benzido segundo o rito que vem no Ritual Romano.¹²⁷

315. Está mais de harmonia com a natureza do sinal que no altar em que se celebra a Missa não esteja o sacrário onde se guarda a Santíssima Eucaristia.¹²⁸

A juízo do Bispo diocesano o sacrário pode colocar-se:

a) ou no presbitério, fora do altar da celebração, com a forma e a localização mais convenientes, sem excluir algum altar antigo que já não se utilize para celebrar (n. 303);

b) ou também nalguma capela adequada à adoração e oração privada dos fiéis,¹²⁹ que esteja organicamente unida à igreja e visível aos fiéis cristãos.

316. Segundo o costume tradicional, junto do sacrário deve estar continuamente acesa uma lâmpada especial, alimentada com azeite ou cera, com que se indique e honre a presença de Cristo.¹³⁰

¹²⁶ Cf. S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Eucharisticum mysterium*, 25 de Maio 1967, 52: AAS 59 (1967) 568; Instr. *Inter Oecumenici*, 26 de Setembro 1964, 95: AAS 56 (1964) 898; S. CONGREGAÇÃO PARA OS SACRAMENTOS, Instr. *Nullo unquam tempore*, 28 de Maio de 1938, 4: AAS 30 (1938) 199-200; RITUAL ROMANO, *Sagrada Comunhão e Culto do mistério eucarístico fora da Missa*, 2ª edição, nn. 10-11, Coimbra 1995, p. 13; *Código de Direito Canónico*, cân. 938 § 3.

¹²⁷ Cf. *Bênção de um novo Sacrário*, in Ritual Romano, *Celebração das Bênçãos*, nn. 919-929, Coimbra 1991, pp. 349-352.

¹²⁸ Cf. S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Eucharisticum mysterium*, 25 de Maio 1967, 55: AAS 59 (1967) 569.

¹²⁹ *Ibidem*, n. 53: AAS 59 (1967) 568; RITUAL ROMANO, *Sagrada Comunhão e Culto do mistério eucarístico fora da Missa*, 2ª edição, n. 9, Coimbra 1995, p. 12; *Código de Direito Canónico*, cân. 938 § 2; JOÃO PAULO II, Carta *Dominicae Ceneae*, 24 de Fevereiro de 1980, 3: AAS 72 (1980) 117-119.

¹³⁰ Cf. *Código de Direito Canónico*, cân. 940; S. CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Instr. *Eucharisticum mysterium*, 25 de Maio 1967, 57: AAS 59 (1967) 569; Ritual Romano, *Sagrada Comunhão e Culto do mistério eucarístico fora da Missa*, 2ª edição, n. 11, Coimbra 1995, p. 13.

317. Não se esqueça também, de modo nenhum, tudo o mais que o direito prescreve acerca da conservação da Santíssima Eucaristia.¹³¹

As imagens sagradas

318. Pela liturgia da terra a Igreja participa, saboreando-a já, na liturgia celeste celebrada na cidade santa de Jerusalém, para a qual como peregrina se dirige, onde Cristo está sentado à direita de Deus e onde espera ter parte e comunhão com os Santos, cuja memória venera.¹³²

Por isso, de acordo com a antiquíssima tradição da Igreja, exponham-se à veneração dos fiéis, nos edifícios sagrados, imagens do Senhor, da bem-aventurada Virgem Maria e dos Santos,¹³³ e disponham-se de tal modo que os fiéis sejam levados aos mistérios da fé que aí se celebram. Tenha-se, por isso, o cuidado de não aumentar exageradamente o seu número e que a sua disposição se faça na ordem devida, de tal modo que não distraiam os fiéis da celebração.¹³⁴ Normalmente, não haja na mesma igreja mais do que uma imagem do mesmo Santo. Em geral, no ornamento e disposição da igreja, no que se refere às imagens, procure atender-se à piedade de toda a comunidade e à beleza e dignidade das imagens.

¹³¹ Cf. sobretudo S. CONGREGAÇÃO PARA OS SACRAMENTOS, Instr. *Nullo unquam tempore*, 28 de Maio de 1938: AAS 30 (1938) 198-207; *Código de Direito Canónico*, cân. 934-944.

¹³² Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 8.

¹³³ Cf. PONTIFICAL ROMANO, *Dedicação da Igreja e do altar*, cap. IV, n. 10, Coimbra 1990, p. 98; *Bênção das imagens que se expõem à veneração pública dos fiéis*, in RITUAL ROMANO, *Celebração das Bênçãos*, nn. 984-1031, Coimbra 1991, pp. 375-395.

¹³⁴ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 125.

CAPÍTULO VI

AS COISAS NECESSÁRIAS PARA A CELEBRAÇÃO DA MISSA

I. O PÃO E O VINHO PARA CELEBRAR A EUCARISTIA

319. Seguindo o exemplo de Cristo, a Igreja utilizou sempre o pão e o vinho com água para celebrar a Ceia do Senhor.

320. O pão para celebrar a Eucaristia deve ser só de trigo, confeccionado recentemente e, segundo a antiga tradição da Igreja latina, pão ázimo.

321. A natureza de sinal exige que a matéria da Eucaristia tenha o aspecto de autêntico alimento. Convém, portanto, que o pão eucarístico, embora ázimo e apresentando a forma tradicional, seja confeccionado de modo que o sacerdote, na Missa com participação do povo, possa realmente partir a hóstia em várias partes e distribuí-las pelo menos a alguns dos fiéis. Todavia, de modo algum se excluem as hóstias pequenas, quando assim o exija o número dos comungantes ou outras razões de ordem pastoral. No entanto, o gesto da “fracção do pão” – assim era designada a Eucaristia na época apostólica – manifesta de modo mais expressivo a força e o valor de sinal da unidade de todos em um só pão e de sinal da caridade, pelo facto de um só pão ser repartido entre os irmãos.

322. O vinho para celebrar a Eucaristia deve ser de uvas, fruto da videira (cf. *Lc* 22, 18), natural e puro, quer dizer, sem qualquer mistura de substâncias estranhas.

323. Tenha-se grande cuidado em que o pão e o vinho destinados à Eucaristia se conservem em perfeito estado, isto é, que nem o vinho se azede nem o pão se estrague ou endureça tanto que se torne difícil parti-lo.

324. Se depois da consagração ou no momento da Comunhão o sacerdote advertir que, no cálice, em vez de vinho estava água, deite esta num recipiente, ponha vinho e água no cálice e consagre-o, proferindo só as palavras da narração referentes à consagração do cálice, sem ter de consagrar novamente o pão.

II. ALFAIAS SAGRADAS EM GERAL

325. Tal como para a construção das igrejas, também, no que se refere a todas as alfaias sagradas, a Igreja admite as formas de expressão artística próprias de cada região e aceita as adaptações que melhor se harmonizem com a mentalidade e as tradições dos diversos povos, contanto que correspondam adequadamente ao uso a que as mesmas alfaias sagradas se destinam.¹³⁵

Também neste sector se deve buscar com todo o empenho aquela nobre simplicidade que tão bem condiz com a arte verdadeira.

326. Nas alfaias sagradas, além dos materiais tradicionalmente usados, podem utilizar-se outros que, de acordo com a mentalidade da nossa época, se consideram nobres, resistentes e adaptados ao uso sagrado. Nesta matéria, é à Conferência Episcopal que compete julgar para cada região (cf. n. 390).

III. OS VASOS SAGRADOS

327. Entre os objectos requeridos para a celebração da Eucaristia, merecem respeito particular os vasos sagrados e, entre eles, o cálice e a patena, que servem para oferecer, consagrar e comungar o pão e o vinho.

328. Os vasos sagrados devem ser fabricados de metal nobre. Se forem fabricados de metal oxidável, ou menos nobre que o ouro, normalmente devem ser dourados por dentro.

¹³⁵ Cf. *Ibidem*, 128.

329. A juízo das Conferências Episcopais, e com a confirmação da Sé Apostólica, os vasos sagrados também podem ser fabricados com outros materiais sólidos e que sejam, segundo o modo de sentir de cada região, mais nobres, por exemplo, o marfim ou certas madeiras muito duras, contanto que sejam adequadas para o uso sagrado. Neste caso, dê-se preferência aos materiais que não se quebrem nem deteriorem facilmente. Isto vale para todos os vasos destinados a receber as hóstias, como a patena, a píxide, a caixa-cibório, a custódia e semelhantes.

330. Quanto aos cálices e outros vasos, destinados a receber o Sangue do Senhor, a copa deve ser de material que não absorva os líquidos. O pé do cálice pode ser de outra matéria sólida e digna.

331. Para a consagração das hóstias, pode usar-se convenientemente uma patena maior, na qual se põe o pão não só para o sacerdote e o diácono, mas também para os outros ministros e fiéis.

332. Quanto à forma dos vasos sagrados, compete ao artista fabricá-los do modo que melhor se coadune com os costumes de cada região, contanto que sejam adequados ao uso litúrgico a que se destinam, e se distingam claramente daqueles que se destinam ao uso quotidiano.

333. Para a bênção dos vasos sagrados, sigam-se os ritos prescritos nos livros litúrgicos.¹³⁶

334. Mantenha-se o costume de construir na sacristia um sumidoiro, no qual se lance a água da ablução dos vasos sagrados e dos corporais e sanguíneos (cf. n. 280).

¹³⁶ Cf. PONTIFICAL ROMANO, *Dedicação da Igreja e do altar*, cap. VII, *Rito da bênção do cálice e da patena*, Coimbra 1990, pp. 147-155; *Bênção dos objectos e vestes que se usam nas celebrações litúrgicas*, in RITUAL ROMANO, *Celebração das Bênções*, nn. 1068-1084, Coimbra 1991, pp. 413-417.

IV. AS VESTES SAGRADAS

335. Na Igreja, Corpo de Cristo, nem todos os membros desempenham as mesmas funções. Esta diversidade de funções na celebração da Eucaristia é significada externamente pela diversidade das vestes sagradas, as quais, por isso, são sinal distintivo da função própria de cada ministro. Convém, entretanto, que tais vestes contribuam também para o decoro da acção sagrada. As vestes usadas pelos sacerdotes e diáconos assim como pelos ministros leigos sejam oportunamente benzidas antes de serem destinadas ao uso litúrgico, de acordo com o rito descrito no Ritual Romano.¹³⁷

336. A veste sagrada comum a todos os ministros ordenados e instituídos, seja qual for o seu grau, é a alva, que será cingida à cintura por um cingulo, a não ser que, pelo seu feitio, ela se ajuste ao corpo sem necessidade de cingulo. Se a alva não cobrir perfeitamente o traje comum em volta do pescoço, pôr-se-á o amito antes de a vestir. A alva não pode ser substituída pela sobrepeliz, nem sequer quando esta se envergar sobre a veste talar, quando se deve vestir a casula ou a dalmática, nem quando, segundo as normas, se usa apenas a estola sem casula ou dalmática.

337. A veste própria do sacerdote celebrante, para a Missa e outras acções sagradas directamente ligadas com a Missa, salvo indicação em contrário, é a casula ou planeta, que se veste sobre a alva e a estola.

338. A veste própria do diácono é a dalmática, que se veste sobre a alva e a estola; contudo, por necessidade ou por menor grau da solenidade, a dalmática pode omitir-se.

339. Os acólitos, leitores e outros ministros leigos podem vestir a alva ou outra veste legitimamente aprovada pela Conferência Episcopal em cada região (cf. n. 390).

¹³⁷ *Bênção dos objectos e vestes que se usam nas celebrações litúrgicas*, n. 1070, in RITUAL ROMANO, *Celebração das Bênções*, Coimbra 1991, p. 413.

340. O sacerdote põe a estola em volta do pescoço, deixando-a cair diante do peito. O diácono põe a estola a tiracolo, deixando-a cair do ombro esquerdo, sobre o peito, e prendendo-a do lado direito do corpo.

341. O pluvial, ou capa de asperges, é usado pelo sacerdote nas procissões e outras funções sagradas, segundo as rubricas próprias de cada rito.

342. Quanto à forma das vestes sagradas, as Conferências Episcopais podem definir e propor à Sé Apostólica as adaptações que entendam corresponder melhor às necessidades e costumes de cada região.¹³⁸

343. Na confecção das vestes sagradas, além dos materiais tradicionalmente usados, é permitido o uso de fibras naturais próprias de cada região, bem como de fibras artificiais, contanto que estejam de harmonia com a dignidade da acção sagrada e da pessoa. Nesta matéria, o juízo compete à Conferência Episcopal.¹³⁹

344. A beleza e nobreza da veste sagrada devem buscar-se e pôr-se em relevo mais pela forma e pelo material de que é feita do que pela abundância dos acrescentos ornamentais. Os ornamentos podem apresentar figuras, imagens ou símbolos, que indiquem o uso sagrado das vestes, excluindo tudo o que possa destoar deste uso.

345. A diversidade de cores das vestes sagradas tem por finalidade exprimir externamente de modo mais eficaz, por um lado, o carácter peculiar dos mistérios da fé que se celebram e, por outro, o sentido progressivo da vida cristã ao longo do ano litúrgico.

346. Quanto à cor das vestes sagradas, mantenha-se o uso tradicional, isto é:

a) Usa-se a cor branca nos Ofícios e Missas do Tempo Pascal e do Natal do Senhor. Além disso: nas celebrações do Senhor, excepto as da

Paixão, nas celebrações da bem-aventurada Virgem Maria, dos Anjos, dos Santos não Mártires, nas solenidades de Todos os Santos (1 de Novembro), de S. João Baptista (24 de Junho), nas festas de S. João Evangelista (27 de Dezembro), da Cadeira de S. Pedro (22 de Fevereiro) e da Conversão de S. Paulo (25 de Janeiro).

b) Usa-se a cor vermelha no Domingo da Paixão (ou de Ramos) e na Sexta-Feira da Semana Santa, no Domingo do Pentecostes, nas celebrações da Paixão do Senhor, nas festas natalícias dos Apóstolos e Evangelistas e nas celebrações dos Santos Mártires.

c) Usa-se a cor verde nos Ofícios e Missas do Tempo Comum.

d) Usa-se a cor roxa no Tempo do Advento e da Quaresma. Pode usar-se também nos Ofícios e Missas de defuntos.

e) A cor preta pode usar-se, onde for costume, nas Missas de defuntos.

f) A cor de rosa pode usar-se, onde for costume, nos Domingos *Gaudete* (III do Advento) e *Laetare* (IV da Quaresma).

g) Nos dias mais solenes podem usar-se paramentos festivos ou mais nobres, ainda que não sejam da cor do dia.

As Conferências Episcopais podem, no que respeita às cores litúrgicas, determinar e propor à Sé Apostólica as adaptações que entenderem mais conformes com as necessidades e a mentalidade dos povos.

347. As Missas rituais celebram-se com a cor própria ou branca ou festiva; as Missas para várias necessidades com a cor do dia ou do Tempo, ou então com a cor roxa, se se trata de celebrações de carácter penitencial, como por exemplo, as Missas para o tempo de guerra ou revoluções, em tempo de fome, para a remissão dos pecados (nn. 31, 33, 38); as Missas votivas celebram-se com a cor correspondente à Missa celebrada ou também com a cor própria do dia ou do Tempo.

¹³⁸ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 128.

¹³⁹ Cf. *Ibidem*.

V. OUTRAS ALFAIAS DESTINADAS AO USO DA IGREJA

348. Além dos vasos sagrados e das vestes sagradas, para os quais está prescrita determinada matéria, todas as outras alfaías destinadas ao uso litúrgico,¹⁴⁰ ou a qualquer título admitidas na igreja, devem ser dignas e adequadas ao fim a que se destinam.

349. Há-de procurar-se de modo particular que os livros litúrgicos, principalmente o Evangelário e os Leccionários, destinados à proclamação da Palavra de Deus e que por isso gozam de veneração especial, sejam de facto, na acção litúrgica, sinais e símbolos das coisas do alto e, por isso verdadeiramente dignos, de boa qualidade e belos.

350. Acima de tudo há-de prestar-se a maior atenção àquilo que, na celebração eucarística, está directamente relacionado com o altar, como são, por exemplo, a cruz do altar e a cruz que é levada na procissão.

351. Tenha-se grande cuidado em respeitar, mesmo nos objectos de menor importância, as exigências da arte, aliando sempre a limpeza a uma nobre simplicidade.

¹⁴⁰ Quanto à bênção das coisas que nas igrejas se destinam ao uso litúrgico, cf. Ritual Romano, *Celebração das Bênçãos*, III Parte, Coimbra 1991, 99. 319-442.

355. Nas memórias facultativas:

a) Nos dias feriais do Advento de 17 a 24 de Dezembro, na Oitava do Natal e nos dias feriais da Quaresma, exceptuando a Quarta-Feira de Cinzas e a Semana Santa, diz-se a Missa do dia litúrgico ocorrente; todavia, se nesses dias ocorre no calendário geral uma memória, pode tomar-se a oração colecta dessa memória, excepto na Quarta-Feira de Cinzas e Semana Santa. Nos dias feriais do Tempo Pascal podem celebrar-se integralmente as memórias dos Santos.

b) Nos dias feriais do Advento antes do dia 17 de Dezembro, nos dias feriais do Natal, do dia 2 de Janeiro em diante, e nos dias feriais do Tempo Pascal, pode escolher-se ou a Missa da fêria ou a Missa do Santo ou de um dos Santos de que se faz memória, ou ainda a Missa de um Santo mencionado nesse dia no Martirológio.

c) Nos dias feriais do Tempo Comum, pode escolher-se ou a Missa da fêria, ou a Missa de uma memória facultativa ocorrente, ou a Missa de um Santo mencionado nesse dia no Martirológio, ou ainda uma das Missas para várias necessidades ou uma Missa votiva.

Sempre que celebre a Missa com participação do povo, o sacerdote procurará não deixar frequentemente e sem motivo suficiente as leituras indicadas para cada dia no Leccionário Ferial: a vontade da Igreja é apresentar aos fiéis, mais abundantemente, a mesa da palavra de Deus.¹⁴¹

Pela mesma razão, deve ser moderado no uso das Missas de defuntos, tanto mais que toda e qualquer Missa é oferecida pelos vivos e pelos defuntos, e na Oração eucarística faz-se memória dos defuntos.

Quando ocorre uma memória facultativa da bem-aventurada Virgem Maria ou dum Santo, particularmente venerada pelos fiéis, satisfaça-se a legítima piedade dos fiéis.

Quando há possibilidade de escolha entre uma memória do calendário geral e outra do calendário diocesano ou religioso, em igualdade de circunstâncias, de acordo com a tradição deve dar-se preferência à memória do calendário particular.

¹⁴¹ Cf. II CONC. DO VATICANO, CONST. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 51.

CAPÍTULO VII

A ESCOLHA DA MISSA E DAS SUAS PARTES

352. A eficácia pastoral da celebração aumentará certamente, se a escolha das leituras, orações e cânticos se fizer, quanto possível, de modo a corresponder às necessidades, à formação espiritual e à mentalidade dos que nela tomam parte. Isto consegue-se, usando criteriosamente a múltipla liberdade de escolha que a seguir se descreve.

Por isso, no ordenamento da Missa o sacerdote deve atender mais ao bem espiritual do povo de Deus do que aos seus gostos pessoais. Lembre-se, além disso, de que convém fazer a escolha das partes da Missa de comum acordo com aqueles que têm parte activa na celebração, sem excluir os próprios fiéis, naquilo que mais directamente lhes diz respeito.

Dado que é muito ampla esta faculdade de escolha das diversas partes da Missa, é necessário que, antes da celebração, o diácono, os leitores, o salmista, o cantor, o comentador e o coro, saibam perfeitamente, cada um pela parte que lhe cabe, quais os textos que vão ser utilizados, não deixando nada à improvisação. Com efeito, a harmónica ordenação e realização dos ritos contribui grandemente para dispor o espírito dos fiéis a participar na Eucaristia.

I. A ESCOLHA DA MISSA

353. Nas solenidades, o sacerdote é obrigado a conformar-se com o calendário da igreja em que celebra.

354. Nos domingos, nos dias feriais do Advento, do Natal, da Quaresma e do Tempo Pascal, nas festas e memórias obrigatórias:

a) se a Missa é celebrada com participação do povo, o sacerdote deve seguir o calendário da igreja em que celebra;

b) se a Missa é celebrada com a participação de um só ministro, o sacerdote pode escolher ou o calendário da igreja em que celebra ou o seu calendário próprio.

II. A ESCOLHA DAS PARTES DA MISSA

356. No que se refere à escolha das partes da Missa, tanto do Temporal como do Santoral, observem-se as normas seguintes:

As leituras

357. Para os domingos e solenidades estão assinaladas três leituras, isto é, do Profeta, do Apóstolo e do Evangelho. Desta forma o povo cristão é levado a conhecer a continuidade da obra da salvação segundo a admirável pedagogia divina. Estas leituras devem ser estritamente utilizadas. No Tempo Pascal, de acordo com a tradição da Igreja, em lugar do Antigo Testamento, a leitura é tomada dos Actos dos Apóstolos.

Para as festas vão assinaladas duas leituras. Quando, segundo as normas, uma festa é elevada ao grau de solenidade, junta-se uma terceira leitura, que se vai buscar ao Comum.

Nas memórias dos Santos, lêem-se habitualmente as leituras indicadas para as férias, a não ser que tenham leituras próprias. Nalguns casos propõem-se leituras apropriadas, que salientam algum aspecto particular da vida espiritual ou da actividade do Santo. Não se deve urgir o uso destas leituras, a não ser que haja uma verdadeira razão pastoral para isso.

358. O Leccionário Ferial contém as leituras para cada dia da semana, ao longo de todo o ano. Em princípio, estas leituras devem ler-se nos dias em que vêm indicadas, a não ser que ocorra uma solenidade ou uma festa, ou uma memória com leituras próprias do Novo Testamento, nas quais se faça menção do Santo celebrado.

Quando, por motivo de alguma solenidade, festa ou celebração especial, nalgum dia se interromper a leitura contínua, o sacerdote, tendo presente a ordem das leituras para o decurso da semana, pode juntar com outras as que seriam omitidas ou escolher os textos que preferir.

Nas Missas para grupos especiais, o sacerdote pode escolher os textos que melhor se adaptem a essa celebração particular, contanto que sejam tomados de entre os que vêm no Leccionário aprovado.

359. No Leccionário para as Missas rituais, em que se inserem alguns Sacramentos ou Sacramentais, ou nas Missas que são celebradas para várias necessidades, fez-se uma selecção especial de textos da Sagrada Escritura.

Estes Leccionários foram compostos para que os fiéis, através da audição de uma leitura mais apropriada, compreendam melhor o mistério em que tomam parte e adquiram maior estima pela palavra de Deus.

Por isso, os textos a proferir na celebração devem ser escolhidos tendo em vista, por um lado, a utilidade pastoral, por outro, a liberdade de escolha para cada caso.

360. Apresenta-se por vezes uma forma mais longa e uma forma mais breve do mesmo texto. Na escolha entre estas duas formas deve ter-se presente o critério pastoral. Convém atender à capacidade dos fiéis em escutar com fruto o texto mais ou menos longo e à sua capacidade de ouvir o texto mais completo, a explicar pela homília.¹⁴²

361. Quando se dá a faculdade de escolher entre um ou outro texto já determinado, ou proposto como facultativo, deverá atender-se à utilidade dos participantes, isto é, conforme se trate de usar o texto mais fácil ou mais conveniente à assembleia reunida, ou de repetir ou retomar um texto indicado como próprio para alguma celebração e para outra como facultativo, sempre que a utilidade pastoral o aconselhe.¹⁴³

Isso pode acontecer quando o mesmo texto se deve ler em dias muito próximos, por exemplo, no domingo e na segunda-feira seguinte, ou quando se teme que algum texto origine certas dificuldades em alguma assembleia de fiéis cristãos. Procure-se, porém, ao escolher os textos da Sagrada Escritura, não excluir permanentemente algumas das suas partes.

362. Além da faculdade de escolher os textos mais adequados, de que se fala nos números anteriores, as Conferências Episcopais têm a faculdade de indicar, em circunstâncias especiais, certas adaptações que se podem fazer no que se refere às leituras, contanto que os textos escolhidos sejam do Leccionário devidamente aprovado.

¹⁴² MISSALE ROMANUM, *Ordo lectionum Missae*, editio typica altera 1981, Praenotanda, n. 80 [versão portuguesa nos *Preliminares* dos vários volumes do Leccionários].

¹⁴³ *Ibidem*, n. 81.

b) A Oração eucarística II, pelas suas características especiais, é mais indicada para os dias feriais ou em circunstâncias peculiares. Embora tenha Prefácio próprio, pode usar-se com outros Prefácios, especialmente com aqueles que apresentam a história da salvação em forma sintética, p. ex., os Prefácios comuns. Se a Missa é celebrada por um defunto, pode inserir-se no lugar próprio, antes do *Lembrai-Vos também dos nossos irmãos (Memento etiam)*, a fórmula especial pelo defunto.

c) A Oração eucarística III pode dizer-se com qualquer Prefácio. Usa-se de preferência nos domingos e nas festas. Se esta Oração se utiliza nas Missas de defuntos, pode usar-se a fórmula própria por um defunto, inserindo-a na altura própria, isto é, a seguir às palavras *Reconduzi a Vós, Pai de misericórdia todos os vossos filhos dispersos (Omnesque filios tuos ubique dispersos, tibi, clemens Pater, miseratus coniunge)*.

d) A Oração eucarística IV tem Prefácio invariável e apresenta uma síntese mais completa da história da salvação. Pode usar-se sempre que a Missa não tem Prefácio próprio e nos domingos do Tempo Comum. Dada a estrutura desta Oração, não pode inserir-se nela uma fórmula especial por um defunto.

Os Cânticos

366. Não é permitido substituir os cânticos do Ordinário da Missa, por exemplo, o *Cordeiro de Deus (Agnus Dei)*, por outros cânticos.

367. Na escolha dos cânticos entre as leituras, bem como dos cânticos de entrada, do ofertório e da Comunhão, devem seguir-se as normas estabelecidas no capítulo que a eles se refere (cf. nn. 40-41, 47-48, 61-64, 74, 86-88).

As orações

363. Em todas as Missas, salvo indicação em contrário, dizem-se as orações que lhes são próprias.

Todavia, nas memórias dos Santos, diz-se a oração colecta própria ou, se ela não existe, a do respectivo Comum; as orações sobre as oblatas e depois da Comunhão, se não são próprias, podem tomar-se ou do Comum ou da féria do Tempo corrente.

Nos dias feriais do Tempo Comum podem-se dizer não somente as orações do domingo anterior, mas as de qualquer outro domingo do Tempo Comum, ou ainda uma das orações para várias necessidades propostas no Missal. Também é permitido tomar destas Missas apenas a oração colecta.

Deste modo dispõe-se de uma maior riqueza de textos, através dos quais a oração dos fiéis se alimenta com mais abundância.

Para os tempos mais importantes do ano litúrgico essa adaptação já está feita, com as orações próprias desses tempos, como vêm indicadas no Missal para cada dia da semana.

A Oração eucarística

364. O grande número de Prefácios com que está enriquecido o Missal Romano tem como finalidade que os temas da acção de graças da Oração eucarística brilhem mais plenamente e a pôr em relevo os vários aspectos do mistério da salvação.

365. Na escolha das Orações eucarísticas, que se encontram no Ordinário da Missa, tenham-se em conta as seguintes normas:

a) A Oração eucarística I, ou Cânone romano, pode usar-se sempre; mas é mais indicado nos dias que têm um *Communicantes (Em comunhão com toda a Igreja)* próprio, ou nas Missas com *Hanc igitur (Aceitai benignamente, Senhor)* próprio, bem como nas celebrações dos Apóstolos e dos Santos mencionados nessa Oração; e ainda aos domingos, a não ser que, por motivos de ordem pastoral, pareça preferível a Oração eucarística III.

CAPÍTULO VIII

MISSAS E ORAÇÕES PARA DIVERSAS CIRCUNSTÂNCIAS E MISSAS DE DEFUNTOS

I. MISSAS E ORAÇÕES PARA DIVERSAS CIRCUNSTÂNCIAS

368. Porque a liturgia dos Sacramentos e dos Sacramentais oferece aos fiéis devidamente dispostos a possibilidade de santificar quase todos os acontecimentos da vida por meio da graça que brota do mistério pascal,¹⁴⁴ e porque a Eucaristia é o Sacramento dos Sacramentos, o Missal apresenta formulários de Missas e de orações que podem ser utilizados nas diversas circunstâncias da vida cristã, pelas necessidades do mundo inteiro ou pelas necessidades da Igreja universal e local.

369. Tendo em conta a ampla faculdade de escolher as leituras e as orações, convém que as Missas para diversas circunstâncias sejam usadas com moderação, isto é, quando o exigem razões de verdadeira conveniência pastoral.

370. Em todas as Missas para diversas circunstâncias, salvo indicações expressas em contrário, podem usar-se as leituras da féria, com os respectivos cânticos intercalares, contanto que sejam adequadas à celebração.

371. Nestas Missas incluem-se as Missas rituais, para várias necessidades, para diversas circunstâncias e votivas.

372. As Missas rituais estão ligadas à celebração de certos Sacramentos ou Sacramentais. São proibidas nos domingos do Advento, da Quaresma e da Páscoa, nas solenidades, na Oitava da Páscoa, na Comemoração de Todos os Fiéis Defuntos, e nos dias feriais da Quarta-Feira de Cinzas e da Semana Santa, devendo ainda ter-se em conta as normas indicadas nos livros rituais e nas Missas respectivas.

¹⁴⁴ Cf. II CONC. DO VATICANO, CONST. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 61.

373. As Missas para várias necessidades ou para diversas circunstâncias, usam-se em determinados casos, quer ocasionalmente, quer em tempos fixos. De entre elas pode a autoridade competente escolher Missas apropriadas às súplicas que a Conferência Episcopal tiver estabelecido para o decurso do ano.

374. No caso de uma necessidade particularmente grave ou de utilidade pastoral pode celebrar-se uma Missa apropriada, por ordem ou com licença do Bispo diocesano, em qualquer dia, excepto nas solenidades, nos domingos do Advento, Quaresma e Páscoa, nos dias dentro da Oitava da Páscoa, na Comemoração de Todos os Fiéis Defuntos, na Quarta-Feira de Cinzas e nos dias feriais da Semana Santa.

375. As Missas votivas dos mistérios do Senhor ou em honra da bem-aventurada Virgem Maria ou dos Anjos ou de algum Santo ou de Todos os Santos, podem celebrar-se, para satisfazer à piedade dos fiéis, nos dias feriais do Tempo Comum, mesmos quando ocorre uma memória facultativa. Mas não podem celebrar-se, como votivas, as Missas que se referem aos mistérios da vida do Senhor ou da bem-aventurada Virgem Maria, excepto a Missa da sua Imaculada Conceição, porque as suas celebrações estão ligadas ao decorrer do ano litúrgico.

376. Nos dias em que ocorre uma memória obrigatória ou uma fêria do Advento até 16 de Dezembro inclusive, do Tempo do Natal de 2 de Janeiro em diante, ou do Tempo Pascal depois da Oitava da Páscoa, são proibidas as Missas para várias necessidades, diversas circunstâncias e as Missas votivas. No entanto, se uma verdadeira necessidade ou a utilidade pastoral o exige, na celebração com o povo, a juízo do reitor da igreja ou até do sacerdote celebrante, pode usar-se a Missa correspondente a essa necessidade ou utilidade pastoral.

377. Nos dias feriais do Tempo Comum em que ocorre uma memória facultativa ou se diz o Ofício da fêria, é permitido celebrar qualquer Missa ou utilizar qualquer oração para diversas circunstâncias, exceptuando as Missas rituais.

383. Exortem-se os fiéis, particularmente os parentes do defunto, a participarem também pela Comunhão no sacrifício eucarístico oferecido pelo defunto.

384. Quando a Missa exequial se liga directamente com o rito dos funerais, dita a oração depois da Comunhão e omitido o rito de conclusão, segue-se o rito da última encomendação ou da despedida, que só terá lugar se está presente o cadáver.

385. No ordenamento e na escolha das partes variáveis da Missa de defuntos (p. ex., orações, leituras, oração universal), sobretudo na Missa exequial, deve atender-se obviamente às razões de ordem pastoral, tendo em consideração a pessoa do defunto, a sua família e as pessoas presentes.

Os pastores de almas tenham especialmente em conta aquelas pessoas que por ocasião dos funerais assistem às celebrações litúrgicas e ouvem o Evangelho, mas ou não são católicos, ou são católicos que nunca ou quase nunca tomam parte na celebração da Eucaristia, ou parecem até terem perdido a fé. Lembrem-se os sacerdotes de que são ministros do Evangelho de Cristo para todos.

378. Recomenda-se de modo particular a memória de Santa Maria no sábado, porque, na Liturgia da Igreja, em primeiro lugar e acima de todos os Santos, veneramos a Mãe do Redentor.¹⁴⁵

II. MISSAS DE DEFUNTOS

379. A Igreja oferece pelos defuntos o sacrifício eucarístico da Páscoa de Cristo, a fim de que, pela mútua comunhão entre todos os membros do Corpo de Cristo, se alcance para uns o auxílio espiritual e para outros consolação e esperança.

380. Entre as Missas de defuntos está em primeiro lugar a Missa exequial, que pode celebrar-se todos os dias, excepto nas solenidades de preceito, na Quinta-Feira da Semana Santa, no Tríduo Pascal e nos domingos do Advento, Quaresma e Tempo Pascal, observando, além disso, o que deve ser observado segundo as normas do direito.¹⁴⁶

381. A Missa de defuntos «depois de recebida a notícia da morte» de uma pessoa, ou no dia da sepultura definitiva ou no primeiro aniversário, pode celebrar-se também nos dias dentro da Oitava do Natal, nos dias em que ocorre uma memória obrigatória ou uma fêria, que não seja Quarta-Feira de Cinzas nem Semana Santa.

As outras Missas de defuntos, isto é, as Missas «quotidianas», podem celebrar-se nos dias feriais do Tempo Comum em que ocorre uma memória facultativa ou se diz o Ofício da fêria, contanto que sejam efectivamente aplicadas pelos defuntos.

382. Na Missa exequial deve fazer-se normalmente uma breve homilia, excluindo, porém, qualquer género de elogio fúnebre.

¹⁴⁵ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. dogm. sobre a Igreja, *Lumen gentium*, 54; PAULO VI, Exort. Ap. *Marialis cultus*, 2 de Fevereiro 1974, 9: *AAS* 66 (1974) 122-123.

¹⁴⁶ Cf. principalmente *Código de Direito Canónico*, cân. 1176-1185; RITUAL ROMANO, *Celebração das Exéquias*, Braga 1984.

CAPÍTULO IX

ADAPTAÇÕES QUE COMPETEM AOS BISPOS E ÀS SUAS CONFERÊNCIAS

386. A reforma do Missal Romano, levada a efeito no nosso tempo segundo as normas dos decretos do II Concílio do Vaticano, teve a preocupação de que todos os fiéis, na celebração eucarística, possam chegar àquela plena, consciente e activa participação, que a própria natureza da Liturgia exige e que é, para os próprios fiéis, por força da sua condição, um direito e um dever.¹⁴⁷

Para que a celebração corresponda mais plenamente às normas e ao espírito da sagrada Liturgia, nesta Instrução e no Ordinário da Missa propõem-se algumas ulteriores adaptações, que são da competência ou do Bispo diocesano ou das Conferências Episcopais.

387. O Bispo diocesano, que deve ser considerado como o sumo sacerdote do seu rebanho e de quem depende e deriva, de algum modo, a vida dos seus fiéis em Cristo,¹⁴⁸ deve promover, dirigir e velar pela vida litúrgica na sua diocese. A ele se confia, nesta Instrução, o encargo de moderar a disciplina da concelebração (cf. n. 202, 374), de estabelecer normas sobre a função de servir o sacerdote ao altar (cf. n. 107), sobre a distribuição da sagrada Comunhão sob as duas espécies (cf. n. 283), e sobre a construção e ordenamento dos edifícios da igreja (cf. nn. 291). Mas aquilo que em primeiro lugar deve ter em vista é alimentar o espírito da sagrada Liturgia nos presbíteros, diáconos e fiéis.

388. As adaptações de que se fala em seguida, e que requerem maior coordenação, devem ser determinadas, segundo as normas do direito, pela Conferência Episcopal.

¹⁴⁷ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 14.

¹⁴⁸ Cf. *Ibidem*, 41.

389. Compete às Conferências Episcopais, em primeiro lugar, preparar e aprovar, nas línguas vernáculas autorizadas, a edição deste Missal Romano, para que, confirmada pela Sé Apostólica, seja utilizada nas regiões a que se destina.¹⁴⁹

O Missal Romano deve ser editado integralmente, quer no texto latino quer nas traduções vernáculas legitimamente aprovadas.

390. Pertence às Conferências Episcopais definir as adaptações que se indicam nesta Instrução geral e no Ordinário da Missa e que, depois de confirmadas pela Sé Apostólica, não-de ser introduzidas no próprio Missal, tais como:

- os gestos e as atitudes corporais dos fiéis (cf. *acima*, nn. 43).
- o gesto de veneração do altar e do Evangeliário (cf. *acima*, n. 273);
- os textos dos cânticos de entrada, para a apresentação dos dons e da Comunhão (cf. *acima*, nn. 48, 74, 87);
- as leituras da Sagrada Escritura a utilizar em situações particulares (cf. *acima*, n. 362);
- a forma de dar a paz (cf. *acima*, n. 82);
- o modo de receber a sagrada Comunhão (cf. *acima*, nn. 160, 283);
- o material do altar e das alfaías sagradas, principalmente dos vasos sagrados, e também o material, a forma e a cor das vestes litúrgicas (cf. *acima*, nn. 301, 326, 329, 339, 342-346).

Poderão ser introduzidos no Missal Romano, em lugar conveniente, os Directórios ou as Orientações pastorais que as Conferências Episcopais julgarem úteis, previamente confirmados pela Sé Apostólica.

391. Às mesmas Conferências compete prestar atenção particular às traduções dos textos bíblicos utilizados na celebração da Missa. Com efeito, é a Sagrada Escritura que se vão buscar as leituras a ler e a explicar na homília e os salmos para cantar, e foi da sua inspiração e impulso que nasceram as preces, as orações e os hinos litúrgicos; dela tiram a sua capacidade de significação as acções e os sinais.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Cf. *Código de Direito Canónico*, cân. 838 § 3.

¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, 24.

Utilize-se uma linguagem que possa ser entendida pelos fiéis e adaptada à proclamação pública, tendo-se, porém, em conta que são diversos os modos de falar utilizados nos livros bíblicos.

392. Compete igualmente às Conferências Episcopais preparar com grande cuidado as traduções dos outros textos, para que, respeitada também a índole de cada língua, se ofereça plena e fielmente o sentido do primitivo texto latino. Na realização deste trabalho, convém ter em conta os diversos géneros literários que se utilizam na Missa, tais como orações presidenciais, antífonas, aclamações, respostas, súplicas litânicas, etc.

Tenha-se bem presente que a versão dos textos não se destina em primeiro lugar à meditação, mas antes à proclamação ou ao canto no acto da celebração.

Utilize-se uma linguagem adaptada aos fiéis da região, mas dotada de nobre qualidade literária, na certeza de que sempre haverá necessidade de alguma catequese acerca do sentido bíblico e cristão de certas palavras e expressões.

Muito convém, que nas regiões onde se utiliza a mesma língua, haja, na medida do possível, a mesma versão para os textos litúrgicos, principalmente para os textos bíblicos e para o Ordinário da Missa.¹⁵¹

393. Tendo em conta o lugar importante do canto na celebração, como parte necessária ou integrante da liturgia,¹⁵² pertence às Conferências Episcopais aprovar melodias apropriadas, sobretudo para os textos do Ordinário da Missa, para as respostas e aclamações do povo e para os ritos especiais que ocorrem durante o ano litúrgico.

Pertence-lhes igualmente pronunciar-se sobre quais as formas musicais, melodias e instrumentos musicais que é lícito admitir no culto divino, desde que se adaptem ou possam adaptar ao uso sagrado.

394. É conveniente que cada diocese tenha o seu calendário e o seu próprio das Missas. A Conferência Episcopal, por seu lado, organize o calendário

¹⁵¹ Cf. *Ibidem*, 36 § 3.

¹⁵² Cf. *Ibidem*, 112.

próprio da nação ou, juntamente com outras Conferências, o calendário de uma região mais alargada, a aprovar pela Sé Apostólica.¹⁵³

Na elaboração deste trabalho há-de conservar-se e defender-se o mais possível o domingo, como principal dia de festa, que não deve ser sacrificado a outras celebrações que não sejam de máxima importância.¹⁵⁴ Procurem também que o ano litúrgico, reformado por decreto do II Concílio do Vaticano, não seja obscurecido por elementos secundários.

Ao preparar o calendário da nação, indiquem-se os dias das Rogações (cf. n. 373) e das Quatro Têmporas, assim como o modo de as celebrar e os textos,¹⁵⁵ tendo em vista outras determinações específicas.

É conveniente que, ao editar o Missal, sejam inseridas no respectivo lugar do calendário geral as celebrações próprias de toda a nação ou duma região mais alargada; as celebrações da região ou da diocese devem vir em apêndice particular.

395. Por fim, se a participação dos fiéis e o seu bem espiritual exigirem adaptações e diversidades mais profundas, para que a celebração sagrada corresponda à índole e às tradições dos diversos povos, as Conferências Episcopais, de acordo com o art. 40 da Constituição sobre a sagrada Liturgia, poderão propô-las à Sé Apostólica, e introduzi-las com o seu consentimento, sobretudo naqueles povos onde o Evangelho foi anunciado mais recentemente.¹⁵⁶ Observem-se atentamente as normas especiais dadas pela Instrução «A Liturgia romana e a inculturação».¹⁵⁷

Quanto ao modo de agir neste assunto, proceda-se da seguinte maneira:

¹⁵³ Cf. *Normas gerais sobre o Ano litúrgico e o Calendário*, 48-51; S. CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, Instr. *Calendaria particularia*, 24 de Junho 1970, 4, 8: AAS 62 (1970) 652-653.

¹⁵⁴ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 106.

¹⁵⁵ Cf. *Normas gerais sobre o Ano litúrgico e o Calendário*, 46; cf. S. CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO, Instr. *Calendaria particularia*, 24 de Junho 1970, 38: AAS 62 (1970) 660.

¹⁵⁶ II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 37-40.

¹⁵⁷ Cf. CONGREGAÇÃO DO CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS, Instr. *Varietates legitimæ*, de 25 de Janeiro 1994, 54.62-69: AAS 87 (1995) 308-309, 311-313.

Em primeiro lugar, exponha-se à Sé Apostólica uma pormenorizada proposta prévia para que, concedidas as devidas faculdades, se proceda à elaboração de cada adaptação.

Uma vez aprovadas estas propostas pela Sé Apostólica, levem-se a cabo as experimentações pelo tempo e nos lugares estabelecidos. Se for o caso, terminado o tempo de experimentação, a Conferência Episcopal determinará a prossecução das adaptações e submeterá ao juízo da Sé Apostólica a formulação amadurecida do assunto.¹⁵⁸

396. Antes, porém, de se chegar às novas adaptações, principalmente às mais profundas, há-de cuidar-se com diligência da promoção sapiente e ordenada da devida instrução do clero e fiéis, não-de pôr-se em prática as faculdades já previstas e aplicar-se-ão plenamente as normas pastorais correspondentes ao espírito da celebração.

397. Observe-se também o princípio segundo o qual cada Igreja particular deve estar de acordo com a Igreja universal, não só na doutrina da fé e nos sinais sacramentais, mas também nos usos universalmente recebidos de uma ininterrupta tradição apostólica, a qual deve observar-se, não só para evitar os erros, mas também para transmitir a integridade da fé, porque a “norma da oração” (*lex orandi*) da Igreja corresponde à sua “norma da fé” (*lex credendi*).¹⁵⁹

O Rito romano constitui uma parte notável e preciosa do tesouro litúrgico e do património da Igreja católica, cujas riquezas concorrem para o bem de toda a Igreja, pelo que perdê-las seria prejudicá-la gravemente.

Esse Rito, no decurso dos séculos, não só conservou usos litúrgicos originários da cidade de Roma, mas também integrou em si, de modo profundo, orgânico e harmónico, outros elementos derivados dos costumes e do engenho de diversos povos e de várias Igrejas particulares, tanto do Ocidente como do Oriente, adquirindo, assim, um certo carácter supra-regional. No nosso tempo, a identidade e a expressão unitária deste

¹⁵⁸ Cf. *Ibidem*, 66-68: AAS 87 (1995) 313.

¹⁵⁹ Cf. *Ibidem*, 26-27: AAS 87 (1995) 298-299.

Rito encontra-se nas edições típicas dos livros litúrgicos promulgadas por autoridade dos Sumos Pontífices e nos livros litúrgicos que lhes correspondem, aprovados pelas Conferências Episcopais para os seus territórios e confirmados pela Sé Apostólica.¹⁶⁰

398. A norma estabelecida pelo II Concílio do Vaticano, segundo a qual as inovações na reforma litúrgica só se devem fazer se o exigir uma verdadeira e certa utilidade da Igreja, e procurando que as novas formas como que cresçam organicamente das que já existem,¹⁶¹ também deve aplicar-se à inculturação do Rito romano.¹⁶² Além disso a inculturação precisa de bastante tempo, para não contaminar repentina e incautamente a autêntica tradição litúrgica.

Por fim, a procura da inculturação não pretende de modo algum a criação de novas famílias rituais, mas sim responder às exigências de determinada cultura, de tal modo, porém, que as adaptações introduzidas, quer no Missal quer nos outros livros litúrgicos, não sejam prejudiciais à índole própria do Rito romano.¹⁶³

399. Deste modo o Missal Romano, apesar da diversidade de lugares e duma certa variedade de costumes,¹⁶⁴ deve conservar-se no futuro como instrumento e sinal admirável da integridade e da unidade do Rito romano.¹⁶⁵

¹⁶⁰ Cf. JOÃO PAULO II, Carta Ap. *Vicesimus quintus annus*, 4 de Dezembro 1988, 16: *AAS* 81 (1989) 912; CONGREGAÇÃO DO CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS, Instr. *Varietates legitimæ*, de 25 de Janeiro 1994, 2, 36: *AAS* 87 (1995) 288, 302.

¹⁶¹ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 23.

¹⁶² Cf. CONGREGAÇÃO DO CULTO DIVINO E DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS, Instr. *Varietates legitimæ*, de 25 de Janeiro 1994, 46: *AAS* 87 (1995) 306.

¹⁶³ Cf. *Ibidem*, 36: *AAS* 87 (1995) 302.

¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*, 54: *AAS* 87 (1995) 308-309.

¹⁶⁵ Cf. II CONC. DO VATICANO, Const. sobre a sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, 38; PAULO VI, Const. Ap. *Missale Romanum*.

Anexo 3 - Instrução "Inter Oecumenici"

INSTRUCCIÓN "INTER OECUMENICI"

Cáp. I (núms. 1-47)

Primera Instrucción general, de 26 de septiembre de 1964, para aplicar debidamente la Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, publicada por la Sagrada Congregación de Ritos y el Consilium.

Edición latina: AAS 56 (1964), pp. 988-900; EDIL, núms. 199-297.

Traducción española: LC, pp. 97-138; E 24 (1964), pp. 1435-1444.

Comentarios: DCP, pp. 173-193; *EpistLit* 78 (1964), pp. 446-518; LMD 80 (1964), pp. 44

125; Ph 23 (1964), pp. 365-427; RL 51 (1964), pp. 487-525; A.V., V.V.

Comentarios a la Constitución sobre la sagrada liturgia (BAC 238, Madrid 1965), pp. 609-672.

PROEMIO

I. Naturaleza de esta Instrucción

1. La Constitución sobre la sagrada liturgia debe considerarse, con razón, como el primer fruto del Concilio ecuménico Vaticano II, por cuanto que viene a regular la parte más excelente de la actividad de la Iglesia, y tanto más abundante será el fruto que produzca, cuanto más profundamente penetren en su auténtico espíritu los pastores de almas y los fieles, y la lleven a la práctica con voluntad más decidida.

2. El Consilium para la aplicación de la Constitución sobre la sagrada liturgia, creado por el Pontífice felizmente reinante, Su Santidad Pablo VI, con el "Motu proprio" *Sacram liturgiam* (de 25 de enero de 1964), ha abordado con presteza la labor que se le ha encomendado, ya para llevar fielmente a la práctica los preceptos de la Constitución y del Motu proprio, ya para facilitar todo lo que se refiera a la interpretación y ejecución de dichos documentos.

3. Tiene máxima importancia que, desde un principio, estos documentos se apliquen en todas partes con fidelidad y se eliminen las dudas que pueda haber sobre su interpretación. Por eso, el Consilium, por mandato del Sumo Pontífice, ha preparado la presente Instrucción, en la que se definen con mayor precisión las facultades de las Conferencias Episcopales en materia litúrgica, y se exponen más detalladamente algunos principios expresados en los antedichos documentos en términos generales. Finalmente, se permiten o se establecen algunas disposiciones que se pueden llevar a la práctica desde ahora, sin esperar la reforma de los libros litúrgicos.

II. Principios que hay que tener en cuenta

4. Lo que se establece que ha de ponerse en práctica inmediatamente no tiene otro fin que procurar que la liturgia responda cada vez mejor a la intención del Concilio de promover la participación activa de los fieles.

Además, la reforma general de la liturgia será mejor recibida por los fieles, si se va realizando por grados y progresivamente, y si los pastores se la proponen y explican por medio de una conveniente catequesis.

5. Más, ante todo, es indispensable que todos estén persuadidos de que el objetivo de la

Constitución del Concilio Vaticano II sobre la sagrada liturgia no es solamente cambiar unos ritos y textos litúrgicos, sino más bien promover una educación de los fieles y una acción pastoral que tengan la sagrada liturgia como su cumbre y su fuente.¹ En efecto, todos los cambios introducidos hasta el presente en la liturgia y todos los que se introducirán en el futuro no tienen otra finalidad.

6. La razón de ser de esta acción pastoral centrada en la liturgia es hacer que se traduzca en la vida el misterio pascual, en el que el Hijo de Dios, encarnado y hecho obediente hasta la muerte de cruz, es exaltado en su resurrección y ascensión, de suerte que pueda comunicar al mundo la vida divina, por la que los hombres, muertos al pecado y configurados con Cristo, "ya no vivan para sí, sino para el que murió y resucitó por ellos".²

Esto se realiza por la fe y por los sacramentos de la fe, principalmente por el bautismo,³ y por el sacramento misterio de la Eucaristía,⁴ en torno al cual se ordenan los demás sacramentos y sacramentales,⁵ y el ciclo de celebraciones con que la Iglesia va desplegando a lo largo del año el misterio pascual de Cristo.⁶

7. Por tanto, aunque la liturgia no agota toda la actividad de la Iglesia,⁷ no obstante, hay que procurar diligentemente que toda la pastoral este debidamente relacionada con la sagrada liturgia, y que, a su vez, la pastoral litúrgica no se desarrolle de una manera independiente y aislada, sino en íntima unión con las demás obras pastorales.

Es particularmente necesario que reine una estrecha unión entre la liturgia y la catequesis, la instrucción religiosa y la predicación.

III. Frutos que cabe esperar

8. Por consiguiente, los Obispos y sus colaboradores en el sacerdocio centren cada vez más todo su ministerio pastoral en torno a la liturgia. De este modo, los fieles, por medio de una perfecta participación en las celebraciones sagradas, recibirán también con abundancia la vida divina y, convertidos en fermento de Cristo y sal de la tierra, la anunciarán y la transmitirán a los demás.

¹ Cf. Concilio Vaticano II, Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, núm. 10.

² 2 Co 5, 15.

³ Cf. Concilio Vaticano II, Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, núm. 6.

⁴ Cf. *ibid.*, Núm. 47.

⁵ Cf. *ibid.*, Núm. 61.

⁶ Cf. *ibid.*, núms. 102-107.

⁷ Cf. *ibid.*, Núm. 9.

Capítulo I

ALGUNAS NORMAS GENERALES

I. Aplicación de estas normas

9. Las disposiciones prácticas contenidas en la Constitución y en la presente Instrucción, y todo lo que por medio de esta Instrucción se permite o manda hacer ya desde ahora, antes de la reforma de los libros litúrgicos, aunque solo se refiere al rito romano, se puede aplicar también a los demás ritos latinos, según las normas del derecho.

10. Lo que se deja a la decisión de la competente autoridad eclesiástica territorial, solo ella puede y debe llevarlo a efecto por medio de legítimos decretos.

Se establecerá siempre el tiempo y las circunstancias en que estos decretos entrarán en vigor, pero se deja un tiempo suficiente de *vacatio legis*, para que, por medio de una catequesis adecuada, se instruya a los fieles acerca de su cumplimiento.

II. Formación litúrgica de los clérigos (Constitución, núms. 15-16 y 18)

11. Respeto de la formación litúrgica de los clérigos:

a) Las Facultades teológicas tendrán una cátedra de Liturgia, a fin de que todos los alumnos reciban la debida formación litúrgica. Los Ordinarios de lugar y los superiores mayores se preocuparán de que en los seminarios y casas de estudio de los religiosos haya, lo más pronto posible, un profesor especial de liturgia, debidamente preparado.

b) De acuerdo con el número 15 de la Constitución, fórmense cuanto antes profesores que se encarguen de enseñar la asignatura de Sagrada Liturgia.

c) Para una ulterior formación litúrgica del clero, especialmente de aquellos que ya trabajan en la viña del Señor, se erigirán oportunamente institutos de liturgia pastoral.

12. Se consagrará a la enseñanza de la liturgia el tiempo conveniente, que habrá de determinar la autoridad competente en el plan general de estudio; se enseñará con un método adecuado, a tenor del número 16 de la Constitución.

13. Háganse con la máxima perfección las celebraciones litúrgicas. Por tanto:

a) Obsérvense diligentemente las rúbricas y ejecútense decorosamente las ceremonias, bajo la asidua vigilancia de los superiores y después de los ensayos necesarios.

b) Los clérigos ejerzan frecuentemente el oficio litúrgico propio de su Orden, es decir, de diácono, de subdiácono, de acólito, de lector, y además el de comentarista y cantor.

c) Las iglesias y oratorios, los objetos sagrados en general y las vestiduras sagradas ofrecerán un aspecto de auténtico arte cristiano, sin excluir el arte moderno.

III. Formación litúrgica de la vida espiritual de los clérigos (Constitución, núm. 17)

14. Para que los clérigos se habitúen a participar plenamente en las celebraciones litúrgicas, y a alimentar en ellas su vida espiritual para comunicarla más tarde a los demás, lévese decididamente a la práctica la Constitución sobre la sagrada liturgia en los seminarios y en las casas de estudio de los religiosos, conforme a los documentos de la Sede Apostólica, con la cooperación unánime y concorde de todos los superiores y profesores.

Se iniciará debidamente a los clérigos en la liturgia, recomendándoles la lectura de libros que la estudien, sobre todo desde el punto de vista teológico y espiritual, y poniéndolos a su disposición en número conveniente en la biblioteca; por medio de meditaciones y pláticas cuya fuente principal sean la Sagrada Escritura y la liturgia,⁸ y por la práctica en común de aquellos ejercicios que la costumbre y las leyes cristianas han introducido y estén de acuerdo con el espíritu de los diversos tiempos del año litúrgico.

15. Célebrense todos los días la Eucaristía, centro de toda la vida espiritual, empleando distintas formas de celebración que sean las más aptas y respondan mejor a la condición de los participantes.⁹

Los domingos, y en las grandes festividades, se celebrará misa solemne o cantada, con homilía y con la participación de todos los que viven en la casa; en ella comulgarán sacramentalmente, en cuanto sea posible, todos los sacerdotes. Los sacerdotes podrán concelebrar, sobre todo en las festividades más solemnes, una vez que se haya publicado el nuevo rito, siempre que la utilidad de los fieles no les exija celebrar individualmente.

Conviene que, por lo menos en las grandes festividades, los seminaristas participen en la Eucaristía reunidos en torno al Obispo en la iglesia catedral.¹⁰

16. Es sumamente conveniente que los clérigos, aunque no estén todavía obligados al Oficio divino, reciten o canten todos los días en común: por la mañana las Laudes, como oración matutina, y por la tarde las Vísperas, como oración vespertina, o las Completas al final del día. En cuanto sea posible, participen también los superiores en la recitación común. Además, en el horario del día a los clérigos ordenados *in sacris* se les dará tiempo suficiente para la recitación del Oficio divino.

Es conveniente que, según las posibilidades, los seminaristas canten Vísperas en la iglesia catedral, por lo menos en las grandes festividades.

17. Ténganse en la debida estima los ejercicios piadosos, ordenados según las leyes o costumbres de cada lugar o Instituto. No obstante, se cuidará, sobre todo si se practican en común, que vayan de acuerdo con la sagrada liturgia, y tengan en cuenta los tiempos del año litúrgico, conforme al número 13 de la Constitución.

⁸ Cf. Concilio Vaticano II, Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, núm. 35, 2.

⁹ Cf. *ibid.*, Núm. 19.

¹⁰ Cf. *ibid.*, Núm. 41.

IV. Formación litúrgica de los miembros de Institutos de estado de perfección

18. Lo que se dice en los artículos precedentes sobre la formación litúrgica de la vida espiritual de los clérigos debe aplicarse también, en las debidas proporciones, a los miembros, ya varones, ya mujeres, de los Institutos de estado de perfección.

V. Formación litúrgica de los fieles (Constitución, núm. 19)

19. Esfuércense los pastores de almas en llevar a la práctica con celo y paciencia lo que establece la Constitución acerca de la educación litúrgica de los fieles y su participación activa, interna y externa, que debe ser promovida "conforme a su edad, condición, género de vida y grado de cultura religiosa"¹¹. Pero, sobre todo, cuidarán la educación litúrgica y la participación activa de los miembros de asociaciones religiosas de laicos, pues ellos tienen la obligación de participar más íntimamente en la vida de la Iglesia y ayudar a los pastores de almas también en promover convenientemente la vida litúrgica en la parroquia.¹²

VI. Autoridad competente en materia litúrgica (Constitución, núm. 22)

20. La reglamentación de la sagrada liturgia es de la competencia de la autoridad eclesiástica: por lo mismo, que nadie proceda en esta materia por iniciativa propia, con detrimento, muchas veces, de la misma liturgia y de su reforma, que ha de llevar a cabo la autoridad competente.

21. Es de la competencia de la Sede Apostólica reformar y aprobar los libros litúrgicos generales, ordenar la sagrada liturgia en aquello que se refiere a toda la Iglesia, aceptar o confirmar las actas y decisiones de la autoridad territorial y recibir sus propuestas y peticiones.

22. Es de la competencia del Obispo regular la liturgia dentro de su diócesis, según las normas y el espíritu de la Constitución sobre la sagrada liturgia, y de los decretos de la Sede Apostólica y de la competente autoridad territorial.

23. Por Asambleas Episcopales territoriales de diverso género, a las que, en virtud del número 22, §2, de la Constitución, toca reglamentar la liturgia, hay que entender hasta nueva disposición:

- O bien la Asamblea de todos los Obispos de una nación, conforme al "*Motu proprio*" *Sacram liturgiam*, número 10.
- O bien la Asamblea ya legítimamente constituida de Obispos, o de Obispos y demás Ordinarios de lugar, de varias naciones.
- O bien la Asamblea que, con licencia de la Sede Apostólica, se constituya de Obispos,

¹¹ *Ibid.*, Núm. 19.

¹² *Cf. ibid.*, Núm. 42.

lengua vernácula en la liturgia, además de lo indicado en el número precedente, deberán contener también, según el número 36, §3, de la Constitución, y el número 9 del "*Motu proprio*" *Sacram liturgiam*:

- La indicación de cada una de las partes de la liturgia que se determine se digan en lengua vernácula.
 - Dos ejemplares de los textos litúrgicos en lengua vernácula, uno de los cuales se devolverá a la Asamblea Episcopal.
 - Una breve relación de los criterios que han inspirado la traducción.
31. Los decretos de la autoridad territorial que necesitan aceptación o confirmación de la Sede Apostólica se promulgarán y llevarán a la práctica solo después que hayan sido aceptados o confirmados por la Sede Apostólica.

VII. La función que cada uno debe desempeñar en la liturgia (Constitución, núm. 28)

32. El celebrante no repite en privado las partes que corresponden a la *schola* y al pueblo, si es que las cantan o recitan estos.

33. Asimismo, el celebrante no lee en privado las lecturas que lee o canta el ministro competente o el ayudante.

VIII. Que no haya acepción de personas (Constitución, núm. 32)

34. Cada Obispo en particular o, si pareciera más oportuno, las Conferencias Episcopales regionales procurarán aplicar en sus territorios la prescripción del sacrosanto Concilio que prohíbe la acepción de personas privadas o de clases sociales, tanto en las ceremonias como en la solemnidad externa.

35. Por lo demás, no dejen los pastores de trabajar, con prudencia y caridad, a fin de que, en las acciones litúrgicas y, especialmente, en la celebración de la misa y en la administración de los sacramentos y sacramentales, aparezca, incluso al exterior, la igualdad de los fieles, y se evite, además, toda apariencia de lucro.

IX. Simplificación de algunos ritos (Constitución, núm. 34)

36. A fin de que las acciones litúrgicas resplandezcan con aquella noble simplicidad que responde mejor a la mentalidad de nuestra época:

- Los saludos al coro por parte del celebrante y de los ministros sólo se harán al principio y al fin de la acción sagrada.
- La incensación del clero, a excepción de los Obispos, se hará colectivamente con tres golpes de incensario a cada parte del coro.
- Solamente se incensará el altar en que se celebra la acción litúrgica.
- Se omitirán los ósculos de la mano y los de los objetos que se dan o se reciben.

o de Obispos y demás Ordinarios de lugar, de varias naciones, sobre todo cuando los Obispos de cada una de esas naciones son tan pocos, que resulta mejor una reunión conjunta de Obispos de varias naciones de una misma lengua y de una misma cultura.

Si las circunstancias particulares de algunas regiones aconsejan otra solución, propóngase a la Sede Apostólica.

24. A estas Asambleas deben ser convocados:

- Los Obispos residenciales.
- Los abades y los prelados *nullíus*.
- Los vicarios y los prefectos apostólicos.
- Los administradores apostólicos de la diócesis, nombrados con carácter permanente.
- Todos los demás Ordinarios de lugar, a excepción de los vicarios generales.

Los Obispos coadjutores y auxiliares pueden ser convocados por el presidente, con el consentimiento de la mayoría de los que intervienen en la Asamblea con voto deliberativo.

25. A no ser que, para algunos lugares y en atención a circunstancias particulares, se provea legítimamente de otra forma, la convocación de la Asamblea debe hacerse:

- Por el presidente respectivo, si se trata de asambleas ya legítimamente constituidas.
- En los demás casos, por el Arzobispo u Obispo a quien, según la ley, le corresponda legítimamente el derecho de precedencia.

26. Obtenido el consentimiento de los Padres, el presidente establece el orden del día, abre, difiere, proroga y cierra la Asamblea.

27. Tienen voto deliberativo todos los enumerados en el número 24, sin exceptuar los Obispos coadjutores y auxiliares, a menos que en el documento de convocación se disponga expresamente otra cosa.

28. Para que los decretos tengan fuerza de ley se requieren los dos tercios de votos secretos.

29. Es preciso que las actas de la competente autoridad territorial, que deben ser transmitidas a la Sede Apostólica para su aceptación o confirmación, contengan los siguientes datos:

- Los nombres de los que participaron en la Asamblea.
- Una relación sobre las cuestiones tratadas.
- El resultado de la votación de cada decreto.

Estas actas, en doble ejemplar, firmadas por el presidente y por el secretario de la Asamblea y con el sello correspondiente, se mandarán al *Consilium* para la aplicación de la Constitución sobre la sagrada liturgia.

30. Cuando se trata de actas que contengan decretos sobre el uso y extensión de la

X. Celebraciones sagradas de la Palabra de Dios (Constitución, núm. 35, §4)

37. En los lugares donde no haya Sacerdote y no se pueda celebrar la misa, los domingos y fiestas de precepto organicese, a juicio del Ordinario, una sagrada celebración de la palabra de Dios, presidida por un diácono o incluso por un seglar, especialmente delegado.

La estructura de esta celebración será semejante a la de la liturgia de la palabra en la misa: generalmente se leerán en lengua vernácula la epístola y el evangelio de la misa del día, anteponiendo e intercalando cantos, tomados preferentemente de los salmos. Si es diácono el que preside, pronunciará la homilía, y, si no lo es, leerá la homilía que le haya señalado el Obispo o el párroco. La celebración terminará con la oración común o de los fieles y el Padrenuestro.

38. Es conveniente que también las celebraciones de la palabra de Dios que se organicen en las vigiliadas de las grandes festividades o en algunas ferias de Adviento y de Cuaresma, y los domingos y días de fiesta, se ajusten a la estructura de la liturgia de la palabra de la misa, aunque nada impide que haya una sola lectura.

Al ordenar las distintas lecturas, la del Antiguo Testamento precederá normalmente a la del Nuevo, y la lectura del Santo Evangelio será como la cima de la celebración, para que se vea claramente el sucederse de la historia de la salvación.

39. Para que estas celebraciones se hagan con dignidad y piedad, cuidense las Comisiones litúrgicas de cada diócesis de indicar y proporcionar material oportuno.

XI. Traducciones de los textos litúrgicos a la lengua vulgar (Constitución, núm. 36, §3)

40. En la traducción de los textos litúrgicos a la lengua vulgar, según el número 36, §3, de la Constitución, es preciso que se observen las siguientes normas:

- La traducción de los textos litúrgicos a la lengua vulgar se hará sobre el texto litúrgico latino. La versión de las perícopas bíblicas debe ser conforme al texto latino litúrgico, con facultad, si es preciso, de revisar tal versión sobre el texto original, o sobre otra versión más clara.
- La traducción de los textos litúrgicos se encargará con preferencia a la Comisión litúrgica mencionada en el número 44 de la Constitución y en el número 44 de esta Instrucción; le ayudará, si es posible, el Instituto de liturgia pastoral. Donde no exista tal Comisión, se confiará el cuidado de estas traducciones a dos o tres Obispos, que escojan personas competentes en Sagrada Escritura, liturgia, lengua bíblica, latín, lengua vernácula y música, sin excluir los seglares. Pues una perfecta traducción de los textos litúrgicos a la lengua vulgar debe satisfacer simultáneamente muchas exigencias.
- Para las traducciones pónganse de acuerdo, si fuere preciso, los Obispos de las regiones limítrofes de una misma lengua.
- En las naciones donde se hablen distintas lenguas se harán traducciones a cada una

de ellas y se someterán al examen especial de los Obispos interesados.

e) Cuidese la dignidad de los libros que han de servir para proclamar al pueblo el texto litúrgico en lengua vernácula, de suerte que la misma dignidad del libro induzca a los fieles a una mayor reverencia hacia la palabra de Dios y a las cosas sagradas.

41. En las acciones litúrgicas que se celebran en ciertos lugares con asistencia de fieles de distinta lengua, sobre todo en presencia de grupos de emigrantes, de parroquias personales, o en casos semejantes, se permite el uso de su lengua, con consentimiento del Ordinario del lugar, en la forma y con la versión legítimamente aprobadas por la competente autoridad eclesiástica territorial de aquella lengua.

42. Las nuevas melodías para las partes que han de cantar en lengua vernácula el celebrante y los ministros tendrán que ser aprobadas por la competente autoridad eclesiástica territorial.

43. Los libros litúrgicos particulares que fueron debidamente aprobados antes de la promulgación de la Constitución sobre la sagrada liturgia, así como los indultos hasta entonces concedidos, mientras no estén en desacuerdo con la Constitución, quedan en vigor hasta que, realizada total o parcialmente la reforma litúrgica, se establezca de otra manera.

XII. Comisión litúrgica de las Conferencias Episcopales (Constitución, núm. 44)

44. La Comisión litúrgica que habrá de constituir oportunamente la autoridad territorial será elegida, en lo posible, entre los Obispos miembros de la misma Asamblea, o por lo menos estará compuesta de uno o dos Obispos, a los que se agregarán algunos sacerdotes competentes en liturgia pastoral, personalmente designados para este oficio.

Es conveniente que los miembros de esta Comisión se reúnan con sus consultores varias veces al año para tratar las cuestiones en común.

45. La autoridad territorial puede encomendar oportunamente a esta Comisión:

- Promover estudios y experiencias a norma del número 40, 1) y 2), de la Constitución.
- Estimular iniciativas prácticas para todo el territorio, destinadas a fomentar la vida litúrgica y la aplicación de la Constitución sobre la sagrada liturgia.
- Preparar los estudios y el material que exigirá la aplicación de los decretos de la Asamblea plenaria de los Obispos.
- Dirigir la acción litúrgica – pastoral en todo el territorio, vigilar la aplicación de los decretos de la misma Conferencia plenaria, y dar cuenta de todo ello a la misma.
- Colaborar frecuentemente y promover iniciativas comunes con las organizaciones que en la misma región trabajan en el campo de la Biblia, catequesis, pastoral, música y arte sacro, y con las asociaciones religiosas de laicos de todo género.
- Los miembros del Instituto de pastoral litúrgica, así como cada uno de los peritos llamados a ayudar a la Comisión litúrgica, no se nieguen tampoco a colaborar de buen

f) La doxología final del canon, desde las palabras *Per ipsum* hasta el *Per omnia saecula saeculorum. R/. Amen* inclusive, se cantará o se dirá en alta voz; durante toda la doxología el celebrante sostiene un poco elevado el cáliz con la hostia, omitiendo las señales de la cruz, y hace genuflexión al final, solamente después que el pueblo haya respondido: *Amen*.

g) En las misas rezadas, el pueblo puede recitar conjuntamente con el celebrante el *Pater noster* en lengua vernácula. Y en las misas con canto puede asimismo cantarlo, juntamente con el celebrante, en latín, e incluso, si así lo determinará la autoridad eclesiástica territorial, en lengua vernácula, con melodías aprobadas por la misma autoridad.

h) El embolismo que sigue a la oración dominical se cantará o dirá en alta voz.

i) En la distribución de la sagrada comunión se usará la fórmula *Corpus Christi*. Al pronunciar estas palabras, el celebrante sostendrá la hostia un poco elevada sobre el copón, mostrándola al que va a comulgar, quien responde: *Amen*, y después recibe la comunión del celebrante, el cual omite la señal de la cruz con la hostia.

j) Se omite el último evangelio y se suprimen las preces leoninas.

k) La misa con canto se puede celebrar con solo el diácono.

l) Si fuera menester, los Obispos pueden celebrar la misa con canto al modo de los presbíteros.

II. Lecturas y cantos interleccionales (Constitución, núm. 51)

49. En las misas celebradas con el pueblo, las lecturas, la epístola y el evangelio se leerán o cantarán de cara al pueblo:

- En la misa solemne: en el ambón o junto al cancel del presbiterio.
- En la misa cantada y en la misa rezada, si el celebrante las lee o las canta, desde el altar, o en el ambón, o junto al cancel del presbiterio, según sea más oportuno. Pero si otro las lee o canta, en el ambón o junto al cancel del presbiterio.

50. En las misas no solemnes celebradas con el pueblo, un lector idóneo o un acólito puede leer las lecciones y la epístola con los cantos interleccionales, que el celebrante escuchará sentado. El evangelio lo puede leer un diácono u otro Sacerdote, que dice: *Munda cor meum*, pide la bendición y al final presenta el libro de los Evangelios al ósculo del celebrante.

51. En las misas con canto, las lecciones, la epístola y el evangelio, si se dicen en lengua vernácula, pueden ser leídas sin canto.

52. Al leer o cantar las lecciones, la epístola, los cantos interleccionales y el evangelio, se procede de esta manera:

- En la misa solemne, el celebrante escucha sentado las lecciones, la epístola y los cantos interleccionales. Cantada o leída la epístola, el subdiácono va hacia el celebrante y recibe

grado con cada uno de los Obispos, para promover con mayor eficacia en su territorio la acción litúrgica – pastoral.

47. A la Comisión litúrgica diocesana, bajo la autoridad del Obispo, corresponde:

- Conocer el estado de la acción pastoral litúrgica en la diócesis.
- Llevar diligentemente a la práctica lo que en materia litúrgica haya establecido la autoridad competente, y tener en cuenta los estudios a iniciativas de otras partes en este terreno.
- Sugerir y promover, sobre todo en orden a prestar ayuda a los sacerdotes que ya trabajan en la viva del Señor, iniciativas prácticas de toda clase que puedan contribuir a dar impulso a la causa litúrgica.
- Sugerir en casos particulares, e incluso para toda la diócesis, un orden oportuno y progresivo de acción pastoral litúrgica, señalar y aun llamar, cuando fuera preciso, a personas idóneas, que en el momento oportuno puedan ayudar a los sacerdotes en esta labor, y proponer medios y material adecuado.
- Procurar que las iniciativas que surjan en la diócesis para promover el apostolado litúrgico vayan adelante, de acuerdo y con la colaboración de las demás asociaciones, de forma parecida a lo que se ha dicho sobre la Comisión de la Asamblea Episcopal (núm. 45, c).

Capítulo II

EL SACROSANTO MISTERIO DE LA EUCARISTÍA

I. El "Ordo" de la Misa (Constitución, núm. 50)

48. Mientras se reforma íntegramente el *Ordo* de la misa, se observará desde ahora lo siguiente:

- Las partes del Propio que cantan o recitan la *schola* o el pueblo, el celebrante no las dice en privado.
- Las partes del Ordinario las puede cantar o recitar el celebrante juntamente con el pueblo o con la *schola*.
- En las preces al pie del altar, al principio de la misa, se omite el salmo 42. Y se omitirán todas las preces al pie del altar siempre que preceda inmediatamente otra acción litúrgica.
- En la misa solemne, el subdiácono no sostiene la patena, sino que se deja sobre el altar.
- En las misas con canto, la oración secreta o sobre las ofrendas será cantada; en las demás se dirá en alta voz.

de él la bendición. Luego el celebrante, sentado, impone y bendice el incienso. Mientras se canta el *Alleluia* con su versículo, o hacia el final de los otros cantos después de la epístola, se levanta para bendecir al diácono. Escucha el evangelio desde su sede y besa el libro, y después de la homilía, entona el Símbolo, si hay que decirlo. Terminado el Símbolo, vuelve al altar con los ministros, a no ser que dirija la oración de los fieles.

b) Se comporta del mismo modo el celebrante en las misas cantadas o rezadas, cuando las lecciones, la epístola, los cantos interleccionales y el evangelio los canta o lee el ministro de que se hablo en el número 50.

c) En las misas cantadas o rezadas en que el evangelio lo canta o lo lee el celebrante, este se acerca a la última grada del altar, mientras se canta o se lee el *Alleluia* con su versículo, o hacia el final de los otros cantos después de la epístola, y allí, inclinado profundamente, dice: *Munda cor meum*, luego va al ambón o cerca del cancel del presbiterio para cantar o leer el evangelio.

d) Pero, si en una misa cantada o rezada todas las lecciones las canta o lee en el ambón o junto al cancel del presbiterio el mismo celebrante, este, allí mismo, lee también, si fuere preciso, los cantos que siguen a las lecciones y a la epístola; el *Munda cor meum* lo dice vuelto hacia el altar.

III. La homilía (Constitución, núm. 52)

53. Se predicará la homilía en todas las misas que se celebren los domingos y fiestas de precepto con asistencia del pueblo, sin exceptuar siquiera las misas conventuales, las misas con canto y las pontificales.

Se recomienda la homilía, además, en los días laborables, principalmente en algunas ferias de Adviento y de Cuaresma, y en otras ocasiones en que asiste a la iglesia un buen número de fieles.

54. Por homilía, inspirada en los textos sagrados, se entiende una explicación de algún aspecto de las lecturas bíblicas o de otro texto del Ordinario o del Propio de la misa del día, teniendo en cuenta el misterio que se celebra y las necesidades particulares de los oyentes.

55. Si se proponen esquemas de predicación para la misa en algunos periodos del año, deben guardar una íntima y armónica relación al menos con los principales tiempos del año litúrgico,¹³ es decir, con el misterio de la redención, porque la homilía es parte de la liturgia del día.

IV. Oración común o de los fieles (Constitución, núm. 53)

56. Allí donde ya existe la costumbre de la oración común o de los fieles, hágase por ahora según los formularios en uso en cada región, antes del ofertorio, después de decir:

¹³ Cf. Concilio Vaticano II, Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, núms. 102-104.

Oremus. La dirigirá el celebrante desde su asiento, o desde el altar, o desde el ambón, o junto al cancel del presbiterio.

Las intenciones e invocaciones las puede cantar un diácono, un cantor u otro ministro idóneo, pero reservando al celebrante las palabras introductorias y la oración final. Esta será ordinariamente: *Deus refugium nostrum et virtus,*¹⁴ u otra que responda mejor a una necesidad particular.

Allí donde no se práctica la oración común o de los fieles, la competente autoridad territorial puede establecer su uso del modo que se acaba de indicar y con fórmulas que la misma autoridad apruebe interinamente.

V. Partes que admiten lengua vernácula en la Misa (Constitución, núm. 54)

57. En las misas con canto y en las misas rezadas que se celebran con asistencia del pueblo, la competente autoridad eclesiástica territorial puede permitir el uso de la lengua vernácula, después que la Sede Apostólica haya aceptado o confirmado las actas:

a) Ante todo, en la proclamación de las lecciones, epístola y evangelio, y en la oración común o de los fieles.

b) según las circunstancias de los diversos lugares, también en los cantos del Ordinario de la misa, esto es: *Kyrie, Gloria, Credo, Sanctus – Benedictus y Agnus Dei*, y asimismo en las antífonas del introito, ofertorio y comunión y en los cantos interleccionales.

c) Además, en las aclamaciones, saludos y formulas de diálogo, en las formulas: *Ecce Agnus Dei, Domine non sum dignus y Corpus Christi R/. Amen*, en la comunión de los fieles, y en la oración dominical con su monición y embolismo.

Sin embargo, los Misales que sirven para el uso litúrgico deberán traer también el texto latino junto a la traducción vernácula.

58. Es de la competencia exclusiva de la Sede Apostólica conceder el uso de la lengua vernácula en otras partes de la misa que canta o recita solo el celebrante.

59. Cuiden con diligencia los pastores de almas que los fieles y, sobre todo, los miembros de las asociaciones religiosas de laicos puedan recitar conjuntamente o cantar, también en latín, las partes del Ordinario de la misa que les corresponden, especialmente con melodías sencillas.

VI. Facultad de repetir la comunión el mismo día (Constitución, núm. 55)

60. Los fieles que hayan comulgado en la misa de la Vigilia pascual y en la noche de Navidad pueden acercarse de nuevo a comulgar en la segunda misa de Pascua, que se celebra de día, y en una de las misas que se celebran el día de Navidad.

¹⁴ Cf. *Missale Romanum*, Oraciones diversas, núm. 20 (*Misal Romano*, edic. 1978: Modelos de formularios para la oración universal, I. Formulario general I).

Capítulo III

LOS DEMÁS SACRAMENTOS Y LOS SACRAMENTALES

I. Partes que admiten lengua vernácula (Constitución, núm. 63)

61. La competente autoridad territorial puede permitir la lengua vernácula, una vez aceptadas o confirmadas sus actas por la Sede Apostólica:

a) En los ritos del bautismo, confirmación, penitencia, unción de enfermos y matrimonio, sin exceptuar siquiera la fórmula esencial; asimismo en la distribución de la sagrada comunión.

b) En la colación de las órdenes: en las alocuciones al principio de cada orden o consagración, en el examen del Obispo electo en la consagración episcopal y en las admoniciones.

c) En los sacramentales.

d) En las exequias.

Pero si en alguna parte pareciera todavía oportuno un uso más amplio de la lengua vernácula, obsérvese lo que prescribe el número 40 de la Constitución.

II. Omisiones en el *Ordo suppleudi omnia super baptizatum* (Constitución, núm. 69)

62. En el rito con que se suplen las ceremonias omitidas en el bautismo de un niño, rito que se encuentra en el *Ritual Romano*,¹⁵ omitanse los exorcismos que se hallan en los números 6 (*Exi ab eo*), 10 (*Exorcizo te, immunde spiritus; Ergo, maledicte diabole*) y en el número 15 (*Exorcizo te, omnis spiritus*).

63. En el rito con que se suplen las ceremonias omitidas en el bautismo de un adulto, rito que se encuentra en el *Ritual Romano*,¹⁶ omitanse los exorcismos que se hallan en los números 5 (*Exi ab eo*), 15 (*Ergo, maledicte diabole*), 17 (*Audí, maledicte satana*), 19 (*Exorcizo te; Ergo, maledicte diabole*), 21 (*Ergo, maledicte diabole*), 23 (*Ergo, maledicte diabole*), 25 (*Exorcizo te; Ergo, maledicte diabole*), 31 (*Nec te latet*) y 35 (*Exi, immunde Spiritus*).

III. Confirmación (Constitución, núm. 71)

64. Cuando la confirmación se confiere dentro de la misa, conviene que sea el mismo Obispo quien la celebre, en cuyo caso administrará la confirmación revestido con los ornamentos de la misa.

La misa en que se confiere la confirmación puede ser la del espíritu Santo, como votiva de segunda clase.

¹⁵ Cf. *Rituale Romanum*, tit. II, cap. 5.

¹⁶ Cf. *ibid.*, tit. II, cap. 6.

65. Es de alabar que los confirmandos renueven las promesas del bautismo después del evangelio y de la homilía, antes de recibir la confirmación, conforme al rito de cada región, a no ser que ya lo hubieran hecho antes de la misa.

66. Si celebra la misa otro sacerdote, conviene que el Obispo asista revestido con los ornamentos prescritos para la confirmación, que pueden ser o bien del color del día, o bien de color blanco. La homilía la pronunciará el mismo Obispo, y el celebrante no continuará la misa sino después de conferida la confirmación.

67. La confirmación se administra conforme al rito descrito en el Pontifical Romano; pero a las palabras *In nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti*, que siguen a la fórmula *Signo te*, se hará una sola señal de la cruz.

IV. Rito continuado de unción de enfermos y viático (Constitución, núm. 74)

68. Cuando se administran a un tiempo la unción de enfermos y el viático, de no existir en el Ritual particular propio un rito continuado, se seguirá el orden siguiente: hecha la aspersión y recitadas las oraciones de entrada, que se hallan en el Ritual de la unción, el sacerdote, si es necesario, escuchará la confesión del enfermo, luego conferirá la unción, y, finalmente, administrará el viático, omitiendo la aspersión con sus fórmulas, el *Confiteor* y la absolución.

Si se imparte entonces la bendición apostólica con la indulgencia plenaria *in articulo mortis*, se dará esta inmediatamente antes de la unción, omitiendo la aspersión con sus fórmulas, el *Confiteor* y la absolución.

V. Imposición de manos en la consagración episcopal (Constitución, núm. 76)

69. Todos los Obispos presentes, revestidos de hábito coral, pueden hacer en la consagración episcopal la imposición de las manos. Más las palabras *Accipe Spiritum Sanctum* solamente las pronunciarán el Obispo consagrante y los dos Obispos co-consagrantes.

VI. Rito del Matrimonio (Constitución, núm. 78)

70. Si no hay una causa justa que lo excuso, el matrimonio se celebrará dentro de la misa, después del evangelio y de la homilía, que jamás deberá omitirse.

71. Siempre que el matrimonio se celebre dentro de la misa, incluso en el tiempo que llaman "cerrado", se dirá la misa votiva por los esposos o se hará conmemoración de la misma, según las rúbricas.

72. En cuanto sea posible, celebrará la misa el mismo párroco o el delegado suyo que asiste al matrimonio. Si asiste otro sacerdote, el celebrante no continuará la misa sino después de terminado el rito del matrimonio.

El sacerdote que solo asiste al matrimonio, sin celebrar la misa, se revestirá de

sobrepelliz y estola blanca, e incluso pluvial, según las costumbres locales, y pronunciará la homilía. Pero la bendición después del *Pater noster* y la de antes del *Placet* tiene que darla siempre el sacerdote que celebra la misa.

73. Dentro de la misa se impartirá siempre la bendición nupcial, aun en el tiempo que llaman "cerrado", y aun cuando uno o ambos cónyuges hayan contraído anteriores nupcias.

74. En la celebración del matrimonio sin misa:

a) según el "*Motu proprio*" *Sacram liturgiam*,¹⁷ se empezará el rito con una breve admonición, que no es la homilía, sino una simple introducción al rito;¹⁸ el sermón u homilía, que debe inspirarse en los textos sagrados,¹⁹ se hará después de la lectura de la epístola y del evangelio de la misa por los esposos, de suerte que el orden de todo el rito es el siguiente: breve admonición, lectura de la epístola y evangelio en lengua vernácula, homilía, celebración del matrimonio y bendición nupcial.

b) Para la lectura de la epístola y del evangelio de la misa por los esposos, a falta de un texto en lengua vulgar, aprobado por la competente autoridad territorial, se podrá utilizar provisionalmente un texto aprobado por el Ordinario del lugar.

c) No hay inconveniente en intercalar algún canto entre la epístola y el evangelio. Asimismo se recomienda vivamente la oración de los fieles, después del rito del matrimonio y antes de la bendición nupcial, según la fórmula aprobada por el Ordinario del lugar, en la cual se pida también por los esposos.

d) Al final del rito se dará siempre la bendición a los esposos, incluso en el tiempo que llaman "cerrado" y aun cuando uno de ambos cónyuges haya contraído otras nupcias. La fórmula de bendición es la que se halla en el Ritual Romano,²⁰ a no ser que en los Rituales particulares haya otra bendición.

75. Si se celebra el matrimonio cerradas las velaciones, el párroco amonestará a los esposos que respeten el carácter propio de aquel tiempo litúrgico.

VII. Los sacramentales (Constitución, núm. 79)

76. En la bendición de las candelas, el 2 de febrero, y de la ceniza, al principio de la Cuaresma, se puede decir una sola de las oraciones que se hallan en el *Misal Romano* para estas bendiciones.

77. Las bendiciones reservadas hasta el presente, contenidas en el *Ritual Romano*,²¹ pueden ser impartidas por cualquier sacerdote, exceptuando la bendición de una campana para uso de una iglesia bendecida o de un oratorio,²² de la primera piedra de

¹⁷ Cf. PABLO VI, "*Motu proprio*" *Sacram liturgiam*, de 25 de enero de 1964, núm. V.

¹⁸ Cf. Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, núm. 35, 3.

¹⁹ Cf. *ibid.*, Núm. 52.

²⁰ Cf. *Rituale Romanum*, tit. VIII, cap. 3.

²¹ Cf. *Rituale Romanum*, tit. IX, cap. 9, 10 y 11.

²² Cf. *ibid.*, tit. IX, cap. 9, núm. 11.

una nueva iglesia,²³ de una nueva iglesia y oratorio público,²⁴ del antimensio,²⁵ de un nuevo cementerio,²⁶ y exceptuadas asimismo las bendiciones papales,²⁷ y la bendición y erección de las estaciones del vía crucis.²⁸ Todas estas bendiciones quedan reservadas al Obispo.

Capítulo IV

EL OFICIO DIVINO

I. El Oficio divino de los obligados a Coro (Constitución, núm. 95)

78. Hasta que se haya efectuado la reforma del Oficio divino:

a) Las comunidades de canónigos, monjes, monjas y demás regulares o religiosos obligados a coro por derecho o por las Constituciones, además de la misa conventual, deben celebrar cada día el Oficio entero en el coro.

Cada uno de los miembros de estas comunidades que tengan órdenes mayores o hayan hecho profesión solemne, exceptuados los conversos, aunque estén legítimamente dispensados del coro, deben recitar individualmente cada día todas aquellas Horas canónicas que no reciten en el coro.

b) Los cabildos catedrales y colegiales, además de la misa conventual, deben recitar en el coro aquellas partes del Oficio divino a las que estén obligados por derecho común o particular.

Cada uno de los miembros de estos cabildos, además de las Horas canónicas a cuyo rezo están obligados todos los clérigos de órdenes mayores,²⁹ deben recitar individualmente aquellas Horas que son recitadas por su respectivo cabildo.

c) En los países de misiones, sin embargo, quedando a salvo la disciplina coral establecida por el derecho para las comunidades religiosas o capitulares, los miembros de tales comunidades que se hallan legítimamente ausentes del coro por razón de su ministerio pastoral, pueden gozar de la facultad concedida por el "*Motu proprio*" *Sacram Liturgiam*,³⁰ con la licencia del Ordinario del lugar, pero no del vicario general o del delegado.

II. Facultad para dispensar o conmutar el Oficio divino (Constitución, núm. 97)

79. La facultad concedida a todos los Ordinarios para dispensar a sus súbditos, en casos

²³ Cf. *Ibid.*, tit. IX, cap. 9, núm. 16.

²⁴ Cf. *Ibid.*, tit. IX, cap. 9, núm. 17.

²⁵ Cf. *Ibid.*, tit. IX, cap. 9, núm. 21.

²⁶ Cf. *Ibid.*, tit. IX, cap. 9, núm. 22.

²⁷ Cf. *Ibid.*, tit. IX, cap. 10, núms. 1-3.

²⁸ Cf. *Ibid.*, tit. IX, cap. 11, núm. 1.

²⁹ Cf. Concilio Vaticano II, Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, núms. 96 y 89.

³⁰ Cf. PABLO VI, "*Motu proprio*" *Sacram liturgiam*, de 25 de enero de 1964, núm. VI.

rarlo, teniendo en cuenta la condición física, moral, intelectual y espiritual del que la solicite. Sin embargo, esta facultad se concede únicamente para hacer más fácil y devota la recitación del Oficio divino; en modo alguno se pretende derogar la obligación que tiene todo Sacerdote de rito latino de aprender la lengua latina.

88. La traducción vernácula de un Oficio divino de otro rito distinto del romano debe ser preparada y aprobada por los respectivos Ordinarios de aquella lengua, pero, respecto de los elementos comunes a ambos ritos, debe utilizarse la traducción aprobada por la autoridad territorial y después proponerse a la confirmación de la Sede Apostólica.

89. Es preciso que los Breviarios que han de utilizar los clérigos a quienes se concede el uso de la lengua vernácula en la recitación del Oficio divino, según la Constitución,³¹ contengan también el texto latino, además de la traducción vernácula.

Capítulo V

CONSTRUCCIÓN DE IGLESIAS Y ALTARES CON VISTAS A FACILITAR LA PARTICIPACIÓN ACTIVA DE LOS FIELES

I. Disposición de las iglesias

90. Al construir nuevas iglesias, al reconstruirlas o adaptarlas, procúrese con diligencia que resulten adecuadas para celebrar las acciones sagradas, conforme a su auténtica naturaleza, y obtener la participación activa de los fieles.³²

II. El altar mayor

91. Conviene que el altar mayor se construya separado de la pared, de modo que se pueda girar fácilmente en torno a él y celebrar de cara al pueblo. Y ocupará un lugar tan importante en el edificio sagrado que sea realmente el centro adonde espontáneamente converja la atención de toda la asamblea de los fieles.

Obsérvese lo que prescribe el derecho acerca de la materia con que debe edificarse y adornarse el altar.

Además, el presbiterio alrededor del altar tendrá tal amplitud que se puedan desarrollar cómodamente en los ritos sagrados.

III. La sede del celebrante y de los ministros

92. La sede para el celebrante y los ministros se colocará de tal forma que, según la estructura de cada iglesia, sea bien visible a los fieles, y el celebrante aparezca realmente como el presidente de toda la comunidad de los fieles.

³¹ Cf. Concilio Vaticano II, Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, núm. 101, § 1.

³² Cf. Concilio Vaticano II, Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, núm. 124.

articulares y con justa causa, de la obligación de recitar todo o parte del Oficio divino, para conmutarlo, se extiende asimismo a los Superiores mayores de las religiones clericales no exentas y de las instituciones de clérigos que viven vida común sin votos.

III. Oficios parvos (Constitución, núm. 98)

80. Ningún Oficio parvo puede considerarse estructurado al modo del Oficio divino si no está compuesto de salmos, lecturas, himnos y oraciones, y no tiene en cuenta Las horas del día y el tiempo litúrgico correspondiente.

81. Para hacer oración pública de la Iglesia se pueden utilizar interinamente aquellos Oficios parvos legítimamente aprobados hasta ahora, con tal de que cumplan los requisitos señalados en el número anterior.

Para que los nuevos Oficios parvos puedan ser utilizados como oración pública de la Iglesia, deben ser aprobados por la Sede Apostólica.

82. La traducción del texto de los Oficios parvos a una lengua vernácula, destinados a ser oración pública de la Iglesia, debe ser aprobada por la competente autoridad eclesial territorial; esta decisión tiene que ser aprobada o confirmada por la Sede Apostólica.

83. La autoridad competente para conceder el uso de la lengua vernácula en la recitación del Oficio parvo a los que están obligados a su rezo en virtud de sus Constituciones, o para dispensar de su recitación o conmutarla, es el Ordinario o Superior mayor de cada uno.

IV. Obligaciones de los miembros de Institutos de estado de perfección (Constitución, núm. 99)

84. La obligación de recitar en común el Oficio divino o un Oficio parvo, o una parte de los mismos, que incumbe a los miembros de estados de perfección en virtud de sus Constituciones, no excluye la facultad de omitir la Hora de Prima, ni la de elegir entre las demás Horas menores la que mejor corresponda al momento del día.³³

V. Lengua que se ha de emplear en la recitación del Oficio divino (Constitución, núm. 101)

85. En la recitación del Oficio divino en el coro, los clérigos están obligados a usar la lengua latina.

86. La facultad concedida al Ordinario de permitir el uso de la lengua vernácula, para casos particulares, a aquellos clérigos para quienes el uso de la lengua latina resulta un grave impedimento para poder rezar debidamente el Oficio, se extiende asimismo a los Superiores mayores de las religiones clericales no exentas y de las sociedades de clérigos que viven en común sin votos.

87. El grave impedimento que se requiere para otorgar tal concesión hay que ponde-

³³ Cf. PABLO VI, "*Motu proprio*" *Sacram liturgiam*, de 25 de enero de 1964, núm. VI.

No obstante, si la sede del celebrante esta situada detrás del altar, hay que evitar la forma del trono, que es propia únicamente del Obispo.

IV. Los altares laterales

93. Los altares laterales serán pocos; es más, en cuanto lo permita la estructura del edificio, es muy conveniente que se coloquen en capillas separadas de algún modo del cuerpo de la iglesia.

V. Ornato de los altares

94. La cruz y los candelabros que se requieren en el altar para cada una de las acciones litúrgicas se pueden colocar también en las proximidades del mismo, a juicio del Ordinario del lugar.

VI. Reserva de la Eucaristía

95. La sagrada Eucaristía se reservará en un sagrario sólido e inviolable, colocado en medio del altar mayor, o de un altar lateral, pero que sea realmente destacado, o también, según costumbres legítimas y en casos particulares, que deben ser aprobados por el Ordinario del lugar, en otro sitio de la iglesia, pero que sea verdaderamente muy noble y esté debidamente adornado.

Se puede celebrar la misa de cara al pueblo, aunque encima del altar mayor este el sagrario, en cuyo caso este será pequeño, pero apropiado.

VII. El ámbon

96. Conviene que para la proclamación de las lecturas sagradas haya uno o dos ambones, dispuestos de tal forma que los fieles puedan ver y oír bien al ministro.

VIII. Lugar de la "schola" y del órgano

97. El lugar de la *schola* y del órgano se situará de tal forma que se vea claramente que los cantores y el organista forman parte de la asamblea congregada y puedan desempeñar mejor su ministerio litúrgico.

IX. Lugar de los fieles

98. Téngase especial cuidado en disponer el lugar de los fieles de modo que puedan ver las celebraciones sagradas y participar debidamente en ellas con su espíritu. Conviene que normalmente se pongan para su uso bancos o sillas, pero hay que reprobado la costumbre de reservar asientos a personas privadas, según el número 32 de la Constitución.

Se procurará, además, que los fieles no solo puedan ver al celebrante y demás ministros,

sino también escucharlos cómodamente, utilizándose para ello los medios técnicos modernos.

X. El bautisterio

99. En la construcción y ornamentación del bautisterio se procurará con diligencia que aparezca claramente la dignidad del sacramento del bautismo, y que el lugar sea apto para celebraciones comunitarias.³⁴

Esta Instrucción del *Consilium* para la aplicación de la Constitución sobre la sagrada liturgia, preparada por mandato de Su Santidad el Papa Pablo VI, la presentó a Su Santidad el eminentísimo señor Cardenal Santiago Lercaro, Presidente del mismo *Consilium*.

El Santo Padre, después de haberla examinado con la debida atención, con la ayuda del mencionado *Consilium* y de esta Sagrada Congregación de Ritos, la aprobó de manera especial en todas y cada una de sus partes, y la confirmó con su autoridad en audiencia concedida el día 26 de septiembre de 1964 al eminentísimo señor Cardenal Arcadio Larraona, Prefecto de la Sagrada Congregación de Ritos, y mandó publicarla para que sea diligentemente observada por todos aquellos a quienes se refiere, a partir del día 7 de marzo del año 1965, primer domingo de Cuaresma.

³⁴ Cf. Concilio Vaticano II, Constitución *Sacrosanctum Concilium*, sobre la sagrada liturgia, núm. 27.

Anexo 4 - (Estudo de Caso 1)

4.1 - Projeto de licenciamento (Câmara Municipal)

4.1.1 - Peças escritas

L. 20

2

CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS PRECES - MOLEDO DO MINHO
MEMORIA DESCRITIVA

A capela de Nossa Senhora das Preces implanta-se num terreno junto à estrada velha entre Moledo e Âncora a uma cota inferior à do arruamento e onde existem uma fonte e um lavadouro públicos. A forma do terreno, alongado no sentido norte/sul, a necessidade de manter a fonte e o lavadouro e, ainda, a existência de um caminho a sul que margina o Ribeiro das Preces e é ortogonal à estrada nacional impõe a orientação do eixo longitudinal da capela segundo a maior dimensão do terreno abrindo-a para sul usufruindo, assim, de uma maior área para adro. A entrada para a fonte e o lavadouro será também utilizada como hipótese de acesso lateral marcado no novo edifício por uma torre que o assinala e ao mesmo tempo referencia a presença e o carácter da construção.

A capela é concebida a partir de uma caixa paralelipipédica modulada por uma estrutura porticada de betão que ficará aparente no exterior. No interior os pilares serão revestidos por uma parede de tijolo para rebocar e pintar, criando um paramento contínuo e sem aberturas. O espaço interior é composto a partir de um quadrado central que se eleva, apoiado em quatro pilares de secção circular, acima da cobertura plana como um baldaquino coberto por um telhado de quatro águas. Este elemento, à maneira de um lanternim, constitui, ainda, a oportunidade de uma entrada de luz pelas suas quatro faces que iluminará especialmente o espaço por excelência da assembleia dos fieis. Num desenho de planta marcado pela ênfase do eixo longitudinal que, da entrada ao altar, garante a ideia do percurso da redenção tão cara à arquitectura religiosa ocidental, a existência daquele quadrado iluminado, com a sua lógica de composição central, introduz uma leitura complexa e ambivalente no sentido de valorizar a assembleia de acordo com as modernas orientações da Igreja. Este centro potencia, ainda, um lugar de reunião de paroquianos e um sistema de relações menos orientado a favorecer o diálogo.

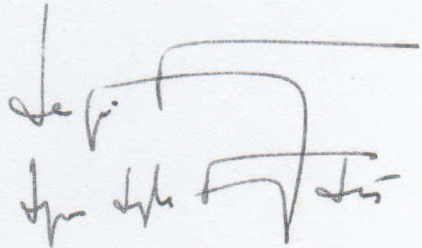
As entradas laterais marcam um percurso que rodeando o altar-mór sobre-elevado e alargando-se, define, ao fundo, um espaço de sacristia iluminado por um grande pano de tijolo de vidro que, não permitindo

visibilidade do exterior, coa a luz já indirecta de norte e entra no espaço sagrado por uma fresta vertical que lhe desenha o centro. Do lado oposto um outro quadrado se ergue da cota do pavimento permitindo um espaço interior, também sobre-elevado, para usos diversos como pode ser o de um coro e um outro exterior que o prolonga abrindo a caixilharia móvel que constitui todo o tramo central do alçado principal. Esta caixilharia, totalmente em madeira e constituída por painéis pintados ou envidraçados, quando aberta prolonga para o exterior o espaço de uso público ou possibilita o apoio de um altar móvel ou de um púlpito que permite, de dentro para fora, celebrar ou predicar para o exterior em momentos especialmente festivos.

Pensamos com esta memória poder dar uma ideia das intenções múltiplas que estão implícitas no estudo prévio apresentado. Não é estranha a estas intenções uma vontade de ecónomia e simplicidade sem retirar alguma espectacularidade no tratamento do espaço interior que, não só o enriqueça no plano formal em oposição ao tratamento depurado do exterior, como o qualifique no plano simbólico.

O pavimento interior será em pedra e em madeira apenas no espaço destinado aos bancos corridos para os fieis. A cobertura será plana, excepto no quadrado central que se eleva em telhado de quatro águas. O revestimento de toda a cobertura será em chapa de cobre. Paramentos exteriores e interiores pintados. A iluminação eléctrica tentará marcar, de forma extremamente simples, os momentos mais importantes do espaço como a zona do altar e o quadrado central.

Moledo do Minho, Janeiro de 1991
Alexandre Alves Costa



ADITAMENTO À MEMÓRIA DESCRITIVA

Tomado conhecimento do parecer da Câmara Municipal de Caminha referente ao processo nº 190/91 a requerimento da Fábrica da Igreja Paroquial de Moledo do Minho para a construção de uma capela na Av. de Santana naquela localidade, junto se envia em anexo a esta exposição um corte transversal que pensamos seja suficientemente esclarecedor no tocante aos aspectos altimétricos já que relaciona a cota da avenida, a cota dos lavadouros públicos e fonte, a cota de implantação do edifício projectado indicando, ainda, o seu perfil volumétrico.

À indiscutível procedência desta exigência da Câmara Municipal no sentido do esclarecimento do projecto acrescentamos alguma perplexidade em relação a algumas outras das questões levantadas, embora se reconheça que "o projecto de arquitectura da referida capela não levanta problemas". Assim estranhamos a referência do Sr. Arq. Urbanista ao "alargamento para Norte (c/ rectificação) do arruamento que limita o terreno a Sul" feita a partir de uma "Proposta de Zonamento de Moledo" que totalmente desconhecemos e da qual não decorreu nenhuma imposição que, a existir, normalmente deveria ter sido indicada na Planta Topográfica fornecida pelos Serviços. E não decorreu aquela imposição, pensamos que com toda a justeza, uma vez que de uma "Proposta" se podem aduzir, apenas, hipóteses para debater e eventualmente virem a ser aprovadas, não tendo existido, como o nome "proposta" indica, nenhum daqueles momentos que a transformariam em norma.

Do mesmo modo, não se conhecendo nenhuma intenção de ligação à EN 13, pensavamos vir a propôr, integrado no projecto de arranjos exteriores, um acerto do espaço fronteiro à futura capela que lhe alargasse a perspectiva, o uso (mesmo para estacionamento) e a relação com o Ribeiro das Precês. Do debate sobre este arranjo enriquecido com outras hipóteses de espaço a disponibilizar pela Junta de Freguesia, nasceria a solução para o estacionamento de automóveis que, de resto, não parece ser, pelo menos até este momento, grande preocupação da Câmara Municipal de Caminha que tem permitido uma forte densificação da zona sem antes estabelecer regras claras de natureza infraestrutural e até visual que viessem a garantir a futura harmonia de um lugar em transformação, no mínimo, tumultuosa.

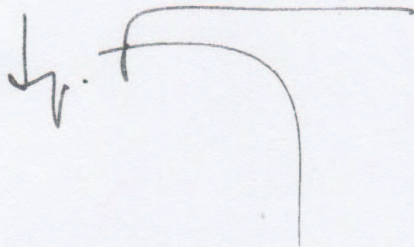
É evidente, ainda, a parca utilização do automóvel por um pequeno número de fieis que, na sua maioria, se deslocam a pé, a exemplo do que se passa na Igreja Paroquial destinada, aliás, a um número muito maior de pessoas.

E mais estranhas nos parecem as considerações sobre compatibilização de usos entre fontanário, lavadouro e capela, parecendo-nos clara a intenção do projecto em manter um espaço relvado a Norte para permitir secagem da roupa. Por outro lado, a vizinhança entre aqueles equipamentos é, não só compatível, como desejável. Desta proximidade tomaram conhecimento, de resto, as autoridades eclesiásticas do mais alto nível da região, não tendo levantado qualquer problema. De facto, a dignidade de um edifício religioso não se pode sentir ofendida com a proximidade de um equipamento colectivo com a dupla qualidade de um deles ser uma fonte, desde sempre "fonte da vida", lugar sagrado por si só, e de outro ser um lavadouro público, lugar de relação e convívio, programa que se sobrepõe ao entendimento moderno do espaço religioso como espaço colectivo da relação.

A questão levantada sobre a salubridade diz respeito exclusivamente aos serviços municipais e não é pensável que seja colocada apenas em função da futura implantação de uma capela e não já, perante a tão próxima existência de habitações.

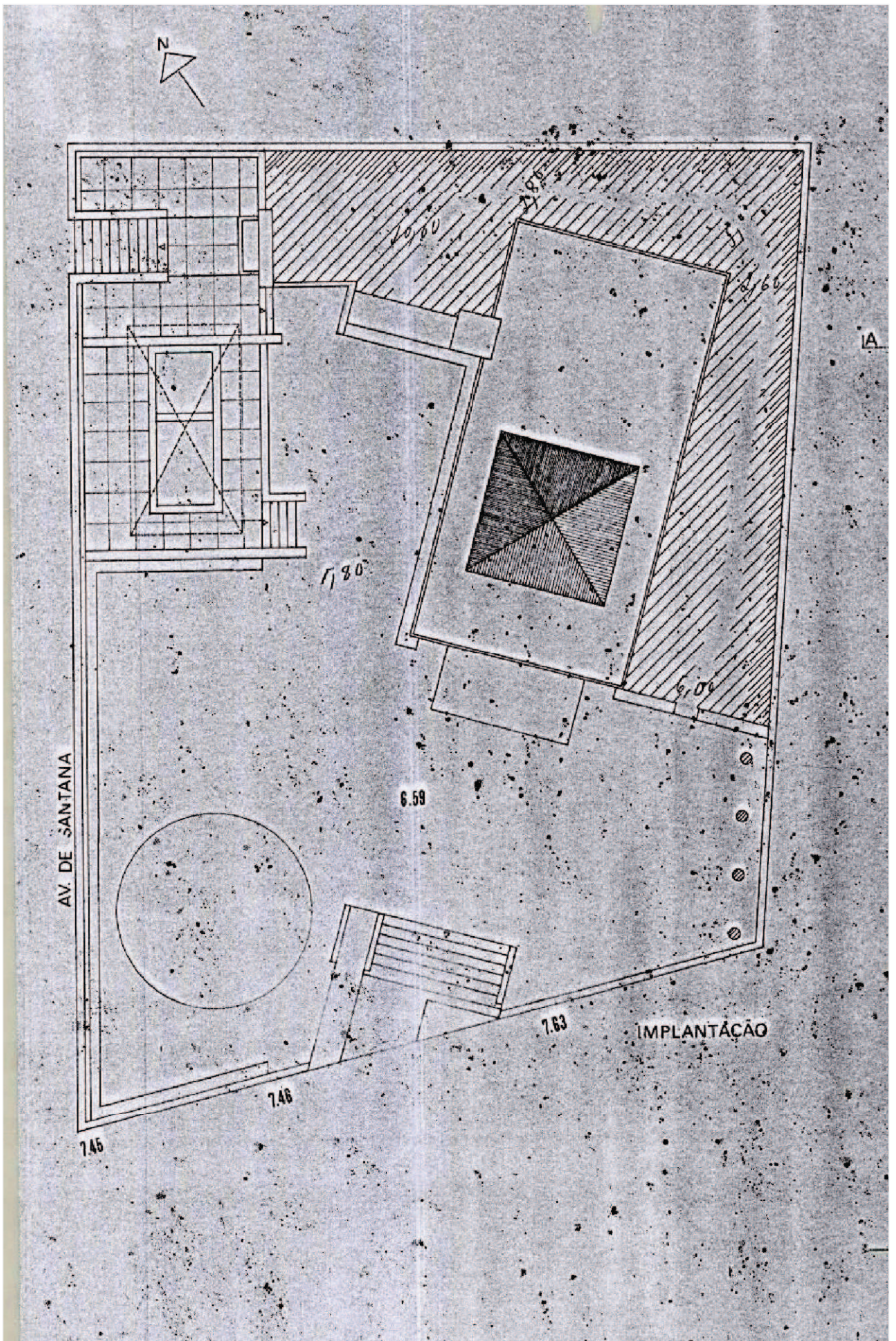
Os "conhecidos problemas estéticos" que são, esses sim, da competência dos autores, foram obviamente considerados.

Moledo do Minho, 8 de Julho de 1991

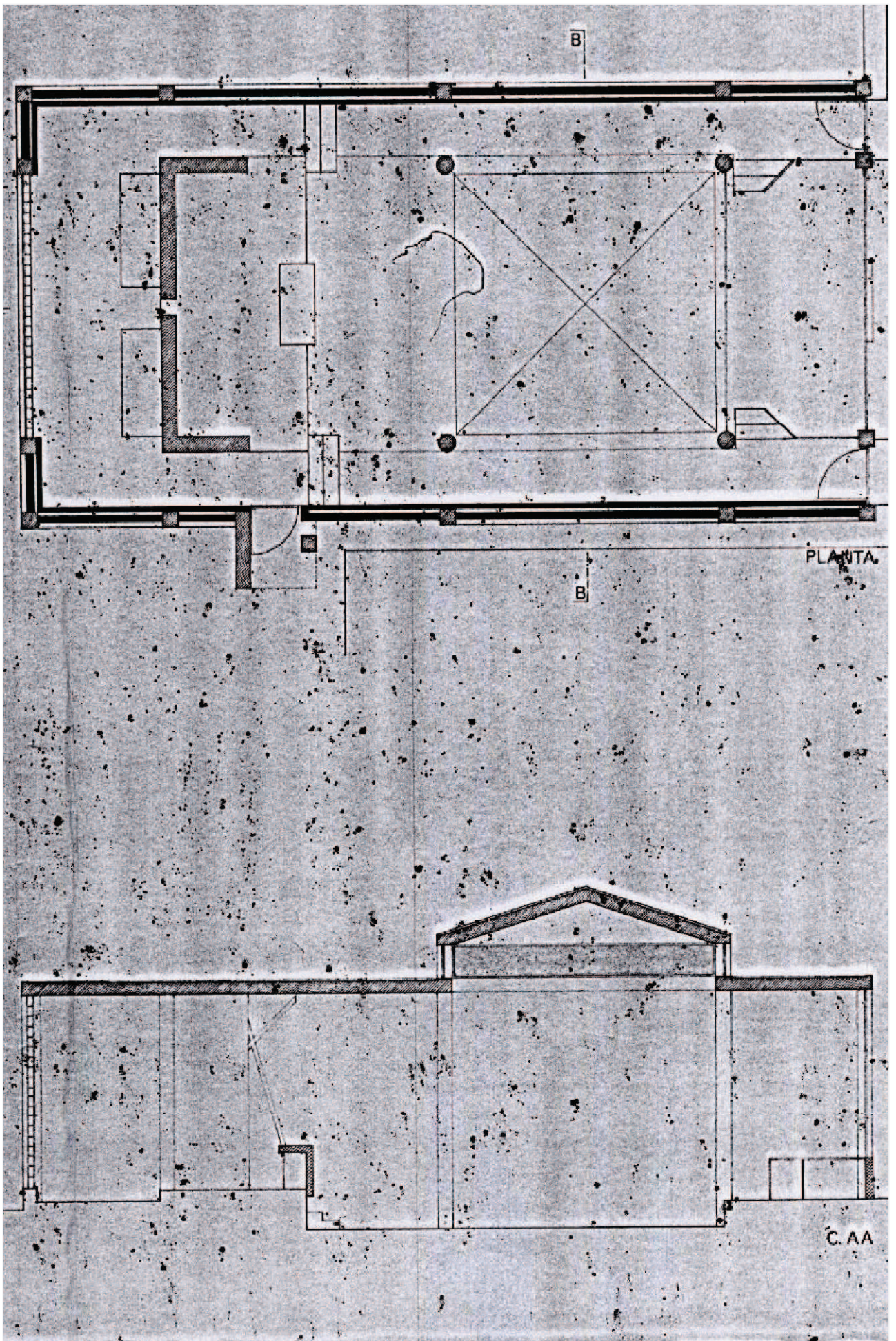
A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized initial 'L' followed by a series of loops and a long horizontal stroke that curves downwards.

Estudo de Caso 1

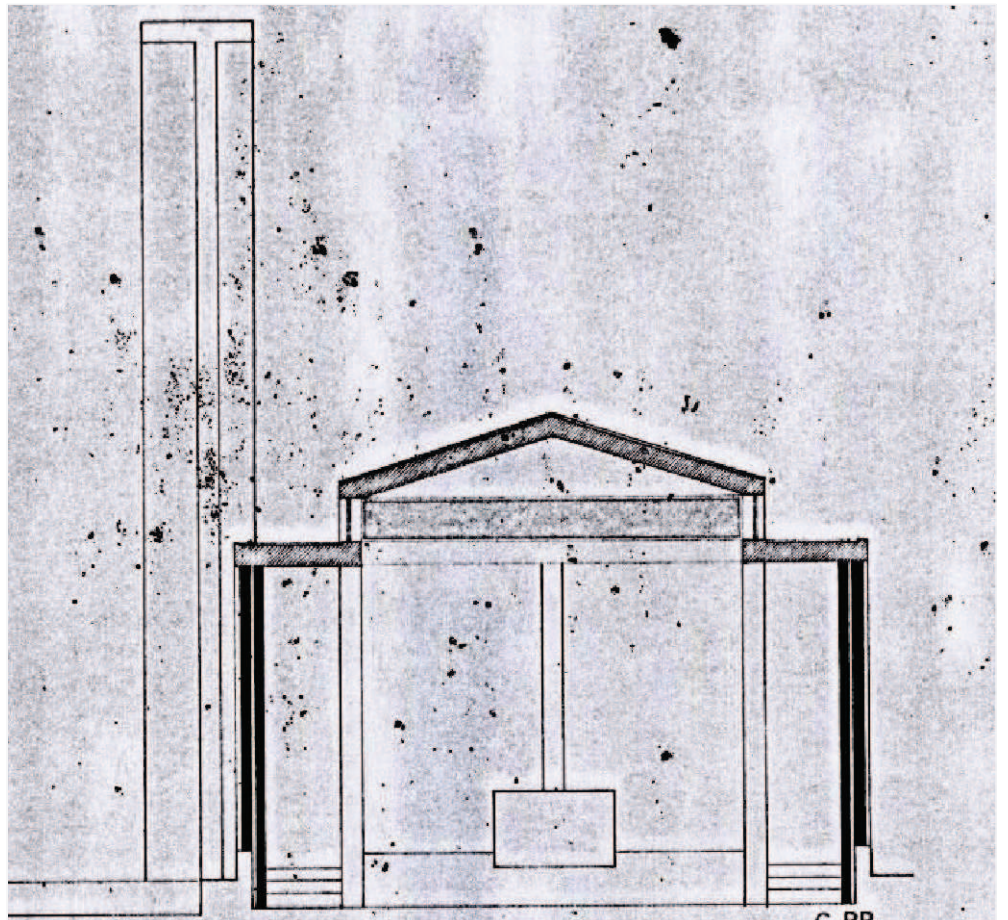
4.1.2 - Peças desenhadas



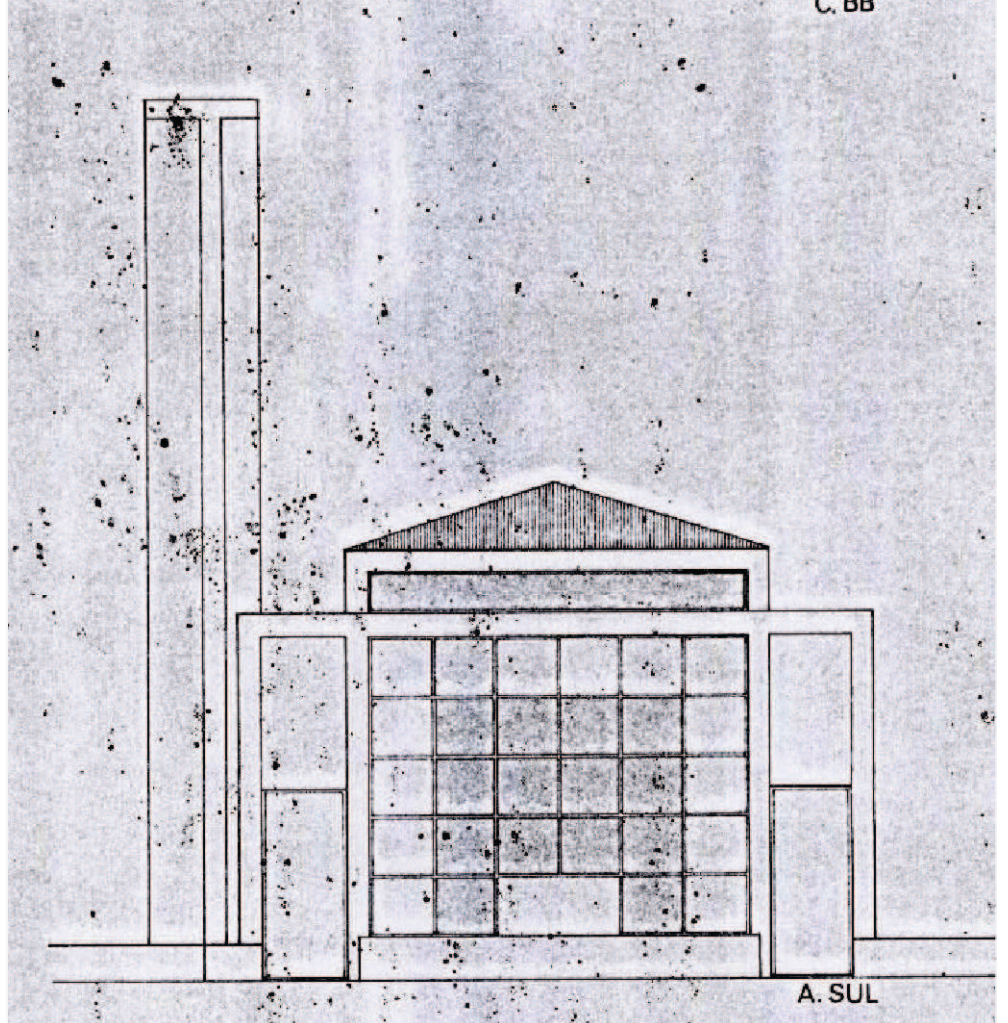
P1 - Planta de Implantação (1/200)



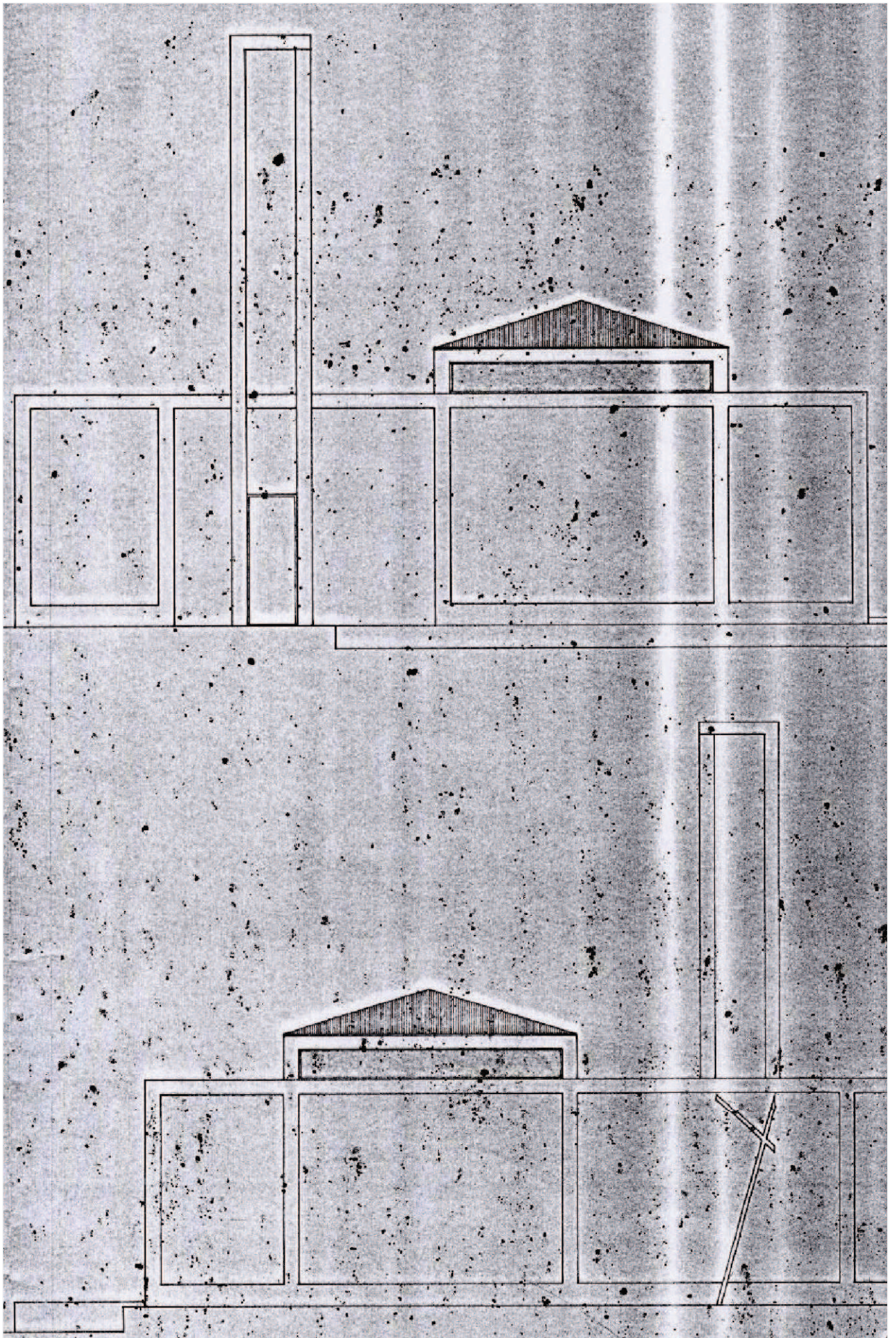
P2 - Planta Piso 0 e Corte AA (1/100)



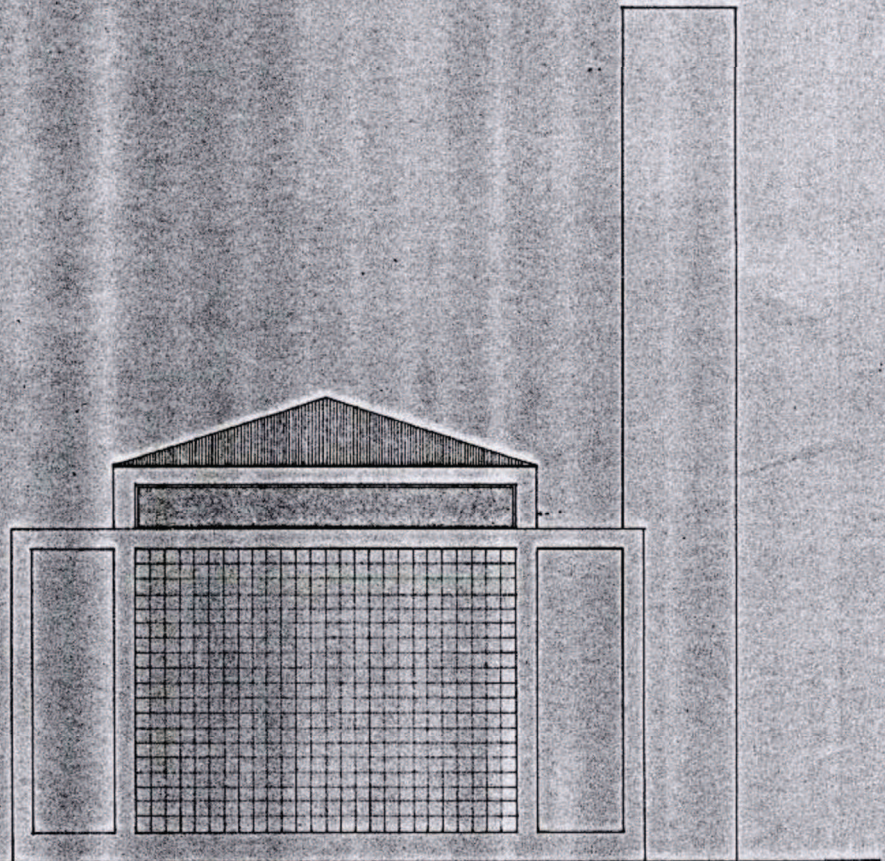
C. BB



A. SUL

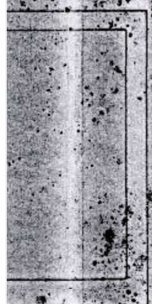


8



POENTE

A. NORTE



NASCENTE

CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS PRECES
 IMPLANTACAO, CORTES, ALÇADOS
 ARQ: A. ALVES COSTA SERGIO FERNANDEZ

MOLEDO DO MINHO

A handwritten signature in black ink, likely belonging to the architect or a collaborator.

ESC. 1:200 1:100
 MARC. 91

1

Estudo de Caso 1

4.2 – Entrevista ao Arquiteto

4.2.1 – Guião da entrevista (E2)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução “*Inter Oecumenici*” (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

Pergunta 1: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para “contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”. Neste sentido, de que forma a arquitetura pode ajudar no cumprimento deste anelo?

Pergunta 2: “A Igreja nunca considerou um estilo (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas” (art.º 123, doc. 1). Pensa que o **estilo contemporâneo** responde satisfatoriamente à arquitetura religiosa?

Pergunta 3: A “**participação** ativa dos fiéis” nas cerimónias é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Como abordou esta questão na sua obra?

Pergunta 4: “Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado” (art.º 292, doc. 2). Que interpretação fez desta norma na obra em causa?

Pergunta 5: No seu entender que característica deverá ter um edifício sagrado, para que na sua disposição geral reproduza “de algum modo a imagem da assembleia congregada” - **reunião** (art.º 294, doc. 2)?

Pergunta 6: “O **presbitério** é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial” (art.º 295, doc. 2). Que princípio teve nessa concepção?

Pergunta 7: O altar, “pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções de toda a **assembleia** dos fiéis” (art.º 299, doc. 2). Como interpretou essa norma?

Pergunta 8: Na sua opinião, o que é essencial na **concepção** de um espaço sagrado desta natureza?

Pergunta 9: Este espaço religioso tem algum **simbolismo** eclesiástico subjacente, ou pretende transmitir alguma mensagem de caris teológico? Qual?

Pergunta 10: Para terminar, considera que a sua obra responde satisfatoriamente (**adequabilidade**) quer aos anseios da comunidade eclesiástica (celebrante e fiéis) quer as normas litúrgicas descritas do *Sacrosanctum Concilium*?

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

4.2.2 – Resumo da entrevista
(comunicação pessoal, 24 de outubro, 2014)

Resumo da entrevista E2, feita ao Arq. Alexandre Alves Costa (Autor da Igreja de Moledo) em 24 de Outubro de 2014 pela 10h30 no seu atelier sito na rua 15 de Novembro no Porto.

Transcrição das citações mais relevantes:

1ª PARTE – ASPETOS GERAIS

“O tema deste edifício é a ‘assembleia’, a Igreja são os crentes, os fiéis.”

“Não quisemos que ela se distinguisse do contexto. Seria um edifício muito austero e económico, uma arquitectura muita ‘chá’, com o mínimo de ornamentação possível.”

“É um edifício que se encontra no caminho de Santiago.”

“O padre Valdemar foi incansável em todo este processo.”

“A forma que adoptamos para abrir o edifício ao exterior foi o grande envidraçado na fachada Sul, que mostra-se a ‘transparência’ da Igreja, sendo para nós uma questão importante. Entendemos que como princípio, o exercício litúrgico está aberto a todos, daí também a concepção de um altar nessa mesma fachada que possibilitasse missa campal.”

“Foi muito interessante um edifício religioso inserido junto a um tanque e uma fonte pública.”

“A luz néon no altar ajuda a ler o desenho, é como que abraça a assembleia tendo uma leitura de continuidade.”

“A cruz exterior marca de forma mais preponderante a natureza do edifício. A torre sineira e a galeria exterior têm como conceito as galerias que existem nas igrejas românicas portuguesas, sendo este espaço destinado ao relacionamento da comunidade, antes e depois das celebrações, indo o edifício para além do exercício litúrgico.

A cruz exterior, a torre sineira e a galeria exterior são marcações simbólicas para justificar o programa religioso.”

“Os pilares no interior, o lanternim e o candeeiro, representam o protagonismo que assembleia deve de ter como sendo o ‘centro’ da eucaristia, indo desta forma ao encontro do postulado pelo Concílio Vaticano II.

Os fiéis não lêem este simbolismo, teria sido conveniente uma pequena explicação do conceito do edifício.”

“O sacrário foi oferta pessoal para o espaço religioso, tendo vindo de uma capela familiar de Barroselas.”

“O ambão é desenho no Arq. Siza Vieira.”

“Como não existe ornamentação o aspecto da iluminação é muito importante.”

“Não sendo religioso, tive muito gosto em interpretar esses novos conceitos pós conciliares, que de alguma forma, vêm ao encontro da minha maneira de pensar. São conceitos que democratizam a Igreja.”

“Já não faz sentido fazer uma Igreja que seja ‘visual’ pela espectacularidade formal. O interesse é a forma como se interpreta o programa. A Igreja não tem que se afirma pela riqueza, mas sim pelos aspectos formais. As pessoas neste espaços não se podem sentir diminuídas, indo assim de encontro aos ensinamento de S. Bernardo e às regras de Cister sobre a construções de edifícios religiosos.”

“É um edificio minimalistas, mas todo o simbolismo religioso está lá.”

2ª PARTE – ASPETOS ESPACIAIS

“O edificio não se encontra terminado, faltando a pintura interior e também um pára-vento á entrada.”

“A composição geométrica do edificio é o quadro e também a proporção ‘raiz de dois’, que era considerada sagrada na idade média, por exemplo o altar é definido pelo rebatimento da diagonal de um dos quadrado. A relação das alturas foi muito bem estudada.”

“As duas entradas frontais funcionam como uma espécie de naves laterais, sendo a entrada lateral de serviço (reservada) e esta está marcada pela torre sineira de inspiração na obra do Siza Vieira na Universidade de Aveiro – o depósito de água.”

“A composição do espaço litúrgico é: Espaço Sagrado + Espaço Público + Espaço de extensão exterior.”

“O coro funciona com um contraponto ao altar, e na minha óptica o baptistério não deve estar separado de espaço central da celebração.”

“O espaço é muito contínuo, tem é diferentes marcações, para quem está dentro e quisemos transportar esse mesma leitura para quem está fora. “

Estudo de Caso 1

4.3 – Entrevista ao Pároco

4.3.1 – Guião da entrevista (E3)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução “*Inter Oecumenic*” (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

Pergunta 1: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para “contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”. Neste sentido, de que forma a arquitectura, nomeadamente esta igreja, pode ajudar no cumprimento deste anelo?

Pergunta 2: “A Igreja nunca considerou um **estilo** (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas” (art.º 123, doc. 1). Pensa que o estilo contemporâneo responde satisfatoriamente à arquitetura religiosa? Porquê?

Pergunta 3: A “**participação** ativa dos fiéis” nas cerimónias é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Como analisa esta questão nesta obra?

Pergunta 4: “Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado” (art.º 292, doc. 2). Que interpretação faz desta norma nesta igreja?

Pergunta 5: No seu entender, a obra em estudo responde satisfatoriamente, para que na sua disposição geral reproduza “de algum modo a imagem da assembleia congregada” - **reunião** (art.º 294, doc. 2)?

Pergunta 6: “O **presbitério** é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial” (art.º 295, doc. 2). É isso que constata nesta igreja?

Pergunta 7: O altar, “pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se **dirijam as atenções** de toda a assembleia dos fiéis” (art.º 299, doc. 2). Confirma esta situação?

Pergunta 8: No seu entender, este edifício religioso tem algum **simbolismo** eclesialístico subjacente, ou pretende transmitir alguma mensagem de caris teológico? Qual?

Pergunta 9: Na sua opinião, o que é essencial na abordagem à **concepção** de um espaço desta natureza?

Pergunta 10: Para terminar, considera que a obra em causa responde satisfatoriamente (**adequabilidade**) quer aos anseios da comunidade eclesialística (celebrante e fiéis) quer as normas litúrgicas descritas do *Sacrosanctum Concilium*?

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

4.3.2 – Resumo da entrevista 1 (Padre Rui Rodrigues)
(comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)

Resumo da entrevista E3, feita ao Padre Rui Filipe Gonçalves Rodrigues (Pároco da Paróquia de Moledo de Caminha) em 18 de Outubro de 2014 pela 15h30 nas instalações da Casa Paroquial de Moledo.

Transcrição das citações mais relevantes:

1ª PARTE – ASPETOS GERAIS

“A comunidade de moledo é diferente das outras, distinguindo-se claramente a zona da praia da zona antiga, ambas zonas não comunicam muito. Estando divididas pela EN13 em termos físicos e em termos religiosos essa divisão também se verifica.”

“Este espaço religioso justifica-se pela grande presença no verão de turistas e residentes sazonais (classe média/alta), porque se fosse somente pela população local não seria necessária.”

“A celebração neste espaço é semanal (Sábado às 17h30), e em época balnear é aos Sábado e Domingos às 20h00, adaptando-se assim às necessidades da comunidade.”

“Há três anos que sou o Pároco de Moledo.”

“Celebra em quatro Igrejas, três das quais “antigas” e esta em estudo que é “moderna” esta em nada compromete a liturgia, comparativamente com as demais.”

“A assistência é inconstante, dependendo se é época balnear ou não.”

2ª PARTE – ASPETOS ESPACIAIS

“A acústica neste espaço é difícil, por vezes até mesmo grave. A antiga EN13 que se encontra adjacente ao edifício conjuntamente com a linha de comboio que também dista pouco metro do edifício, por vezes compromete a celebração. Por exemplo, numa vez no momento da consagração na elevação, passou o comboio apitar e fui muito constrangedor. Mesmo sem considerar o ruído exterior, a acústica neste espaço é péssima.”

“A ornamentação existente considero-a equilibrada.”

“Este espaço religioso está preparado para missas campal, pese embora as portadas de vidro que ambrem serem demasiado pesadas, estando neste momento o órgão a comprometer essa abertura.

Há Verões em que o pequeno anfiteatro no exterior enche de fiéis, tendo colunas no exterior que auxiliam no acompanhamento da eucaristia.”

“O altar está bem, sinto que a visão da assembleia é boa em direcção o mesmo, apesar da mesa eucarística ser um pouco baixa, perturbando alguns ritos. O espaço envolvente ao mesmo é suficiente, mas sinto que está elevado demais em relação á cota da assembleia (quatro degraus), afastando-me da mesma.”

“A participação dos fiéis é feita com total normalidade.”

“A fachada Sul é envidraçada, tendo actualmente um cortina translúcida pelo exterior, por questões visuais por parte do organista e também porque permitia uma elevada temperatura no interior. Esta característica tem vantagens e desvantagens, por um lado permite muita iluminação do espaço mas por vezes também distraí o celebrante como as incidências no exterior.”

“Especialmente no verão, os raios solares entram pelo lanternim em direcção ao altar, sendo por vezes desconfortável para o celebrante.”

“Considero que este edifício está perfeitamente adequado a todos os sacramentos que nele se realizam.”

“O banco não permite o genuflexório sendo muito altos para tal e também são desconfortáveis. O conforto é indispensável nestes espaços.”

“Há uma diferença substancial na concepção entre a mesa da palavra e a mesa da eucarística, estando no mesmo campo visual mas está descompensado.”

4.3.3 – Resumo da entrevista 2 (Padre Valdemar)
(comunicação pessoal, 21 de outubro, 2014)

Resumo da entrevista E3, feita ao Padre Valdemar (Pároco da Paróquia de Vila Paria de Âncora) em 21 de Outubro de 2014 pela 17h30 nas instalações da Casa Paroquial em Vila Paria de Âncora.

Nota: esta entrevista fez-se pelo facto do Padre Valdemar ter sido o pároco de Moledo durante 24 anos (tendo saído dessa paróquia há 3 anos), tendo sido o grande mentor da obra em causa.

Transcrição das citações mais relevantes:

1ª PARTE – ASPETOS GERAIS

“A arquitectura tem o papel de ‘aproximar’ os fiéis da Igreja. “

“A linha de comboio corta a celebração. “

“Á 10 anos juntavam-se cerca de 600 pessoas em todo o recinto. “

“Houve famílias que me disseram ‘obrigado por fazer uma igreja que nos permite vir á missa e também nos reúne aqui’. “

“No final da eucaristia o povo ficava no adro a confraternizar. “

“Fui pároco de Moledo durante 24 anos. “

“Este edifício é uma presença, um chamariz e uma porta aberta para a comunidade. “

“Os jovens no verão assistiam á missa em massa na celebração das 20h00 de domingo, uns no adro e outros mesmo dentro dos carros. Todo aquele espaço era ocupado, e o comportamento dos mesmos era irrepreensível. “

“Está apta para missas campal, mas nunca foi necessário a sua utilização. Coam o sistema de som no exterior é suficiente para o povo acompanhar. “

“Com o aumento dos veraneantes e a sua procura pelo espaço religioso, houve a necessidade de aumentar a capacidade existente, que até aí era um pequena capela (stª Teresinha), indo assim de encontro às recomendações do ser Bispo de Viana do Castelo (Don Armindo Lopes Coelho) que aquando da minha nomeação me disse ‘atende às pessoas da praia’. Presume que sendo ele do Porto assim como grande parte dos veraneantes de Moledo, alguma reclamação teria recebido acerca da necessidade pastoral na zona da praia. “

“Havia um projecto antigo que se localizava junto ao pinhal do Camarido, mas teria sido um erro a sua construção porque ficava longe da comunidade. “

“O actual terreno onde se localiza a Igreja foi cedido (permuta) pela Junta de Freguesia, sendo á época o seu presidente o Sr.º Manuel Guardão. Devido á especulação imobiliária que Moledo sofria na época (anos 90), é justo dizer que o Sr.º Manuel Guardão foi o que ‘segurou o projecto’.”

“O edificio foi todo construído com esmolas da população e o seu construtor foi Carlo José Fernandes.”

“Aquando da construção, houve algumas criticas mas o ânimo era geral.”

“Nunca senti nenhuma inadequação com qualquer sacramento que aí se celebre.”

“A liturgia católica é uma ‘linha’ que deveremos seguir, mas que deixa espaço para o debate.”

“O baptismo é na Igreja Paroquial, só podendo existir uma pia na paróquia.”

2ª PARTE – ASPETOS ESPACIAIS

“O edificio vazio é uma coisa, mas na celebração, cheio o espaço e em canto, é outra.”

“Para quem celebra, a parede de vidro a sul é importante porque se tem um panorama do exterior.”

“A arquitectura deste edificio está um pouco diluída como edificio católico, mas chama a tenção na mesma e muita gente se aproxima dele pelo aspecto.”

“Segundo o autor, o rasgo vertical existente na parede do presbitério é ‘uma linha de luz que todos nós perseguimos’.”

“O lanternim por cima da assembleia é como uma ‘bênção’.”

“A cor interior era para ser dourado mas ficou branco.”

“Houve noivas que não casaram aqui por não ter portal central.”

“Os bancos, assim como todos os complementos interiores (iluminação, cores, etc.), foram desenhados pelos Arquitectos, á excepção do Ambão que é do Arq. Siza Vieira.”

“Os estuques foram colocados por uma empresa de Sevilha, que pelo prazer de trabalhar nesta obras só se cobrou do material tendo oferecido a mão-de-obra.”

Estudo de Caso 1

4.4 – Entrevista à comunidade eclesiásticas

4.4.1 – Guião e respostas à entrevista (E4)

(comunicação pessoal, 22 de novembro, 2014)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenic" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Sim

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitetura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Sim. Porque tem uma arquitetura moderna que "convida a entrar, inicialmente por curiosidade."

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

As escadas existentes para acesso ao altar impedem a qualquer pessoa ir ler. Tem barreiras que limitam a parti-

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

A acústica não é das melhores e mesmo os melhores sistemas de som provocam feedback que impedem o aumento

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

A ornamentação é simples não tendo qualquer comentário a fazer.

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

O facto desta capela ser pequena mostra essa reunião.

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

Penso que sim, nunca ouvi comentários negativos quanto a adequabilidade

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitetura desta igreja?

Penso que sim mas do mesmo perguntando diretamente. Eu não consigo opinar.

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

Visualmente é agradável. A existência das janelas (de lado sul) criam alguns obstáculos ao coro. Mas de um modo geral gosto do mesmo.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914213351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

*1 - Citação na proclamação da Palavra. Quanto à comunhão a distribuição é feita em baixo não haver qualquer impedimento na participação.

*2 - do volume. Quanto à visibilidade do sacerdote, quando está no altar não há qualquer impedimento visível quando está sentado, os fiéis do banco da frente não conseguem ver.

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

sim já ouvi falar do Concílio Vaticano II e de algumas alterações que propôs.

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitetura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Penso que sim, mesmo que seja só por curiosidade. Inicialmente será a arquitetura a chamar, de pois gostam do processo e ficam.

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Esta é funcional assim. Inicialmente os bancos estavam juntos (sem corredor central) por ordem do arquiteto, congregava mais mas não era funcional.

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Ouve-se e vê-se bem o padre. É confortável e cómodo exceto a determinadas horas em que o sol incide sobre a cabeça dos pregos, na cruz do altar e da cátedra.

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Gosto mais desta igreja pela sua simplicidade (sem altares laterais, poucas imagens e sem dourados)

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Ver resposta nº 3 - Embora os bancos juntos na parte central desse uma imagem mais congregada continuo a achar que a assembleia está reunida.

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

Creio que agrada não só à comunidade local como aqueles que passam férias lá, uma vez que a afluência a esta igreja, no verão, é superior a das igrejas antigas.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitetura desta igreja?

Sim. Atenção focada no altar (decoração imagens) por ser o local onde decorre a celebração. A cor azul do céu e a luz que vem de cima e não se vê a luz para o infinito.

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja? **pod** ser a melhor ou exterior.

É um local que convida à reunião da comunidade com alegria, na casa do Pai. Um local para criarmos felizes e não para chorar e culparmos.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

sim.

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitectura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

*É uma arquitectura moderna, mas com mais velhos porque eles dizem -
A mim vê, a quantidade de asora apeteço mais, por ser simples.*

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

sim, funciona bem, para mim é o ideal de igreja para este tempo.

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

sim, ouve-se e vê-se bem o padre. É confortável, apenas os bancos podem ser mais cómodos para se ajoelhar

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Bem moderna, gosto dela assim, mas como ornamentação, gosto mais das antigas.

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Na minha opinião esta igreja é muito acolhedora, por ser pequena, porque no salão não chega para tantos fiéis

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade local** (adequabilidade)? Porquê?

sim e não, mais aos turistas, foi feita mais a pensar neles.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitectura desta igreja?

sim, isso mesmo (simbolismo)

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

Devia ser um pouco maior e com mais ornamentação. E ter aquecimento para o inverno.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas alterações litúrgicas que propôs?

Sim

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitectura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Sim, porque é acolhedora e confortável, para além de facilitar o acesso dos fiéis conciliares na

Pergunta 3: A "participação" ativa dos fiéis nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Sim esta nova igreja é mais funcional na medida em que se tem mais similitude

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço confortável e cómodo?

Sim, ouve-se e vê-se bem a igreja
Sim é um espaço confortável e cómodo

Pergunta 5: "Na ornamentação da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Sim, gosto da ornamentação desta igreja no seu contexto geral

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Sim, o povo está reunido na missa e dessa forma em sintonia com os demais fiéis

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à comunidade local (adequabilidade)? Porquê?

Sim porque desta forma ajudam a nova igreja com mais facilidade de sim e igreja ao povo

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma mensagem (simbolismo) com a arquitectura desta igreja?

Sim, com a intenção de chamar a ela (Igreja) os turistas que aqui passam as férias de verão

Pergunta 9: Para terminar, no geral que opinião lhe merece esta nova igreja?

É uma igreja simples, bonita, acolhedora e contemporânea (moderna)

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Já tinha alguma idade, por isso sei o ovi

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitectura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Quando se tem fe e se vai com devoção chama, para comodidade, e ser mais perto.

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Eu pessoalmente gosto mais das antigas, gosto muito da nossa igreja antiga

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

De qualquer lado nesta igreja se vê e ouve, ela nem é muito grande.

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Gosto da simplicidade, mas as antigas são muito mais bonitas

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Reunido está pelo menos enquanto ouve a missa, depois tudo lapa

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

A comunidade local, (quem diz quem está perto sim) ao resto penso que não.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitectura desta igreja?

Não.

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

É uma igreja como tal tem todo o meu respeito. Mas que goste não.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Já pois já era adulta

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitetura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Para as antigas talvez não, é demasiado moderna

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Eu penso que é conforme a pessoa

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Sim e ouviu sim, confortável nem sempre

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Esta igreja não tem altares e imagem só o Cristo crucificado

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Costa a ouvir a missa mas reunido não

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

Vem a todos, simplesmente é mais perto

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitetura desta igreja?

O autor fez à maneira dele sentir.

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

É uma igreja mais moderna e simples para agudada a meia dúzia de pessoas.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Estudo de Caso 1

4.5 – Ficha de observação e notas de campo

FICHA TÉCNICA - CASO DE ESTUDO 1

(Data do Estudo: 25/10/14, 17h30, Sábado)

Capela de Nossa Sr.ª das Preces

Nome: Capela de Nossa Sr.ª das Preces

Localização: Freguesia de Moledo, Concelho de Caminha

Coordenadas: 41° 50 '45" N, 8° 51' 55" O

Proprietário:

Autor do Projecto: Arq. Alves Costa e Arq. Sérgio Fernandez

Ano da obra: 1994 (projecto 1991)



Vista Geral

Fonte: Fotografia de autor (2014)

Características Técnicas:

Espaço litúrgico (geral)

Dimensão; O reduzido espaço provoca uma sensação de intimidade.

Orientação; pinto a entalada da luz natural que invade no altar e uma luz térmica na abside a norte. O eixo

Distribuição; Os fluxos são maioritariamente laterais. após o santuário preferencialmente para o coro.

Materialidade; O espaço branco da madeira calma ao espaço e a cor madeira do pilar realça o local de assembleia.*

Iconografia; igreja de v.s. das preces. Urege no altar em ferro, Sacerdote Barroco; arco exterior em madeira. (maneira do material)

Iluminação; Candeia central grande e símbolo, mesmo azul no altar que define a geometria, lanternas símbolo assim como a fenda esculpida na abside. Paredes a Norte toda em vidro martelado e luz térmica.

Acústica; Boa, o coro está muito presente, por isso não há problemas nos da peçaria no se pode dizer o mesmo, é desconcertante o ruído. Tem sistema de som eletro no interior

Participação ativa e no exterior.
(comunicação, audição, visão, espaço dos ministros, largura coxias)
muito é d'isso no exterior, a comunicação e audição são boas. em relação à visão somente no fundo e nos cantos há alguma dificuldade devido aos pilares.

Funcionalidade; os pilares laterais funcionam como muros; o arco do altar também lateral com um desnível de quatro degraus e um pouco (movido para os pessoas idosos (ou ter guarda). O canto tem uma expressão muito grande.

Disposição; há nitidamente 4 espaços, o altar: santuário; baptisima; assembleia; coro, com arranjos interiores que os definem. O patíbulo exterior é um local arquetípico de paragem (edital) com as peças arredondas.

Limpeza; em geral está tudo muito bem, o zelo que se vê no interior que no exterior é menor. A freguesia adjacentemente tem se encontrado em atitudes benéficas de limpeza, sendo o pavimento exterior em São João compartilhado.

Comodidade suficiente com bancos de madeira, mas não participo até a posição de quadrilátero. (física e sensorial); a elevação do altar permite uma visão completa da mesa, apesar de nos pilares da parte inferior o albrante apertando de este sentido.

Local do coro e suas características (auditivas, visuais, participativas);

O coro tem uma utilização íntima para cantar em toda a celebração. Basta-se empurrar na população neste rito. O espaço tem uma sonoridade natural. É a fude de a música de "di Treg" provoca uma certa justificação ao ato.

* O pavimento da assembleia é em madeira e o coro está em granito, destacando claramente a zona + mesa do espaço. Paredes em ferro pintadas



Planta de Localização

Fonte: <https://www.googleearth.com>

Local do órgão: Juntos aos cantos, ao centro do mesmo e alinhado, no eixo, pelo altar. Espalda à frente da assembleia que canta como que a presidir o espaço.

Local do tabernáculo;

O tabernáculo em S. Maria encontra-se na parede, no centro e ao fundo do presbitério. Não sendo este o local mais remediado para a tal.

Local do baptistério;

Apesar de já ter sido batizados neste espaço a pia q' nele se encontra é a "igreja bonita". É em madeira com a base em madeira, e a característica é q' é arredondado, estalado neste momento junto ao altar.

Espaço litúrgico (presbitério)

Dimensão: o formato da parede do fundo tem a forma de "U", da a sensação de abraçar a assembleia. Os lugares também enfatizam este mesmo conceito.

Centralidade: absoluta e geométrica, dependendo do eixo norte-sul em toda a edificação, onde a hierarquia da divisão é total.

Altimetria: A altimetria de ± 80 cm, proporcionalmente à dimensão do espaço e uma pouco exagerada. Distância demais o celebrante da Assembleia.

Materialidade: O ^{com}textura da parede do altar (azul celeste) contrasta com a parede (branco) e destaca-a do conjunto.

Localização: Simples e que ocupa muito do edifício, onde a luz tem um caráter zenital com a entrada pela fachada de vidro, iluminando a dois luminotubos ao mesmo.

Iluminação: A iluminação artificial é feita por duas fileiras de luzes por cima da mesa, simplesmente por cima das cadeiras, deixando toda a participação à "fenda" na parede pela qual a luz natural invade de forma mística.

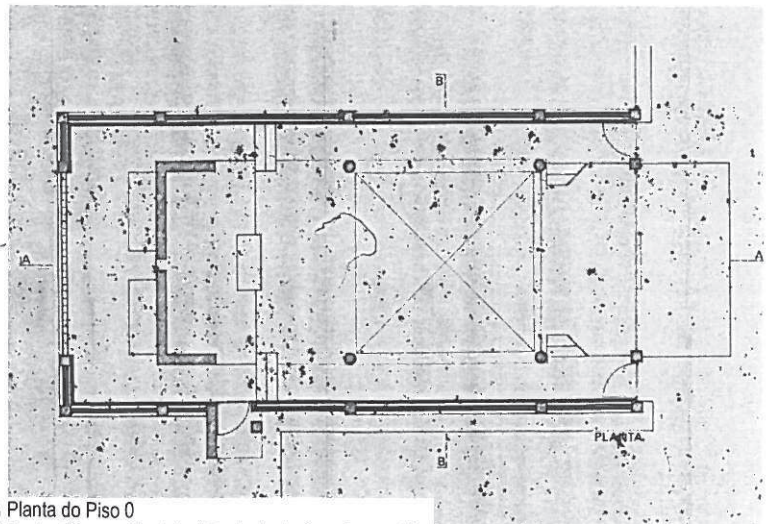
Iconografia: Simples e austera. Com um cruz metálica e com a V.S. Presença iluminada. Podem-se observar alguns maiores fluxos (Urbis).

Composição (altar, ambão, cadeira);

A mesa é metálica e de metalúrgica na sua execução. O ambão é em madeira e tem alguma simplicidade na forma assim como a pia batismal (igreja bonita). A cadeira é central no espaço, em madeira, mas "esconde" demais o celebrante.

Notas Finais:

- A acessibilidade Norte-Sul, deve-se para o tanque para subir para o altar.
- O Espaço foi parte do Conselho de Santiago, onde se partiu exterior "Abraça" os peregrinos.
- A estrutura do edifício é aparente e mostra a concepção do mesmo (mensagem???)
- A celebração é oportuna às necessidades da comunidade.
- Os assistentes são maioritariamente a população não residente (2ª habitação).
- Não há necessidade de um envolvimento total (ambiguidade) embora umos costumes habituais.
- O ambiente interior do baptistério é em madeira aparente, o restante interior é rebocado.
- O corredor central é um símbolo que propriamente funcional.
- A Abertura dos Vãos no baptistério é mesmo sendo um pouco difícil.
- O altar exterior dá mais solidez ao espaço.



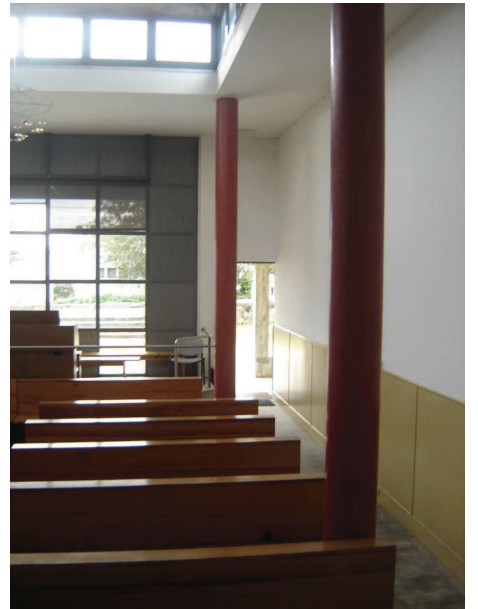
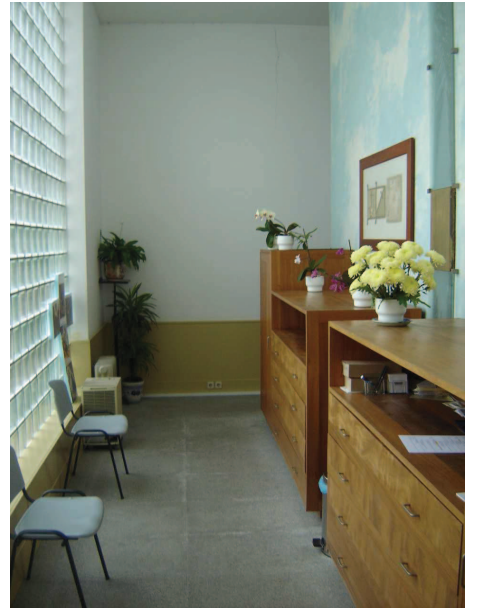
Estudo de Caso 1

4.6 – Fotografias da obra

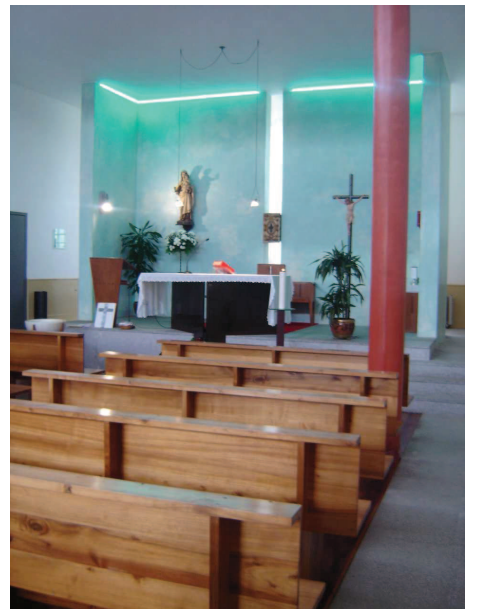
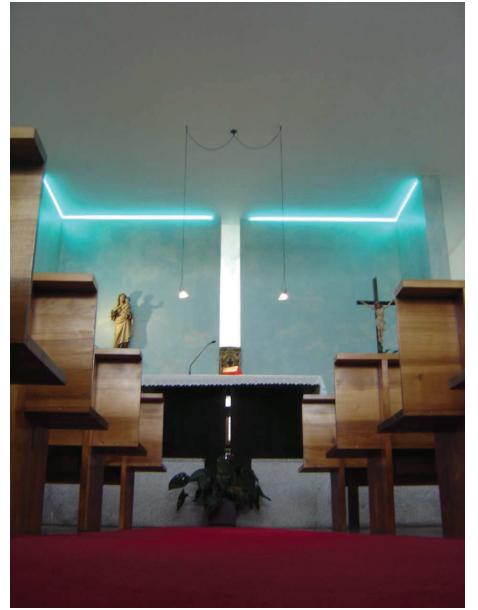














EstudoCaso1



EstudoCaso1 (1)



EstudoCaso1 (2)



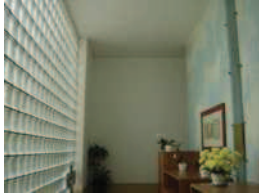
EstudoCaso1 (3)



EstudoCaso1 (4)



EstudoCaso1 (5)



EstudoCaso1 (6)



EstudoCaso1 (7)



EstudoCaso1 (8)



EstudoCaso1 (9)



EstudoCaso1 (10)



EstudoCaso1 (11)



EstudoCaso1 (12)



EstudoCaso1 (13)



EstudoCaso1 (14)



EstudoCaso1 (15)



EstudoCaso1 (16)



EstudoCaso1 (17)



EstudoCaso1 (18)



EstudoCaso1 (19)



EstudoCaso1 (20)



EstudoCaso1 (21)



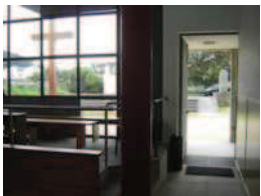
EstudoCaso1 (22)



EstudoCaso1 (23)



EstudoCaso1 (24)



EstudoCaso1 (25)



EstudoCaso1 (26)



EstudoCaso1 (27)



EstudoCaso1 (28)



EstudoCaso1 (29)



EstudoCaso1 (30)



EstudoCaso1 (31)



EstudoCaso1 (32)



EstudoCaso1 (33)

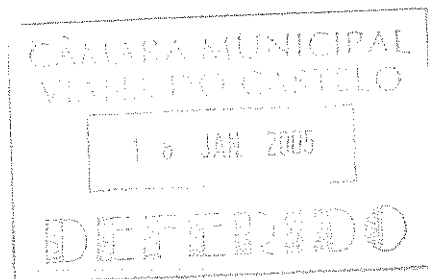


EstudoCaso1 (34)

Anexo 5 - (Estudo de Caso 2)

5.1 - Projecto de licenciamento (Câmara Municipal)

5.1.1 - Peças escritas



MEMÓRIA DESCRITIVA e JUSTIFICATIVA do PROJECTO de ARQUITECTURA

Refere-se o presente processo ao projecto de arquitectura da NOVA IGREJA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, localizado no lote nº 28, do loteamento localizado na estrada da Abelheira, titulado pelo alvará nº 974/98 de 11 de Agosto, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Viana do Castelo, de que é requerente a FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.

ANTECEDENTES

Este projecto foi inicialmente licenciado pela CMVC, Processo de Obras nº 217/2000, em conjunto com o Centro Social e Paroquial, quando ambos os edifícios se integravam no lote nº 27.

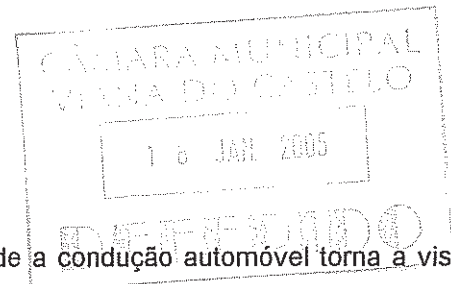
A Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Fátima e o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima, de acordo com o PROTOCOLO e ADENDA a este, estabelecido com a CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO, solicitaram a divisão do lote nº 27 do referido loteamento, em dois lotes.

Na divisão, o lote nº 27 ficou destinado ao CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (designado por Corpo Existente) e o novo lote, com o nº 28, fica destinado à FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (designado por Corpo Novo) para a construção de Nova Igreja, objecto do presente processo.

As valências fundamentais previstas para ambos os lotes, são obras de natureza social, conforme determinado no PROTOCOLO e trata-se fundamentalmente da divisão do projecto – Proc. Nº 217/00 licenciado pela CMVC e aditamento deferido em 04 de Dezembro de 2003.

O lote nº 28 corresponde a uma área livre de construções, apresentando apenas a norte/poente o anexo da eira, que fica integrado no edifício da Nova Igreja. A sua localização é a mesma do projecto licenciado, não havendo qualquer alteração de implantação, volumétrica, estilística ou mesmo de acabamentos exteriores. Este processo resulta essencialmente de questões jurídicas, que se traduzem no facto da Nova Igreja ter de se localizar num lote autónomo, tendo como requerente a Fábrica da Igreja Paroquial, que para efeito de posterior registo e de pedido de financiamento ser necessário.

Os arranjos exteriores correspondentes aos lotes referidos, bem como ao terreno a norte mantêm-se, conforme apresentado no Processo de Obras nº 217/2000.



Um terreno livre localizado sobre uma rotunda, onde a condução automóvel torna a visão mais abrangente, tendo como pano de fundo o monte de Santa Luzia e a proximidade ao conjunto edificado existente é, só por isto, terreno fértil à imaginação.

Por outro lado, a vivência com uma Paróquia onde o envolvimento e capacidades interventivas em actividades sociais, recreativas e culturais são uma força natural das suas gentes, representam o motor para o perfeccionismo e apuro de formas que devidamente conjugadas e articuladas com os espaços a que se referem desenvolverem novas linguagens num ambiente ideologicamente aberto e intemporal.

PROPOSTA

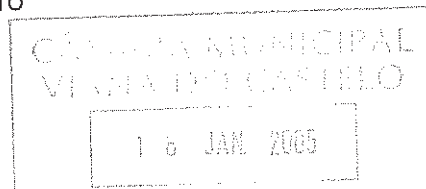
O programa criado para o corpo novo prevê as seguintes valências: a igreja/espço polivalente, as salas de catequese e actividades socio-educativas, um bar/convívio, a sede dos escuteiros e uma central térmica comum.

Da organização programática,

O corpo novo desenvolve-se em dois volumes interligados por um acesso vertical com elevador e caixa de escadas enclausurada, onde o de maior dimensão se encontra articulado com o anexo existente na eira. O outro, anda em continuidade com a fachada do portal e capela do corpo existente desenvolvendo-se em três pisos. O piso inferior encontra-se semi-enterrado.

Neste volume são criadas as salas para catequese e actividades socio-educativas, no total de 15 salas com cerca de 15.00 m² cada. Estas com paredes divisórias constituídas por painéis de correr devidamente insonorizados podem articular-se entre si, criando salas de maior dimensão. Para apoio desta área são criadas em todos os pisos instalações sanitárias desdobradas, homens/senhoras e para deficientes motores.

O volume de maior dimensão compreende a igreja/espço polivalente e a sede dos escuteiros localizada no seu envazamento. O primeiro articula-se em dois níveis: nível 0 e nível 1 respectivamente com 626 e 178 lugares sentados, perfazendo um total de 804 lugares. No nível 0 serão previstos 5 espaços destinados a utentes em cadeiras de rodas. Este comunica com o exterior por uma antecâmara com uma cobertura exterior porticada. O acesso vertical de ligação ao nível 1 dá acesso à capela/confessionários, estrategicamente colocada no piso inferior. Através do altar/palco comunica-se com a sacristia e as salas anteriormente referidas, que poderão funcionar como gabinetes de apoio. Uma cabine técnica envidraçada sobre o espaço polivalente completam este programa, juntamente com um bar/convívio e instalações sanitárias de apoio, recriadas no anexo da eira.



A sede de escuteiros com acesso ao exterior pelo arruamento projectado entre os dois conjuntos e com ligação ao acesso vertical principal, articula-se em dois pisos. O superior compreende áreas de direcção, secretaria e sala de reuniões, 6 salas de actividades de acordo para os diversos níveis do escutismo, que também se poderão articular permitindo áreas de maior dimensão. Este piso com acesso à capela/confessionários permite uma melhor articulação destes espaços. No piso inferior localizam-se os vestiários/balneários para homens e senhoras com um armazém.

De forma a aumentar a segurança dos utentes no corpo da Igreja são criadas duas escadas exteriores de ambos os lados do altar, com portas corta – fogo.

Da organização funcional,

A articulação com o corpo existente e a relação com a rede viária são fundamentais na implantação do corpo novo. É certo que esta resulta da colmatação de uma área sobrance. Contudo a sua relação com a envolvente permite leituras variadas. Barreira entre a rua e o espaço intimista do interior, a fachada do edifício concentra sem sombra de dúvida os aspectos mais interessantes da composição do projecto. Rosto do edifício, é uma janela privilegiada para o exterior que se conjuga com a envolvente próxima para em conjunto traçar o perfil da rua, configurar a malha urbana e criar uma marca na cidade.

No terreno a norte é criado um espaço de estacionamento para 80 viaturas articulado com o arruamento projectado entre os dois corpos.

Da organização formal,

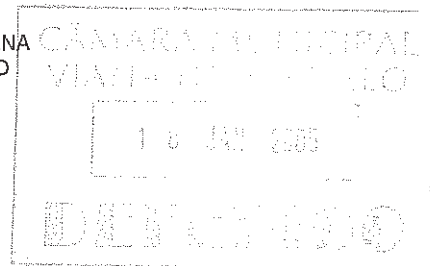
No seguimento da fachada sul do corpo existente, constituído pelo portal principal do logradouro e pela capela nasce a volumetria do corpo novo. Esta é desmaterializada em consonância com a preexistência: envazamento revestido a granito bojardado versus muro de pedra do adro, reboco versus reboco, revestimento de cobre versus cimalkhas em cantaria.

O corpo da igreja/espaço polivalente desenvolve-se em panos de parede curvos de uma forma gestual e simétrica estruturando entre eles envidraçados – vitrais, que se desenvolvem até ao piso –1 através de fossos permitindo a iluminação e ventilação de toda a sede de escuteiros.

A cobertura, em plano inclinado, remata superiormente essas paredes a níveis diferentes produzindo juntamente com a variação topográfica do envazamento, uma leitura variável que se acentua no pórtico da entrada.

O corpo do bar/convívio articula-se com este último por uma cobertura plana. Este apresenta a cobertura em estrutura de madeira revestida com telha, paredes exteriores rebocadas e pintadas de branco e em granito bojardado. O pórtico da esplanada é revestido a chapa de aço cortén.

LUÍS FARO VIANA
ARQUITECTO

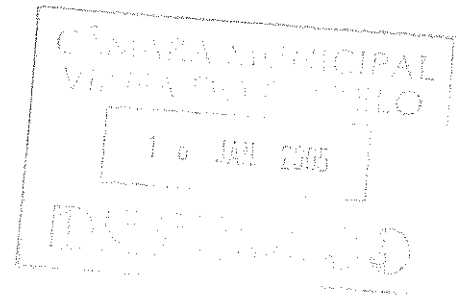


As paredes curvas têm o seu envazamento de forma cilíndrica revestido a granito bojardado e a parte superior de forma cilíndrica e esférica em chapa de cobre. A cobertura revestida por uma estrutura metálica é sustentada por pilares circulares e paredes envolventes.

As caixilharias exteriores envidraçadas com vidros duplos são em madeira envernizada estruturadas em perfilados de aço cortén. A porta exterior da igreja/espço polivalente é revestida em chapa de aço cortén, bem como o pórtico de entrada. No que se refere a acabamentos interiores, estes terão em linha de conta a especificidade programática, a optimização térmica e acústica dos espaços sem esquecer a conservação e as necessidades dos utentes em matéria de segurança.

Viana do Castelo, 28 de Maio de 2004

Luís Faro Viana



QUADRO SINÓPTICO DA MEMÓRIA DESCRITIVA

Trata-se do projecto da Nova Igreja da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima projectada para o lote nº 28 localizado na estrada da Abelheira, resultante do Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 974/98 de 11 de agosto, que consistiu na divisão do lote nº 27 em dois lotes – lote nº 27 e lote nº28.

O antigo lote nº27 com 3933.00 m2 foi dividido em duas parcelas, uma com 1340.00 m2 que se manteve como lote nº27 e outra com 2593.00 m2 que passou a constituir o lote nº 28.

$$(1340.00 \text{ m}^2 + 2593.00 \text{ m}^2 = 3933.00 \text{ m}^2)$$

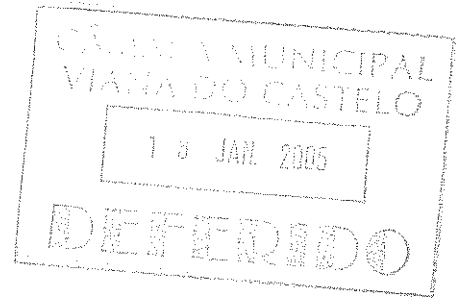
O lote nº 28 de que é requerente a FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, apresenta as seguintes confrontações: Norte com área de equipamentos, Nascente e Sul com arruamento e Poente com lote nº 27.

Área da parcela	2593.00 m2
Área de cedência ao domínio público	333.00 m2
Área do lote (2593.00 m2 – 333.00 m2)	2260.00 m2
Área de implantação da construção	1165.00 m2
Área total de construção	2976.65 m2
Volumetria da construção	14750.00 m3
Número de pisos	cave, rés-do-chão + 2 pisos

Viana do Castelo, 28 de Maio de 2004

Luís Faro Viana

13/



CALENDARIZAÇÃO

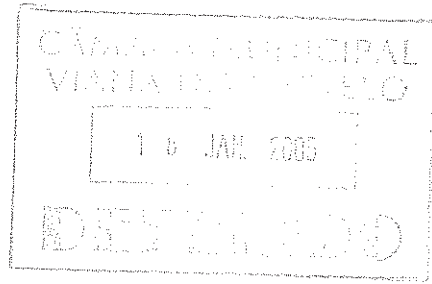
Refere-se o presente processo ao Plano de Trabalhos de Construção Civil da NOVA IGREJA, localizada na Estrada da Abelheira, freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Viana do Castelo, de que é requerente a FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.

1- Montagem de Estaleiro, Escavações e Demolições	3 meses
2- Betão Armado	8 meses
3- Paredes em Elevação, Revestimento de Paredes, Tectos, Pavimentos e Coberturas	7 meses
4- Caixilharias, Carpintarias e Serralharias	4 meses
5- Pinturas, Envernizamentos e Acabamentos Diversos	6 meses
6- Redes de Águas, Esgotos, Ventilação e Louças Sanitárias	2 meses
7- Instalações e Equipamentos Eléctricos, Telefónicos, de Segurança contra Incêndios e Elevador	<u>6 meses</u>
TOTAL	36 meses

Prevê-se assim que a obra decorra durante o prazo de 36 meses - TRÊS ANOS

Viana do Castelo, 28 de Maio de 2004

Luís Faro Viana



ESTIMATIVA ORÇAMENTAL

A construção proposta para a Nova Igreja da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, projectada para o lote nº 28, localizado na estrada da Abelheira, resultante do Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 974/98 de 11 de agosto apresenta as seguintes áreas:

Piso -1556.15 m2
Piso 0	991.50 m2
Piso 1	1132.50 m2
Piso 2	<u>296.00 m2</u>
TOTAL	<u>2976.65 m2</u>

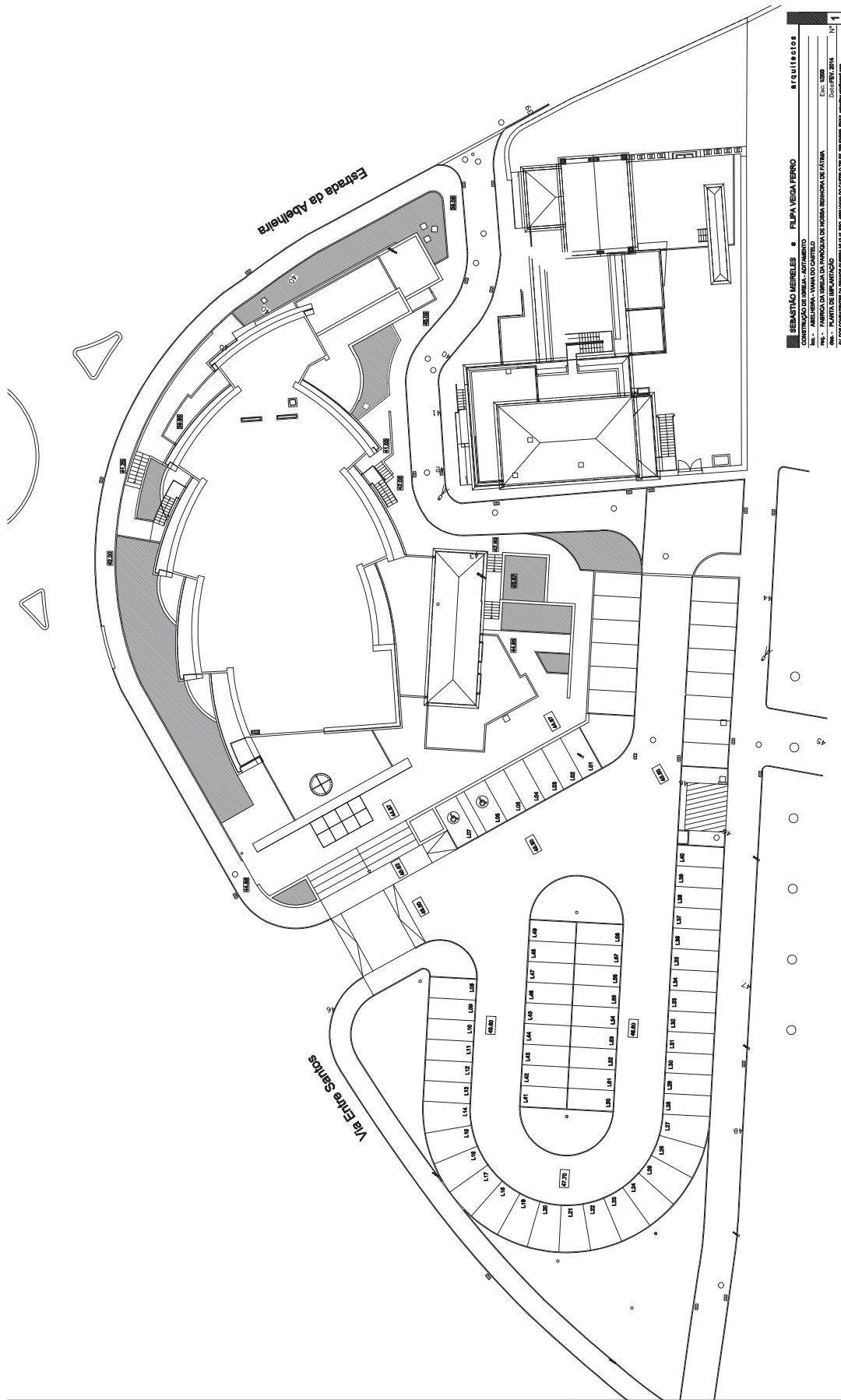
Com um valor aproximado de € 540,00/m2 estima-se que o custo total da construção da Nova Igreja seja de € 1.607.391,00 (um milhão seiscentos e sete mil trezentos e noventa e um euros).

Viana do Castelo, 28 de Maio de 2004

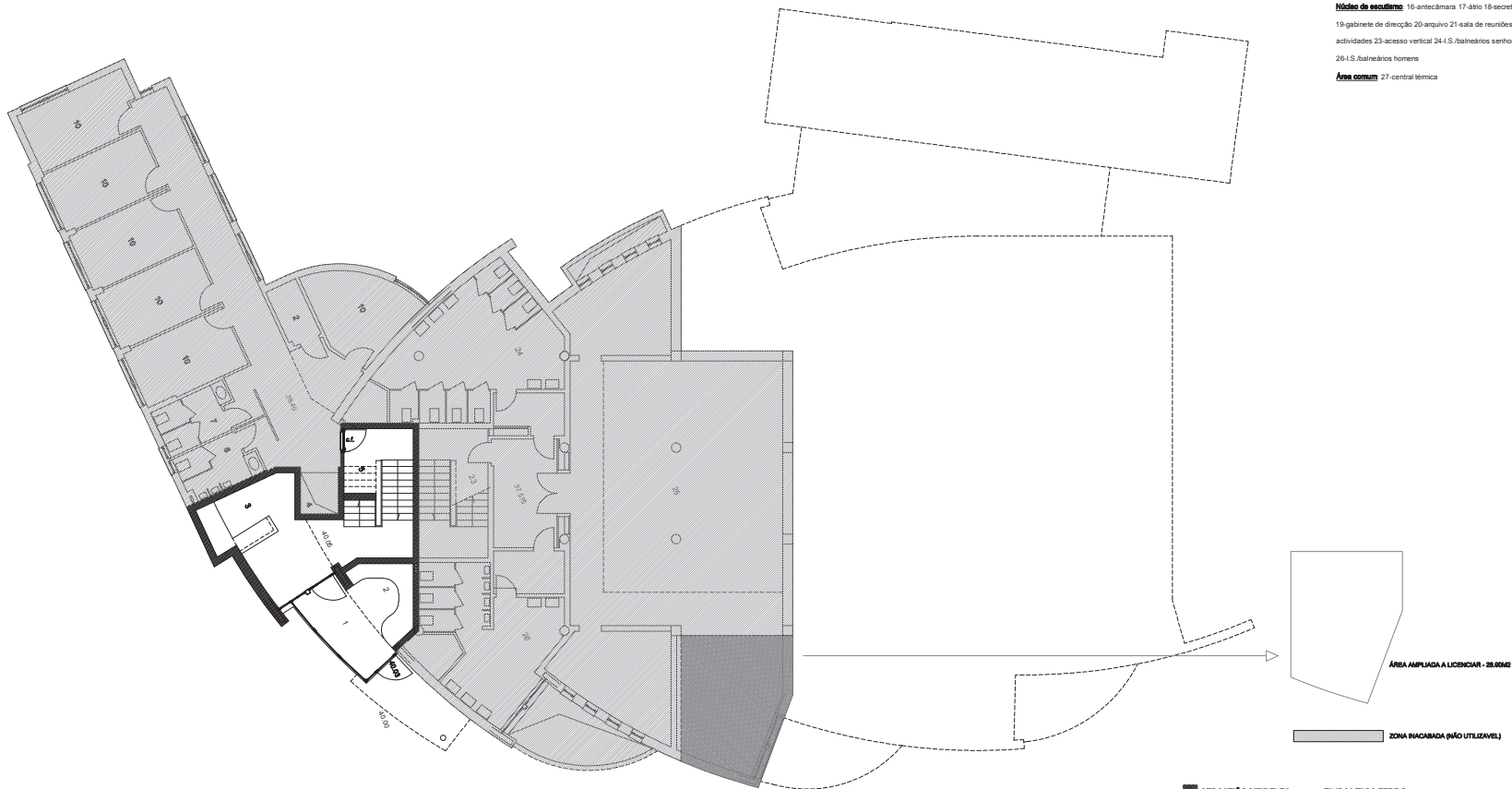
Luís Faro Viana

Estudo de Caso 2

5.1.2 - Peças desenhadas



SEBASTIÃO MEIRELES e FILIPA VEIGA FERRO arquitec[tos]
 CONTORNADO DE BENSUA - AJUSTAMENTO
 N.º 1 - JARDIM - VILA DO CARMELO
 N.º 2 - JARDIM - VILA DO CARMELO
 N.º 3 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 4 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 5 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 6 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 7 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 8 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 9 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 10 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 11 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 12 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 13 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 14 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 15 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 16 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 17 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 18 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 19 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 20 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 21 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 22 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 23 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 24 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 25 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 26 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 27 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 28 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 29 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 30 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 31 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 32 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 33 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 34 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 35 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 36 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 37 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 38 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 39 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 40 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 41 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 42 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 43 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 44 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 45 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 46 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 47 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 48 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 49 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO
 N.º 50 - PLANTA DE IMPLANTAZÃO



CORPO NOVO (legenda)

Núcleo principal 1-antecâmara 2-zona técnica 3-recepção 4-elevador
 5-acesso vertical 6-I.S./homens 7-I.S./senhoras 8-I.S./deficientes
 motores 9-arcadação 10-sala de catequese e de actividades sócio-
 educativas 11-sacristia 12-igreja: a-nível 0 (626 lugares) b-nível 1
 (178 lugares) c-antecâmara d-acesso vertical e capela/confessionários
 f-cabine técnica 13-bar/convívio 14-esplanada 15-varanda/terraço

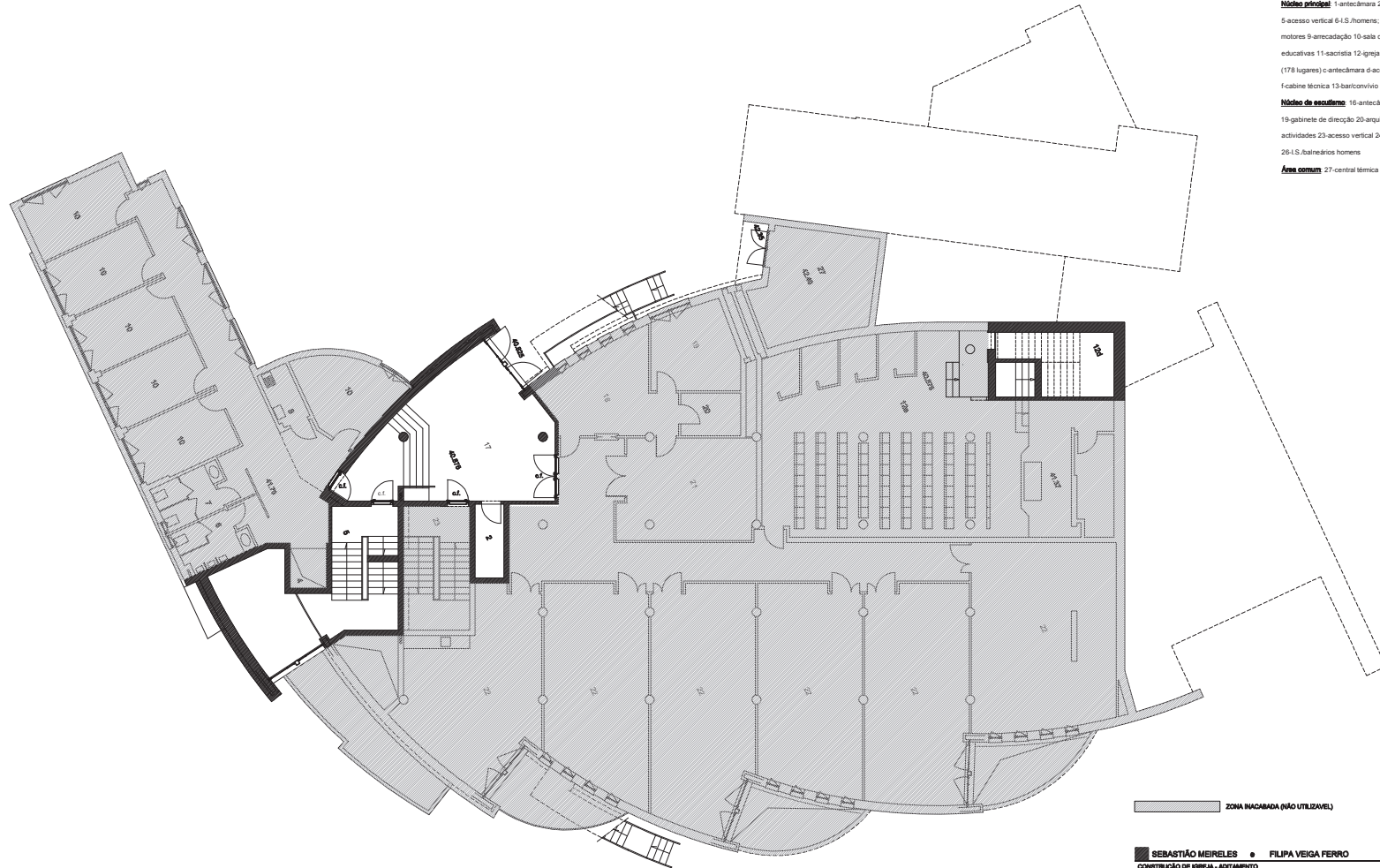
Núcleo de escritórios 16-antecâmara 17-ático 18-secretaria

19-gabinete de direcção 20-arquivo 21-sala de reuniões 22-sala de
 actividades 23-acesso vertical 24-I.S./baleineiros senhoras 25-armazém
 26-I.S./baleineiros homens

Área comum 27-central térmica

ÁREA AMPLIADA A LICENCIAR - 25.0962

ZONA INACABADA (NÃO UTILIZÁVEL)



CORPO NOVO (legenda)

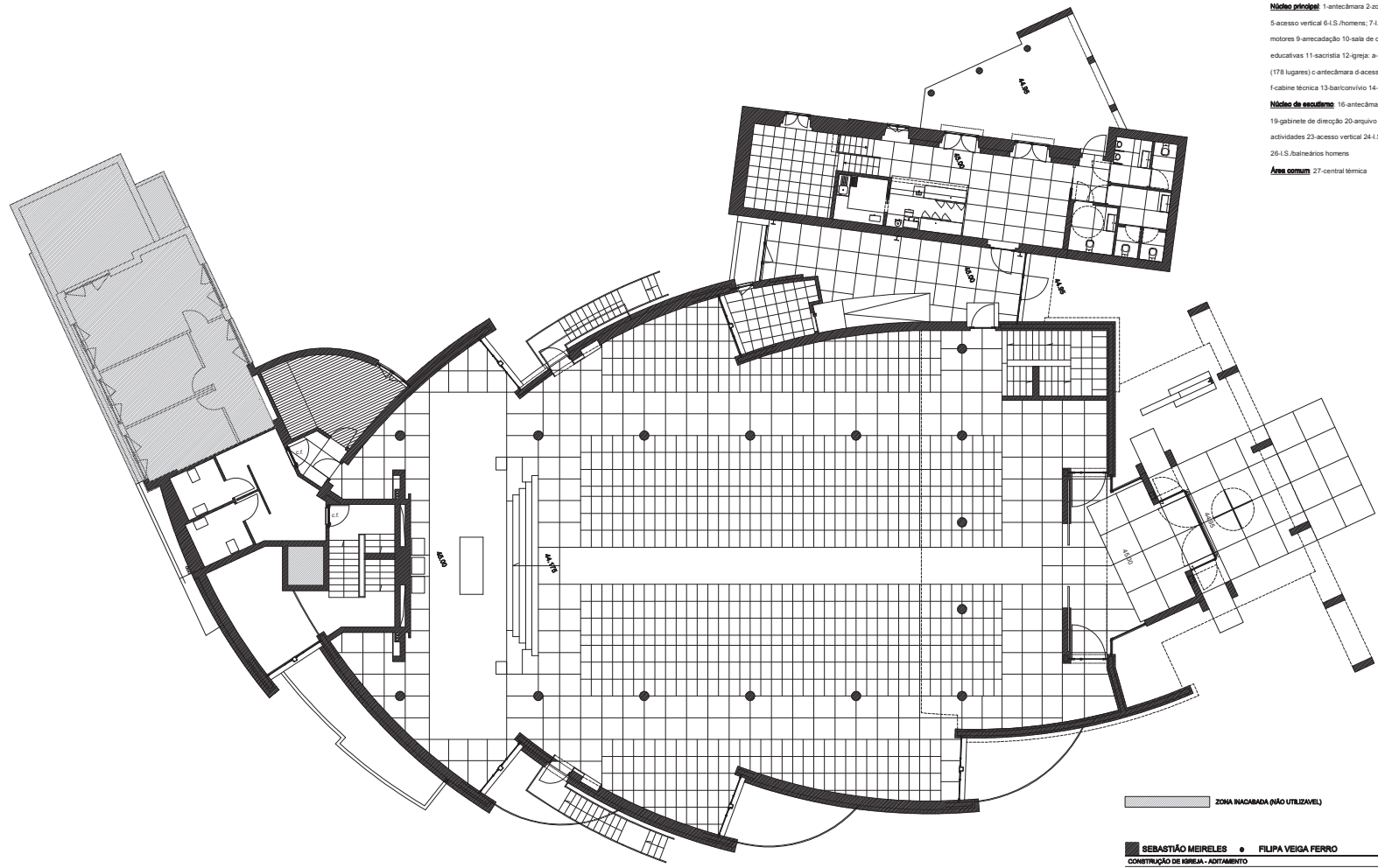
Núcleo principal 1-antecâmara 2-zona técnica 3-recepção 4-elevador
 5-acesso vertical 6-I.S./homens; 7-I.S./senhoras; 8-I.S./deficientes
 motores 9-arcadação 10-sala de catequese e de actividades sócio-
 educativas 11-sacristia 12-igreja: a-nível 0 (626 lugares) b-nível 1
 (178 lugares) c-antecâmara d-acesso vertical e capela/confessionários
 f-cabine técnica 13-bar/convívio 14-esplanada 15-varanda/terrapo

Núcleo de escritórios 16-antecâmara 17-ático 18-secretaria
 19-gabinete de direcção 20-arquivo 21-sala de reuniões 22-sala de
 actividades 23-acesso vertical 24-I.S./baleiros senhoras 25-armazém
 26-I.S./baleiros homens

Área comum 27-central técnica

ZONA INACABADA (NÃO UTILIZÁVEL)

SEBASTIÃO MEIRELES e FILIPA VEIGA FERRO		arquitectos	
CONSTRUÇÃO DE IGREJA - ADITAMENTO			
Igreja - ABELHEIRA - VIANA DO CASTELO			
TÍTULOS - FABRICA DA VIRGEM DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA		Esc.: 5710	
Obra - PLANTA DO PISO 0		Data:FEV.2014	
AV. DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA Nº 15 1º 300, 488 VIANA DO CASTELO TEL:91 538 8545 EMAIL: sebastiao@smf.pt			



CORPO NOVO (legenda)

Núcleo principal: 1-antecâmara 2-zona técnica 3-recepção 4-elevador
 5-acesso vertical 6-I.S./homens 7-I.S./senhoras 8-I.S./deficientes
 9-motores 9-anexação 10-sala de catequese e de actividades sócio-
 educativas 11-sacristia 12-ligeira: a-nível 0 (626 lugares) b-nível 1
 (178 lugares) c-antecâmara d-acesso vertical e capela/confessionários
 f-cabine técnica 13-bar/comvivo 14-esplanada 15-varanda/terrapo

Núcleo de esculturas: 16-antecâmara 17-atrio 18-secretaria
 19-gabinete de direcção 20-arquivo 21-sala de reuniões 22-sala de
 actividades 23-acesso vertical 24-I.S./bainheiros senhoras 25-armazém
 26-I.S./bainheiros homens

Área comum: 27-central técnica

ZONA INACABADA (NÃO UTILIZÁVEL)

SEBASTIÃO MEIRELES e FILIPA VEIGA FERRO arquitectos

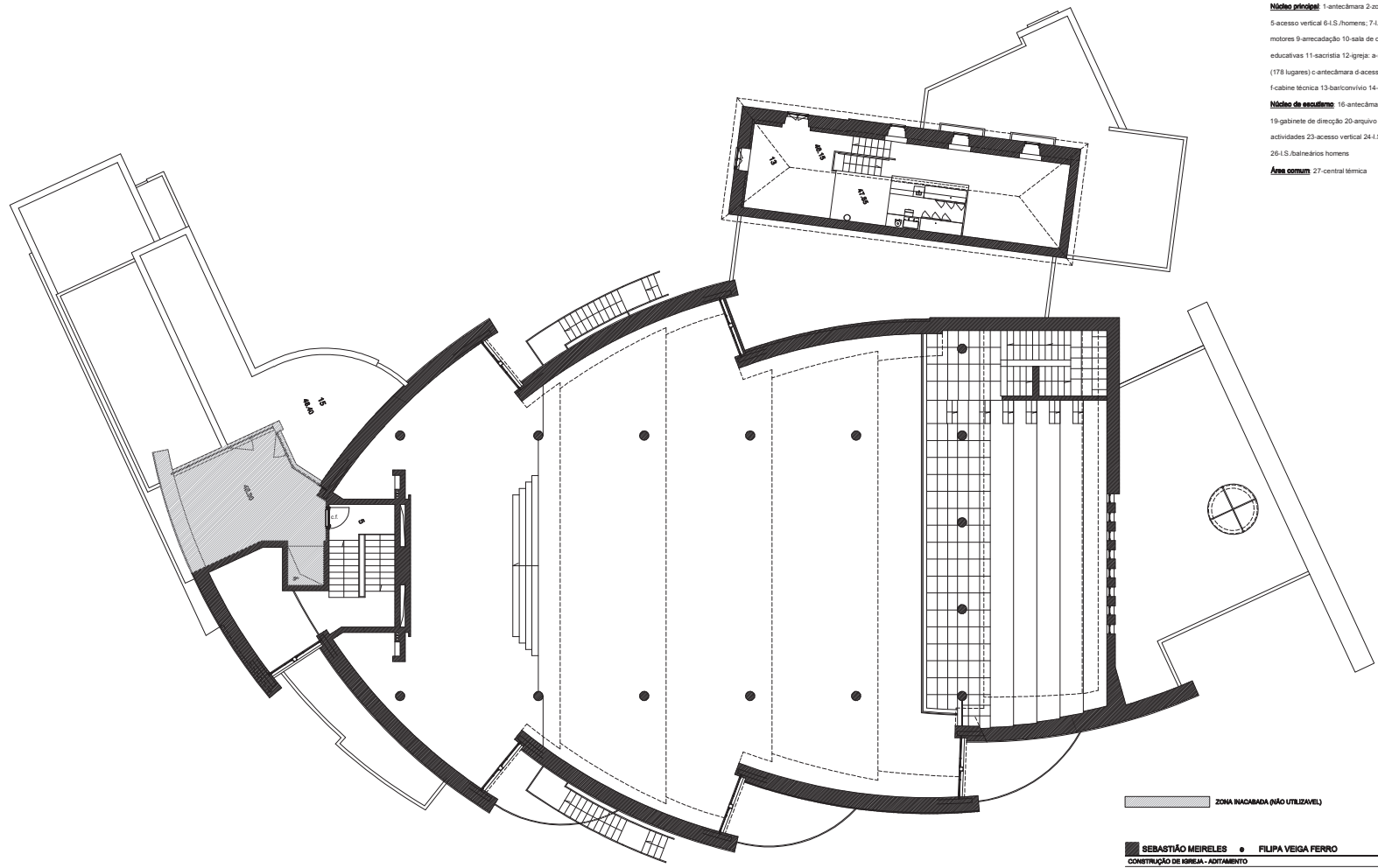
CONSTRUÇÃO DE IRRIGIA - ADITAMENTO

loc. - ABELHEIRA - VIANA DO CASTELO

tbl. - FABRICA DA VIRJEIA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA Esc: 1/100

oba. - PLANTA DO PISO 1 Data:FEV.2014 Nº 4

AV. DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA Nº 15 P. 100, 4680 VIANA DO CASTELO TEL: +351 254 888 8844 EMAIL: sebastiao@smf.pt



CORPO NOVO (legenda)

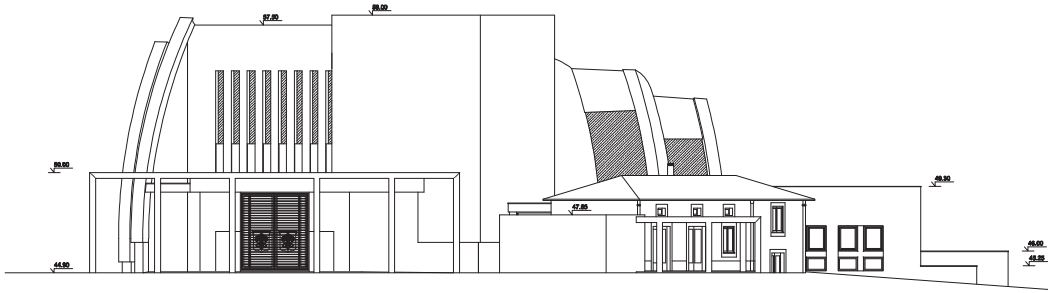
Núcleo principal 1-antecâmara 2-zona técnica 3-recepção 4-elevador
 5-acesso vertical 6-I.S./homens; 7-I.S./senhoras; 8-I.S./deficientes
 motores 9-arcadação 10-sala de catequese e de actividades sócio-
 educativas 11-sacristia 12-igreja: a-nível 0 (626 lugares) b-nível 1
 (178 lugares) c-antecâmara d-acesso vertical e capela/confessionários
 f-cabine técnica 13-bar/convívio 14-esplanada 15-varanda/terrapço

Núcleo de escritórios 16-antecâmara 17-ático 18-secretaria
 19-gabinete de direcção 20-arquivo 21-sala de reuniões 22-sala de
 actividades 23-acesso vertical 24-I.S./bainheiros senhoras 25-armazém
 26-I.S./bainheiros homens

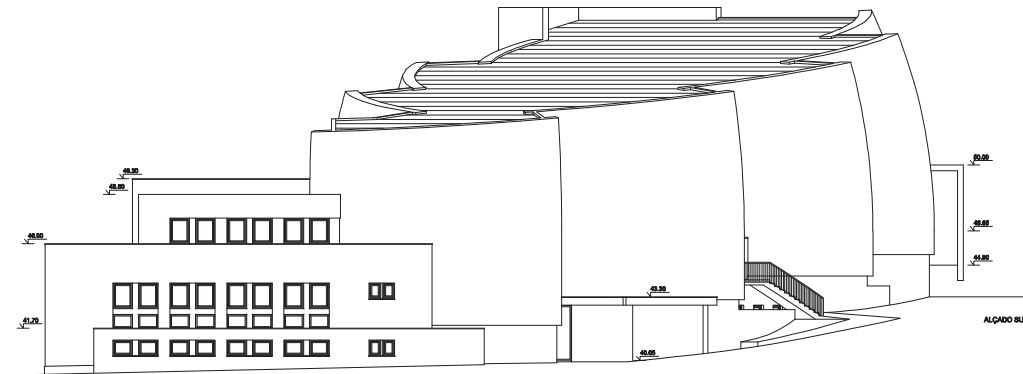
Área comum 27-central térmica

ZONA INACABADA (NÃO UTILIZÁVEL)

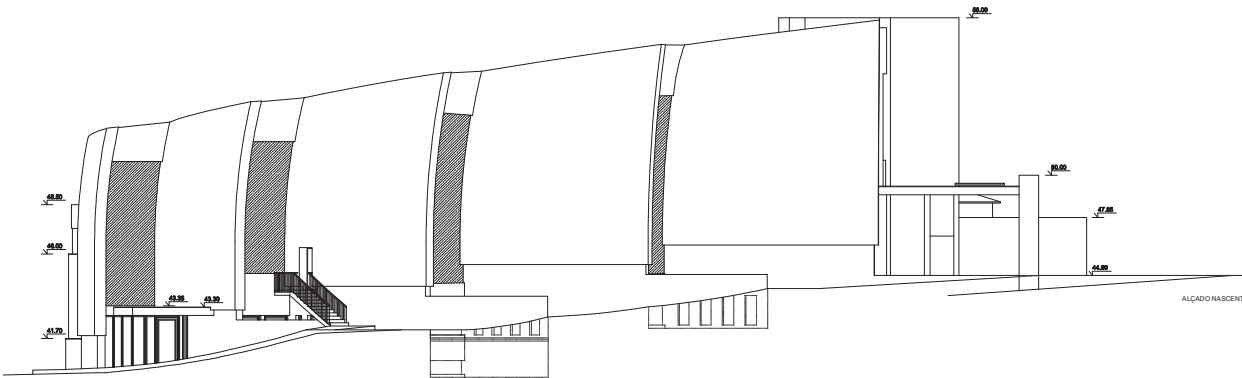
SEBASTIÃO MEIRELES e FILIPA VEIGA FERRO		arquitectos	
CONSTRUÇÃO DE IRRIGIA - ADITAMENTO			
Lote - ABELHEIRA - VILHA DO CASTELO			
Título - FABRICA DA VIGIELA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA		Esc.: 1/100	
Obra - PLANTA DO PISO 2		Data: FEV. 2014	
AV. DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA Nº 15 1.º FL. 488 VILHA DO CASTELO TELIV. 388 0888 EMAIL: sebastiao@smf.com			



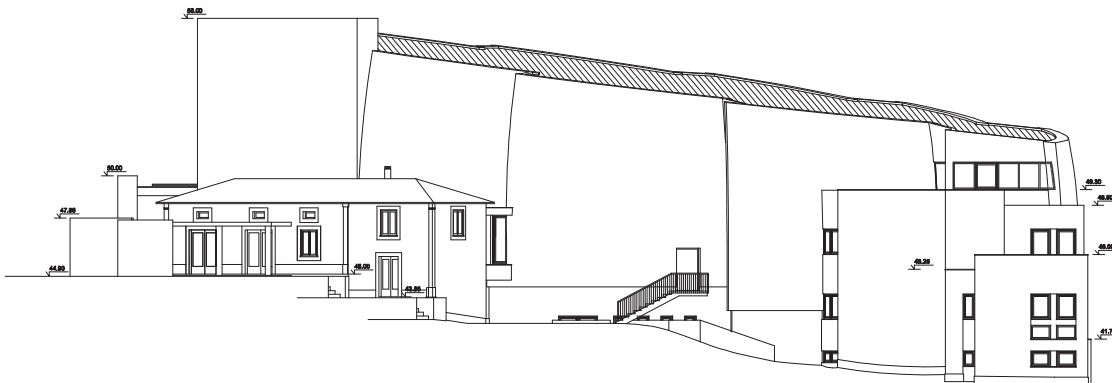
ALÇADO NORTE



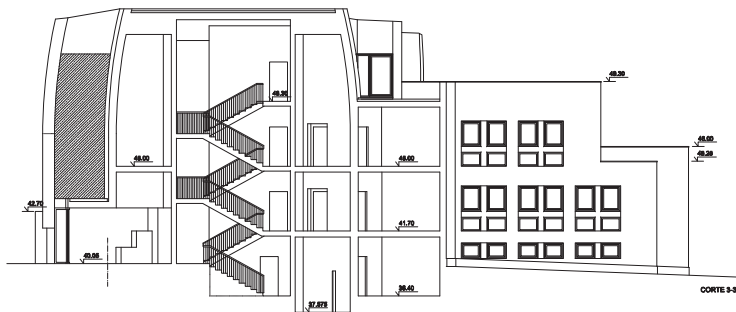
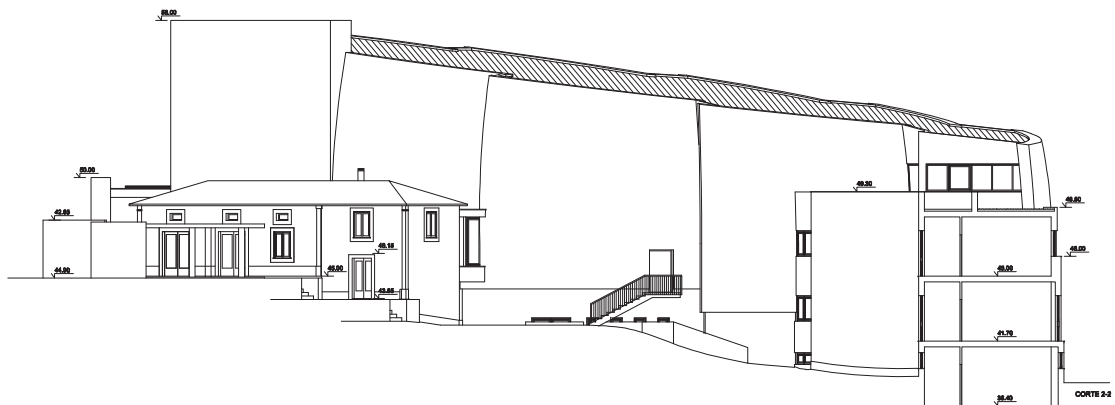
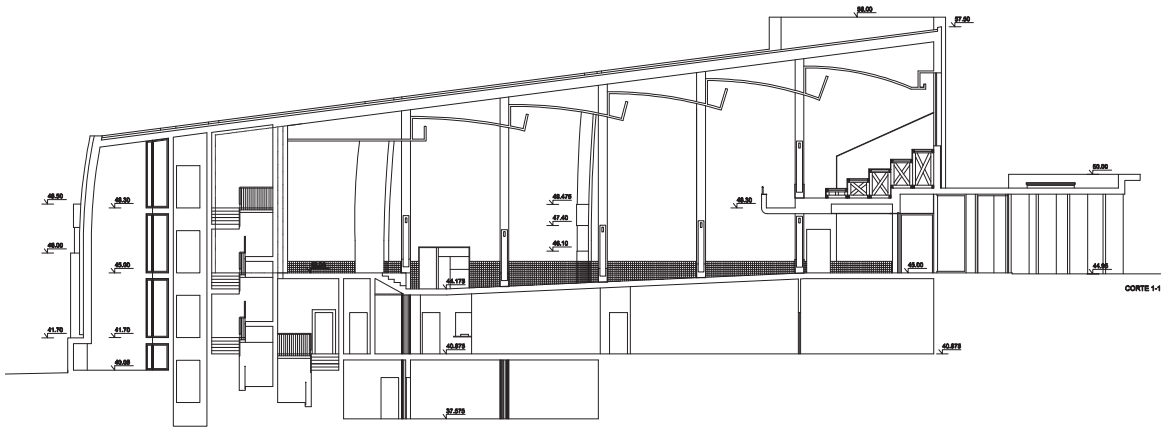
ALÇADO LESTE



ALÇADO NORT-ESTE



ALÇADO SUDOESTE



Estudo de Caso 2

5.2 – Entrevista ao Arquiteto

5.2.1 – Guião da entrevista (E2)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução “*Inter Oecumenici*” (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

Pergunta 1: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para “contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”. Neste sentido, de que forma a arquitetura pode ajudar no cumprimento deste anelo?

Pergunta 2: “A Igreja nunca considerou um estilo (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas” (art.º 123, doc. 1). Pensa que o **estilo contemporâneo** responde satisfatoriamente à arquitetura religiosa?

Pergunta 3: A “**participação** ativa dos fiéis” nas cerimónias é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Como abordou esta questão na sua obra?

Pergunta 4: “Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado” (art.º 292, doc. 2). Que interpretação fez desta norma na obra em causa?

Pergunta 5: No seu entender que característica deverá ter um edifício sagrado, para que na sua disposição geral reproduza “de algum modo a imagem da assembleia congregada” - **reunião** (art.º 294, doc. 2)?

Pergunta 6: “O **presbitério** é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial” (art.º 295, doc. 2). Que princípio teve nessa concepção?

Pergunta 7: O altar, “pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções de toda a **assembleia** dos fiéis” (art.º 299, doc. 2). Como interpretou essa norma?

Pergunta 8: Na sua opinião, o que é essencial na **concepção** de um espaço sagrado desta natureza?

Pergunta 9: Este espaço religioso tem algum **simbolismo** eclesiástico subjacente, ou pretende transmitir alguma mensagem de caris teológico? Qual?

Pergunta 10: Para terminar, considera que a sua obra responde satisfatoriamente (**adequabilidade**) quer aos anseios da comunidade eclesiástica (celebrante e fiéis) quer as normas litúrgicas descritas do *Sacrosanctum Concilium*?

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

5.2.2 – Resumo da entrevista
(comunicação pessoal, 23 de outubro, 2014)

Resumo da entrevista E2, feita ao Arq. Luís Faro Viana (Autor da Igreja da Sagrada Família) em 23 de Outubro de 2014 pela 17h30 num estabelecimento comercial em Vila Nova de Cerveira.

Transcrição das citações mais relevantes:

1ª PARTE – ASPETOS GERAIS

“Para mim a arquitectura é algo que tem que ter sentimento, as coisas surgem naturalmente e quando me agradam eu vou evolui-las.”

“A Igreja da Sagrada Família teve alterações que não foram aprovadas por mim, por exemplo aos azulejos exteriores, os tubos de queda, as cotas de acesso, etc.”

“A cruz na histerotomia da caixilharia exterior é propositada e foi, talvez, o único simbolismo religioso no edifício. Da mesma forma que foi uma opção simbólica colocar a cota da entrada ao mesmo nível que a cota do altar.”

“Em relação á acústica, sempre persenti que funcionaria bem pela experiencia que tinha em assistir a concertos em espaço com a mesma forma.”

“O revestimento em cobre, foi uma opção de projecto desde o início. Para mim é um material que se aptada melhor á forma curva, e tem um significado especial.”

“Nunca foi minha intenção fazer uma igreja para ‘atrair’ pessoa para a religião, nem nunca me foi pedido por parte da instituição. Mas também não foi abordado como um projecto civil comum, é evidente que o facto de eu ser católico me influenciou, mas não me prendi de mais.”

“Para mim a arquitectura é um assunto muito sério, e quando cheguei a esta forma, tudo isto foi feito com muita seriedade e com muito critério.”

“Não tendo recorrido aos textos que o Igreja produzido nesta matéria, mas quanto sei eles vêm de encontro ao que eu penso que deve de ser um edifício religioso.”

“A arquitectura pode ter a capacidade de redimir o mundo ou com algum jeito, conseguir que ela produza esse efeito e eu trabalhei sempre dessa maneira.”

2ª PARTE – ASPETOS ESPACIAIS

“Para mim é muito importante ter uma leitura da envolvente, que neste caso foram os círculos.”

“As paredes são iguais, têm o mesmo raio. Desde o início que a proposta se desenvolveu á volta desta forma – a curva.”

“A estrutura desde o início que estava pensada, para mim esse aspecto é sempre muito importante, evitando surpresas em obras.”

“Eu queria criar um elemento que fosse destinto do resto, e para enfatizar esse objectivo a própria Câmara Municipal alterou a materialidade da envolvente para melhor enquadrar esta proposta. Pronunciando-se o presidente da Câmara na época, o Defensor de Moura, com a frase ‘gosto, gosto!’ em relação á proposta da nova igreja, agilizando desta forma o licenciamento da mesma.”

“A iluminação natural foi muito cuidada, dando um luminosidade brutal ao altar durante o dia, através dos vidros foscos.”

“Esta não foi a única igreja que fiz, mas sem dúvida que foi o maior programa (800 lugares).”

Estudo de Caso 2

5.3 – Entrevista ao Pároco

5.3.1 – Guião da entrevista (E3)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução “*Inter Oecumenic*” (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

Pergunta 1: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para “contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”. Neste sentido, de que forma a arquitectura, nomeadamente esta igreja, pode ajudar no cumprimento deste anelo?

Pergunta 2: “A Igreja nunca considerou um **estilo** (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas” (art.º 123, doc. 1). Pensa que o estilo contemporâneo responde satisfatoriamente à arquitetura religiosa? Porquê?

Pergunta 3: A “**participação** ativa dos fiéis” nas cerimónias é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Como analisa esta questão nesta obra?

Pergunta 4: “Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado” (art.º 292, doc. 2). Que interpretação faz desta norma nesta igreja?

Pergunta 5: No seu entender, a obra em estudo responde satisfatoriamente, para que na sua disposição geral reproduza “de algum modo a imagem da assembleia congregada” - **reunião** (art.º 294, doc. 2)?

Pergunta 6: “O **presbitério** é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial” (art.º 295, doc. 2). É isso que constata nesta igreja?

Pergunta 7: O altar, “pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se **dirijam as atenções** de toda a assembleia dos fiéis” (art.º 299, doc. 2). Confirma esta situação?

Pergunta 8: No seu entender, este edifício religioso tem algum **simbolismo** eclesialístico subjacente, ou pretende transmitir alguma mensagem de caris teológico? Qual?

Pergunta 9: Na sua opinião, o que é essencial na abordagem à **concepção** de um espaço desta natureza?

Pergunta 10: Para terminar, considera que a obra em causa responde satisfatoriamente (**adequabilidade**) quer aos anseios da comunidade eclesialística (celebrante e fiéis) quer as normas litúrgicas descritas do *Sacrosanctum Concilium*?

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

5.3.2 – Resumo da entrevista
(comunicação pessoal, 18 de outubro, 2014)

Resumo da entrevista E3, feita ao Padre Coutinho (Pároco da Paróquia de N^a S^a de Fátima em Viana do Castelo) em 18 de Outubro de 2014 pela 11h30 nas instalações da Paróquia em Viana do Castelo.

Transcrição das citações mais relevantes:

1^a PARTE – ASPETOS GERAIS

“Quando fui nomeado em 1978 já se falava da necessidade de um espaço religioso novo. Começamos a trabalhar nesse assunto e ‘andamos pá frente’.”

“O cobre do revestimento foi muito caro (daria para pintar duas vezes a igreja), mas o arquitecto justificou a opção com a tonalidade que adquiriria no futuro (esverdeada) e com o impacto que teria junto ao Monte de St^a Luzia.”

“A obra está inacabada (sala, serviços administrativos, etc.), mas o espaço de celebração está concluído.”

“Houve substituição do arquitecto no decorrer da obra”

“Esta nova liturgia trabalha melhor aqui deque na igreja antiga.”

“Não me agrada muito os arranjos florais dos casamentos, visto comprometer a ornamentação existente que é simples.”

“Na missa inaugural ouvi coisas das crianças acerca desta igreja extraordinárias, às tantas alguns adultos nunca pensariam aquilo que elas pensavam, identificando-se completamente com o edifício. Nessa altura toda a comunidade gostou do edifício incluindo os padres presentes que também gostaram de aí celebrar.”

“Mesmo com pouca gente á agradável a celebração. Nos Sábado às 16h00 e no Domingo, encher por completo e funcionam bem. Com muita ou pouca gente, o edifício é completamente funcional e cómodo nas celebrações.”

“O facto de não ter uma identificação, imediata, de edifício religioso, foi uma opção conceptual de projecto – A Árvore da Vida. A torre sineira ainda pode vir a ser construída, nomeadamente com umas pedras de um lar que ali existia.”

“Tem a forma de nave espacial vista desde o exterior e de útero vista desde dentro.”

“Não tem qualquer problema de acústica, visibilidade, etc., apenas alguns erros construtivos que se estão corrigindo, respondendo satisfatoriamente às questões litúrgicas.”

2ª PARTE – ASPETOS ESPACIAIS

“Considero o altar nobre e espacialmente converge a visão para lá. “

“A arquitectura (edifício) ‘apela’ e é acolhedora neste caso, isso é importante. Neste sentido a arquitectura tem uma influência preponderante, despertando a atenção de quem o vê. “

“A sua localização no meio da comunidade é importante, aproximando-se dos fiéis. “

“A sua localização junto a uma via rodoviária não compromete ‘nada, nada, nada’, em termos acústicos, as celebrações, estando tecnicamente o edifício preparado para isso. “

“As igrejas antigas são frias (e não é por uma questão térmica). Os homens de hoje não podem ser parasitas, toda a vida, de um estilo (tipologia) do passado, tem que haver evolução, e as pessoas têm de se adaptar aos tempos de hoje. “

“Esta nova igreja surge por uma questão de necessidade de mais espaço e mais conforto. “

“São as próprias crianças que dizem que esta nova igreja é melhor que a antiga. As classes mais jovens entram mais na nova que na velha. Mesmo as pessoas mais idosas identificam-se com coisas novas. “

“Faz parte da imagem da Igreja querer transmitir esta modernidade. “

“Os elementos do presbitério foram desenhados pelo arquitecto, sendo em mármore de Tajja. “

“Há geometricamente, três curvaturas diferentes para as paredes exterior. “

Estudo de Caso 2

5.4 – Entrevista à comunidade eclesíásticas

5.4.1 – Guião e respostas à entrevista (E4)
(comunicação pessoal, 25 de outubro, 2014)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Já ouvi falar mas não conheço o conteúdo.

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitetura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Sim, pois é uma igreja acolhedora e tem arquitetura moderna e simples, o que muita gosta.

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Sim esta igreja fomenta. As antigas não deixavam as pessoas tão à vontade como esta igreja faz.

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Sim com os novos sistemas sonoros é possível ouvir bem e com o espaço amplo é possível vê-lo. Tã é muito confortável e cómodo.

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Na minha opinião, estas novas igrejas (como esta) são mais bonitas pois são mais simples do que as antigas.

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Sim, a disposição dos bancos contribui para que seja possível o povo estar reunido.

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

Sim porque as pessoas participam, colaboram nas atividades litúrgicas.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitetura desta igreja?

Sim pois a nossa igreja é comparada com um ovo, uma árvore e um museu.

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

Na minha opinião, esta igreja é muito acolhedora, bonita, simples, permite uma reunião entre os fiéis e é um local onde apetece estar e falar e rezar a

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Jesus.

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Sim

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitetura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Sim porque é um espaço onde se respira "Deus", onde tudo aponta para o Altar eucristico, para o sacramento (deveria ainda ter mais relevância o Sacramento!)

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Parece-me bastante funcional e prático, por além disso também é seguro

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Sim, vê-se; quanto ao conforto os bancos são adequados mas os genuflexórios são pouco práticos no que diz respeito à funcionalidade

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Parece-me adequada, simplicidade e convite à interioridade, beleza minimalista, eu gosto

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

É, o conceito é esse, dando quase uma ideia de circularidade...

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

Parece-me que sim, e-bora haja sempre "vozes" discordantes, as pessoas gostam da nova Igreja.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitetura desta igreja?

Acho que poderia significar que a casa de Deus é para todos os que a procuram um espaço de serenidade, simplicidade e amor

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

Pessoalmente gosto muito, exteriores e interiores, transmite-me paz, segurança e sentimentos de comunidade que se sentem

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

C2-59

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Sim embora não esteja completamente esclarecida.

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitetura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Sim, mesmo descordando de certas coisas acho que é uma igreja acolhedora, e que todos se sentem bem

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Sim também pluso que as pessoas que matiam estes atos deviam ter mais formação, da ação prática

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Sim o padre vê-se e ouve-se bem, conforto, mais ou menos

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Não digo que não gosto, mas gosto mais da simplicidade

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Nesta igreja como em qualquer outra as pessoas devem sentir-se unidas, e é isso que a igreja espera de todos.

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

É natural que não agrade a toda a gente mas no geral, sim, agrada pelos comentários, que se ouvem, sim.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitetura desta igreja?

Sim também, podia ser mais modesto,

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

É a minha igreja e nela que me sinto bem, e a minha opinião é simples, vamos todos pedir a Deus que ajude

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

a terminar a obra...

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas alterações litúrgicas que propôs?

SIM

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitectura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Sim, porque é moderna e nos se^{Ben}ntifica

Pergunta 3: A "participação ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Tudo depende da maneira como nós os

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço confortável e cómodo?

Sim, concentra

Pergunta 5: "Na ornamentação da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Sim mas quanto mais simples, melhor

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - reunião (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Nesta igreja todos estamos em unio^{es}, e é isso que se espera.

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à comunidade local (adequabilidade)? Porquê?

Agrade porque é ampla e tem muita luz natural

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma mensagem (simbolismo) com a arquitectura desta igreja?

A grandeza da sua simplicidade torna-se acolhedora

Pergunta 9: Para terminar, no geral que opinião lhe merece esta nova igreja?

A melhor possível pois sinto-me cá muito bem na casa de Deus.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com



Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

C2-72

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

SIM em todo

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitectura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

A Liturgia pós concílio chama mais pessoas a arquitectura não acho

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Mais funcional acho esta Igreja

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Sim

o seu grande ajuda a ter muitos mais lugares

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

A simplicidade e obra do Mestre da Igreja Jesus Mas também é bonito aos olhos as igrejas antigas

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Sim quando tem muita gente

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

sim

porque a maioria gosta da simplicidade

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitectura desta igreja?

Não sei

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

Gosto dela apesar de achar demasiada grande

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Estudo de Caso 2

5.5 – Ficha de observação e notas de campo

FICHA TÉCNICA – CASO DE ESTUDO 2

(Data do Estudo: 25/10/14, 15h30, Sábado)

Igreja da Sagrada Família

Nome: Igreja da Paróquia de Nossa Sr.ª de Fátima
Localização: Freguesia da Meadela, Concelho de Viana do Castelo
Coordenadas: 41° 42' 19" N, 8° 49' 30" O

Proprietário:
Autor do Projeto: Arq. Luís Faro Viana
Ano da obra: 2012 (projecto 2004)



Vista Geral
Fonte: Fotografia de autor (2014)

Características Técnicas:

Espaço litúrgico (geral)

Dimensão: é variável e proporciona um certo "movimento" nos pontos. Os pilares na nave enfatizam o altar.

Orientação: A orientação N/S provoca uma entrada de luz "calma" pelas duas laterais.

Distribuição: a assembleia é distribuída com a nave principal de comprimento, onde os nichos "laterais" são os pontos de proteção.

Materialidade: a construção do templo com o uso dos materiais (se existe esses 2 materiais) como que foge à ideia do espaço.

Iconografia: minimal, com uma pintura da Sagrada Família no altar e uma escultura de São António.

Iluminação: natural e equilibrada, sendo a artificial indireta sobre os pontos dos pilares.

Acústica: estrutura talvez devido ao irregular do espaço. Cansa-se bem mas não é um som que "prende". Talvez também que não recebam o conteúdo da música.

Participação ativa

(comunicação, audição, visão, espaço dos ministros, largura coxias)

São importantes, a espaço e grande mas sem restrição aos movimentos e circulações. O Pano 2 tem uma estrutura diferente, p.ex. na cantina e o celeiro e lá vai.

Funcionalidade;

sendo a sacristia lateral, ali, na que o altar na entrada para sempre uma peg. processão.

Disposição: a assembleia é inclinada, para a cabe de entrada e a nave q a cabe do altar. a disposição compacta (do pso) e notória.

Limpeza: sem apertamento que no interior que no exterior, salvo no Pano 1 devido à sua má iluminação e frequência.

Comodidade (física e sensorial): espaço muito cómodo para esp. físicos, a inclinação da assembleia ajuda a manter a atenção.

* A posição da Via Sacra influencia o movimento.

Local do coro e suas características

(auditivas, visuais, participativas);

Repetidamente bem colocado, sem perturbar a a conf. a sua função de fazer ouvir. dos melhores casos que vi de localização do coro, pois de entrada a todos os pontos silênciosos.

* Os pilares repetem o nº de janelas da Via Sacra.



Planta de Localização
Fonte: <https://www.googleearth.com>

Local do órgão; Junto ao coro, em direção relativa do altar para o espaço em canteiros, mas sem comprometer a sua função.

Local do tabernáculo;

Laterais (esquerdos) em relação ao altar, sujeitos as necessidades para a mesa e não para uma configuração/distribuição da igreja.

Local do baptistério;

no altar, é uma opção arrojada mas aceita teologicamente. Compromete alguns ritos (presbítero) mas também expõe o baptistério do local mais sagrado.

Espaço litúrgico (presbitério)

Dimensão preenche a totalidade do fundo do espaço onde a cor "Branca" é a post-sacristia, alta alcaforçável - destaca a mesa.

Centralidade; genética e enfatizada pelo elemento arquitetónico (pilares)

Altimetria; de 11m, assumida mas totalmente diluída no espaço, a assembleia como se esquece perante a importância do altar.

Materialidade;

Sempre nos metais, comporta parte revestida branco e tija (marmorada) com elementos de madeira (acessos)

Localização;

fusa lateral e com uma presença total, localiza-se nos dois ambientes laterais. A calha ilumina o espaço do lado direito, que é muito diáfano.

Iluminação;

A iluminação natural é suficiente para o espaço do presbitério, onde a luz natural não incide diretamente no espaço.

Iconografia;

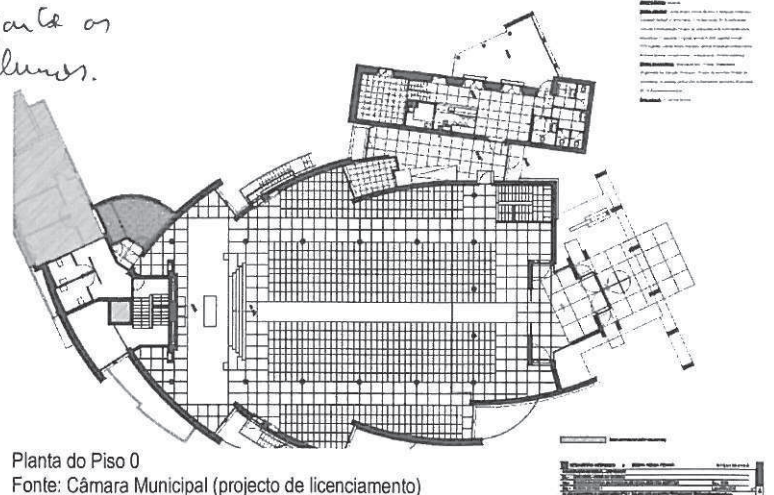
Grande mural com a "Sagrada Família" a posicionar o altar, do lado direito mas com o mobiliário em metal muito sólido e do lado esquerdo uma igreja de castelhana.

Composição (altar, ambão, cadeira);

Altar e a tija e quanto aos Ambões (ou 2) não em madeira - aplica-se a cadeira presidencial. Talvez haja alguma desajustado neste aspecto de conceção.

Notas Finais:

- é estranho ver tanto espaço para o altar na nenhuma grande.
- O espaço em volta da mesa é muito funcional.
- Talvez o Sacário seja simples demais, talvez...
- A participação e ritos, devido ao facto os olhos da catigrese que tem entre alunos.
- a materialidade metálica (como) distingue o edifício do entorno.

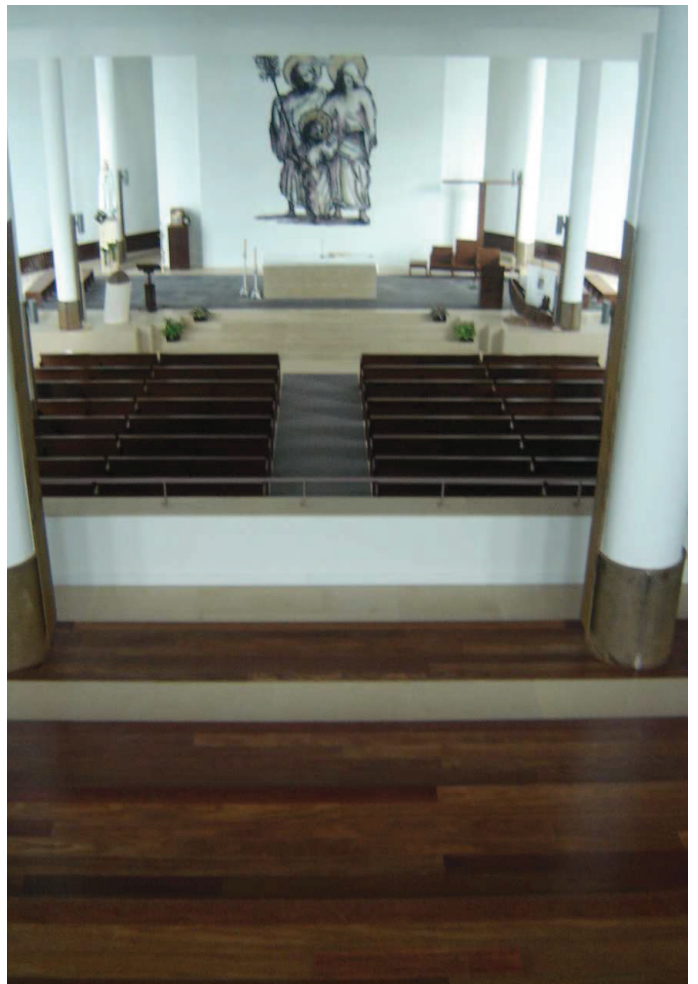


Planta do Piso 0
Fonte: Câmara Municipal (projecto de licenciamento)

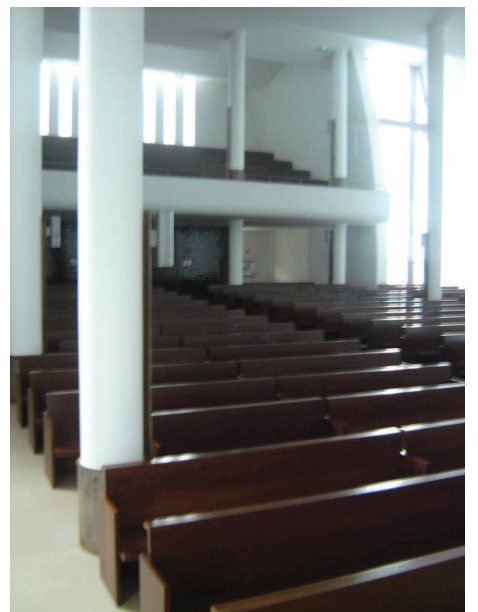
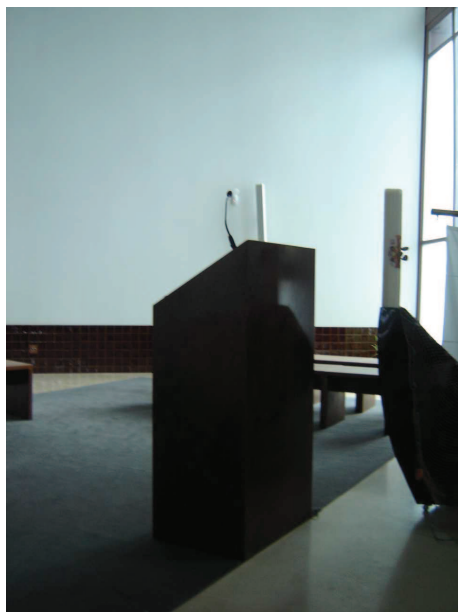
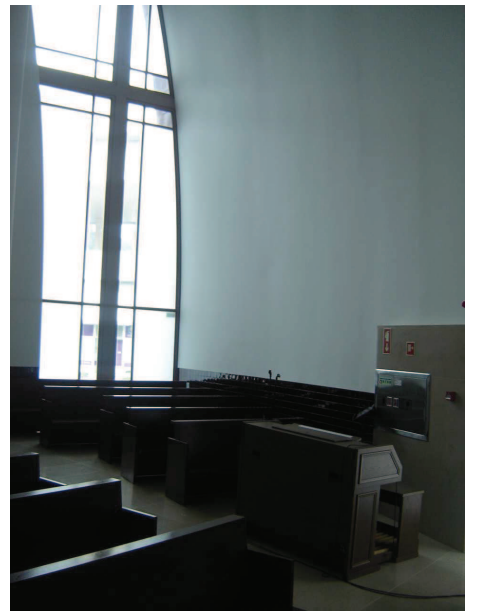
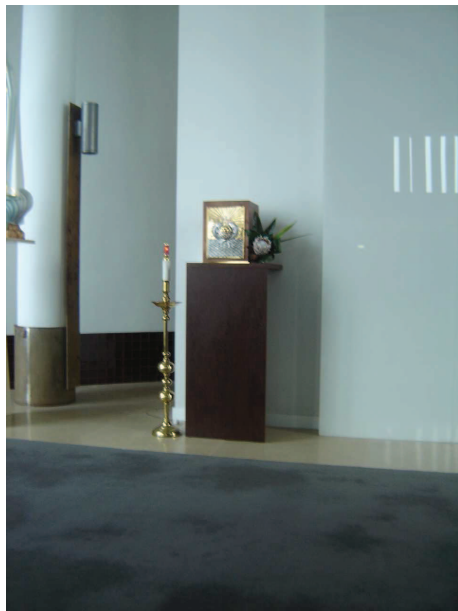
Estudo de Caso 2

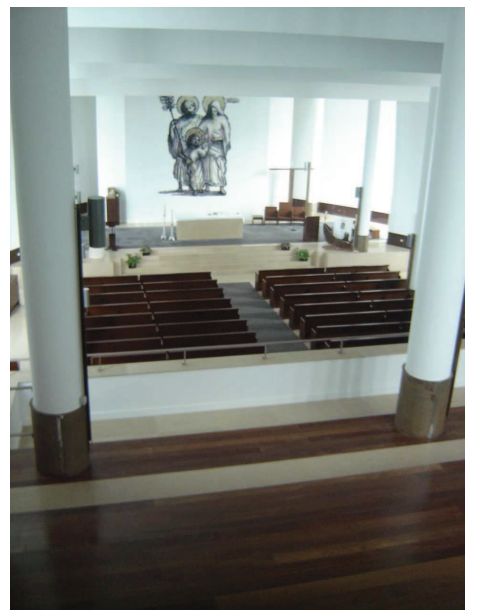
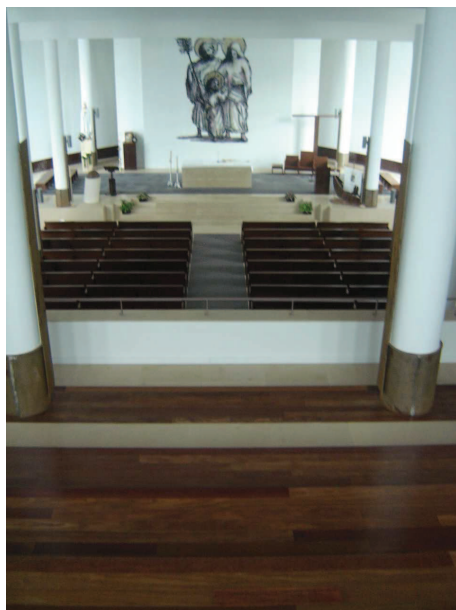
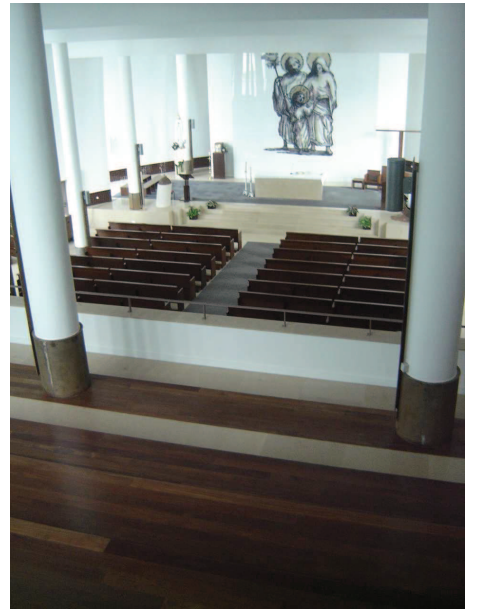
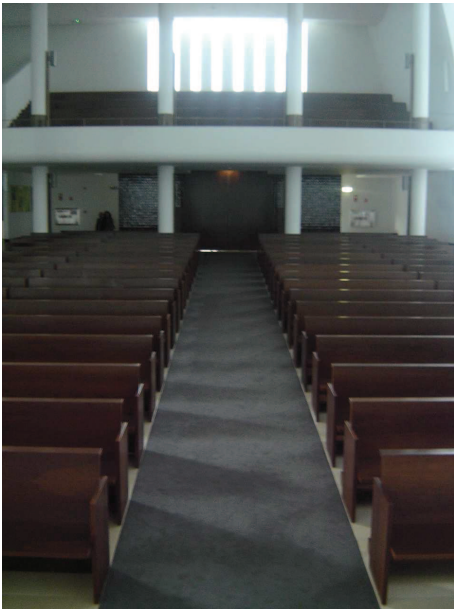
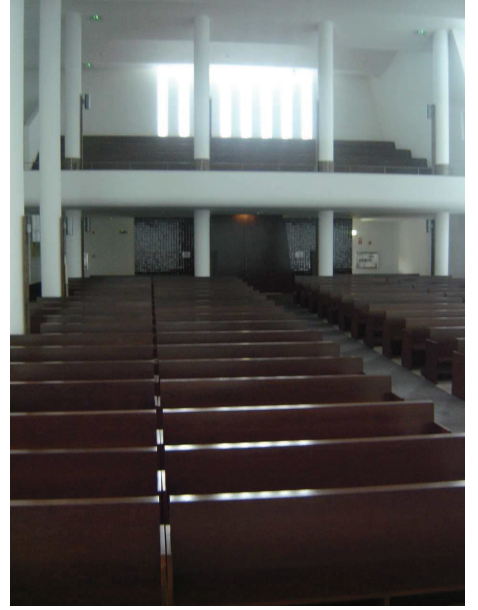
5.6 – Fotografias da obra

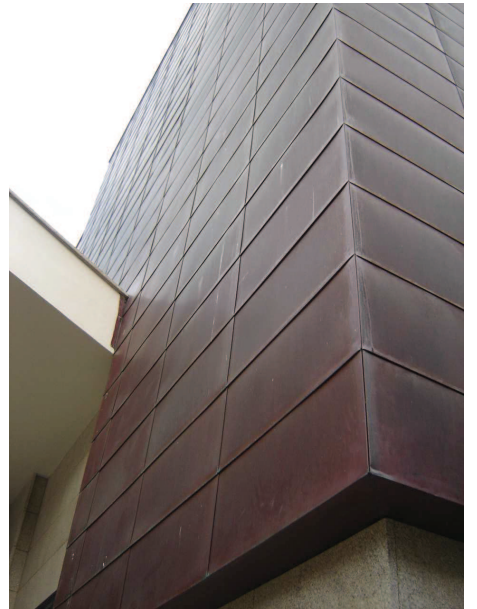














EstudoCaso2



EstudoCaso2 (1)



EstudoCaso2 (2)



EstudoCaso2 (3)



EstudoCaso2 (4)



EstudoCaso2 (5)



EstudoCaso2 (6)



EstudoCaso2 (7)



EstudoCaso2 (8)



EstudoCaso2 (9)



EstudoCaso2 (10)



EstudoCaso2 (11)



EstudoCaso2 (12)



EstudoCaso2 (13)



EstudoCaso2 (14)



EstudoCaso2 (15)



EstudoCaso2 (16)



EstudoCaso2 (17)



EstudoCaso2 (18)



EstudoCaso2 (19)



EstudoCaso2 (20)



EstudoCaso2 (21)



EstudoCaso2 (22)



EstudoCaso2 (23)



EstudoCaso2 (24)



EstudoCaso2 (25)



EstudoCaso2 (26)



EstudoCaso2 (27)



EstudoCaso2 (28)



EstudoCaso2 (29)



EstudoCaso2 (30)



EstudoCaso2 (31)



EstudoCaso2 (32)



EstudoCaso2 (33)



EstudoCaso2 (34)

Anexo 6 - (Estudo de Caso 3)

6.1 - Projeto de licenciamento (Câmara Municipal)

6.1.1 - Peças escritas

Exmo. Senhor
Jorge Alexandre Rodrigues Martins
Bairro de S. Roque, Bloco 1 – Casa 1
4920 – 232 Vila Nova de Cerveira

R.A.R.

S/ referência

S/ comunicação de:

N/ referência
Serviços Jurídicos

**ASSUNTO: PEDIDO DE CÓPIAS DO PROJETO DE LICENCIAMENTO DA
IGREJA DA CORRELHÃ – PONTE DE LIMA
REGISTO: PORTAL 2014/09729**

Tipo de Registo: Saída
Nº de Registo: 5117/2014
Data de Registo: 05-06-2014

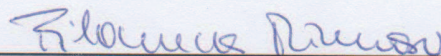
No seguimento do requerimento apresentado em 8 de maio de 2014, e de acordo com o despacho proferido a 27 do referido mês pelo Vereador, Engenheiro Vasco Nuno Magalhães Velho de Almeida Ferraz, com competência delegada para o efeito por despacho do Presidente da Câmara, Engenheiro Vítor Manuel Alves Mendes, de 22 de outubro de 2013, seguidamente se transcreve a informação prestada pelos serviços jurídicos a 22 de maio de 2014:

“Encontrando-se o processo de licenciamento no Arquivo Municipal (P.O. nº.276/99) pelo que nos termos da LADA – Lei de Acesso aos Documentos de Administração designadamente nos termos do artº. 7º., o requerente goza o direito de acesso, devendo o pagamento (artº. 12º. LADA) ser efetuado de acordo com a tabela de taxas que não contempla isenção para o caso em apreço, devendo dirigir-se ao Arquivo.”

AP/

Com os melhores cumprimentos,

Por delegação de assinatura,
(despacho nº.29/2013 de 22 de outubro)
A Técnica Superior,



(Filomena Mimoso, Dr.ª)

Caro Vasco
de Lima
nº 25

Eventuais esclarecimentos são prestados no GAM (Gabinete de Atendimento ao Município)

99 - 23 (432)

19
FD

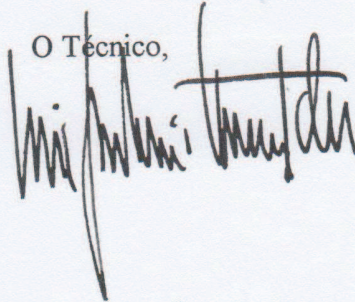
TERMO DE RESPONSABILIDADE

(PROJECTOS DE ARQUITECTURA)

Luís António Lourenço Teles, contribuinte fiscal nº 144753600, morador na Rua de Altamira nº18, da freguesia de Monserrate, concelho de Viana do Castelo, inscrito na Câmara Municipal de Viana do Castelo, sob o nº 204, declara, para efeitos do disposto no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 445/91, de 20 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 250/94, de 15 de Outubro que o projecto de arquitectura, de que é autor, relativo à obra da Igreja Paroquial de S. Tomé da Correlhã, localizada na Freguesia de Correlhã, concelho de Ponte de Lima, cujo licenciamento foi requerido por Fabrica da Igreja Paroquial de S. Tomé da Correlhã, observa as normas técnicas gerais e específicas de construção, bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente o Plano Director Municipal de Viana do Castelo.

Viana do Castelo, 25 de Março de 1999

O Técnico,



20
H

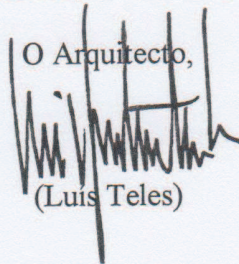
MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA ADEQUABILIDADE AO PDM

O edifício da Igreja que se integrará no complexo do Centro Social e Paroquial da Correlhã, já existente, integra-se no Plano Director Municipal de Ponte de Lima em Áreas de Povoamento Disperso a que se refere a secção III do Regulamento do plano (art. 50, 51 e 52).

As determinações quanto à edificação de equipamentos estão omissas no regulamento pelo que o edifício proposto cumpre com o mesmo.

Viana do Castelo, 25 de Março de 1999

O Arquitecto,



(Luis Teles)

IGREJA PAROQUIAL DA CORRELHÃ

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1 - Processo

O presente trabalho, é o processo de pedido de licenciamento conforme o definido na subsecção II do DL 445/91 de 20/11 com as alterações posteriores introduzidas pelo DL nº 250/90 de 15 de Outubro.

O projecto de arquitectura que agora se apresenta corresponde ao desenvolvimento do estudo prévio apresentado para o pedido de informação prévia conforme o definido na subsecção I do mesmo diploma.

2 - Programa:

O programa desenvolvido procura dar continuidade ao Centro Paroquial e Social já existente e constituído por Centro de Dia, Lar, ATL, Jardim de Infância e Salão Polivalente, procurando-se sedimentar a centralidade do lugar e ampliar as suas valências funcionais.

Concretamente o programa foi estabelecido com: - espaço de celebração em assembleia com uma capacidade de 750 lugares (incluindo tribuna), espaço complementar para celebração diária com 75 lugares, baptistério, sacristia, cartório, residência paroquial, cripta com capela mortuária e salas de catequese.

Ao nível da implantação procura-se definir desde já também uma área de expansão para o actual Centro ao nível do Lar e do Centro de Dia.

3 - Relação urbana da Proposta

O edifício implantar-se-á no topo do edifício do Centro Paroquial propondo-se constituir um espaço de pátio entre a construção da igreja e a do centro.

Esse pátio constituirá um espaço de circulações entre edifícios sendo pontuado através das escadas rampas e torre do campanário.

Procurou-se constituir também uma frente de rua onde hoje existe apenas um caminho municipal sem leitura urbana e reforçar a imagem de aglomerado a partir da EN (situada relativamente próximo).

O edifício procurará também constituir uma frente de praça urbana que se evidenciará pelo pórtico da igreja que funcionará com espaço urbano coberto.

4 - Relação com a Paisagem

Ao nível da relação com a paisagem o edifício localiza-se numa zona de cota baixa, relacionando-se com os montes vizinhos envolventes, entre os quais o da Nossa Senhora da Boa Morte, na base do qual se localiza a igreja Velha (actual igreja), não se assumindo portanto numa condição de proeminência, mas antes pelo contrário com

21/11

22
H

elemento de convergência de leitura aberta a partir dos pontos de cota mais elevada, sendo portanto relacionável com a paisagem mais como um todo, do que em parte.

O contexto próximo constituído por habitações (recentes) com logradouro agrícola, com a vegetação que lhe é característica (árvores de fruta, vinha, horta, etc.) por natureza com uma leitura de diversidade, sem elementos relevantes e que dada a topografia plana do local não produzem aspecto que hierarquicamente se evidenciem em relação aos aspectos mais distantes, produzidos pelos montes envolventes.

5 - Composição

A composição reflecte a análise que observamos ao nível da paisagem, tendo-se optado por uma composição de elementos de grande escala e por uma definição geométrica com ausência de elementos de pormenor de escala intermédia.

Como elemento de composição mais relevantes, sublinhamos o pórtico de grande escala constituído por 3 elementos de secção áurea, a cobertura igualmente constituída por 3 elementos de duas águas, o lanternim lateral de paredes livras e pontuado pelos volumes do baptistério da capela lateral de culto diário e pela torre do campanário de apenas duas faces construídas. Apenas o bloco de residência/cartório/sacristia e os elementos da capela lateral e do campanário estabelecem a referência de ordem intermédia da composição com os elementos do local.

Pretende-se uma composição sem mimetismo com os edifícios envolventes e o edifício do centro onde se optou pela pormenorização dos aspectos de diferenciação de escala.

Arquitectura:

Ao nível da arquitectura proposta tornou-se em linha de conta as determinações do Concílio Ecolúmenico Vaticano II, tendo-se procurado que a arquitectura reflectisse as preocupações gerais e temáticas da arquitectura contemporânea embora tendo presentes todas as preocupações de ordem funcional exigidas pelo edifício em causa.

«... Na sua construção cuide-se para que sejam funcionais, dignas e aptas para a oração e as celebrações litúrgicas...»

6-1 - Espaço

Ao nível do espaço partiu-se a uma planta quadrada por se entender que seria aquela que melhor se ajustava ao espaço disponível e por se entender que a mesma se ajustava igualmente ao espírito conciliar, uma vez que tratando-se de um espaço configurado em duas dimensões iguais conferir-se-á à assembleia uma grande unidade e uma ausência de hierarquização. Este espaço caracterizar-se-á pela evidência da envolvente sobre a cobertura que se caracterizará com um elemento mais aligeirado.

A luz interior entrará pelo lanternim lateral, pela porta (quando aberta) e pelos lanternins da cobertura, sendo vertida no interior a partir destes, pelo espaço entre os tectos falsos em estuque, suspensos na cobertura.

Os tectos, em número de três elementos teriam o elemento central mais baixo que os outros dois criando uma analogia de "mesa" ou "ponte entre a porta e o retábulo do altar.

Lateralmente ao espaço da assembleia teremos de um lado o espaço de lanternins que unirá a capela lateral de culto diário e o campanário. Do outro lado as galerias de acesso entre pisos e entre os elementos particulares do edifício (edifício do centro, torre campanário - cripta, casa paroquial etc.)

6 -2 - Linguagem

Procurou-se uma linguagem de grande essencialidade representativa com algumas referências histórico/culturais à arquitectura italiana dos anos 30 (Terragni, Lingeri etc.)

Procurou-se também uma ausência de retórica, fazendo-se que o edifício por si se afirmasse como uma igreja sem que tivéssemos que nos socorrer de representações engenhosas que por analogia nos encaminhassem para essa motivação.

Procurou-se também produzir uma certa ideia de leveza cultural e da construção sem afectações de estilo e de postura.

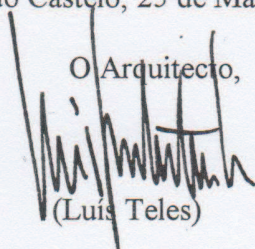
6-3 -Estrutura

Propõe-se uma estrutura porticada com pilares e vigas de betão armado e cobertura suportada por asnas triangulares de ferro.

Os revestimentos são o reboco pintado com alguma placagem em pedra no embasamento do edifício. A cobertura será em telha cerâmica. As portas serão revestidas a chapa de bronze (com uma representação temática em baixo relevo) .Será proposto um retábulo para o plano de fundo do altar e o baptistério será decorado com azulejo com motivos adequados. As caixilharias serão em aço.

Viana do Castelo, 25 de Março de 1999

O Arquitecto,



(Luís Teles)

Memória Descritiva e Justificativa

Destina-se o presente processo às telas finais relativas à obra da Igreja Paroquial da Correlhã em Ponte de Lima.

As alterações que foram introduzidas no edifício ao longo da obra, não alteram em nada os Parâmetros Urbanísticos aplicáveis ao local, ou seja o PDM (Plano Director Municipal) em vigor.

As questões mais significativas, serão de natureza técnica: - sentido das portas, sistema de funcionamento das mesmas, abertura de vãos na capela da semana, adaptação para o órgão, acessos à torre e aos sinos etc.

A nível funcional, o projecto é praticamente cumprido na íntegra com excepção do piso (-2) onde se previa uma Cripta com função de Capela Funerária e que durante a obra se entendeu, que em face das características deste espaço., seria melhor que o mesmo funcionasse como Sala Polivalente, e que uma das salas do Centro Paroquial (com dimensões mais pequenas, podesse funcionar como Capela Funerária.

Também dentro do espaço da Igreja Propriamente dita, houve algumas alterações como seja a criação de uma porta de fecho da capela da semana, em relação à nave da Igreja propriamente dita, a cruz do retábulo do Presbitério etc.

A obra relativa à execução dos arranjos exteriores, será remetida para uma segunda fase da empreitada tendo-se neste momento procedido ao terrapleno à cota do projecto. Ficará assim garantido um funcionamento aceitável, da função de estacionamento automóvel prevista inicialmente, bem como todas as outras relativas à segurança do edifício: evacuação em caso de necessidade e combate a um eventual incêndio. A esse nível foram executadas as bocas de incêndio exteriores previstas em projecto.

Uma maior definição projectual processou-se ao nível da fachada: - Porta de entrada na igreja, revestimento da mesma e dos pilares que suportam a pala e ainda o revestimento de toda a fachada em ajulejo de fabrico artesanal de cor "mel". Com estes elementos imprimiu-se alguma iconicidade ao objecto arquitectónico. Por exemplo a cor dos azulejos tem a ver com uma passagem do Apocalipse:

" Toma, come-o; encher-te-á as entranhas de amargura, mas na tua boca será doce como mel"- Apocalipse.

É também a cor dos cristos que a Rosa Ramalho realizou, a arte popular da Igreja. Os quatro pilares, simbolizam os quatro apóstolos evangelistas, a tonalidade do cobre oxidado aproxima a sua leitura do fundo verde do monte da Boa Morte. A porta significa a abertura da igreja para todos e fundamenta-se numa passagem do Evangelho: *" Eu sou a porta. Se alguém entrar por Mim salvar-se-á" -S. João*

Quer durante o projecto, quer durante a obra procuramos que o edifício continuasse a cultura da igreja sem entrar em conflito com a modernidade. Continuamos a expressão dos ícones de ambos, num discurso que procuramos de grande contenção de atitudes. Procuramos criar um edifício contemporâneo no desenho, e no seu funcionamento. Procuramos rigor a todos os níveis de decisão: técnico, construtivo, etc.

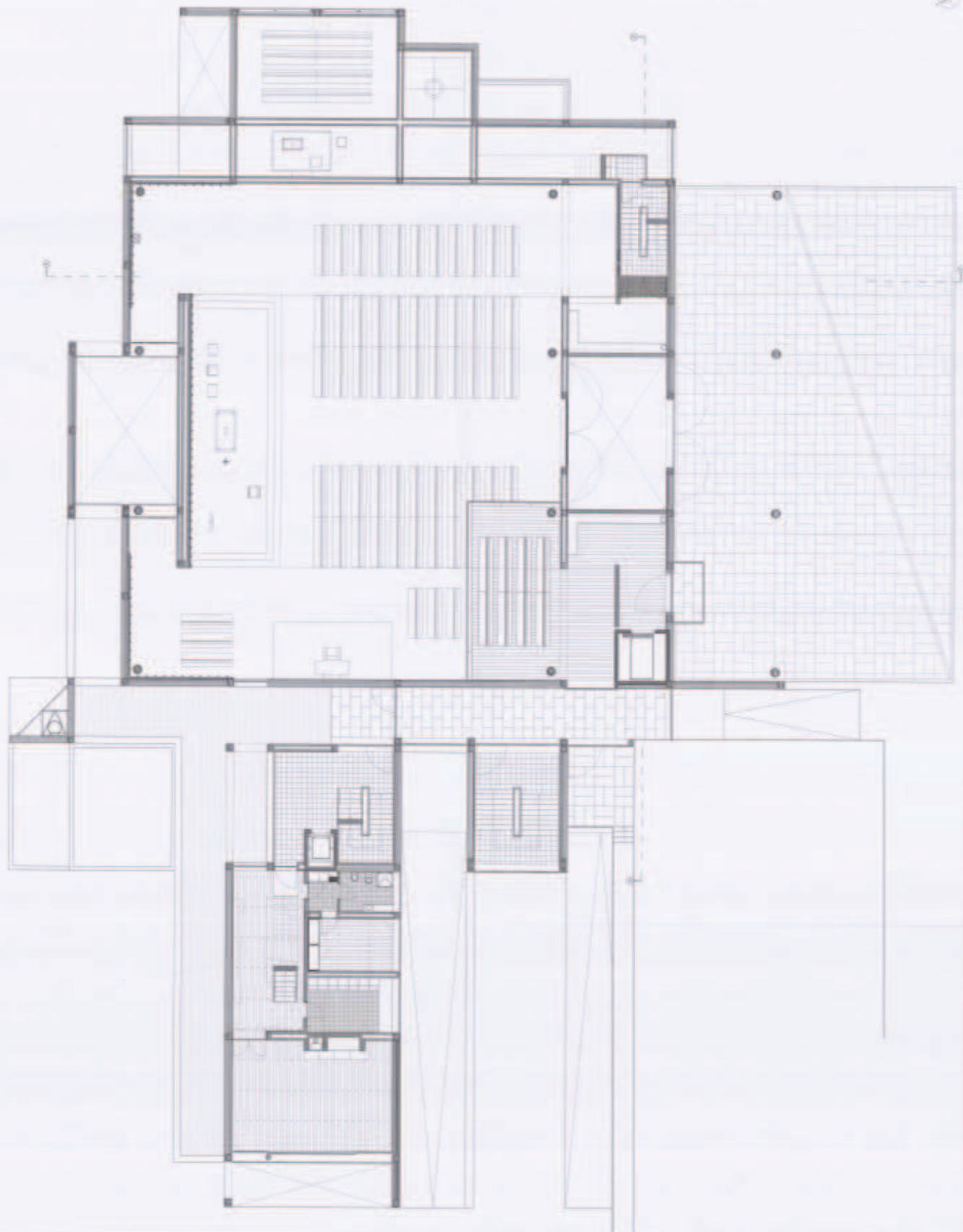
Viana do Castelo, 9 de Agosto de 2006

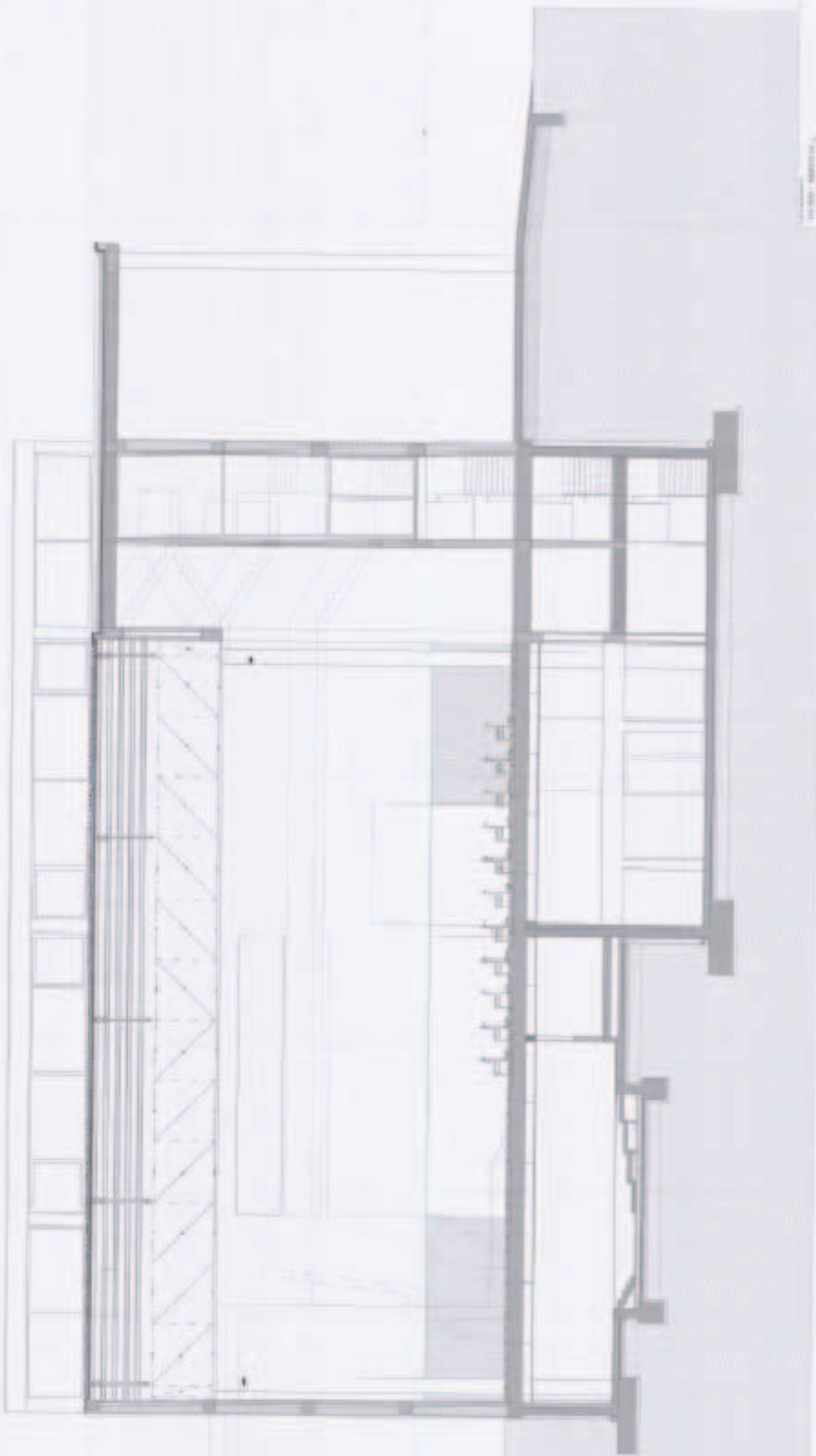
O arquitecto

(Luís António Lourenço Teles)

Estudo de Caso 3

6.1.2 - Peças desenhadas





PROJECT: [illegible]
DATE: [illegible]
DRAWN BY: [illegible]
CHECKED BY: [illegible]
SCALE: [illegible]

Estudo de Caso 3

6.2 – Entrevista ao Arquiteto

6.2.1 – Guião e respostas à entrevista (E2)
(comunicação pessoal, 06 de novembro, 2014)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

Respostas à entrevista do Arg. Luís António Lourenço Teles (enviada por email no dia 06.11.14)

Pergunta 1: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, de que forma a arquitetura pode ajudar no cumprimento deste anelo?

Ainda hoje esta é uma questão pouco clara, pois a Igreja não consegue incluir todos...(basta ver o último sínodo). Este edifício tem algumas alusões a este aspecto: A torre campanário continua a todos chamar; a grande porta e o pórtico coberto aberto a todos os que queiram partilhar o espaço. É uma igreja festiva! Como são as Igrejas no norte. Os azulejos mel, têm a ver com a cultura popular (com a cerâmica popular RR)

Pergunta 2: "A Igreja nunca considerou um estilo (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas" (art.º 123, doc. 1). Pensa que o **estilo contemporâneo** responde satisfatoriamente à arquitetura religiosa?

Podemos considerar que não existe um estilo contemporâneo mas um conjunto de propostas contemporâneas de autores e mesmo até de escolas.

Aliás á medida que avançamos, maior dificuldade existe numa correspondência entre tempo, lugar e teoria de pensamento formal! As obras são cada vez mais autobiográficas....O que dificulta a comunicação!

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Como abordou esta questão na sua obra?

Antes do concílio, o "presbitério" estava completamente isolado do resto do espaço.

Esta Igreja tem uma planta quadrada. O quadrado tem esse aspecto de ser um lugar igual! Pode ser rodado, que continua a ser um quadrado...

Há contudo uma especialização do lugar, na capela de culto diário; no batistério, no nartex de entrada, na sacristia e nos serviços e residência paroquial.

Pergunta 4: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado" (art.º 292, doc. 2). Que interpretação fez desta norma na obra em causa?

A Igreja, tirando alguns elementos com sejam o cruxifixo e o revestimento acústico é uma caixa branca sem outros elementos de decoração para além do controle da intensidade de luz... É uma "caixa branca" despida de decoração!

Pergunta 5: No seu entender que característica deverá ter um edifício sagrado, para que na sua disposição geral reproduza "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)?

Já está de certo modo perguntado e respondido em ponto anterior.

Pergunta 6: "O **presbitério** é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial" (art.º 295, doc. 2). Que princípio teve nessa concepção?

Este aspecto está concebido pela elevação de cota e pelo mobiliário desenhado.

É o lugar da palavra. A cruz "Daliana (de Dali)" dá a escala deste lugar e sublinha o conceito de um Cristo ressuscitado.

Pergunta 7: O altar, "pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções de toda a **assembleia** dos fiéis" (art.º 299, doc. 2). Como interpretou essa norma?

Este aspecto, considero igualmente respondido.

Mas é fundamentalmente a luz e que numa "planta livre" atribui, de uma forma simples, a diferenciação do espaço. Há contudo o desenho do tecto, que em termos acústicos dá um valor especial á de transmissão da "palavra"!

Pergunta 8: Na sua opinião, o que é essencial na **concepção** de um espaço sagrado desta natureza?

O que foi essencial foi desenhar uma Igreja sem "afectações". Uma Igreja que fosse identificável por todos como Igreja.

"Quando estava a ser construída, já no final, uma coruja fez ninho na Igreja. Todos os que trabalhávamos lá dissemos: - A coruja já percebeu que estamos a fazer uma Igreja!"

Pergunta 9: Este espaço religioso tem algum **simbolismo** eclesiástico subjacente, ou pretende transmitir alguma mensagem de caris teológico? Qual?

A Igreja acolhe de um modo geral as pessoas com maiores problemas. Acolhe os fracos, os excluídos, os que a sorte por qualquer motivo, não foi tão generosa ou compreensiva. São estes que mais procuram a Igreja. Esta é uma Igreja que desde que teve início o projecto, pretendia ser uma Igreja para todos, associada ao Centro Paroquial e á Residência do Pároco, pretende criar uma nova centralidade urbana.

Um serviço para todos, sobretudo os que mais precisam.

Pergunta 10: Para terminar, considera que a sua obra responde satisfatoriamente (**adequabilidade**) quer aos anseios da comunidade eclesiástica (celebrante e fiéis) quer as normas litúrgicas descritas do *Sacrosanctum Concilium*?

Creio que sim. Mesmo sendo um edifício que não foi barato, a relação preço/m² é pacífica como o foi para os diferentes edifícios que construí para a diocese de Viana do Castelo.

É um edifício em que o índice de conforto da assembleia é bom! E até tem um órgão usado importado da Alemanha.

Nota final:

-O que no fundo aos mais ricos, não serve aqui é um elemento "clássico" útil!

Veio em peças e foi montado no sítio por um português!

-Este texto é escrito num pequeno intervalo de tempo livre e não tem correcção...é um texto curto, escrito *a la prima*.

Espero ter-lhe respondido ás suas perguntas!

Um abraço

Luís Teles

Estudo de Caso 3

6.3 – Entrevista ao Pároco

6.3.1 – Guião e respostas à entrevista (E3)
(comunicação pessoal, 29 de outubro, 2014)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução “*Inter Oecumenici*” (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

Respostas à entrevista do padre José Correia Vilar (enviada por email no dia 29.10.14)

Pergunta 1: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para “contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”. Neste sentido, de que forma a arquitetura, nomeadamente esta igreja, pode ajudar no cumprimento deste anelo?

A não inclusão de demasiados símbolos (=imagens, etc.) religiosos, o paralelismo da arquitectura religiosa com os edifícios “civis” contemporâneos, mostrando que a Igreja caminha com os tempos e não é uma realidade anquilosada nem sequer na(s) sua(s) expressão(ões) artística(s). Além da expressiva dimensão/escala das portas principais de entrada.

Pergunta 2: “A Igreja nunca considerou um **estilo** (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas” (art.º 123, doc. 1). Pensa que o estilo contemporâneo responde satisfatoriamente à arquitetura religiosa? Porquê?

Sim, na simplicidade, pobreza e austeridade que faz parte do cerne da mensagem cristã a incarnar e que, por isso, deve ser também incarnada e tornada visível na sua expressão artística, acompanhando os tempos e exprimindo estes valores através também dos edifícios e outras artes (alfaias litúrgicas, apartamentos, etc)

Pergunta 3: A “**participação** ativa dos fiéis” nas cerimónias [celebrações] é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Como analisa esta questão nesta obra?

De formas várias: o espaço, praticamente quadrado – 30mx30m incluindo o nártex -, que permite a visibilidade e acompanhamento/participação de todas as celebrações, com a consequente ausência de colunas e barreiras arquitectónicas, o que permite a disposição da assembleia à volta do altar.

Pergunta 4: “Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado” (art.º 292, doc. 2). Que interpretação faz desta norma nesta igreja?

A simplicidade (e austeridade) pautou a construção da Igreja, sem lhe tirar dignidade (basta ver a aplicação dos materiais nobres – cobre, madeiras maciças, granito, azulejo artesanal [fachada e baptistério] nem nobreza; e também porque a liturgia é sobretudo acolhimento do Deus que vem, acontecimento que se celebra e se torna acto no próprio momento celebrativo, daí que não deve dar a ideia de já estar tudo...: santos, ornamentações, quadros, etc. como se o acontecimento litúrgico fosse quase supérfluo, apenas para dar vida ao que já lá está...

Pergunta 5: No seu entender, a obra em estudo responde satisfatoriamente, para que na sua disposição geral reproduza “de algum modo a imagem da assembleia congregada” - **reunião** (art.º 294, doc. 2)?

Sim, na resposta à pergunta 3, já se disse algo; no fundo, é passar de uma orientação nascente/poente (Cristo, sol nascente, com todo o povo cristão no seguimento em demanda da Jerusalém celeste), para um espaço à volta do altar onde, como se responde na primeira saudação – “Ele está o meio de nós” (à saudação – “O Senhor esteja convosco”); note-se que a tradução portuguesa foi a única com esta variante em vez de “E contigo também”. Evitámos, porém, uma colocação exagerada a toda a volta do altar, ou mesmo nas suas costas, o que obrigaria o Presidente a rodar quase como “os frangos no assador”.

Pergunta 6: “O **presbitério** é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial” (art.º 295, doc. 2). É isso que constata nesta igreja?

Os três degraus simples que separam nos três lados de contacto com a restante assembleia, pretendem significar isso mesmo; além disso toda a estrutura da igreja é “trinitária”, inclusive a “tripartição” do telhado da nave, únicos telhados em telha de barro, bem como os espaços intercalares entre os pilares exteriores, o tecto, a estrutura de todo o fundo do presbitério e do seu oposto (também por uma questão de entrada de luz).

Pergunta 7: O altar, “pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se **dirijam as atenções** de toda a assembleia dos fiéis” (art.º 299, doc. 2). Confirma esta situação?

Sim, e por isso também a ausência de mais altares ou de demasiadas ornamentações que ofusquem as atenções.

Pergunta 8: No seu entender, este edifício religioso tem algum **simbolismo** eclesialístico subjacente, ou pretende transmitir alguma mensagem de cariz teológico? Qual?

A Primeira é de uma “tenda de luz” a envolver a toda assembleia e o presbitério, com entradas de luz ora laterais, ora do tecto (estas últimas perderam efeito com a passagem das condutas de ar condicionado, mas em dias de muito sol e no início ou fim do dia); uma segunda mensagem é a sua estrutura quadrada, significando a igualdade de todo o Povo de Deus (comunidade iniciada pelo baptismo); uma terceira, já referida, é a estrutura “trinitária” [exterior/dentro de pilares e tectos/telhados]; também a colocação do baptistério numa capela anexa (para celebrações semanais), separa da estrutura central da Igreja por uma parede de 14 metros de altura e 3 de largura, aponta para a entrada “exterior” dos baptizando antes de pertencerem à comunidade cristã.

Pergunta 9: Na sua opinião, o que é essencial na abordagem à **concepção** de um espaço desta natureza?

Alberto Beckhauser diz que “Os espaços estão como estamos todos nós, cheios do supérfluo e carentes do essencial. O espaço é [deve ser] o reflexo do que vai dentro de nós e no interior da comunidade. O espaço é o nosso espelho. E o que não tem sentido fica sem lugar”, e isto vale também para os espaços religiosos em conformidade com o pensar e o viver (religioso ou não) de cada época. Deve ter-se também em conta que é “a própria comunidade a dar forma ao espaço através da celebração e dos movimentos”... porque a “Epifania do sacro acontece na acção”... “No seu vazio estruturado confere-se ao edifício litúrgico um traço essencial. Ele é imagem da espera”... “O vazio relaciona-se com a imagem como o silêncio com a palavra” (H. Muck, cit por Klemens Ritzer, *Espaços de igrejas e imagens de Igreja. O significado do espaço litúrgico para uma comunidade viva*, Gráfica de Coimbra 2, p. 27.

Pergunta 10: Para terminar, considera que a obra em causa responde satisfatoriamente (**adequabilidade**) quer aos anseios da comunidade eclesialística (celebrante e fiéis) quer as normas litúrgicas descritas do *Sacrosanctum Concilium*?

Os anseios por parte da dos fiéis, poderiam ser outros em relação ao que estão habituados em relação aos edifícios eclesiais, mas após a utilização, verifica-se uma “conversão” não no sentido de lhes parecer que está tudo bem, mas em relação a uma participação muito mais activa, concentrada (silêncios longos..., ausência de distrações com o supérfluo), e criação de uma comunidade mais familiar devido aos espaços envolventes da nave celebrativa, que leva a permanecer e não apenas a vir praticar um acto religioso...

Estudo de Caso 3

- 6.4 – Entrevista à comunidade eclesíásticas
- 6.4.1 – Guião e respostas da entrevista (E4)
(comunicação pessoal, 08 de novembro, 2014)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

C3-15

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1962), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Sim. Foi convocado pelo Papa João XXIII, iniciando em Outubro de 1962, terminando em Junho de 1965, já sob papado de Paulo VI. A simplificação da Missa, a ser celebrada na língua vernacular, o apostolado dos bispos.

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitectura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Sim. É ampla, aberta ao acolhimento, espaçosa, confortável e muito acolhedora, pois todos os que a ela acedem, são e ocupam lugares iguais. Não existem lugares de destaque.

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Penso que não se devia mesmo confundir o lugar do culto com o culto propriamente dito. Mas sim, com a simplicidade, na exatidão arquitetónica, a igreja é mais funcional.

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Sim. O espaço é completamente livre não existem colunas, ou paredes que possam perturbar os fiéis, ficando o celebrante visível em qualquer ponto da igreja.

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Gosto da simplicidade e sobriedade desta igreja, sendo que as igrejas antigas têm a sua beleza e o seu valor, costumam entrar numa ou outra de acordo com o estado de espírito.

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

De todo. Os bancos estão dispostos do modo que todos os fiéis se podem sentir reunidos e concentrados num único ponto - altar e celebrante, sem qualquer espaço físico.

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

Sim. É acolhedora, ampla e confortável. Pela sua arquitetura e decoração (disposição dos bancos) permite que todos os fiéis fiquem ao mesmo nível.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitectura desta igreja?

Penso que sim. Logo pela significância da porta principal e pela grande Cruz Central, que para mim significa que a igreja acolhe a todos e Cristo recebe todos.

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

É uma obra excepcional que merece uma destacada fécula do seu principal responsável, o Sr. Padre José Carlos Vilas, bem como o espaço de todos os parapeiros. É o orgulho dos Fim. grato pela colaboração. Habitantes da paisagem.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Sim

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitetura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Penso que sim. Quanto mais não seja pela curiosidade de conhecer esta estrutura moderna.

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Está favorecido perfeitamente o exigido ao contrário das antigas em q a maioria das pessoas assistia à missa fora da igreja.

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Ouve-se e vê-se muito bem - padre e é muito confortável

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

Gosto, m - medida em que a decoração é austera e não distrai a féis do conteúdo das antigas.

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Sim por a duas interações.

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

Sim, embora as pessoas de mais idade não gostem tanto assim.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitetura desta igreja?

Toda esta igreja foi construída com base em simbolismo.

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

É uma excelente igreja, que tem atraído cada vez mais fiéis.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1), Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2), Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Sim, e acho que foi a consequência de um JAI em justiça grande parte delas

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitectura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Ajudar, porque é acolhedora e transmite uma sensação de paz e sossego

Pergunta 3: A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Sim, pois sentimo-nos todos ao mesmo nível.

Não.

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Sim, ouve-se e vê-se muito bem e o espaço não podia ser melhor

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (art.º 292, doc. 2). Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

É pra mim a simplicidade da ornamentação. Cada uma tem o seu estilo

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Sim esta igreja dá uma sensação de união, de família cristã, não há divisões, estamos reunidos.

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade local** (adequabilidade)? Porquê?

Acho que sim, pelo espaço, pelo conforto e pela acessibilidade.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitectura desta igreja?

Sim

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

Esta igreja era uma necessidade em todos os sentidos, mas principalmente para unificar as pessoas
Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa

63-36

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1 Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Sim, conheço

Pergunta 2 Logo, no 1º e 2º artº do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora" Neste sentido, pensa que a arquitectura desta igreja ajuda a 'chamar' o povo para a Igreja? Porquê?

É UM ESPAÇO AMPLO E AO MESMO TEMPO ACOLHEDOR E ACONVIVENCIAL.

Pergunta 3 A "**participação** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (artº 124, doc. 1) Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

A NÃO SER ESTA IGREJA NÃO MUITO AO ENCONTRO DOS MUITOS MEMBRADOS, CONTOQUE RECEBER OS MUITOS MUITOS E OS MUITOS VELITAS

Pergunta 4 Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

ISSO É BEM CLARO E OBVIO

Pergunta 5 "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação." (artº 292 doc. 2) Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

CADA IGREJA TEM A SUA ORNAMENTAÇÃO, E ISSO É INEVITÁVEL NO ENTANTO ACHE BOM A SIMPLICIDADE NESTE TEMPO

Pergunta 6 No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (artº 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

SIM, E MUITO A ISSO SEJA VISUALIZÁVEL. MESMO NESTA ISSO AINDA NÃO É POSSÍVEL DE TER, MUITAS ANTIGAS ENTÃO AINDA É MUITO BEM PIR.

Pergunta 7 Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

ISSO SIM É PINÍVEL. JÁ OUI DE TUDO. VOLTAMOS UMA POUCA AS MENTALIDADES DAS PESSOAS (CULTURA). EU GOSTO.

Pergunta 8 Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitectura desta igreja?

SIM. TRANQUILIDADE BEM ESTAR E SILÊNCIO, E BOMAS DE NO GIZANET

Pergunta 9 Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

AQUINTA OPINIÃO É FAVORÁVEL. GOSTO, E MUITO A NÃO ESTEJA NOS LIMITES. AINDA RECEBER MUITO

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar. Jorge Martins: Tlm 914218351, Email jorgemartins_vnc@hotmail.com

7 ALEN

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema. **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar "Sacrosanctum Concilium" (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução "Inter Oecumenici" (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa

(agradecem-se repostas curtas, máximo de 2 linhas)

Pergunta 1: Já ouviu falar do Concílio Vaticano II (1965), e nas **alterações litúrgicas** que propôs?

Sim, sou do tempo em que se realizam.

Pergunta 2: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para "contribuir para **chamar** a todos ao seio da Igreja" e também para "mostrar a Igreja aos que estão fora". Neste sentido, pensa que a arquitectura desta igreja ajuda a "chamar" o povo para a Igreja? Porquê?

Sim, porque é muito mais aberta e está ao nível do Terreno.

Pergunta 3: A **"participação"** ativa dos fiéis" nas cerimónias (nas leituras, comunhão, etc) é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1) Pensa que esta nova igreja fomenta essa participação de por exemplo, em ir ler e ir comungar? Ou as igrejas "antigas" são mais funcionais?

Sim. As igrejas antigas são menos funcionais, tem mais desniveis.

Pergunta 4: Sente que nesta igreja se ouve e se vê bem o padre? É um espaço **confortável** e cómodo?

Tem boa visibilidade, e muita boa acústica.

Pergunta 5: "Na **ornamentação** da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação" (art.º 292, doc. 2) Gosta da ornamentação (altares laterais, imagens, etc) desta igreja? Ou são mais "bonitas" as igrejas antigas?

para a simplicidade. Algumas Antigas são muito bonitas.

Pergunta 6: No espaço da missa (bancos) a igreja em estudo deveria reproduzir "de algum modo a imagem da assembleia congregada" - **reunião** (art.º 294, doc. 2)? É isso que se passa e que sente nesta igreja? Sente que o povo (fiéis) está reunido na missa?

Esta minha igreja, tem boas condições de reunião e unidade.

Pergunta 7: Considera que esta nova igreja agrada à **comunidade** local (adequabilidade)? Porquê?

No geral, agrada. Porque é espiciosa; ao nível terreno, tem boa visibilidade e as pessoas sentem-se juntas.

Pergunta 8: Pensa que o autor quis transmitir alguma **mensagem** (simbolismo) com a arquitectura desta igreja?

Penso que sim. Tem a cor de mel, a porta estreita e um conjunto de colunas exteriores, que obriga a olhar para o Alto.

Pergunta 9: Para terminar, no geral que **opinião** lhe merece esta nova igreja?

boa na sua funcionalidade, pobre na arquitectura exterior.

Fim, grato pela colaboração

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins Tim: 914218351; Email: jorgemartinsvnc@hotmail.com

Estudo de Caso 3

6.5 – Ficha de observação e notas de campo

FICHA TÉCNICA – CASO DE ESTUDO 3

(Data do Estudo: 26/10/14, 10h00, Domingo)

Igreja Paroquial da Correlhã

Nome: Igreja Paroquial de S. Tomé da Correlhã
Localização: Freguesia da Correlhã, Concelho de Ponte de Lima
Coordenadas: 41° 44' 47" N, 8° 36' 28" O

Proprietário: Fábrica da Igreja de S. Tomé da Correlhã
Autor do Projecto: Arq. Luís António Lourenço Teles
Ano da obra: 2003 (projecto 1999)

Características Técnicas:

Espaço litúrgico (geral)

Dimensão; é uma geometria elementar (cubo) que "densifica" o espaço, privilegiando os alinhamentos retos.

Orientação; A orientação é a tradicional E/O, onde a Alta tem mais "brilho" pela manhã e pela tarde.

Distribuição; os transvãos do espaço, favorecendo os fluxos verticais.

Materialidade; madeira e reboco, dando a estrutura (metálica) ser "aparente".

Iconografia; A imagem a Virgem Santa e a Grande Cruz Retalhada (Virgem) que preside o presbitério. O Sarcófago tem a do talhado. Junto há um N.S. Fátima.

Iluminação; é natural (foge do norte) e por um grande vão do Altar do Altar que lhe dá luz.

Acústica; é simplesmente fofocosa em todo o recinto, tendo influência de rebatimento de madeira (ajuda acústica) que realça o interior. A Qd do silêncio, este é absoluto.

Participação ativa

(comunicação, audição, visão, espaço dos ministros, largura coxias)

participação ativa e estimulada por parte da comunidade. A encenação na correlhã e a vida de forma muito especial.

Funcionalidade; desde a entrada, caixa central, acessos etc. tudo é espaço e muito funcional. O Salienta a Capela Sarcófago.

Disposição; o Salienta tem uma apelo gráfico, a disposição geral é muito decorativa. Também tem uma "necessária" que não é atípica da dimensão, mas é de apoio ao altar.

Limpeza; Sem apertamento a fazer.

Comodidade. Boa, Simples linhas mas práticas, Anterior a visão ótima em todo o espaço.
(física e sensorial);

Local do coro e suas características
(auditivas, visuais, participativas);

O coro encontra-se de frente para a assembleia, criando uma presença muito que não é de Salienta a qualidade de canto que aí se verifica.



Vista Geral

Fonte: Fotografia de autor (2014)



Planta de Localização

Fonte: <https://www.googleearth.com>

Local do órgão; uma extensão da nave, mas devido a uma envergadura é o local ideal. O órgão e de tubos e é uma peça muito importante no espaço.

Local do tabernáculo; do lado direito do Altar, partindo a oração individual. Sendo uma peça "artística" e com fundamento, mas talvez um pouco "pálida".

Local do baptistério;
o baptistério é um espaço adjunto, mas não à entrada, mas como as paredes (portas) que o separam são de vidro, a facilidade sua integração no restante espaço.

Espaço litúrgico (presbitério)

Dimensão é a suficiente para que a liturgia se desenvolva sem qualquer problema.

Centralidade; é total onde uma capite venusta no centro central, assente-a esser questão.

Altimetria; tipo de janelas são o que separam da nave da assembleia, sendo esta de nível. e a altura suficiente para a habitar uma discuta de todo o espaço.

Materialidade; há uma material que "constitui" o espaço - a madeira. Desde o pavimento, arcos, paredes etc.

Localização; a mesa é central no espaço, sendo do lado eq. a cadeira e do Prof. & Ambão. distribuição simples nos espaços.

Iluminação; por vezes a natural mas é suficiente (os vão são regulados) e utiliza-se a artificial.

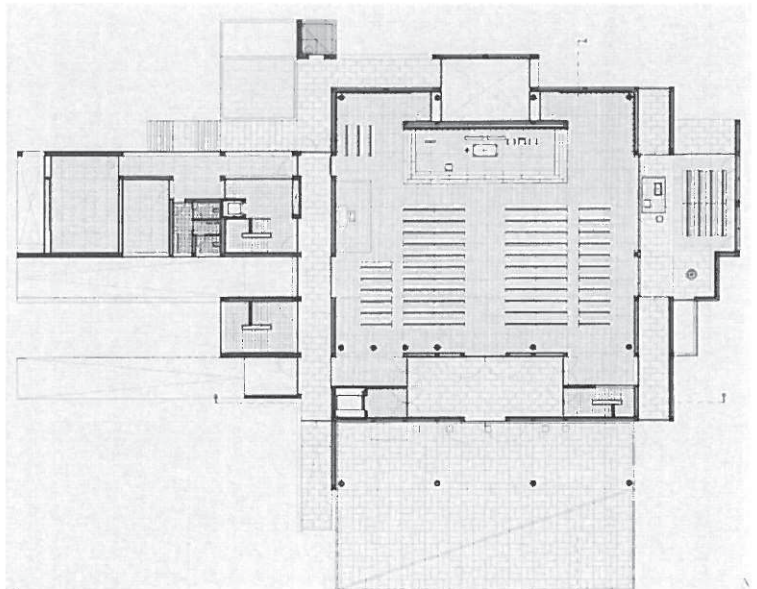
Iconografia; a grande cruz metálica é um "símbolo" ao nível da altura (com o mesmo ^{com o mesmo} ~~posto~~ poscal) muito discreto.

Composição (altar, ambão, cadeira);

Mesa em madeira, de salienta que o 'ambão', cadeira, ambão e sacaria também em madeira.

Notas Finais:

- A comunidade tem uma religiosidade intensa e muita frequência.
- Os arranjos exteriores são mínimos.
- A Torre Sineira marca pontos o edifício no entorno
- Tem um púlpito no exterior
- O movimento da fachada principal é muito orientado.
- Ajuda exterior muito depurada.
- Enorme porte de entrada.
- Espaço muito "puro" mas extremamente funcional
- Lida com Sacários (??)



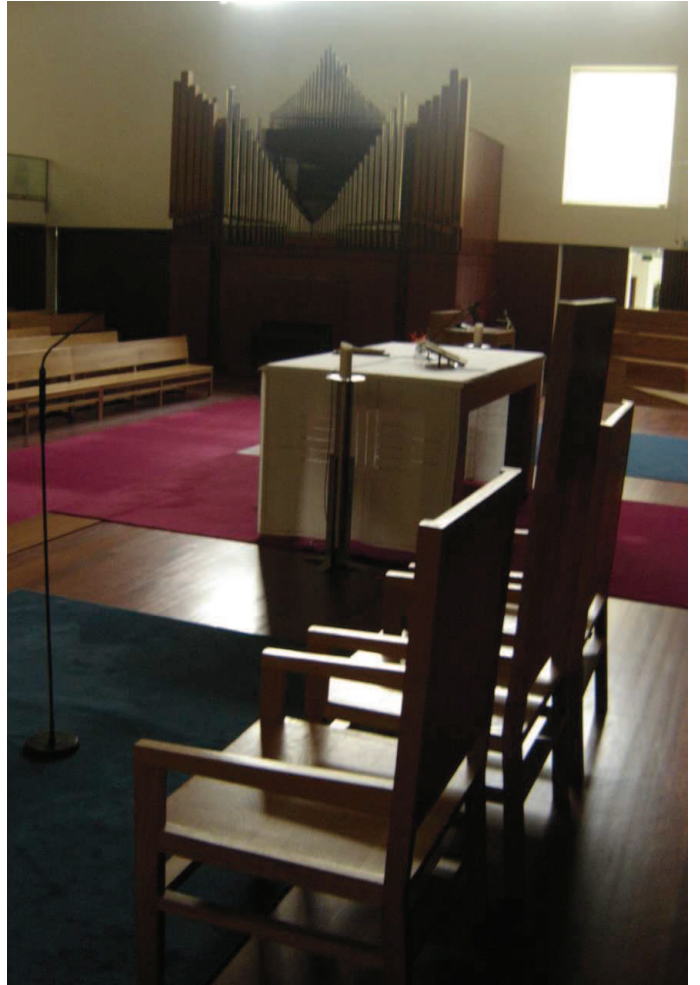
Planta do Piso 0

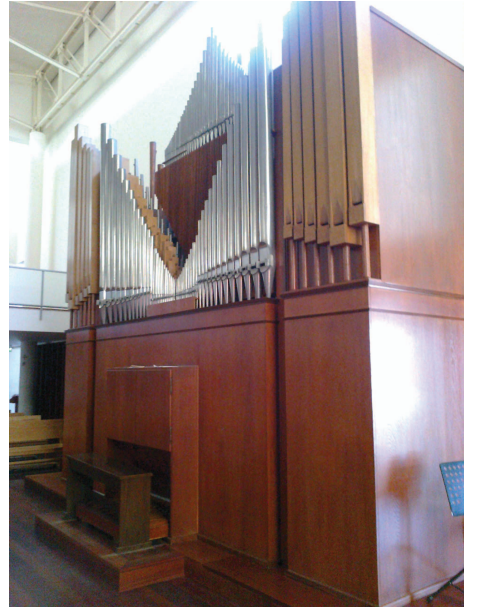
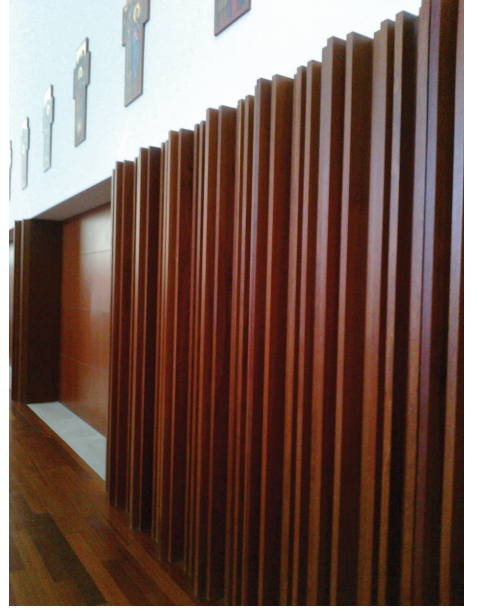
Fonte: Câmara Municipal (projecto de licenciamento)

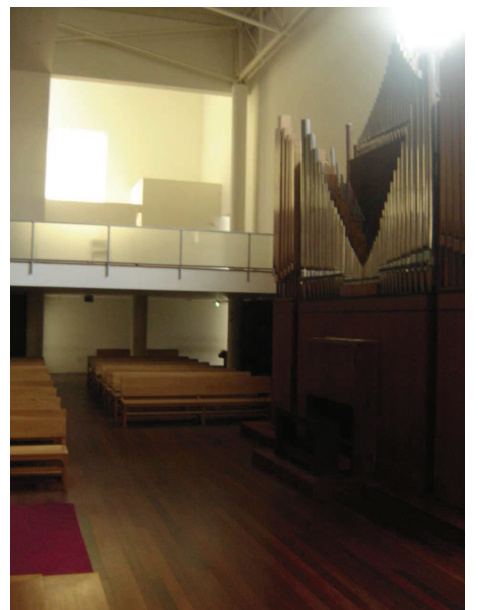
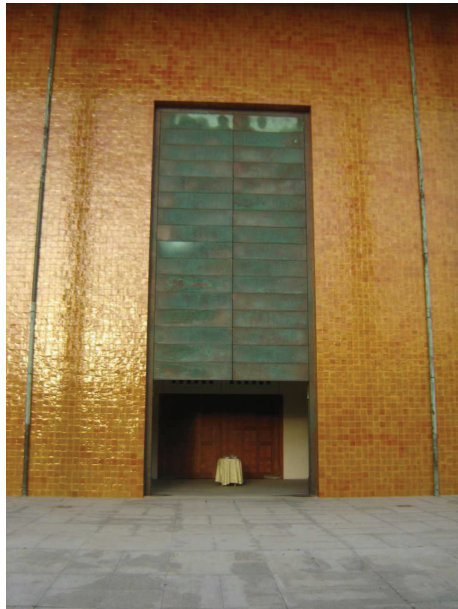
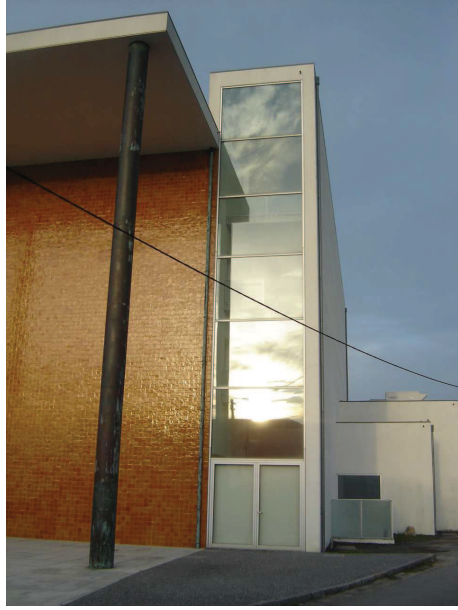
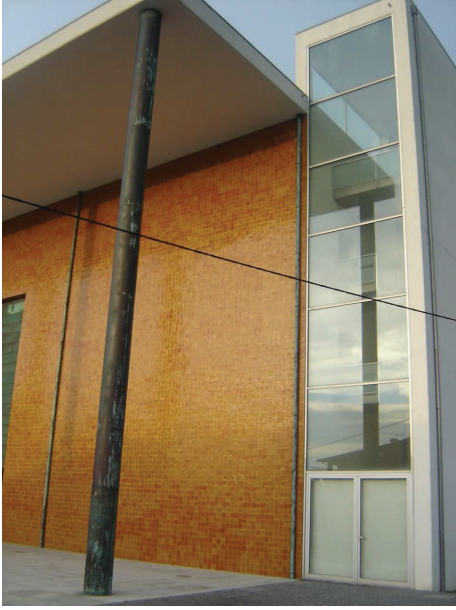
Estudo de Caso 3

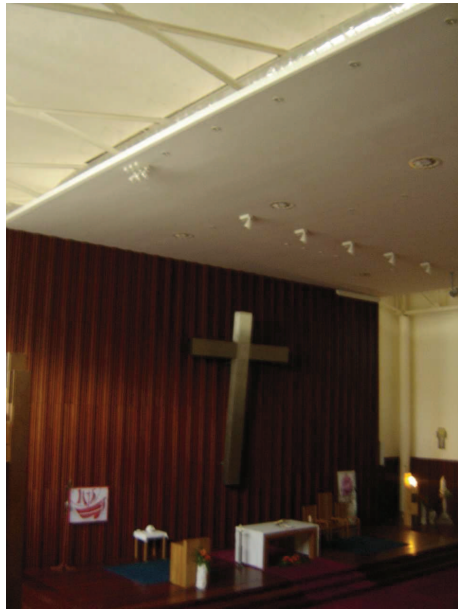
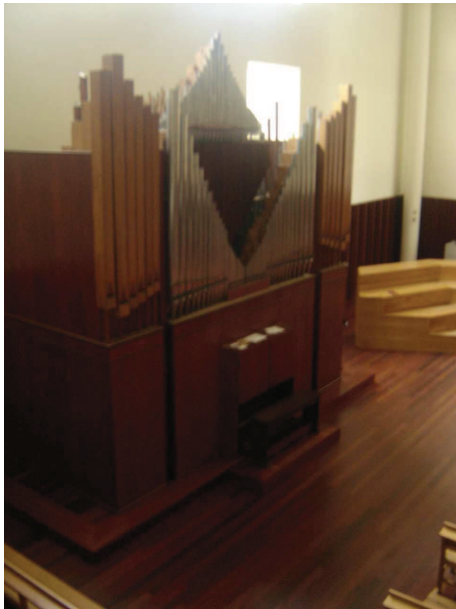
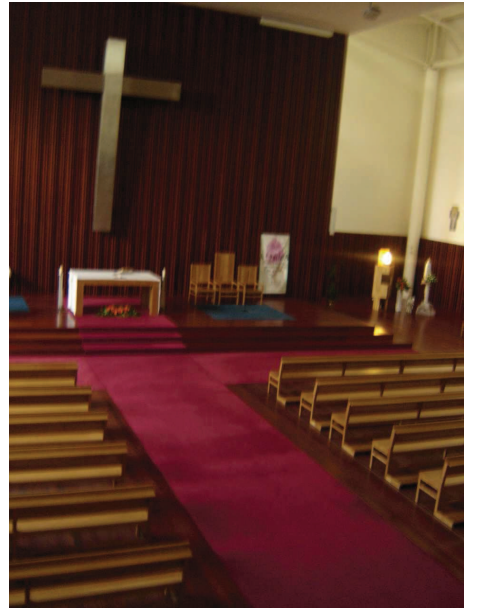
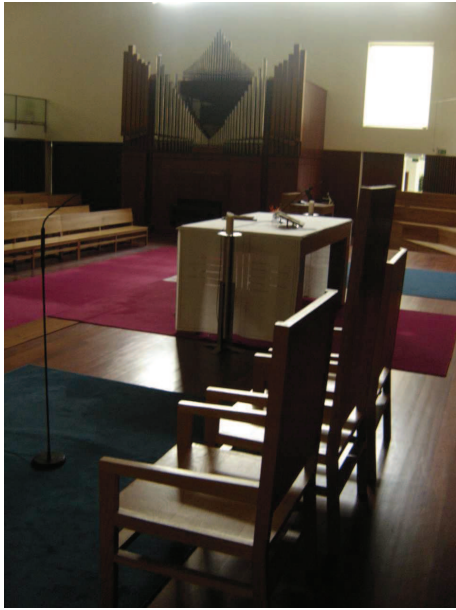
6.6 – Fotografias da obra

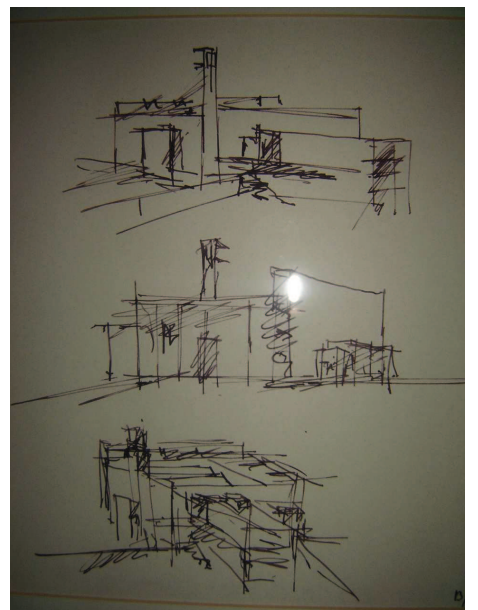
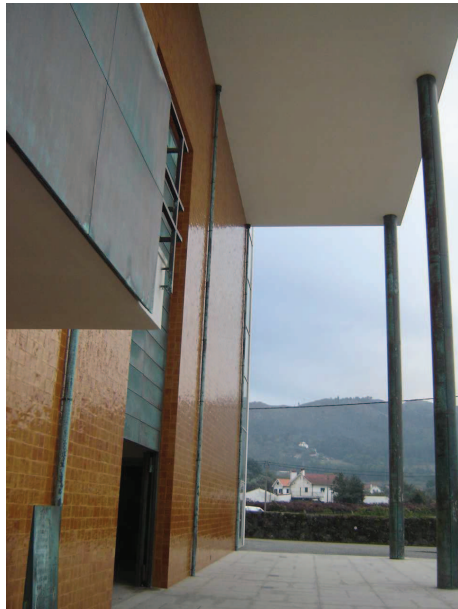
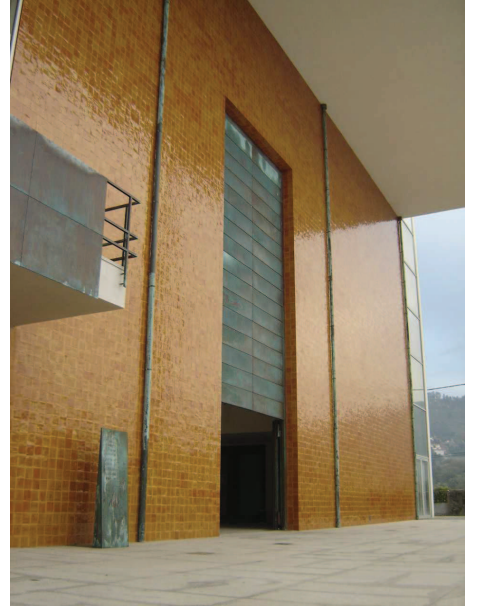














EstudoCaso3



EstudoCaso3 (1)



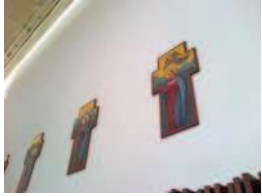
EstudoCaso3 (2)



EstudoCaso3 (3)



EstudoCaso3 (4)



EstudoCaso3 (5)



EstudoCaso3 (6)



EstudoCaso3 (7)



EstudoCaso3 (8)



EstudoCaso3 (9)



EstudoCaso3 (10)



EstudoCaso3 (11)



EstudoCaso3 (12)



EstudoCaso3 (13)



EstudoCaso3 (14)



EstudoCaso3 (15)



EstudoCaso3 (16)



EstudoCaso3 (17)



EstudoCaso3 (18)



EstudoCaso3 (19)



EstudoCaso3 (20)



EstudoCaso3 (21)



EstudoCaso3 (22)



EstudoCaso3 (23)



EstudoCaso3 (24)



EstudoCaso3 (25)



EstudoCaso3 (26)



EstudoCaso3 (27)



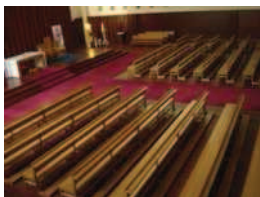
EstudoCaso3 (28)



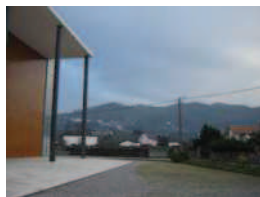
EstudoCaso3 (29)



EstudoCaso3 (30)



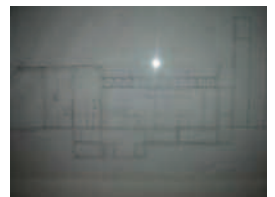
EstudoCaso3 (31)



EstudoCaso3 (32)



EstudoCaso3 (33)



EstudoCaso3 (34)

Anexo 7 – Entrevista aos Teólogos

7.1 – Teólogo Nuno Higinio

7.1.1 – Guião e respostas à entrevista (E1)
(comunicação pessoal, 23 de setembro, 2014)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução “*Inter Oecumenici*” (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

Respostas à entrevista do teólogo Nuno Higinio (enviada por email no dia 23.09.14)

Pergunta 1: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para “contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”. Neste sentido, de que forma a arquitetura pode ajudar no cumprimento deste anelo?

A arquitectura é fundamental para cumprir esta intenção conciliar. Ela pode favorecer ou impedir que assim seja. Se a Igreja pretende que as pessoas se aproximem e seja amigável para os que estão de fora, é necessário que os espaços de reunião cristã sejam ‘abertos’, ecuménicos, despidos dum certo triunfalismo que dominou a instituição durante séculos e séculos.

Pergunta 2: Hoje em dia, a sociedade é cada vez mais urbana e, conseqüentemente, os novos edifícios localizam-se no centro das grandes cidades. Pensa que por este facto o “silêncio sagrado” que se deve observar nas celebrações (art.º 30, doc. 1) poderá estar em causa?

Não necessariamente. Um espaço pode ser ruidoso no meio do deserto e silencioso no meio da cidade. Está nas mãos dos projectistas ‘inventar’ os meios técnicos e de organização do espaço que facilitem e promovam o convite ao silêncio. Quantas igrejas se situam em lugares movimentados das cidades e, entrando neles, tem-se a sensação de intimidade, aconchego e silêncio! E quantas igrejas construídas em lugares tranquilos transmitem uma sensação de desordem e mal-estar!

Pergunta 3: No art.º 112 do doc. 1, é referida a enorme importância da música em toda a liturgia solene, citando que a música é “tanto mais santa quanto mais intimamente unida estiver à ação litúrgica”. Pensa que os novos edifícios religiosos têm cautelado devidamente esta premissa? Como poderiam ser melhorados?

A música é um instrumento essencial ao serviço da liturgia. Para cumprir a sua função tem necessariamente de encontrar no espaço as melhores condições acústicas. Daí que o cuidado com a acústica seja de primordial importância. Todo o arquitecto que projecta espaços sacros deve, pois, rodear-se de algum técnico especialista nessa área.

Pergunta 4: Toda a arte sacra, donde se inclui a arquitetura, deveria ser “orientadas para o louvor e glória de Deus” (art.º 122, doc. 1). Na sua opinião é isso que se verifica atualmente?

A questão não deveria ser colocada dessa forma, pois é complexo perceber aquilo que orienta para a glória de Deus. O que é a glória de Deus? Quem poderá responder a esta questão? Penso que os espaços sacros devem ser funcionais e belos. E

se assim for, naturalmente que orientarão para uma maior glória de Deus. Só há glória de Deus se houver elevação do homem. A glória de Deus só tem sentido nessa elevação. Ora, a arquitectura pode contribuir para essa elevação do crente.

Pergunta 5: “A Igreja nunca considerou um estilo (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas” (art.º 123, doc. 1). Pensa que o estilo contemporâneo é adequado da arquitectura religiosa?

Claro que sim, apesar de ser difícil compreender e demarcar aquilo a que se chama ‘estilo contemporâneo’. Aliás, o próprio do contemporâneo em arte (e não só) é não ter um estilo a que possamos chamar seu. O próprio do contemporâneo é a pluralidade de estilos. A instituição-Igreja deverá compreender esta pluralidade e adaptar-se a ela. Um dos maiores problemas da arquitectura sacra do último século é precisamente querer impor um determinado estilo, uma determinada simbólica (as igrejas em forma de barco, de tenda, de anfiteatro, etc), esquecendo-se que a arquitectura e a arte da modernidade e pós-modernidade se reconhecem exactamente pela fragmentação dos estilos.

Pergunta 6: A “participação ativa dos fiéis” nas cerimónias é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Como pensa que a arquitectura pode colaborar nesta tarefa?

Sendo rigorosos na elaboração do programa, em primeiro lugar. E, em segundo lugar, o mesmo rigor do arquitecto na execução desse programa. Criou-se um pouco a ideia de que a participação dos fiéis é mais fácil quando se encontram em círculo à volta do altar (em anfiteatro). Tenho dúvidas de que seja assim. A Igreja (instituição) é muito mais um lugar de passagem do que um lugar de paragem...

Pergunta 7: Pensa que os arquitectos estão a ser coerentes com o “valor artístico autêntico” das suas obras, como é exigido no art.º 289 do doc. 2?

Voltamos ao mesmo: e o que é um ‘valor artístico autêntico’? Quem decide o que é autêntico ou inautêntico? Eu inclino-me a pensar que um espaço litúrgico é autêntico quando é bem feito: funcional, ordenado, limpo, com boa luz, com boa acústica, com uma certa comodidade. Esses atributos são meio caminho andado para a autenticidade...

Pergunta 8: Em todas as dioceses foi criada uma Comissão de Arte sacra para “aprovar projetos de novas construções ou decidir questões de certa importância” (art.º 291, doc. 2). Que juízo lhe merece esta Comissão?

Conheço mal a constituição dessas equipas. Nos poucos casos que conheço estão feitas ao contrário. Explico-me: são constituídas por 4 ou 5 padres e um arquitecto. Devia ser exactamente ao contrário... Os padres não sabem (nem têm obrigação de saber) analisar um projecto de arquitectura. As dioceses e paróquias deviam confiar nas competências técnicas dos arquitectos e engenheiros...

Pergunta 9: “Na ornamentação da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado” (art.º 292, doc. 2). Que opinião lhe merece este conceito nuclear da nova liturgia?

Completamente de acordo. Durante muito tempo as igrejas encheram-se de decoração e elementos que podem distrair os fiéis do essencial. Segundo a melhor doutrina do Concílio, os espaços sacros devem ser despojados, pois no despojamento é que está a liberdade.

Pergunta 10: O espaço religioso deve “contribuir para a conveniente comodidade dos fiéis, como se faz habitualmente nos lugares onde o povo se reúne (art.º 293, doc. 2). Como vê esta igualdade do espaço religioso?

O desenvolvimento extraordinário das sociedades europeias no pós-guerra teve como resultado um aumento de conforto na habitação e nos espaços e edifícios de utilização pública em geral. Os espaços sacros não devem fugir a esse aumento de conforto. As igrejas não têm que ser húmidas, frias, escuras e a cheirar a cera.

Pergunta 11: No seu entender que característica deverá ter um edifício sagrado, para que na sua disposição geral reproduza “de algum modo a imagem da assembleia congregada” exprimindo uma “estrutura hierárquica” (art.º 294, doc. 2)?

Tradicionalmente há dois modelos de organização do espaço litúrgico católico: o plano circular e o plano basilical. Os dois cumprem a missão de congregar e diferenciar. No Ocidente, o plano basilical foi o mais utilizado. Transmite a ideia de uma igreja peregrina que caminha para a sua pátria definitiva. Está mais de acordo com a concepção judeo-cristã do tempo (linear, do princípio para o fim, o alfa e o ómega).

Pergunta 12: “O presbitério é o lugar onde sobressai o altar, donde se proclama a palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial” (art.º 295, doc. 2). Parece-lhe suficiente esta pormenorização?

Mais do que suficiente. O espaço litúrgico representa o corpo: a cabeça e o resto do corpo. A cabeça é o lugar reservado à presidência litúrgica: o presbitério, onde sobressai o altar. Por isso deve ser mais elevado para que a Assembleia não perca o contacto com a acção litúrgica. Há uma velha definição, não sei de quem, que afirma: ‘Uma igreja é um espaço interior centrado no altar’.

Pergunta 13: O altar, “pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções de toda a assembleia dos fiéis” (art.º 299, doc. 2). Como pode a espacialidade contribuir para esta focalização?

Há várias formas de definir a centralidade do altar. Numa concepção espacial circular, será mais óbvio: o altar é colocado no centro do círculo. Numa organização basilical, longitudinal, o altar aparece no eixo, é o elemento axial que define e orienta o espaço. O caso da igreja de Siza, no Marco, é um bom exemplo de como este modelo de organização resulta bem.

Pergunta 14: “Deve, porém, evitar-se todo o aspecto de trono” na localização da cadeira para o sacerdote celebrante (art.º 310, doc. 2). Concorda e porquê?

Claro. O tempo dos triunfalismos acabou. E ainda bem. Ou como terá dito o papa Francisco no dia em que foi eleito e quando se preparavam para lhe colocar os ‘trajes de gala’: alto aí, o carnaval acabou! A igreja é serva e não senhora. Colocá-la num trono é assassinar este seu espírito de serviço.

Pergunta 15: Como descreve que o lugar dos fiéis sejam dispostos “de modo a permitir-lhes participar devidamente nas celebrações sagradas com a vista e com o espírito” (art.º 311, doc. 2)?

Deve ser um lugar digno, cómodo, com boa visibilidade para o presbitério, o espaço onde decorre a acção sagrada. A analogia com um teatro é mais que justificada aqui: a liturgia é uma representação (com actores, vestes, elementos cénicos, papéis...). O lugar reservado aos fiéis deve facilitar esta interacção.

Pergunta 16: O art.º 312 do doc. 2 refere claramente que ao “coro deve destinar-se um lugar que manifeste claramente a sua natureza, como parte da assembleia dos fiéis”. No seu entender como se consegue esta união?

O lugar para o coro deve ficar integrado na assembleia. Toda a disposição do espaço que lhe está reservado que dê a ideia de actuação, deve ser evitada.

Pergunta 17: Na sua opinião, qual é o lugar “apropriado” para a colocação do órgão (art.º 313 do doc. 2)?

O órgão, pela sua relação ao coral e ao director do coro e da assembleia, deve ocupar um lugar estratégico, que permita o contacto visual do organista com o director de coro. Normalmente é colocado lateralmente ou atrás da assembleia e não me parece mal. Nunca em frente à assembleia, como se de um concerto ou uma actuação se tratasse.

Pergunta 18: Como explica que o tabernáculo seja colocado fora do altar, “pode colocar-se: a) ou no presbitério, fora do altar da celebração, b) nalguma capela adequada à adoração” (art.º 315 do doc. 2)?

Esta questão é difícil de decidir, pois há argumentos igualmente válidos para as várias hipóteses colocadas. Pessoalmente acho que deve ter uma relação visível com o altar, pois a reserva eucarística que é guardada no sacrário (ou tabernáculo) tem a sua origem na consagração, no altar. Deve ser evitada a colocação por detrás do altar, como acontece na maior parte dos espaços litúrgicos.

Pergunta 19: Em relação às imagens sagradas, que opinião lhe merece “o cuidado de não aumentar exageradamente o seu número e que a sua disposição se faça na ordem devida, de tal modo que não distraiam os fiéis da celebração” (art.º 318 do doc. 2)?

O mesmo se passa com os altares laterais, “ que sejam poucos” e de preferência “colocados em capelas separadas” (art.º 93 do doc. 3)?

O espaço litúrgico não deve distrair as pessoas do essencial. E o essencial numa igreja é o presbitério (com todos os elementos que lhe dizem respeito – Altar, ambão e cadeira), uma imagem de Cristo, outra de Nossa Senhora e outro do santo ou santa a quem é dedicada a igreja. Mais do que isto, é discutível.

Pergunta 20: O art.º 99 do doc. 3 refere que o batistério deverá “ser um lugar apto para celebrações comunitárias”. Como interpreta esta recomendação?

A pia baptismal pode ser colocada à entrada da igreja ou junto ao altar. Há boas razões para defender e justificar as duas opções. Eu prefiro a primeira opção. Não é pelo facto de se optar pela entrada da igreja que se perde o sentido comunitário da celebração do baptismo, pois o ritual prevê e recomenda que as pessoas se desloquem, durante a celebração, da entrada para junto do altar, deste para a capela baptismal, desta novamente para o altar. Estes movimentos conferem à celebração uma dinâmica que não deve ser perdida.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

Nuno Higinio

Teólogo e Escritor

(Doutoramento no domínio da Filosofia Crítica e Estética)

7.1.2 – Resumo da entrevista
(comunicação pessoal, 12 de setembro, 2014)

Resumo da entrevista T1, feita ao Teólogo Nuno Higinio (Mentor da Igreja do Marco de Canaveses cuja autoria foi o Arq. Siza Vieira) em 12 de Setembro de 2014 pela 11h00 nas instalações da Universidade Fernando Pessoa no Porto.

Transcrição das citações mais relevantes:

1ª PARTE - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

“O Concílio Vaticano II (CV-II), trouxe alterações em toda a orgânica da igreja, no referente a aspectos doutrinários, na própria concepção da própria Igreja, aquilo a que se chama de Eclesiologia (é o conceito que a Igreja tem de si mesma), tudo isso foi profundamente aletrado”

“alterações profundas na liturgia, que virá a ter repercussões ao nível da arquitectura”

“a principal utilização do espaço sagrado (templo) é para a celebração da eucaristia, sendo este o sacramento mais importante”

“qualquer igreja tem que ser pensada, acima de tudo, para a celebração da eucaristia”

“as alterações, quer arquitectónicas quer litúrgicas, não tiveram reflexos imediatos”

“ a liturgia pré-conciliar era denominada de Missa Pio X, onde o padre falava em latim e voltado de costas para a assembleia, de entre outras características”

“uma das definições fundamentais que o concílio reafirma foi a compreensão teológica da própria Igreja como sendo constituída por: cabeça (clero) e corpo (fieis). Tendo esta definição conceptual a correspondente aplicação da prática (abside e nave) ”

“após o CV-II a tipologia tradicional (basilical) foi dinamitada”

“a Igreja começou a construir igrejas a partir do séc. IV, para o culto público da religião cristã, aproveitando edifícios existentes ou construindo novos de tipo planta basilical”

“no fundo a tipologia basilical ainda permanece nos templos contemporâneos”

“o CV-II fez rodar o celebrante”

2ª PARTE – ASPECTOS ESPACIAIS

“um espaço para a celebração semanal (menos assistência), tem toda a razão de ser, é incomodo um espaço grande como pouca gente”

“o sacrário deve de estar em contacto com o altar”

“o Arq. Siza Vieira defende um espaço único e de planta rectangular como o mais funcional, acrescentado que a tipologia tipo anfiteatro como demagógica. Considera a que a Igreja não é um fim em si mesmo, mas um caminho”

“a composição espacial (da igreja do Marco) é definida por um eixo composto por porta-coxia-altar-vãos, todos com três metros, e todo o espaço é pensado á sua volta. Como se o eixo não tivesse fim, para mim este eixo é o segredo para a compreensão teológica da igreja.”

“em termos litúrgico esta igreja funciona bem, pese embora tenha, desde o inicio, dois problemas de sonoridade: o primeiro está relacionado com o eco aquando da nave muito vazia (durante a semana), e o outro é o som dos sino, que durante as celebrações é muito incomodo. Isto porque a igreja não tem torre sineira, estão os sinos estão inseridos na própria estrutura edificio e isso faz com que quando toca, se propague o som por toda a estrutura provocando revibrações”

“o qualidade da luz interior, é decisiva”

“o despojamento ornamental, assim como o contacto visual com o exterior, foi verdadeiramente inovador e criou escola”

“neste caso concreto, que eu melhor conheço, as mulher da paróquia foram as grandes impulsionadoras das obra. Se está feita é graças a elas.”

“esta obra nunca foi acabada”

7.2 – Teólogo César Braz

7.2.1 – Guião e respostas à entrevista (E1)
(comunicação pessoal, 28 de setembro, 2014)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução “*Inter Oecumenici*” (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

Respostas à entrevista do teólogo Cesar Bráz (enviada por email no dia 28.09.14)

Pergunta 1: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliares, serviria para “contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”. Neste sentido, de que forma a arquitetura pode ajudar no cumprimento deste anelo?

A igreja - pessoas sempre teve para si a imagem, o sinal ou melhor ainda o sacramento de ser a assembleia dos convocados por Deus, que tem como chão a terra e como teto a abóbora celeste. De acordo com o art 1 e 2 do referido documento, não há alusão ao espaço físico, no entanto, quem convoca quer que se reúnam, e neste sentido nada melhor do que a arquitetura para interpretar este sentir e desejo. São as igrejas-edifício com amplas entradas - para todos poderem entrar; com abóboras celeste no teto - o céu; e com piso no material mais duro e frio - a terra. Entre outras características que para agora não são relevantes

Obs: o aquecimento e outros acessórios surgiram já nos tínhamos roupas quentes... Lol :

Pergunta 2: Hoje em dia, a sociedade é cada vez mais urbana e, consequentemente, os novos edifícios localizam-se no centro das grandes cidades. Pensa que por este facto o “silêncio sagrado” que se deve observar nas celebrações (art.º 30, doc. 1) poderá estar em causa?

Claro que não, até pelo contrário, porque se encontra mesmo onde ele é preciso. A proximidade às populações era um mandato, “ide por todo o mundo” é para estar no meio das pessoas aí é que está o Cristo da fé. O edifício igreja tinha precisamente o objetivo de congregar e unir a comunidade que crescia, foi durante muitos séculos o centro administrativo das comunidades, não esquecer os registos paroquiais quando ainda não existia os registos civis. As pessoas eram totalmente anónimas, era a igreja que as acolhia pelo sacramento do batismo e as registavam para fazerem parte da comunidade local, não só da comunidade dos fiéis. Daqui surge o nome de freguesia que era a comunidade dos fiéis. Mais tarde com a ascensão do poder político usurparam do nome para poder civil e o poder eclesial criou as paróquias. Foi a separação da igreja do estado.

Pergunta 3: No art.º 112 do doc. 1, é referida a enorme importância da música em toda a liturgia solene, citando que a música é “tanto mais santa quanto mais intimamente unida estiver à ação litúrgica”. Pensa que os novos edifícios religiosos têm cautelado devidamente esta premissa? Como poderiam ser melhorados?

O canto assim como a fala acompanha a pessoa e é o meu de comunicação mais humano. O ser santo significa a proximidade e não união com o criador e o cântico e por excelência de todos e a possibilidade de essa proximidade e comunhão com Deus. Como se sabe o cântico que melhor representava esta comunhão era o cântico instituído pelo papa Gregório, chamado cântico gregoriano. Sem instrumentos nem outros maus artificiais, somente a voz humana. Estou

convencido que não está de facto acautelado este precioso instrumento que é a voz humana. Os novos edifícios não passam sem amplificadores, cabos e mais cabos. Perdeu-se o estudo da riqueza acústica dos anfiteatros gregos para milhares de pessoas e sem amplificadores...

Pergunta 4: Toda a arte sacra, donde se inclui a arquitetura, deveria ser “orientadas para o louvor e glória de Deus” (art.º 122, doc. 1). Na sua opinião é isso que se verifica atualmente?

De certa forma sim, pelo menos nas igrejas catedrais, basílicas e algumas igrejas paroquiais. Há de facto hirta ignorância. Como sabemos o povo e as pessoas procuram por necessidade e não para agradecer e louvar, os templos mesmos que sejam de louvor e agradecimento as pessoas colocam assessórios para fazer do templo uma pedinçice de cumprimento de diversas promessas.

Nos templos marianos que exemplo de louvor e agradecimento à mãe do redentor-salvador do mundo, salvação que gratuita não é para ser paga com nada, estão cheios de queimadores de velas.

Voltando ao que interessa, quando o projeto está nas mãos de pessoas esclarecidas, quer da teologia como da liturgia, ela a obra tem de transparecer o louvor e agradecimento a deus que nos concede o próprio filho para salvar todo o género. Humano.

Pergunta 5: “A Igreja nunca considerou um estilo (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas” (art.º 123, doc. 1). Pensa que o estilo contemporâneo é adequado da arquitetura religiosa?

Há estilos e não um estilo. Há um só deus e senhor Jesus Cristo mas diversos caminhos quase tantos como quantas pessoas. Isto para dizer que a igreja instituição sempre respeitou as especificidades de cada comunidade cristã, sua cultura e história, usos e costumes. Quando vemos igrejas em forma de barco ou em forma de esculpidas na pedra ou em grutas. Tem sempre algo de cultural e comunitário. O primeiro objetivo e ser um templo que congrega, depois que seja em louvor e agradecimento.

Por isso um estilo não, diversos sim.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

César Augusto Silva Braz, Teólogo

7.3 – Teólogo Jorge Barbosa

7.3.1 – Guião e respostas à entrevista (E1)
(comunicação pessoal, 22 de setembro, 2014)

Dissertação de Mestrado Integrado (Dissertação Científica)

Tema: **Arquitetura Religiosa - A adequação da solução arquitetónica atual ao rito litúrgico.**

Nota prévia - este guião de perguntas foi construído com base nos documentos oficiais: Constituição Conciliar “*Sacrosanctum Concilium*” (doc. 1); Instrução Geral do Missal Romano (doc. 2); Instrução “*Inter Oecumenici*” (doc. 3), sendo estes os principais documentos que regem a liturgia católica pós-conciliar.

Todas as informações prestadas são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso académico, no âmbito desta pesquisa.

Respostas à entrevista do teólogo Jorge Barbosa (enviada por email no dia 22.09.14)

Pergunta 1: Logo, no 1º e 2º art.º do doc. 1 é referido que esta nova liturgia pós-conciliar, serviria para “contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja” e também para “mostrar a Igreja aos que estão fora”. Neste sentido, de que forma a arquitetura pode ajudar no cumprimento deste anelo?

O chamamento ao seio da Igreja não é propriamente uma missão da liturgia e muito menos da arquitetura. Sendo que a liturgia é acção dos que já estão no seio da Igreja pode, no entanto, afirmar-se, pela sua qualidade e seriedade, como um testemunho de credibilidade e meio de atracção e chamamento à Igreja. A arquitetura, na medida em que trata da beleza e funcionalidade do espaço litúrgico, pode contribuir para a beleza e qualidade da liturgia e para o bem-estar dos que celebram e, por isso, indirectamente pode contribuir para esse objectivo. No entanto, a linguagem do documento conciliar citado decorre de algum exagero de otimismo e de uma certa ingenuidade que o tempo se encarregou de desmentir.

Pergunta 2: Hoje em dia, a sociedade é cada vez mais urbana e, conseqüentemente, os novos edifícios localizam-se no centro das grandes cidades. Pensa que por este facto o “silêncio sagrado” que se deve observar nas celebrações (art.º 30, doc. 1) poderá estar em causa?

O conceito de “silêncio sagrado” não é apenas um silêncio acústico ou seja a ausência de ruídos. É mais do que isso, uma tranquilidade interior que permita o encontro connosco mesmos e com Deus. Contudo, uma coisa é certa: sem o silêncio exterior, não sendo impossível, é mais difícil conseguir o verdadeiro e eficaz silêncio interior. Por isso, a tendência será mesmo a de afastar a construção das novas igrejas dos grandes centros. Até por uma questão de espaço envolvente que hoje em dia é fundamental. Nesse contexto, creio que a construção da Igreja da Sagrada Família, na Abelheira, foi um erro.

Pergunta 3: No art.º 112 do doc. 1, é referida a enorme importância da música em toda a liturgia solene, citando que a música é “tanto mais santa quanto mais intimamente unida estiver à acção litúrgica”. Pensa que os novos edifícios religiosos têm acautelado devidamente esta premissa? Como poderiam ser melhorados?

Sobre este assunto, eu poderia escrever um livro porque é a minha área de acção. No que diz respeito à relação da arquitectura com a música litúrgica, muito pouco se tem feito; normalmente os arquitectos são pouco sensíveis às questões acústicas e muito ignorantes na maior parte dos casos ao nível das condições para se fazer boa música. Sabemos que a única forma de encontrar as melhores condições de som é já a partir do espaço físico concretizado e não de um projecto; contudo há aspectos que podem ser considerados, à partida, como fundamentais para uma boa acústica: superfícies, materiais, texturas, colocação das fontes sonoras desde a presidência ao ambão, ao coro e colocação do órgão.

Pergunta 4: Toda a arte sacra, onde se inclui a arquitetura, deveria ser “orientadas para o louvor e glória de Deus” (art.º 122, doc. 1). Na sua opinião é isso que se verifica atualmente?

Se não o for não é sacra. No entanto o que está em causa, em primeiro lugar, é o conceito de sacro ou de sagrado. Orientada para o louvor e glória de Deus deve estar mais explicitamente a arte litúrgica, já que o conceito de sacro é um pouco mas largo e abrangente. E é este o conceito de que se fala na *Sacrosanctum Concilium*. Por isso mesmo a arquitetura sacra deve ser de molde a permitir que aquelas pessoas que se reúnem para o louvor de Deus se sintam em condições de o fazer normalmente. Isto implica o conceito de reunião, de comunidade, de relação com o que está ao lado e com os que estão mais distantes, no sentido de fomentar a unidade entre todos; daí a necessidade de uma boa articulação de espaços, o favorecimento de uma estreita relação entre os diversos elementos de uma celebração – presidente, ministros, coro, assembleia – de modo a estabelecer um equilíbrio de espaço entre, por palavras grosseiras, um armazém e um conjunto de cubículos.

Pergunta 5: “A Igreja nunca considerou um estilo (arquitetónico) como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas” (art.º 123, doc. 1). Pensa que o estilo contemporâneo é adequado à arquitetura religiosa?

Sim, e há bons exemplos disso. Será importante não confundir arquitetura religiosa com modelos “kitsch” ou imitações do passado o que aconteceu em tempos não muito recuados com a construção de igrejas “novas”. Desde que a arte contemporânea respeite as condições do número anterior é bem-vinda nas suas diversas expressões de criatividade e novidade. Aliás a Igreja sempre se deu bem com a arte contemporânea e por isso temos muitos estilos de arte sacra ao longo dos tempos. O problema surge quanto uma certa contemporaneidade se confunde com a negação da arte, da beleza, de Deus, na procura de uma originalidade a todo o custo e de uma rutura pura e simples com o passado. E isso acontece com todas as formas de arte actual que têm a ver com a religião: música, pintura, escultura, etc... Por vezes são os artistas que tentam impor conceitos e perspectivas pessoais como sendo sacras quando a sacralidade tem muito a ver, entre outras coisas, com a aceitação que delas faz a comunidade, seja ela qual for.

Pergunta 6: A “participação ativa dos fiéis” nas cerimónias é um dos pontos fundamentais desta nova liturgia pós-conciliar (art.º 124, doc. 1). Como pensa que a arquitetura pode colaborar nesta tarefa?

De certa forma já dissemos isso na questão 4. Esse é um dos elementos da reforma que se afiguram mais inovadores e exigentes para a arquitetura na medida em que há que favorecer a relação entre as pessoas e as diferentes funções; isso é que é *participação activa*, ou seja, cada um fazer bem o que lhe compete, na função que lhe está conferida. Se não houver comunicação, se não houver relação entre as pessoas, não pode haver participação activa. Se o povo não ouve ou não vê o presidente; se o coro não se faz ouvir, se os ministros não cabem no espaço, se o ambão não permite que o leitor seja visto e ouvido, se as pessoas têm que se atropelar para ir à comunhão, se o altar não permite a colocação dos instrumentos necessários, ou não permite que se possa caminhar à sua volta para uma simples incensação, se não foi deixado espaço para a colocação ou a construção de um órgão... etc... então a arquitetura não favorece a participação activa.

Pergunta 7: Pensa que os arquitetos estão a ser coerentes com o “valor artístico autêntico” das suas obras, como é exigido no art.º 289 do doc. 2?

Penso que há uma procura de coerência e seriedade na maior parte dos casos. Por vezes há conflitos quando se confundem as competências de cada um ou se ultrapassam as mesmas: o arquitecto não pode discutir a liturgia nem o liturgista pode discutir os meios de expressão da arte; ambos têm que dialogar de modo que a arte contribua para a valorização da liturgia e a liturgia aproveite os meios que a arte lhe oferece. No momento em que uma nega a outra, não está a cumprir a sua função. Como em tudo há que respeitar as regras do jogo: se não se respeitam as características que definem um espaço litúrgico não há arte que lhe valha; fez-se algo eventualmente artístico, mas não serve para a liturgia. E vai havendo por aí disso...

Pergunta 8: Em todas as dioceses foi criada uma Comissão de Arte Sacra para “aprovar projetos de novas construções ou decidir questões de certa importância” (art.º 291, doc. 2). Que juízo lhe merece esta Comissão?

Normalmente vão fazendo o que podem, dentro dos limites e competências de cada um. No caso concreto de Viana do Castelo, e que me diz respeito também a mim, temos procurado fundamentar as nossas intervenções o mais possível, se bem que nunca me tenha cabido intervir relativamente à construção de novas igrejas ou capelas, mas apenas intervenções em edifícios já construídos. Nisso, não temos tido problemas de maior. Confesso, no entanto, que não subscreveria algumas das opções dos meus antecessores no que respeita às igrejas que foram feitas recentemente. Não podemos partir de uma ideia de que sabemos de tudo. Mesmo um arquitecto – como outro artista qualquer – que trabalha em relação directa com a Igreja não quer dizer que saiba tudo e tenha sempre razão. A experiência que tive com a construção Capela do Seminário Diocesano – em que de facto intervim e não fui levado em conta – é esclarecedor; depois vieram pedir-me ajuda para sanar os erros quando eu tinha chamado a atenção para eles com o projecto na mão...

Pergunta 9: “Na ornamentação da igreja deve tender-se mais para a simplicidade do que para a ostentação. Na escolha dos elementos decorativos, procure-se a verdade das coisas e o que contribua para a formação dos fiéis e para a dignidade de todo o lugar sagrado” (art.º 292, doc. 2). Que opinião lhe merece este conceito nuclear da nova liturgia?

A simplicidade e a contenção ao nível da decoração são fundamentais, mas não se deve cair no exagero de se apresentar espaços tão despidos que fiquem privados de beleza. Nem os exageros do barroco nem a pobreza quase iconoclasta de certos edifícios mais modernos. Mesmo o conceito de *ostentação* não tem forçosamente a ver com a ornamentação: imaginemos o exemplo caricatural de uma Igreja com paredes de ouro... sem mais qualquer ornamentação. O importante é que as coisas não sejam tão abundantes que tropecem e se anulem ou tão escassas que falte qualquer sentido do simbólico e do belo.

Quanto à questão da “verdade das coisas” tem a ver com a coerência dos elementos simbólicos e com a funcionalidade; as coisas tem que se afirmar com clareza perlo que manifestam e significam sem precisarem de grandes explicações – problema e limite de muita arte contemporânea – e por isso um banco é um banco tem que dar para a gente se sentar da mesma forma que um altar deve permitira a celebração com todas as condições. Se hoje um altar é uma mesa tem que ser uma mesa e não um qualquer bloco; já noutros tempos era mais uma “ara” pelo que podia aparentar uma caixa... Isto da mesma forma que adiante se fala da cadeira que não deve ser um trono...

Pergunta 10: O espaço religioso deve “contribuir para a conveniente comodidade dos fiéis, como se faz habitualmente nos lugares onde o povo se reúne (art.º 293, doc. 2). Como vê esta igualdade do espaço religioso?

Sim. A comodidade é fundamental até porque, como escrevia alguém, a melhor maneira de sentir o tempo que não passa é ir ao teatro ou à missa. Mesmo que a celebração se dê bem com o sacrifício na sua identificação com a Paixão de Cristo, tal não significa que tenhamos que estar incómodos numa celebração, e isto para todos: presidente, coro, ministros, assembleia. Imagine-se tantos casos em que o coro tem que estar de pé toda a celebração em cima de umas bancadas com permanente medo de cair dali abaixo. Agora, convenhamos, não deve ser tão cómodo que a pessoa adormeça logo que se senta... até porque razões para dormir não lhe hão-de faltar em muitos dos casos... passe o humor da afirmação.

E comodidade não tem a ver só com a postura, mas com a luz seja natural seja das lâmpadas que incomodam, com o som que por vezes é ensurdecedor, com a orientação e colocação das fontes sonoras, a colocação do órgão e do coro. E por aí fora...

Pergunta 11: No seu entender que característica deverá ter um edifício sagrado, para que na sua disposição geral reproduza “de algum modo a imagem da assembleia congregada” exprimindo uma “estrutura hierárquica” (art.º 294, doc. 2)?

Isto já foi sendo respondido também nas anteriores, nomeadamente na questão relativa à participação activa (perg. 6): trata-se de que o espaço seja definido de modo que se notem claramente as funções de cada um: presidente (presbitério ou capela-mor) nave (assembleia) e outros ministros e agentes da celebração. Daí que a arquitetura deva favorecer o conceito

de assembleia e não de grupos separados, mesmo que não tenham que estar todos numa única nave. Ou seja, o conceito de assembleia vê-se na possibilidade de todos se sentirem membros de um único grupo ainda que não num único corpo da igreja ou numa única nave. Por exemplo, a existência tradicional de diversas naves numa igreja, muitas vezes quase fisicamente separadas não contribuía para a unidade, pelo contrário, contribuía, e esse era o objectivo, para a relação directa com diferentes altares separados e celebrações separadas também. O mesmo se diria da existência de colunas ou outras estruturas que impedem a comunicação e a visibilidade. Esse é um dos maiores problemas das igrejas antigas e que a reforma conciliar pretende enfrentar com estas orientações.

Pergunta 12: “O presbitério é o lugar onde sobressai o altar, de onde se proclama a Palavra de Deus e onde o sacerdote, o diácono e os outros ministros exercem as suas funções. Deve distinguir-se oportunamente da nave da igreja, ou por uma certa elevação, ou pela sua estrutura e ornamento especial” (art.º 295, doc. 2). Parece-lhe suficiente esta pormenorização?

Trata-se de uma sugestão básica e que tem sido a tradicionalmente seguida. De facto, há elementos da linguagem litúrgica que apontam para isso, nomeadamente a expressão “subir ao altar” que define o início da celebração e a linguagem de alguns salmos e cânticos: “Subirei ao altar de Deus...” (era assim que começava a missa noutros tempos). Não seria coerente se o altar estivesse ao mesmo nível do espaço da assembleia ou mais abaixo. Do ponto de vista da definição de espaços até poderia estar abaixo ou ao mesmo nível desde que claramente identificado, mas perdia em termos de simbolismo e coerência de linguagem. Por outro lado, a necessária visibilidade do presidente e respectiva cadeira também ficam favorecidos com uma pequena elevação do presbitério. Quer dizer: a exagerada identificação dos ministros com a assembleia pode parecer simpática e próxima da caridade cristã e até de uma certa democraticidade, mas não funciona do ponto de vista da liturgia.

Pergunta 13: O altar, “pela sua localização, há-de ser o centro de convergência, para o qual espontaneamente se dirijam as atenções de toda a assembleia dos fiéis” (art.º 299, doc. 2). Como pode a espacialidade contribuir para esta focalização?

Em primeiro lugar ser suficientemente grande para ser bem visto em todo o espaço, ou seja, quase deverá ser proporcional à extensão do espaço litúrgico. Deve ser visível, e como altar que é. Depois deve estar colocado de modo que seja polo de convergência de toda a assembleia e ministros, mesmo que isso não implique estar numa posição central; rigorosamente até poderia ficar numa esquina... Terá que estar numa posição elevada no caso de se tratar de um espaço plano e horizontal. Já não haveria nenhum inconveniente em que estivesse em plano inferior no caso de termos uma assembleia disposta em forma de bancada. No entanto, em coerência com o anteriormente afirmado (questão 13) o altar deverá estar colocado num pequeno estrado que permita realizar o gesto de “subir”.

Pergunta 14: “Deve, porém, evitar-se todo o aspecto de trono” na localização da cadeira para o sacerdote celebrante (art.º 310, doc. 2). Concorda e porquê?

A nobreza da cadeira é fundamental pelo significado que envolve. Ela não serve só para o presidente se sentar, mas simboliza a dimensão profética, anunciadora, formadora da Igreja. Ela é “cátedra” no verdadeiro sentido da palavra, mesmo do mundo académico. Para o Papa até se usa a expressão falar “ex cathedra” (por isso é que o Papa e os Bispos falam sentados, ao passo que os presbíteros e diáconos falam de pé) com o significado de ensinamento solene e dogmático; no dia 22 de Fevereiro temos a celebração litúrgica da “Cadeira de São Pedro”, celebração que aponta para esta missão da Igreja; noutros tempos, a cadeira nem era ocupada pelo sacerdote que presidia à Eucaristia, mas apenas pelo Bispo quando ia em Visita Pastoral, pelo que simbolizava a presença permanente e o poder do Bispo como verdadeiro Pastor de que os presbíteros são delegados nas respectivas paróquias. Mesmo que a liturgia de hoje permita e exija a presença do presbítero presidente na cadeira, esta não deve deixar de revestir a dignidade que o seu simbolismo implica. O que não quer dizer que tenha que se apresentar com as dimensões e a colocação de um Trono. Isso acontecia tradicionalmente nas Catedrais; em algumas igrejas ainda acontece porque assim estava; mas deverão ser removidos os exageros. Até por uma questão de mobilidade e segurança.

Pergunta 15: Como descreve que o lugar dos fiéis sejam dispostos “de modo a permitir-lhes participar devidamente nas celebrações sagradas com a vista e com o espírito” (art.º 311, doc. 2)?

Bom. Digamos que com a vista, com o ouvido, com o tacto e até com o gosto e o olfato. Todos os sentidos entram na participação litúrgica. Agora a questão do espírito é que exige um pouco mais. No entanto, uma coisa é certa: se a parte física, seja ela de que ordem for, não funcionar, o espírito também não funciona. E isso é que o texto quer dizer. Por outro lado – e isto como desafio para os fiéis – o simples facto de os sentidos funcionarem e agirem adequadamente não implica que o espírito esteja ali presente. Ao arquiteto compete criar as condições para que o espírito e o Espírito possam atuar.

Pergunta 16: O art.º 312 do doc. 2 refere claramente que ao “coro deve destinar-se um lugar que manifeste claramente a sua natureza, como parte da assembleia dos fiéis”. No seu entender como se consegue esta união?

Se tivesse resposta para tal estaria rico e famoso. Não se consegue, mas tem que se tentar. Há muitos aspectos a ter em conta e tenho já falado e ensinado muito a este respeito. Seria longo expor isso aqui, mas em duas penadas direi:

- a) A colocação do coro deve não só permitir que a assembleia se sinta bem ao ouvir, mas também estimulada e motivada para cantar bem as suas partes; deve ser de modo a que se faça ouvir sem incomodar quem o escuta e também quem o vê, nomeadamente com movimentações, gestos, palavras ou conversas durante a celebração. Por isso é que, no passado, até ao Concílio Vaticano II, se proibia a visibilidade do Coro e mais ainda se nele houvesse elementos femininos...
- b) A colocação do coro deve permitir que os membros do mesmo participem igualmente da celebração e portanto ter a articulação com o resto dos espaços de que se falou a respeito dos outros ministros e da assembleia; isto implica não só a participação nas respostas como nos gestos, nomeadamente sentar-se e ajoelhar, quanto possível, e sobretudo o participar da comunhão sacramental no momento adequado.
- c) A questão do “lugar que manifeste a sua natureza como parte da assembleia” tem a ver expressa e unicamente com o facto de se evitar ser colocado no tradicional coro alto da igreja. O problema é arranjar o lugar cá em baixo que lhe permita respeitar as condições mínimas, já não digo ideais, para o desempenho da sua função, nomeadamente quanto ao que escrevi na alínea a).

Pergunta 17: Na sua opinião, qual é o lugar “apropriado” para a colocação do órgão (art.º 313 do doc. 2)?

O mais possível perto do grupo coral: por uma questão sonora ou acústica, por uma questão de funcionalidade na relação com os cantores e com o respectivo Diretor, até porque muitas vezes o organista é o Diretor. Isto não implica forçosamente que a fonte sonora esteja ali, ou seja, quando falamos aqui de órgão queremos dizer a “consola de teclados”. O som deve, na medida do possível, “encher” todo o espaço e não se limitar a ser emitido de um único ponto sonoro. Isto terá a ver com o lugar da construção do mesmo se for órgão de tubos, com a distribuição dos diversos corpos da tribuna (someiros e torres), ou com a colocação de colunas no caso de termos um instrumento eletrónico. Aponte-se a título de exemplo a dificuldade e quase impossibilidade de colocar um bom órgão de tubos na Basílica da Santíssima Trindade em Fátima. Ali, em poucas palavras, teríamos de ter vários órgãos comandados de uma mesma consola. Há exemplos disso, muito caros certamente, mas neste caso, ficamo-nos por aqui.

Pergunta 18: Como explica que o tabernáculo seja colocado fora do altar, “pode colocar-se: a) ou no presbitério, fora do altar da celebração, b) nalguma capela adequada à adoração” (art.º 315 do doc. 2)?

Sim, porque, sendo a presença real de Cristo na Eucaristia um dos elementos fundamentais da fé católica, e daí o relevo dado ao tabernáculo (ou sacrário) no contexto da Contra-Reforma em oposição ao Protestantismo, a colocação do tabernáculo não deve impedir hoje a centralidade do altar durante a celebração litúrgica; no altar da celebração haverá também a presença real de Cristo. Pretende-se com isso duas coisas, relativamente às alíneas da questão: a) que o tabernáculo não tenha tal relevo que impeça as pessoas – presidente, ministros, assembleia – de se aperceberem da presença de Cristo no altar da celebração eucarística; b) que o tabernáculo esteja colocado num espaço que permita a oração individual ou comunitária (mas não a celebração da Eucaristia), com o devido recato ou recolhimento. E nem toda a

gente ainda aprendeu isso ao que se vê em muitas igrejas, nomeadamente no caso em que o tabernáculo se encontra na mesma nave em que se coloca o altar da celebração.

Pergunta 19: Em relação às imagens sagradas, que opinião lhe merece “o cuidado de não aumentar exageradamente o seu número e que a sua disposição se faça na ordem devida, de tal modo que não distraiam os fiéis da celebração” (art.º 318 do doc. 2)?

O mesmo se passa com os altares laterais, “ que sejam poucos” e de preferência “colocados em capelas separadas” (art.º 93 do doc. 3)?

Isto pretende estabelecer um equilíbrio entre, por um lado, uma exagerada profusão de imagens – proveniente de um exagerado devocionismo desenvolvido a partir do séc. XVI e levado a extremos no séc. XIX-XX, e que ainda hoje se verifica em muitas das nossas comunidades – e ainda favorecer a convergência para o altar e importância do tabernáculo, e, por outro lado, uma atitude iconoclasta que levou muitos a retirarem toda e qualquer imagem das nossas igrejas, transformando-as em peças de museu. O que não se pode aceitar é que esteja uma celebração a decorrer e alguém a rezar ao santinho da sua devoção sem ligar ao que se passa à sua volta.

No que toca a altares laterais hoje nem devem existir. Os que existem não os vamos deitar abaixo mas não podem funcionar como altares ou seja como centro de celebração que é um só. A colocação e imagens não implica nem deve implicar a colocação de altares. Simples peanhas ou suportes bastam. Isso existiu no tempo em que, não havendo a possibilidade da concelebração, se realizavam celebrações simultâneas na mesma Igreja, com diversos padres a celebrar, cada um em seu altar, até na mesma nave. Eu tive oportunidade de assistir a um momento desses. Ainda me lembro da estranheza que me causou mesmo sendo criança, tantas “missas ao mesmo tempo”...

Pergunta 20: O art.º 99 do doc. 3 refere que o batistério deverá “ser um lugar apto para celebrações comunitárias”. Como interpreta esta recomendação?

Esta é outra questão complexa, mas pretende-se que se proceda de modo a permitir a participação de um grupo razoável de pessoas; isto não é possível com as “capelas” batismais tradicionais onde só cabe a pia batismal e pouco mais. Daqui a tendência para que haja uma capela destinada aos batismos, onde as pessoas possam participar e assistir nos moldes de uma assembleia: cânticos, leituras, respostas, ritos, posturas, e nomeadamente a própria imersão ou infusão da água no batizando que é também um acto público. O que acontece quando não há uma capela suficientemente grande é que as pessoas estão na nave da Igreja têm que se voltar para trás no caso da pia batismal estar ao fundo.

Isto implica uma série de procissões para o lugar da pia e para junto do presbitério a fim de se poderem realizar os ritos de modo visível, e que as pessoas se possam sentar durante a liturgia da palavra, etc. Ainda um dia destes, num batizado, ao mandar o pai da criança acender a vela no círio pascal no momento próprio, reparei que ele teve que ir ao fundo da Igreja pois aquela igreja tinha o círio pascal colocado ao fundo junto da pia batismal... isto porque, ao que parece, o pároco respectivo fazia a celebração toda ao fundo da Igreja... Erro em cima de erro.

Daí que, a não existir uma capela batismal, nomeadamente nas igrejas mais tradicionais, a pia batismal deva ser colocada não ao fundo, mas perto do presbitério ou no mesmo, contanto que não colida com a colocação do altar e do ambão. Há por aí algumas soluções interessantes e eu já tive oportunidade de apresentar algumas propostas bastante aceitáveis. Mas também se encontram verdadeiras aberrações.

Fim, grato pela colaboração.

Para qualquer esclarecimento adicional contactar: Jorge Martins; Tlm: 914218351; Email: jorgemartins.vnc@hotmail.com

[Podemos continuar a conversar e estou disponível para mais esclarecimentos pois se trata de assuntos complexos e que não cabem nos limites de uma resposta a um inquérito. Mas devo dizer que se trata de um inquérito muito bem elaborado e que foste buscar as questões mais pertinentes. Repito que aprecio a tua forma de abordar estas questões. Também não tenho qualquer problema em que uses estas minhas respostas, mesmo fora do âmbito académico. Apenas não assumo o “acordo ortográfico”, mas aqui deixei o computador mandar porque o texto é para ti. Por isso não tenho qualquer problema em assinar o meu depoimento]

P. Jorge Alves Barbosa
Instituto Católico de Viana do Castelo

7.3.2 – Resumo da entrevista
(comunicação pessoal, 12 de setembro, 2014)

Resumo da entrevista T1, feita ao Teólogo Jorge Barbosa (Director do Departamento de Arte Sacra da Diocese de Viana do Castelo) em 12 de Setembro de 2014 pela 14h30 nas instalações do Instituto Católico em Viana do Castelo.

Transcrição das citações mais relevantes:

1ª PARTE – ASPETOS GERAIS

“o missal romano vem detalhar o documento *Sacrosanctum Concilium*, em termos arquitectónico, sendo uma espécie de manual sobre a liturgia”

“há aspectos na liturgia que dizem respeito a cada país, ou seja, cada Conferencia Episcopal pode legislar a esse respeito”

“a relação da arte com a Liturgia foi sempre difícil devido à liberdade artística”

“a própria arte deve ser a expressão de uma determinada Teologia através da sua própria expressão artística, desde que não colida com fundamentos teológicos”

“as tipologias pré-conciliares não tinham o altar como referencia, era o sacrário o centro”

“o sacrário é por definição a presença de cristo na eucaristia (o barroco vem enfatizar este aspecto), mas hoje desapareceu da centralidade do altar, assim como também desapareceram as capelas laterais”

“hoje diz-se que as habitações são feitas para viver e não para morrer, porque antigamente tinham também que garantir essa função (portas onde passassem três a par...), assim como as igrejas têm que cumprir a função para a qual foram concebidas”

“é mais difícil adaptar a liturgia pós-conciliar às antigas igrejas, e nem sempre foi possível, do que adaptar a liturgia às novas igrejas”

“os problemas espaciais das antigas igrejas á liturgia pós-conciliar foram devido: à movimentação á volta do altar; a relação do altar com o ambão; espaço e localização do ambão; a localização do coro. Poucos são os casos cuja adaptação seja satisfatória. São sempre soluções de recurso e não definitivas”

“a doutrina diz que o coro deve estar em contacto como a assembleia, mas: á frente não pode ser, lateral é pouco funcional, principalmente pelo protagonismo visual, atrás da assembleia não pode ser, atrás do altar é pouco lógico, enfim...”

“na missa antiga (missa de Pio X), o povo ia rezar o terço. Dizia-se que ia assistir á missa porque não tinham qualquer tipo de participação, daí se dizer que simplesmente assistiam”

“hoje em dia há um certo revivalismo em se retornar às celebrações pós-conciliares, tendo em conta que em muito casos se passou do oito para o oitenta”

“os movimento litúrgicos iniciados nos finais do séc. XIX, foram um dos grandes impulsionadores do CV-II. Onde este acaba por ser o fruto maduro de cerca de um século de preparação”

“o povo não é burro e quando se desmistifica a arte ele adere, deixando sempre espaço para a interpretação pessoal”

“o que não pode haver é uma ruptura total entre o objecto (arte) e o publico alvo para o qual foi concebido”

“o ecumenismo (varias confissões) não se põe nas igrejas desta diocese”

“a igreja está aberta á contemporaneidade, mesmo que para isso corra risco”

2ª PARTE – ASPETOS ESPACIAIS

“o altar é o elemento central de uma igreja, o que não implica que seja uma centralidade geométrica, tendo este aspecto (centralidade geométrica) já sido testado e não resulta bem”

“acima de tudo a arquitectura tem que ser funcional”

“o protagonismo visual que o coro hoje tem é um problema, o recato que tinha quando estava afastado (em cima no coro alto) era muito bom, mesmo até em termos de acústica, sonoridade e simbolismo (a música vinda do céu).

Neste aspecto é quase impossível agradar a duas perspectivas da Igreja, por um lado que o coro esta em contacto com a assembleia e por outro que mantenha uma discrição visual pertinente na celebração”

“nas igrejas novas por vezes exagera-se no espaço, nomeadamente em volta do altar ou na distancia entre o altar e a assembleia, isso é um aspecto negativo (por vezes a distancia entre o presidente e a primeira fila de banco é maior que essa fila e a ultima, e isso não pode ser...”

“algumas das introduções teológicas pós-conciliares com maior impacto foram: deslocar o altar, criar o ambão, criar os bancos, o povo é o coro”

“outro aspecto que por vezes se verifica é a desproporção (física) entre o altar e o ambão, é incorrecto, têm que ser equilibrados. Também a desproporção entra a cadeira do presidente em relação aos co-celebrantes, também aqui tem que haver equilíbrio”

“é exigível uma cadeira, pelo simbolismo Teológico de cátedra”

“o banco dos fieis tem que permitir três posições: de pé, sentado e ajoelhado”

“a própria estrutura da igreja tem que manifestar também própria estrutura hierárquica Igreja – presidente-ministros-acólitos-fieis”

“o presidente (celebrante) tem que se localizar numa posição em que todos o vejam e ele a todos veja”

“o contacto visual com o exterior não é contraditório Teologicamente, a separação exigível entre sagrado e profano não tem que ser visual”

“ainda hoje não se sabe qual o ideal de templo. O templo como a morada de deus ou o templo como o espaço de vivência da fé, são tudo tentativas. A procura na arte sacra é permanente”

“o segredo entre a inovação (arquitectónica) e a funcionalidade é o segredo”

“o belo na Arte é discutível, por exemplos toda agente quer um cristo belo na cruz, mas aquilo ali é um homem morto onde mesmo a sagrada escritura dizia: Cristo é alguém de quem se desvia o rosto..., por isso a arte sacra deve exprimir a realidade do mistério sacro, mesmo que seja inconveniente e provocante. Deve provocar nos fiéis um estado de espírito especial”

“ainda hoje se fazem igrejas novas com as tipologias antigas, isso é um erro”

escola superior  gallaecia

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo

Vila Nova de Cerveira, março de 2015